UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANDRÉ DONEY FONSECA

“Temei a Deus, honrai ao Rei”: revista *A Seara* e os (des)caminhos do debate
sobre a relação igreja/política na imprensa assembleiana (1956-1980)

Versão corrigida

São Paulo

2017

André Dionei Fonseca

“Temei a Deus, honrai ao Rei”: revista *A Seara* e os (des)caminhos do debate sobre a relação igreja/política na imprensa assembleiana (1956-1980)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino.

Versão corrigida

São Paulo

2017

Nome: FONSECA, André Dioneu.

Título: “*Temei a Deus, honrai ao Rei*”: revista *A Seara* e os (des)caminhos do debate sobre a relação igreja/política na imprensa assembleiana (1956-1980)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino.

Aprovado em:

Banca examinadora

Profa. Dra. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Profa. Dra. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Profa. Dra. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dra. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Aparecida de Aquino, pelo voto de confiança ao aceitar o desafio de orientar esta tese e por colocar toda sua experiência a serviço deste estudo. Agradeço pelas críticas sempre certeiras e pelas palavras de incentivo que as acompanhava. Muito mais do que o aprendizado acadêmico, desses anos de convivência pude tirar grandes lições de vida. Muitíssimo obrigado, professora!

À Marcilene, pelo amor e pela parceria. Em minhas alegrias e tristezas, erros e acertos, lá estava a Marci, a companheira de todas as horas! Seu apoio afetivo e seu denodo na leitura dos originais deste estudo mostram a amplitude de sua presença no processo de elaboração desta tese.

Aos meus pais, autênticos assembleianos que sempre respeitaram minha opção de não seguir a nenhuma forma de manifestação religiosa e que apoiaram de forma irrestrita, nesses longos dez anos de graduação, mestrado e doutorado, meus estudos acadêmicos sobre a instituição da qual ambos são membros há mais de quarenta anos. Em tempos em que a intolerância viceja, vocês são verdadeiros exemplos de que o exercício da fé não necessita se confundir com atitudes sectárias. Meu obrigado pela paciência, pelos conselhos e, sobretudo, pelos mimos próprios da privilegiada condição de caçula!

Ao meu irmão Mario Fonseca Junior, homem das artes que sempre reverenciou os estudos acadêmicos, agradeço pelo encorajamento quando de minha decisão pelo doutorado nas terras de Adoniran Barbosa.

Às minhas irmãs Rosangela (Rose) e Ramona, queridas incentivadoras, pela preocupação que demonstraram com o andamento desta pesquisa.

Aos meus sobrinhos, pela inspiração proporcionada a cada sorriso e a cada olhar de curiosidade sobre os afazeres de um titio sempre tão ausente.

À professora Cecilia Hanna Mate, pelos preciosos apontamentos e questionamentos no exame de qualificação desta tese.

Ao professor Walter Cruz Swensson Junior e às professoras Ana Luiza Martins, Sara Albieri e Ana Maria de Almeida Camargo, membros da banca de exame final deste estudo, meu enfático agradecimento pela cuidadosa leitura que resultou em uma rica e propositiva arguição.

Ao professor Eduardo de Melo Salgueiro, amigo e interlocutor da área de história da imprensa, pela amizade que remonta aos anos de graduação, pela parceria na socialização de

livros e artigos e, especialmente, pelos apontamentos feitos a partir de uma cuidadosa leitura deste trabalho.

Ao professor Jérri Roberto Marin, meu orientador de mestrado, que foi aliado de primeira hora em meu plano de doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

Ao professor Wilson da Silva Serejo, amigo espirituoso que, como um devotado torcedor, acompanhou passo a passo cada fase desta pesquisa! Enfim, ei-la aí, meu camarada!

Às professoras Vanderléia Paes Leite Mussi, Vivina Dias Sol Queiroz e ao professor Jorge Christian Fernández, pelo aprendizado nos anos de convivência no curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Sem a ajuda desse trio eu não teria chegado até aqui!

Aos professores Losandro Antonio Tedeschi, Paulo Roberto Cimó de Queiroz e Eudes Fernando Leite, docentes vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD), pelos ensinamentos nos tempos de mestrado que foram essenciais na consecução deste trabalho.

Aos colegas do colegiado do Curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), pelas muitas vezes que me socorreram quando a conturbada agenda de compromissos acadêmicos parecia em tudo desafiar a finalização desta pesquisa. Todos deram irrestrito apoio às minhas demandas de pós-graduando. Muito obrigado pela compreensão e paciência!

Aos ex-alunos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e aos atuais da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), por proporcionarem um sadio ambiente de debate e de reflexões históricas em nossas aulas. Saibam vocês que foi como professor que me descobri um verdadeiro aprendiz!

Aos amigos Daniel Freitas de Oliveira e Bruno Rafael Almeida da Silva, por nunca terem deixado faltar uma palavra amiga em tempos de dificuldades e pelos *tererés* regados a boas conversas nos momentos iniciais do doutorado.

À Márcia Gomes Fernandes e Norberto Mendonça Garcia Filho, pela amizade construída ao longo da disciplina *O Estado autoritário brasileiro pós-64: a imprensa e os instrumentais de repressão* ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

Ao Centro de Estudos do Movimento Pentecostal (CEMP), na pessoa do pastor Isael Araujo e da professora Flavianne Vaz, pela disponibilidade irrestrita de acesso ao rico acervo de periódicos e documentos salvaguardados nesse centro que, atualmente, é um dos maiores aliados dos pesquisadores do pentecostalismo brasileiro.

À senhora Cássia Almeida, diretora da Escola Legislativa e do Memorial da Câmara Municipal de Itajubá (MG), pela solicitude com que atendeu às minhas demandas por documentos que ainda não estavam devidamente catalogados. A atuação da senhora Cássia Almeida é um exemplo da importância de servidores públicos comprometidos com os serviços prestados à população.

À Rosângela José Trindade, ex-secretária de Joanyr de Oliveira, pela gentileza com que se comportava diante de meus infundáveis questionamentos e pela diligência com que remetia os materiais por mim solicitados.

Ao pastor Joanyr de Oliveira *in memoriam* pelo entusiasmo com que recepcionou a proposta de uma pesquisa sobre a revista *A Seara*.

À senhora Nelcy Ferreira de Oliveira, esposa do pastor Joanyr, pela disponibilidade do acervo de *A Seara* que tanto facilitou a execução deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), pela acolhida e apoio dados aos “forasteiros”. Decorridos os anos, sinto-me já em casa!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento concedido a esta pesquisa.

Preguntitas sobre dios

*Un día yo pregunté:
Abuelo, dónde está Dios.
Mi abuelo se puso triste,
y nada me respondió.*

*Mi abuelo murió en los campos,
sin rezo ni confesión.
Y lo enterraron los indios,
flauta de caña y tambor.*

*Al tiempo yo pregunté:
¿Padre, qué sabes de Dios?
Mi padre se puso serio
y nada me respondió.*

*Mi padre murió en la mina
sin doctor ni protección.
¡Color de sangre minera
tiene el oro del patrón!*

*Mi hermano vive en los montes
y no conoce una flor.
Sudor, malaria, serpientes,
la vida del leñador.*

*Y que nadie le pregunte
si sabe donde está Dios.
Por su casa no ha pasado
tan importante señor.*

*Yo canto por los caminos,
y cuando estoy en prisión
oigo las voces del pueblo
que canto mejor que yo.*

*Hay un asunto en la tierra
más importante que Dios.*

*Y es que nadie escupa sangre
pa que otro viva mejor.*

*¿Que Dios vela por los pobres?
Talvez sí, y talvez no.
Pero es seguro que almuerza
en la mesa del patrón.*

(Atahualpa Yupanqui)

“... quem está metido na política deve ter por si a padaria.”

Eça de Queiroz (*O crime do Padre Amaro*)

RESUMO

FONSECA, André Dioneu. “Temei a Deus, honrai ao Rei”: revista *A Seara* e os (des)caminhos do debate sobre a relação igreja/política na imprensa assembleiana (1956-1980) 350. f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta tese tem como objetivo analisar os (des)caminhos do debate sobre a relação igreja/política na revista *A Seara*, impresso editado pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), entre os anos de 1956 e 1980. Parte-se de uma proposta analítica na qual a imprensa periódica, longe de ser um mero repositório de informações que podem ser isoladas de todos os elementos que lhes dão suporte, apresenta-se como um *corpus* documental cuja complexidade exige um olhar multidirecional capaz de entender que cada texto presente nas páginas de uma publicação seriada resulta de um intrincado jogo de interesses que perpassa o corpo de redatores e/ou grupos de influência. Assim, neste trabalho, com o propósito de ir além da imagem de *A Seara* como uma revista portadora de mensagens que expressavam o posicionamento oficial da igreja Assembleia de Deus sobre a política, optou-se por um modelo de análise que busca compreender como a dinâmica interna da redação dessa revista influenciava na abordagem desse polêmico tema que, em alguns casos, recebeu interpretações que se distanciavam das convicções firmadas por alas majoritárias do alto pastorado assembleiano. Para demonstrar essa dinâmica, todos os textos selecionados que trataram do tema “política” em *A Seara* foram analisados à luz dos projetos editoriais dos diferentes grupos que se alternaram na redação desse periódico em mais de duas décadas de circulação. Evidencia-se, a partir dessa perspectiva, que os distintos posicionamentos de *A Seara* sobre a relação igreja/política estavam diretamente ligados a demandas específicas de seus editores e não a uma visão “institucional” da igreja Assembleia de Deus acerca de um assunto tão complexo e sobre o qual era difícil estabelecer consensos.

Palavras-chave: Imprensa e Religião; Religião e Política; Pentecostalismo, Assembleia de Deus, revista *A Seara*.

ABSTRACT

FONSECA, André Dioneu. “Temei a Deus, honrai ao Rei”: revista *A Seara* e os (des)caminhos do debate sobre a relação igreja/política na imprensa assembleiana (1956-1980) 350 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This thesis analyses the ways of the debate about the relationship involving church/politic on the *A Seara* magazine, pressed by *Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD)*, between the years of 1956 and 1980. It starts with an analytical proposal in which the periodic press, far from being a mere repository of information that can be isolated from all the elements that support them, presents itself as a documental corpus whose complexity requires a multidirectional view capable of understanding that each text present in the pages of a serial publication results from an intricate set of interests that permeates the writers and/or influence groups. So, in this work, with the purpose of going beyond the image of *A Seara* as a message carrier that expressed the official position of the Assembly of God church on politics, we opted for a model of analysis that seeks to understand how the internal dynamics of the editorial staff of this magazine influenced the approach of this controversial subject that, in some cases, received interpretations that distanced themselves from the convictions signed by the majority wing of the high pastorate. In order to demonstrate this dynamic, all the selected texts that dealt with the theme "politics" in *A Seara* were analyzed considering the editorial projects of the different groups that alternated in the writing of this periodical in more than two decades of circulation. It is evident from this perspective that *A Seara's* distinct positions on the church/political relationship were directly linked to the specific demands of its editors and not to an "institutional" view of the Assembly of God about a complex subject and on which it was difficult to reach consensus.

Keywords: Press and Religion; Religion and Politics; Pentecostalism; Assembly of God, *A Seara* magazine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Capa do número I, ano I de <i>A Seara: revista evangélica ilustrada</i>	73
Imagem 2 – Editorial “Assembléias de Deus e o problema educacional”. <i>A Seara</i> , nº 2, novembro/dezembro de 1956.....	89
Imagem 3 – Matéria “Um pentecostal governou Pernambuco”. <i>A Seara</i> , nº I e II, janeiro/abril de 1957.....	96
Imagem 4 – Artigo “O outro lado da realidade: devemos fugir da política?” <i>A Seara</i> , nº 5, setembro/outubro de 1957.....	105
Imagem 5 – Texto “Idealismo”. <i>A Seara</i> , nº 6, novembro/dezembro de 1957.....	128
Imagem 6 – Matéria “Atitude cristã face ao comunismo”. <i>A Seara</i> , nº 31, março/abril de 1963.....	173
Imagem 7 – Reportagem “Encontro com o Deputado Souza Marques”. <i>A Seara</i> , nº 43, março/abril de 1965.....	189
Imagem 8 – Editorial “Ciclamatos e DDT”. <i>A Seara</i> , nº 82, fevereiro de 1970.....	219
Imagem 9 – Capa do número 79 de <i>A Seara: revista evangélica ilustrada</i>	242
Imagem 10 – Capa do número 102 de <i>A Seara: revista evangélica ilustrada</i>	249
Imagem 11 – Verso da capa do número 102 de <i>A Seara: revista evangélica ilustrada</i>	250
Imagem 12 – Capa do número 106 de <i>A Seara: revista evangélica ilustrada</i>	259
Imagem 13 – Capa do número 119 de <i>A Seara: revista evangélica ilustrada</i>	270
Imagem 14 – Matéria “Representante da CPAD na posse do Presidente Geisel”. <i>A Seara</i> , nº 120, maio/junho de 1974.....	276
Imagem 15 – Capa do número 187 de <i>A Seara: a revista do lar cristão</i>	298

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- (ABI) - Associação Brasileira de Imprensa
- (AD) - Assembleia de Deus
- (AP) - Ação Popular
- (AERP) - Assessoria Especial de Relações Públicas
- (AI-5) - Ato Institucional nº 5
- (ALN) - Ação Libertadora Nacional
- (BNDE) - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- (BNDES) - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- (BNH) - Banco Nacional da Habitação
- (CDI) - Conselho de Desenvolvimento Industrial
- (CEC) - Comissão Executiva Central para as Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil
- (CEMP) - Centro de Estudos do Movimento Pentecostal
- (CEPAL) - Comissão Econômica para a América Latina
- (CGADB) - Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
- (CNBB) - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- (CNI) - Confederação Nacional da Indústria
- (COLINA) - Comando de Libertação Nacional
- (CONAMAD) - Convenção Geral das Assembleias de Deus de Madureira
- (CPAD) - Casa Publicadora das Assembleias de Deus
- (CSN) - Conselho de Segurança Nacional
- (DDT) - Dicloro-difenil-tricloroetano
- (DEOPS) - Departamento Estadual de Ordem Política e Social
- (DOU) - Diário Oficial da União
- (DSND) - Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
- (ECEME) - Escola de Comando de Estado-Maior
- (EMFA) - Estado-Maior das Forças Armadas
- (ESG) - Escola Superior de Guerra
- (FGV) - Fundação Getúlio Vargas
- (FIESP) - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- (GEIPAG) - Grupo Executivo das Indústrias de Papel e Arte
- (IBASE) - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- (ISEB) - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

(JPAS) - João Pereira de Andrade e Silva
(JOC) - Juventude Operária Católica
(JUC) - Juventude Católica
(MDB) - Movimento Democrático Brasileiro
(MR-8) - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
(NOVACAP) - Companhia Urbanizadora da Nova Capital
(OAB) - Ordem dos Advogados do Brasil
(OPEP) - Organização dos Países Produtores de Petróleo
(PAEG) - Programa de Ação Econômica do Governo
(PCB) - Partido Comunista Brasileiro
(PCBR) - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
(PED) - Programa Estratégico de Desenvolvimento
(PED) - Programa Estratégico de Desenvolvimento
(PSB) - Partido Socialista Brasileiro
(PSD) - Partido Social Democrático
(PSP) - Partido Social Progressista
(PTB) - Partido Trabalhista Brasileiro
(PTN) - Partido Trabalhista Nacional
(TFP) - Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, da Família e da Propriedade
(UDN) - União Democrática Nacional
(USAID) - United States Agency for International Development
(VPR) - Vanguarda Popular Revolucionária
(WACC) - World Association for Christian Communication

SUMÁRIO

Lista de ilustrações	11
Lista de abreviaturas e siglas	12
Introdução	16
I – A FUNDAÇÃO DA REVISTA A SEARA E O PROJETO DE “MODERNIZAÇÃO” DA IMPRENSA PENTECOSTAL	43
1) Os fundadores de A Seara	43
1.1) João Pereira de Andrade e Silva: o parlamentar de Itajubá (MG).....	46
1.2) Joanyr de Oliveira: o “ex-comunista”	51
1.3) A Seara: uma revista “moderna” para “modernizar” o pentecostalismo	60
II – A RELAÇÃO IGREJA/POLÍTICA EM A SEARA: DEBATES E COMBATES (1956-1959)	88
2.1) A igreja e política em questão	88
2.1.1) Pentecostais: “um povinho sem expressão?”	88
2.1.2) A Inglaterra do Deus “verdadeiro” <i>versus</i> o Brasil “idólatra”	92
2.1.3) Antônio Torres Galvão: assembleiano, intelectual e político	94
2.1.4) O outro lado da realidade: a relação igreja/política na visão de um jovem leigo assembleiano	103
2.1.5) A Seara: um ano de controversa existência	112
2.2) A política sob suspeição: Túlio Barros e as novas diretrizes editoriais de A Seara ...	116
2.2.1) Túlio Barros Ferreira: o novo diretor de A Seara	116
2.2.2) A política ou a guilhotina?	120
2.2.3) Um “idealista” entre “brancos” e “fanáticos”	126
2.2.4) “Nossa responsabilidade: orar, evangelizar e legislar”	130
2.2.5) Túlio Barros Ferreira e as “Novas Diretrizes” para A Seara	133
III – “TUDO NOVO, TUDO MELHOR”: EMÍLIO CONDE E A REDFINIÇÃO DO DEBATE IGREJA/POLÍTICA EM A SEARA (1959-1968)	141
3.1) Emílio Conde: o “apóstolo da imprensa pentecostal” em A Seara	141
3.1.1) Emílio Conde e as novas diretrizes editoriais	149
3.2) Emílio Conde e a política na “nova” revista A Seara em um decênio de grandes instabilidades	155
3.2.1) A política e os políticos em A Seara (1959-1964)	155
3.2.2) Um inimigo em comum: A Seara na ciranda anticomunista	162
3.3) A política e os políticos em A Seara (1964-1969)	183

3.3.1) O golpe de 1964 nas páginas de <i>A Seara</i>	183
3.3.2) Os políticos e a política em <i>A Seara</i> (1964-1968)	187
3.3.3) A abordagem sobre o comunismo no pós-golpe	194
IV - OS “DISCÍPULOS” DE EMÍLIO CONDE E O MANIFESTO ALINHAMENTO DA REVISTA A SEARA ÀS POLÍTICAS DO ESTADO AUTORITÁRIO (1969-1972)	198
4.1) Os “discípulos de Emílio Conde”: fé na política do Estado autoritário	198
4.1.1) <i>A Seara</i> e o AI-5: o primado da segurança	201
4.1.2) <i>A Seara</i> e a reivindicação ao governo autoritário	218
4.1.3) <i>A Seara</i> em tempos de “inquietações”	223
4.1.4) <i>A Seara</i> entre a pátria da <i>Terra</i> e a do <i>Céu</i>	236
V – O RETORNO DOS “PIONEIROS” DE A SEARA: A RELAÇÃO IGREJA/POLÍTICA EM TEMPOS DE INCERTEZAS (1972-1980)	257
5.1) João Pereira de Andrade e Silva: um novo estilo de apoio ao regime militar	257
5.1.1) O retorno de João Pereira de Andrade e Silva à CPAD	262
5.1.2) A ponte Rio-Niterói	265
5.1.3) A posse de Ernesto Geisel: o presidente “evangélico”	274
5.2) O retorno de Joanyr de Oliveira à redação de <i>A Seara</i>: a relação igreja/política em tempos de incertezas	283
5.2.1) “Temei a Deus, honrai ao Rei”: João Pereira de Andrade e Silva e o apoio ao governo Geisel	284
5.2.2) “Temei a Deus”: A política em <i>A Seara</i> em tempos de incertezas	292
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	302
REFERÊNCIAS	306
Fontes	306
Fontes complementares	308
Verbetes	311
Livros, artigos, dissertações e teses	312
ANEXOS	327

INTRODUÇÃO

A igreja Assembleia de Deus (AD)¹, que iniciou suas atividades no Brasil em 1911, por iniciativa de dois missionários suecos, Daniel Högberg e Gunnar Adolf Vingren, é uma instituição religiosa do ramo evangélico vinculada ao pentecostalismo. De acordo com Luís de Castro Campos Junior², as igrejas pentecostais são consideradas “evangélicas” porque integram o grupo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas e descendentes da Reforma Protestante. Há, no entanto, uma subdivisão entre as instituições evangélicas. De um lado estão as igrejas chamadas de “protestantes históricas” (Luterana, Metodista, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana e Batista), de outro as igrejas pentecostais (Cristã do Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é amor, Universal do Reino de Deus, entre outras). As instituições pentecostais se diferenciam das protestantes históricas por fundamentarem suas mensagens nos livros de Joel 2:28 e Atos 2, dando ênfase aos dons de língua (glossolalia), curas, discernimentos de espírito e profecias.³ Vale destacar a definição do pesquisador Ari Pedro Oro, para quem:

Evangélico é um termo genérico que cobre o conjunto das igrejas protestantes, isto em razão da importância atribuída ao Evangelho. O campo evangélico histórico é formado pelas tradicionais denominações resultantes da Reforma protestante iniciada na Alemanha por Martinho Lutero em 1517. As principais são as luteranas, calvinista, batistas, presbiteriana, anglicana e metodista. O campo evangélico pentecostal é composto pelas igrejas resultantes do movimento pentecostal, derivado especialmente do metodismo, e que iniciou nos Estados Unidos em 1906.⁴

Como destaca a pesquisadora Marina Correa⁵, depois de sua fundação em Belém (PA), a AD teve uma rápida expansão pelo país formando uma gigantesca rede de igrejas consociadas nos chamados “ministérios”⁶. Esses ministérios tinham como instância superior deliberativa as “convenções nacionais”, sendo as duas principais delas a Convenção Geral das

¹A partir daqui utilizaremos a sigla AD para nos referirmos à igreja Assembleia de Deus.

²CAMPOS J.R, Luís de Castro. *Pentecostalismo: sentidos da palavra divina*. Editora Ática: São Paulo, 1995. p. 20.

³FONSECA, André Dionei. O exemplo do pentecostalismo In: MARIN, Jérri Roberto. ROIZ, Diogo da Silva. (Org.) *Métodos e técnicas da pesquisa histórica*. 1ed. Dourados: Editora da UFGD, 2014. p. 114-115.

⁴ORO, Ari Pedro. *Avanço Pentecostal e Reação Católica*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 19-20.

⁵CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos Santos. Igrejas Assembleia de Deus no Brasil: Cem anos de “laços fraternos” e sem unidade no centenário. In: FONSECA, André Dionei; MARIN, Jérri Roberto (Org.). *Olhares sobre a Assembleia de Deus*. 1ed. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2015, v. 1, p. 99-129.

⁶O termo “ministério” define um conjunto de igrejas em um espaço geográfico. CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos Santos. op. cit., 2015. p. 223.

Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) e a Convenção Geral das Assembleias de Deus de Madureira⁷ (CONAMAD). A primeira reunia as ADs de “missão”, ou seja, aquelas ligadas à tradição dos missionários fundadores suecos; a segunda congregava as ADs que estavam sob a influência do ministério de Madureira, cujo líder principal era o pastor Paulo Leivas Macalão⁸. Essa divisão ocorreu devido a uma série de atritos entre o Ministério liderado pela AD do Bairro de Madureira e as ADs de “missão”, especialmente, pela rigidez disciplinar nos “usos e costumes” propugnada por Macalão. Essa distinção é importante porque neste estudo analisaremos uma revista publicada pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), uma editora que, mesmo trazendo em seu nome a abrangente indicação “das Assembleias de Deus”, pertencia à CGADB. Portanto, todas as referências à “AD”, nesta pesquisa, dizem respeito ao coletivo de ministérios unidos em torno da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB).

Esta tese se insere em duas vertentes de pesquisa que têm sido muito valorizadas nas últimas décadas no cenário acadêmico nacional e internacional: 1) as vinculações entre *religião e política*; 2) os diferentes usos dos *meios de comunicação* por vários segmentos *religiosos*. Cada uma dessas tendências de estudo, em separado, tem sustentado diversas pesquisas de fôlego, seja no âmbito das pós-graduações, com a produção de dissertações e teses, seja no campo editorial, com a produção de livros e de artigos publicados em revistas especializadas.

A relação entre a comunicação e as religiões na contemporaneidade é muito conhecida, pois são poucas as vertentes religiosas que minimizam a importância de fazer ecoar seus ensinamentos e mensagens pelas mais variadas plataformas comunicacionais. Dos “Povos do Livro” às teses de Martinho Lutero, dos primeiros panfletos e jornais religiosos até os boletins eletrônicos, salas de *chat*, torpedos, blogs, as denominações religiosas confiaram pesadamente na palavra escrita ou transmitida para espalhar a sua mensagem.⁹ Haun Saussy,

⁷O nome Madureira refere-se ao Bairro da cidade do Rio de Janeiro onde estava localizada a igreja-mãe desse ministério que era liderado por Paulo Leivas Macalão.

⁸Paulo Leivas Macalão (1903-1982), foi um dos mais importantes pastores das Assembleias de Deus no Brasil. Gaúcho de Santana do Livramento (RS) Macalão era filho do general João Maria Macalão, tendo por isso uma educação privilegiada, estudando no Colégio Batista do Rio de Janeiro e no Colégio Dom Pedro II. Converteu-se ao pentecostalismo em 05 de abril de 1924 e em menos de um mês já havia sido escolhido para ocupar o cargo de secretário da primeira igreja Assembleia de Deus do Rio de Janeiro. Paulo Leivas Macalão (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 437-438.

⁹REIS, Raul. Media and religion in Brazil: the rise of TV Record and UCKG and their attempts at globalization. *Brazilian journalism research* - Volume 2 - Number 2 - Semester 2 – 2006. p. 167.

nessa mesma linha de pensamento, chega a argumentar que a história das religiões confunde-se com a própria história da mídia:

The history of religions is, one could easily argue, history of the media. The prohibition of idols; the periodic bouts of iconoclasm within Christianity; the mutual recognition of the three Peoples of the Book; the symbiosis of Protestantism and printing, radio, television, and, other devices for “broadcasting” (...) there is certainly enough in these ruptures, these shifts from one vehicle to another, to suggest a history, not of doctrines, but of the relations between doctrine and its material or technical substructures.¹⁰

À vista dessa realidade expressa por Saussy, uma série de estudiosos tem se especializado em compreender as imbricações das diferentes mídias com as religiões contemporâneas e o que eles vêm demonstrado é que, atualmente, esse fenômeno não está circunscrito a esse ou aquele segmento religioso e nem mesmo a determinados países. No livro *Religião, mídia e esfera pública*, organizado por Birgit Meyer e Annelies Moors, os estudiosos que assinam os capítulos da obra demonstram a amplitude dessa temática que, longe de ser apenas um elemento ocidental, relacionada ao cristianismo, abrange o universo budista, muçulmano, judeu, hindu, além de várias vertentes religiosas indígenas, ou seja, núcleos distintos de devoção que têm em comum, cada uma à sua maneira, a apropriação de uma grande variedade de meios de comunicação modernos, seja no formato impresso, seja no formato eletrônico, tais como folhetos, livros, revistas, jornais, como também programas de rádio e de televisão, bem como filmes e documentários.¹¹

É importante compreender como essa temática tem chamado a atenção dos estudiosos em diferentes países e como a relação mídia/religião, em um intrincado jogo de negação e apropriação, tem resultado em mudanças tanto na esfera religiosa como nos

¹⁰SAUSSY, Haun. In the Workshop of Equivalences: Translation, Institutions and Media in the Jesuit Re-Formation of China. In: WEBER, Samuel. VRIES, Hent de. (eds.), *Religion and Media*. Stanford: Stanford University Press, 2001. p. 179-180.

¹¹BIRGIT, Meyer & ANNELIES, Moors (eds). *Religion, media, and the public sphere*. Bloomington: Indiana University Press, 2006.

próprios meios de comunicação¹². Stewart M. Hoover, um célebre especialista nesse assunto, acredita ser mesmo impossível estudar as religiões em nossos dias sem levar em conta essa interação: “*it is increasingly clear that to understand religion in the 21st Century, we must also understand media and the ways that religions are being remade through their interaction with modern media*”.¹³ Ainda segundo Stewart M. Hoover:

(...) no longer possible to think of religion and media as separate spheres. The two are now converging on one another. This convergence is being brought about by important changes in “religion” and in “media”. The question is more complex than only how the media frame religion or how religions and religious people use media.¹⁴

Em *Rethinking Media, Religion, and Culture*, o mesmo Stewart Hoover, juntamente com Knut Lundby, já havia dado relevo a esta questão, criticando o “isolamento acadêmico” que resultava na separação da *mídia*, da *religião* e da *cultura* e, contra tal procedimento, propôs análises integradoras desses três elementos em “um todo coerente”:

A process of rethinking media, religion, as culture promises to offer a richer analysis by moving beyond the tacit naturalisms of modernity toward the cultural dynamics that form contemporary society. It might be argued our intent to triangulate is too comprehensive a task, given the fact that these three fields have tended to be researched separately in a kind of scholarly isolation. However, the defects of this isolation become obvious when we review the current state of knowledge about these issues.¹⁵

¹²A bibliografia internacional sobre a relação mídia/religião é muito vasta, de modo que seria impossível apresentar os principais estudiosos desse tema nos limites desta introdução. De toda maneira, além dos textos já citados, não poderíamos deixar de mencionar a coletânea organizada por Lynn Schofield Clark, exemplar pela amplitude das análises que dão conta de problematizar as imbricações de diferentes mídias em distintas formas de religiosidade como, por exemplo, as do universo muçulmano, católico-romano, evangélico, além do judaísmo e de rituais populares (CLARK, Lynn Schofield (editor). *Religion, Media, and the Marketplace*. Rutgers University Press, 2007); o livro organizado por Michael Bailey e Guy Redden, que reúne textos de estudiosos que trabalham em uma variedade de campos na busca pela compreensão de questões fundamentais sobre as vinculações entre as religiões e os meios de comunicação, em diferentes culturas religiosas e com uma ampla cobertura geográfica que abrange Inglaterra, Estados Unidos, Singapura, Austrália, Nova Zelândia e Filipinas (BAILEY, Michael. REDDEN, Guy (eds). *Mediating Faiths: religion and socio-cultural change in the Twenty-First Century*. Surrey: Ashgate, 2011); e as coletâneas organizadas pela pesquisadora Heidi Campbell, atualmente uma referência nesse campo de estudo, nas quais encontramos uma substancial análise sobre a utilização das tecnologias atuais, como os telefones celulares e a *internet* em comunidades judaicas, muçulmanas e cristãs, dando ênfase aos discursos comuns que dão legitimação à inserção dessas novas mídias em tradicionais cânones doutrinários (CAMPBELL, Heidi A. *When religion meets new media*. London: Routledge, 2010. CAMPBELL, Heidi A. (editors.) *Digital Religion: understanding religious practice in new media worlds*. New York: Routledge, 2013. CAMPBELL, Heidi A. & GRIEVE, Gregory Price (editors). *Playing with religion in digital games*. Bloomington: Indiana University Press, forthcoming, 2014).

¹³HOOVER, Stewart M. Religion and the Media in the 21st Century. *Trípodos*, n° 29, Barcelona, 2012. p. 28.

¹⁴HOOVER, Stewart M. op. cit., 2012. p. 30.

¹⁵HOOVER, Stewart M. LUNDBY, Knut (eds.). *Rethinking Media, Religion, and Culture*. Thousand Oaks, CA, London, New Delhi: Sage, 1997. p. 03-04.

Embora este seja um campo de estudo já muito palmilhado, ainda há muito a ser pesquisado, sobretudo, porque os esforços e o número de pesquisadores não acompanham a abundante produção midiática das religiões em suas diversas formas e suportes. Isto fica ainda mais evidente quando direcionamos nosso olhar à imprensa escrita, meio de comunicação que estabeleceu o ponto inicial de contato das religiões com meios seculares de difusão de informação e que, ainda hoje, mesmo em face de tantas outras opções de comunicação, continua a ocupar lugar de destaque no esforço de propagação de mensagens religiosas.

No Brasil a situação não é diferente, mesmo que os estudos acadêmicos sobre essa temática tenham aumentado substancialmente, não só em História, mas também nas áreas da Comunicação, Sociologia, Antropologia, Ciências da Religião e Ciência Política. Há um trabalho pioneiro, desenvolvido por Hugo Assman¹⁶, por solicitação da *World Association for Christian Communication* (WACC). Nessa pesquisa, Assman analisou o impacto dos *telepregadores* dos Estados Unidos (Oral Roberts, Jerry Falwell, Jim Bakker, Robert Schüller, Paul Crouch, Robert Tilton, Bill Bright, Rex Humbard, Jimmy Sweagart e Pat Robertson) nas igrejas pentecostais latino-americanas, incluindo aí o caso brasileiro. Como fica claro, o foco desse autor foi o uso da mídia televisiva pelos religiosos, o que ele denominou de “Igreja Eletrônica”.

A tese de doutoramento de Paul Freston¹⁷ sobre os evangélicos na política, no contexto de redemocratização do Brasil, possui um capítulo específico sobre a mídia evangélica com interessante contribuição analítica e teórica, mas o autor também deu ênfase ao emprego da televisão no proselitismo protestante na década de 1980. Ainda sobre a televisão, mas incluindo o rádio, Alexandre Brasil Fonseca desenvolveu uma relevante investigação sociológica na qual demonstrou o forte aumento nos usos dessas duas mídias na década de 1990.¹⁸ Não se pode deixar de mencionar também os estudos de Leonildo Silveira Campos¹⁹ sobre a Igreja Universal do Reino de Deus e seu conglomerado midiático, bem

¹⁶ASSMAN, Hugo. *A Igreja Eletrônica e seu impacto na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1986.

¹⁷FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (doutorado em Sociologia). IFCH, UNICAMP, Campinas, 1993.

¹⁸FONSECA, Alexandre Brasil. *Evangélicos e mídia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora Universitária; Curitiba: Faculdade São Boaventura, 2003. FONSECA, Alexandre Brasil. A igreja Universal do Reino de Deus: a forma protestante de religiosidade popular *Cadernos do CEAS*, Salvador, Bahia, n° 155. Janeiro/fevereiro, 1995. p. 45-59.

¹⁹CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado – organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

como as pesquisas de Waldemar Figueiredo Silva²⁰ que trata da articulação entre *mídia, religião e política*; Carlos Tadeu Siepierski²¹ que debate as estratégias midiáticas de *marketing* das instituições religiosas e Magali do Nascimento Cunha sobre o universo midiático na cultura gospel.²²

Contudo, desse conjunto de pesquisas sobre mídia e religião, pode-se identificar um descompasso que precisa ser superado: há uma concentração de estudos das mídias ulteriores à imprensa escrita (especialmente rádio, televisão e toda a extensão aberta pela rede mundial de computadores) em contraponto aos poucos trabalhos sobre o complexo universo dos impressos que, ressalte-se, mesmo após a propagação das mídias eletrônicas, subsistiu e chegou com força no final do século XX. Neste particular, a área de história se destaca pelo volume de trabalhos voltados à análise das estratégias de difusão de mensagens em diferentes núcleos religiosos por meio da comunicação escrita.²³ No entanto, apesar dos avanços nas últimas décadas, o número de pesquisadores é extremamente inferior ao que seria preciso para cobrir, pelo menos, uma parte significativa da grande quantidade de impressos que foram publicados por grupos religiosos no Brasil (católicos, espíritas, evangélicos, religiões afro-brasileiras e uma miríade de outras manifestações religiosas).

²⁰FIGUEIREDO FILHO, Waldemar. *Entre o palanque e o púlpito: mídia, religião e política*. São Paulo: Annablume, 2005.

²¹SIEPIERSKI, Carlos Tadeu. Fé, marketing e espetáculo. *Civitas: Revista de Ciências Sociais* (Impresso), Rio Grande do Sul, v. 3, n.1, p. 127-146, 2003.

²²CUNHA, Magali do Nascimento. *A explosão gospel*. Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

²³Sem qualquer intenção de abarcar todos os estudos, citamos aqui, a título de exemplo, algumas pesquisas que, sob diferentes perspectivas, analisaram a imprensa confessional no Brasil: VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica*. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro: FGV, n. 3, volume 21, setembro de 1978. ALMEIDA, Cláudio Aguiar. *Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária 1907-1937*. 2002. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). São Paulo, 2002. RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1932-1945)*. São Paulo: Autêntica, 2006. ADAMOVICZ, Anna Lúcia Collyer. *Imprensa protestante na Primeira República: evangelismo, informação e produção cultural*. *Jornal Batista (1901-1922)*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). São Paulo, 2008. BELLOTTI, Karina Kosicki. *Delas é o Reino dos Céus: Mídia Evangélica Infantil na Cultura Pós-Moderna do Brasil (Anos 1950 a 2000)*, 2007. Tese (Doutorado em História). IFCH, UNICAMP, Campinas. PINHEIRO, André de Oliveira. *Revista Espiritual de Umbanda: Mito Fundador, Tradição e Tensões no Campo Umbandista*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. SILVA, Elisângela Marina de Freitas. *Família e prosperidade no discurso da Igreja Messiânica Mundial do Brasil: as experiências de fé na Revista Izunome (2007-2011)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. ANDRADE, Solange Ramos de. *O catolicismo popular na revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)*. Tese (Doutorado em História). 2000. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2000.

Qual a importância de estudos que querem entender a dinâmica das redações confessionais? Maria Aparecida de Aquino lembra que as “práticas sociais” que envolvem a produção de um jornal ou revista não acontecem somente entre o periódico e o público, pois no interior das redações há uma complexa teia de relações, envolvendo repórteres, jornalistas, editores, redatores e colaboradores:

[...] por prática social dos agentes situados na imprensa estamos entendendo num jornal/hebdomadário/revista/órgãos de divulgação de periodicidade variada. O que se publica é fruto de uma diversidade de relação que incluem referenciais diferentes. Há uma linha editorial do periódico que carrega consigo interesses sociais nele representados pelo grupo que o domina. Há o trabalho do repórter/jornalista/editor/redator/colaborador que, além de seus próprios pressupostos sociais, realiza um exercício de aproximação/distanciamento em relação à linha editorial que pode ser mais ou menos claramente definida pelo órgão de divulgação. Localiza-se num artigo/coluna assinada/editorial, portanto, uma trama de relações sociais, ao mesmo tempo, complexas e difusas.²⁴

A imprensa confessional não está imune a essa correlação de forças expressa pela autora, de modo que, pesquisá-la somente a partir dos textos e imagens encontradas em milhares de páginas impressas, significa encobrir um riquíssimo universo que deu sustentação a essas publicações. Todo periódico, seja qual for o segmento que representa, é resultado de uma atividade na qual estão envolvidos jogos de poder, negociações, desafios financeiros, de ordem técnica e logística, entre outras tantas variáveis que incidem diretamente nos contornos textuais e composicionais.

Mas, para perscrutar todos esses aspectos é preciso um olhar multidirecional, capaz de superar uma prática que foi muito comum nas análises da imprensa, qual seja, abordagens em que, quase sempre, as atenções estavam voltadas exclusivamente aos conteúdos, sem considerar as práticas sociais e os agentes envolvidos na produção e organização do suporte (jornal ou revista).

O caso da AD, com seu poderoso aparato institucional de produção de impressos, serve muito bem para ilustrar essa situação, pois essa instituição religiosa, ao longo de todo o século XX, investiu fortemente na publicação de milhares de impressos, com destaque a longevos jornais e revistas que alcançaram vultosas tiragens. O jornal *Boa Semente*, por exemplo, foi publicado em 1918, sete anos após a fundação da AD no Brasil. Em 1930, para ocupar o lugar do *Jornal Boa Semente*, viria o jornal *Mensageiro da Paz*, um sucesso editorial

²⁴AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados – Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-1980)*, Tese (Doutorado em História Social). 1994. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), São Paulo, 1994. p. 01.

que chegou, décadas depois, a superar a tiragem de cem mil exemplares.²⁵ Além dos jornais, a AD investiu na publicação de revistas que também tiveram grande peso editorial, em especial *Lições Bíblicas*, *Obreiro*, *Círculo de Oração*, *Jovem Cristão* e *A Seara*.

O que chama atenção é que, embora esses periódicos já tenham sido utilizados como fonte em importantes pesquisas de História²⁶ e de outras áreas do conhecimento²⁷, em todos esses trabalhos preponderou uma opção metodológica na qual esses pesquisadores recorriam aos jornais e revistas da AD com o objetivo de *coletar* informações que os permitissem compreender a *visão institucional* da igreja sobre determinados temas. Nesta tese, porém, procuraremos seguir um pressuposto metodológico que aponta para uma abordagem diferente e que revela uma faceta pouco conhecida da imprensa assembleiana. Procuraremos seguir um quadro metodológico no qual os textos selecionados têm de ser analisados como reflexo do modo de pensar dos diferentes *grupos* que se sucederam na direção da revista *A Seara*, entre 1956 e 1980, o que, conseqüentemente, chama atenção para um aspecto ainda não explorado nos estudos sobre o periodismo da AD, qual seja, observar o conteúdo dos artigos, matérias e/ou editoriais como reflexo das concepções partilhadas pelos membros das diferentes equipes editoriais e não, simplesmente, como um canal de expressão do *pensamento institucional* da AD sobre determinados temas.

Essa opção tem consequência direta na forma de estruturação do presente estudo e, por isso, precisa desde já ser devidamente aclarada. O primeiro desses esclarecimentos – e o mais importante pelo seu papel estruturante na proposta central desta pesquisa – é nosso objetivo de não elaborar uma análise na qual a revista *A Seara* seja tomada meramente como um “repositório” no qual se realizou uma “coleta” de textos sobre a *relação da AD com a política*. A concepção que defendemos segue outro caminho, exatamente porque acreditamos

²⁵Mensageiro da Paz (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 457-460.

²⁶MINA, Andréia Mendes de Souza. *Nós e o mundo*. A construção do outro. Alteridade e pertencimento no material de divulgação brasileiro da Igreja Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus na década de 1990. 2004. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. MARTELLI, Lindolfo Anderson. *Escatologia e Anticomunismo nas Assembléias de Deus do Brasil na primeira metade do século XX*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. ENCARNAÇÃO, Maria. Amélia Dantas. *Imprensa Pentecostal a produção de uma identidade religiosa*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1999.

²⁷SILVA, Sandra Batista de Araujo. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Práticas religiosas pentecostais e processos de inserção na cultura escrita (Pernambuco, 1950-1970). In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. et al. (Org.). *História da Cultura Escrita: estudos nos séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 395-436. D’AVILA, Edson. *Assembléia de Deus no Brasil e a política*. Uma leitura a partir do jornal Mensageiro da Paz. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo (SP), 2006.

que a existência de diferentes pontos de vista acerca da relação igreja/política nesse periódico deva sempre ser entendida a partir de uma dúplici interpretação.

Primeiramente, essas distintas abordagens sobre o temário político demonstram que, pelo menos desde a década de 1950, não havia consenso sobre esse assunto no interior da AD e que a forma como a revista tratava esse tema dependia muito mais da orientação do *grupo* responsável pela redação do que propriamente de uma diretiva institucional da igreja. Sendo isso verdade, a segunda constatação é igualmente muito interessante, pois revela que a imprensa assembleiana não estava imune aos jogos de poder, às divergências e disputas de ideias, tão próprias das redações dos jornais e revistas seculares.

Em outras palavras, só se pode compreender os caminhos e descaminhos na relação da AD com a política se levarmos em conta os atritos e os interesses dos diferentes grupos que comandaram *A Seara*, entre 1956 e 1980, pois a falta de um olhar atento ao perfil daqueles que compuseram o corpo editorial, às disputas internas entre diretores, editores e outras instâncias de controle do periódico, acaba por escamotear os dissensos que havia no interior da igreja quando o assunto era a relação igreja/política.

Esse exercício analítico, conseqüentemente, nos remete a uma outra observação que, a nosso ver, é extremamente importante: embora *A Seara* fosse uma revista publicada com a chancela oficial da AD, uma igreja reconhecidamente rígida no controle do que era considerado *certo* ou *errado*, os assuntos espalhados em sua longa série – incluindo-se aí os diversos textos com opiniões divergentes sobre o tema “política” – não podem ser tomados diretamente como a manifestação de um posicionamento que representava a igreja em seu plano *institucional* propriamente dito, pois a cada mudança na composição do grupo responsável pelo referido periódico, havia mudanças na forma como a relação igreja/política era encarada pela revista.

Dito isso, um outro esclarecimento que se mostra imprescindível é o porquê de termos selecionado a “política” como tema principal a ser analisado em *A Seara*, a começar pela sempre desafiadora definição conceitual desse termo que, segundo o *Dicionário de Política*, está etimologicamente ligado à palavra grega *pólis* (*politikós*), que se refere “à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, social, e até mesmo sociável e social”.²⁸

²⁸Política (verbetes). BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p. 954.

Para Ciro Flamarion Cardoso, a *política* pode “*ser definida como a resultante – dinâmica e ao mesmo sistêmica (daí a noção de ‘sistema político’) de todos os fenômenos implicados pela conquista e pelo exercício do poder*”.²⁹ O já mencionado *Dicionário* insere a “política” na raia das “tipologias modernas das formas de poder”, isto é, o “poder político”, o “poder econômico” e o “poder ideológico”. Em relação ao “econômico” e ao “ideológico”, a especificidade do poder político está no uso da força, uma vez que ele se fundamenta: “(...) *na posse dos instrumentos mediante os quais se exerce a força física (as armas de toda a espécie e potência): [o poder político] é o poder coator no sentido mais estrito da palavra (...)*.”³⁰ Isto com a devida ressalva:

Embora a possibilidade de recorrer à força seja o elemento que distingue o poder político das outras formas de poder, isso não significa que ele se resolva no uso da força; tal uso é uma condição necessária, mas não suficiente para a existência do poder político. Não é qualquer grupo social, em condições de usar a força, mesmo com certa continuidade (uma associação de delinqüência, uma chusma de piratas, um grupo subversivo, etc), que exerce um poder político. O que caracteriza o poder político é a exclusividade do uso da força em relação à totalidade dos grupos que atuam num determinado contexto social, exclusividade que é o resultado de um processo que se desenvolve em toda a sociedade organizada, no sentido da monopolização da posse e uso dos meios com que se pode exercer a coação física.³¹

Devido a essa prerrogativa, que faculta o uso da força, os que detêm o poder político podem tomar “decisões legítimas” que têm reflexo em toda a coletividade, para isso contam com a salvaguarda de ordenamentos jurídicos que produzem normas que devem ser observadas pelos próprios detentores do poder e pelo corpo de “funcionários especializados”.³²

Já Hannah Arendt, vê na política uma forma de “*coexistência e associação de homens diferentes*”³³, e em outra obra apresenta a seguinte definição:

A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade. Como o homem não é autárquico, porém depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o

²⁹CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? CARDOSO Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Novos Domínios da História*. 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2011. p. 38.

³⁰Política (verbete). BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p. 955.

³¹Política (verbete). BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. op. cit., 2000. p. 956.

³²Política (verbete). BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. op. cit., 2012. p. 955.

³³ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008. p. 145.

convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo. Ela possibilita ao indivíduo buscar seus objetivos, em paz e tranquilidade, ou seja, sem ser molestado pela política — sendo, antes de mais nada, indiferente em quais esferas da vida se situam esses objetivos garantidos pela política, quer se trate, no sentido da Antiguidade, de possibilitar a poucos a ocupação com a filosofia, quer se trate, no sentido moderno, de assegurar a muitos a vida, o ganha-pão e um mínimo de felicidade.³⁴

Para resumir as definições de todos os autores mencionados, podemos dizer que elas nos encaminham para uma compreensão da política que abarca tanto os fenômenos de *conquista* do poder quanto o seu *exercício* propriamente dito por meio da governança de um Estado ou nação. Para René Rémond, entretanto, é preciso sempre recordar que, se o político, de fato, está diretamente relacionado ao Estado e à sociedade global, ele não pode ser reduzido a essas instâncias. Por suas palavras: “*nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios*”³⁵. É por isso que nas últimas décadas tem sido cada vez maior o número de pesquisadores preocupados em entender a relação do campo político com outras esferas do social, incluindo-se aí, como não poderia deixar de ser, a *religião*.

Mas quando se estudam as mediações entre *religião* e *política*, segundo Aline Coutrot, não se pode evitar algumas indagações preliminares, já que a *religião* parece ligada ao íntimo do ser e a *política* ao coletivo: “*Em que o religioso, particularmente o cristianismo, pode interessar à história do político? O que há de comum entre a religião, que propõe a salvação no além, e a política, que rege a sorte dos homens nesta terra?*”³⁶. Ao que a própria autora esclarece:

O fundamento de todas essas mediações [entre religião e política] reside no fato de que a crença religiosa se manifesta em Igrejas que são corpos sociais dotados de uma organização que possui mais de um traço comum com a sociedade política. Como corpos políticos sociais, as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda vida elas pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*; toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles. Definitivamente, nada do

³⁴ARENDT, Hannah. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 17.

³⁵RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 444-445.

³⁶COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). op. cit., 2003. p. 334.

que concerne ao homem e à sociedade lhes é estranho, mesmo que de uma época para outra a insistência em certos preceitos tenha eclipsado outros.³⁷

A resposta de Coutrot não deixa dúvidas sobre o quanto a religião excede as delimitações do *sagrado* com o objetivo de influenciar nos rumos da sociedade, por isso, esse segmento da teia social não deve ser ignorado sob alegações superficiais como aqueles que veem nos grupos religiosos apenas um coletivo de pessoas alheias a tudo o que diz respeito ao plano terreno. O caso da AD é exemplar nesse tipo de classificação, muito por causa da imagem autoconstruída por essa igreja de distanciamento da vida social, especialmente da política, daí nosso interesse em tomar a “política” como tema norteador em nossa análise de *A Seara*. Mas, para que o leitor desta tese possa compreender o pano de fundo histórico do debate sobre a relação igreja/política presente em *A Seara*, acreditamos ser importante apresentar, mesmo que de forma sumária, um quadro histórico no qual apontamos alguns elementos que contribuíram para a entronização dessa imagem de ojeriza da AD no tocante à política.

O *Dicionário do Movimento Pentecostal*, no verbete “Política”, esclarece que até a década de 1980, havia no interior da AD “grupos conservadores” que consideravam a política como “coisa do mundo” e que “*cada vez que as eleições se aproximavam, principalmente, radicalizavam dizendo que ‘política [era] coisa do diabo’ e que os crentes não pod[iam] se envolver com ela*”.³⁸ De maneira geral, ainda segundo esse *Dicionário*, a visão contrária à política era predominante, caracterizando uma forma de “apoliticismo religioso”³⁹.

Paul Freston faz uma análise muito interessante ao examinar esse rejeicionismo da AD à política. Na visão desse sociólogo, essa postura tem suas raízes nas experiências dos missionários que fundaram a AD no Brasil, em 1911, os suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, que conviveram no país do qual eram oriundos com uma realidade bastante distinta do quadro religioso estadunidense em que a ascensão social era muito valorizada. Na Suécia, ao contrário do que ocorria nos EUA, as minorias religiosas eram duramente reprimidas e marginalizadas e, tanto Berg quanto Vingren, como batistas, pertenciam a uma dessas minorias em um país em que o clero luterano detinha amplos poderes nas questões de Estado.

³⁷COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 334.

³⁸ARAÚJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 703.

³⁹ARAÚJO, Isael de. op. cit., 2007. p. 703.

A perseguição dos luteranos era tão exasperada na Suécia a ponto de muitos batistas optarem por deixar o país em busca de liberdade de culto. Essa relação conflituosa com um governo que buscava em tudo constranger as coletividades religiosas minoritárias, seria emblemática na formação dos missionários que fundaram a AD. É exatamente aí, segundo Freston, que estão arraigadas posturas tão próprias do pentecostalismo assembleiano, como a negação da esfera política e marginalização social e cultural. Acompanhemos parte da argumentação do autor:

[os missionários suecos] desprezavam a Igreja estatal, seu alto status, social e político e seu clero culto e teologicamente liberal. Desconfiavam da Social-democracia, ainda tingida pelo secularismo. Havia experimentado um Estado unitário no qual uma cultura cosmopolita homogênea não permitia à dissidência religiosa a construção de uma base cultural capaz de resistir à influência metropolitana. Por isso, eram portadores de uma religião leiga e contracultural, resistente à erudição teológica e modesta nas aspirações sociais. Acostumados com a marginalização, não possuíam a preocupação com a ascensão social tão típica dos missionários americanos formados no denominacionalismo.⁴⁰

Desse modo, a experiência da realidade sueca, que impingia Berg e Vingren a manterem certo distanciamento das esferas políticas e sociais, moldaram a postura de ojeriza à política que seria característica marcante da AD por várias décadas após sua fundação no Brasil. Mas há um outro fator que, invariavelmente, deve ser adicionado a esta reflexão. Desde fins do século XIX, recrudesciam no ambiente protestante estadunidense ideias milenaristas, ou seja, de que o retorno de Cristo à Terra era iminente.⁴¹ Esse *apocalipticismo* acabou contribuindo ainda mais para aquele pensamento de reclusão social trazido na bagagem dos futuros missionários, um pensamento que, a partir de então, encontrava lastro em uma lógica bem simples: não havia tempo nem necessidade de o cristão se envolver em demandas relacionadas a um mundo inescapavelmente fadado à danação eterna. Isso ajuda a

⁴⁰FRESTON, Paul. Breve História do Pentecostalismo Brasileiro, 1994. In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios: uma interpretação sociológica do pentecostalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 78. Bem descuidado seria intuir, a partir das palavras de Freston, que o pentecostalismo estadunidense fosse totalmente aberto à política, pois como nos mostra o historiador Gregory L. Schneide no livro *O século conservador*, as igrejas pentecostais norte-americanas, dentre elas a própria *Assembly of God*, diferentemente de outras instituições protestantes, participavam menos abertamente da política, inclusive de organizações anticomunistas. SCHNEIDE, Gregory L. *The Conservative Century: From Reaction to Revolution*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009. p. 133-134.

⁴¹STEIN, Stephen J. Apocalypticism outside the mainstream in the United States. In: MCGINN, Bernard. COLLINS, John J. STEIN, Stephen J. (eds). *The Continuum History of Apocalypticism*. New York: Continuum International Publishing Group, 2003. p. 493-515. BOYER, Paul. The growth of fundamentalist apocalyptic in the United States. In: MCGINN, Bernard. COLLINS, John J. STEIN, Stephen J. (eds). *The Continuum History of Apocalypticism*. New York: Continuum International Publishing Group, 2003. p. 516-544.

explicar o porquê da centralidade do milenarismo na arquitetura teológica e doutrinária da AD e, consequentemente, a opção dessa instituição de se manter afastada do âmbito político.

Nesse esforço de compreensão das implicações do milenarismo sobre a postura de rechaço da AD em relação à política é indispensável o entendimento sobre o papel da dita “Segunda Vinda de Cristo” na estruturação mesma do cristianismo após o evento traumático do Calvário. Richard Henry Popkin, na introdução da densa coletânea de três volumes *Millenarianism and messianism in early modern european culture*, apresenta, de forma sucinta, mas bem abrangente, a centralidade desse advento:

And, of course, Christianity as a religion began as a claim that the messianic expectation of Judaism had been fulfilled in the person of Jesus of Nazareth. The early Christian texts, especially the four gospels, portray the life and death of Jesus as historically linked to biblical messianic expectations, especially as put forth in the book of Isaiah. However, the Crucifixion did not seem to be attended with the expected political triumph of the Jewish Messiah over all of the enemies of the Jewish people. In fact, it looked like a complete defeat. But as St. Paul explained at length, it would come to be fulfilled at the time of the Second Coming of Jesus into world history. Jesus first came to expiate the sins of mankind, and he would return to reign on earth and to inaugurate the events leading to the Day of Judgment. The most forceful and exciting statement of when, where, and how the messianic triumph would occur was that which appears in the last book of the New Testament, The Revelations of St. John, which played a great role in future discussions within Christendom. This work, along with sections of the Book of Daniel, provided a blueprint centuries later for those seeking to determine exactly when the Second Coming would occur. It named and described many symbolic figures who would appear as the dramatic climax of human history neared. It also stressed the importance of the events that would lead up to the Second Coming. These included the appearance of the Antichrist, who would try to lead the believers astray, the conversion of the Jews to belief in Jesus as the Jewish Messiah, and the rebuilding of the Holy Temple in Jerusalem.”⁴²

Como se vê, a crença na “Segunda Vinda” garantiu a manutenção da fé na figura de Cristo, uma vez que sua morte na cruz não se encaixava na profecia de um *messias* que deveria “triunfar” sobre os inimigos do povo judeu. Dessa maneira, o esperado triunfo do *messias*, descrito no livro de Isaías, teria sua culminância nesse segundo momento de Cristo no plano terrestre, ocasião em que seria estabelecido um reino de mil anos de paz e justiça – daí a designação “milenarismo”. Uma conhecida passagem do livro de Jean Delumeau, destinado a esse tema, dá mais detalhes sobre o credo milenarista:

⁴²POPKIN, Richard Henry. Introduction to the Millenarianism and Messianism Series. In: GOLDISH, Matt. POPKIN, Richard Henry (eds). *Jewish Messianism in the Early Modern World*. Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic, 2001. p. VII.

No cristianismo, deve-se chamar de milenarismo a crença num reino terrestre vindouro de Cristo e de seus eleitos – reino este que deve durar mil anos, entendidos seja literalmente, seja simbolicamente. O advento do milênio foi concebido como devendo situar-se entre a primeira ressurreição – a dos eleitos já mortos – e uma segunda – a de todos os outros homens na hora de seu julgamento. O milênio deve, portanto, intercalar-se entre o tempo da história e a descida da “Jerusalém Celeste.”⁴³

Mas entender o milenarismo nesses termos não é suficiente se o que queremos é localizar a fonte que abasteceu o *apocalipticismo* de Berg e Vingren. Para isso, é imprescindível que façamos um esclarecimento adicional, considerando que o milenarismo se desdobrou em duas importantes vertentes, como esclarece Antonio Gouvêa Mendonça:

A ideia do retorno de Cristo a terra teve duas interpretações: a pós-milenista e a pré-milenista. A primeira interpretação afirma que a volta de Cristo se dará após o milênio, que será conseguido pela ação normal da Igreja na história; a segunda afirma que Cristo virá e estabelecerá pessoalmente o seu Reino milenário antes do julgamento final da humanidade.⁴⁴

O pós-milenismo, podemos assim dizer, tinha um olhar voltado mais para *Terra* do que para *Céu*, pois de acordo com esse preceito, o Reino de Deus não seria algo sobrenatural, mas sim uma realização a se concretizar na própria história da humanidade, um momento em que o reinado celestial se faria presente entre os homens como resultado do esforço da igreja de Cristo para tal. Por isso mesmo, era uma vertente com certo tom secularizante cuja plataforma de ação era chamada de “Evangelho Social”, isto porque a igreja deveria intervir na sociedade para cristianizá-la. Em outros termos, o que se propunha era uma forte ação social, especialmente por meio da educação, que fosse capaz de criar uma cultura geral a serviço do Reino de Deus.⁴⁵

No pré-milenismo a compreensão era bem outra, a começar por sua idealização radicalmente sobrenatural que tinha como corolário a separação entre a *igreja* e o *mundo*, por estar esse último irremediavelmente fadado à perdição. A iminência da volta de Cristo não era um componente a mais no conjunto de crenças das igrejas pré-milenistas, mas sim um

⁴³DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 19.

⁴⁴MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984. p. 63.

⁴⁵MENDONÇA, Antonio Gouvêa. op. cit., 1984. p. 63.

elemento central na estruturação teológica e doutrinária dessas instituições. A pregação, o estilo de vida, as formas de evangelização, a interpretação da Bíblia e a relação igreja/sociedade eram todos elementos mediados pela concepção pré-milenista.

O pré-milenismo, conforme apresentado por Mendonça, dará as tinturas do que esse mesmo autor chamou de “grande moldura do sistema de crenças pentecostal”, que no seu entendimento tinha como sustentáculo a ideia de oposição no mundo entre o *Bem* e o *Mal* em uma luta contínua entre Deus e Satanás, o primeiro agindo em favor da manutenção da ordem no mundo, o segundo buscando sempre a desordem generalizada.⁴⁶ Dessa maneira, ainda segundo Mendonça, os problemas da sociedade eram tomados como reflexo único do pecado em que jazia a humanidade. A solução, então, estava no milênio que colocaria tudo no seu devido lugar. É por isso que toda busca por felicidade neste mundo era considerada um inútil esforço, a meta deveria ser sempre a bem-aventurança da alma no futuro, algo somente garantido pela cuidadosa observância dos ensinamentos bíblicos⁴⁷. Francisco Cartaxo Rolim segue semelhante linha de análise ao afirmar:

O pentecostalismo voltava-se para o cristianismo primitivo buscando reproduzir o que este apresentara de extraordinário na manifestação do Espírito Santo, isto é, orar e falar em línguas desconhecidas, fazer curas pelo poder divino. Isso significava introduzir no presente um modelo do passado. Só que este modelo é religioso e se pretendia alcançá-lo através de práticas religiosas. Quanto a mudar a sociedade, era coisa que se deixava por conta da segunda vinda de Cristo.⁴⁸

Daniel Berg e Gunnar Vingren seguiam a linha denominada *pré-milenista* que conheceram no campo religioso dos Estados Unidos e, quando em terras brasileiras, ambos moldaram suas mensagens missionárias em torno desse componente que, em pouco tempo, tornar-se-ia elemento característico dessa instituição, personificado, entre outros, pela figura

⁴⁶MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *Protestantes, Pentecostais & Ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. 2. ed. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008. p. 146.

⁴⁷MENDONÇA, Antonio Gouvêa. op. cit., 2008. p. 146.

⁴⁸ROLIM, Francisco Cartaxo. *O Que é Pentecostalismo?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 54.

do pastor que, em lugares públicos, distribuía folhetos de evangelização aos transeuntes e alertava-os da proximidade do fim do mundo em altissonante apelo.⁴⁹

Essa explanação deixa claro o quanto *A Seara*, ao se propor colocar em debate o assunto igreja/política, na década de 1950, estava avançando sobre um temário cujas convicções estavam alicerçadas em um longo constructo histórico, o que explica, por extensão, o porquê de esse tema ser sempre tão propenso a polêmicas e ter tido uma presença irregular nas páginas da revista ao longo de 1956 e 1980.

Considerando-se a natureza da proposta de análise que pretendemos desenvolver nesta tese, em termos metodológicos seguiremos as recomendações de importantes estudiosos da imprensa que defendem uma perspectiva analítica capaz de ir além do periódico como simples depósito de informações. É preciso lembrar, de antemão, que até a década de 1960, jornais e revistas eram fontes históricas cercadas de desconfianças e senões. Na França, por exemplo, berço das inovações teóricas e metodológicas que alargaram a noção de fonte histórica para além da rígida concepção do “documento oficial”, não deixa de ser emblemático o fato de somente nas décadas de 1960 e 1970 os estudos históricos utilizarem sistematicamente a imprensa. Para ser mais específico, isso se deu a partir das pesquisas de Jacques Kayser, ainda que em uma perspectiva quantitativa, como informa Dominique Lambert:

L'étude de presse a été l'un des terrains privilégiés de la recherche universitaire des les années 1960-1970, à la suite des travaux initiés par Jacques Kayser, travaux favorisant l'approche quantitative basée sur le mesure arithmétique des articles, des titres ou de la mise en page.⁵⁰

As palavras do próprio Jacques Kayser, em sua mais importante obra, publicada em 1963, não deixam dúvidas sobre a ausência de pesquisa sobre a diversificada imprensa francesa:

⁴⁹Alguns estudos trataram especificamente desse acento escatológico presente nas mensagens da AD, cf: GUIMARÃES, Robson Franco. *Os últimos dias*: crenças, sentimentos e representações dos pentecostais da Igreja Assembléia de Deus em Belo Horizonte relativos ao imaginário do fim dos tempos. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) UESP, São Paulo, 2004. A esse respeito ver também: MARTELLI, Lindolfo Anderson. *Escatologia e Anticomunismo nas Assembléias de Deus do Brasil na primeira metade do século XX*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. ROIZ, Diogo da Silva. “Sob as bênçãos de Deus”: a(s) filosofia(s) da História da Igreja Assembleia de Deus no Brasil. In: FONSECA, André Dionei; MARIN, Jérri Roberto. (Orgs.). *Olhares sobre a Igreja Assembleia de Deus*. 1ed.Campo Grande/MS: UFMS, 2015. p. 131-154.

⁵⁰LAMBERT, Dominique. *La presse catholique en Franche-Comté Cité fraternelle 1944-1967*. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté (collection Annales littéraires de l'Université de Besançon, n° 819), 2007. p. 07.

A pesar de que las ciencias humanas hayan conocido en Francia un rápido desarrollo desde hace un cuarto de siglo, los estudios sobre la prensa – que surgen a partir de estas ciencias, a menos que constituyan una por si mismos – han permanecido abandonados. Desde 1936, no han entrado en la Biblioteca Nacional más libros dedicados a los diarios que libros sobre la astrología. Se encuentran, sobre la prensa francesa, algunos resúmenes fragmentarios que ponen de relieves algunos de sus aspectos en determinados períodos de su historia; pero buscaríamos en vano síntesis o visiones de conjunto.⁵¹

Mas o problema ia além da simples aceitação da imprensa como fonte histórica, porque afora essa paulatina admissão, ainda havia indeterminações sobre as abordagens a serem utilizadas nos estudos históricos que recorriam aos periódicos. No geral, inicialmente, jornais e revistas serviam tão somente como repositório do qual se extraía, em edições esparsas, as mais diversificadas informações sobre as mais distintas temáticas. As implicações de tal opção foram aos poucos sendo reveladas pelos estudiosos que percebiam que a coleta pontual de dados históricos deixava de colocar em relevo elementos indispensáveis sobre o que estava por trás dos textos publicados nos jornais e revistas pesquisados. Essa questão foi levantada, ainda na década de 1970, pelo pesquisador espanhol Celso Almuiña Fernández no trecho seguinte:

Estudiar el contenido, sin conocer previamente todos los elementos anteriores, es como levantar un castillo sobre arenas movedizas; de donde se deduce que la prensa, antes de ser utilizada como fuente histórica, requiere un complejo estudio previo para situar al portavoz dentro de sus propias coordenadas. Sólo así el rico contenido que ofrecen los medios de comunicación de masas adquiere pleno sentido y se convierte en una fuente histórica de capital importancia. En otro caso, cuando menos, estamos ante una parcialidad con pretensiones de visión global. Por eso, tienen razón los historiadores que critican la utilización – indiscriminada y casi siempre azarosa – de la prensa como fuente histórica sin esa labor previa de conocimiento del Medio y su entorno; o sea lo que realmente es y representa la publicación. Sin embargo, yerran aquellos que por principio desconfían y se niegan en rotundo, aun después de esa labor previa de conocimiento del Medio, a utilizar la prensa como fuente histórica.⁵²

As considerações do historiador Celso Almuiña Fernández, em inequívoco tom de crítica, demonstram uma preocupação com as pesquisas que recorrem a periódicos para a coleta de informações sem levar em consideração o que ele denominou de “elementos anteriores”, isto é, todos aqueles componentes exteriores, em sua maioria ausente nas páginas dos jornais e revistas.

⁵¹KAYSER, Jacques. *El Diario Francés*, Barcelona: A.T.E, 1974. p. 17.

⁵²ALMUIÑA FERNANDEZ, Celso. *La prensa vallisoletana durante el siglo XIX (1808-1894)*. Valladolid: Institucion Cultural Simancas, 1977. p. 710.

No Brasil a situação não foi diferente. Até a década de 1970, como indicou Tania Regina de Luca, eram poucas as pesquisas que se valeram de jornais e revistas, especialmente pela suspeição que pesava sobre os impressos periódicos, material tido como repleto de visões distorcidas, de registros fragmentários, repositório de interesses, compromissos e paixões, portanto, de vicissitudes praticamente insuperáveis.⁵³ Mas, a partir dos anos 70, houve um deslocamento nas pesquisas sobre a imprensa. A tese de doutoramento de Arnaldo Daraya Contier, *Imprensa e ideologia em São Paulo*, defendida em 1973, foi emblemática nessa mudança de postura. Em sua pesquisa, que tinha por objetivo identificar a ideologia dominante em um momento de intensas disputas políticas no Brasil, Contier não recorreu aos jornais a busca de informações isoladas, seu objetivo era, por meio de recursos da Linguística e da Semântica, analisar o vocabulário político e social da imprensa paulista entre 1927 e 1935.⁵⁴ Também da década de 1970, destacam-se os estudos de Ana Maria de Almeida Camargo, pesquisadora que defendeu o uso dos periódicos como fonte histórica em um contexto no qual os jornais, revistas e demais publicações seriadas, eram vistos, em termos metodológicos, como fontes de natureza secundária e dotadas de “complexidade desencorajadora”⁵⁵:

A pouca utilização da imprensa periódica nos trabalhos de história do Brasil parece confirmar nossas suposições. Alguns, talvez, limitem seu uso por escrúpulo, já que encontram, tão em evidência e abundância, as “confirmações” de suas hipóteses – e com a mesma facilidade, também, argumentos contrários. A maioria, porém, pelo desconhecimento, pela ausência de repertórios exaustivos, pela dispersão das coleções. Quando o fazem, tendem a endossar totalmente o que encontram, aproximando-se de seu objeto de conhecimento sem antes filtrá-lo através de crítica mais rigorosa. A análise de apenas alguns trabalhos é suficiente para mostrar quão rica em sugestões é a imprensa periódica para o estudo de nossa história. Elementos que à primeira vista parecem despidos de qualquer importância ganham sentido quando bem explorados.⁵⁶

Os estudos de Maria Lígia Prado e Maria Helena Rolim Capelato, que buscaram compreender o papel do jornal *Estado de São Paulo* como instrumento de propagação dos

⁵³LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

⁵⁴CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Matizes do Vocabulário Político e Social. Campinas: Vozes-UNICAMP, 1979.

⁵⁵Expressão do historiador Jean Glénisson no livro *Iniciação aos estudos históricos*. GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961. p. 177.

⁵⁶CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil In: DE PAULA, Eurípedes Simões. (Org.). Portos, rotas e comércio. *Anais do V Simpósio Nacional de Professores universitários de História* (ANPUH Campinas, setembro 1969). São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), 1971. p. 226. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S05.44.pdf>

interesses das classes dominantes paulistas, também merecem destaque uma vez que as autoras não utilizaram o referido jornal apenas como fonte confirmadora de análise, mas empreenderam um estudo em que o próprio jornal foi tomado no todo como um *documento histórico*⁵⁷.

A partir dos anos noventa, uma série de estudos consolidou essa perspectiva historiográfica na qual o historiador não utiliza os jornais e revistas somente como *fonte* para buscar citações isoladas, mas que os toma como um *objeto* analisado a partir de diversos temas e problemáticas. Nessa vertente, destacam-se, entre outros, os estudos emblemáticos de Heloisa de Faria Cruz, Tania Regina de Luca, Ana Luiza Martins e Maria Aparecida de Aquino.⁵⁸

Todavia, por mais que essa compreensão sobre o uso da imprensa nos estudos históricos já esteja consolidada no meio acadêmico, os jornais e revistas ainda têm sido utilizados em diversas pesquisas como um “arsenal” de informações que podem ser extraídas ao sabor de interesses específicos, bastando apenas que o pesquisador indique as referências do jornal e/ou revista consultados, um problema que já havia sido apontado por Ana Maria de Almeida Camargo, no já mencionado texto publicado em 1971, quando essa historiadora afirmou: “*Corremos o grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade maior*”⁵⁹.

Por isso mesmo, pesquisadoras como Heloisa Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto insistem em advertir que indicações como “manancial fértil para o conhecimento do passado”, “fonte de informação cotidiana”, “material privilegiado para a

⁵⁷Os estudos de Maria Lígia Prado e Helena Capelato foram apresentados em: CAPELATO, Maria H; PRADO, Maria L. C. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

⁵⁸CRUZ, Heloisa Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890/1915*. 1. ed. São Paulo: Educ/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2000. LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. 1ª. ed. São Paulo: EDUNESP, 1999. MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista. Imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp/Fapesp, 2001. AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968–1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999. AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados – Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-1980)*, Tese (Doutorado em História Social). 1994. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), São Paulo, 1994.

⁵⁹CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil In: DE PAULA, Eurípedes Simões. (Org.). Portos, rotas e comércio. *Anais do V Simpósio Nacional de Professores universitários de História* (ANPUH Campinas, setembro 1969). São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), 1971. p. 226. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S05.44.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2016.

recuperação dos acontecimentos históricos”, geralmente empregados nas pesquisas históricas, tendem a naturalizar determinados usos que se faz da imprensa. No entender das autoras, o problema reside no uso da imprensa como fonte subsidiária ou secundária da qual se colhe informação para atender a determinados temas, deslocando-se, por isso, os textos consultados da lógica própria do veículo de divulgação. E exemplificam: *“Assim, por exemplo, notícias sobre os movimentos sociais ou sobre greves veiculadas por algum jornal da grande imprensa ou revista semanal no período da ditadura, são dali deslocadas e imediatamente articuladas à produção de uma narrativa sobre como ocorriam os movimentos naquele período”*⁶⁰.

Para Cunha e Peixoto, a armadilha reside nas abordagens que se sustentam numa reportagem lá, noutra acolá, num editorial daqui, noutro dali, recolhidos de diversos veículos noticiosos, sem a reinserção na conjuntura e no interior do projeto editorial que lhes dava sustentação: *“Qualquer que seja nosso caminho de aproximação com jornais e revistas em suas diferentes formas históricas, não se pode esquecer que o objetivo de nossa leitura e análise é a de indagar sobre a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade”*⁶¹, afirmam categoricamente.

No entender dessas pesquisadoras, assim como outras fontes, ao estudar a imprensa deve-se estabelecer o diálogo com outros documentos capazes de agregar informações sobre sujeitos e práticas sociais inerentes à temporalidade na qual se enquadra o impresso selecionado para estudo. A imprensa só existe em intercâmbio com a sociedade que a cerca; está sujeita a legislações diversas, a controles de conteúdo, a determinadas responsabilidades editoriais, além é claro das mudanças no interior das redações, como nas chefias, diretorias, proprietários, podendo-se nesta lista incluir um sem número de outros fatores que incidem sobre o que chega às mãos dos leitores. Ana Luiza Martins, referindo-se especificamente ao uso das revistas nos estudos históricos, compartilha semelhante posição e assim argumenta:

a constância do uso de revistas como fonte histórica vem revelando que frases e imagens de periódicos pinçadas aqui e acolá, descosturadas do mergulho em seu tempo — vale dizer, no imaginário construído ao seu tempo — não iluminam suficientemente o passado. A pertinência desse gênero de impresso como testemunho do período só é válida se levarmos em consideração as condições de sua

⁶⁰CRUZ, Heloisa Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador. Conversa sobre história e imprensa. *Projeto história*. São Paulo. N° 35, 2007. p. 256.

⁶¹CRUZ, Heloisa Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. op. cit., 2007. p. 260.

produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia e, em especial, da natureza dos capitais nele envolvidos.⁶²

Para a análise de *A Seara*, seguiremos o entendimento compartilhado pelos autores mencionados, ou seja, todos os textos selecionados serão analisados a partir de um olhar multidirecional capaz de contemplá-los a partir dos projetos editoriais que se alteravam de acordo com as demandas internas da redação à vista do conturbado contexto social de nosso país entre as décadas de 1950 e 1980. Configura-se elemento inescapável, neste tipo de análise, a distinção dos diferentes *grupos* que se sucederam nos postos de comando da redação de *A Seara*, porque sem conhecê-los não há como entender a dinâmica da própria revista, comprometendo, por conseguinte, o exame temático dos capítulos posteriores.

Como estamos interessados em entender a discussão sobre a política em *A Seara* a partir dos *grupos* que se sucederam no comando da revista, temos na noção de *representação* de Roger Chartier um referencial fundamental que acompanhará, de modo subjacente, todos os capítulos desta tese. No entendimento de Chartier, a noção de *representação* tem como objetivo alcançar *grupos* silenciados por análises que privilegiavam o coletivo na longa duração e com isso entender diferentes formas de atuação dos grupos sociais que estão constantemente em busca de legitimação de suas identidades em contraposição a outros grupos.⁶³ É o que fica evidenciado no seguinte trecho:

Assim construído, o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder.⁶⁴

⁶²MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. *Revista NERA* (UNESP), v. 22, p. 61.

⁶³FONSECA, André Dione; SALGUEIRO, Eduardo de Melo. A noção de Representação após duas décadas de debates: a propósito do texto 'Defesa e ilustração da noção de Representação' de Roger Chartier. *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 4, p. 27-46, 2013.

⁶⁴CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de Representação. *Fronteiras*. v. 13, nº 24, 2011, p. 20.

Como defende Roger Chartier, as *representações* são “tanto mais decisivas quanto menos imediatamente materiais”⁶⁵, de modo que o palco em que ocorrem esses embates de *representações* tem tanta importância quanto as lutas travadas na esfera econômica. Olhar para os conflitos que envolvem as *representações* não significa, portanto, negligenciar o *social*, mas sim atentar para aqueles elementos não necessariamente *materiais* que tem grande relevância na compreensão do mundo social.⁶⁶

Nessa perspectiva, a revista é entendida como um instrumento de demarcação de representações, não exclusivamente da igreja e sim dos *grupos* que se sucederam na direção do periódico. É por isso que para analisar o tratamento dado à política em *A Seara*, é necessário estar atento à visão dos diferentes agentes históricos que ocuparam a redação dessa revista entre 1956 e 1980, para que prevaleça a postura metodológica que defendemos neste estudo.

Outra ressalva importante é que o leitor não encontrará na presente pesquisa um estudo sobre a recepção de *A Seara*, não por essa ser uma perspectiva de menor significância, pois como já foi demonstrado por grandes especialistas do tema⁶⁷, não se pode atribuir aos leitores uma condição passiva ante os textos, sendo o ato da leitura uma atividade aberta à reapropriação, ao desvio, à desconfiança e à resistência. Todavia, os limites deste trabalho, que é o primeiro sobre a revista *A Seara*, não permitem o enfrentamento do sempre tão desafiador estudo da recepção.

Sobre o recorte temporal que delimita nossa análise, vale destacar que ele tem por referência a *primeira fase* de *A Seara*, ou seja, os vinte e quatro anos em que a revista circulou como “Revista Evangélica”. Desse modo, a delimitação temporal do presente estudo busca incorporar na análise o período em que *A Seara*, a despeito das mudanças na política editorial, apresentou-se aos leitores como uma revista destinada a assuntos diversos, tal como havia

⁶⁵CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Mari Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

⁶⁶CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de Representação. *Fronteiras*. v. 13, n° 24, 2011. p. 17.

⁶⁷CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 4º Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre as certezas e inquietude*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002. BOURDIEU, Pierre. Leitura, leitores, letrados, literatura. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990. 134-146. CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 4ª ed., tradução de Epharain Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, Editora da UNESP, 1992, 2ª. ed., p.199-236.

sido pensada pelos fundadores, em meados dos anos 1950. Para melhor esclarecimento sobre o *corpus* documental envolvido nesse recorte, apresento os números que compõem essa primeira fase no Quadro 1 (Anexo 1).

Visto pelo ângulo das trocas na direção do periódico, pode parecer difícil identificar uma fase única entre 1956 e 1980. Mas essa demarcação temporal levou em consideração a manutenção do indicativo “Revista Evangélica Ilustrada”, que longe de ser um aspecto de somenos importância, na verdade indica a permanência de características básicas na estruturação da revista. O que mais importa como aspecto distintivo desse momento assinalado como “*primeira fase*” é exatamente o fato de a revista não ter sido redirecionada ao atendimento de temas específicos, como ocorreu a partir do ano de 1980, quando *A Seara* passou a tratar estritamente de assuntos relacionados à “família cristã”, ou mesmo a partir de 1993, quando passou a servir às causas missionárias.

Há que se destacar também que a opção de estudo da imprensa nos moldes até aqui defendido dificilmente pode se desenvolver sem a inclusão de fontes de apoio, visto que todos os elementos indicados exigem, em um ou outro momento, a perquirição de outros materiais nos quais se encontram informes ausentes das páginas do periódico em estudo. Pode-se citar, como exemplo, os dados biográficos dos diretores e demais envolvidos na publicação de *A Seara* em diferentes momentos, assim como as informações sobre a história da editora responsável pela publicação da revista, ou ainda as decisões tomadas em convenções gerais pela cúpula da igreja que tinham reflexo direto na organização empresarial da editora. O historiador da imprensa francesa Jean-Noël Jeanneney já havia notado essa necessidade assim descrita por ele:

A história da imprensa escrita carrega assim de saída o *handicap* de um desequilíbrio da documentação (e esta observação pode entender-se também às agências de notícias): de um lado, a massa imensa de papel impresso e, em contrapartida, uma mediocridade geral dos arquivos de empresas que permitem descrever a *instituição* do jornal, suas finanças, seus métodos de recrutamento, suas ligações cotidianas com diferentes poderes.⁶⁸

Por isso mesmo, a realização de um estudo sobre a revista *A Seara*, considerando a complexa rede de organização editorial e institucional que permitiu sua circulação, requer a incorporação de uma série de outras fontes, além dos 186 números da revista publicados entre

⁶⁸JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: REMOND, Réne. *Por uma História política*. Tradução de Dora Rocha. 2º ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 214.

1956 e 1980⁶⁹, a exemplo do jornal *Mensageiro da Paz*, central para o entendimento do aparelhamento institucional da AD e de sua editora oficial. O *Mensageiro da Paz*, fundado em 1930, é o órgão impresso oficial da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), por isso em suas páginas encontram-se as principais notícias e resoluções referentes às decisões tomadas pela CPAD e pela CGADB que incidiram diretamente sobre a revista *A Seara*.

Os impressos institucionais⁷⁰ também são muito importantes por apresentarem valiosos dados históricos, entre essas publicações de caráter oficial destacamos dois principais: o *Dicionário do Movimento Pentecostal*⁷¹, que traz em mais de 1000 verbetes biografias dos principais líderes assembleianos, além de inúmeros dados históricos sobre a própria CPAD; e o livro *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*⁷², que contribui no entendimento das principais decisões nas Convenções Gerais dessa igreja, inclusive sobre os rumos da editora oficial. Já a autobiografia de Joanyr de Oliveira, *Memorial do sobrevivente*⁷³, publicada pela Academia Brasileira de Letras, contribuiu na coleta de dados biográficos desse pastor que teve um papel fundamental na estruturação da revista *A Seara*.

Outro aspecto a ser enfatizado é o critério de seleção do material analisado, já que no recorte temporal que assumimos temos um total de 186 números que oscilam entre 30 e 60 páginas. Nossa opção foi de não seguir um fundamento de seleção que tivesse como norte seções específicas da revista (editorial, artigos, matérias, entre outros), justamente porque o assunto selecionado para a pesquisa estava espalhado em diversas seções ao longo da série. Assim, optou-se por realizar um fichamento *capa a capa* nos 186 números por meio do qual identificamos os textos de diferente natureza que tratavam do tema “política”, termo

⁶⁹A coleção completa de *A Seara* está disponível para consulta no Centro de Estudos do Movimento Pentecostal (CEMP), entidade mantida pela editora Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), situada na Av. Brasil, 34.401 – Bangu, Rio de Janeiro – RJ.

⁷⁰Entendemos por “impressos institucionais” os livros publicados pelas editoras das instituições pentecostais tais como: livros de história escritos por memorialistas, manuais de doutrinas, diários de líderes, biografias dos principais ministros, dicionários, etc. Sobre o valor desses materiais como fonte histórica para o estudo das instituições pentecostais ver: FONSECA, André Dionei. Os impressos institucionais como fonte de estudo do pentecostalismo: uma análise a partir do livro *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil. História em reflexão* (UFGD), v. 3, p. 1-20, 2009.

⁷¹ARAÚJO, Israel de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007.

⁷²HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

⁷³OLIVEIRA, Joanyr de. *Memorial do sobrevivente*. Autobiografia e poemas. Brasília: ALB, 2008.

entendido aqui, à luz dos autores já mencionados, em sentido amplo que abrange os fenômenos de *conquista* e as formas de *exercício* do poder.

Como nossa proposta não é trabalhar de forma isolada com o material específico inserido nesse amplo leque do temário “política”, operamos uma segunda triagem, também no molde fichamento *capa a capa*, tendo como critério de seleção os textos que tratavam de aspectos administrativos e editoriais da revista, especialmente aqueles sobre mudanças nos cargos de comando da redação, que continham diretivas para as políticas editoriais e que expunham os embates implícitos ou explícitos travados no interior da redação de *A Seara*. Assim, a partir desses dois critérios, chegamos a um total de 65 textos, sendo 45 relacionados ao tema “política” e 20 voltados ao universo administrativo e editorial da revista.

Para alcançar os objetivos propostos esta tese apresenta-se dividida em cinco capítulos. No primeiro pretende-se apresentar o contexto de criação de *A Seara* e quais eram os elementos que motivaram a publicação de uma revista que tinha entre suas “polêmicas” propostas editoriais a de pôr em debate a relação da igreja com o campo da política. Para isso, daremos nesse capítulo especial atenção à trajetória dos fundadores desse periódico – João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira –, à conjuntura política e social vivida pelo país na década de 1950 e às percepções da AD diante das mudanças que se processavam nos chamados “anos dourados”.

O segundo capítulo apresenta os desdobramentos em *A Seara* dos debates relacionados à inserção da AD na esfera política, tendo como marco temporal os anos de 1956 e 1958. Procura-se demonstrar as principais polêmicas fomentadas na revista pela disposição de João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira de colocar a política no temário principal do novo periódico e o papel desempenhado pelo pastor Túlio Barros Ferreira no desmonte da diretriz editorial de *A Seara* que tinha na discussão sobre a relação igreja/política um de seus eixos estruturantes.

No terceiro capítulo a análise recai sobre o longo período em que Emílio Conde exerceu a função da redator-chefe de *A Seara* (1959-1968), com o firme objetivo de afastar a revista do temário político em favor dos assuntos teológicos, doutrinários e evangelísticos, isso tudo em um momento em que a grande efervescência no cenário social e político do país – marcado pelos acontecimentos do pré-golpe, do golpe e do pós-golpe de 1964 – desafiava a postura assumida pela redação de *A Seara* de manter a revista afastada do mundo da política.

O quarto capítulo dedica-se a apresentar as mudanças na forma de *A Seara* abordar o tema “política” após a substituição de Emílio Conde, em dezembro de 1968, pelos pastores Alcebiades Pereira de Vasconcelos e Geziel Nunes Gomes, dois indivíduos que, embora

tivessem forte identificação com o redator-chefe que deixava seu posto, não se furtaram em dar maior abertura para que a revista desse mostras de apoio ao regime militar brasileiro em um momento de forte escalada do autoritarismo por parte Estado.

Tendo como pano de fundo os últimos anos do chamado “milagre brasileiro” e as crises vividas pelo regime militar na segunda metade da década de 1970, no quinto capítulo analisamos as diferentes abordagens de *A Seara* sobre a política na gestão do pastor Geziel Nunes Gomes e, posteriormente, durante os anos em que os fundadores dessa revista, João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira, retornaram à redação da revista que haviam fundado na década de 1950. A análise se encerra com os eventos que levaram esses dois pioneiros da revista a novamente deixarem a CPAD e com o encerramento das atividades de *A Seara* como periódico *pluritemático* da AD.

I

A FUNDAÇÃO DA REVISTA A SEARA E O PROJETO DE “MODERNIZAÇÃO” DA IMPRENSA PENTECOSTAL

1) Os fundadores de *A Seara*

Uma revista pentecostal fundada por iniciativa de um indivíduo ligado à militância político-partidária e secretariada por um jovem recém-converso que há pouco tempo havia se desligado dos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa era *A Seara*, revista publicada em 1956 pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD).

Como têm demonstrado diversos estudos, as revistas são importantes instrumentos para a difusão de ideias e defesa de determinados pontos de vista por indivíduos que compartilham posições comuns sobre diversos assuntos. Como descreveu Jean-François Sirinelli:

[...] as revistas conferem uma estrutura intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtem, as fidelidades que arrebatam e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são um lugar precioso para a análise do movimento das idéias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro de sociabilidade.⁷⁴

Por isso mesmo, em toda análise de um periódico deste gênero deve-se dar atenção tanto ao momento de lançamento como aos nomes envolvidos na fundação (diretores, secretários e outros responsáveis)⁷⁵ e quais foram as intenções iniciais dos fundadores, ou mais especificamente, qual era o lugar que o impresso queria ocupar em relação às demais publicações congêneres quando de sua entrada no mercado editorial, pois é necessário *“sempre vincular a situação da imprensa ao quadro geral do tempo, suas características e*

⁷⁴SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne. Por uma História Política. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 249.

⁷⁵LUCA, Tania Regina de. Revista do Brasil (1938-1943): um projeto alternativo? In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política, nação e edição*. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX. 1ed. São Paulo: Annablume, 2006, v. 1, p. 318.

suas necessidades”⁷⁶. A esse respeito Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto destacam:

O jornal e a revista e outros veículos impressos não nasceram prontos. A própria configuração do que hoje entendemos como um jornal, ou uma revista, um gibi, uma revista semanal noticiosa, um jornal da imprensa sindical são elas mesmas produto da experimentação e da criação social e histórica. Nesse processo de configuração dos veículos, seus conteúdos e formas, as convenções sobre como deve ser feito e o que deve conter um determinado jornal ou revista são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso sobre o fazer imprensa a cada momento histórico.⁷⁷

Desse modo, não podemos deixar de considerar que a revista *A Seara*, embora tenha sido lançada com o selo oficial da editora assembleiana, nasceu pela iniciativa de dois indivíduos que possuíam traços biográficos muito incomuns se comparados à maior parte dos quadros de liderança da igreja: João Pereira de Andrade e Silva, então gerente da Casa Publicadora, e Joanyr de Oliveira, secretário-redator da revista. Este, um jovem de apenas 23 anos, afeito à arte da poesia, com um passado comunista e alguma experiência na imprensa secular, alçado a um posto estratégico na editora oficial de uma instituição na qual a gerontocracia era determinante na escolha dos ocupantes de cargos de mando. Aquele, um professor de Letras de apenas 34 anos, que não ocupava o cargo de pastor⁷⁸, mas era muito conhecido nos círculos da AD pela sua vasta cultura e conhecimento da língua portuguesa. Político ligado ao trabalhismo petebista⁷⁹ que, quando convidado para dirigir a CPAD, exercia o mandato de vereador pela cidade mineira de Itajubá.

Não se pode compreender a proposta pioneira de *A Seara* em discutir a relação da igreja com a política e as consequências dessa opção se ignorarmos a trajetória desses dois pioneiros que fizeram do projeto da primeira revista pentecostal do Brasil uma realidade que

⁷⁶CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil In: DE PAULA, Eurípedes Simões. (Org.). Portos, rotas e comércio. *Anais do V Simpósio Nacional de Professores universitários de História* (ANPUH Campinas, setembro 1969). São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), 1971. p. 232. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S05.44.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2016.

⁷⁷CRUZ, Heloisa Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador. Conversa sobre história e imprensa. *Projeto história*. São Paulo. N° 35. p. 2007. p. 259.

⁷⁸A hierarquia da AD é relativamente simples de ser compreendida. Na base da pirâmide estão os auxiliares, os diáconos, os presbíteros e os evangelistas. No topo estão os pastores e os chamados pastores-presidentes (aqueles encarregados do controle de um *campo* com várias igrejas dirigidas por pastores que lhe devem obediência). Ressalta-se que as mulheres não têm acesso a nenhuma dessas graduações.

⁷⁹João Pereira de Andrade e Silva foi diretor de um importante jornal do PTB na cidade de Itajubá (MG), o “*Trabalhismo em Marcha*”. Uma edição desse jornal, na qual se encontra essa informação, pode ser consultado online no seguinte link: <http://deputadoeuclidespcintra.com.br/com-mais-de-15-mil-votos-foi-reeleito-o-deputado-cintra/>. Acesso em 12 de maio de 2016.

se tornaria um verdadeiro marco na história da imprensa evangélica brasileira, pois como disse E. P. Thompson “o historiador examina vidas e escolhas individuais, e não apenas acontecimentos históricos (processos)”.⁸⁰

A *Seara*, que nasceu para ser uma revista que representava as ideias assembleianas, foi fortemente matizada pelas concepções de dois assembleianos dispostos a colocar as páginas do novo periódico a serviço da reflexão sobre posturas tradicionais cultivadas pela AD desde sua fundação no Brasil e que lhes pareciam superadas na conjuntura histórica dos anos de 1950 e é exatamente aí que estava inserida a política, tema *tabu* na AD, sobre o qual A *Seara* romperia um silêncio de décadas.

Sobre as trajetórias do político João Pereira de Andrade e Silva e do ex-militante do PCB Joanyr de Oliveira é importante frisar que há uma grande disparidade no volume de informações. Diferentemente da biografia de João Pereira de Andrade e Silva, sobre a qual há algumas linhas espalhadas em uns poucos materiais históricos da igreja, a vida de Joanyr de Oliveira foi bem mais pródiga em registros, não sem razão, já que Oliveira se notabilizou, depois de deixar a direção de A *Seara*, como escritor e poeta. Além de funcionário público, admitido por concurso no quadro de revisores da Imprensa Nacional, em 1959, Joanyr também tentou carreira política, exerceu a função de pastor e dedicou-se com grande empenho à literatura. É também autor de farta lista de títulos⁸¹ pelos quais recebeu diversos

⁸⁰THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria* – ou um planetário de erros. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981. p. 52.

⁸¹Estes são alguns dos principais títulos de sua autoria: OLIVEIRA, Joanyr. *Minha lira*. Rio de Janeiro: CPAD, 1957. OLIVEIRA, Joanyr. *Cantares*, CPAD, Rio de Janeiro: CPAD, 1977. OLIVEIRA, Joanyr. *O Grito submerso*, Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1980. OLIVEIRA, Joanyr. *Casulos do silêncio*, Rio de Janeiro: Cátedra, 1982. OLIVEIRA, Joanyr. *Soberanas mitologias e A cidade do medo*. Anaheim, CA, EUA: Printing&Graphic Design, 1991. OLIVEIRA, Joanyr. *Flagrantes Líricos*, Buffton, OH, EUA, 1993. OLIVEIRA, Joanyr. *Pluricanto, trinta anos de poesia*. Brasília: Anta, 1996. OLIVEIRA, Joanyr. *Canção ao filho do homem*. Rio de Janeiro: CPAD, 1998. OLIVEIRA, Joanyr. *Vozes de bichos* (infanto-juvenil). Rio de Janeiro: CPAD, 2000. OLIVEIRA, Joanyr. *Tempo de ceifar*. Brasília: Thesaurus, 2002. OLIVEIRA, Joanyr. *A hora de Deus*, Jaboatão, 2002. OLIVEIRA, Joanyr. *50 poemas escolhidos pelo autor*, Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2003. OLIVEIRA, Joanyr. *Por que chora a chuva?* (infanto-juvenil). Rio de Janeiro: CPAD, Rio, 2005. OLIVEIRA, Joanyr. *Biografia da cidade*. Brasília: LGE Editora, 2005. OLIVEIRA, Joanyr. *Antologia pessoal* – 7. Brasília: Thesaurus, 2007. OLIVEIRA, Joanyr. *Raízes do ser* – Poemas para Aimorés. Brasília: Thesaurus, 2007. OLIVEIRA, Joanyr. *O horizonte e as setas* (contos, em parceria com Anderson Braga Horta, Elza Caravana e Izidoro Soler Guelman). Brasília: Editora Horizonte, 1967. OLIVEIRA, Joanyr. *Caminhos do amor* (contos). Rio de Janeiro: CPAD, 1985. OLIVEIRA, Joanyr. *Entre os vivos e os mortos* (romance). Rio de Janeiro: CPAD, 1985. OLIVEIRA, Joanyr. *Arquitetura dos dias* (contos). Brasília: Thesaurus, 2004. OLIVEIRA, Joanyr. *A santa da Asa Norte* (conto). Brasília: Thesaurus, 2007. OLIVEIRA, Joanyr (org.). *Horas vagas* (contos). Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1981. OLIVEIRA, Joanyr (org.). *Poetas de Brasília*. Brasília: Editora Dom Bosco, 1962. OLIVEIRA, Joanyr (org.). *Antologia dos poetas de Brasília*. Brasília: Coordenada, 1971. OLIVEIRA, Joanyr (org.). *Antologia da nova poesia evangélica*. Rio de Janeiro: CPAD, 1978. OLIVEIRA, Joanyr (org.). *Brasília na poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982. OLIVEIRA,

prêmios ao longo da vida⁸² e ainda membro de diversas academias de letras e foi por iniciativa de uma delas que pouco tempo antes de falecer escreveu seu relato biográfico para a coleção *Biografias Autorizadas* da Academia de Letras de Brasília, ao qual deu o sugestivo título de *Memorial do sobrevivente*.⁸³

Por serem dois personagens centrais na criação e na condução da revista em seus dois primeiros anos de circulação, apresentaremos os principais elementos biográficos dessa dupla que trouxe para a editora oficial assembleiana novas concepções sobre o seu fazer editorial, especialmente no que diz respeito ao debate sobre a política, até então ausente nos impressos publicados pela CPAD.

1.1) João Pereira de Andrade e Silva: o parlamentar de Itajubá (MG)

João Pereira de Andrade e Silva tinha apenas 34 anos de idade quando foi escolhido para ocupar o cargo de gerente da CPAD, no ano de 1952, e em nada se assemelhava ao perfil comum do pastorado da AD de então. Mineiro de Itajubá, nascido em 03 de janeiro de 1918, Andrade e Silva foi ainda pequeno para Teresina, capital do Piauí e nesta cidade fez seus estudos primários. Os poucos registros históricos sobre sua vida, informam que ele se converteu à AD em 1944, em uma congregação de sua cidade natal.⁸⁴

Joanyr (org.). *Poesia de Brasília*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998. OLIVEIRA, Joanyr (org.). *Poemas para Brasília*. Brasília: Projecto Editorial, Brasília, 2004.

⁸²Somente em primeira colocação Joanyr foi laureado com os seguintes prêmios: “Grande poeta de Brasília”, promoção dos Diários Associados e do Clube dos funcionários de Brasília, 1962 (Primeiro concurso literário realizado na nova Capital, comissão julgadora: Manuel Bandeira, Waldir Ribeiro do Val e Sílvia Castro), 1962. “Prêmio Secretaria da Educação e Cultura”, Fundação Cultural do Distrito Federal, para inédito, Brasília, 1975. “Prêmio Nacional de Poesia Pablo Neruda”, promoção da Embaixada do Chile, Brasília, Academia Brasileira de Letras, 1991. “Prêmio Simón Bolívar”, Fondi, Lt, Itália, (“Targa di Merito”), 2003. “5º. Concurso Nacional de Poesia”, “Instituto da Poesia”. Instituto de Poesia Internacional, Porto Alegre, 1992. “Prêmio do I Concurso Varal de Poesia”, promoção do jornal “BrazilianVoice”, New Jersey, USA, 1992. “II Concurso Literário da ASEFE”, Brasília, 1994. “III Concurso Nacional de Poesia – Prêmio Murilo de Araújo”, Academia Tricordiana de Letras, Três Corações, 1994. “III Concurso Nacional de Poesia – “Prêmio Darcy Brasil” (Soneto), Academia Tricordiana de Letras, Três Corações, 1994. “Prêmio Oficina do autor”, Funarte, Brasília, 1996. “Prêmio Fernando Pessoa” (para antologia poética), União Brasileira de Escritores, Rio, 1999. “Prêmio Di Poesia Simón Bolívar, El Libertador”, Itália, 1998. “Prêmio Nacional de Poesia Moacyr Félix”, promoção do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, 1992. Além desses prêmios mencionados, Joanyr de Oliveira também obteve segundos e terceiros lugares em diversos concursos de poesia. Para maiores detalhes, ver: OLIVEIRA, Joanyr de. *Memorial do sobrevivente*. Autobiografia e poemas. Brasília: ALB, 2008.

⁸³OLIVEIRA, Joanyr de. op. cit., 2008.

⁸⁴“Escreve o pastor”. *A Seara*, nº 25, março/abril de 1962. p. 05.

Apontamentos biográficos publicados pela AD, especialmente no *Dicionário do Movimento Pentecostal*⁸⁵, indicam que ele formou-se em Letras com apenas 21 anos de idade, mas também não há informação sobre a instituição que o titulou. Sabe-se, também, que por vários anos João Pereira de Andrade e Silva exerceu a função de professor no ensino secundário e, devido a essa ocupação, ganhou destaque no meio pentecostal como um “homem das letras”, um “intelectual evangélico”, um grande conhecedor dos clássicos da literatura, um entusiasta da cultura e do conhecimento.⁸⁶

Além de educador e da reputação de erudito, o professor Andrade e Silva também ficou conhecido por sua carreira política. Quando da sua escolha para ocupar o cargo de diretor da CPAD, ele era vereador eleito na cidade de Itajubá (MG) para a legislatura de 1951 a 1954. Sua passagem pela câmara municipal da pequena Itajubá foi bastante conturbada tanto pela sua personalidade enérgica na defesa de seus pontos de vista quanto pelo convite que recebeu em plena vigência de seu cargo para trabalhar na direção da casa editorial assembleiana. Informações recolhidas no *Memorial da Câmara Municipal de Itajubá*, mais especificamente nas atas das poucas sessões em que o vereador João Pereira de Andrade e Silva se fez presente, nos dá a dimensão do modo de ser desse político assembleiano.

Eleito pelo PTB, o vereador Andrade e Silva compunha o bloco da situação na Casa Legislativa, que formava maioria em defesa dos interesses do prefeito Vicente Vilela Vianna, que também era petebista. Ocorre que João Pereira de Andrade Silva, já sob forte olhar de indignação de seus pares que eram sabedores de seus expedientes na cidade do Rio de Janeiro a serviço da editora de sua igreja, quando presente nas sessões não deixava de polemizar com os próprios companheiros de bancada. Assim foi na 18ª sessão ordinária da Câmara Municipal, realizada em 06 de agosto de 1954, quando ele, segundo consta nas atas “*atacou rudemente a administração do senhor Prefeito (...) tendo nesta ocasião declarado que não seria mais líder da maioria*”⁸⁷, provocando acalorado debate entre os vereadores presentes.

Mesmo que as atas não detalhem o que tanto indignava o vereador, a ponto de ele se voltar contra seus companheiros de situação, sabe-se que o prefeito Vianna enfrentava nesse período uma forte crise em sua administração, com acusações de desmandos no serviço

⁸⁵João Pereira de Andrade e Silva (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 797-798.

⁸⁶“A despedida de um intelectual”. *Mensageiro da Paz*. Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 1322, maio de 1997. p. 08.

⁸⁷Ata da 18ª Sessão da Câmara Municipal de Itajubá de 06/08/1954. p. 37. *Memorial da Câmara Municipal de Itajubá*.

público e, inclusive, de prisões arbitrárias de trabalhadores.⁸⁸ João Pereira de Andrade e Silva juntava-se ao coro dos insatisfeitos, mas sua situação de gerente da CPAD e vereador de Itajubá o tornava alvo fácil de seus colegas legisladores que eram majoritários na casa. E foi assim que, meses depois de seu rompante na tribuna, aconteceu a formalização da denúncia de que o vereador João Pereira de Andrade e Silva não mais residia em Itajubá⁸⁹ e na 24ª sessão, ocorrida em 30 de novembro de 1954, a comissão estabelecida para investigar o caso sugeriu e logrou aprovar a cassação de seu mandato.⁹⁰

Sobre a admissão de João Pereira de Andrade e Silva para a gerência da CPAD, o primeiro aspecto a ser destacado é seu perfil diferenciado quando comparado aos gerentes que o precederam no cargo. Antes dele, ocuparam esse posto de comando Francisco Leopoldo Coelho, entre 1940 e 1947, Eugênio Martins Pires, interinamente no ano 1948, e Thales Caldas, de 1948 a 1952.⁹¹ Todos eles eram pastores já experimentados no comando de importantes igrejas, homens de considerável projeção na *Convenção Geral das Assembléias de Deus do Brasil* (CGADB). Como a maioria dos pastores daquele tempo, não tinham formação acadêmica e tampouco experiência administrativa em instâncias seculares. O prestígio que lhes permitiu ascender a tal cargo veio tão somente do repertório de serviços prestados à AD. Em suma, eram lídimos representantes do pastorado assembleiano.

João Pereira de Andrade e Silva era todo o contrário desse perfil: além de ser relativamente novo, para os padrões da AD, com apenas 34 anos, ele não dispunha do capital que o cargo de pastor conferia na rígida hierarquia assembleiana.⁹² Ademais, se a formação no ensino superior e a inclinação à “literatura secular” já eram elementos que o distanciavam dos

⁸⁸Essas informações constam no jornal *Voz Operária* disponível para consulta na hemeroteca da Biblioteca Nacional (BN). No número 267, de junho de 1954, desse jornal *comunista* que era editado na cidade do Rio de Janeiro, encontramos uma matéria intitulada *Prisões Arbitrárias em Itajubá* na qual um leitor daquele município relatava a situação da administração do senhor prefeito Vicente Viana. Além da acusação de repressão a um ato promovido pelos trabalhadores no 01 de maio, que resultou na prisão de duas pessoas ligadas ao movimento, a matéria dava conta de uma série de problemas na área educacional do município e tinha como fecho uma nada otimista conclusão: “O fato é que Itajubá é uma cidade abandonada pelo prefeito que pouco fez além do calçamento de algumas ruas pago à custa de altos impostos arrancados do povo”. *Voz Operária*, nº 267, 26 de junho de 1954.

⁸⁹Ata da 22ª Sessão da Câmara Municipal de Itajubá de 10/11/1954. p. 40-41. Memorial da Câmara Municipal de Itajubá.

⁹⁰Ata da 24ª Sessão da Câmara Municipal de Itajubá de 30/11/1954. p. 41-42. Memorial da Câmara Municipal de Itajubá.

⁹¹Casa Publicadora das Assembléias de Deus (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 175-176.

⁹²Sua ordenação ao pastorado ocorreria em 11 de novembro de 1959. “Escreve o pastor”. *A Seara*, nº 25, março/abril de 1962. p. 06.

demais pastores que estiveram à frente da CPAD, o que dizer de sua militância política, uma vez que na década de 1950, a participação de membros em atividades político-partidárias era vista com muitas reservas pela maioria dos líderes da AD. Por isso, não resta dúvida que a opção pelo vereador de Itajubá era um feito inédito.

O porquê de sua escolha, entre tantos possíveis nomes na ampla galeria de pastores da AD, não ficou claro nos registros históricos da CPAD, mas pode-se inferir que sua experiência como professor e a fama de letrado tenham contribuído para a sua admissão em tão significativo cargo. De fato, no início da década de 1950, a CPAD necessitava de uma gerência dinâmica, pois embora minimamente estruturada, eram numerosos os seus problemas: altíssima taxa de inadimplência por parte das igrejas, precariedade das instalações administrativas e superação técnica dos maquinários que se revelavam obsoletos em face do crescente volume de impressão e das novas exigências tipográficas. Se a conquista de um parque gráfico, no final da década de quarenta, foi comemorada como sinônimo de independência da CPAD⁹³, nos anos cinquenta a realidade ensinaria aos administradores da editora uma incontornável lição: muito mais difícil do que estruturar uma oficina de impressão era mantê-la em funcionamento, dando-lhe manutenção e garantindo-lhe a devida atualização técnica.

⁹³Até o ano de 1948, os periódicos da AD eram impressos em gráficas particulares. Uma editora própria, com os elementos mínimos que a tornasse digna desse nome, era algo muito distante das possibilidades da AD das primeiras décadas do século XX. A partir da década de 1940, no entanto, as peças do tabuleiro da história moveram-se alterando completamente o cenário. O que antes parecia algo distante, em pouco tempo passou a ser, não só um objetivo possível, como também um intento de máxima necessidade. Entendamos o porquê. Nos anos 1940 a AD passou a contar com a presença de missionários americanos que, se em número eram diminutos, eram bem representativos quando o assunto era recursos financeiros. E serão exatamente os dólares aviados por esses missionários que irão ajudar, sobremaneira, o caixa destinado à criação da CPAD. O segundo dado importante é que os líderes da AD tiveram de transformar a sua Casa Publicadora em pessoa jurídica para atender a um decreto governamental. Tratava-se da política coordenada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que obrigava todas as entidades mantenedoras de impressos a registrá-los no recém-criado departamento, sob a ameaça de impedir a circulação daqueles que não se enquadrassem nas recomendações do Estado Novo. E foi para atender a essa imposição do Estado que o registro da editora foi oficializado no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, no livro K número 01, com o nome de *Casa Publicadora da Assembléia de Deus* (CPAD), que passou a ser propriedade imediata do jornal *Mensageiro da Paz*. (3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, no livro K número 01. Rio de Janeiro, RJ.) Até meados da década de 1940, a CPAD, apesar de ter como principal missão atender às ADs de todo o país, não pertencia a nenhuma delas, nem mesmo à *Convenção Geral das Assembléias de Deus* (CGADB). Suas dependências se resumiam a seis pequenas salas aos fundos da congregação de São Cristóvão-RJ. Juntas, as salas que serviam como redação, secretaria, tesouraria, depósito e expedição, perfaziam um total de 160 m². As principais publicações nesse momento eram o jornal *Mensageiro da Paz*, as revistas *Lições Bíblicas* e a *Harpa Cristã* (hinário oficial da AD no Brasil). Em 1946, por decisão da *Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil* (CGADB), a CPAD tornou-se pessoa jurídica, passando a ser propriedade da CGADB. Mais informações consultar: Casa Publicadora das Assembléias de Deus (verbete). ARAUJO, Israel de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 165-179.

Em relatos posteriores aos anos em que dirigiu a CPAD, João Pereira de Andrade e Silva falou sobre os percalços que enfrentara nos cinco anos de exercício da função de gerente. É o caso da entrevista concedida em 1970, na qual, ao ser indagado sobre a condição econômico-financeira da CPAD durante sua gestão, desabafou:

Prezado repórter, se pudesse declinar ou omitir esta pergunta eu o faria, pois não gosto de reportar-me a situações pouco agradáveis; todavia devo dizer, sem circunlóquios que a situação não era das mais lisonjeiras, basta informar-lhe que a nossa Publicadora, àquela época, não possuía crédito para conseguir em estabelecimento bancário, um empréstimo de Cr\$ 5.000,00 (velhos)...⁹⁴

Essas palavras revelam uma gestão conturbada que exigia grande esforço administrativo, haja vista a significativa vulnerabilidade financeira da casa editorial. A CPAD era uma empresa que se estruturou em meio a dificuldades de toda ordem na década de 1940, e adentrou na década posterior sem nenhuma estratégia de segurança financeira que a blindasse das eventualidades que eram inescapáveis a um empreendimento comercial que ainda dava os seus primeiros passos em um mercado altamente volátil.

O trecho da entrevista dá mostras incontestes de que a falta de ativo corrente deixava a empresa em situação de fragilidade por depender da subvenção de empréstimos que nem sempre eram liberados pelos bancos. O pior é que a editora, em alguns momentos, necessitava desse tipo de empréstimo não apenas para cobrir defasagens financeiras circunstanciais, como a inadimplência ou mesmo a manutenção do maquinário gráfico. Houve casos, durante a gestão de Andrade e Silva, em que empréstimos foram tomados para a compra de matéria-prima destinada à impressão de materiais que seriam posteriormente vendidos a prazo sem claros instrumentos de garantia de recebimento.⁹⁵ Nessa circunstância, é desnecessário dizer que a CPAD trabalhava com margens muito apertadas de lucratividade, quando as tinha. Não fosse uma editora confessional, dificilmente ela se sustentaria com esse modelo temerário de organização empresarial.

João Pereira de Andrade e Silva, contudo, soube aproveitar a guarida dada pela igreja, que em situações extremas vinha ao socorro da editora, e procurou em sua gestão ajustar a área comercial da Casa, começando pela implantação de um serviço que poderia contribuir com a diminuição da insistente inadimplência: o reembolso postal. E mesmo em

⁹⁴“Entrevista com João Pereira de Andrade e Silva”. *A Seara*, nº 87, setembro/outubro de 1970. p. 19.

⁹⁵Essa situação é descrita no *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Casa Publicadora das Assembleias de Deus (verbete). ARAUJO, Israel de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 176.

tempos difíceis, a gestão do professor e político, que na CPAD se fez administrador, teve muitos outros êxitos. Conseguiu emplacar, já em 1953, a marca de 50 mil exemplares de *Harpas Cristãs*⁹⁶; viabilizou, nesse mesmo ano, o registro de endereço telegráfico sintetizado na palavra *pentecostal*, uma iniciativa que reduzia os gastos com postagens. Foi sob sua direção que a CPAD publicou o primeiro livro de poesia evangélica, de autoria de Emílio Conde e em 1954 alcançou um pico de produção de 3.121.700 exemplares, incluídos aí o *Mensageiro da Paz*, cartões de membros, cartas de mudança e outros impressos.

Ao conquistar a confiança do Conselho Administrativo, devido ao exitoso conjunto de ações em prol da CPAD, João Pereira de Andrade e Silva criou um ambiente favorável para colocar em prática a fundação da revista *A Seara*, iniciativa que marcaria sua biografia, devido à grande repercussão desse impresso inovador para os padrões da imprensa pentecostal daquele contexto. Para auxiliá-lo nessa empreitada, escolheu um jovem que não possuía qualquer cargo na hierarquia da igreja, nem era de família tradicional assembleiana e que ainda lidava com os fantasmas de um recente passado de militância no Partido Comunista Brasileiro: Joanir Ferreira de Oliveira.

1.2) Joanyr de Oliveira: o “ex-comunista”

Joanir Ferreira de Oliveira, ou como ele preferia assinar, Joanyr⁹⁷, nasceu em 06 de dezembro de 1933 na cidade de Aimorés, Minas Gerais, filho de José Ferreira de Oliveira e Idalina Soares de Oliveira. A família, que professava a fé católica, era humilde, sendo que seu pai, depois de longos períodos de desemprego, fora admitido na *Estrada de Ferro Vitória-Minas*, ocupação que acabou por levá-lo a deixar a pequena Aimorés, banhada pelo Rio Doce, para fixar residência na capital espírito-santense no ano de 1947.

Antes dessa mudança, porém, o pequeno Joanyr teve a oportunidade de realizar sua instrução educacional no grupo escolar destinado aos filhos dos ferroviários. Foi nesse círculo, segundo relatou em sua autobiografia, que ele despertou o gosto pela poesia sob a influência de duas professoras. Ainda menino, ele teve dois sonetos expostos em destaque no

⁹⁶Hinário usado em todas as ADs do Brasil.

⁹⁷Optamos por utilizar neste trabalho a grafia *Joanyr* por ter sido esta a forma adotada pelo jovem secretário-redator desde os tempos de *A Seara* até o fim de sua vida em todos os livros e artigos publicados em diversas revistas e jornais.

mural da escola e com apenas 13 anos conseguiu publicar um poema engajado contra o presidente Eurico Gaspar Dutra no *Jornal do Povo* em Belo Horizonte.⁹⁸

Joanyr estudou também no Ginásio Pan-Americano além de trabalhar, devido à sua inclinação pela produção de textos, como redator e locutor do serviço de alto-falante de Aimorés. A transferência de seu pai para o Espírito Santo abriu-lhe, todavia, a oportunidade de aprofundar sua experiência na imprensa da capital desse estado. Em Vitória (ES) prestou serviço no jornal *Folha Capixaba*, além das contribuições ao jornal *A Gazeta* em que escrevia artigos sobre livros e folclore.

Um traço muito marcante na vida de Joanyr de Oliveira, foi a militância de seu pai no Partido Comunista Brasileiro (PCB) que acabou influenciando-o na adolescência e em parte da juventude. Das lembranças de seu pai, de acordo com suas memórias, duas em especial marcaram os seus olhos de menino: “*O homem que dá tudo de si pela família e o cidadão engajado na luta pelos mais humildes e carentes*”⁹⁹. A vida sofrida de seu pai, um trabalhador militante que vivera o desespero de longos intervalos de desemprego, foi decisiva na opção de se inserir nos circuitos comunistas e se tornar, à semelhança de seu José Ferreira de Oliveira, um aguerrido militante.

Em sua autobiografia há diversos relatos sobre seu ativismo, como por exemplo, na atuação no serviço de alto-falantes de Aimorés (MG) quando ainda era um adolescente. “*Eu era tendencioso, escandalosamente parcial, enfatizava os avanços dos coreanos e minimizava sempre as conquistas dos norte-americanos*”¹⁰⁰, enfatizou. Na capital capixaba, Joanyr chegou a compor a direção da juventude comunista espírito-santense¹⁰¹, mas foi também quando ainda residia e militava nesta cidade que veio, segundo suas próprias palavras, o desapontamento com o comunismo:

Decepcionado com o comunismo, vi-me inteiramente sem rumos. Muitos sonhos caíam, por terra. Aquele róseo mundo prometido pelo stalinismo despiase por

⁹⁸OLIVEIRA, Joanyr de. *Memorial do sobrevivente*. Autobiografia e poemas. Brasília: ALB, 2008. p. 24.

⁹⁹OLIVEIRA, Joanyr de. op. cit., 2008. p. 24.

¹⁰⁰OLIVEIRA, Joanyr de. op. cit., 2008. p. 24.

¹⁰¹OLIVEIRA, Joanyr de. op. cit., 2008. p. 26. O jornal *Folha Capixaba*, por exemplo, mencionado por Joanyr de Oliveira em sua autobiografia, era um veículo de informação do Partido Comunista Brasileiro na capital do Espírito Santo, como descreve Roberto Teixeira: “*O Jornal Folha Capixaba foi um periódico de caráter popular, publicado dos anos 1945 a 1964, quando teve seu processo de edição fechado pelo regime político imposto após o golpe da ditadura militar. O periódico serviu de instrumento para a divulgação dos ideais do Partido Comunista Brasileiro (PCB), das forças e movimentos de esquerda, de questionamento da ordem vigente e da visão popular como um todo*”. TEIXEIRA, Roberto. O ideário comunista na imprensa do Espírito Santo: o caso do jornal *Folha Capixaba*. *Revista Destarte* v.3, n.1, 2013. p. 169.

inteiro de sua máscara, e eu tateava no escuro em busca do norte perdido. Companheiros dos mais queridos se viam ultrajados, repudiados, vítimas de escandaloso expurgo, e sumiam do mapa. As pétreas mãos dos radicais os esmagavam. Tais excessos feriam-me e me faziam aspirar por outros caminhos.¹⁰²

Esse desencanto foi a ponte que o levou do socialismo stalinista a um horizonte diametralmente oposto e que seria incontornável em toda a sua vida: o pentecostalismo assembleiano. Em seu livro autobiográfico, Joanyr relata que se converteu à AD por influência de tios que haviam aderido ao quadro de membros de uma pequena congregação. Inicialmente, surpreendeu-o a recuperação do tio que era alcoólatra e também, se seguindo a isto, a forma de vida humilde dos “crentes” que em tudo se opunha à “arrogância dos camaradas do PCB” como os trotskistas e revisionistas que, para ele, quando se opunham aos que se “desviavam” da doutrina partidária, mostravam-se os verdadeiros intolerantes e fanáticos.¹⁰³ Começava nesse momento o caminho que levaria Joanyr de Oliveira em alguns anos à redação de uma das mais importantes revistas evangélicas do Brasil.

Esse caminho começou a ser pavimentado a partir da reprovação familiar à conversão do jovem que fora educado sob os preceitos do marxismo-leninista no qual a religião era somente a expressão da alienação humana no nível superestrutural: “*o meu fervor religioso era mesmo algo incompatível com o marxismo de meu pai. Constituíam ‘intolerável ofensa’ que alguém de sua família optasse pelo convívio com os ‘fanáticos’*”.¹⁰⁴

E foi em meio às turbulências familiares que o jovem pentecostal Joanyr ingressou no ano de 1951 no serviço militar. Seu objetivo, como relatou em sua autobiografia, era de estender carreira nas Forças Armadas, mas a intenção não pode ser efetivada por implicações decorrentes de seu passado de militância comunista em uma época em que as lideranças militares andavam à caça de comunistas infiltrados em suas tropas.¹⁰⁵ Em recortes, os artigos de Joanyr publicados na *Folha Capixaba*, altamente politizados e matizados pelos ideais comunistas, compunham o inquérito que o levou à prisão militar. A respeito dessa fase de sua vida, Joanyr relatou:

Foram dias mais difíceis de minha vida. De nada valeu enfatizar que eu agora era cristão convicto e de a militância comunista era página virada em minha vida. As sessões de tortura estendiam-se por horas e horas, o militar ameaçava jogar-me, à

¹⁰²OLIVEIRA, Joanyr de. *Memorial do sobrevivente*. Autobiografia e poemas. Brasília: ALB, 2008. p. 18.

¹⁰³OLIVEIRA, Joanyr de. op. cit., 2008. p. 24.

¹⁰⁴OLIVEIRA, Joanyr de. op. cit., 2008. p. 20.

¹⁰⁵OLIVEIRA, Joanyr de. op. cit., 2008.

noite, em alto mar. Mas eu a tudo recebia estoicamente, já havia aprendido a sofrer “entregando a vida ao Senhor”. Aos companheiros de prisão, com os quais passei a conviver após alguns dias solitário na cela escura, ensinava hinos religiosos e ministrava lições bíblicas, o que alguns tomavam como mera astúcia e outro com evidente prova de insanidade mental... Espancamentos e duras ofensas sucederam-se durante três meses.¹⁰⁶

Em um livro editado no ano de 1985, sob o título *Caminhos do amor*, Joanyr publicou um texto no qual fez um relato sobre sua prisão e descreveu cuidadosamente os pormenores das sessões de tortura a que foi submetido nos “porões de caça aos comunistas” no ano de 1953, em plena vigência, portanto, da Constituição de 1946, promulgada para pôr fim aos abusos do Estado Novo e restabelecer a ordem democrática:

(...) o tenente torturava-me ferozmente, roubando-me não só a paz, mas toda a lucidez e equilíbrio: - Diga, sujeito, diga os nomes! Sei que você é um deles! Tenho um dossiê completo sobre sua vida, li tudo o que escreveu no jornal. Não vai dizer?! O cassete sublinhou, a colidir com meu ventre, a voz imperiosa. O borzeguim levanta-se, selvagem, um coice atinge-me e projeta-me ao solo. Contorço-me, a dor penetra-me profundamente. Estarão as vísceras partidas? Haverá fratura? A perna começa a sangrar. Impotente, deixo as lágrimas desprenderem-se pelo rosto. Mas depois me envergonha a pusilanimidade. E temo haver declinado algum nome, no auge do desespero, ou sob a ação do “pentotal” que me injetou no corpo. - Fale tudo, ou lhe aplico o “soro da verdade”! - Aplique-o – respondi. Pagaria qualquer tributo para emergir do túnel, das torturas morais, dos espancamentos. - Sabe que lhe pode sobrevir a loucura? Não, eu não sabia, “mas nada importa...” Consultou o companheiro, também tenente, refletiu um pouco e reclinou a seringa, meu braço estendido, vencido, submisso sobre a mesa. Sensação estranha, comecei a falar. “Delatei alguém meu Deus?” – ia eu balbuciando desde então, no bojo das noites. Ninguém me entenderia! Ninguém me entenderia! Os olhos do tenente transbordam das órbitas, taurinos, a boca trêmula de ódio. A sede de violência o incandesce, as duras pupilas saltam sobre minha frente, lembram fera, coisa ruim, cão danado. Alucinações minhas? Pesadelos? Pode ser, quem sabe? Que sei eu? Não estarei louco? Presos chegam, permanecem poucos dias, despedem-se. Furtos, badernas, insubordinações. Mas é a rotina. Ninguém os tortura; ninguém os humilha. Por que é que só contra mim se volta, implacável, furibunda, todos os dias, a figura sinistra? “A meia-noite te jogarei no mar. Confessa, patife; canalha, confessa! Quem são eles? Quem são?” O tempo a deslizar diante do rosto, nas grades. Os dias fundem-se, a monotonia estende sobre as coisas suas teias e seu reino. (“Meu pai, eles irão matar-me? Farão isto, meu pai!”). Há quanto? Cinquenta dias? Setenta? Consigo filtrar a informação o de que sou presidiário há quase dois meses, cela inclusive. A cabeça agiganta-se, os pensamentos detonam contra os ferros das grades. O cubículo já pesa demasiado sobre o meu espírito... Imagino-o a degolar-me. O tenente, sempre o tenente. Fratura-me as pernas, as tíbias expostas a perfurar a carne; a esmagar o crânio, que eu equilíbrio bêbado pelos abismos infinitos, o tenente

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Joanyr de. *Memorial do sobrevivente*. Autobiografia e poemas. Brasília: ALB, 2008. p. 27.

sepultando-me o corpo no mar. “É a loucura, a loucura! Sim, soldados, eu acho que vocês estão certos...”¹⁰⁷

Após ganhar a liberdade, já afastado do serviço militar, Joanyr, além dos evidentes traumas da tortura, continuava e ter em sua casa uma atmosfera bastante hostil à sua opção religiosa. E mesmo depois de todas as bárbaras seções de tortura, das quais ainda buscava se recuperar psicológica e fisicamente, as críticas de seu velho pai continuaram a se endurecer a ponto de chegar o ultimato que tanto Joanyr temia: “*ou renuncia a essa ‘esdrúxula’ seita ou não haverá mais lugar para você aqui*”.¹⁰⁸ Tão duro posicionamento fez com que o jovem, ainda abalado pelos meses na prisão e pelas sevícias a que fora submetido, deixasse seu lar em direção à cidade do Rio de Janeiro, então capital da República.

Sua intenção naquela capital era se valer da experiência na imprensa, ainda que sazonal, para empregar-se na Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), no que deveria ajudá-lo uma carta de recomendação à gerência da editora assinada pelo pastor presidente das ADs do estado do Espírito Santo, Waldomiro Martins Ferreira, que era membro, nessa ocasião do poderoso Conselho Administrativo da CPAD.¹⁰⁹

A experiência e a indicação do notório dirigente Waldomiro Martins Ferreira não foram, contudo, suficientes para lhe garantir um espaço na prestigiada casa de publicações assembleiana – “*não havia espaço para o foca*”¹¹⁰, declarou – e em face desta recusa e das dificuldades de colocação profissional no Rio de Janeiro, Joanyr se dirigiu à cidade de São Paulo e lá socorreu-se na função de correspondente comercial das Indústrias Gasparin e

¹⁰⁷OLIVEIRA, Joanyr. *Caminhos do amor*. Rio de Janeiro: CPAD, 1985. p. 38-40. Realizamos várias consultas em diversas instâncias da Marinha do Brasil em busca do referido processo, mas não obtivemos sucesso. O único registro encontrado sobre esse caso está no Diário Oficial da União de 04 de setembro de 1957, no qual o Ministério da Guerra respondeu a um requerimento feito pelo próprio Joanyr de Oliveira no qual ele solicitava uma “certidão” sobre os resultados do Inquérito Policial Militar (IPM) aberto para investigá-lo. Pelo que se lê no despacho, a solicitação lhe foi negada devido ao dito “caráter sigiloso” das informações: “*Em 27 de agosto de 1957 Joanir Ferreira de Oliveira, ex-soldado, solicitando certidão do teor das conclusões do I.P.M. a que respondeu. Forneça-se certidão da solução do I.P.M. publicada no Bol. Res. n.º 17. de 30 dez. 52, da Z.M.L. à execução das letras b, c, d, f e g por não se referirem ao interessado e encerrarem assunto que o interesse público exige sigilo (N.º IV do 5 36 do art. 111 da Constituição Federal). (F. 13.056-56)*”. Diário Oficial da União (DOU). Quarta-feira (04): (Seção I) Setembro de 1957.

¹⁰⁸OLIVEIRA, Joanyr de. *Memorial do sobrevivente*. Autobiografia e poemas. Brasília: ALB, 2008. p. 28.

¹⁰⁹A indicação do pastor Waldomiro Martins Ferreira era uma importante carta na manga para o jovem Joanyr, pois o pastor Waldomiro Martins Ferreira, além de compor o Conselho Administrativo da CPAD, era um dirigente de grande prestígio nos meios assembleianos pelos trabalhos pioneiros de evangelização no estado do Espírito Santo e que, desde de 1944, como reconhecimento às suas atividades, ocupava o cargo de *Pastor Presidente das Assembleias de Deus do Estado do Espírito Santo*. Waldomiro Martins Ferreira (verbete). ARAUJO, Israel de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007.p. 312-313.

¹¹⁰O termo foca era e ainda é utilizado para designar jornalista novato. OLIVEIRA, Joanyr de. op. cit., 2008. p. 28.

depois na Cristais Prado. Mais tarde foi admitido para trabalhar no jornal paulista *A Tribuna Popular*, no qual desenvolveu a função de secretário. Mas até se colocar profissionalmente na capital paulista, foram muitas as dificuldades, como deixa ver Joanyr em seu *Memorial do sobrevivente*: “na luta por espaço, fui bem provado. Dia houve em que não dispunha sequer de um prato de comida. Não tinha coragem de estender a mão a ninguém, os princípios ministrados por meu rigoroso pai não permitiam tal atitude.”¹¹¹

Contudo, a tentativa frustrada de emprego na CPAD, no ano de 1954, lhe renderia frutos. Tempos depois a editora precisou de um revisor, função para a qual ele foi contratado no ano 1955 a convite do gerente da casa editorial, João Pereira de Andrade e Silva. Nesse mesmo ano veio a oportunidade de um grande salto em sua carreira: fundar, ao lado desse mesmo gerente, *A Seara* e ainda ser redator-secretário dessa revista que tinha uma linha editorial muito diferenciada do que até então, em termos de periódicos, vinha sendo publicado pela CPAD.

O projeto se efetivou no mês de setembro do ano de 1956. Em entrevista concedida à edição comemorativa da revista *A Seara* pelos seus vinte cinco anos de fundação, Joanyr resumiu como se deu a sua chegada àquele relevante cargo na hierarquia da editora:

Rememoro os fatos como um dos maiores desafios que já se me defrontaram em toda minha vida. Em 1954 bati primeira vez (sic) às portas da CPAD, mas talvez devido a ser muito jovem, elas não se me abriram e somente dois anos mais tarde, estando em São Paulo, vieram a descerrar-se diante do então iniciante de jornalismo que eu era. Passei então a exercer a função de Revisor. Nos dois anos anteriores houvera uma ideia germinado para a feitura de uma revista cuja boneca (layout) estava sendo preparada pelo assistente técnico da CPAD irmão Augusto Costa. Todavia faltava alguém que lhe desse corpo e feição definitiva. E, sem que eu me apercebesse, a árdua tarefa me veio cair nas mãos, muito embora eu jamais houvesse adentrado uma redação de revista. Pior ainda, é que eu não tinha a quem recorrer como auxílio e orientação naqueles primeiros passos.¹¹²

A pergunta incontornável aqui é o porquê da escolha de Joanyr para esta função. É bem verdade, como se viu, que ele já acumulava certa experiência nas lides redacionais e tinha considerável traquejo na escrita de textos para a imprensa. Mesmo assim, não possuía um extenso currículo e muito menos ainda prestígio na vertical hierarquia da igreja. Além disso, o jovem contratado também não era membro de uma tradicional família assembleiana – um canal que sempre facilitava o acesso aos cargos estratégicos da AD, como destacou Paul

¹¹¹OLIVEIRA, Joanyr de. *Memorial do sobrevivente*. Autobiografia e poemas. Brasília: ALB, 2008. p. 29.

¹¹²“Entrevista de Joanyr Ferreira de Oliveira”. *A Seara*, nº 187, outubro de 1980. p. 09.

Freston¹¹³ –, era, isto sim, filho expulso de casa pelo pai comunista convicto. Pesava-lhe, ainda, o fato de ter sido recentemente preso sob a acusação de ser um comunista infiltrado nas Forças Armadas. Não era pouco!

São escassas as informações com detalhes do processo de escolha de Joanyr de Oliveira para secretariar a nova revista. Os registros da editora não permitem saber se o seu nome foi facilmente aceito ou não. Ao primeiro relance pode parecer que o cargo de gerente assegurava autonomia decisória a quem o ocupava, de modo que, a definição do secretário da revista, deveria caber exclusivamente a João Pereira de Andrade e Silva. Todavia, em virtude do que previa o estatuto da CPAD¹¹⁴, tal não era a situação. Convém mencionar que esse estatuto, publicado em 1947, no Diário Oficial da União, mencionava um “Conselho” que seria composto por sete membros que acompanhariam a administração da editora. Quando da contratação de Joanyr de Oliveira, em 1955, esse conselho era formado por nomes bastante tradicionais da igreja. Eram eles os pastores: José Antonio de Carvalho, Paulo Leivas Macalão, Cícero Canuto de Lima, Nels Julius Nelson, João de Oliveira, Lawrence Olson e Waldomiro Martins Ferreira.¹¹⁵

Não é difícil conjecturar sobre o quanto a escolha de um jovem funcionário para ocupar um posto tão importante escapava aos padrões até então seguidos pela AD. Se jovens nem sequer encontravam espaço para publicar textos nos impressos editados pela CPAD –

¹¹³FRESTON, Paul. Breve História do Pentecostalismo Brasileiro, 1994. In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios: uma interpretação sociológica do pentecostalismo*. Rio de Janeiro: Vozes. 1994. p. 87.

¹¹⁴A partir do ano de 1947, o estatuto da CPAD, para além da figura do presidente, do tesoureiro e secretário, passou a contar com um “Conselho” composto por sete membros, que deveria administrar a editora com responsabilidade, inclusive, pelas contas da empresa. Essa nova configuração também permitia maior controle sobre a condução da editora, pois esse “Conselho” seria os olhos da Convenção Geral dentro da empresa. A íntegra das reformulações do estatuto que foi publicado no Diário Oficial da União de 1947, à página 2039, pode ser conferida a seguir: “[A CPAD] Publicará: a) revistas, livros, jornais, folhetos de caráter educativo e Instrutivo e de fundo evangélico; b) incentivará e contribuirá para a criação e manutenção de orfanatos, asilos para velhos desamparados, institutos educativos; c) angariará os recursos necessários à sua finalidade. A Casa Publicadora da Assembléia de Deus, será administrada por um Conselho Constituído de sete (7) membros eleitos pela Reunião Geral da Convocação das Assembléias de Deus. Compete ao Conselho eleger entre os seus membros um Presidente (que será o seu representante em Juízo e fora dêle), um Vice-presidente, um Secretário e um Tesoureiro. A Casa Publicadora da Assembléia de Deus, só poderá ser dissolvida quando não puder preencher os fins a que se destina, neste caso o Conselho promoverá a sua liquidação, e pagas tôdas as dívidas de seu passivo, o saldo que houver será entregue à Convenção das Assembléias de Deus no Brasil. Os presentes Estatutos só podem ser reformados por iniciativa do Conselho de Casa Publicadora da Assembléia de Deus ou da Convenção das Assembléias de Deus no Brasil com a votação de 2/3 de membros. A Diretoria atual consta em apenso aos Estatutos”. (Diário Oficial da União (DOU). Sexta-feira (14): (Seção I) Fevereiro de 1947. p. 2039).

¹¹⁵Todos esses pastores que compunham o Conselho eram importantes lideranças da AD. A biografia de cada um deles pode ser consultada em: ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007.

uma situação que serviu, vale adiantar, como justificativa para a criação de *A Seara* – o que pensar de um deles dirigindo aquela que seria a primeira revista da igreja?

Como já foi mencionado, o próprio diretor da Casa Publicadora, João Pereira de Andrade e Silva, possuía um perfil bastante peculiar para os parâmetros da liderança assembleiana e é exatamente essa característica que pode ter facilitado a abertura das portas da CPAD a Joanyr. Se com *A Seara* queria-se um periódico moderno, inovador no conteúdo, que fosse além dos textos meramente doutrinários e trouxesse à tona temas controversos, até então sem canal para um amplo debate, ninguém melhor do que um jovem de apenas 23 anos para desenvolver um projeto que escapava às diretrizes que até aquele momento eram utilizadas na casa editorial assembleiana.

Por isso, se houve necessidade de negociação para que o novato fosse alçado do cargo de revisor da CPAD para o de redator-secretário de *A Seara*, certamente Joanyr teve no gerente um excelente aliado em favor de sua causa. É o que indica a entrevista concedida à já mencionada edição comemorativa de *A Seara* pela proximidade de seus 25 anos de circulação, na qual João Pereira de Andrade e Silva deu destaque à atuação do jovem Joanyr de Oliveira na condução dos trabalhos iniciais da revista:

Deus conduz as coisas no tempo certo. Para secretariar “A Seara” convidamos um jovem inteligente, poeta, e com a veia de escritor, pois desde a idade de 14 anos escrevia artigos e “notinhas” para um jornal de Belo Horizonte. O jovem visado era Joanyr de Oliveira, que nos procurara, com uma carta de apresentação enviada pelo pastor Waldomiro Martins Ferreira de Vitória, Espírito Santo. E ele veio da Paulicéia onde trabalhava em um jornal e cooperava na Assembléia de Deus da rua Major Marcelino, no Brás. O lançamento de “A Seara” exigia trabalho de idealista, que tivesse capacidade criativa e acendrado amor pela Mocidade. Joanyr possuía essas qualidades. E nós lhe entregamos a parte de reportagem e a concatenação da matéria, tudo sob nossa supervisão. Como Redator-Secretário da Revista, Joanyr trabalhou mais com o coração, embora aplicasse com diligência o cérebro e as mãos. E, assim, lançamos o primeiro número de “A Seara”, com uma tiragem grande para aqueles tempos, mas que foi logo esgotada. E muitas cartas chegaram aplaudindo o lançamento e apoiando a iniciativa. Foi um sucesso!¹¹⁶

Relatos posteriores do próprio Joanyr de Oliveira confirmam a excepcionalidade do que ocorreu quando de sua condução ao cargo de redator-secretário da revista *A Seara* e a gratidão pelo apoio que recebeu de João Pereira de Andrade e Silva nos pleitos que abriram caminho para que ele chegasse àquela função de tamanha responsabilidade. Referindo-se ao amigo, Joanyr afirmou:

¹¹⁶Entrevista de João Pereira de Andrade e Silva. *A Seara*, nº 187, outubro de 1980. p. 16-17.

Pessoalmente, desde quando em 1955, dávamos os primeiros passos rumo à fundação de A SEARA, muito lhe fiquei a dever. Com que crédito de confiança ele impulsionava o trabalho do quase adolescente que tremia ao pensar em que a revista seria lida pelos missionários Daniel Berg, Nels Nelson, Algot Svenson, pelos pastores pioneiros e outros nomes exponenciais da igreja. Sua cobertura era imprescindível e nunca faltou.¹¹⁷

Deve-se ressaltar que Joanyr foi o nome mais importante de *A Seara* nos seus primeiros anos de circulação, mais importante, até mesmo, que o de João Pereira de Andrade e Silva, porque se a este se liga toda a engenharia que permitiu a fundação da revista, àquele deve-se a execução propriamente dita do que estava no projeto. O resultado final da revista, tanto em termos de conteúdo, como nos aspectos de composição, dependia das decisões do jovem Joanyr de Oliveira, como prova o relato escrito por ele mesmo na edição de comemoração do primeiro ano de circulação da revista (setembro de 1957) com a intenção de mostrar aos leitores quais eram os procedimentos envolvidos na elaboração de *A Seara*:¹¹⁸

Vamos dizer agora como é feita a nossa revista: O redator prepara as secções ainda sem direção de colunistas - “Português” -, “Sociais”, “Literatura”, comentários de livros, “Correio d’A SEARA”, “Última Página”, e a coluna “Em ar de conversa”, na qual palestra com os leitores. Contamos com eficiente rede de correspondentes, coordenada do Amazonas ao Rio Grande do Sul, e as notícias por eles enviadas constituem a secção “Da seara para A SEARA”. Na sua quase totalidade os trabalhos são inteiramente retocados; não só o noticiário mas também os artigos dos leitores. O redator tem por norma fazer nas colaborações as mínimas modificações possíveis. Não desfigura o trabalho, pois isso não daria incentivo ao colaborador. Como Secretário que também o é, o redator coordena todo o material fotográfico, envia-o à “clicherie” onde é copiado em pequenas placas de estanho, a que damos o nome de “clichês”. Os originais dos artigos, reportagens, etc, são enviados à linotipo, com as dimensões em que deverão ser compostos (largura da coluna - fileira de linhas: tamanho dos tipos em que irão sair). Em seguida, isto é, feito este trabalho, as barrinhas de chumbo com as linhas, passam pelo prelo, naturalmente depois de os cobrirem de tinta, e vêm ao redator, (que é também o revisor) passados em fitas de papel, a fim de serem revisadas; são assinalados os erros tipográficos,

¹¹⁷OLIVEIRA, Joanyr. “João Pereira, amigo”. (Texto por ocasião da morte de João Pereira de Andrade e Silva) *Mensagem da Paz*, ano LXVII, n° 1322, maio de 1997. p. 08.

¹¹⁸Informações sobre os bastidores dos jornais e revistas são sempre muito escassos e não é difícil entender o porquê disto. Esse tipo de documentação produzido no dia a dia das redações, além de conterem informações sigilosas, seja pelo interesse empresarial, seja pelas intrigas internas que lhes perpassam, são geralmente descartados. Da mesma forma, a prática de exposição de matérias alusivas ao cotidiano das redações também não era comum, pelo menos nos grandes veículos de informação, situação bem diversa dos jornais e revistas cujas editoras dependiam, além das assinaturas e das compras avulsas, da subvenção dos leitores. Nesse último caso, no qual se enquadra *A Seara*, a veiculação de todo o passo a passo das oficinas gráficas e das redações, incluindo-se aí as dificuldades e limitações, longe de ser apenas um elemento constrangedor, por demonstrar as fragilidades da empresa, servia para conscientizar o público leitor da importância de suas doações para a editora responsável pelos periódicos que lhe chegavam às mãos. Com isto, abre-se ao pesquisador um farto repertório de informações muitas vezes inacessíveis nos arquivos das empresas; *A Seara* é um bom exemplo disso, pois embora a CPAD mantenha, desde 2009, o Centro de Estudos do Movimento Pentecostal (CEMP) com rico acervo de documentos e periódicos, são raríssimos os que trazem informações sobre a administração da editora.

para serem efetuadas as correções. Voltam as provas à oficina, e o linotipista procede às correções determinadas. Passa-se então à fase da paginação. As colunas são distribuídas ao lado dos clichês, dentro dos limites de cada página. Colocam-se os títulos em caracteres tipográficos maiores, de acordo com as condições técnicas e a importância da matéria. Novamente vem às mãos do revisor - a revista é lida pela segunda vez, letra por letra. Colocam-se as legendas (linhas sob as fotografias), etc. Após as alterações, as páginas vão à impressora, de oito em oito, ou mais, conforme a máquina. Tira-se então a chamada “prova de máquina”, e novamente as páginas são lidas, linha por linha. Dão-se os retoques finais e o impressor começa o seu trabalho, trabalha na guilhotina. Desnecessário seria dizer a função da guilhotina é “aparar” (cortar) as margens da revista, já com a capa, que, concomitante, preparou-se noutra máquina. O assistente técnico e o secretário chegam às vezes a perder o sono, quando em fase final se encontra a revista. O mínimo lapso pode causar sérios aborrecimentos, pois ninguém perdoa as falhas, ainda que quase ninguém coopere para que sejam banidas. Ia-me esquecendo de dizer que a revista passa ainda por outra máquina, a grampeadeira. O trabalho que nela se leva a efeito já se depreende ao ouvir-se pronunciar-lhe o nome. O último trabalho é o da expedição. As revistas são remetidas aos distribuidores e assinantes de todo o Brasil.¹¹⁹

O relato demonstra que Joanyr estava longe de ser um mero auxiliar cumpridor de ordens na redação de *A Seara*. Ao contrário, o que se vê é a centralidade da função do secretário-redator que cuidava de diversas seções da revista, revisava os originais vindos de todo país (retocando-os, como mencionou) e organizava todo o material fotográfico com suas legendas. Depois dessas atividades, o trabalho de revisão continuava nas idas e vindas da oficina gráfica de todo o material que comporia a revista.

Joanyr de Oliveira e João Pereira da Andrade e Silva chegaram à CPAD por caminhos distintos, não eram antigos companheiros, aliás eles nem sequer se conheciam antes do contato na editora. Mas o encontro desses dois personagens, fundamentais na história de nossa revista, se desdobrou em uma forte amizade baseada na convergência de pontos de vista muito incomuns nos círculos assembleianos da década de 1950. Ambos cultivavam apreço pelo conhecimento formal e compartilhavam trajetórias políticas, ainda que em diferentes frentes de atuação, e *A Seara* foi o canal encontrado para dar vazão a uma série de reflexões que haveriam de atualizar o pentecostalismo praticado pela AD naqueles anos, incluindo-se aí, como não poderia deixar de ser, o debate sobre a relação da igreja com a esfera política.

1.3) *A Seara*: uma revista “moderna” para “modernizar” o pentecostalismo

A Seara foi lançada em setembro de 1956. Nessa segunda metade da década de 1950, a sociedade brasileira estava vivendo um processo de profundas transformações. Enquanto, no

¹¹⁹“Como é feita *A Seara*”. *A Seara*, nº 05, setembro/outubro de 1957. p. 14 (conclusão do texto na página 34 e 30, respectivamente).

plano internacional, os países “centrais” se recuperavam das feridas abertas pela Segunda Guerra Mundial, o Brasil de Getúlio Vargas (1951-1954) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961), despendia grandes esforços para traçar um projeto de desenvolvimento para o país.¹²⁰

A década de 1950 foi um período de euforia e grandes expectativas em relação ao futuro da nação e não é de se surpreender que assim o fosse, pois o país, que buscava restabelecer a ordem democrática eclipsada pela sombra do Estado Novo, viveu entre o segundo governo de Vargas e os anos JK, um período de considerável desenvolvimento econômico e de manutenção da ordem democrática que estava garantida pela Constituição de 1946. Era uma sociedade em movimento, como classificou André Botelho¹²¹, guiada pelos intentos de dois governos, Vargas e Kubitschek que, afora aspectos que os distanciavam, tinham certas semelhanças, especialmente na criação de instâncias de Estado capazes de acelerar o processo de industrialização do país.¹²²

Como todos os segmentos daquela sociedade que buscavam desenhar a seta que indicaria a *modernização* do Brasil, a imprensa também sentiu a força inercial da pressão que alcançava distintos segmentos sociais. Para a pesquisadora Marialva Barbosa, o *slogan* desenvolvimentista do Governo JK dos “cinquenta anos em cinco”, também influenciou as redações dos grandes jornais, especialmente no Rio de Janeiro. Nas palavras da autora:

O slogan do Governo Juscelino Kubitschek, que pretendia modernizar o Brasil, fazendo o trabalho de construção do país que levaria cinquenta anos em apenas cinco, resume o processo que tomou conta das redações dos principais jornais do Rio de Janeiro na década de 1950. De acordo com o espírito do tempo dos anos JK,

¹²⁰IORIS, Rafael. *Transforming Brazil: a history of national development in the postwar era*. New York: Routledge, 2014.

¹²¹BOTELHO, André Pereira. Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia: apresentação In: BOTELHO, André Pereira; BASTOS, Elide Rugai; BÔAS, Glaucia Villas (Orgs.). *O moderno em questão*. A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. 15-23.

¹²²FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem incompleta*. A experiência brasileira: a grande transação. São Paulo: Senac, 2000, v. 2, p. 178. Especificamente, sobre esse peso dado à indústria como alavanca de desenvolvimento, João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais esclarecem: “O desenvolvimento econômico rápido da década dos 50 criou uma ampla gama de oportunidades de investimento, especialmente no período do governo Juscelino Kubitschek (1956-60). O Plano de Metas de Juscelino, que tinha como lema “50 anos em 5”, objetivava implantar no Brasil os setores industriais mais avançados, como a indústria elétrica pesada, a química pesada, a nova indústria farmacêutica, a de máquinas e equipamentos mais sofisticados, a automobilística, a indústria naval, ou levar adiante indústrias estratégicas, como a do aço, a do petróleo e a da energia elétrica. A entrada nessas indústrias, que exigiam um volume de capital inicial verdadeiramente extraordinário e o domínio de uma tecnologia extremamente complexa, só estava aberta à grande empresa multinacional ou à grande empresa estatal”. MELLO, João Manuel Cardoso de Mello; NOVAIS, Fernando Antonio. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SCHWARCZ, Lília Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, volume 4, 1998. p. 589-590.

em que desenvolvimentismo e modernização são palavras de ordem, também os jornais diários mais importantes da cidade apressam-se em se transformar e, o mais importante, construir aquele momento como marco fundador de transformações decisivas no campo jornalístico. A década de 1950 passa à história pelas narrativas dos próprios homens de imprensa como o momento mais singular de sua trajetória, quando uma série de mudanças introduzidas no processo de produção dos jornais diários transforma inteiramente a face do jornalismo que se faz no país. Começa aí, no dizer dos atores sociais, a nova imprensa brasileira.¹²³

Inserida nesse processo, a AD também buscava se arranjar nesse contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e do fim do Estado Novo que tantas mudanças vinha provocando. Os estudos de Gedeon Freire de Alencar dão a dimensão desse ponto de inflexão vivido pela liderança assembleiana nessa quadra histórica. Segundo esse autor, a trajetória da AD pode ser dividida em três grandes momentos: um primeiro (1911 a 1946), em que a igreja reunia características de um “*movimento*”; um segundo (1946-1988) no qual já é possível uma “*instituição*”; e um terceiro (1988-2011) em que surge um modelo de “*corporação*”.

No entender de Alencar, será no início desse segundo momento que a liderança assembleiana se afastará de um pentecostalismo centrado na “*iluminação do carisma*”, característico das primeiras décadas de atividade dessa igreja no Brasil, para um pentecostalismo centrado na “*tradição*”. Para melhor compreensão das implicações dessa mudança vale acompanhar o esboço central do raciocínio de Alencar:

As ADs nascem congregacionais, tanto em suas origens suecas como americanas, e se mantêm assim, até a década de 1930. Moderna em sua comunicação e liturgia, avançada na participação das mulheres e absolutamente inclusiva com pobres e negros. Porém, no final dos anos 1950, ela já é uma igreja conservadora e controlada ditatorialmente por uma elite sacerdotal machista e refratária a todas e quaisquer mudanças. Há um substrato de “*getulismo*” no modelo assembleiano a partir de então, principalmente na passagem do modelo congregacional original para o episcopal a la Brasil. Um típico “*peleguismo assembleiano*” na relação patronal, dirigista e de obediência cega aos líderes das congregações aos pastores presidentes das Igrejas-Sede.¹²⁴

O autor destaca que essa movimentação foi motivada por “*graves problemas*” enfrentados pela AD na metade do século XX. Uma dessas dificuldades estava na fragmentação de ministérios em uma mesma cidade e/ou estado, circunstância que levava, invariavelmente, a um acirramento das disputas internas entre pastores e a criação de grupos

¹²³BARBOSA, Marialva *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 2007. p. 149-150.

¹²⁴ALENCAR, Gedeon Freire. *Assembleias Brasileiras de Deus: Teorização, História e Tipologia – 1911-2011*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012. p. 85.

de poder que se mobilizavam para demarcar territórios de influência. Além disso, foi também nesse contexto que a AD se confrontou com novos agentes no *mercado religioso* – como as igrejas *Deus é Amor*, *Brasil para Cristo* e do *Evangelho Quadrangular* – que também eram portadores da mensagem pentecostal, antes circunscrita a ela própria e à Congregação Cristã do Brasil. As considerações de Maria Lucia Montes, sobre a chegada de novos atores pentecostais no Brasil na década de 1950, ajudam a entender com mais detalhes o contexto em questão:

Depois, nas primeiras décadas do novo século, chegariam ao país as primeiras igrejas pentecostais, a Congregação Cristã do Brasil, primeiro, em 1910, e que aos poucos irá se implantar em meio à colônia italiana de São Paulo. No ano seguinte será a vez da Assembléia de Deus, criada por missionários suecos em Belém do Pará, dando continuidade a presença, marcadamente minoritária, dos protestantes no Brasil. É somente a Segunda Guerra Mundial que esse quadro começa a sofrer uma mudança radical, com a irrupção de um novo tipo de protestantismo de massa, que passa a crescer de uma maneira assombrosa com base nos grupos pentecostais. Sobretudo graças à ação missionária financiada por igrejas norte-americanas, em especial a *International Church of the Foursquare Gospel*, no início dos anos 50, um grande empreendimento proselitista teria lugar no Brasil, por meio da Cruzada Nacional de Evangelização. Daí surgiram as igrejas conhecidas como de “cura divina” como a do Evangelho Quadrangular, o Brasil Para Cristo, Deus é Amor, A Casa da Benção e outras, que vieram se somar à Congregação Cristã do Brasil e à Assembléia de Deus, estas fazendo parte do que se conheceria como “pentecostalismo clássico”. Essas novas igrejas pentecostais – que viriam a constituir o chamado “pentecostalismo neoclássico – rapidamente se implantam e passam a ganhar centenas de milhares de adeptos em velocidade crescente, sobretudo entre as camadas mais modestas da população.¹²⁵

A este complexo de dilemas associavam-se outros relacionados ao contexto social do Brasil do pós-Segunda Guerra Mundial. Como fez lembrar Marcelo Lacombe, os anos 50 do século XX foram marcados por profundas mudanças culturais e sociais com implicação direta

¹²⁵MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado entre o público e o privado In: NOVAIS, Fernando Antonio; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, volume 4, 1998. p. 81-82. Importante destacar que as igrejas denominadas “protestantes históricas” também sofreram a influência desse momento de intensificação da concorrência entre as instituições religiosas evangélicas, como destaca Karina Kosicki Bellotti: “A partir da década de 1950, o campo protestante desenvolve-se como cultura de massas, que adotou o uso da mídia e de estratégias de publicidade para defender sua relevância na cultura popular. No Brasil, o uso da mídia por evangélicos foi introduzido por missionários dentro de um campo religioso competitivo, em que estratégias de inserção social e mercadológica contaram para o crescimento evangélico; Esse período marca o início de um contato maior entre referências culturais evangélicas de diversas origens. Tanto o crescimento fundamentalista americano, como o crescimento pentecostal brasileiro favoreceu a circulação de produtos de mídia em um mercado consumidor evangélico em formação no Brasil”. BELLOTTI, Karina Kosicki. *Delas é o Reino dos Céus: Mídia Evangélica Infantil na Cultura Pós-moderna do Brasil (1950 a 2000)*. Tese (Doutorado em História) IFCH, UNICAMP, Campinas. 2007. p. 13.

nos hábitos e costumes.¹²⁶ Nesse clima de aceleradas mudanças, como não poderia deixar de ser, houve uma forte atitude reativa que punha em xeque normas de conduta e concepções de moralidade em um embate que colocava em trincheiras opostas os otimistas com as mudanças e aqueles que temiam as novas tendências: “*um modo de vida cotidiano moderno, convivendo lado a lado com modos de vida arcaicos, se tornaria o centro de um conflito inevitável de valores e crenças*”.¹²⁷

Essa constelação de fatores exigia uma rápida e articulada resposta da AD, pois o torvelinho mudancista da década de 1950 fazia estremecer as bases do conservadorismo, do tradicionalismo e do moralismo assembleiano. Eram muitas mudanças para aqueles que queriam “preservar”. Eram muitas liberdades para aqueles que primavam pela “disciplina”. Pragmática, a liderança da AD não havia se sentindo desconfortável no ensombrecido clima dos tempos do Estado Novo, mesmo quando os abusos persecutórios do governo alcançaram seus pastores, como no caso do confisco da edição número 4 do jornal *Mensageiro da Paz*, em 1935, pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS).¹²⁸

¹²⁶Vale destacar que essas mudanças eram fortemente influenciadas pela cultura estadunidense que, no período em questão, também passava por transformações no contexto pós-guerra, com fortes transformações no modo de vida, marcado, a partir de então, pela presença cada vez maior de produtos eletrodomésticos, pelas transformações no mundo da moda, das artes (especialmente pela disseminação do *rock and roll*), e pela recuperação de todo o ideário do “*American Dream*”. Sobre esse contexto nos Estados Unidos da América, entre outros, pode consultar: HALLIWELL, Martin. *American Culture in the 1950s: Twentieth-Century American Culture*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

¹²⁷LACOMBE, Marcelo Santos Masset. A Vida Como Ela É ...: Moralidade e Cotidiano na década de 50. In: BOTELHO, André Pereira; BASTOS, Elide Rugai; BÔAS, Glaucia Villas (Orgs.). *O moderno em questão. A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. p. 237.

¹²⁸O confisco de um exemplar do Jornal *Mensageiro da Paz* foi revelado por Maria Luiza Tucci Carneiro e Boris Kossoy na pesquisa que resultou no livro *A imprensa confiscada pelo DEOPS*. A recolha do exemplar foi realizada pelo DEOPS em fevereiro de 1935 para que fosse anexado ao prontuário número 456 cuja finalidade era investigar ações consideradas subversivas nas atividades do pastor assembleiano Samuel Hedlund com camponeses de Gramadinho (SP). Para as autoridades do DEOPS, dois artigos – *O bolchevismo batalhando contra o cristianismo* e *O exército do Anticristo* – apresentavam um conteúdo considerado nocivo ao governo Vargas “sob a máscara de religião”. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo, Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado. 2003. p. 164. Para Eduardo Góes Castro, essa apreensão do *Mensageiro da Paz* não tinha sentido, pois o que havia nas páginas do jornal assembleiano era uma crítica ferrenha ao comunismo e à supressão da religião na União Soviética, um posicionamento também defendido pela Igreja Católica. CASTRO, Eduardo Góes de. *Os “quebra-santos”: anticlericalismo e repressão pelo DEOPS*. São Paulo: Humanitas, 2007. p. 77. Talvez, por isso, o processo não tenha chegado até os editores do *Mensageiro da Paz*, Carlos Brito e Nils Kastberg. Quanto ao pastor Samuel Hedlund, não há maiores informações do desfecho do processo, sabe-se, apenas, que ele seguiu para a Suécia com a família dois meses após ter sido fichado. Samuel Hedlund (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 345.

Moção de congratulação a Getúlio Vargas chegou a ser aprovada pela CGADB.¹²⁹ Há ainda o relato de um dos pioneiros da igreja, Lewi Pethrus, que se reportou a Vargas como “um dos maiores homens do Brasil”¹³⁰ e do próprio fundador da AD que, ao se referir ao governo, afirmou: “*do ponto de vista do trabalho evangélico, tudo continuou favorável, pois Getúlio conservou sempre boas relações com os pentecostais, e ajudou esse movimento de todas as maneiras possíveis. Vários parentes do presidente eram crentes pentecostais, e um deles ainda é pregador do Evangelho no Rio Grande do Sul*”.¹³¹

É certo que havia outros pontos harmônicos. Agradava aos líderes da AD, em especial, a perseguição aos comunistas e o forte apelo moralista levados a efeito por Vargas. Já o Brasil pós-45, era uma grande incógnita. É por isso que a ofensiva assembleiana para os novos tempos foi centrada, segundo Gedeon Freire de Alencar, na opção pela “tradicionalização”:

As ADs já têm uma identidade marcada por uma ascese de abstinência, frugalidade e rigorismo moral; uma conduta de vida, cada vez de estilo monacal e isolamento social, com uma leitura subjetivista e literalizada dos textos sagrados (herança pietista), portanto, muito conservadora e de exacerbado moralismo. Tradicionalização, esse é o grande modelo assembleiano para enfrentar a nova realidade brasileira [da década de 1950].¹³²

Essa preferência pela via da “tradicionalização”, como resposta aos impasses vividos pela AD, acentuava posicionamentos visivelmente desgastados e responsáveis pela visão bastante caricata do fiel pentecostal como “ignorante”, “alienado” e “fanático”. Tratava-se, como destacado na citação acima, do recrudescimento de ideias que levavam ao desinteresse da igreja pelas questões da “vida terrena”. Ascese, frugalidade, rigorismo moral, estilo de vida monacal, leitura subjetivista e literalizada dos textos sagrados, ênfase na escatologia, são todos elementos que reforçavam o alheamento social dos fiéis por estarem lastreados na ideia matricial de que tudo que pertencia ao “mundo” era ilusório e fugaz. Por extensão, educação, cultura e política, eram tidos como aspectos de somenos importância, quando não negados peremptoriamente por uma majoritária parcela da liderança da igreja.

¹²⁹Uma carta de saudação ao Presidente da República foi aprovada pela *Convenção Geral das Assembleias de Deus* no ano de 1940. *HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, p. 163.

¹³⁰VINGREN, Ivar. *Diário do Pioneiro*. Rio de Janeiro: CPAD, 2000. p. 173.

¹³¹VINGREN, Ivar. op. cit., 2000. p. 173.

¹³²ALENCAR, Gedeon Freire. *Assembleias Brasileiras de Deus: Teorização, História e Tipologia – 1911-2011*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012. p. 139.

O pentecostalismo assembleiano dos anos 1940 e 1950 passava por uma transição geracional com implicações diretas na forma de organização da igreja. As atividades dos jovens missionários e pastores das primeiras décadas da AD eram pautadas mais pela lógica de expansão do trabalho e pelos elos de irmandade do que pelo viés oficialista da burocratização institucional (cargos, postos, instituições). Agora aqueles jovens, depois de quatro décadas de atividades, eram homens que, ao envelhecer, encontraram uma sociedade que passava por mudanças inimagináveis e uma igreja bem mais complexa em termos institucionais. Acuados pela rapidez em que tudo isto se processava, buscaram blindagem no conservadorismo:

(...) os jovens aventureiros suecos e brasileiros imigrantes que dirigiam essa igreja nas primeiras décadas, agora [década de 1940 e 1950] estão envelhecidos no físico e nas ideias, são contra as “fábricas de pastores” (seminários), uso do Rádio e da TV; são zelosos da “doutrina”, conservadores da tradição, preservadores do poder. De seu próprio poder. A igreja tem sua santidade marcada pela disciplina. Ganha – ou ganhou – quem for mais conservador.¹³³

Em síntese, a AD da década de 1950 era outra. Já estava espalhada pelo país, possuía diversas igrejas de grande porte. As pequeninas congregações, então, era difícil contá-las todas e o número de membros só se podia supor. A humilde igreja, fundada em 1911 por Daniel Berg e Gunnar Vingren em Belém (PA), havia se agigantado, multiplicando, no mesmo compasso, os interesses de líderes cada vez menos voluntariosos e irmanados.

E foi justamente contra essa exasperação do “tradicionalismo” que os fundadores da revista *A Seara* quiseram se colocar em plena década de 1950. O objetivo precípua do novo impresso era demonstrar que entre os pentecostais havia aqueles que se interessavam pela instrução formal escolar e universitária, que existiam também apreciadores da arte, da literatura, da ciência, enfim, que muitos pentecostais possuíam uma vida integrada a distintas esferas da sociedade. Nas páginas da nova revista os idealizadores pensavam em dar voz a uma parcela dos membros e líderes da igreja, sobretudo os mais jovens e com maior escolaridade, que via a necessidade de um esforço para “melhorar” a imagem dos pentecostais considerada bastante estigmatizada.

Queria-se, para tanto, encontrar forma de dar destaque ao grupo de fiéis da AD que reunia pessoas com instrução educacional, universitários de diversas áreas, profissionais bem

¹³³ ALENCAR, Gedeon Freire. *Assembleias Brasileiras de Deus: Teorização, História e Tipologia* – 1911-2011. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012. p. 139-140.

sucedidos, indivíduos afeitos à literatura, à poesia, à arte e à cultura em geral. E não era só. Havia ainda uma proposta que se contrapunha diametralmente à vaga de “tradicionalização” que avançava nos meios assembleianos nos idos da década de 1950: incentivar uma maior participação dos membros em atividades políticas, sindicais e agremiações estudantis. É o que o testemunho do secretário-fundador de *A Seara* Joanyr de Oliveira deixa claro quando, em livro de sua autoria sobre a história da AD, publicado no ano de 1997, refere-se aos objetivos da revista:

Quem acompanhou “A Seara” desde seus primeiros números sabe o que ela representou para as Assembléias de Deus, como portadora de idéias novas, as quais, uma vez concretizadas, foram trazendo a necessária abertura à denominação. Com a cobertura do prestigioso diretor e gerente da editora na época, João Pereira de Andrade e Silva, em suas páginas falou-se pela primeira vez no âmbito da igreja em congressos de mocidade e em institutos bíblicos, até então tidos como inadmissíveis. Nela enfatizava-se o valor da cultura, estimulava-se os jovens a estudar e divulgar notícias sobre formaturas e outros acontecimentos que serviam de incentivo para muitos. Os crentes eram convocados a ser o “sal da terra”, a influir na sociedade, a recusar o papel de alienados. A revista era usada como incontestável resposta às palavras depreciativas dos que apresentavam os pentecostais como incultos e obscurantistas. Os leitores eram convocados a buscar “primeiramente o reino de Deus e sua justiça” sem fugir de seus deveres de cidadãos. Ao revelar grande apreço pelos pastores e sem minimizar-lhes a colaboração, “A Seara”, abriu à mocidade o espaço de que carecia para sua iniciação nas letras.¹³⁴

O anúncio publicado em julho de 1956 no jornal *Mensageiro da Paz* já expunha alguns indicativos dessa proposta. A notícia dava conta de que *A Seara* chegava com a intenção de levar ao público leitor uma nova opção de periódico no qual seriam vinculados assuntos “mais leves” que não podiam ser publicados no próprio *Mensageiro da Paz*, devido à sua característica “doutrinária”:

“A SEARA”

A Casa Publicadora da Assembléia de Deus iniciará em breve, a publicação da revista “A SEARA”, a qual publicará, entre outras coisas, notas sociais (aniversários, casamentos) testemunhos e assuntos mais leves que o “Mensageiro da Paz”, por sua natureza doutrinária e falta de espaço não podia publicar.¹³⁵

E no mês de setembro do ano de 1956, os leitores finalmente puderam conhecer o primeiro número de *A Seara: revista evangélica ilustrada*. Na nova revista, além de muitas

¹³⁴OLIVEIRA, Joanyr. *As Assembléias de Deus no Brasil: sumário histórico ilustrado*. Rio de Janeiro, CPAD, 1997. p. 155-156

¹³⁵*Mensageiro da Paz*, ano 26, n° 14, 2° quinzena de 1956.

ilustrações¹³⁶, o público encontrava cartas de leitores, propagandas variadas¹³⁷, reportagens e artigos, coluna social com muitos registros fotográficos a informar aniversários, casamentos, formaturas e nascimentos¹³⁸, além de seções específicas com palavras-cruzadas, charadas, dicas culinárias, espaço infantil e notas humorísticas (Anexo 2).

O novo também estava nos espaços que se destinavam ao “conhecimento” e à “cultura” por meio de notas científicas, orientações para a composição de poemas, resenhas de livros, publicação de poesias (Anexo 3). Artigos de natureza temática bastante ampla, enviados por colaboradores de diversas partes do país (muitos deles sem postos na hierarquia da igreja) também eram um indicativo de novos ares em uma editora que limitava a participação de leigos nos escritos com timbre oficial.

De fato, tudo era muito novo naquele número inaugural, portanto, o diretor e o redator-secretário foram muito cautelosos. Tanto João Pereira de Andrade e Silva como Joanyr de Oliveira demonstraram estar cientes do terreno em que palmilhavam, aliás parecia-

¹³⁶Os elementos composicionais de *A Seara* também propunham uma atualização na relação dos impressos da igreja com os leitores, tentando superar a forma tradicional do *Mensageiro da Paz* que por décadas foi o único e principal modelo do periodismo assembleiano. Quando falamos em padrão tradicional, estamos nos referindo a opção desse jornal, desde os seus primeiros anos de circulação, por um mecanismo de restrição de suas páginas aos serviços de informe e de propagação das doutrinas da AD. Para efeito de comparação, o seu congênera metodista, *O Expositor Cristão*, desde as primeiras décadas do século XX, tinha uma proposta editorial bem mais abrangente e diagramação bem mais moderna, incluindo ilustrações, página infantil e publicidade variada. Enquanto o *Mensageiro da Paz* era um jornal de tom monocórdio com seus muitos informes e matérias teológico-doutrinárias, o *Expositor* tinha uma proposta que, além de cuidar da informação e da formação – como igualmente queria o órgão oficial da AD – preocupava-se, também, em apresentar uma “boa imagem” da igreja ao público externo, abrindo suas páginas, para isso, à divulgação das atividades de suas instituições de ensino e dos trabalhos realizados por “membros doutores” da classe média e alta. Era exatamente nesse ponto que *A Seara* poderia contribuir e nesse mister o formato revista abria maiores possibilidades. A Análise comparativa de *O expositor cristão* com o *Mensageiro da Paz* foi feita a partir do estudo de: ALENCAR, Gedeon Freire de. *Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus: Assembléia de Deus – origem, implantação e militância (1911-1946)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo (SP), 2000. p. 105.

¹³⁷Embora largamente utilizada na imprensa secular, na imprensa confessional a publicidade nem sempre foi utilizada pelo fato de haver a possibilidade de contribuição da comunidade de fé envolvida na circulação de seus periódicos. No caso da AD, houve resistência em se utilizar das páginas de seus impressos para veiculação de peças publicitárias. O *Mensageiro da Paz*, desde de seus primeiros números, não aceitava anúncios publicitários enquanto outros jornais evangélicos, como o metodista *Expositor Cristão*, tinham suas páginas plenas de anúncios de médicos, dentistas, advogados, lojas de produtos importados e colégios particulares. As informações sobre a publicidade em *O expositor cristão* e o *Mensageiro da Paz* foram colhidas no estudo: ALENCAR, Gedeon Freire. op. cit., 2000. p. 105. Sobre a relação imprensa/publicidade, ver: PATRIN-LECLERE, Valérie. Journalisme, publicité, communication: pratiques professionnelles croisées. *Communication et langages*. N° 140, 2ème trimestre 2004. p. 109-118.

¹³⁸O colunismo social, muito em voga na imprensa brasileira nas décadas de 1950 e 1960, era uma iniciativa extraordinariamente arrojada para os padrões da imprensa assembleiana daquele período, não por outro motivo senão pelo fato de ser um espaço destinado à exposição de aniversariantes, debutantes, nubentes, formandos e toda sorte de festividades sociais, algo que destoava da ascese assembleiana que tinha no recato da vida social um de seus principais pilares. Sobre o colunismo social nos anos 1950 e 1960, ver: MARIA, Maurício de Fraga Alves. Das gossip columns às novas colunas sociais brasileiras: política e modernização da imprensa brasileira nas décadas de 1950 e 1960. *Histórica* (São Paulo.), v. n° 33. 2008. p. 03.

lhes presuntivo que qualquer passo em falso poderia colocar em risco o projeto de *A Seara*. Sendo assim, todo o cuidado era para que a existência da revista e os esforços despendidos para sua circulação não fossem legitimados simplesmente em propostas elaboradas por um grupo que se sentia insatisfeito com a manutenção de algumas posturas consideradas demasiadamente rígidas por parte da igreja.

Por ser uma revista organizada e impressa na editora oficial da AD, ela precisava apresentar ao público os seus objetivos, mostrar claramente ao que vinha. Tinha-se nisto, de pronto, o primeiro contratempo. Imputar à revista o papel de promotora de uma nova imagem do fiel pentecostal perante a sociedade não era o bastante; fundamentá-la na proposta de discussão de temas que não encontravam espaço em outros impressos da CPAD, como os assuntos sobre a relação da igreja com a política, também não era suficiente; tampouco lhe daria sustentação a mera atribuição de impresso destinado a atender ao público pentecostal que não dispunha, no mercado editorial de então, de uma revista específica. O primeiro número, de setembro de 1956, é um exemplo lapidar dessa prudência dos editores.

Se um periódico evangélico, do ramo pentecostal, publicado pela editora oficial da AD, não poderia existir sem um objetivo programático fundamentado nos “mandamentos bíblicos”, o primeiro aspecto a ser cuidadosamente observado era o título que lhe seria atribuído. O pesquisador da história da imprensa deve sempre procurar entender os sentidos dos títulos e subtítulos, pois neles encontramos indicativos valiosos sobre as intenções editoriais dos periódicos, como esclarecem Heloisa Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto:

Títulos e subtítulos funcionam como “manchetes”, primeiros enunciados por meio dos quais uma publicação procura anunciar a natureza de sua intervenção e suas pretensões editoriais. No que se refere às publicações de maior circulação e estrutura que denominamos grande imprensa, os títulos para além de indicarem uma pretensão quanto a sua autoridade e representatividade - em nome de quem ou de quais setores fala - geralmente indicam também uma pretensão de abrangência (...) Desta maneira, seja na pesquisa em um único periódico, seja em um conjunto de publicações de uma época, o pesquisador consegue inúmeras pistas para sua reflexão sobre aquelas fontes já no relacionamento de títulos e subtítulos e na indagação sobre os significados que anunciam.¹³⁹

Nesse caso a pergunta que se coloca de imediato é: por que a escolha do nome “*A Seara*: revista evangélica ilustrada”? Veremos que não foi uma seleção ocasional e que, pelo

¹³⁹CRUZ, Heloisa Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador. Conversa sobre história e imprensa. *Projeto história*. São Paulo. N° 35. p. 2007. 261-262.

contrário, essa escolha tinha a atribuição de colocar o novo periódico como instrumento central em uma das frentes de ação mais valorizadas na igreja: a evangelização. Esse é um aspecto merecedor de destaque, uma vez que essa opção serviria como anteparo às investidas contra o modelo editorial assumido por *A Seara*.

O novo periódico queria inserir-se nessa importante frente de trabalho para garantir o seu reconhecimento entre a liderança e os membros da igreja. Por isso, o nome escolhido para a revista foi inspirado em uma passagem do novo testamento correntemente utilizada nas chamadas missionárias e evangelísticas.¹⁴⁰ No trecho em questão, há um relato do apóstolo Mateus sobre a reação de Jesus Cristo, ao ver multidões que “*andavam cansadas e desgarradas como ovelhas que não têm pastor*”: “*A seara é realmente grande, mas poucos os ceifeiros. Rogai, pois, ao Senhor da seara, que mande ceifeiros para a sua seara*”¹⁴¹. Eis aí a origem do título da primeira revista pentecostal, uma rubrica que certificava o compromisso do periódico com a missão de evangelização.

É necessário entender que essa opção tinha uma razão bastante óbvia; uma consulta ao verbete “evangelismo” do *Dicionário do Movimento Pentecostal* ajuda a entender a razão disso:

[...] em toda a história dos pentecostais, o evangelismo tem sido uma prioridade. A auto-imagem histórica das principais denominações pentecostais é que elas surgiram para ser um instrumento de evangelismo no mundo (...) Tradicionalmente, portanto, é percebido que ser pentecostal é ser uma testemunha evangelística. Os pentecostais vêem nas páginas do Novo Testamento uma ousadia evangelística e, devido à alta consideração pela Bíblia, e sua interpretação literal, interpretam a experiência pentecostal como um mandato para o evangelismo em suas várias formas e métodos (...) Para os pentecostais o evangelismo envolve muito mais que simples proclamação do evangelho. A proclamação evangelística não é um fim em si mesmo, mas um meio para se alcançar uma finalidade – persuadir os pecadores a aceitarem a Cristo como Senhor e segui-lo como membros responsáveis em uma igreja local que, por sua vez, proclama as Boas Novas.¹⁴²

Observadora pioneira do movimento pentecostal, Beatriz Muniz de Souza assim se referiu aos serviços de evangelização na estrutura da AD:

Evangelizar constitui a obra por excelência da Assembléia de Deus, segundo afirma a liderança. Paralelamente à instalação de novas igrejas, sempre houve, desde as

¹⁴⁰Essa mesma passagem bíblica, deve-se mencionar, foi utilizada para dar nome à principal seção fixa do jornal *Mensageiro da Paz* denominada “*Na Seara do Senhor*”, nome que foi mantido até o ano de 1957.

¹⁴¹BÍBLIA. N. T. Mateus, 9, 35. In: BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966. (Grifo nosso).

¹⁴²Evangelismo (verbetes). ARAUJO, Israel de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007.p. 289.

primeiras distribuições de Bíblias efetuadas por Daniel Berg, a preocupação de realizar o “evangelismo itinerante”, que consiste no trabalho missionário, visitas domiciliares, distribuição de folhetos doutrinários, pregações em praças públicas, etc.¹⁴³

A estratégia era, assim, bastante apropriada como forma de legitimação do impresso. Se a revista queria, como relatou Joanyr de Oliveira, ser portadora de novas ideias, promover maior abertura da igreja, se tornar um espaço de valorização da cultura, do conhecimento e de estímulo a maior participação dos pentecostais na sociedade, inclusive na política, tais objetivos não poderiam estar às escâncaras já no título e muito menos no subtítulo do periódico, visto que todas essas propostas atingiam diretamente posturas já presentes nos cânones da igreja desde as primeiras décadas do século XX e que vinham sendo reavivadas por suas lideranças desde a segunda metade da década de 1940.

Essa cautela pode ajudar a entender, de igual maneira, a escolha de um subtítulo pouco ousado, considerando-se uma revista que tinha editores tão cheios de proposituras inovadoras. Como já dito, *A Seara* foi simplesmente apresentada como uma “revista evangélica ilustrada”. Ao apresentar um título que remetia diretamente à evangelização, os editores de uma só vez conseguiam a justificativa necessária para a existência da revista e evitavam prejulgamento de muitos leitores.

Um impacto inicial no nome do periódico poderia levar a duas atitudes igualmente indesejadas a um empreendimento que dava seus primeiros passos como *A Seara*. Os leitores mais tempestuosos poderiam nem sequer seguir a leitura da revista, caso se deparassem com um título considerado “atentatório” às tradições da igreja, enquanto que os mais transigentes poderiam até seguir a leitura, mas certamente o fariam com um olhar bastante receoso, isto porque, conforme Roger Chartier, em conhecida formulação teórica, os títulos dos impressos operam como “protocolos de leitura”¹⁴⁴, isto é, carregam em si um conjunto de representações que os editores têm do público consumidor dos impressos.

O subtítulo segue essa mesma lógica, uma vez que de nada adiantaria um título contido se ele viesse acompanhado por palavras de impacto. Mas um fato específico merece

¹⁴³SOUZA, Beatriz Muniz de. *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Duas Cidades, 1969. p. 122.

¹⁴⁴Segundo Roger Chartier “o protocolo de leitura define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo em que esboça o seu leitor ideal. Deste último, autores e editores têm sempre uma clara representação: são as competências que supõem nele que guiam seu trabalho de escrita e de edição; são os pensamentos e as condutas que desejam nele que fundam seus esforços e efeitos de persuasão”. CHARTIER, Roger. Prefácio In: CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 4º Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 20.

atenção nessa escolha: a opção pelo termo “evangélico” em detrimento do nome “pentecostal”, isto é, *A Seara*, seguindo a lógica identitária assembleiana, deveria se apresentar ao público como “revista pentecostal ilustrada”. Entendamos a razão disso.

Na introdução deste estudo, demonstramos que as igrejas pentecostais pertencem ao grande grupo “evangélico” que reúne as igrejas descendentes da Reforma Protestante. Recordemos que esse grupo se divide em dois subgrupos, os protestantes históricos (Luterana, Metodista, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana e Batista e demais congêneres) e os pentecostais no qual a AD e a Cristã do Brasil são representantes pioneiras.¹⁴⁵

Observe-se que a direção da revista tinha outras alternativas que dariam ao periódico um caráter mais segmentário: “revista ilustrada da(s) Assembleia(s) de Deus” ou “revista pentecostal ilustrada”. No entanto, a designação escolhida, foi justamente aquela que identificava *A Seara* como uma revista do universo evangélico, mesmo que a relação da AD fosse, quase sempre, de distanciamento, quando não de atrito com suas coirmãs de fé, o que denota a intenção de fazer de *A Seara* uma revista que levasse os pontos de vista da “AD” não só aos membros da igreja, mas também ao grande público evangélico.

A capa da revista (Imagem 1) também seguia essa mesma lógica que guiou a escolha do título e subtítulo, lembrando que “*as capas e primeiras páginas: funcionam como vitrine da publicação que, por meio de ‘chamadas’ de matérias, fotos, manchetes e slogans, indicam ênfase em determinados temas e questões*”¹⁴⁶. Para ilustrar a capa do número inaugural de *A Seara*, optou-se por uma imagem que, no primeiro plano, apresentava um ceifeiro portando um instrumento de corte e ao fundo outro trabalhador que levava aos ombros um grande feixe do que estava sendo apanhado na colheita.

A reprodução da passagem bíblica retirada do nono capítulo do Evangelho de Mateus – “*A seara é realmente grande, mas são poucos os ceifeiros*” – remetia o observador à reflexão sobre os trabalhos de evangelização: a *grande seara*, citada por Cristo, era a das muitas almas que aguardavam pelos “ceifeiros” e a revista, com o nome *A Seara*, credenciava-se como instrumento de encorajamento e conscientização de todos nesse serviço do qual nenhum fiel assembleiano poderia declinar.

¹⁴⁵CAMPOS, J.R, Luís de Castro. *Pentecostalismo: sentidos da palavra divina*. Editora Ática: São Paulo, 1995. p. 20.

¹⁴⁶CRUZ, Heloisa Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador. Conversa sobre história e imprensa. *Projeto história*. São Paulo. N° 35. p. 2007. p. 262.

A SEARA

REVISTA EVANGÉLICA ILUSTRADA

NÚMERO 1

SETEMBRO
E
OUTUBRO
-- 1956 --

ANO I

Imagem 1 – Capa do número I, ano I de *A Seara*: revista evangélica ilustrada.

Uma imagem de ceifeiros, ao induzir metaforicamente à colheita de almas “perdidas”, não abria espaço para especulações sobre as intenções de uma revista concebida por dois indivíduos que, embora ocupassem postos estratégicos na editora, não eram figuras tradicionais do meio assembleiano. Caucioná-lo no serviço de evangelização era a garantia de aprovação, pelo menos imediata, do novo periódico que se juntava ao tradicional jornal *Mensageiro da Paz*. Daí a função da imagem e da mensagem bíblica que ilustravam a capa de uma revista, não exatamente idealizada para fins de evangelização, mas que fora sim delineada para tentar atualizar posturas conservadoras da igreja e modificar a habitual imagem que se tinha do fiel pentecostal.

Por isso, tem razão Roger Chartier quando se refere à importância das imagens como “protocolos de leitura”, especialmente àquelas inseridas nas páginas de abertura dos impressos:

Quando a imagem é única, ela se encontra mais freqüentemente ou nas primeiras páginas do livro ou na última. Instaure-se assim uma relação entre a ilustração e o texto em seu todo, e não entre a imagem e esta ou aquela passagem particular. Colocada no começo, a ilustração induz a leitura, fornecendo uma chave que diz através de que figura o texto deve ser entendido, seja porque a imagem leva a compreender o todo do texto pela ilustração de uma de suas partes, seja porque propõe uma analogia que guiará a decifração¹⁴⁷.

A transmissão da mensagem da capa foi ainda corroborada por uma nota no interior da revista, uma prova a mais da preocupação dos editores nesse número inicial de *A Seara* com o sentido principal que deveria ser atribuído à nova publicação. Para não deixar brechas interpretativas, a nota denominada “*Nossa capa*”, cuidava de esclarecer aos leitores a mensagem que se queria passar na fachada do impresso. A explicação, totalmente baseada em trechos bíblicos alusivos, inclusive, à vida de Cristo, não deixava dúvidas sobre o caráter evangelístico que *A Seara* arrogava para si, como se pode conferir na transcrição:

Nossa Capa

As multidões se congregavam em redor do Messias e, enebriadas com as Suas palavras, desejavam não mais d’Ele se afastar. Exemplo de que todos quantos ouviam o Rabí de Nazaré anelavam estar para sempre ao Seu lado, vêmo-lo na esplêndida passagem bíblica que descreve a ida de dois homens a caminho de Emaus, em comentário alusivo a Jesus e as maravilhas que estivera o Senhor operando. Logo que perceberam que se lhes defrontava o Messias, suplicaram de todo o coração: “Fica conosco Mestre!” Quando na terra se encontrava, Cristo não se detinha por

¹⁴⁷CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2004. p. 276-277.

muito tempo em um só lugar. Pois Ele tinha sempre missões a cumprir em outras terras, onde muitas outras almas esperavam pela salvação. E Ele sentia quando as circunstâncias O forçavam a despedir-se daqueles cristãos-novos, tão fervorosos tão fiéis ao mestre. Jesus tinha para com suas ovelhas, sempre que lhes falava, um consêlho, uma advertência, uma recomendação. Vendo “as multidões que andavam desgarradas e errantes, como ovelhas que não têm pastor”, compadeceu-se delas, ao que lamentou não haver número bastante de obreiros para cuidarem dos crentes, orientando-os, doutrinando-os. “Então disse aos seus discípulos: A seara é realmente grande mas são poucos os ceifeiros”. Como naquela época, em que eram assinalados os primeiros decênios da nossa era, a falta de obreiros continua sendo o grande problema das igrejas. Oremos, irmãos, para Deus enviar ceifeiros para sua seara.¹⁴⁸

Como se vê, houve da parte dos editores um cuidado especial em explicitar o alinhamento do novo periódico a um serviço que era considerado de extrema importância pela liderança assembleiana, por se tratar de um mandamento do próprio Cristo. A falta de assistência às “almas” não poderia, dentro dessa lógica, ser compreendida como algo aceitável, natural e *A Seara*, como indica a leitura da nota, ao assumir como função precípua de sua existência o apoio à empresa missionária, chegava como uma aliada desse desiderato que era essencial na estruturação da AD.

Se o título e a capa escolhidos lograram alinhar *A Seara* ao campo evangelístico, o editorial desse primeiro número já daria mostras de que a circulação da nova revista tinha outras motivações – motivações essas que longe estavam de ser tão consensuais –, pois mesmo com todo o esforço em deixar às claras que o ponto focal do periódico era o serviço evangelístico, o primeiro editorial já deixava entrever uma proposta que ia muito além das intenções de propagação das “boas novas de Cristo”.

O editorial de um periódico é um espaço privilegiado para se acompanhar a opinião oficial do grupo responsável pela publicação sobre diversos assuntos. Conforme destaca Luiz Beltrão, um editorial não representa somente a opinião do autor que o assina, pois cada sentença lançada nesse espaço não remete à visão do “eu”, mas sim do “nós”, isto é, de uma compreensão partilhada por um grupo:

Não é o que eu penso o que exprimo no editorial, mas o somatório do que pensa uma expressiva parcela da opinião pública, representada pelo grupo que fundou, orienta e mantém o jornal. Este pensamento que eu – como encarregado de colaborar e redigir o editorial – tenho de exprimir se origina na política editorial, ou seja, na linha filosófico-prática daquele grupo mantenedor e administrador do periódico.¹⁴⁹

¹⁴⁸*A Seara*, nº 01, setembro/outubro de 1956. p. 37.

¹⁴⁹BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980. p. 52.

Olhar para os editoriais como expressão de um grupo tem implicações diretas sobre a compreensão do próprio periódico que deixa de ser um depósito de mensagens e passa a ser entendido como uma *força ativa* nas disputas empreendidas no campo social, ou seja, os editoriais servem aos periódicos como elemento balizador de determinados pontos de vista, expondo ao público leitor o entendimento geral do grupo que lhe dá sustentação sobre assuntos gerais.

No caso do editorial do primeiro número de *A Seara* temos alguns elementos curiosos que devem ser realçados: nada autoriza afirmar que ele representa um posicionamento da igreja *em si* ou que corresponde a uma visão pactuada por toda a cúpula da própria editora. Ainda que não tenhamos conhecimento de quem o redigiu, é fácil notar, por suas características e proposições, que se trata de um texto concebido pelo diretor ou pelo redator-secretário da revista, senão por ambos.

De todo modo, o editorial traz os delineamentos de uma proposta muito própria dos agentes que estavam à frente de *A Seara* (Joanyr de Oliveira e João Pereira de Andrade e Silva) e não propriamente da igreja (via *Convenção Geral*) e nem mesmo da própria CPAD. Esse texto tem um valor singular na compreensão da história desse periódico, visto que em suas linhas já se prefiguravam os elementos e contradições que marcariam as páginas de *A Seara* nos anos posteriores. Vale conferi-lo na íntegra:

Com o aparecimento d' "A SEARA", concretiza-se um velho sonho de considerável número de irmãos, pessoas esclarecidas, amantes da boa leitura, reconhecedoras da imperiosa necessidade, que sempre tivemos, de dispor de um órgão desta natureza. Carecíamos, de feito, de uma revista em que de assuntos variados se pudesse tratar, uma revista em que tivesse a nossa mocidade oportunidade para escrever, opinar, dar expansão ao natural desejo dos espíritos jovens e inteligentes, de as suas idéias expor. Sobretudo, o trabalho de evangelização em nossa igreja clamava por uma publicação como esta que ora surge, com ilimitadas possibilidades de penetração em meios não evangélicos. Cremos firmemente em que temos a aprovação do Senhor Jesus, nesse trabalho, posto que êle se realiza visando, sobretudo, a contribuir para maior propagação do Evangelho. Na direção deste periódico temos o Gerente da Casa Publicadora da Assembléia de Deus, o qual, há longos anos, abnegado, com dedicação extrema, dirige o setor que em nossa Editora lhe foi confiado. Suficiente é o nome do irmão João Pereira de Andrade e Silva, como Diretor d' "A SEARA", para ela mereça pleno apóio, irrestrita cooperação de todos os crentes, e, de modo particular dos membros das Assembléias de Deus. Da assistência técnica foi, acertadamente, incumbido o irmão Augusto A. Costa, profissional de comprovada competência, há alguns anos Chefe Geral das Oficinas da Casa Publicadora. Confiantes nas orações dos santos, e gratos ao Senhor pela fé que nos tem dado, pelas vitórias a nós concedidas, havemos de prosseguir na marcha cujo marco inicial se assinala com este número primeiro d' "A SEARA". Jesus certamente abençoará todos quantos, ombro a ombro com a direção de "A SEARA" se dispuserem a levar avante esta luta em que nos empenhamos, para honra e glória do nome do Senhor.¹⁵⁰

¹⁵⁰"A Seara" (editorial). *A Seara*, n° 01, setembro/outubro de 1956. p. 02.

À primeira vista o editorial pode parecer bastante despretensioso. Nele não se encontra nenhum dizer combativo e nem sequer um programa que desse mostras dos projetos em que andavam ocupados o diretor e o secretário nos bastidores do lançamento da nova revista. O tom era de sobriedade. A justificativa para o esforço despendido na publicação do periódico parecia ser, de fato, a pedra de toque da primeira edição, por isso mais uma vez a palavra “evangelização” voltava a alicerçar a argumentação dos editores, ainda que de maneira evasiva, pois não havia um detalhamento sobre como o periódico atuaria nesse campo de serviço tão valorizado pela AD.

Aspecto curioso é que o editorial deu especial destaque à participação de João Pereira de Andrade e Silva, gerente da CPAD, como diretor da revista e também fez referência ao chefe geral das oficinas da Casa editorial assembleiana, Augusto Costa, como responsável técnico do periódico, sem mencionar Joanyr de Oliveira, o jovem redator-secretário. Mesmo considerando que essa supressão tenha como explicação o fato de o próprio Joanyr ter escrito o editorial, essa ausência merece maior atenção.

Como o editorial não foi assinado, nada impedia a menção ao ocupante do cargo de redator-secretário. O fato é que essa atitude reforçava a redoma de proteção necessária para blindar a revista de possíveis investidas de alas conservadoras da igreja. Andrade e Silva tinha o prestígio que o cargo de gerente lhe conferia, além dos pontos de sua biografia que já cuidamos de apresentar, enquanto que Augusto Costa, homem forte da área gráfica da CPAD, era uma figura agregadora por ser um dos primeiros funcionários da Casa e gozar de grande prestígio entre a liderança, sendo dele, aliás, o primeiro esboço do projeto de criação de uma revista voltada ao público pentecostal.¹⁵¹

Citá-los, reforçava a ideia de que *A Seara* era fruto de um projeto institucional, com a total aquiescência da cúpula da casa editorial assembleiana e que, assim sendo, deveria contar com amplo e irrestrito apoio de todos os fiéis da igreja. Joanyr, pelo contrário, secretariando

¹⁵¹Os registros históricos da CPAD indicam que os contornos gerais do projeto de criação de uma revista que atendessem o público da AD haviam sido delineados inicialmente por Augusto Antonio da Costa, funcionário da Casa Publicadora da Assembleia de Deus. O projeto, no entanto, não saiu do papel, pois a editora da AD, estruturada com tantas dificuldades na década de 1940, ainda tinha muitos problemas que a impediavam de assumir a responsabilidade de uma publicação seriada tão complexa no conteúdo e na forma. Para garantir o fluxo periódico de um impresso tematicamente diversificado e carregado de ilustrações, problemas logísticos e técnicos deveriam ser superados, o que demandaria um considerável investimento a ser extraído de um caixa quase sempre arruinado. Também não havia no quadro de funcionários da Casa um servidor que reunisse os requisitos mínimos para dirigir um impresso com características tão específicas como os de uma revista ilustrada. Só com a chegada de João Pereira de Andrade e Silva e, depois, de Joanyr de Oliveira, a ideia voltou a ser aventada e colocada em prática. Augusto Antonio da Costa (verbete). ARAUJO, Israel de. Dicionário do Movimento Pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 222.

um impresso oficial da AD, com apenas 23 anos, somava-se ao que de novo havia no conjunto geral do impresso e deveria, pelo menos nesse número inicial de *A Seara*, ser tratado de maneira parcimoniosa.¹⁵²

Quando visto em perspectiva, mesmo que a moderação fosse a palavra de ordem, o editorial já expunha um conjunto de propostas bastante vanguardista para aqueles tempos. As palavras iniciais do texto, por exemplo, chamam atenção por destacar que o surgimento da nova revista concretizava o sonho de “pessoas esclarecidas”, “amantes da boa leitura” que há tempos sentiam falta de um impresso com as características de *A Seara*. Essa afirmação, sem dúvida, era bastante inusitada em se tratando de uma instituição na qual o conhecimento formal não era considerado um elemento distintivo na organização hierárquica e nem mesmo incentivado.

Como demonstrou Paulo Romeiro¹⁵³, o pentecostalismo brasileiro em muitos momentos mostrou ojeriza pela educação tendo por base um trecho da segunda epístola aos Coríntios na qual Paulo afirmou: “*ele nos capacitou para sermos ministros de uma nova aliança, não da letra, mas do Espírito; pois a letra mata, mas o Espírito vivifica*”¹⁵⁴. Para Francisco Cartaxo Rolim, essa concepção tão arraigada na tradição dos primeiros grupos pentecostais do Brasil se manifestava no próprio cotidiano das congregações:

[a] divisão entre saber e não saber, religioso ou profano, apaga a dissociação entre planejadores e executores de tarefas, desaparecendo assim a distância entre portadores de alguma qualificação cultural e os que não possuem. Título de intelectual e posição de mando, nada disso tem importância¹⁵⁵.

Note-se que, ao destacar a existência de um grupo de “pessoas esclarecidas” que seria atendido pela revista, os editores deixavam nas entrelinhas uma mensagem deveras melindrosa porque aberta a múltiplas interpretações. A começar pela ideia de distinção entre

¹⁵²Joanyr de Oliveira foi apresentado nesse primeiro número de *A seara* na página posterior ao editorial que, sob a inscrição “Apresentamos”, trazia a foto do diretor João Pereira de Andrade e Silva, do assistente técnico Augusto Costa e do redator-secretário. Joanyr foi anunciado com as seguintes palavras: “*Ex-Secretário d'‘A Tribuna Popular’ (SP) revisor e colaborador do ‘Mensageiro da Paz’. Colaborador dos periódicos ‘Tribuna de Vila Maria’ e ‘A Tribuna Popular’, de São Paulo, Capital*”. “Apresentamos”. *A Seara*, nº 01, setembro/outubro de 1956. p. 03.

¹⁵³ROMEIRO, Paulo Rodrigues. *Decepcionados com a graça: esperanças e frustrações no Brasil neopentecostal*. 1. ed. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2005. p. 117.

¹⁵⁴BÍBLIA. N. T. Coríntios, 3, 6. In: BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

¹⁵⁵ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostalismo: Brasil e América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 50.

os membros da igreja, forçosamente imposta quando se fala em um “*considerável número de irmãos, pessoas esclarecidas, amantes da boa leitura*”, ou seja, esse grupo de membros bem informados que contrastava com outro grupo de irmãos que não eram “esclarecidos” e nem mesmo cultivavam o hábito da “boa leitura”. Fora isto, a questão fica ainda mais complexa ao se considerar que a fala dos editores dava a entender que os impressos que já circulavam, entre eles o prestigiado jornal *Mensageiro da Paz*, não estavam atendendo a esse público que, como se afirmou, reconhecia a “imperiosa necessidade” de criação de um impresso como *A Seara*.

O espaço dado pela revista à contribuição dos jovens, conforme anunciado no editorial, era mais um componente de vanguarda de *A Seara* isto porque, até então, os impressos oficiais com o selo da CPAD, em especial o *Mensageiro da Paz*, reuniam textos de líderes de renome ou que ocupavam cargos de mando na gradação ministerial da igreja. Tamanha era a importância dada à contribuição que se poderia receber do público geral, que uma nota intitulada “Ao Leitor” vinha reforçar a chamada feita no editorial detalhando que seriam recebidos artigos, poesias, sugestões e, mesmo, recortes com assuntos de interesse. Tudo isso com um acréscimo nada desimportante: a garantia de que esses materiais chegariam à redação de uma revista “imparcial”, acolhedora “de notícia de todo campo”¹⁵⁶. Essa mesma revista, conforme anunciava a nota, haveria de responder aos seus leitores, seja por carta, ou em um espaço específico no decorrer das edições:

(...) Cumpre-nos esclarecer aos diletos irmãos, leitores d’ “A SEARA”, que a nossa revista é imparcial, e terá por norma acolher notícias de todo o campo, dando a cada uma o destaque que a sua importância exigir. Toda correspondência será respondida, por via postal ou através de uma secção que abrimos com esta finalidade. Os nossos leitores poderão nos enviar artigos, poesias, cartas com sugestões, opiniões, etc., bem como recortes que possam ser úteis à nossa Redação (...)¹⁵⁷

A abertura de um canal para que o leitorado em geral pudesse expor seus pontos de vista, mesmo que sujeito ao veto dos editores, conforme exposto no editorial e na nota ao leitor, era algo muito ilustrativo, porque significava o início de um esforço de pluralização das vozes no interior de uma tradição que primava por regras quase sempre expressas em uníssono por uma elite. Era uma janela que se abria, ainda que de maneira muito tímida, para

¹⁵⁶“Ao Leitor”. *A Seara*, n° 01, setembro/outubro de 1956. p. 03.

¹⁵⁷“Ao Leitor”. *A Seara*, n° 01, setembro/outubro de 1956. p. 03.

a diversificação das opiniões em uma instituição que tinha grande dificuldade em conviver com o contencioso.

A propósito, vale mencionar que a última experiência de abertura à colaboração de membros por parte de um periódico da AD havia sido encerrada em 1929 com a substituição do jornal *Boa Semente* (1919-1929) pelo jornal *Mensageiro da Paz*. Isso porque no *Boa Semente*, mesmo sendo a primeira voz oficial da AD, havia constante apelo aos fiéis para que remetessem suas contribuições (poemas, testemunhos e artigos). Com o surgimento do *Mensageiro da Paz*, houve uma mudança nessa postura, a partir de então os membros poderiam até publicar testemunhos, mas de maneira alguma se lhes permitiria a publicação de artigos.¹⁵⁸ Sendo assim, *A Seara* retornava a uma prática há muito tempo abolida pela AD quando colocava suas páginas à disposição de articulistas jovens sem considerar eventuais cargos que ocupassem em suas igrejas.

É interessante registrar também o modo como o editorial se colocava perante o público leitor. Da forma como foi redigido depreende-se o cuidado em não passar a ideia de um texto com ares de “manifesto” e para isso os editores foram bastante cautelosos não apresentando suas posições como pautas de interesse de um grupo específico, mas sim como uma agenda de interesse geral da igreja. Essa é, em verdade, uma característica bem própria dos editoriais. Maria Aparecida de Aquino destaca que os editoriais, geralmente utilizados para expor ao público o pensamento institucional das empresas responsáveis pela publicação de jornais e/ou revistas, apresenta na maioria das vezes uma defesa que é, evidentemente, norteadas pelos interesses específicos de cada grupo. O problema é que os editoriais escamoteiam esses “interesses próprios” ao se apresentarem como defensores de causas que seriam significativas para o grande público. No dizer da autora:

Pode-se argumentar que, ao lado de ser considerado como “o pensamento do jornal”, o editorial é também a forma pela qual interesses representados na empresa querem ser mostrados a seu público. Portanto, da mesma maneira que, arvorando-se em “formadores de opinião” divulgam seus pontos de vista como se fossem significativos para o conjunto da população, aqui nos encontraríamos, frente a outra forma de ocultação dos interesses “de fato” dos periódicos.¹⁵⁹

¹⁵⁸ALENCAR, Gedeon Freire de. *Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus: Assembléia de Deus – origem, implantação e militância (1911-1946)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo (SP), 2000. p. 72.

¹⁵⁹AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados - Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-1980)*, Tese (Doutorado em História Social). 1994. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). São Paulo, 1994. p. 20.

O fato é que, mesmo tão acautelados para não dar mostras do que se esperava com *A Seara*, os editores, tanto no editorial, como na “nota” dedicada aos leitores, deixaram incontestes evidências de que o projeto de *A Seara* não era servir exclusivamente como uma revista de evangelização. E o tempo aprofundaria essa tendência a ponto de despertar a atenção e logo a fúria de uma ala de pastores que não aceitava o direcionamento editorial da revista. É o que dá a entender o relato de João Pereira de Andrade e Silva em reportagem especial de *A Seara* de outubro de 1980, alusiva às “bodas de prata” da revista que estavam próximas:

Assim, lançamos o primeiro número de “A Seara”, com uma tiragem grande para aqueles tempos, mas que foi logo esgotada. E muitas cartas chegaram aplaudindo o lançamento e apoiando a iniciativa. Foi um sucesso! Mas, como todos os empreendimentos meritórios, não faltaram os críticos acerbos, os “Sambaletes” e os “Tobias”, muitas dificuldades têm margeado a caminhada de “A Seara”. Porém, “se Deus é por nós, quem será contra nós?” Ademais, “Uma vitória sem sacrifício é triunfo sem glória”.¹⁶⁰

Sobre esse aspecto também são muito reveladoras as considerações de Joanyr de Oliveira nas páginas dedicadas em sua autobiografia para relatar a sua experiência à frente da revista *A Seara*, uma vez que em nenhuma outra publicação ele foi tão enfático e explícito sobre esse assunto como nesse relato, exatamente porque essa foi uma das poucas vezes em que o pioneiro tratou desse assunto fora de um impresso ligado à igreja. Suas manifestações nas páginas de impressos publicados pela CPAD, sobre as experiências vividas na redação de *A Seara*, eram sempre muito contidas, escamoteando todos os reveses sofridos por ele e pelo diretor João Pereira de Andrade e Silva. É o que se vê, por exemplo, em um de seus relatos quando das comemorações dos vinte anos de circulação de *A Seara*. Como é muito típico dos textos destinados a efemérides, o de Joanyr buscou falar dos primeiros tempos de *A Seara* contornando pontos polêmicos e evitando desagravos:

Parece que foi ontem. O dia em que saiu o primeiro número. O jovem Redator-Secretário, a sobraçar um punhado de revistas, ia de mesa em mesa, pela redação e pelos outros departamentos da Casa, e as entregava aos companheiros: “Irmão Conde, eis o primeiro número de nossa revista. Deolando, aqui está A SEARA... Deoclides...”! A felicidade de (quase) todos era imensa. O professor João Pereira, radiante, folheava as páginas que logo começariam a revolucionar (ainda que sem os grandes recursos hoje disponíveis em nossa CPAD) o jornalismo nas Assembléias de Deus no Brasil. A revolucioná-lo técnica e ideologicamente. A SEARA trazia novas idéias, todas voltadas para o aprimoramento de nossa comunidade, a destacar

¹⁶⁰“A Seara: como nasceu e triunfou” (entrevista com João Pereira de Andrade e Silva). *A Seara*, n° 187, outubro de 1980. p. 21.

os triunfos da Obra de Deus e a reconhecer e estimular os valores de nosso meio. A SEARA aparecia com algo inteiramente novo, distinguia-se por um estilo vibrante, bem diverso daquele a que estávamos habituados. E todos, no Brasil inteiro, a recebiam de braços abertos. Os pronunciamentos congratulatórios dos leitores enchiam duas, quatro e mais páginas inteiras! Era a prova eloqüente de que o Senhor estava à frente, de que esta Obra contava com Sua aprovação irrestrita.¹⁶¹

As palavras de Joanyr de Oliveira em sua autobiografia, escritas sem os meios tons imprescindíveis em publicações de caráter institucional, foram bem outras. Por isso o valor histórico dessa declaração em que, livre de formalismos, Joanyr pôs às claras o que se queria quando da publicação de *A Seara*:

[A Seara] contribuiu fortemente em favor da mudança da mentalidade na igreja, então comandada por espíritos míopes em alto grau, para os quais tudo constituía pecado: ler jornais, livros e revistas não religiosas, ir ao cinema e ao teatro, visitar igreja de outra denominação, etc., etc. Nas páginas de *A Seara*, declaramos guerra a essa mentalidade medieval. Defendemos a criação de Institutos Bíblicos e de Congressos de Mocidade, defendemos a militância em sindicatos, em entidades estudantis e na política, abrimos espaços para os jovens vocacionados, e acolhemos colaboração de articulistas batistas, presbiterianos, metodistas, que pouco a pouco, iam derribando as muralhas do obscurantismo e do exclusivismo.¹⁶²

O primeiro elemento que salta à vista na citação acima é a contrastante diferença nas colocações de Joanyr. A temperança e os floreios que se vê no escrito de 1976, deram lugar a uma retórica atravessada por agravos que denunciavam o assomo de um homem que se sentia vítima de uma grande injustiça, mesmo depois de tantos anos – lembrando que essa autobiografia foi publicada em 2009. A revolta ganha seu real contorno em colocações como “*espíritos míopes em alto grau para os quais tudo constituía pecado*”, “*guerra a essa mentalidade medieval*”, “*muralhas do obscurantismo e do exclusivismo*”.

Em relato enviado por *e-mail* para o autor desta tese, poucos meses antes de seu falecimento, ainda mais livre das formalidades, Joanyr de Oliveira, de forma desabrida, foi contundente ao se referir aos ideais que se estava predicando por meio de *A Seara* em um contexto em que o conservadorismo atávico da AD parecia-lhe “sufocante”:

¹⁶¹“Ano 20” (editorial). *A Seara*, nº 01, setembro de 1976. p. 03.

¹⁶²OLIVEIRA, Joanyr de. *Memorial do sobrevivente*. Autobiografia e poemas. Brasília: ALB, 2008. p. 29. Em um pequeno trecho de seu livro de poesia *Antologia pessoal*, publicado em 2007, Joanyr de Oliveira também se reportou aos tempos em que secretariou a revista *A Seara*, descrevendo-os nos seguintes termos: “*participei da fundação da revista A Seara (...) e a secretariei com determinação de arejar mentes em arraiais dos mais obscurantistas (pelo que paguei alto preço)*” OLIVEIRA, Joanyr. *Antologia pessoal* – 7. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 20.

Venho do tempo em que nossos líderes denominacionais (pentecostais) simplesmente proibiam o progresso intelectual dos fiéis. Minha minibiblioteca, de apenas cerca de 100 livros, era vista com reservas pelos obreiros, que a tomavam como indício de sério desvio doutrinário. Vim da classe operária, mas tive a bênção de ter um pai que, apesar de ferroviário, amava a cultura e me direcionava no caminho do saber. Por isso, certamente, venci as barreiras e os preconceitos encontrados na sociedade e particularmente no seio da Assembléia de Deus. Sempre lutei contra o obscurantismo de nossos líderes, que, se é grande, já foi imenso e simplesmente sufocante. Em 1956, jovem neoconverso expulso do lar pelo pai marxista, fui bem recebido na CPAD porque recomendado pelo meu pastor, Waldomiro Martins Ferreira (Vitória, ES), que era Conselheiro da Casa e a dirigia um pastor da AD atípico (professor, humilde, de certa cultura, amigo dos jovens e de quantos aspirassem ao progresso intelectual). João Pereira me confiou a fundação e a direção (embora fosse apenas secretário) de uma revista que intitulamos “A Seara”. Ela trouxe verdadeira revolução a nossa igreja. Em suas páginas defendíamos a cultura, não condenávamos institutos bíblicos nem congressos de mocidade, pelo contrário os defendíamos. Abrimos espaço para os moços que desejassem iniciar-se no jornalismo, como também aos vocacionados à liderança estudantil, política etc. (...) “A Seara”, contribuía para a consolidação das novas ideias, de outra visão do mundo por parte de nossa igreja.¹⁶³

A franqueza de Joanyr de Oliveira em seus relatos mostra que os editores de *A Seara* utilizaram-se do subterfúgio da “evangelização” para não escancarar a real proposta que tinham em mente quando resolveram pôr em prática o projeto da primeira revista pentecostal do Brasil. E esse aspecto é muito relevante para pensar a complexidade das relações sociais no âmbito das redações dos periódicos, mesmo aqueles de cunho confessional como *A Seara*, considerando-se, no caso dessa revista, que os dois principais agentes que estavam à frente de sua editoria conseguiram lançar mão de uma série de estratégias capaz de desviar a atenção dos bastiões do conservadorismo assembleiano para dar sobrevida a um periódico que ocultava a sua verdadeira intenção programática.

Subsumida na propositura de uma revista de cunho evangelístico, os editores tinham uma agenda de debates que colocava em xeque diversos posicionamentos da AD. Posturas exclusivistas estavam na mira da revista, para o receio dos que cultivavam o padrão conservador assembleiano no qual era inaceitável que os crentes perdessem tempo com a leitura de livros, jornais e revistas que não fossem de cunho religioso, com a preferência, sempre, aos editados pela própria CPAD. O cinema, o teatro a relação com as outras denominações também eram pontos que deveriam ser discutidos.

O antigo redator-secretário afirmava que no horizonte editorial da revista também estava a proposta de incentivar a militância dos seus leitores em sindicatos, entidades estudantis e na política – espaços historicamente tidos pelo pentecostalismo assembleiano

¹⁶³OLIVEIRA, Joanyr. e-mail enviado por Joanyr de Oliveira ao autor desta tese em 03 de agosto de 2009.

como atentatórios à conduta social considerada correta para seus fiéis. Queria-se também, como indica o editorial e as memórias de Joanyr, abrir espaço para que os interessados em publicar seus textos, independentemente da idade ou do cargo ocupado na igreja, encontrassem espaço nesse novo canal. Uma pitada a mais de polêmica no que já se afigurava tão ousado.

Todos esses objetivos colocavam a revista em rota de colisão com um elemento muito caro à tradição assembleiana que o pesquisador Gedeon Freire Alencar denominou de a “síndrome marginal”. No entender desse autor, essa “síndrome”, bastante enraizada entre os membros dessa igreja na primeira metade do século XX, resultava de uma concepção positiva sobre a condição de marginalidade, como se estar à margem da sociedade fosse uma condição inerente ao “crente”. A posição periférica, nessa compreensão, não era considerada um “mal”, mas pelo contrário, era tida como um aspecto de identificação com o evangelho: *“Portanto, essa sensação de escória do mundo [era] vista como 'bênção': ser marginal não [era] 'ruim', [era], pelo contrário, a identificação com o Evangelho”*¹⁶⁴. O autor complementa:

Os demais líderes protestantes são “cultos, sábios”, as “igrejas denominacionais” [leia-se igrejas protestantes históricas] são ricas e importantes, mas estão em vantagem? Na visão assembleiana este status é ruim, ou não “bíblico”. Ser “bíblico” é ser pobre, perseguido, simples, não culto, pois assim, somente assim, pode-se ter identificação com a igreja dos Atos dos Apóstolos e, mais ainda, com o próprio ministério de Jesus.¹⁶⁵

Essa forma de pensamento, que valorizava a “negação do mundo”, fundamentava-se, segundo Alencar, em duas importantes chaves de compreensão da prática religiosa da AD: uma negação por razões *sociais* e outra de cunho *teológico*. Acompanhemos a linha de raciocínio do autor:

A negação social nasce como “resposta” ao desprezo anterior dado pela sociedade (talvez não exatamente da sociedade, mas muito mais das outras igrejas) por sua pobreza e falta de status. Na impossibilidade de se alcançar o mesmo status - posição social, financeira e cultural - menospreza-se o status e opta-se por uma identificação mais “nobre”, porque é bíblica e espiritual. Como consequência disto, há uma exacerbação da escatologia: o mundo (este mundo culto, rico, cheio de vaidades) é decadente, avança para a destruição; sua destinação final - a destruição - está vez mais próxima e com ele, todos os seus pertencentes. A igreja, portanto, proibia a leitura de jornais e revistas e condenava a instrução como coisas

¹⁶⁴ ALENCAR, Gedeon Freire de. *Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus: Assembléia de Deus – origem, implantação e militância (1911-1946)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo (SP), 2000. p. 128.

¹⁶⁵ ALENCAR, Gedeon Freire. op. cit., 2000. p. 128.

“mundanas” e desnecessárias porque o “Senhor vem em breve”. O que se impunha era o preparo para o “imminente” arrebatamento da Igreja. A negação do mundo, portanto, tem um sentido - em sua origem e consequência - teológico: a aprovação do mundo seria a desaprovação de Deus (já que há um abismo entre os valores de ambos). Negar o mundo é negar aquele que despreza a Deus, que luta contra os valores divinos (ou pelo menos dos valores que a Igreja diz serem de Deus).¹⁶⁶

Como fica nítido, *A Seara* queria se levantar contra esse posicionamento de enaltecimento da marginalização do fiel pentecostal, algo que na década de 1950 estava muito presente na prédica assembleiana. Propor uma mudança dessa natureza em uma instituição religiosa avessa a mudanças abruptas, que com vanglória assumia-se como “conservadora”, significava, como caracterizou Joanyr de Oliveira em sua autobiografia, uma declaração de guerra que, deve-se acrescentar, deflagrava-se contra inimigos poderosos e bem entrincheirados.

Uma importante característica a ser notada, e que fica claramente evidenciada nos registros históricos sobre a fundação de *A Seara*, é que não houve por parte dos fundadores da revista nenhuma motivação econômica. Ao contrário, a criação e a manutenção do periódico sempre foram encarados como um grande desafio dadas as dificuldades que impediam a editora de operar em uma lógica genuinamente comercial.

O que estava em jogo no projeto de *A Seara* ia muito além dos aspectos meramente econômicos. A fundação da revista foi motivada por propósitos bastante ousados que só poderiam ganhar corpo em um impresso capaz de abrir espaços, até então, inexistentes em tudo o que era publicado pela CPAD.

O historiador Celso Alumiña Fernández destaca que os estudos sobre a imprensa devem sempre buscar compreender qual é o tipo de rentabilidade que se espera da empresa mantenedora do jornal e/ou revista em estudo e não deixa de lembrar que a “rentabilidade econômica” nem sempre explica a existência de uma empresa e a circulação dos impressos que produz. Há formas diversas de “lucro” e é preciso que o pesquisador entenda que tipo de rentabilidade é pretendida pelo grupo responsável pelo impresso que se está analisando. Somente conhecendo essa pretensão, se chegará, na visão de Fernández, às “chaves secretas” que permitirão interpretar o material periodístico. O trecho abaixo ajuda a entender a ideia geral do autor:

¹⁶⁶ ALENCAR, Gedeon Freire de. *Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus: Assembléia de Deus – origem, implantação e militância (1911-1946)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo (SP), 2000. p. 128-129.

Hay un elemento clave que debemos tener siempre presente, ya se trate de una empresa estatal, particular (independiente de las fórmulas jurídicas) o mixta ya es que toda empresa busca una “rentabilidad”. Sin embargo, no se debe tomar el término en estricta y limitada significación económica. Hay muchos tipos de rentabilidades: una y muy clara es la económica. Pero hay muchas otras, por ejemplo, influencia política, ideológica, etc. Conocemos a lo largo de la historia de la prensa, empresas periodísticas que jamás fueran rentables económicamente y, sin embargo, perduraron años y años. Su objetivo primordial era pues otro. Lo cual no quiere decir que hagan ascots a los superavits, en caso de producirse (...) en resumen, el lucro económico por sí solo no explica y menos justifica a una empresa periodística. Sí que debemos tratar de descubrir qué tipo de “rentabilidades” busca. Conocido el por qué (...) de la empresa, tendremos las claves secretas de cómo interpretar el material periodístico producido.¹⁶⁷

Em texto bastante conhecido, Angela de Castro Gomes demonstrou a existência dessa lógica entre os intelectuais cariocas que, nas décadas de 1920 e 1930, utilizavam-se de revistas como espaço de sociabilidade. Sua definição do impresso “revista” apresentada a partir desse estudo segue essa mesma lógica:

As revistas são classicamente lugares de sociabilidade intelectual. Lugares de articulação de pessoas e idéias que precisam de suportes materiais e simbólicos para fazer circular seus projetos, sem o que eles perdem significado. Os ganhos, portanto, são de ordem não instrumental, estando fora da lógica dos cálculos de custos e benefícios materiais, e inserindo-se no universo das paixões, crenças e vaidades intelectuais.¹⁶⁸

No caso de *A Seara* esse é um elemento ao qual se deve dar especial atenção porque implica diretamente na compreensão dos embates que surgiram a partir do que nela foi publicado, pois a revista, inquestionavelmente, era um empreendimento que deveria dar vazão às ideias de um determinado grupo que se sentia desconfortável no seio de um pentecostalismo que se alheava do mundo, que tudo reprovava na esfera terrena, negando a importância da cultura, do saber, da vida social e política.

Ao defender uma nova interpretação, uma nova percepção da realidade, a revista se colocava em uma arena em que as lutas de *representações* ganhavam proporções e desencadeariam acalorados debates. Um olhar atento sobre o espírito que motivou a publicação de *A Seara* dá mostras da complexidade dos fenômenos sociais, de que as intenções que movem indivíduos e grupos são multifatoriais e dos riscos de se

¹⁶⁷FERNÁNDEZ, Celso Almuíña. Prensa y opinión pública La Prensa como fuente histórica para el estudio de la masonería. In: BENIMELI, José Antonio Ferrer (org.). *Masonería, Política y Sociedad I*. Zaragoza: Centro de estudios históricos de la Masonería española, 1989. p. 257.

¹⁶⁸GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...* modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 57-58.

superdimensionar os aspectos econômicos em detrimento das ditas subjetividades pertencentes ao universo das *representações*.

Essas características e propostas, inegavelmente inovadoras, colocaram *A Seara* no centro das atenções do público leitor e da liderança da igreja e nem mesmo as tremendas dificuldades financeiras e técnicas da CPAD foram obstáculos à trajetória ascendente da revista em seus primeiros anos. Foi um sucesso imediato que provocou grande movimentação e oportunizou um ambiente de debate antes jamais visto na história da AD.

Não que com esse comportamento a novata publicação tenha caído no gosto geral da liderança assembleiana. Longe disso. Tão ousado conjunto de proposta não passaria inadvertidamente pelo cuidadoso crivo de uma parte majoritária de líderes da igreja em um contexto cuja rota da *tradicionalização* era colocada como uma via de mão única. E quando *A Seara* emprestou, então, suas páginas às primeiras linhas escritas em defesa de uma nova postura da igreja, em relação à esfera política, o quadro de instabilidade agravou-se ainda mais.

II

A RELAÇÃO IGREJA/POLÍTICA EM A SEARA: DEBATES E COMBATES (1956-1958)

2.1) A igreja e a política em questão

2.1.1) Pentecostais: “um povinho sem expressão?”

Embora a discussão sobre a relação da igreja com a política tivesse centralidade no conjunto de propostas *não-manifestas* de João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira para *A Seara*, o tema não alcançou, de imediato, às páginas do novo periódico. A natureza polêmica do assunto pedia cautela redobrada, por isso, no primeiro e no segundo número, a opção foi por manter o tão desejado debate aguardando um momento propício para vir a lume. Era preciso antes preparar o terreno, explicitar a importância de a revista tratar de uma temática sobre a qual pairava uma densa névoa de estigmas e preconceitos; enfim, criar um clima que fosse mais propício ao debate.

Para levar a cabo essa difícil tarefa, os editores tinham de enfrentar outro problema que estava na base de sustentação do “apoliticismo” assembleiano: a empedernida ideia, evocada por uma parcela majoritária da liderança da AD, de que as coisas do mundo não deveriam ser de interesse dos fiéis. Sem atacar em sua inteireza as bases dessa compreensão, era praticamente impossível defender um maior protagonismo da igreja no âmbito da política.

Nesse sentido, o segundo editorial de *A Seara* representou um importante passo nesse caminho por atacar frontalmente o cultivado pietismo da AD. O título do texto, *Assembléias de Deus e o problema educacional*¹⁶⁹ – que foi apresentado pelos editores em destaque (Imagem 2) – adiantava que o editorial se propunha a discutir um tema tido como potencialmente polêmico: o papel da igreja na educação formal das crianças e jovens assembleianos.

¹⁶⁹ “Assembléias de Deus e o problema educacional” (editorial). *A Seara*, nº 2, novembro/dezembro de 1956. p. 03.

As Assembléias de Deus e o Problema Educacional

Para muitos, mesmo evangélicos, as "Assembléias de Deus", não passam de um "povinho" sem expressão, quase nada significando no conjunto do evangelismo Pátrio. Mas para nós que cremos e recebemos a Luz do Evangelho no meio Pentecostal, representam o que realmente são: uma parcela das mais importantes do povo brasileiro. As "Assembléias de Deus" constituem a denominação evangélica mais numerosa do País, apresentando anualmente o maior número de novos convertidos. Trabalho iniciado no Brasil, por um pugilo de homens chamados e enviados por Deus, sofreu as maiores perseguições, por evangélicos, inclusive, marcha hoje vitorioso, despertando cada dia a admiração de quantos dele se aproximam.

Possuímos mais de duas mil igrejas (pessoas jurídicas), talvez mais de cinco mil Congregações e um tão grande número de novas "portas" abertas por Deus que não possuímos elementos suficientes para declará-lo.

As "Assembléias de Deus" possuem vários Orfanatos e Asilos para a velhice desamparada — e muitas igrejas estão empenhadas na criação de novas instituições sociais, havendo nesse sentido um verdadeiro despertamento. Todavia, o nosso assunto hoje é o problema da instrução. Que têm feito as nossas igrejas nesse particular? — Muito pouco, respondemos nós. É verdade que várias igrejas têm fundado escolas e algumas possuem diversas funcionando regularmente. Em muitas cidades do Brasil, há igrejas com 3, 5 e até 8 mil membros, mas nenhuma (do nosso conhecimento) criou um Ginásio, e algumas, nem uma Escola Primária. É com tristeza que dizemos essa verdade. E não fôra a responsabilidade que sentimos diante da mocidade cristã e da própria obra de Deus, não abordaríamos esta questão, fazendo uma autocrítica do nosso movimento. Em parte, o mal veio do comêço, quando alguns, embora bem intencionados, pregavam contra a instrução, ou melhor, encaravam como um "perigo", o desenvolvimento intelectual da mocidade. Discordamos desse conceito porque a ignorância não é virtude. Tanto pode correr o perigo de desvio da fé, o bacharel como o analfabeto. É justamente a falta de educandários evangélicos e, principalmente, pentecostais, que tem concorrido para afastar muitos moços e moças da salvação. Vemos hoje, uma mocidade numerosa estudando em estabelecimentos, senão perniciosos do ponto de vista moral, mas afastados completamente dos sãos princípios do Evangelho. E esta situação continuará, se não for atacado o problema da criação de educandários em número suficiente para atender às necessidades do povo de Deus.

Alguns achavam e ainda consideram ser o problema único a pregação do Evangelho para salvação das almas, e que a fundação de Escolas, Institutos ou Ginásios, é questão secundária. Longe de nós esteja duvidar das suas boas intenções. Mas o fato é que as "Assembléias de Deus" estão sentindo, hoje, mais do que nunca, essa lacuna. A mocidade clama por Escolas! Os pais são obrigados a matricular em estabelecimentos de ensino, onde o prazer mundano, o vício e a idolatria são o apanágio.

De início, deve-se perceber que o editorial, ao tratar da instrução educacional das crianças e jovens da AD, evidenciava já nas suas primeiras linhas uma grande preocupação com a “imagem” dos assembleianos, que segundo o texto, eram vistos, inclusive pelos evangélicos, como um “povinho sem expressão” no quadro geral do “evangelismo pátrio”:

Para muitos, mesmo evangélicos, as “Assembléias de Deus”, não passam de um “povinho” sem expressão, quase nada significando no conjunto do evangelismo Pátrio. Mas para nós que cremos e recebemos a Luz do Evangelho no meio Pentecostal, representam o que realmente são: uma parcela das mais importantes do povo brasileiro. As “Assembléias de Deus” constituem a denominação evangélica mais numerosa do País, apresentando anualmente o maior número de novos convertidos.¹⁷⁰

Um aspecto que não deixa de chamar atenção é que o editorial veio a público sob a rubrica do diretor da CPAD e da própria revista, João Pereira de Andrade e Silva. Esse detalhe é muito interessante pelo fato de retirar um elemento que, segundo Luiz Beltrão¹⁷¹, é característico dos editoriais: *impersonalidade e impessoalidade*. Ao fazê-lo, o diretor, embora utilizando um meio de comunicação que representava a igreja, chamava para si a responsabilidade pelas opiniões expressas. E com esse ônus, o diretor não tergiversou na sua crítica ao descaso histórico da igreja em relação à educação:

Em parte, o mal veio do comêço, quando alguns embora bem intencionados, pregavam contra a instrução, ou melhor, encaravam como um “perigo”, o desenvolvimento intelectual da mocidade. Discordamos dêsse conceito porque a ignorância não é virtude. Tanto pode correr o perigo de desvio da fé, o bacharel como o analfabeto.¹⁷²

Nota-se que em sua argumentação o editorialista atacava frontalmente o pensamento muito corrente na AD de que o conhecimento secular colocava em risco as práticas consideradas elementares ao modo de vida que se esperava do fiel assembleiano. Nesse raciocínio, o saber secular era fonte de arrogância e a ponte que levava o fiel a duvidar da infalibilidade e inerrância da Bíblia Sagrada. Mas para Andrade e Silva, como portador de diploma universitário, essa associação não poderia ser realizada imprudentemente e ele fez questão de ressaltar que, tanto o bacharel, como o analfabeto, poderiam se desviar dos

¹⁷⁰“Assembléias de Deus e o problema educacional” (editorial). *A Seara*, nº 2, novembro/dezembro de 1956. p. 03.

¹⁷¹BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980. p. 80.

¹⁷²“Assembléias de Deus e o problema educacional” (editorial). *A Seara*, nº 2, novembro/dezembro de 1956. p. 03.

ensinamentos da igreja por motivos não necessariamente ligados à instrução escolar do indivíduo. E arrematou: “a ignorância não é virtude”¹⁷³

Entremeada à preocupação com os educandários, que deveriam ser mantidos pela igreja, Andrade e Silva aprofundou ainda mais sua crítica, indo em direção ao polêmico, mas inescapável tema da relação igreja/sociedade, um excelente preâmbulo para os debates posteriores sobre a vinculação da igreja com a esfera política. Para ele, o erro estava na compreensão de que à igreja caberia única e exclusivamente a preocupação com a pregação do evangelho, sendo tudo mais secundarizado. Afirmava não duvidar das boas intenções dos que assim pensavam, mas ressaltava que o contexto vivido exigia uma nova postura na qual a igreja não se fechasse no cumprimento dos desideratos evangelísticos – isto em uma revista que deveria ter como viga-mestra a evangelização.

Da maneira como foi delineado, o editorial ia muito além do que meramente conscientizar as lideranças da AD sobre a necessidade de criação de escolas próprias. Uma ideia maior atravessava a arquitetura do texto e tocava no cerne do pietismo e do apocalipticismo assembleiano.

Se olharmos atentamente a conjuntura em que esse editorial veio a público, veremos que as ideias nele defendidas não se limitavam a um problema interno da AD, muito pelo contrário, o texto demarcava posição em um debate muito latente na década de 1950, quando uma ampla discussão sobre a educação secular e religiosa foi travada por diferentes instituições. Alexandre Brasil Fonseca resume bem esse clima:

As disputas em torno dos projetos para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ocuparam toda a década de 1950, terminando em 1961. A igreja se colocou contrária aos defensores da Escola Nova. Debates áspers ocorreram e personalidades como Anísio Teixeira e Fernando Azevedo foram taxados como comunistas e materialistas, representando oposição à Igreja (...).¹⁷⁴

Para João Pereira de Andrade e Silva, a AD, por sua relevância no quadro religioso nacional, equivocava-se ao se eximir de tão importante debate, que dizia respeito ao futuro da própria instituição. Por isso mesmo, atacava, sem muitas reservas, o alheamento institucional

¹⁷³“Assembléias de Deus e o problema educacional” (editorial). *A Seara*, nº 2, novembro/dezembro de 1956. p. 03.

¹⁷⁴FONSECA, Alexandre Brasil. *Relações e privilégios: Estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011. Para uma análise detalhada dos projetos escolanovistas consultar: MATE, Cecilia Hanna. *Tempos Modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. 1ª. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

de sua igreja sobre os assuntos que escapavam do domínio teológico, doutrinário e evangelístico. No seu entender, a AD precisava de uma ampla mobilização que garantisse a oferta de educandários compromissados com os princípios assembleianos. Sua conclusão era cabal a esse respeito: preocupada unicamente em “ganhar almas”, a igreja acabava perdendo-as nas escolas seculares “*onde o prazer mundano, o vício e a idolatria [eram] o apanágio da maioria dos corpos docente e discente*”¹⁷⁵.

Embora essa proposição tenha certa lógica, jamais ocorrera à liderança da AD envidar esforços no sentido de criar educandários próprios. Isso era coisa dos protestantes históricos como os batistas, os metodistas, os presbiterianos, os luteranos que, imersos num “formalismo” tão criticado pela tradição assembleiana, abandonavam as linhas de batalha prioritárias, como o da “salvação das almas”, para se perderem nas burocracias protocolares desse tipo de iniciativa. Preocupar-se com a instrução formal significava desvirtuar a igreja de sua verdadeira essência que era a propagação do evangelho de Cristo. Para a educação das crianças e dos jovens deveriam bastar as escolas dominicais, encontros de caráter estritamente pedagógico voltados à educação religiosa de todos os membros, incluindo as crianças e os jovens. O que excedesse os limites de atuação direta da igreja, ficaria a cargo dos jejuns e das orações.

Mas a ideia de João Pereira de Andrade e Silva, ao lado de seu redator-secretário, era, exatamente, propor uma nova agenda de debates que pensasse uma AD menos interiorizada em sua fé, capaz de se relacionar com a sociedade não apenas pelo prisma da evangelização. Sua força social, dado o número de membros e de igrejas espalhadas pelo país, dava-lhe, no entendimento dos fundadores de *A Seara*, uma clara oportunidade de ser mais propositiva e integrada, a bem não só dos seus fiéis, mas dela própria em seu plano institucional.

2.1.2) A Inglaterra do Deus “verdadeiro” *versus* o Brasil “idólatra”

Ainda nesse segundo número de *A Seara*, referente aos meses de novembro/dezembro de 1956, um outro texto muito sugestivo foi acolhido pelos editores. De

¹⁷⁵“Assembléias de Deus e o problema educacional” (editorial). *A Seara*, nº 2, novembro/dezembro de 1956. p. 03.

autoria do respeitado pastor Alcebiades Pereira de Vasconcelos¹⁷⁶, *A oração dos parlamentares britânicos* partia de uma reportagem sobre o livro *Uncommon Prayer* que teria sido veiculada em uma revista chamada *Public Opinion*. O pastor Vasconcelos deu destaque à transcrição de uma oração que, segundo o livro, era realizada no parlamento inglês na abertura de suas sessões¹⁷⁷.

Com essa informação, Vasconcelos queria convencer os leitores de que o sucesso da Inglaterra era resultado da opção dos líderes daquele país em submeter as atividades de sua instância política maior ao “único e verdadeiro Deus”. Ao fazer essa associação, o autor do texto preparava a ponte argumentativa que levaria a uma conclusão que, para ele, era central na compreensão das mazelas vivenciadas pela nação brasileira: o atraso do Brasil, um país superior à Inglaterra em área territorial e em riquezas naturais, decorria da idolatria que aqui era estimulada por lideranças políticas e religiosas. Na transcrição abaixo segue uma amostra da argumentação de Vasconcelos:

“Bem aventurada é a nação cuja Deus é o senhor ...”, (Salmos: 33:12) disse o Salmista. Acreditamos estar aqui o principal segredo do grande progresso da pequenina-grande nação insular européia. Enquanto grandes países em extensão, como no nosso caro Brasil, rico por natureza, por cujo motivo devia bastar-se a si mesmo, vivem mendigando empréstimos e mais empréstimos e nunca experimentam um progresso sólido e vencedor, aquele pequeno arquipélago que se tornou o maior reino da história humana vence e se agiganta em todos os sentidos. A causa motora desta disparidade desconcertante, está justamente nisto – enquanto o nosso país se entrega à vil idolatria e à politicagem desenfreada dos seus líderes religiosos e políticos de todos os matizes, aquela nação insular se consagra a adoração do único e verdadeiro Deus e os seus líderes se entregam de corpo e alma a uma culta política, entendida e bem orientada que lhe causa o progresso e a paz social e o bem estar geral, conseqüentes da benção de Deus que lhe resulta da obediência e adoração do verdadeiro Deus. E nós, infelizmente, nos temos tornado remissos até em aprender com os outros o bom exemplo!... Ao contrário, muitos dos nossos líderes populares descambam pelo desfiladeiro íngreme dos extremismos, tudo em cosnqüência da vil

¹⁷⁶Alcebiades Pereira de Vasconcelos, que se convertera à AD em 1933, era um importante quadro na galeria de pastores dessa instituição, pois a essa altura de sua carreira já contava com um amplo repertório de serviços prestados nas funções de pastor, missionário, escritor e articulista do jornal *Mensageiro da Paz*. Alcebiades Pereira Vasconcelos (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 893-895.

¹⁷⁷De acordo com a transcrição apresentada pelo pastor Alcebiades Pereira Vasconcelos, a oração tinha o seguinte teor: “*Nós teus indignos servos, congregados aqui em Teu santo nome, te suplicamos faça descer sobre nós a sabedoria celestial, que nos dirija e guie em tôdas as nossas deliberações. E concede-nos que, tendo sempre presente ante os nossos olhos Teu santo temor, e deixando de lado todos os nossos intêresses, prejuízos e afetos particulares e individuais, nossas discussões tenham por resultado a glória de Teu bendito nome, a manutenção da verdadeira religião e justiça, e a segurança, honra e felicidade de nosso rei, o bem-estar público, a paz e tranqüilidade do reino, a união de intimidade dos corações de tôdas as pessoas e estados dentro dos limites dos mesmos em um verdadeiro amor e caridade cristãs. Por Jesus Cristo nosso Senhor e Salvador*”. “Oração dos parlamentares britânicos”. *A Seara*, nº 2, novembro/dezembro de 1956. p. 35.

idolatria que se tornou como que uma característica ignominiosa do nosso povo tão dígno de melhor sorte.¹⁷⁸

O centro argumentativo do texto, como fica nítido, não apontava para uma chamada direta à participação política, apenas tentava estabelecer, de maneira genérica, uma relação entre o estágio de desenvolvimento do Brasil e da Inglaterra com as suas diferentes opções religiosas. No desenrolar de sua exposição, ignorando as especificidades históricas da formação do campo religioso inglês e brasileiro, Vasconcelos optou por uma via maniqueísta que ofuscava a complexidade religiosa de ambas as nações. Assim, o leitor era instando a acreditar que, se o Brasil passasse a servir unicamente o tal “verdadeiro Deus”, todos os seus problemas haveriam de se resolver.

O texto de Alcebiades Pereira de Vasconcelos não se colocava no debate sobre a relação da igreja com a política nos mesmos termos que os editores planejavam realizar, isto é, incentivar a efetiva participação da AD nas instâncias políticas. Vasconcelos, ao contrário, não avançou nessa propositura, reservando-se, tão somente, a apontar os pretensos ganhos do país caso deixasse de lado a postura que ele considerava “idólatra”. Mesmo assim, sua contribuição vinha a calhar, pois mesmo que não tivesse o teor que desejavam ver nas páginas de *A Seara* João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira, o artigo do respeitado pastor partia de um raciocínio bem lógico: se a Inglaterra devia seu “sucesso” ao fato de seus líderes serem “tementes a Deus”, no Brasil precisávamos então de lideranças políticas de semelhante tendência e elas só poderiam ser encontradas no seio da própria igreja.

2.1.3) Antônio Torres Galvão: “assembleiano, intelectual e político”

Mesmo que o clima geral sugerisse muita cautela, a emergência do tema igreja/política não permitia maiores delongas e já à primeira edição de 1957 a redação de *A Seara* publicou um texto no qual a atuação de um político “crente” foi colocada em relevo como um modelo a ser aplaudido e seguido. Uma iniciativa, até então, sem precedentes nas páginas oficiais da AD.

A matéria, cuidava de apresentar o político assembleiano Antônio Torres Galvão (1905-1954), deputado estadual por dois mandatos no Pernambuco (1947, na Constituinte Estadual pelo Partido Social Democrático – PSD, reeleito em 1952 como deputado estadual mais votado) e que, com a morte do governador Agamenon Magalhães, acabou assumindo o

¹⁷⁸“Oração dos parlamentares britânicos”. *A Seara*, n° 2, novembro/dezembro de 1956. p. 35.

governo de Pernambuco no ano de 1952. Em termos de imagem, os editores foram bem pródigos com a matéria, apresentando três fotos que ilustravam as atividades do político que era membro da AD. Uma primeira, disposta horizontalmente, mostrava Galvão em atividade na Assembleia Legislativa de Pernambuco; na segunda foto, à esquerda da página, ele aparecia ao lado do governador Agamenon Magalhães e na terceira figurava no momento de um discurso em local não indicado (Imagem 3).

A matéria, deve-se salientar, não fez uma apresentação meramente descritiva da atuação política de Galvão. Muito mais do que dar apenas informações sobre a exponencial carreira política desse assembleiano, o texto tinha como objetivo justificar a importância da presença de pentecostais em cargos de destaque na sociedade. A mensagem que se queria transmitir era a de que os membros da igreja, que alcançavam sucesso em suas carreiras profissionais, não deveriam ser vistos com desconfiança por estarem valorizando as “coisas do mundo”.

A interpretação era exatamente oposta a esta. Indivíduos bem sucedidos tinham de ser vistos como instrumentos de enaltecimento do nome de Deus. É o que fica claro no trecho de abertura da matéria: *“Homens há no seio da igreja, aos quais Jesus confia missões especiais e vitória lhes concede em todos os seus passos, a fim de que bem se hajam em seus labores, cujo alvo primordial é enaltecer o nome do Mestre”*¹⁷⁹.

Como se não existisse nenhuma suspicácia sobre as atividades políticas no interior da AD, a matéria afirmava, de maneira peremptória, que o político assembleiano Antônio Galvão era um homem escolhido por Deus, um instrumento usado pelas “santas mãos do Senhor”. Destacou-se, também, a sua capacidade de inserção entre grandes personalidades e pessoas cultas, conseguindo, mesmo assim, manter-se *“sempre inflexível na sua crença, sempre inabalável em sua fé, sempre pentecostal”*¹⁸⁰. A grande lição, nesse caso, residia no fato de o ex-governador conseguir transitar nas altas instâncias de seu estado sem se deixar influenciar por ideias contrárias às doutrinas da igreja, o que por óbvio, relativizava a forte corrente de pensamento consolidada na AD de que a igreja deveria se manter à parte para não se perder do verdadeiro alvo que era garantir um lugar nas “mansões celestiais”.

¹⁷⁹“Um pentecostal governou Pernambuco”. *A Seara*, n° I e II, janeiro/abril de 1957. p. 15.

¹⁸⁰“Um pentecostal governou Pernambuco”. *A Seara*, n° I e II, janeiro/abril de 1957. p. 15.

Dr. Antônio Tórres Galvão preside a uma reunião na Assembléia Legislativa de Pernambuco

UM PENTECOSTAL GOVERNOU PERNAMBUCO

Homens há no seio da igreja, aos quais Jesus confia missões especiais e vitórias lhes concede em todos os seus passos, a fim de que bem se hajam em seus labores, cujo alvo primordial é enaltecer o nome do Mestre.

Dr. Antônio Tórres Galvão, foi um desses instrumentos esplendidamente usados nas santas mãos do Senhor, com uma incumbência algo singular: foi enviado por Deus entre homens cultos, personalidades políticas, sempre inflexível na sua crença, sempre inabalável em sua fé, sempre pentecostal.

Não foi sem muitos embates, persistência, principalmente não foi sem muita confiança no Senhor que o nosso irmão iniciou a sua marcha. Na infância fôra mero camponês, empunhando enxada no cultivo da terra. Mais tarde tornou-se operário. Sempre estudioso e fiel ao Senhor, foi subindo vitoriosamente as escadas do progresso intelectual.

O nosso irmão em entrevista com o ex-governador Agamenon Magalhães

Um homem a quem Deus confiou uma missão especial

— 15 —

Outro aspecto que ganhou destaque na matéria foi a trajetória de vida de Antônio Galvão, menino pobre, camponês, na juventude operário, que conseguiu alcançar o bacharelado em Direito, tornou-se, posteriormente, deputado por dois mandatos – chegando a presidir a Câmara Estadual – e que ainda ocupou o cargo de governador de Pernambuco. Acompanhemos o relato:

Não foi sem muitos embates, persistência e principalmente não foi sem muita confiança no Senhor que o nosso irmão iniciou a sua marcha. Na infância fôra mero camponês, empunhando a enxada no cultivo da terra. Mais tarde tornou-se operário. Sempre estudioso e fiel ao Senhor, foi subindo vitorioso as escadas do progresso intelectual, chegando ao jornalismo, bacharelando-se em direito, e na vida da igreja dedicado e grande pregador alcançou o pastorado. Sua vida política foi plena de êxitos. Duas vezes elegeu-se deputado Estadual pelo Estado de Pernambuco; sendo o candidato mais votado passou a presidir a Assembléia Legislativa do Estado nordestino. Dr. Antônio Tôres Galvão foi eloqüente orador político e inspirado pregador do Evangelho, figura de admirável prestígio, mormente no meio parlamentar e evangélico. Colaborou no “Mensajeiro da Paz” e militou na imprensa pernambucana. Com o falecimento do governador Agamenon Magalhães assumiu o govêrno de Pernambuco. Como vimos, foi um humilde servo do senhor por êle preparado espiritual e intelectualmente a fim de fazer brilhar entre os homens doutos a luz do Evangelho e o calor e a firmeza da doutrina pentecostal. Há aproximadamente três anos partiu desta Terra para habitar na Glória com o Senhor.¹⁸¹

Esse pequeno excerto é muito revelador das inquietudes que impacientavam os editores de *A Seara* e não somente pela escancarada deferência às atividades políticas do já falecido Torres Galvão. O que merece um olhar mais aprofundado, nesse caso, são as mensagens do subtexto, a habilidade do redator de se servir de alguns traços da biografia do político assembleiano para demarcar posição sobre aspectos incendiários na pauta de debate da AD.

A começar pela origem humilde do personagem central da matéria que não o impediu de ter ascensão profissional. Há aqui a primeira mensagem: ser adepto do pentecostalismo não significava ter de se resignar a determinada condição social nem mesmo tomar a pobreza como uma marca distintiva que preconizava a negação das “coisas vãs” desse mundo. O menino nordestino, pobre, que na infância manuseava a enxada, foi à luta, frequentou a escola, tornou-se operário e, degrau a degrau, chegou à universidade para cursar o prestigiado curso de Direito.

As conquistas de Antônio Galvão foram descritas como resultante da “persistência” de um jovem “sempre estudioso e fiel ao Senhor” que primava pelo seu “progresso

¹⁸¹“Um pentecostal governou Pernambuco”. *A Seara*, n° I e II, janeiro/abril de 1957. p. 15-16.

intelectual”, sem deixar, contudo, de se dedicar à igreja como pregador do evangelho, fato que lhe teria garantido o acesso ao pastorado. A segunda mensagem incutida nessa fala é bem clara e sintética: a opção pelo estudo em nada prejudicou a atuação do irmão Galvão em sua congregação e seu preparo “intelectual” também não representou risco a sua fé. Aliás, essa indicação de que o jovem primava pelo “progresso intelectual” é um detalhe que merece ser sublinhado.

A década em que essa matéria veio ao público era a de 1950, um momento em que os vetores da concepção teológica e doutrinária assembleiana apontavam em direção oposta ao formalismo educacional. Não é demais lembrar, igualmente, que esse assunto era um dos mais polêmicos entre a liderança da AD, visto que essa igreja possuía um invejável quadro de pastores espalhados pelo Brasil flagrantemente marcado pela disparidade instrucional, isso porque a formação de pastores não fazia parte da tradição assembleiana e qualquer proposta dessa natureza era vista como uma aproximação da AD com os protestantes históricos como os luteranos, batistas, presbiterianos, por exemplo.¹⁸²

Na visão do pentecostalismo assembleiano, a escolha dos pastores deveria obedecer a critérios “espirituais” e não de preparo intelectual, como informa o *Dicionário do Movimento Pentecostal*: “Os pastores são aqueles que dirigem a congregação local e cuidam das suas necessidades espirituais (...) os pastores eram escolhidos, não por política, mas segundo a sabedoria do Espírito concedida à Igreja enquanto eram examinadas as qualificações espirituais do candidato”¹⁸³. O pastorado, nesse ponto de vista, é considerado antes de tudo um “dom ministerial”, por isso a capacitação para atuar nesse tipo de cargo era concedida pelo Espírito Santo.¹⁸⁴ Dessa maneira, o aludido preparo intelectual do irmão Galvão, em se seguindo a lógica da AD, era uma informação que pouco acrescia, pois o “intelectualismo”,

¹⁸²Sobre o ensino teológico o *Dicionário do Movimento Pentecostal* traça as seguintes considerações: “O ensino teológico vinha sendo discutido intensamente, desde de 1943, entre os pastores nas assembleias gerais da Convenção Geral das Assembleias de Deus. Os missionários John Peter Kolenda, N. Lawrence Olson e Orland Spencer Boyer, juntamente com alguns pastores brasileiros, foram defensores da abertura oficial de institutos bíblicos pela Assembleia de Deus, diante dos missionários suecos e pastores brasileiros, que achavam que os institutos bíblicos trariam “formalismo” às Assembleias de Deus e seriam “fábrica de pastores”. A convenção geral de 1948, com a maioria dos pastores contrária à abertura de institutos bíblicos, decidiu por realizar mais escolas bíblicas, e não seriam aceitos seminários nem institutos bíblicos para a formação de teológica dos obreiros. Os argumentos contrários à educação teológica formal eram tão variados quanto discutíveis: “Jesus vem em breve e não há tempo nem urgência para estudar”, “o conhecimento espiritual quem dá é o Espírito Santo”; “quando se é ungido de Deus muita cultura deixa o crente vaidoso”, “o povo de Deus deve ser humilde, pobre e distante dos livros, como os apóstolos de Cristo”. ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 387-388.

¹⁸³ ARAUJO, Isael de. op. cit., 2007. p. 271.

¹⁸⁴ ARAUJO, Isael de. op. cit., 2007. p. 271.

além de não ser valorizado nessa igreja, era visto, na verdade, como um problema pelo formalismo que lhe era inerente. Não obstante, o fecho da matéria cuidava de esclarecer que Galvão, intelectual assembleiano que sentou praça na política, era um “humilde servo do senhor”, preparado por Deus, tanto no âmbito espiritual como intelectual, para representar a doutrina pentecostal entre os “homens doutos”.

A verdade, no entanto, é que a matéria, certamente por prudência, deixou de mencionar alguns fatos da biografia de Antônio Torres Galvão que o colocavam como uma figura ainda mais excêntrica nos quadros da AD. Essas informações omitidas estão no *Dicionário do movimento pentecostal* em verbete destinado ao eminente político assembleiano. Nesse dicionário descobrimos que Torres Galvão nasceu em 1905, no município de Goianinha, estado do Rio Grande do Norte. Sua conversão ao pentecostalismo ocorreu quando ele tinha apenas 20 anos. Algum tempo depois, ele seguiu para Pernambuco e naquele estado casou-se com uma jovem pernambucana chamada Jenny. Fundou a AD de Abreu e Lima (PE) e deu início a sua vida política no Sindicato de Fiação e Tecelagem da cidade de Paulista (PE), entidade que representava funcionários de quatro grandes tecelagens que eram de propriedade das Casas Pernambucanas. Nessa atividade o jovem Galvão ganhou notoriedade por seus constantes enfrentamentos com a poderosa família Lundgren, detentora da mencionada rede Casas Pernambucanas.¹⁸⁵

Em consulta à pesquisa de José Sérgio Leite Lopes, encontramos informações adicionais bastante ilustrativas do militante que era Antônio Galvão: um presidente sindical atuante, que mantinha uma coluna de assuntos trabalhistas no jornal *Folha da Manhã* e que chegou até a ser preso pelo exército, em 1944, durante uma dura campanha, que sob sua liderança, reivindicava o pagamento de horas extras sonegadas pelas fábricas têxteis.¹⁸⁶

Voltando ao *Dicionário do Movimento Pentecostal*, encontramos interessantes acréscimos no perfil intelectual do ex-governador. Ficamos sabendo, por exemplo, que ele era detentor de uma biblioteca com mais de mil livros e que dominava a língua inglesa e a alemã, tendo atuado como professor de português de engenheiros que vinham da Inglaterra e da Alemanha para realizar manutenção das máquinas das fábricas têxteis.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Antônio Torres Galvão (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 326-327.

¹⁸⁶ LEITE LOPES, José Sérgio. Trajetórias de fundadores de sindicatos operários em situação de dominação produtiva e territorial. In: LEITE LOPES, José Sérgio; CIOCCARI, Marta. (Orgs.). *Narrativas da desigualdade; memórias, trajetórias e conflitos*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, v. 1, p. 73.

¹⁸⁷ Antônio Torres Galvão (verbetes). ARAUJO, Isael de. op. cit., 2007. p. 735-736.

Outro ponto saliente, que não pode ser ignorado, é que Antônio Galvão não tinha apoio institucional de sua igreja para as suas atividades, uma vez que nesse período a AD não referendava nomes para atuar na vida político-partidária. A trajetória política de Galvão enquadrava-se, perfeitamente, naquilo que Paul Freston denominou de modelo de atuação política “autogerado” ou “auto-impulsionado”, ou seja, um modelo em que “*um indivíduo evangélico que constrói uma projeção política, ou que já a possuía antes de se tornar evangélico, atua de maneira autônoma e faz um apelo aos evangélicos para que votem nele*”.¹⁸⁸ Assim sendo, não havia apoio formal da igreja e nem uma atuação política, a rigor, em nome da instituição.

Por certo, como já afirmamos, o perfil desse assembleiano era bem discrepante e é exatamente por isso que muitas dessas informações sobre a militância sindical foram mantidas fora da matéria de *A Seara*. Esses traços tão marcantes da vida de Antônio Galvão não eram de interesse das alas conservadoras que eram majoritárias na AD. A prova disso está nas obras de história da igreja, tanto a de Emílio Conde, publicada em 1960¹⁸⁹, quanto a de Abraão Almeida de 1982¹⁹⁰. Sobre esse silêncio na historiografia oficial da AD a respeito de um assembleiano tão proeminente no cenário político pernambucano Osiel Carvalho diz:

Na obra escrita por Conde (1960) ele não é mencionado e, Almeida (1982) refere-se à Galvão como um dos fundadores das Assembleias de Deus em Abreu e Lima. Uma das hipóteses para essa omissão de seu nome na história oficial da igreja, como deputado e governador, se explique pelo fato de Galvão ter sido ligado a grupos sindicais, além do discurso de aversão à política partidária adotado pelas Assembleias de Deus.¹⁹¹

Galvão era, paradoxalmente, um notório desconhecido nos meios assembleianos. Um homem de marcante expressão social em seu estado, que jamais abandonara a sua fé nas doutrinas pentecostais, mas que, de militância em militância, ia acumulando olhares cada vez mais cismados com aquele seu voluntarismo nas atividades da esfera política.

A matéria sobre Antônio Torres Galvão, como não poderia ser diferente, teve repercussões. A uma delas o redator-secretário da revista, Joanyr de Oliveira, recorreu para

¹⁸⁸FRESTON, Paul. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa, MG: Ultimato, 2006. p. 11.

¹⁸⁹CONDE, Emílio. *História das Assembléias de Deus no Brasil*. 4º edição. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

¹⁹⁰ALMEIDA, Abraão de. *História das Assembléia de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 1982.

¹⁹¹CARVALHO, Osiel Lourenço de. Pentecostalismo na esfera pública: a participação das Assembleias de Deus na política partidária brasileira. *Azusa - Revista de Estudos Pentecostais*, v. V, nº 1, p. 04, 2014. Disponível em: http://www.ceeduc.edu.br/azusa_r_estudos.php. Acesso em 16/04/2016.

colocar a claro todos os mal-entendidos. Isso se deu na edição de julho/agosto de 1957 no espaço de interlocução com os leitores denominado *Em ar de conversa*. Para se defender dos críticos que consideraram o texto sobre o ex-governador impróprio para as páginas de uma revista pentecostal, o secretário-redator se centrou na carta de um leitor, cujo conteúdo não foi apresentado na íntegra. O missivista Ely Evangelista, da cidade paulista de Rancharia, se dizia indignado com o texto “Um pentecostal governou Pernambuco” que, no seu entender, destoava dos princípios evangélicos pela inobservância da seguinte premissa bíblica: “*não ambicioneis coisas altas, mas acomodai-vos às humildes*”¹⁹². Em sua resposta Joanyr refutou essa tese com veemência:

o referido título [Um pentecostal governou Pernambuco] causa ao leitor a impressão de que nós vivemos à cata de poder temporal, sendo que, na realidade assim praticamos quando as circunstâncias o exigem e Deus aprova. Conforme frisamos repetidamente na nota em foco, não era o Homem o principal alvo da nossa atenção, mas a obra que por intermédio dele foi por Deus realizada entre a intelectualidade pernambucana. Corre entre as igrejas co-irmãs a falsa crença de que os pentecostais constituímos um grupo de analfabetos, nada temos, nada fazemos, quando a verdade é muito outra. Tem Jesus levantado muitos homens cultos em nosso meio, professores, jornalistas, advogados, etc., e temos procurado deixar claro isso. Demais, o nosso irmão que governou Pernambuco já está com o Senhor Jesus, e os elogios não chegariam até ele, que já não tem contacto com o mundo em que efêmeras vitórias se alcançam. Fizemos apenas justiça e mostramos aos irmãos da nossa e das demais igrejas que a obra de Jesus tem sido completa entre nós.¹⁹³

O redator-secretário de *A Seara* estava, pelo que se lê, indignado com as críticas do leitor Ely Evangelista. No entanto, devemos compreender que a atenção despendida às reprimendas da missiva não se explica somente pelo cuidado da redação da revista em responder a um leitor insatisfeito, porquanto o próprio Joanyr de Oliveira poderia bem fazê-lo por meio de uma resposta remetida diretamente ao endereço do irmão Evangelista, uma atitude que evitaria polêmicas e estardalhaços em torno do assunto. Não foi o que se deu e por uma razão bem óbvia.

A carta do irmão Ely Evangelista sintetizava em poucas linhas um pensamento que estava calcado no modo de ser assembleiano daquele período e, ao respondê-la em um espaço em que todo o público tomaria nota do debate, Joanyr encontrou a oportunidade perfeita de se posicionar de maneira minimamente segura. De fato, a ocasião não poderia ser melhor! Não estava o redator-secretário “polemizando”, era apenas um ato de “consideração” da redação para com um leitor; o referido autor da carta não era pastor, missionário, ou possuidor de

¹⁹²“Em ar de conversa”. *A Seara*, n° 4, julho/agosto de 1957. p. 05.

¹⁹³“Em ar de conversa”. *A Seara*, n° 4, julho/agosto de 1957. p. 05.

qualquer outro título que o colocasse hierarquicamente acima do jovem que compunha a editoria da revista. Fosse o missivista detentor de algum cargo que lhe conferisse importância, certamente não seria “agraciado” com uma resposta tão incisiva e aberta ao público como sucedeu.

Acentue-se, em primeiro lugar, que o redator-secretário fez questão de ressaltar que a matéria sobre a vida de Antônio Torres Galvão não tinha o objetivo de incitar a busca pelo “poder temporal”, mas sim demonstrar que essa aspiração era justificável quando a igreja se achasse pressionada em determinados contextos. Ele também lembrou que o foco da matéria era a obra que Deus havia realizado por meio do pastor Galvão entre a intelectualidade pernambucana e não propriamente a figura do pastor que, inclusive, já era falecido.

Outra característica a ser notada na resposta de Joanyr é que nela foi exposto, sem rodeios, um objetivo muito caro à revista: colocar-se contra a visão, especialmente por parte de outras igrejas evangélicas, de que os pentecostais não passavam de um grupo de pessoas pobres, sem instrução e deslocadas da vida social. Para o redator-secretário, ao expor o exemplo do ex-governador de Pernambuco, que era pastor assembleiano, a revista estava prestando um grande serviço por demonstrar que havia entre os pentecostais homens cultos que atuavam em diversas profissões, como professores, advogados, jornalistas e também na política.

Ao adotar esse posicionamento Joanyr de Oliveira tentava justificar, não só a presença da matéria sobre Antônio Torres Galvão, como também fundamentar a posição do periódico sobre a relação igreja/sociedade, o que invariavelmente conduzia ao sempre tão controverso tema igreja/política. O problema é que Joanyr seguiu uma rota argumentativa que dificilmente contribuiria no convencimento daqueles que não admitiam nenhum tipo de promoção pessoal que fosse apoiado em aspectos profissionais e educacionais. Uma observação cuidadosa do texto-resposta indica uma dubiedade na sua linha de raciocínio.

Nas primeiras linhas Joanyr tratou de tirar a pessoa do ex-governador do eixo central da matéria, indicando que o interesse ali era na obra que Deus havia realizado por meio da vida do pastor Galvão. Pouco depois, a argumentação tomou outro rumo e o redator-secretário escancarou sua consternação ao ver a imagem predominante dos pentecostais como “analfabetos” alheados da sociedade. Recordemos da frase presente na carta de Ely Evangelista: “*não ambicioneis coisas altas, mas acomodai-vos às humildes*”. Essa proposição, deve-se frisar, não estava deslocada da realidade, não era um arroubo isolado de um leitor fanático. Pelo contrário, a mensagem nela embutida corria os púlpitos das ADs por todo o país. Joanyr de Oliveira em sua resposta ao descontente leitor, contudo, insistia que os

pentecostais negassem essa condição de marginalidade, expondo à sociedade a formação plural desse agrupamento religioso que possuía entre os seus membros pessoas com prestígio social, amantes da cultura e bem sucedidas em suas carreiras profissionais.

Com a resposta enviada aos devidos destinatários, diretor e redator-secretário deram um decisivo passo no número posterior da revista, setembro/outubro, que coincidia com o primeiro aniversário do periódico. Dessa vez, entretanto, o assunto veio a público por meio de um texto que não era de responsabilidade direta da redação.

2.1.4) O outro lado da realidade: a relação igreja/política na visão de um jovem leigo assembleiano

Em setembro de 1957, a revista assumiu o ônus da publicação de um texto escrito por um jovem jornalista chamado Américo Davanzo, membro da AD de Votuporanga (SP). Com o insinuante título *O outro lado da realidade*¹⁹⁴, o artigo de Davanzo se propunha chamar atenção dos leitores e, em especial das lideranças, sobre a urgente necessidade de a igreja inserir-se nos domínios da política.

Antes da análise do conteúdo do artigo, consideramos importante apresentar alguns dados biográficos do jovem que o redigiu com a ajuda de informações colhidas no seu *curriculum vitae* que tivemos a ventura de encontrar no Arquivo da Câmara Municipal de Votuporanga, não por ele ter exercido a vereança na casa de leis desse município, mas sim pelo fato de ele ter sido agraciado, no ano de 1986, com um *Voto de Congratulação* e, em 1988, com a insígnia de Honra ao Mérito por suas atividades jornalísticas.¹⁹⁵

A partir do currículo de Davanzo tomamos conhecimento que ele nasceu no ano de 1934, na pequena cidade de Uchoa, no estado de São Paulo. Não há informações, sobre sua adesão à AD, se foi por influência familiar ou por iniciativa própria, mas há várias menções sobre sua participação na AD de Votuporanga. Em termos de formação, o documento indica os cursos de 1º e 2º Graus, Curso Comercial Básico, Datilografia, Português, Chefia e Liderança, Cipa, Jornalismo, Teologia, Mnemônica, Expansão do potencial pessoal, Parapsicologia.

¹⁹⁴“O outro lado da realidade: devemos fugir da política?” *A Seara*, n° 5, setembro/outubro de 1957. p. 07-08.

¹⁹⁵*Curriculum vitae* de Américo Davanzo. Arquivo da Câmara Municipal de Votuporanga. Siscam/Câmara Municipal do Município de Votuporanga.

Como fica evidente, uma formação bastante eclética e, ao que tudo leva a crer, eram todos cursos de nível técnico e/ou profissionalizante. No que diz respeito à sua vida profissional, constam a atividade de balconista, entre 1944 e 1945, tipógrafo, entre 1950 e 1963, seguido da atuação em ramos comerciais.¹⁹⁶

O que nos interessa desses dados é destacar que, à altura de 1957, quando seu artigo foi publicado em *A Seara*, Américo Davanzo não tinha ainda completos 23 anos e atuava como tipógrafo na Gráfica Brasil da cidade de Votuporanga, por isso mesmo seu nome apareceu na matéria sem qualquer referência sobre sua vinculação com a igreja (imagem 4). Destacando apenas esses elementos, a atipicidade do signatário do texto salta às vistas, pois o que se vê é um jovem tipógrafo de uma cidade do interior cujas ideias sobre um tema tão polêmico – relação da igreja com a política – foram parar nas páginas de um periódico oficial da AD. O atípico aqui refere-se ao fato de que, regra geral, se um assunto tão propenso a polêmicas fosse aceito em um impresso da igreja, ele deveria vir da pena de uma reconhecida liderança, devidamente resguardada nos âmbitos teológico e institucional.

Mas ao procederem assim, deve-se reconhecer que o diretor e o redator-secretário de *A Seara* cumpriam, mesmo ciosos dos riscos de se investir nesse tipo de abertura, a proposta que havia sido claramente exposta no primeiro número da revista: a de deixar o periódico aberto à opinião de todos os membros, com especial incentivo aos jovens que, geralmente dotados de espírito opiniático e loquaz, não encontravam espaço para expor suas ideias.

¹⁹⁶*Curriculum vitae* de Américo Davanzo. Arquivo da Câmara Municipal de Votuporanga. Siscam/Câmara Municipal do Município de Votuporanga.

O Outro Lado Da Realidade

Devemos fugir da política?

Américo Davanzo

(Votuporanga -S. P.)

Talvez muitos dos leitores não julgassem em tempo algum, se deparar com assunto do tipo deste que vamos discorrer por esta vez. Todavia, o tema presente parece-nos e, cremos, parecerá a muitos, de grande significação e elevado objetivo, sendo que a sua redundância por demais beneficiaria a tôdas as correntes evangélicas brasileiras, indistintamente, e em particular, às Assembléias de Deus.

Feito o intróito, entremos no mérito da questão. É sabido de todos, o grande movimento que tem sido encetado nos últimos anos, no seio das igrejas, no sentido de unificação geral, para a solução do complexo mas solúvel problema do apontamento e conseqüente escolha à eleição, de candidatos evangélicos para integrarem as tribunas legislativas da nação. Embora aparentemente não ser oportuna a época para se ventilar assunto desta espécie, a verdade é que ele é sempre atual, devido estarmos constantemente às voltas com movimentos cletivos.

Escusado é dizer-se da importância que encerra tão grave problema, ou do papel e função que irão desempenhar nossos representantes. Para tanto, e no

sentido de dar concreta solução ao caso em pauta, está sendo, ou será organizada, pelas igrejas diversas, uma liga, denominada Liga Eleitoral Protestante, cujo plano de ação é apontar e escolher os candidatos das igrejas várias, qualificar e dar as devidas instruções aos eleitores.

* * *

O prezado irmão que nos lê, tem aversão por política? Eu também! Mas... precisamos dela. Sabemos que o falar em política, causa mesmo repulsa a muitos, e com alguns justos motivos, entretanto, atualmente, a questão se reveste de suma importância, e exige inadiável resolução de nossa parte. Possuímos cerca de quatrocentos mil membros nas Assembléias. Poderíamos ter muitos representantes, mas... temos somente alguns. É lastimável! Urge, é tempo de se resolver tão sério problema! Compreendamos, irmãos!

Uma realidade é não olharmos com bons olhos o entrometimento da igreja no que concerne à política, mas, há o outro lado da realidade, que é nos valermos dela, a política, como meio de assegurarmos a nós e aos pósteros, a garantia de segurança, com a liberdade permanente de

culto e de consciência, mantida através do esforço e coragem de nossos representantes, mormente nos conturbados tempos presentes, quando percebemos que, não as filosofias malsãs do ateísmo, mas as forças clericais da maldade furtivamente estão procurando se apossar das rédeas dos poderes máximos da nação, a fim de fazerem valer os seus mais pérfidos intentos, o seu credo apóstata, o seu poder aniquilador. Isto se nota. E se alguém duvida da realidade destas duras asseverações, poderemos citar um dos exemplos marcantes, não aqueles do glorioso movimento reformador do século XVI: Inquisição ou "Guerra Santa!..." promovida pela Igreja Católica na Espanha e outros países, com a morte de milhares de cristãos protestantes na fogueira e na tortura, não o exemplo da célebre matança de São Bartolomeu na França, com a morte, numa só noite, de milhares de cristãos protestantes, os huguenotes ou calvinistas, mas um exemplo atual — o da perseguição dos crentes na Colômbia, sem se falar em Roma ou Portugal.

Lancemos, como prova cabal das conseqüências terríveis advindas da ausência de representantes das igrejas evangélicas — enfatiso — lancemos o nosso olhar para o noroeste da América Latina, onde ali na Colômbia os nossos diletos irmãos padecem sob as maiores agruras, provações e opressões, impostas por aqueles que estão com a espada da "justiça" nas mãos, a degolar os precavos da Consti

(Cont. na pág. seguinte)

E foi o que fez, no alto de seus 22 anos, o jovem Américo Davanzo ao chamar para si a tarefa de pôr em pauta um tema sobre o qual pairava grande silêncio. Seu texto, inter cruzado por reprimendas e com grande espontaneidade na tessitura das críticas, é testemunha de que sua idade e posição hierárquica não foram tomadas pelo autor como barreiras na exposição de suas convicções. Deu no que a editoria de *A Seara* esperava!

Américo Davanzo, conhecedor da igreja da qual era membro, sabia do estranhamento que um artigo voltado a esse tema poderia causar nos leitores da revista, como fica explícito nas primeiras linhas de seu texto:

Talvez muitos dos leitores não julgassem em tempo algum, se deparar com assunto do tipo deste que vamos discorrer por esta vez. Todavia, o tema presente parece-nos e, cremos, parecerá a muitos, de grande significação e elevado objetivo, sendo que a sua redundância por demais beneficiaria a todas as correntes evangélicas brasileira, indistintamente, e em particular, às Assembléias de Deus. Feito o introito, entremos no mérito da questão.¹⁹⁷

De início se pode notar o quanto a proposta defendida pelo artigo era inédita, a ponto de o autor reconhecer a possibilidade de muitos leitores serem tomados de surpresa quando topassem com o seu artigo nas páginas de *A Seara* e para justificar a importância do assunto declarou se tratar de algo que interessava a todas as igrejas evangélicas do país, mas em especial à AD, por sua notória oposição às propostas de aproximação da igreja com o mundo da política. Seguimos a análise dando voz a Davanzo que prosseguiu em seu caminho argumentativo nos seguintes termos:

É sabido de todos, o grande movimento que tem sido encontrado nos últimos anos, no seio das igrejas no sentido de unificação geral, para a solução do complexo mas solúvel problema do apontamento e conseqüente escolha à eleição, de candidatos evangélicos para integrarem as tribunas legislativas da nação. Embora aparentemente não ser oportuna a época para se ventilar assunto desta espécie, a verdade é que ele é sempre atual, devido estarmos constantemente às voltas com movimentos eletivos. Escusado é dizer-se da importância que encerra tão grave problema, ou do papel e função que irão desempenhar nossos representantes. Para tanto, e no sentido de dar concreta solução ao caso em pauta, está sendo, ou será organizada, pelas igrejas diversas, uma liga, denominada Liga Eleitoral Protestante, cujo plano de ação é apontar e escolher os candidatos das igrejas várias, qualificar e dar as devidas instruções aos eleitores.¹⁹⁸

É preciso recordar que a preocupação de Américo Davanzo em debater a posição da igreja no cenário político do país se dava em um contexto em que o Brasil experimentava um

¹⁹⁷“O outro lado da realidade: devemos fugir da política?” *A Seara*, n° 5, setembro/outubro de 1957. p. 07.

¹⁹⁸“O outro lado da realidade: devemos fugir da política?” *A Seara*, n° 5, setembro/outubro de 1957. p. 07.

momento de ordem democrática, conturbado, é bem verdade, considerando-se que entre 1946, ano da promulgação da Constituição, e 1956, pelo menos em três ocasiões houve sérias ameaças de golpe¹⁹⁹.

Em 1957, no entanto, o governo de Kubitschek, mesmo sob a constante vigilância das Forças Armadas e de setores golpistas da sociedade civil nucleados na UDN, deixava a impressão de que o Brasil estava finalmente estabelecendo as bases nas quais seria assentada a ponte para um futuro de estabilidade econômica e democrática.

Não se pode perder de vista também o fato de que as leis eleitorais, que vieram no bojo da Constituição de 1946, davam centralidade aos partidos, único meio de apresentação de candidaturas, além é claro da obrigatoriedade do voto e do sufrágio universal. Todos esses elementos foram potencialmente importantes na configuração das articulações políticas realizadas pelos principais partidos de então (UDN, PTB, PSD), pois havia novos atores na política e uma contínua ampliação dos eleitores. Como destacou o historiador José Murilo de Carvalho, os partidos que surgiram com a deposição de Vargas em 1945, embora fossem fortemente marcados por influências regionais, conseguiram se organizar nacionalmente e definir, mesmo guiados pelo pragmatismo, alguns pontos programáticos bem definidos. Nas

¹⁹⁹Na eleição de 1950, por exemplo, a presença do candidato Getúlio Vargas, deposto do cargo em 1945, foi fortemente contestada por setores da oposição, mesmo que Vargas estivesse concorrendo dentro das legítimas regras democráticas alinhavadas pela Carta Constitucional de 1946. Essa dura oposição foi sumariada pela ferina pena de Carlos Lacerda em artigo publicado em 01 de junho de 1950 no jornal *Tribuna da Imprensa* do qual uma célebre frase se tornou emblemática do tipo de oposição que ficaria conhecida como “lacerdista”: “*O senhor Getúlio Vargas não deve ser candidato à presidência; candidato, não deve ser eleito; eleito, não deve tomar posse; empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar*”. Com a morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, o vice-presidente Café Filho se tornou presidente, todavia uma doença grave forçou a sua substituição sendo que, de acordo com a Constituição de 1946, o cargo deveria ser ocupado pelo presidente da Câmara dos Deputados. Assim, o udenista Carlos Luz assumiu a presidência do país abrindo, por força de sua própria ação, um período de grande instabilidade democrática em face das articulações golpistas. A posse de JK e Jango pela aliança PSD-PTB no pleito de 1955, foi fortemente ameaçada por tentativas de golpe, de modo que a investidura do cargo pelos eleitos foi garantida por uma excêntrica ação denominada “retorno aos quadros constitucionais vigentes”. O “Golpe Preventivo” ou “Contra-Golpe”, como também foi chamado esse ocorrido, foi liderado pelo general Henrique Teixeira Lott que, lançando mão de sua influência militar, decretou estado de sítio no país e destituiu do poder Carlos Luz, substituindo-o pelo presidente do Senado Nereu Ramos até a posse de JK em janeiro de 1956. Sobre esse período, ver, entre outros, os seguintes estudos: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB, do Getulismo ao Reformismo*, 1945-1954. São Paulo: Marco Zero, 1989. GOMES, Angela de Castro. *O Brasil de Kubitschek*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. GOMES, Angela de Castro. Na antecâmara do golpe. *Revista Brasileira de História*, v. 14, n.27, p. 213-222, 1994. RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992. DELGADO, Marcio de Paiva. Lacerdismo: a mídia como veículo e oposição na experiência democrática (1946-1964). *Locus* (Juiz de Fora), v. 12, p. 137-153, 2008. DELGADO, Marcio de Paiva. O Antigetulismo de Carlos Lacerda do fim do Estado Novo à volta de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete. *Virtú* (UFJF), v. 7, p. 17, 2008. MEYRER, Marlise Regina. A vassoura, a simpatia e a espada: imagens da democracia brasileira nos anos 50. *Tempo e Argumento*, v. 04, p. 174-204, 2012.

palavras de Carvalho: “*Eram partidos no sentido moderno da palavra, e apenas necessitavam de tempo para criar raízes na sociedade*”²⁰⁰. Esse novo cenário abria uma nova janela para a participação popular na política, assim descrita por Carlos Fico:

O que vale destacar [no pós-Estado Novo] é a configuração, em novo patamar, da participação popular na política, a emergência paulatina de novos sujeitos históricos: operários, trabalhadores urbanos nas áreas de serviços, funcionários públicos de escalões inferiores, militares de baixa patente, remediados em geral e gente pobre, que evidentemente não se dissolvem amorfos nessa enumeração retórica, pois havia significativas diferenças entre a classe operária e os setores médios urbanos. Porém, eles vivenciavam, em comum, aquilo que a historiografia costuma chamar de “emergência política das massas.”²⁰¹

Quando inseridas nesse contexto as proposições do jovem Davanzo têm todo sentido. Ele lembra os leitores sobre a possibilidade de as igrejas evangélicas marcarem presença nas casas legislativas e menciona até uma Liga Eleitoral Protestante que estava se estruturando. Na busca por contornar a histórica ojeriza de sua igreja à política, Davanzo propôs uma interessante reflexão: “*O prezado irmão que nos lê, tem aversão por política? Eu também! Mas... precisamos dela*”²⁰². E prosseguiu na tentativa de demonstrar que, em sendo um “mal”, a política era um daqueles “males” necessários: “*Sabemos que o falar em política, causa mesmo repulsa a muitos, e com alguns justos motivos, entretanto, atualmente, a questão se reveste de suma importância, e exige inadiável resolução de nossa parte*”²⁰³.

No seu modo de ver, havia um descompasso entre o número de membros da AD, que segundo estimativa apresentada pelo autor era da ordem de quatrocentos mil membros²⁰⁴, e o

²⁰⁰CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 148.

²⁰¹FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem incompleta*. A experiência brasileira: a grande transação. São Paulo: Senac, 2000, v. 2, p. 170.

²⁰²“O outro lado da realidade: devemos fugir da política?” *A Seara*, n° 5, setembro/outubro de 1957. p. 07.

²⁰³“O outro lado da realidade: devemos fugir da política?” *A Seara*, n° 5, setembro/outubro de 1957. p. 07.

²⁰⁴Deve-se relativizar a exatidão desse número apresentado por Davanzo, pois a AD sempre teve grande dificuldade em contabilizar os seus membros. Há, na própria revista *A Seara*, um claro indicativo disto, mais exatamente no número de novembro/dezembro de 1956, no qual havia uma chamada com o seguinte teor: “*Quantos membros contam as Assembleias? 350.000? 400.000? 500.000? – É difícil dizer-se o número de membros de nossa igreja. E por quê? Porque não temos tomado ainda a resolução firme de proceder à contagem, de norte a sul do país, dos crentes das Assembléias. Há irmãos que supõem ser uma transgressão a Deus fazerem-se recenseamentos nas igrejas. Mas no seu cuidado com a doutrina, sem o saber, são prejudiciais à própria igreja, pois os membros de qualquer entidade necessitam saber quantos a compõem (...) Esta interrogação poderá ser facilmente respondida se todos os pastores e dirigentes de trabalho se decidirem a nos ajudar nesse particular*”. “Quantos membros contam as Assembleias”. *A Seara*, n° 2, novembro/dezembro de 1956. p. 34.

número de representantes nas instâncias políticas, uma situação que ele caracterizou como “lastimável”. E completou:

Urge, é tempo de se resolver tão sério problema! Compreendemos, irmãos! Uma realidade é não olharmos com bons olhos o entrosamento da igreja no que concerne à política, mas, há o outro lado da realidade, que é nos valermos dela, a política, como meio de assegurarmos a nós e aos pósteros, a garantia de segurança, com a liberdade permanente de culto e de consciência, mantida através do esforço e coragem de nossos representantes, mormente nos conturbados tempos presentes, quando percebemos que, não as filosofias malsãs do ateísmo, mas as forças elericaís [clericais] da maldade furtivamente estão procurando se apossar das rédeas dos poderes máximos da nação, a fim de fazerem valer os seu mais pérfidos intentos, o seu credo apóstata, o seu poder aniquilador.²⁰⁵

A proposta era bastante ousada. Utilizar-se da política ao invés de relegá-la a um plano secundário ou negá-la completamente, como era bem próprio da postura assembleiana. O argumento utilizado pelo autor do artigo merece destaque pelo fato de inverter a lógica de ação da AD no enfretamento dos problemas terrenos, pois vê na política uma maneira de salvaguardar a igreja das perseguições que poderiam vir das instâncias formuladoras das leis. O problema dessa proposição é que a AD, tendo sofrido diversas perseguições nas primeiras décadas do século XX, acabou desenvolvendo uma forma bem peculiar de responder a esse tipo de repressão que podemos sintetizar em dois vieses principais: 1) assumia uma postura de subordinação às autoridades constituídas, incentivando sempre que seus membros evitassem qualquer forma de exacerbação em relação aos governos; 2) mantinha-se ensimesmada e interpretava todo tipo de perseguição como algo inerente à fé cristã e como um irrefutável indicativo de que era a igreja portadora da “verdadeira” mensagem bíblica.²⁰⁶

Nessa interpretação, obviamente, não teria cabimento tomar o atalho da política para amainar qualquer quadro persecutório, independentemente de sua gravidade. A igreja deveria estar à parte de qualquer forma de conchavo e buscar apoio exclusivamente na força da fé,

²⁰⁵“O outro lado da realidade: devemos fugir da política?” *A Seara*, n° 5, setembro/outubro de 1957. p. 07.

²⁰⁶Gedeon Freire de Alencar faz um interessante apontamento sobre essa característica da AD. Segundo ele, a perseguição foi um elemento “legalizador da comunidade”. Nas palavras desse autor: “*Perseguição [para a AD] não é um acidente de percurso, um tropeço na caminhada ou uma dificuldade episódica, mas um acontecimento natural, diria mesmo, necessário para confirmação da mensagem pentecostal. Por que a AD é perseguida? Porque é verdadeira. Em repetidos textos, há o seguinte raciocínio: A Igreja Primitiva dos Atos dos Apóstolos era perseguida? Sim, então a AD também deve ser. Quem perseguia a igreja? Os doutores da lei, os religiosos oficiais, os sábios, os homens do poder, os pecadores. Quem está perseguindo a mensagem pentecostal hoje? Os pastores formados em seminários (batistas, presbiterianos, etc.), os religiosos oficiais (na Suécia, os luteranos; no Brasil, os padres), os sábios (jornalistas), os poderosos (fazendeiros), os pecadores (bêbados, arruaceiros). Esta é a leitura, como consequência da ênfase experiencial anterior, que os assembleianos fazem da perseguição.*” ALENCAR, Gedeon Freire de. *Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus: Assembléia de Deus – origem, implantação e militância (1911-1946)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo (SP), 2000. p. 77.

intercedendo, exclusivamente, a Deus sem a necessidade de instâncias profanas de exercício de poder.

Mas o autor insistiu nessa diretriz e buscou substanciar sua argumentação citando exemplos históricos que deveriam ser considerados no debate sobre a relação da igreja com a política:

E se alguém duvida da realidade destas duras asseverações, poderemos citar um dos exemplos marcantes, não aqueles do glorioso movimento reformador do século XVI: Inquisição ou “Guerra Santa!...” promovida pela Igreja Católica na Espanha e outros países, com a morte de milhares de cristãos protestantes na fogueira e na tortura, não o exemplo da célebre matança de São Bartolomeu na França, com a morte, numa só noite, de milhares de cristãos protestantes, ou huguenotes ou calvinistas, mas um exemplo atual - o da perseguição dos crentes na Colômbia, sem se falar em Roma ou Portugal. Lancemos, como prova cabal das consequências terríveis advindas da ausência de representantes das igrejas evangélicas - enfatiso - lancemos o nosso olhar para o noroeste da América Latina, onde ali na Colômbia os nossos diletos irmãos padecem sob as maiores agruras, provações e opressões, impostas por aqueles que estão com a espada da “justiça” nas mãos, a degolar os preceitos da Constituição daquele país, e a sufocar os mais inalienáveis e sacrossantos princípios da liberdade religiosa e secular, simplesmente porque estão estribados numa corrente filosófica diabólica, ou melhor, num credo assassino e perverso, que lhes outorga as múltiplas prerrogativas de usarem e abusarem, como ditam as suas consequências entenebrecidas, contanto que tudo lhes saia favorável e os coloque na proeminência de toda grandeza terrestre, não se importando com os enternecedores pedidos de clemência dos seus “inimigos” de causa, os “do contra”, que nos seus calcanhares e nas suas garras sucumbem freqüentemente.²⁰⁷

A tentativa de convencimento fez com que Davanzo desse um mergulho na história pinçando casos em que os protestantes sofreram dura perseguição ao que complementou com situações contemporâneas na Europa e na América Latina que eram, ao seu ver, exemplos cabais da falta de representantes das igrejas evangélicas nos postos decisórios. Premissa básica na composição de sua defesa, a “liberdade religiosa” foi por ele explorada como preço a ser pago caso a igreja se mantivesse fechada à efetiva participação nos círculos políticos.

Essa escolha denota que Davanzo conhecia o calcanhar de aquiles da AD: o temor de que abalos institucionais no país levassem a um regime político que ameaçasse a liberdade de culto. Radicados nesse temor, por exemplo, estavam todos os discursos anticomunistas vocalizados nas pregações e na imprensa assembleiana. Esse ponto é importante, pois a AD sempre viu com bons olhos o combate ao comunismo realizado pelas autoridades do país, a exemplo do que ocorreu no Estado Novo, tudo isso porque o caráter ateu e secularizante da experiência socialista do Leste Europeu era inaceitável e ameaçador.

²⁰⁷“O outro lado da realidade: devemos fugir da política?” *A Seara*, n° 5, setembro/outubro de 1957. p. 07-08.

Mas uma coisa era esboçar apoio às ações das autoridades contra os comunistas, outra bem diferente era entrar no embate político propriamente dito, tal como propunha o jovem Américo Davanzo. Ou seja, havia um ponto de interseção entre a preocupação levantada no artigo e o temor da AD, todavia o dissenso residia na proposta de enfrentamento desse problema. Na tradição assembleiana a militância em favor da liberdade de culto e contra o comunismo não deveria exceder o espaço das pregações e das publicações da igreja. Nada de meter a igreja diretamente em campanhas políticas, nem mesmo formar corpo de candidatos que figurassem nos pleitos como representantes da AD; ponto de vista bem diferente do que recomendava Davanzo:

Portanto, como estamos verificando, é impossível a presença de nossos representantes diretos e credenciados, nas Assembléias federal e estaduais, e até mesmo nas câmaras das cidades interioranas, para fazerem valer todos os direitos de igualdade com relação ao cidadão cristão-protestante e o cidadão “cristão” segundo o mundo, na mesma nação, no mesmo estado e na mesma cidade. Elejamos nossos candidatos, equitativamente ao número vantajoso de membros eleitores da igreja e, teremos então, mais positivada e menos temerosa, a marcha evolutiva e gloriosa de nossas igrejas! Assim fortalecidos, diremos mais resolutos e certos: “Brasil, coração do mundo; pátria do Evangelho”.²⁰⁸

À diferença do que era correntemente defendido entre o pastorado da AD, o jovem tipógrafo do interior de São Paulo, sem medir as palavras, disse o que talvez muitos líderes de envergadura não teriam coragem de afirmar em um órgão de imprensa oficial da igreja: a AD deveria investir e apoiar candidaturas de membros para as casas legislativas fossem elas do âmbito federal, estadual e mesmo municipal. Uma proposta bastante inusitada, ainda mais quando apresentada de maneira tão direta como fez o autor do artigo que, sublinhe-se novamente, não tinha alçada institucional para encampá-la.

A aceitação de uma contribuição como a de Américo Davanzo pela redação de *A Seara* é forte indicativo de que o redator-secretário e o diretor alcançaram os primeiros anos de circulação da revista com fôlego para seguir a diretiva pensada para o periódico por ambos. Uma análise desse mesmo número em que o artigo *O outro lado da realidade* foi publicado revela, no entanto, que as coisas não iam tão tranquilas assim e que, na realidade, a veiculação do artigo de Davanzo foi uma atitude temerária em um momento de recrudescimento das críticas sobre o modelo editorial assumido por *A Seara*.

²⁰⁸“O outro lado da realidade: devemos fugir da política?” *A Seara*, n° 5, setembro/outubro de 1957. p. 08.

2.1.5) A *Seara*: um ano de controversa existência

É o que deixa claramente evidenciado o editorial *Um ano de vida* do número de setembro/outubro de 1957, que ao se propor fazer um balanço das atividades realizadas pela revista, nos seus doze primeiros meses de vida, não deixou de repudiar, com duras palavras, o que foi apresentado como tentativas de amordaçamento das vozes dissonantes que encontravam espaço na revista. Esse editorial é bastante significativo porque deixa perceber, ora de forma explícita, ora no subtexto, uma equipe editorial acantonada, em busca de legitimação e em incontestável posição de defesa.

Considerando o valor histórico que tem esse editorial, por explicitar o quadro de instabilidade vivido na redação de *A Seara*, optamos por apresentá-lo na íntegra:

UM ANO DE VIDA

Com este número, A SEARA completa seu primeiro ano de vida. Aquêles que vêm acompanhando o nosso trabalho, hão-de testemunhar a nossa boa vontade para com todos, nosso empenho em, dia a dia, dar o melhor aos diletos leitores, que atingem à casa dos vinte mil. Poucos não foram os pessimistas que vaticinavam a esta publicação vida efêmera, adiantando mesmo, com o espírito mais derrotista, que os dignos pastôres se furtaria a trazer-nos o indispensável apoio moral, sem o qual fatalmente viríamos a soçobrar. Mas graças a Deus, a triste página não se escreveu, nem se há de escrevê-la, porquanto a cada número de nossa revista se avolumam os pronunciamentos incentivadores dos esclarecidos ministros da nossa igreja, bem como da parte dos leigos, humildes e cultos, operários e estudantes, crianças, irmãos jovens, irmãos na idade provecta – e em todos os meios, em tôdas as camadas A SEARA vem penetrando. Batemo-nos sempre por um princípio sagrado, segundo o qual têm todos o direito de emitir livremente sua opinião. Se nos julgam com equidade, curvamo-nos e externamos nossa gratidão pela crítica; se injustamente alguém nos lança pedras, procuramos expor o nosso pensamento, e deixar patente a nossa sinceridade, nosso espírito leal e franco em defesa de idéias elevadas, regidas pelo desejo de ser úteis à igreja, ao evangelismo pátrio, à cultura do nosso povo, e, sobretudo, todo o nosso trabalho tem como alvo servir ao Senhor nosso Deus, que nos deu Jesus a fim de que fôssemos redimidos. Repugnam-nos as mordidas, a escravização do pensamento. Jesus nos chamou para sermos livres. Livres do pecado, livres também da estreiteza mental que é própria daqueles que estão privados (por livre e espontânea vontade) da luz que brilhou intensa, com o sacrifício do Calvário, luz que nos alerta de que o nosso único fardo deve ser o que vem do Senhor, porque êle é “leve e suave”. cremos em que tem sido este um dos segredos dos triunfos que vimos alcançando, para assombro de muitos. Ainda nos primeiros meses de existência já era A SEARA colocada entre as maiores publicações no gênero, que se editam em língua portuguesa. Quando cogitávamos de abrir secções especializadas, o que não tardamos em fazer, destinadas às crianças, às donas de casas, aos estudiosos da nossa língua, essa “última flor do Lácio, inculta e bela”, quando de par em par abrimos as portas da nossa Casa aos jovens que são inteligentes e sem timidez apreciam expor idéias; quando, enfim, afirmamos que a revista a todos pertence, bem sabíamos a repercussão do nosso trabalho. Não poucos jovens publicaram pela vez primeira na SEARA os seus artigos e reportagens. As secções que mantemos são muitíssimo lidas; diariamente recebemos cartas de crianças de oito a dez, treze anos, destinadas à “Vida Infantil”; rapazes e moças emitem opiniões sobre a nossa revista, fornecendo-nos apreciações críticas de um valor enorme, às vezes extraordinário; formulam-se consultas bíblicas, etc. Eis os

frutos que se colhem já na imensa e madura seara. Não apenas abordamos assuntos tangentes a questões sociais (“As Assembléias de Deus e o Problema Educacional” – “Imperiosa Necessidade”), mas, também, como não poderia deixar de ser, principalmente empenhamo-nos em evangelizar o nosso povo. E temos, graças ao Senhor, trazido os molhos com alegria, não muito depois de havermos lançado as sementes ao solo promissor. Muitos católicos romanos nos lêem, e, recentemente, comovente missiva de uma jovem ex-católica relatava-nos o quanto as mensagens contidas n’A SEARA têm operado em sua vida. Ao externarmos nosso regozijo pelo primeiro ano dêste periódico, não deixamos, por outro lado, de reconhecer as falhas que o têm acompanhado. Erros graves, por vêzes, escapam, e ao serem percebidos pelo redator, já se foram... A exiguidade do tempo, o acúmulo de publicações aguardadas pelas nossas linotipo e impressoras, etc., são fatores que dão origem aos deslizes com que vez por outra nos apresentamos. Esforçamo-nos, porém, por superá-los. Quando isso se der, outra grande vitória alcançaremos. Estamos gratíssimos ao nosso Deus pelo muito que nos tem permitido fazer, e por tudo que certamente ainda realizaremos em prol da cultura do nosso povo e da salvação das almas. Nossa confiança se apoia n’Ele, e é por isso que não conhecemos a palavra – fracasso. Aos pastores, presbíteros, diáconos, leigos, a todos enfim que têm contribuído para o progresso d’A SEARA, nossa gratidão. As mesmas são as nossas diretrizes, o mesmo é o nosso alvo – estejam certos disso. Jesus sabe da pureza dos nossos ideais, do nosso amor à juventude pentecostal, a todos os membros das Assembléias, a todos os evangélicos, – n’Ele confiantes prosseguiremos, conscientes da nossa responsabilidade, e certos de que, “tudo podemos naquele que nos fortalece”²⁰⁹.

Não é difícil perceber que o clima, embora ensejasse comemoração pelo primeiro aniversário da revista, não era tranquilo na redação de *A Seara*. Havia sim muito a comemorar, afinal de contas um ano havia decorrido e a revista conseguiu se manter em circulação, mesmo tendo assumido uma linha editorial que a deixava exposta a toda sorte de críticas vindas das fortes e articuladas alas antimudancistas da AD.

Começamos dando destaque ao alegado “pessimismo” de muitos em face de *A Seara*. Essa fala é muito esclarecedora e confirma o quanto as opções da nova revista desagradaram alguns segmentos da igreja desde suas primeiras edições. O tratamento dado a temas diversos, em detrimento dos doutrinários e de cunho evangélico, e a abertura à colaboração de jovens e leigos eram, sem dúvida, pontos que mais destoavam do padrão de imprensa praticado até a década de 1950 pela AD. O problema era ainda maior se considerarmos o avanço do sinal vermelho sobre temas potencialmente polêmicos como a política. Temos nisto uma parte importante do lauto cardápio que revirava o estômago daqueles classificados no editorial como “pessimistas”.

A estratégia da redação era demonstrar que, se havia descontentes, existia também apoiadores. Por isso, fez-se questão de mencionar no texto o apoio que a revista vinha recebendo de pessoas de diversos segmentos da igreja, de pessoas “cultas” e “esclarecidos”

²⁰⁹“Um ano de vida” (editorial). *A Seara*, n° 5, setembro/outubro de 1957. p. 03.

ministros da igreja, de operários, estudantes, leigos, crianças, jovens e de membros de idade avançada. Esse tipo de afirmação deixa entrever uma equipe editorial que estava na defensiva, que buscava expressar a sustentação dada por diversas parcelas de leitores ao modelo seguido pelo periódico até então. Isso se torna mais evidente nas linhas em que o editorial passa a criticar de maneira bastante contundente os que queriam tolher o “sagrado” direito de expressão.

Esse parece ser o ponto central desse tenso balanço de aniversário da revista. O problema não estava nas críticas que, quando “consideradas úteis” eram, segundo o editorial, acatadas e quando tidas como “injustas” eram devidamente respondidas. O imbróglio assentava-se, exatamente, na tentativa de cessar o debate aberto pela revista e o texto foi muito direto nesse aspecto ao deixar patente o repúdio às “mordaças” e à “escravização do pensamento”.

O argumento ganha maior profundidade quando uma interpretação bíblica é usada para afirmar que Jesus Cristo havia chamado a todos para ser “livres”, não só do pecado como também da “estreiteza mental”. E esse raciocínio ganha tons ainda mais polêmicos quando o editorial sustenta que essa “estreiteza mental”, além de ser uma opção de cada pessoa, também revelava a falta da “luz que brilhou intensa com o sacrifício do calvário”.

Ocorre que, esse exame da morte de Cristo destoava da interpretação da crucificação, tanto por parte da AD, como da própria tradição protestante, que considera o sacrifício vicário um ato de remissão dos pecados da humanidade. Afirmar que aqueles que se colocavam contra as ideias veiculadas na revista estavam se afastando da “luz do sacrifício do calvário” era uma crítica muito contundente e que atingia o centro de uma importante coluna da cultura teológica assembleiana. Deve-se entender que a morte de Cristo era considerada uma obra de expiação dos “pecados” da humanidade e jamais como um ato em prol da liberdade de expressão ou de libertação da “estreiteza mental” dos indivíduos.

Ademais, não se pode deixar de dar destaque ao emprego de expressões que estavam muito distantes do vocabulário utilizado pela AD em seus impressos oficiais, como por exemplo, “princípio sagrado, segundo o qual têm todos o direito de emitir livremente sua opinião”. É evidente que, em uma instituição cujas decisões sobre o “certo” e o “errado” passavam pelo crivo de uma “Convenção Geral” e não podiam ser discutidas, mas sim cumpridas, falar em “livre opinião” não fazia nenhum sentido. A AD teve sempre uma organização hierárquica muito rígida no controle de suas doutrinas e dos aspectos administrativos, aliás essa é uma das marcas distintiva dessa igreja no Brasil, de modo que

não havia espaço no modelo organizacional assembleiano para a propalada “liberdade de pensamento” defendida pelo editorial.

No âmbito institucional, a título de exemplo, qualquer pastor que defendesse algo que fosse considerado contrário aos princípios doutrinários da igreja, poderia ser afastado ou ter suas credenciais cassadas pela Convenção Geral. Já nas igrejas locais, qualquer membro, independente do cargo ocupado, poderia ser “disciplinado” caso incorresse em qualquer “erro” considerado grave ou em sério ato de contestação às regras decididas pela Convenção Geral. Como acomodar então o exercício de “livre opinião” nos meandros de uma instituição profundamente hierarquizada e que primava pela homogeneização doutrinária e teológica?

O editorial, ainda buscando advogar em favor das diretivas assumidas pela revista, mencionou o pioneirismo de *A Seara* ao abrir seções especializadas para mulheres, crianças e estudiosos da língua portuguesa, além da abertura aos jovens que queriam “expor suas idéias” e que o fizeram pela primeira vez graças ao acolhimento dado pela revista aos seus textos. Ressaltou-se também a participação dos leitores que enviavam cartas com comentários sobre a publicação, um aspecto nada trivial porque esse tipo de iniciativa era pouco incentivado.

Mas o maior problema estava no mecanismo argumentativo utilizado para defender a revista, pois ao dar relevo ao que considerava uma qualidade, o editorial municiava ainda mais a já bem provida artilharia dos críticos, isso porque a tão destacada abertura da revista à participação de leigos que pudessem tratar de assuntos diversos, era um elemento controverso do qual não se poderia esperar apoio consensual. Mesmo assim, se vê a insistência nesse ponto que, embora fosse, de fato, uma conquista inédita de *A Seara*, aos olhos da liderança assembleiana poderia ser interpretado como uma séria quebra da hierarquia na igreja.

O caso do artigo de Américo Davanzo, disposto na revista a algumas páginas desse editorial, era um caso flagrante disso que estamos falando. Um assunto de tamanha importância e tão controverso estava sendo apreciado por um jovem que, com ares de versado ministro da igreja, advertia para o erro em que estava incorrendo a AD ao dar de ombros para a política partidária.

Havia também a preocupação em reforçar o caráter evangelístico da revista e para isso frisou-se que, além da preocupação com assuntos considerados importantes, como no editorial “Assembléia de Deus e o problema educacional”, o periódico também cumpria sua função no trabalho de evangelização, utilizando como exemplo de sucesso nessa empreitada o grande número de leitores católicos, inclusive uma leitora “ex-católica”, que se dizia influenciada pela leitura de *A Seara*.

Sem fugir da autocrítica, o editorial apontou as dificuldades no trabalho de impressão da revista que, em alguns casos, resultavam em graves erros. O maior problema era operacional, visto que as oficinas, tecnicamente defasadas, tinham de arcar com a impressão de *A Seara* e do *Mensageiro da Paz*, além de um grande número de outros impressos que estavam sob a responsabilidade da CPAD.

Mesmo com todos esses problemas, a equipe editorial, ancorada nas figuras de João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira, mostrava-se satisfeita pela contribuição que vinha dando à “salvação das almas” e, destaque-se, à “cultura” do público pentecostal; e essa é uma fala muito importante, pois o trabalho em prol da “cultura” dos pentecostais foi colocado, em termos de importância, lado a lado com a missão de evangelização que, como já foi mencionado, era uma tarefa considerada de primeira necessidade na tradição assembleiana.

A Seara chegava, dessa maneira, ao seu primeiro ano de circulação às voltas com muitos problemas. Além dos de ordem técnica, que não eram poucos, havia indubitavelmente um ambiente ameaçador que colocava em risco a sobrevivência da revista nos padrões pensados pela dupla João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira. O que se lê no editorial – não parece exagero afirmar – expressa certo desespero pelas perseguições das quais o periódico era alvo. Não deixa de ser bem contrastante o fato de a redação da revista, mesmo com tantos críticos no seu encalço, manter-se firme numa linha editorial que implicava tantos riscos. Se o diretor e o redator-secretário acreditavam que esse era um risco calculado, pensaram muito mal. Em pouquíssimo tempo, revesses nos postos de mando da CPAD e, conseqüentemente, da revista, colocariam por terra o edifício editorial pensado para *A Seara*.

2.2) A política sob suspeição: Túlio Barros e as novas diretrizes editoriais de *A Seara*

2.2.1) Túlio Barros Ferreira: o novo diretor de *A Seara*

Os primeiros abalos foram já sentidos daí a poucos meses, quando João Pereira de Andrade e Silva deixou o cargo de diretor da CPAD. A versão oficial dá conta de que sua saída, em novembro de 1957, se deu em decorrência da oportunidade que lhe foi aberta para assumir um cargo no Governo Federal, informação difícil de ser verificada, sobretudo, porque

em consulta ao Diário Oficial da União dos anos de 1957 e 1958, não há referência à dita nomeação.

Com essa baixa, a situação de Joanyr só viria a piorar, pois na verdade, tudo o que ele havia feito em *A Seara* nesse primeiro ano só tinha sido possível graças ao apadrinhamento do diretor. Com a perda de seu protetor tudo mudava. Faltava-lhe o préstimo apoio do diretor para manter a revista nos rumos editoriais que vinham levantando acerbas críticas e o jovem redator-secretário via-se, cada vez mais, dependente das convicções do substituto de Andrade e Silva. Tudo dependeria de como pensava o novo diretor, pois a investidura desse cargo dava amplos poderes, inclusive para a troca de nomes da equipe editorial. É de se imaginar a angústia de Joanyr de Oliveira nesses dias de instabilidade. Sem a chancela que vinha de um alto comando da CPAD, o jovem redator-secretário, pelo seu perfil e suas atitudes, nem mesmo tinha garantias de que encontraria jeito de se manter em seu cargo.

No número de novembro/dezembro de 1957, posterior à edição comemorativa de um ano de *A Seara*, já se anunciava, por meio de uma nota, a chegada do substituto de João Pereira de Andrade e Silva. Seu nome era Túlio Barros Ferreira, um pastor recém-chegado dos campos missionários do interior do estado do Acre.

O pastor Barros foi uma proeminente figura nas esferas assembleianas e não sem razão. Foi dirigente das ADs do Acre, Rondônia, Rio de Janeiro e chegou à presidência da CGADB por duas ocasiões, além de ter sido um influente articulista dos periódicos da CPAD. Mesmo assim, à diferença de outros pastores de semelhante estatura institucional, sobre ele há bem poucas informações biográficas disponíveis.

Seu nascimento ocorreu em 1921, na cidade de Manaus (AM), e que sua conversão à AD foi no ano de 1943, quando ainda era funcionário de um estaleiro de construção naval. Assim como boa parte dos neoconvertos ao pentecostalismo naqueles tempos, ele teve de enfrentar dura oposição dos familiares, especialmente de seus pais, situação que procurou contornar buscando forças na convicção pessoal de que havia encontrado na tradição pentecostal assembleiana o ambiente adequado para o exercício de sua fé.²¹⁰

Outro detalhe muito interessante de sua biografia é que, diferentemente de maioria dos jovens que cerravam fileiras em torno da AD, Túlio Barros Ferreira conseguiu chegar a um curso de nível superior e diplomou-se engenheiro agrônomo em uma tradicionalíssima

²¹⁰Túlio Barros Ferreira (verbete). ARAUJO, Israel de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 311.

instituição de ensino da capital do estado do Amazonas: a Escola Agrônômica de Manaus (unidade isolada da antiga Universidade de Manaus, atual Universidade Federal do Amazonas – UFAM).

Formado, ainda chegou a ser funcionário do Ministério da Agricultura no Amazonas, ao que informa o *Dicionário Biobibliográfico de Membros da Academia Evangélica de Letras do Brasil*²¹¹, mas abandonou a vida profissional precocemente para dedicar-se com exclusividade aos serviços de sua igreja. Sua inclinação aos trabalhos missionários e a destacada vocação à liderança chamaram atenção desde seus primeiros passos na AD. Isso explica, por exemplo, a carreira meteórica que o levou da conversão, em 1943, ao pastorado já em 1950 na cidade de Manaus, sob a consagração do respeitado pastor Alcebiades Pereira de Vasconcelos.

Se nosso olhar sob os aspectos biográficos de Túlio Barros Ferreira tem como objetivo principal compreender sua atuação em *A Seara*, temos que, obrigatoriamente, dar atenção ao pastor Alcebiades, personalidade que marcou a sua formação religiosa e com quem o pastor Túlio Barros estabeleceu grande amizade e forte aliança institucional. Na época em que estava em Manaus, Alcebiades Pereira de Vasconcelos já era um experiente e reconhecido quadro da AD. Piauiense da cidade de Regeneração, começou a exercer a função de pastor em 1938, quando ainda era solteiro (situação que via de regra impedia o exercício do pastorado na AD). Vasconcelos passava-se nos meios assembleianos por um homem de notória formação que, embora não fosse consolidada na academia, incluía, como asseguram alguns relatos, o conhecimento de idiomas como o inglês, o espanhol e, até mesmo, das línguas grega, aramaica e hebraica.²¹²

No entanto, o mais importante traço desse pioneiro da AD, que influenciaria profundamente seu devoto amigo e seguidor Túlio Barros, era a sua obstinação com os trabalhos de evangelização. O pastor Alcebiades foi responsável pelo envio de muitos missionários para diversos campos, entre eles o próprio fraterno companheiro Túlio Barros que deixou na cidade de Manaus a sociedade de uma construtora e seu curso de especialização em agronomia para seguir como missionário ao município de Guajará-Mirim, no então

²¹¹Túlio Barros Ferreira (verbete). MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário biobibliográfico de membros da academia evangélica de letras do Brasil*. Goiânia. Kelps, 2007. p. 22.

²¹²Alcebiades Pereira Vasconcelos (verbete). ARAUJO, Israel de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 893.

Território Federal de Guaporé (atual estado de Rondônia).²¹³ E foi exatamente o pastor Túlio Barros, recém chegado ao Rio de Janeiro, depois de quatro anos e sete meses de trabalho de evangelização no território de Guaporé e no estado do Acre – sempre em cantões remotos dessas regiões – o escolhido pelo Conselho Administrativo da CPAD para assumir a gerência da Casa em 1957.

De posse dessas notas biográficas, não é difícil imaginar o descontentamento que causaria ao novo gerente, com sua veia missionária, o fato de haver uma revista que se propunha evangelística, mas que na prática ocupava-se de atividades outras não necessariamente ligadas à “seara” das almas. Os elementos para um grande atrito estavam postos. Era apenas uma questão de tempo para que os ânimos se acirrassem na redação de *A Seara*.

A nota de apresentação do novo diretor foi escrita por Joanyr de Oliveira que, como redator-secretário, deveria dar-lhe as boas-vindas e apresentá-lo ao público leitor. Não obstante, com certa astúcia, Joanyr valeu-se da oportunidade protocolar que lhe foi aberta para tentar, de alguma forma, convencer (quicá constranger) o novo diretor da necessidade de a revista continuar nos mesmos rumos editoriais que vinham sendo praticados desde setembro de 1956.

Foi uma oposta bem arriscada esta de Joanyr Oliveira, pois sua nota, muito mais do que fazer as devidas apresentações e cumprimentar o mais novo integrante da equipe, descambou para uma nova rodada de reclamos sobre as perseguições sofridas pela revista e, como se não fosse o bastante, ele ainda consignou ao preparo cultural do novo diretor a garantia de que ele se colocaria contra os críticos de *A Seara*:

Assumi, a partir deste número, a Direção desta revista o Dr. Túlio Barros Ferreira, pastor da Assembléia de Deus em Cabuçu, Estado do Rio. Pessoa culta e experimentada, certamente muito realizará em favor desta publicação, da qual sempre foi colaborador incondicional, dispensando-nos sempre palavras incentivadoras e amigas. Com júbilo o recebemos, pois a sua cultura e o seu

²¹³Para se ter uma ideia do quanto a evangelização era levada a sério por esses dois amigos, basta registrar que, no ano de 1960, Alcebiades e Túlio Barros seguiram juntos em missão para cidade de Cochabamba, na Bolívia, abandonando para isto importantes cargos na CPAD e o pastorado da prestigiada AD de São Cristóvão, à época presidida por Alcebiades e vice presidida por Túlio Barros. Segundo o relato de Vasconcelos: “*Em maio de 1959 senti Deus me cobrando minha própria ida ao campo missionário, em vez de apenas enviar obreiros, e assim juntamente com o pastor Túlio Barros Ferreira, sai para a Bolívia em uma obra pioneira da Assembléia de Deus brasileira naquele País. Fui substituído em São Cristóvão pelo saudoso pastor Francisco Pereira do Nascimento, no dia 6 de janeiro de 1960, e no dia 10 seguinte, com minha família, pastor Túlio e família, viajei do Rio de Janeiro a Cuiabá, e no dia 11 de janeiro estávamos em Guajará-Mirim, fronteira do Brasil com a Bolívia.*” Alcebiades Pereira Vasconcelos (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 894.

dinamismo não de representar um braço forte em favor desta obra desde o início alvo da má vontade e do espírito retrógrado e derrotista de umas poucas pessoas, mas, graças a Deus, honrada com o apóio da maioria esmagadora dos nossos pastores e demais membros em todos os recantos do Brasil onde exista um templo das Assembléias de Deus e, mesmo, em lugares onde ainda não mantemos trabalho evangelístico. Antes de dirigir A SEARA o pastor Túlio Barros foi redator da “Revista Agrônômica”, que se editava em Manaus, Amazonas, como órgão oficial da Escola Agrônômica daquela capital, sendo, portanto, elemento capaz. O ilustrado irmão assume o cargo de Diretor da nossa revista com espírito otimista, e certo de continuar no mesmo ritmo acelerado a obra deixada pelo prof. João Pereira, o que, sem dúvida, com a graça de Deus, conseguirá. Nossas boas vindas.²¹⁴

Como já foi mencionado, o espaço da nota foi tomado por referências às perseguições que a revista vinha sofrendo desde as primeiras edições e mais uma vez as palavras escolhidas eram fortes e adjetivavam os críticos como pessoas de “má vontade”, dotadas de “espírito retrógrado e derrotista”. Não deixa de ser curioso também o fato de a nota se referir a Túlio Barros como um indivíduo, que por sua “cultura” e “dinamismo”, seria capaz de enfrentar essas forças que tencionavam contra o periódico. O texto ainda fazia questão de destacar que o novo diretor chegava à direção da revista com o intuito de seguir no mesmo ritmo deixado pelo ex-diretor João Pereira de Andrade e Silva.

Era mesmo de se crer, num primeiro momento, que não houvesse de parte do pastor Barros interesse em operar mudanças no que já vinha sendo feito, pois nessa mesma edição da nota de “boas-vindas” nada foi dito sobre reorientação na linha editorial da revista. Ao contrário disso, o que se viu foi mais um texto que aprofundava a tendência do periódico em discutir a relação da igreja com a esfera política.

2.2.2) A política ou a guilhotina?

Com Túlio Barros figurando como diretor de *A Seara*, o número de novembro/dezembro de 1957, hospedou um editorial que revisitava o debate iniciado por Américo Davanzo meses antes sobre a inserção da igreja nos domínios da política. A diferença é que agora o assunto não estava mais sendo apreciado por um colaborador, ou seja, não era apenas a opinião de um indivíduo. Ao ganhar as páginas do editorial o tema se revestiu de uma aura de institucionalidade, o que aumentava a responsabilidade da redação sobre o que se defenderia ali.

²¹⁴“Novo diretor”. *A Seara*, n° 6, novembro/dezembro de 1957. p. 02.

Com o título *Guilhotina para os evangélicos?* o texto sem assinatura posicionava-se favorável à participação da igreja na política, condicionando essa aceitação à própria sobrevivência dos evangélicos como grupo religioso. E o endereçamento do recado ficou bem explícito; falava-se aos líderes da igreja, como se pode conferir no trecho de abertura:

Esteve em nossas cogitações, antes mesmo que se tornasse realidade o planejado veículo informativo e de orientação, que é este periódico, – cogitávamos dizia, de formular uma advertência aos elementos de responsabilidades mais destacadas em nossa comunidade, no sentido de que, sob um prisma de isenção de ânimo, paixão, sectarismo ou exclusivismo egoísta, se estudasse a posição da Igreja, face às contingências políticas.²¹⁵

De início é muito interessante a afirmação de que a ideia de promover um debate sobre esse assunto estava nos planos dos editores muito antes da criação da revista, indicando, portanto, que era algo que já os incomodava. Desnecessário dizer que, mesmo estando fora dos quadros da CPAD, na edição de novembro/dezembro de 1957, esse editorial traduzia com exatidão o pensamento de João Pereira de Andrade e Silva e de seu pupilo Joanyr de Oliveira que ainda ocupava o cargo de redator-secretário. Túlio Barros era um recém-chegado que tomou o bonde de *A Seara* em pleno movimento.

O vocabulário empregado nesse trecho citado também merece um olhar especial em nossa análise: “isenção de ânimo”, “paixão”, “sectarismo” e “exclusivismo egoísta”, eram termos que, de saída, já desqualificavam os que se recusavam a debater o assunto. O problema aí é que muitos dos que poderiam vestir a carapuça de *exclusivista*, *sectário*, *apaixonado*, *parcial*, *egoísta*, eram grandes lideranças que, certamente, não se sentiriam confortáveis em saber que seus membros poderiam, ao ler o editorial, associá-los aos adjetivos nada elogiosos utilizados no texto. Havia, portanto, sérias implicações na escolha desses termos.

Reconhecendo a natureza polêmica do tema que se propunha pôr em apreciação, o redator do editorial afirmou que havia procurado “alguns ministros” da igreja para sondar-lhes as opiniões. Não houve menção a nomes, o que reforça em muito a tese de que o assunto era tido como uma *bomba* da qual todos queriam manter uma distância de segurança. Ainda segundo a descrição, um dos ministros consultado, inicialmente teria se colocado peremptoriamente contra qualquer aproximação da igreja com as esferas políticas, mas em face da argumentação do entrevistador, teria mostrado “bom senso”, declinando dessa reprovação absoluta e pondo limites apenas aos pastores:

²¹⁵“Guilhotina para os evangélicos?” *A Seara*, nº 6, novembro/dezembro de 1957, p. 03.

Assunto por natureza delicado, recomendou-me a prudência sondasse a opinião de alguns dos nossos ministros, a ver o seu ponto de vista. O primeiro a ser inquerido foi um dos extremamente cautelosos, e se colocou frontalmente contra. Argumentei, e as suas objeções maciças se transmutaram, por fim, uma transigência evidenciadora de bom senso, embora ainda um tanto temerosa. Vetou, apenas, os nomes de pastores, aduzindo que uma vez tratando-se de membro sem função ministerial, mas de bom testemunho, de conduta exemplar, não via mal em participar êste da vida política nacional.²¹⁶

Não foi apresentado, entretanto, nenhum argumento contrário colhido nas tais consultas ou mesmo entrevistados que não mudaram de ideia diante da contra-argumentação do entrevistador, opção que escancara o grau de engajamento do redator do editorial pela causa que estava sendo defendida. Ademais, novamente a adjetivação servia como recado aos opositores. Veja que o ministro ao mudar de ideia agiu com “bom senso”, dando a entender que os contrários à proposição do editorial não teriam esse importante atributo!

Nesse esforço de convencimento foi mencionado o texto de Américo Davanzo – descrito como “talentoso colaborador” – publicado na edição de setembro/outubro de 1957. Sobre a colaboração do jovem tipógrafo de Votuporanga afirmava-se:

O talentoso colaborador desta revista, sr. Américo Davanzo, no artigo inserido no número anterior d'A SEARA, abordava o assunto, fazendo-o, aliás, com muita propriedade, segura dialética, apresentando verdades a que ninguém, de bom senso, pode apresentar palavras discordantes. Um trabalho bem elaborado, em que ataca o problema com um desejo sincero de contribuir a fim de que nos despertemos e saíamos do sono em que despreocupadamente vivemos, com relação ao problema.²¹⁷

A opção argumentativa continuava sendo bastante arrojada, para não dizer atrevida. Primeiro, por recolocar no centro de tão conflituosa arena a imagem do jovem Davanzo, com todas as implicações inerentes a sua condição de *mero* membro da igreja. Segundo, porque novamente o subtexto insistia em uma interpretação na qual os discordantes dos pontos de vista do artigo de Davanzo e do editorial figuravam como indivíduos que não tinham “bom senso”. Destaque para o trecho: “*verdades a que ninguém, de bom senso, pode apresentar palavras discordantes*”²¹⁸.

Por fim, é impossível não ver certo tripúdio na argumentação quando se lê sobre a necessidade de se sair do “sono profundo” em que “despreocupadamente” viviam alguns em relação ao assunto em discussão. Nesse caso, os opositores não estavam sendo tratados apenas

²¹⁶“Guilhotina para os evangélicos?” *A Seara*, n° 6, novembro/dezembro de 1957. p. 03.

²¹⁷“Guilhotina para os evangélicos?” *A Seara*, n° 6, novembro/dezembro de 1957. p. 03.

²¹⁸“Guilhotina para os evangélicos?” *A Seara*, n°6, novembro/dezembro de 1957. p. 03 (grifo nosso).

como pessoas que tinham opiniões divergentes, mas como verdadeiro sonâmbulos alheados das reais demandas impostas pelo momento. E seguia o editorial em seu trajeto eloquente:

Os que se acautelam, com o excesso pernicioso, naturalmente tiveram precioso esclarecimento. Ao “por que é que vamos participar da política, se é o reino dos céus que nos espera?” – a que tantos dão ênfase, foi argumentando que devemos enviar nossos representantes às Casas Legislativas, a fim de que o clero, sempre ardiloso e sedento de domínio, não consiga nos amordaçar – graças a um parlamento submisso aos seus caprichos, em que não hajam vozes a protestar contra um atentado à nossa Magna Carta, que assegura a todos o direito de culto, a liberdade religiosa. Somos cristãos, pertencemos à igreja do Mestre, mas igualmente somos cidadãos da pátria. Como seguidores de Cristo, precisamos fé e amor “às coisas que são de cima”, mas como células de uma nação, cumpre-nos velar pela soberania desta e pela integridade dos princípios em que se estriba nosso regime democrático. Mantermos de braços cruzados, será, não há dúvida, contribuir, com a impassibilidade, para que o Brasil se torne, e breve, uma Espanha onde os evangélicos não podem sequer construir templos para o louvor de Deus; para que a terra da liberdade venha a ser um Portugal, onde se persegue o povo do Senhor; para que a intolerância religiosa faça do Brasil uma Colômbia, cujo torrão está farto de embeber-se do sangue inocente daqueles que aceitam a Jesus como único Senhor e Salvador de suas almas. Devemos, por isso, eleger pessoas idôneas e de caráter reconhecidamente cristão, e enviá-los aos Parlamentos. E com a maior urgência. Reflitamos em que o Vaticano se desespera com a marcha do evangelismo em nossa querida pátria, e muito já tem feito visando a nos amordaçar a todos a fim de nos impedir a proclamação das Boas Novas de Salvação; manobras várias já tem levado a efeito, tendo em mira algemar o povo de Deus, cujas mãos são por ele consideradas maldição, pois distribuem a santa Bíblia, portadora das sublimes e veementes mensagens libertadoras, que vêm afastando o nosso povo da idolatria. A Palavra Sagrada nos alerta a vigiar e orar. E esta vigilância é extremamente necessária. O descuido poderá custar nossas cabeças, num futuro próximo. Lembrai-vos da hedionda inquisição, que os algozes ainda ousavam chamar de santa.²¹⁹

Perceba-se que, nessa passagem, o editorial retoma vários pontos expostos no artigo de Davanzo, ou seja, também buscou reforçar o chamado à maior participação da igreja na esfera política partindo de uma possível ameaça à liberdade de culto que, mesmo assegurada pela Constituição, estaria sendo colocada em risco por conspiratas da Igreja Católica²²⁰. Não era um chamamento para atuação na política com foco em discussão de temas de interesse social, isso é importante que fique bem claro! Tudo estava voltado à defesa da liberdade religiosa sintetizada no expressivo título *Guilhotina para os evangélicos?*

²¹⁹“Guilhotina para os evangélicos?” *A Seara*, nº6, novembro/dezembro de 1957. p. 03.

²²⁰Não se deve deixar de mencionar que a Igreja Católica, segundo Maria Victoria Benevides, aprofundou sua participação política no governo de Juscelino Kubitschek, todavia não mais no modelo de intervenção política direta como realizado pela Liga Eleitoral Católica. Nesse momento, um importante segmento da Igreja, nucleado em torno de Dom Helder Câmara, passou a defender ações governamentais que fossem de encontro às mazelas sociais do país, apoiando, assim, as políticas desenvolvimentistas de JK. A participação do presidente da República no Encontro dos Bispos do Nordeste, em 1956, e o apoio dado pela Igreja à criação da Sudene, são dois bons exemplos dessa aproximação. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O Governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In GOMES, Angela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991. p. 10.

Mas não se pense que essa centralização na dita “liberdade religiosa” fosse minimizar a reprovação dos que se escandalizavam com as propostas de inserção da igreja na política defendidas em *A Seara*. A AD sempre teve grande receio de que convulsões sociais ou regimes de governo a impedissem de exercer suas atividades. Isso é fato. Ela própria sempre manteve uma atitude fóbico-persecutória em relação às demais instituições religiosas, colocando-se sempre como vítima de perseguição, especialmente da Igreja Católica e das coirmãs protestantes, o que não a impedia, numa tremenda contradição, de encampar cerrada ação difamatória de outras vertentes religiosas, como as afro-brasileiras. Essa é, aliás, uma das grandes incoerências que perpassou toda a história assembleiana.

Essa vitimização, como já demonstramos, nunca foi forte o bastante para que a AD fosse buscar guarida contra os seus ditos perseguidores no campo da política, até porque, não poucas vezes, essas perseguições eram tidas como uma prova de que a AD era portadora da verdadeira mensagem e, por isso, como se deu com os primeiros cristãos, tinha de se haver com tantos opositores.

Desse modo, embora o apelo da liberdade religiosa fosse bem forte, ele não era capaz de demover a certeza reafirmada por décadas de que a igreja não deveria se meter na política, sobretudo porque os movimentos políticos estavam preocupados com a vida na Terra, enquanto o verdadeiro cristão mirava somente sua vida junto a Cristo no plano celestial. Deve-se destacar que essa dicotomia Céu/Terra era um importante sustentáculo dos que se opunham à aproximação da igreja com a política e o editorial, em mais um ato temerário, fez questão de cravar o dedo nessa delicada ferida, revolvendo-a, ao dizer que o maior problema era, exatamente, a ideia de que as “coisas do mundo” não interessavam aos fiéis, considerando a transitoriedade dos cristãos na Terra ante o iminente retorno de Cristo.

O fato é que essa crítica, aparentemente inofensiva, atacava um aspecto muito caro à AD, pois como já demonstrado na introdução deste estudo, a concepção pré-milenista era elemento central no construto teológico-doutrinário dessa instituição. Mas, para o editorial, os cristãos, embora pertencessem à igreja de Cristo, eram também cidadãos da pátria, se tinham a obrigação de amar “às coisas de cima”, eram igualmente “células da nação”. E mais ainda: esse posicionamento foi defendido como necessário para salvaguardar a soberania e a integridade do regime democrático do país.

Nesse ponto, mais uma vez a proposta do editorial atropelava a lógica de atuação da AD, basta lembrar que a preocupação dessa igreja esteve sempre voltada à garantia de liberdade de culto, em especial o seu culto, e não propriamente com a manutenção de formas democráticas de governo. Em outras palavras, se um governo se mostrasse autoritário, mas

assegurasse o direito de as instituições religiosas continuarem com as portas abertas, como foi o caso de Vargas no Estado Novo, a AD, além de não ver problema, ainda aplaudia muitas atitudes arbitrárias, vendo nisto uma bem-vinda forma de combate à desordem.²²¹

Além disso, o editorial, em um verdadeiro contorcionismo exegético, buscou dar lastro bíblico ao que estava sendo defendido a partir de uma conhecida passagem bíblica na qual Cristo afirmava que era preciso vigiar e orar para não cair em tentação. Trata-se de uma passagem que era largamente utilizada em pregações e textos apologéticos que tinham o objetivo de alertar os fiéis sobre a necessidade de *vigilância* e *oração* para que não fossem tomados de surpresa pelas tentações do mundo²²²; algo bem diferente do sentido que o editorial quis atribuir ao trecho bíblico ao utilizá-lo para referendar a atuação da igreja na política, como se ao não fazê-lo estivessem os líderes ignorando o alerta de Cristo sobre a necessidade de se manterem *vigilantes*.

De modo geral, esse editorial é historicamente muito significativo porque nele encontramos uma clara proposta de inserção da igreja nas esferas políticas, um tipo de opinião que, se não houvesse um periódico com as características de *A Seara*, dificilmente encontraria espaço de veiculação na imprensa assembleiana. Ao abrir suas páginas para esse tipo de assunto, a nova revista estava, portanto, se firmando como um impresso pioneiro na discussão de um tema sobre o qual havia toda sorte de prejulgamentos. Entretanto, esse posicionamento *avant-garde*, mesmo com todos os esforços persuasivos, não passaria incólume pelo crivo da alta liderança da AD. Não é demais recapitular que esse editorial vem na edição em que Túlio Barros já constava como novo diretor da CPAD e da revista, inclusive com direito a nota de boas-vindas – supondo que a mudança na diretoria em nada influenciaria nos rumos da revista. Mas essa hipótese não se confirmaria nas edições posteriores.

²²¹De acordo com o pesquisador Bertone de Oliveira Sousa, não foi difícil para a AD adaptar-se à lógica do Estado Novo, pois a estrutura interna de gestão verticalista, clientelista e patriarcal assembleiana guardava muitas semelhanças com o modelo estadonovista. SOUSA, Bertone de Oliveira. *Fé e Dinheiro: o pentecostalismo da prosperidade e a redefinição do protestantismo no Brasil*. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 13. Já Gedeon de Alencar indica, até mesmo, que houve certa influência do getulismo no sistema de organização da AD depois dos anos 1940: “*Influenciados sobremaneira pelo discurso moralista autoritário do getulismo, surgem Igrejas-sede com seus pastores-presidentes controlando de forma ditatorial as congregações em uma fórmula bem original do de 'peleguismo assembleiano' mimetizando a Ditadura do Estado Novo*”. ALENCAR, Gedeon Freire. *Assembleias Brasileiras de Deus: Teorização, História e Tipologia – 1911-2011*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012. p. 41.

²²²BÍBLIA. N. T. Mateus, 26, 31. In: BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

A chegada de Túlio Barros, como já afirmamos, se deu em um momento em que a revista era alvo de muitas críticas pela opção editorial que assumiu desde seu primeiro número. A já mencionada nota de apresentação ao novo diretor fez questão de esclarecer isto de forma bem aberta. E esses apontamentos polêmicos não ficaram circunscritos ao editorial e à nota de boas-vindas, como se já não fosse o bastante em termos de polêmica.

Nesse mesmo número, novembro/dezembro de 1957, outro texto de conteúdo extremamente polêmico e desproporcional aos padrões da imprensa oficial da AD ganhou as páginas da revista. Um pequeno escrito que por seu caráter combativo e defensivo não deixa margem de dúvidas sobre os conflitos que estavam na órbita da redação de *A Seara*.

2.2.3) Um “idealista” entre “brancos” e “fanáticos”

O texto em questão foi publicado em uma coluna que ocupava um terço de página, sem grande destaque, sem referência autoral e com o insinuante título “Idealismo” (Imagem 5).²²³ O conteúdo tinha entonação de um manifesto, ainda que não fosse apontado como tal, não mencionasse diretamente a revista ou apontasse os opositores. Todavia, a forma incisiva da escrita e a argumentação utilizada tornam facilmente perceptível que o assunto em questão era a reprovação da revista por parte de alguns segmentos da igreja.

O texto é muito ilustrativo sobre o momento vivido pela editoria de *A Seara*. Fortes adjetivações que tinham o intuito de desqualificar os que se opunham ao núcleo do projeto de *A Seara*, apareceram como nunca antes. Por isso, vale conferi-lo integralmente:

IDEALISMO

Não ser combatido, é muitas vezes vitória; Ser alvo de ataques, quando nos empenhamos numa luta nobre, em prol da cultura, do esclarecimento, da proclamação do Santo Evangelho, é também um triunfo. Sim, pois nessas lutas que nos movem está a prova evidente de que nosso labor tem logrado estremecer a sórdida árvore da ignorância. A par disso, é mister frisar sempre que os verdadeiros crentes, ao lado do zelo para com a Igreja, amam o Saber e o bom progresso, pois sabem perfeitamente que não nos criou Deus para sermos brancos, mas inteligentes, que Ele nos salvou não para sermos curtos de idéias, mas homens de mente aberta. Ignorância é treva, e fomos chamados para a luz, luz que aquece e expulsa o negror da alma e do intelecto. Nenhum idealista deve, pois, chorar diante das adversidades, ainda que os pobres de inteligência, pela força lhe coloquem mordças e o algeme. Aprender é subir, e Deus quer subamos, não só espiritual, mas na humildade, na submissão ao Senhor, no esforço, para que mais distantes nos coloquemos do mundo materialista, agonizante e sombrio e maior seja nossa aproximação de tudo que é divino, e Belo, e justo, e Nobre; maior é, assim, nossa penetração no reino do Saber.

²²³ “Idealismo”. *A Seara*, n° 6, novembro/dezembro de 1957. p. 25.

Um verdadeiro idealista não se deixa soçobrar ante as vagas dos fanáticos, que regra geral são nulidades a tôda prova. Se justos são os seus embates, se elevado é o seu alvo, se há dado sempre a Deus o merecido primeiro lugar em seus planos, a vitória um dia lhe será trazida pela autora sorridente e vívida. Vamos semear chorando, se a incompreensão nos aponta suas armas asquerosas certos porém de que, se não colhermos com alegria os nossos molhos, far-lo-ão os descendentes, orgulhosos da nossa dignidade, do nosso esforço, da nossa indobrável confiança no futuro, da nossa coragem de enfrentar as forças retrógradas, com tôdas as armas de que se munem as suas ameaças e as sua valentia que em verdade é pusilanimidade e covardia simuladas. É imperioso abater a árvore da ignorância, e livrar o povo de suas funestas sombras; elas há-de tombar um dia, mas, irmãos, nos empenhemos no sentido de que mais perto de nós surja êsse dia, que nos dará a esplendente vitória. Deus se alegrará do nosso esforço, Êle que é o Sábio dos sábios, o Mestre dos mestres, a Luz que dardeja intensa iluminando e aclareando tudo. Oremos e nos esforcemos para tanto.²²⁴

“Broncos”, “curtos de ideias”, “funestas sombras [da ignorância]”, “[expulsar] o negror da alma e do intelecto”, “pobres de inteligência”, “mordaças”, “vagas dos fanáticos”, “nulidades a tôda prova”, “incompreensão”, “armas asquerosas”, “forças retrógradas”, “pusilanimidade e covardia simuladas”, “sórdida árvore da ignorância”, “ignorância é treva”²²⁵. Eis o repertório de expressões, no mínimo indelicadas, que contribuiram para urdir um texto extremamente provocativo veiculado em um impresso com o timbre da editora oficial da AD.

²²⁴“Idealismo”. *A Seara*, n° 6, novembro/dezembro de 1957. p. 25.

²²⁵ “Idealismo”. *A Seara*, n° 6, novembro/dezembro de 1957. p. 25.

Rádio

GYLEA CORREA

PROGRAMAS PENTECOSTAIS

Atendendo à solicitação feita recentemente através desta coluna, enviou-nos uma carta o então pastor de Salinópolis — Pará, reportando-se a um programa ali mantido pela igreja, notícia esta que alegrou-nos bastante, por vermos o interesse dos amados irmãos pelo rádio-evangelismo. Admiramos a seqüência mantida no referido programa, onde há cânticos de louvor ao Mestre, leitura da Palavra de Deus, onde está incluída a advertência — “LEIA A BÍBLIA, O LIVRO DA VIDA”; há uma parte, que se chama coluna “Mensageiro da Paz”, da revista A SEARA e de “Novas de Alegria”, e sempre há hinos, para o louvor do Senhor. Congratulamo-nos com os irmãos da conhecida cidade do Estado do Pará, por patrocinar e dirigirem programa tão edificante como — A VOZ DA ASSEMBLEIA DE DEUS, e são nossos votos que o Senhor continue derramando sobre ele contínuas chuvas de bênçãos.

Outro irmão que sempre nos envia notícias semelhantes, é o prezado pastor José Gomes Moreno, que mantém em Presidente Prudente — S. Paulo, um programa com o mesmo nome, que é transmitido às quartas-feiras, às 21,30 horas, pela Rádio Difusora daquela cidade.

Outras notícias recebemos do nosso leitor João Frazão, correspondente de A SEARA em Natal — R. G. do Norte. Naquela região do nordeste, segundo o nosso representante, o irmão Firmino Gomes proporciona aos crentes horas de meditação, e, aos descrentes, oportunidade para ouvir a mensagem de salvação, sendo as mensagens transmitidas pela conceituada Rádio Nordeste.

* * *

Estava em nossas cogitações, transcrever, neste número, horários de programas evangélicos, mantidos pelas Assembleias de Deus em várias cidades, mas como nossos dados são escassos, limitamo-nos a comentar, tão somente, os acima apresentados. Esperamos que os amados irmãos co-operem conosco, nos enviando suas notícias, para que delas façamos a divulgação.

Idealismo

Não ser combatido, é muitas vezes vitória;

Ser alvo de ataques, quando nos empenhamos numa luta nobre, em prol da cultura, do esclarecimento, da proclamação do Santo Evangelho, é também um triunfo. Sim, pois nessas lutas que nos movem está a prova evidente de que nosso labor tem logrado estremecer a sórdida árvore da ignorância.

A par disso, é mister frisar sempre que os verdadeiros crentes, ao lado do zelo para com a Igreja, amam o Saber e o bom progresso, pois sabem perfeitamente que não nos criou Deus para sermos brancos, mas inteligentes, que Ele nos salvou não para sermos curtos de idéias, mas homens de mente aberta. Ignorância é treva, e fomos chamados para a luz, luz que aquece e expulsa o negror da alma e do intelecto.

Nenhum idealista deve, pois, chorar diante das adversidades, ainda que os pobres de inteligência, pela força lhe coloquem mordidas e o algeme. Aprender é subir, e Deus quer que subamos, não só espiritual, mas na humildade, na submissão ao Senhor, no esforço, para que mais distantes nos coloquemos do mundo materialista, agonizante e sombrio e maior seja nossa aproximação de tudo que é divino, e Belo, e Justo, e Nobre; maior é, assim, nossa penetração no reino do Saber.

Um verdadeiro idealista não se deixa socoar ante as vagas dos fanáticos, que regra geral são nulidades a toda prova. Se justos são os seus embates, se elevado é o seu alvo, se há dado sempre a Deus o merecido primeiro lugar em seus planos, a vitória um dia lhe será trazida pela aurora sorridente e vívida.

Vamos semear chorando, se a incompreensão nos aponta suas armas asquerosas, certos porém de que, se não colhermos com alegria os nossos molhos, far-lo-ão os decedentes, orgulhosos da nossa dignidade, do nosso esforço, da nossa indobrável confiança no futuro, da nossa coragem de enfrentar as forças retrógradas, com todas as armas de que se munem as suas ameaças e a sua valentia que em verdade é pusilanimidade e covardia simuladas.

É imperioso abater a árvore da ignorância, e livrar o povo de suas funestas sombras; ela há-de tombar um dia, mas, irmãos, nos empenhemos no sentido de que mais perto de nós surja esse dia, que nos dará a esplendente vitória.

Deus se alegrará do nosso esforço, Ele que é o Sábio dos sábios, o Mestre dos mestres, a Luz que dardeja intensa iluminando e aclarando tudo. Oremos e nos esforcemos por tanto.

Interessante, primeiramente, sublinhar que o título remete ao idealismo, como uma projeção de propostas incompreendidas que seriam posteriormente reconhecidas como necessárias. Esse idealismo, ao que indica o argumento central da nota, estava a serviço da promoção da “cultura”, do “esclarecimento”, do “progresso”, do “saber” e “da proclamação do Santo Evangelho” e nessa luta já havia logrado “estremecer a sórdida árvore da ignorância”²²⁶.

O núcleo da argumentação estruturava-se em torno de algumas ideias que invertiam a interpretação teológica e doutrinária da AD, num explícito rompante de destempero. A começar pela ideia de que Deus havia criado o homem para exercer plenamente sua capacidade de pensamento e que os cristãos tinham um compromisso a mais com essa “dádiva” divina, conhecedores que eram da “luz” que se antepunha ao “negror da alma e do intelecto”. O verdadeiro crente, além do zelo para com a igreja, deveria amar o “saber” e o “progresso”, pois o criador não havia feito o ser humano para ser “bronco”, mas sim “inteligente”. Já a salvação, tida sempre na interpretação bíblica como dom gratuito e irrestrito de Deus, era apresentada como algo que se destinava aos “homens de mente aberta” e não aos “curtos de ideias”. Ser ignorante, nesse raciocínio, significava permanecer nas trevas, pois a luz da salvação iluminava, não só a alma, como também o intelecto.

Por meio de uma engenhosa, mas ao mesmo tempo frágil interpretação, argumentava-se que o ato de aprender significava “subir”, ou seja era algo que aproximava o crente de Deus e o afastava do mundo materialista, leitura que era uma evidente distorção de elementos embrionários da teologia e dos costumes da AD. Não é demais reafirmar que o estreitamento do elo entre o crente assembleiano e Deus não se dava a partir do conhecimento formal, mas sim por uma série de atitudes de caráter fortemente subjetivo como a oração, o jejum, o Batismo com Espírito Santo e a comunhão com o corpo de Cristo ratificada mensalmente na Santa Ceia. O “saber”, no sentido formal do termo, não se apresentava nessa lista, em absoluto! Pelo contrário, era visto como algo que encerrava grandes perigos à conduta que se esperava dos fiéis da AD.

Mesmo assim, o texto defendia a imagem do “idealista” como alguém capaz de destemidamente enfrentar os “pobres de inteligência” que no exercício do “fanatismo” queriam, por força, “amordaçar” as vozes que se levantavam em favor de uma nova relação entre a fé e o conhecimento. E esse não era um embate fácil porque o enfrentamento se dava

²²⁶ “Idealismo”. *A Seara*, n° 6, novembro/dezembro de 1957. p. 25.

com “forças retrógradas” que, por trás de uma pretensa valentia, escondia “pusilanimidade” e “covardia”. Por esse motivo o texto parecia pouco otimista com o cenário presente, daí a referência ao futuro, às gerações posteriores que poderiam colher os “molhos” da luta que se estava travando naquele momento.

Como fica nítido, o indisfarçável teor de insatisfação resultou em um desabafo no qual os “opositores” foram apresentados como *inimigos* na mais abrangente acepção do termo, por isso mesmo dignos de adjetivações que não eram nada comuns em textos de caráter público, ainda mais em se tratando de um periódico de ampla circulação como *A Seara* e que estava oficialmente vinculada à CPAD. De modo que só há uma explicação para essa postura: a atmosfera de disputa que recrudesceu no entorno da revista.

Sem assinatura, sem referência direta a grupos ou nomes e sem mencionar em momento algum que a revista estava sendo alvo de perseguição, o pequeno texto era um encorajado desabafo que expunha uma situação de impasse e é difícil supor que esses acontecimentos não diziam respeito às polêmicas desencadeadas por *A Seara* e ao descontentamento de alguns segmentos do alto pastorado assembleiano pelo direcionamento dado ao periódico.

Se o clima já era tenso, a troca na direção era algo que aumentava as dúvidas sobre o futuro da revista e deixava o redator-secretário em situação de vulnerabilidade. Restava saber se o novo diretor tinha as mesmas convicções de seu antecessor, João Pereira de Andrade Silva, e se estava disposto a encarar os opositores em nome do alinhamento assumido pela revista desde seus primeiros números.

A primeira edição do ano de 1958, correspondente aos meses de janeiro e fevereiro, não apresentou nenhuma indicação de mudança na revista nem mesmo qualquer anúncio de que havia a intenção de se realizar alteração nas diretrizes do periódico. Ainda tendo Joanyr de Oliveira como redator-secretário, o editorial da referida edição novamente cobrava maior participação dos fiéis em postos estratégicos da sociedade de modo a aumentar a influência dos evangélicos nos rumos da nação. *Nossa responsabilidade* foi o título escolhido para o texto que vinha mais uma vez sem registro autoral e seguia a mesma linha argumentativa do editorial publicado na edição anterior (*Guilhotina para os evangélicos?*).

2.2.4) “Nossa responsabilidade: orar, evangelizar e legislar”

No editorial *Nossa responsabilidade* o alvo era a juventude que estaria, por suas práticas, seguindo o “caminho da delinquência”, uma situação que havia sido reportada,

inclusive, pela reportagem de uma gazeta secular, não especificada, editada no Rio de Janeiro. Esse quadro foi descrito nos seguintes termos:

Determinada gazeta, que no Rio se edita, elaborou, em edição recente, longo comentário em torno do modo como se vem conduzindo nestes últimos tempos a nossa mocidade, alheia a tudo quanto seja sério e racional, e, de maneira incrivelmente trágica, se embrenhando no caminho da delinquência. A descrição dos “festejos” pelos môços e môças (há exceções; são, porém, em número muitíssimo reduzido) promovidos, apresenta-nos um quadro horripilante, e seria de todo impossível nela (descrição) por fé, não estivéssemos absolutamente certos de que o homem sem Cristo tende geralmente à frouxidão da personalidade, mórmente agora quando tôdas as circunstâncias concorrem para isso”. Ensina-nos a Bíblia Sagrada, na palavra do diligente apóstolo dos gentios, que “as más conversações corrompem os bons costumes”. Pode, à princípio, parecer imprópria a esta altura a citação da admoestação do apóstolo Paulo; desenvolveremos, porém, o tema, e ficará perfeitamente justificado o seu aparecimento, aqui. “As más conversações...” E o que é que ouvimos, a todo instante, pelas repartições, pelos escritórios, pelas vias públicas, pelas condições? O ‘germem da corrupção, proliferante, em forma de discussões violentas, que versam sobre futebol, sobre – o que é pior – as coisas mais indecorosas. E os bons costumes se vão naufragando no oceano ascoso de expressões impuras, e a impudícia toca os seus clarins, vitoriosa. Não é pessimismo de nossa parte – é amor à verdade. A geração que integramos, urge, portanto, levar-se a influência regeneradora que chegou a nós, crentes no Evangelho, seguidores do Mestre, por intermédio da Palavra de Deus. E não deve ficar apenas em palavras, em idealismo. Mister se faz a participação de tôdas as forças evangélicas, concentradas, resolutas, num movimento expontâneo, ducidido a salvar o país dêste mar de lama. Mas, como? inquirir-se-á por certo. A resposta facilmente se pode formular: incentivando irmãos, a fim de que se credenciem para se elevarem às cátedras, à imprensa secular, aos parlamentos. Todos nós conservamos indeléveis em nossa personalidade a influência de um ou de vários mestres; os jornais sensacionalistas e indecorosos teriam outra orientação se cristão verdadeiros fôssem os seus redatores e aquêles que os dirigem; nossas Casas Legislativas não teriam “cadilacs” ligados à sua história, das tribunas não se ouviriam infâmias, a Bíblia seria lida (como faz o Parlamento Britânico) e reconhecer-se-ia a inutilidade, a afronta a Deus que constituem os crucifixos afixados às paredes das Câmaras. Não cremos em que tudo esteja irremediavelmente perdido. Confiamos em que, se contribuirmos com nossa parte, não permitirá Deus venham as amarguras que o Brasil esta fadado a sofrer, como consequência da indiferença com que seus filhos se defrontam aos supremos interesses da nação, e, o que é mil vêzes mais perigoso, em razão do desprezo e até da blasfêmia com que recebem a mensagem da Cruz. Oremos pela mocidade do Brasil; genuflexos, roguemos a Deus pelo futuro do nosso país (não sejamos egoistas nos contentando em saber que já nos espera a Jerusalém Celestial), tudo façamos no sentido de que a influência dos Evangélicos venha a ser uma realidade – só assim haverá novas diretrizes e possibilidade de salvação.²²⁷

Até o ponto em que demonstra preocupação com os jovens o editorial não destoava do pensamento geral da igreja, pois essa década foi rica em mudanças comportamentais por parte dos jovens que eram muito mal vistas por diversos segmentos da sociedade e, obviamente, pela AD. Paulo Sérgio Carmo, ao analisar a juventude nos anos 1950, destacou que a classe média brasileira assimilava nos “anos dourados” padrões de comportamento

²²⁷“Nossa responsabilidade” (editorial). A *Seara*, n° 1, janeiro/fevereiro de 1958. p. 03.

vindos de fora do país. Surgiu aí, fortemente inspirado no estilo de vida estadunidense difundido por meio do cinema, o “novo rebelde”, com mudanças de valores, hábitos e modos de agir. Marlon Brando e James Dean simbolizavam uma juventude com novos modelos de comportamento e que se sentia incompreendida pela “sabedoria adulta”, considerada incapaz de entender quais eram as novas demandas do público jovem. Como detalha Carmo, nos anos 1950:

O rock cativava um público jovem que começava a fazer desse tipo de música a expressão de seu descontentamento e revolta. É a chamada juventude transviada, com suas gangues, motocicletas, revolta contra os professores em sala de aula. Já começava a delinear-se uma consciência etária alimentando a oposição jovem/não-jovem.²²⁸

Interessante é a proposta de interferência que foi defendida como eficaz no enfrentamento do “problema” de conduta dos jovens. Não se fala somente em intensificar os serviços de evangelização ou em estimular as campanhas de oração. O que vemos são propostas *práticas* consideradas capazes de superar o plano das “palavras” e do “idealismo”. Como se pode depreender da leitura da transcrição, a proposta central do editorial era que os evangélicos assumissem posições estratégicas, como professores, como agentes da imprensa secular e como *parlamentares* para combater as práticas consideradas pecaminosas que eram tão prejudiciais aos jovens.

Essa proposta não correspondia, no entanto, ao entendimento geral de ação do pentecostalismo quando o que estava em pauta eram os “pecados” praticados pelos chamados incrédulos. Se havia pecadores, o caminho costumeiro era o da oração articulado com os trabalhos de evangelização e não o incentivo para que do alto de postos de mando o fiel viesse a influir na vida dos que ainda viviam fora dos preceitos considerados adequados pela AD. Ao enveredar para esse percurso inovador, na prática, o corpo editorial de *A Seara* mais uma vez dava provas de que tudo o que fora dito a respeito do caráter evangelístico da revista no primeiro número não passava de mera retórica.

²²⁸CARMO, Paulo Sérgio. *Culturas da rebeldia*. A juventude em questão. São Paulo: Editora SENAC, 2001. p. 32.

2.2.5) Túlio Barros Ferreira e as “Novas Diretrizes” para *A Seara*

Demorou alguns meses, mas a chegada de Túlio Barros Ferreira à direção do periódico colocou fim nesse ciclo de editoriais considerados polêmicos, iniciando um novo momento em que a revista deixaria de fomentar o debate de assuntos controversos para se dedicar aos serviços de evangelização e de instrução doutrinária e teológica. O anúncio das mudanças foi feito por meio de editorial, ironicamente no mesmo espaço utilizado para alavancar discussões de temáticas que antes de *A Seara* ficavam circunscritas, quando muito, às reuniões das Convenções Gerais. O título escolhido para esse editorial tão emblemático na história da revista – “*Novas diretrizes*” – traduzia por si só a intenção de mudança que foi expressa nas seguintes palavras:

NOVAS DIRETRIZES

Desde que os passos iniciais empreendemos, com esta revista, vem sendo nosso cuidado especial o não deixar de atentar, com a maior consideração, às sugestões dos leitores, e é com subida honra que os atendemos, desde que haja condição para tal. O programa d'A SEARA, ainda que não explicitamente apresentado, de maneira tática o tem sido através dos nossos editoriais, das secções, enfim de toda a matéria que inserimos em cada número. As diretrizes, nô-las forneceu o ínclito Conselho da Casa Publicadora e nos mantivemos sempre com a maior fidelidade a elas. Notas e assuntos sociais, literatura, questões não estritamente doutrinárias é que estavam sob nossa competência. Ninguém há de ter argumentos bastantes para nos dissuadir de um princípio, já repetidamente referido aqui: o leitor é quem determina, limitamos a pôr em execução aquilo que êle nos sugere. Evidentemente há limites, há limitações muito naturais e que se afastadas fôssem transmutariam tudo em confusão medonha. A grande maioria daqueles que nos lêem, os pastôres sobretudo, vêm-se dirigindo à Direção da A SEARA e à sua Redação, sugerindo imprimirmos a ela um caráter mais evangelístico, conservando porém as suas características de publicação social, alvo, enfim, a que ela veio após longos anos de espera, em nossa comunidade. Dirigimo-nos por carta a alguns leitores e entre as respostas é digna de especial destaque a do pastor Elizeu Queiroz, de Votuporanga, São Paulo. Entre outras apreciações, diz-nos: “...Por conseguinte, deve haver n'A SEARA evangelismo e doutrina; que seja a teologia a parte principal e mais abundante mas não deve desaparecer por completo a parte literária, educacional e cultural. Isso seria reabrir uma grande lacuna em nossa denominação e deixá-la sofrendo de enorme carência.” Assim, em perfeita harmonia com o ponto de vista da mór parte dos leitores, tornar-nos-emos mais evangelística e de doutrina, sem deixarmos, todavia, de olhar para os problemas sociais e culturais. Pastôres hão de manter secções doutrinárias, inserir artigos sôbre evangelização em nossa revista. Um grande setor de nossa comunidade, até então prejudicado, passará, dessarte, a ser atendido e a retração de algumas igrejas e irmãos terá a sua razão de ser inteiramente superada. E vamos avante para outras conquistas em prôl da literatura evangélico pentecostal. Esqueçamos por um instante o deprimente atrazo da revista, que tanto nos é amargo e humilhante, esqueçamos que é problema apenas solúvel com a aquisição de novas máquinas para nossas oficinas. Sejam os otimistas e sejam sempre confiantes num amanhã mais florido do que o ontem, num porvir pleno de maiores vitórias que o

passado. Acima de tudo meditemos em que esta obra é do Senhor: não poderá deter-se nunca!²²⁹

É interessante que se perceba que a proposta de mudança foi justificada como uma medida que atendia às demandas dos leitores que, de acordo com o editorial, de fato, “determinavam” qual seria o modelo adotado pelo impresso. É também significativo o esclarecimento de que tudo o que era publicado, especialmente editoriais, seções e matérias seguiam com “fidelidade” as diretrizes do Conselho da editora e que, portanto, os assuntos que foram trazidos à discussão pela revista não representavam um ato de insubordinação, nem mesmo de perda de controle por parte da CPAD sobre uma publicação editada oficialmente com o timbre da casa editorial da AD.

Em uma instituição em que a hierarquia e a observância às normas eram tão valorizadas, qualquer suposição de perda de controle sob os impressos poderia desestabilizar não só a CPAD como causar grande impacto na alta liderança representada pela Convenção Geral. É preciso ter em mente que a editora oficial funcionava como voz autorizada, como mediadora primordial na coesão identitária da igreja²³⁰ e, como tal, tinha de zelar para que nenhum tipo de querela, ainda que elas existissem, ficasse evidenciada aos olhos dos leitores e, sobretudo, do pastorado.

É aí que estava o problema de *A Seara* com sua disposição de tratar de assuntos que dividiam opiniões e ainda tomar partido sobre esse tipo de questão, na maior parte das vezes restrita aos debates convencionais. O caso da política é, nesse sentido, flagrante. Daí a proposta de uma “nova diretriz” que acalmasse os reclames dos segmentos insatisfeitos com a postura assumida pela revista em seu primeiro ano de circulação. Os pastores eram, pelo que informa o editorial, os que se demonstravam mais insatisfeitos e pediam que a revista assumisse um caráter mais “evangelístico” e “doutrinário”, sem, contudo, perder sua característica de periódico que privilegiava “assuntos sociais”.

O texto informava que algumas cartas foram enviadas a pastores para colher opiniões sobre a revista e deu destaque a resposta do pastor Elizeu Queiroz da cidade de Votuporanga/SP (a mesma cidade do jovem tipógrafo Américo Davanzo) que via a necessidade de a revista dar maior espaço a assuntos de evangelização e instrução doutrinária.

²²⁹“Novas Diretrizes” (editorial). *A Seara*, n° 2, março/abril 1958. p. 05.

²³⁰ENCARNAÇÃO, Maria. Amélia Dantas. *Imprensa Pentecostal e produção de uma identidade religiosa*. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro (RJ), 1999.

A teologia deveria ser, para o referido pastor, a “parte principal e mais abundante”, mas sem deixar desaparecer os tópicos literários, educacionais e culturais.

De acordo com o editorial, a resposta de Elizeu Queiroz sintetizava o que a maior parte dos leitores cobrava da direção da revista. Todavia, essa informação entra em colisão com o que vinha sendo propagado anteriormente, como no já mencionado editorial de comemoração do primeiro aniversário de *A Seara* em que se dizia: “*porquanto a cada número de nossa revista se avolumam os pronunciamentos incentivadores dos esclarecidos ministros da nossa igreja, bem como da parte dos leigos, humildes e cultos, operários e estudantes, crianças, irmãos jovens, irmãos na idade provecta*”²³¹; ou mesmo na nota de boas-vindas a Túlio Barros em que se afirmou com todas as letras que a revista tinha o “*apôio da maioria esmagadora dos (...) pastôres e demais membros em todos os recantos do Brasil*”²³².

Essa incongruência aponta que *A Seara* dividia opiniões, mas que a opinião do grupo de insatisfeitos estava preponderando sobre o ponto de vista daqueles que davam apoio ao modo como a revista vinha se apresentando ao público leitor. O editorial assumia, de fato, que a revista estava mudando e explicitava quais eram essas mudanças: “*tornar-nos-emos mais evangelística e de doutrina, sem deixarmos, todavia, de olhar para os problemas sociais e culturais*”²³³.

Essa proposta, note-se, dava a entender que, até então, *A Seara* não vinha cumprindo essa dupla função tão central para a igreja: evangelizar e doutrinar. Contudo, há um interessante pormenor nesse raciocínio que não pode ser desconsiderado. Deve-se recordar que, desde seu primeiro número, os editores de *A Seara* deixaram bem claro que não se queria fazer de *A Seara* uma revista teológico-doutrinária, função exercida pelo jornal *Mensageiro da Paz*, mas nunca negaram a função evangelística que ela deveria ter. Mas esse é um aspecto por demais complexo porque extremamente subjetivo. Como mensurar se a revista estava ou não cumprindo seu papel de evangelizadora? Será que somente por meio da análise do conteúdo ou a própria circulação já seria o bastante para colocá-la como uma propagadora do evangelho? E sobre o aspecto doutrinário, por que tanta insistência nesse tema se a igreja já possuía um jornal que há anos vinha cumprindo essa função?

De todo modo, o certo é que a revista, por obra do novo diretor, estava passando por uma grande mudança na sua concepção editorial com o objetivo de ajustá-la aos padrões

²³¹“Um ano de vida” (editorial). *A Seara*, n° 5, setembro/outubro de 1957. p. 03.

²³²“Novo diretor”. *A Seara*, n° 6, novembro/dezembro de 1957. p. 02.

²³³“Novas Diretrizes” (editorial). *A Seara*, n° 2, março/abril 1958. p. 05.

praticados pela CPAD, padrões esses que *A Seara* em vários momentos desconsiderou, ora de forma velada, ora de maneira explícita. Essas alterações, contudo, não resultaram na imediata demissão do redator-secretário Joanyr de Oliveira, elemento reconhecidamente engajado na proposta editorial que se queria ver superada. Joanyr ainda foi apresentado como redator-secretário no emblemático número de março/abril de 1958 que tinha como abertura o editorial *Novas Diretrizes*.

A essa altura dos acontecimentos o desconforto do jovem Joanyr com o desmonte que estava em curso era insuportável, mas não havia nenhuma chance real de reverter as manobras de Túlio Barros contra o projeto editorial primeiro de *A Seara*. Restava-lhe, tão somente, marcar presença no interior da revista, aproveitando-se de umas poucas aberturas, pois as concorridas linhas dos editoriais já estavam, nesse momento, congestionadas para as suas polêmicas propostas.

Foi o que ocorreu com o pequeno texto intitulado *O político* que expressa muito bem a renitência do redator-secretário em abordar tão esquiva temática. Em poucas linhas que ocupavam, para ser mais exato, uma coluna vertical de meia página o texto propunha, em forma de crônica, chamar atenção de todos os membros e pastores para aqueles indivíduos que, imbuídos do interesse político, aproximavam-se das igrejas e eram capazes, até mesmo, de se passar por membros efetivos das congregações, esperando, com isto, sucesso nas urnas pela força do sufrágio da irmandade. Acompanhemos a descrição:

O político

Eufórico e a derramar sorrisos, chegou o homem ao templo. Conduzia-o um membro de destaque na Congregação. Que buscava elê? Salvação em Cristo? Bem, o dito visitante “confessava-se” possuidor de felicidade nunca dantes em sua vida experimentada. “Momento feliz êste, em que pela vez primeira penetro numa igreja protestante” (êles só falam “protestante”, nunca evangélica), etc, etc., etc... “Os crentes mais ingênuos fitavam-no extasiados: – “que bênção!”. Doravante vou ser crente das Assembléias”, continuou, e ergueu a mão clara e gorducha, assim como fazem os que aceitam a Jesus nas igrejas ao dar sinal público de sua decisão. Eu observava as coisas assim a São Tomé, ainda que o estivesse a ver presente a tôdas as principais reuniões no templo. 3 de outubro chegou, finalmente. Êle ia certo da vitória. Os “irmãos” iriam, em massa, sufragar o seu augusto nome. Contudo, não foi eleito... e nunca mais apareceu. Os crentes ficaram decepcionados, chocados com aquela história de ser evangélico, irmão, somente quando se deseja votos. Alguns tiveram apenas a confirmação do que suspeitavam. Conheciam êsses os característicos das ovelhas estranhas ao santo redil. Diz a bíblia que os filhos das trevas são mais sábios que os filhos da luz. A simplicidade daqueles bondosos irmãos (a maioria) confirma plenamente esta verdade. Atentai, irmãos, atentai, pois a história relatada se repete sempre que se aproximam as épocas de eleições. Não seria mais justo e sábio enviar aos parlamentos crentes a representar crentes?²³⁴

²³⁴“O político”. *A Seara*, n° 2, março/abril de 1958. p. 13.

A conclusão mais uma vez, como fica evidente, é que as igrejas deveriam, para fugir do risco de serem enredadas por figuras temporãs, ter os seus próprios candidatos selecionados entre o corpo de membro de cada congregação; algo que sem dúvida parece bem óbvio, não fosse, como sempre, o dissenso sobre essa aproximação entre a igreja e o cálculo político-partidário.

Mas essa seria a última tentativa de aviar o debate sobre esse tema, visto que temos nesse modesto texto um marco importante que sinaliza o encerramento de uma fase em que a participação da AD na política partidária ganhou lugar de destaque em um periódico institucional. Premido por um concurso de fatores que em tudo ia contra sua permanência na editoria de *A Seara*, Joanyr se viu compelido a deixar seu cargo em junho de 1958, em um evento que, se não foi capaz de abalar sua fé, certamente representou um grande trauma em sua trajetória religiosa, como membro da AD, e também no plano pessoal, como militante das letras e da imprensa. Ele deixou seu posto profundamente contrariado e decepcionado com a iniciativa da nova direção, como ficou explícito em sua autobiografia na qual os opositores de *A Seara* foram chamados de “*ultra conservadores ‘Feras’*”. Sobre o episódio de sua demissão forçada, ele assim relatou:

A reação dos fanáticos ultra conservadores, tímida a princípio, foi recrudescendo, a “alcunha” de batista (por defender congresso de jovens e educação teológica) e de comunista (pelos que desenterravam sem piedade meu passado e propugnavam sempre por posições antimudancistas) foi ecoando e, por fim, me desestabilizou, apesar das tiragens que colocavam o periódico como o maior dos congêneres em nosso país (...) fui coagido pelo pastor Túlio Barros Ferreira, de São Cristóvão, sucessor do professor João Pereira, a deixar o cargo de editor, em favor de Alcebiades Pereira Vasconcelos, fraternal amigo do novo responsável pela editora. A perseguição era insuportável, e, a esta altura, eu não contava com ninguém que me desse cobertura. Como Amós, só tinha a lamentar o “não ser filho de profeta”.²³⁵

A indignação assomada no relato do ex-redator-secretário de *A Seara* tinha razão de ser, pois todas as esperanças depositadas na revista – como um espaço onde as letras dos pensadores pentecostais convergiam em nome de algumas importantes mudanças no modelo pentecostal assembleiano – foram por terra em apenas dois anos. À deriva num oceano de críticas e sem o apoio do amigo e protetor João Pereira de Andrade e Silva, Joanyr teve de aceder ao “convite” feito por Túlio Barros para deixar, em junho de 1958, seu cargo em favor do pastor Alcebiades Pereira Vasconcelos que, juntamente com um funcionário da CPAD chamado Emílio Conde tomaria a condução da revista. As palavras de Joanyr não deixam

²³⁵OLIVEIRA, Joanyr de. *Memorial do sobrevivente*. Autobiografia e poemas. Brasília: ALB, 2008. p. 30-31.

dúvidas quanto ao peso das “injúrias” a que ele foi submetido, tendo de se defender de acusações sobre sua postura “batista” e tendo de suportar a pecha, ainda pior, de que era um “comunista”.

No já mencionado *e-mail* enviado para o autor desta tese nos meses que precederam seu falecimento, Joanyr de Oliveira deixou extravasar toda sua mágoa utilizando-se de adjetivos aos quais dificilmente poderia recorrer caso estivesse redigindo um texto de caráter formal. A Túlio Barros, por exemplo, referiu-se como um indivíduo de “espírito politiqueiro e mau” que o hostilizou nos últimos tempos em que esteve na redação de *A Seara*:

Por isso e por outras [mencionando as propostas incutidas em *A Seara*] o espírito politiqueiro e mau de um agrônomo-pastor chamado Túlio Barros Ferreira que depois de muita hostilização levou-me a deixar a revista que, desde o primeiro número, foi a de maior tiragem entre as congêneres). Com o coração partido, deixei aquela trincheira contra o obscurantismo.²³⁶

Nesse mesmo *e-mail* Joanyr também lembrou das perseguições encampadas por uma poderosa figura da CPAD, o escritor Emílio Conde que era um respeitado funcionário da Casa editorial assembleiana. Segundo Joanyr, após a saída de João Pereira de Andrade e Silva do cargo de diretor da CPAD, Conde passou a “boicotá-lo”: “*Eu era boicotado [por] Emílio Conde, figura exponencial entre os ultraconservadores, que teria impedido a circulação da revista se pudesse. Ele nunca colaborou, com uma linha sequer para o periódico, durante minha gestão*”.²³⁷ Mal podendo se haver com o diretor Túlio Barros, esse relato inédito mostra que o novato Joanyr teve de encarar ainda a antipatia que lhe nutria Emílio Conde, um dos mais proeminentes nomes da CPAD à época. Em tais circunstâncias, não é de admirar que tenha sido tão rápida sua queda.

Todas essas desventuras, no entanto, foram pedagógicas ao “foca” Joanyr. O entusiasmo se transformou em frustração e o jovem, outrora disposto a fazer carreira na imprensa, cedo descobriu que as entranhas da redação de um periódico, mesmo sendo confessional, eram bastante complexas; um ambiente de impetuosos embates em que “companheiros” poderiam virar verdadeiras “feras” na busca pela manutenção dos espaços de mando e de influência.

Joanyr de Oliveira se sentiu vítima do fanatismo daqueles que queriam engessar a instituição em fundamentos que, em sua concepção, já se demonstravam desgastados e

²³⁶OLIVEIRA, Joanyr. *e-mail* enviado por Joanyr de Oliveira ao autor desta tese em 03 de agosto de 2009.

²³⁷OLIVEIRA, Joanyr. *e-mail* enviado por Joanyr de Oliveira ao autor desta tese em 03 de agosto de 2009.

antiquados. Em sua autobiografia, em claras letras, chamou-os de “fanáticos” e a eles ainda fez questão de apresentar um poema de protesto:

O Fanático

Põe no peito o fanático
um nervoso tambor,
e supõe que seu surdo ecoar
atravessa triunfal,
sobranceiro,
os umbrais e as janelas dos céus.
Ao ouvi-lo, imaginam os incautos
que Deus mora – e apavora –
distante de nós.
Ao ouvi-lo, turbados se vão
os sofridos (perdidos)
a brumoso horizonte.

O fanático se arma
com palavras de fel,
e ministra as lições
de sua própria cegueira.

O fanático é um engano:
mais desonra que ora
e seu zelo enfermiço
desola – e devora.
Os seus ombros soberbos
rejeitam os fracos,
suas botas esmagam.
Na fachada do templo
– de seu templo –
Está (não escrita), pairando
orgulhosa no ar,
a estreiteza de sua alma:
“O caminho do céu
é só este é só este é só este
– outro nunca,
porque nós, e só nós!
Só nós merecemos”.
O fanático: estuário de dores
– onde, em ninho de ofídios,
Desamores desova.
É o oposto de Cristo
– o Menino, o Cordeiro, o Amoroso –,
que nos diz: “Vinde a mim,
vim buscar e salvar
os que estavam perdidos”.

A usurpar – e negar dia a dia–
A palavra de Deus,
o fanático atordoa as nações
com agudo pavor em suas trevas.

Bondoso Senhor,
vem livrar-nos
das peçonhas letais dos fanáticos.²³⁸

Com a saída de Joanyr de Oliveira, meses depois que seu companheiro de redação João Pereira de Andrade e Silva também havia deixado a CPAD, inaugurou-se um novo momento na controversa trajetória de *A Seara* entre setembro de 1956 e junho de 1958. Encerrava-se, dessa maneira, um rápido mas marcante período da história da imprensa assembleiana no qual o contencioso de ideias tivera espaço como nunca antes havia ocorrido. Breve experiência, é verdade, mas muito reveladora da complexidade do pentecostalismo assembleiano e, por extensão, de sua imprensa.

Olhar para *A Seara* a partir dessa perspectiva, permite que identifiquemos uma multiplicidade de vozes dentro de uma tradição religiosa que tanto valor dava a homogeneidade, exercício que julgamos fundamental, pois como defende Peter Burke²³⁹, a identificação de “vozes variadas e opostas”, da *heteroglossia*, é muito importante na escrita de uma história preocupada em demonstrar os diversos pontos de vista dos agentes envolvidos nos processos históricos. O caso dos “desvios” de João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira nas páginas de *A Seara* nos parece confirmar essa assertiva.

Quanto aos debates em torno da relação igreja/política, eles desapareceriam da revista a partir da demissão de Joanyr de Oliveira, pelo menos no modelo como vinha sendo apresentado aos leitores até então. Todavia, como se sabe, os acontecimentos sociais e políticos das décadas de 1960 e 1970 iriam sacudir o país, seja no contexto pré-Golpe de 1964 ou nos longos anos que se seguiram ao infeliz evento de 31 de março; e os novos editores de *A Seara*, em cenário social e político tão conturbado, teriam de se desdobrar para manter a revista longe de todo um amplo arco temático que remetia à política, sem deixar, contudo, de participar das discussões que eram vistas como de extrema importância. Essa difícil equação haveria de desafiar diariamente o raciocínio dos novos mandatários no decorrer dos anos seguintes.

²³⁸OLIVEIRA, Joanyr de. *Memorial do sobrevivente*. Autobiografia e poemas. Brasília: ALB, 2008. p. 175-177.

²³⁹BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. 2ª. ed. São Paulo, Editora da UNESP, 1992. p. 15.

III

“TUDO NOVO, TUDO MELHOR”: EMÍLIO CONDE E A REDFINIÇÃO DO DEBATE IGREJA/POLÍTICA EM A SEARA (1959-1968)

3.1) Emílio Conde: o “apóstolo da imprensa pentecostal” em *A Seara*

Janeiro de 1959. Já se contavam oito meses que os leitores de *A Seara* estavam aguardando o novo número da revista que deveria ter sido publicado após o exemplar referente aos meses de março/abril de 1958, justo aquele que apresentava a entusiasmada notícia, exposta em editorial, dando ciência de “novas diretrizes”²⁴⁰ para o periódico.

Esses meses todos foram necessários para que a nova direção da revista aprofundasse, com muito cuidado, a reforma editorial iniciada por Tulio Barros a fim de afastar *A Seara* do contencioso promovido pelos fundadores, garantindo, contudo, a manutenção das características que haviam caído no gosto do público leitor, como os tópicos de cultura e as notas sociais, por exemplo. As mudanças começaram pela própria equipe de editoria que, a partir de então, teria a presença marcante de Emílio Conde ocupando a recém-criada função de redator-chefe. Quanto ao jovem Joanyr, a esta altura dos acontecimentos, já há tempo era ex-funcionário da CPAD, restando-lhe a difícil posição de mero expectador do desmonte de parte importante da proposta editorial desenhada por ele e por seu amigo João Pereira de Andrade e Silva para *A Seara*.

A partir daí o nome de destaque de *A Seara* seria o de Emílio Conde que por quase dez anos, entre algumas trocas na direção da revista, manteve-se no cargo de redator-chefe desse periódico. Deve-se dar destaque ao fato de a revista ter reestruturado o seu núcleo administrativo para abrigar o senhor Emílio Conde. Se até junho de 1958 o periódico possuía os cargos de *diretor*, *redator-secretário* e *assistente técnico*, a partir de janeiro de 1959, uma nova disposição das funções deixou a redação de *A Seara* com a seguinte organização: *Diretor*, *redator-chefe*, *redator-secretário*, *assistente técnico*. Essa nova ordenação, que nada tem de casual, merece nossa atenção, pois tinha implicação direta na forma de controle editorial da revista.

²⁴⁰“Novas Diretrizes” (editorial). *A Seara*, n° 2, março/abril de 1958. p. 05.

Note-se que o cargo de redator-secretário, antes ocupado por Joanyr de Oliveira, passou a ser hierarquicamente inferior ao de *redator-chefe*, este sim responsável por referendar o que seria publicado nas páginas da revista nesse novo momento. Ao *redator-secretário* caberia o trabalho de organização e revisão do que a ele chegava depois da devida anuência do *redator-chefe*. Como vimos no relato de Joanyr, apresentado no primeiro capítulo deste estudo, cabia ao redator-secretário a seleção dos textos bem como a revisão e organização do que iria ser publicado. O diretor, pelas atribuições de seu cargo, por certo deveria supervisionar esse trabalho, mas não era possível que ele acompanhasse *pari passu* todas as decisões inerentes ao periódico, pois tinha de responder, cumulativamente, por todas as publicações da CPAD e pelas atividades administrativas da casa editorial.

Daí a importância da figura do *redator-chefe*, um elemento que deveria diminuir a distância entre a direção geral da CPAD e as decisões tomadas no âmbito redacional da revista. Nesse caso, a função de *redator-secretário*, ocupada por Alcebiades Pereira de Vasconcelos, colega do gerente Túlio Barros, destinava-se à revisão propriamente dita do material. Já o cargo de *redator-chefe*, deveria ser ocupado por alguém de extrema confiança e que tivesse compromisso com as propostas de mudanças que se esperava levar a cabo.

Não que a Alcebiades faltassem tais credenciais, mas nos quadros da CPAD o nome de Emílio Conde se antepunha naturalmente a qualquer outro na triagem de possíveis titulares para a distinta posição criada na reforma da revista. Foi, por isso, que Emílio Conde, personagem até então bastante dissociada de *A Seara*, surge com força, pois o referido cargo parecia bem ajustado à sua pessoa: um antigo funcionário de grande reputação na CPAD e festejado escritor de postura reconhecidamente rígida no trato teológico-doutrinário.

Sob a orientação de Conde, a revista outrora pensada como uma via alternativa de discussão de temas polêmicos que não encontravam espaço no jornal *Mensageiro da Paz*, passou por um reordenamento editorial que visava dar ao periódico um acentuado caráter doutrinário e evangelístico. Na prática, essa guinada capitaneada por Conde era uma forma de pôr fim ao modelo que acabou por fomentar debates sobre assuntos que antes não eram considerados prioritários pelos impressos oficiais da AD, como o caso da política. Mas quais eram as motivações de Conde para se antepor à proposta primeira de *A Seara*?

Emílio Conde, o “Apóstolo da Imprensa Pentecostal”, como era conhecido²⁴¹, foi um importante autor do meio evangélico e pioneiro nos trabalhos da CPAD, instituição em que

²⁴¹ Assim ele foi chamado na reportagem de capa do *Mensageiro da Paz* de janeiro de 1971 que informava sua morte. *Mensageiro da Paz*, ano 40, nº 2. Janeiro de 1971. p. 02

atuou entre março de 1940 a dezembro de 1968.²⁴² Vejamos o que diz o pesquisador Gedeon Alencar sobre Conde em dois diferentes estudos de sua autoria:

Emílio Conde (08/10/01-05/01/71) é uma figura ímpar na AD. Poliglota, trabalha com exportação e em hotéis no Rio de Janeiro. Converteu-se na Congregação Cristã do Brasil, representou o Brasil em Conferências Mundiais, e recusou a ordenação ministerial (...). [Walter] Hollenweger diz que ele tinha um doutorado em filosofia na França, no artigo que publica na Revista Simpósio, no.3, de junho de 69, mas quando lança seu livro “El Pentecostalismo”, em 1976, exclui esta informação. Como era celibatário, não há nenhum descendente para confirmar ou desmentir esta informação. Aliás, sobre o mesmo, há diversas histórias, no mínimo *sui generis*, sem comprovação.²⁴³

Conde mereceria uma análise particular, pois é o grande “ideólogo” das ADs, “o representante-mor do Movimento Pentecostal em todos os meios sociais e evangélicos” (...). De estilo completamente diferente do perfil socioeconômico dos demais membros, é um poliglota que trabalha como intérprete no RJ, e um exemplar modelo de “intelectual orgânico”, na expressão Gramsci (...) Foi um leigo – talvez o único até agora – que teve acesso a cargos na diretoria da Convenção, mas nunca aceitou ser consagrado ao pastorado. Escreveu os primeiros livros sobre teologia pentecostal (em 1931, “Pentecoste para todos”), foi representante brasileiro nas Conferências Mundiais Pentecostais de 1946 a 1968, e na Sociedade Bíblica do Brasil, em uma época em que as ADs não participavam de nada fora da denominação.²⁴⁴

Como fica bem evidente nas considerações de Alencar, Emílio Conde é dono de uma trajetória sem par nos meios assembleianos e, como é bastante comum no caso de indivíduos considerados excêntricos, sobre ele há muitos relatos cujas informações não podem ser comprovadas. É bem certo que haja exageros, como no caso do dito doutorado em filosofia realizado na França, mas outros elementos são verossímeis, como a formação autodidata que o levou a aprofundar seus conhecimentos, não só em sua língua materna, como em outros idiomas (inglês, francês e espanhol). Era, indubitavelmente, um homem com grande inclinação à escrita, seus textos espalharam-se durante décadas de atividades por diferentes impressos da AD, além da publicação dos livros *O testemunho dos séculos*, *História das Assembléias de Deus no Brasil*, *Asas do ideal*, *O homem*, *Igreja sem brilho*, *Nos domínios da fé*, *Caminhos do mundo antigo*, *Flores do meu jardim*, *Tesouro de conhecimentos bíblicos* e *Estudos da palavra* (todos publicados pela CPAD).

²⁴²Emílio Conde (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 196-198.

²⁴³ALENCAR, Gedeon Freire de. *Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus: Assembléia de Deus – origem, implantação e militância (1911-1946)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo (SP), 2000. p. 66.

²⁴⁴ALENCAR, Gedeon Freire. op. cit., 2000. p. 25.

Os registros históricos sobre Conde informam que ele nasceu na cidade de São Paulo (SP) em 1901. De extração humilde, filho de João Conde e Maria Conde,²⁴⁵ criado no seio de uma família de origem italiana, teve seu primeiro contato com o pentecostalismo na Congregação Cristã do Brasil, instituição fundada por um italiano e de forte inserção em vilas operárias de São Paulo.²⁴⁶ Sua adesão à Congregação, como membro de fato, se deu em 1919, e foi nessa igreja que ele conheceu o missionário assembleiano de origem sueca Gunnar Vingren por quem, segundo as anotações biográficas oficiais, nutriu grande simpatia.²⁴⁷

Interessante que, mesmo sendo um grande vulto assembleiano, as informações sobre a vida de Conde são bem escassas. Por exemplo, o *Dicionário do movimento pentecostal* de Isael Araujo informa que Conde se mudou de São Paulo para o Rio de Janeiro, mas não indica nem a data nem o porquê dessa mudança. Outro registro que curiosamente não consta nesse mesmo dicionário, é a data de sua transferência da Congregação Cristã para AD, já que esse tipo de informação é tratado como efeméride nos verbetes destinados a outros grandes nomes da AD – na maior parte das vezes exposta em detalhes com indicação do dia, mês e ano do “grande ocorrido”. Mas, no caso de Conde, o registro limita-se apenas em afirmar que ele “passou a freqüentar a Assembléia de Deus na Rua Figueira de Melo 232, em São Cristóvão, pastoreada, na época, pelo missionário Samuel Nyström”²⁴⁸.

Sua admissão oficial no quadro de funcionários da CPAD ocorreu em março de 1940, mas desde 1937 ele dava expediente nessa casa editorial atendendo ao convite do missionário Nils Kastberg que o encontrou trabalhando como intérprete em um restaurante da cidade do Rio de Janeiro. Sua ascensão na CPAD foi muito rápida, em 1939 o *Mensageiro da Paz* já o tinha como seu *redator-secretário* e, em 1947, Conde chegou ao posto de *Diretor* do aclamado jornal assembleiano²⁴⁹.

Deixando de lado as “determinações divinas”, tão próprias das “hagiografias” da AD, a escolha de Conde tinha bastante sentido. É bem verdade que ele não era pastor, credencial

²⁴⁵Não há indicação sobre os pais de Emílio Conde nos livros históricos oficiais da AD, nem mesmo no *Dicionário do Movimento Pentecostal* publicado pela CPAD. Essa informação aqui apresentada encontra-se na carteira profissional de Emílio Conde salvaguardada nos arquivos do Centro de Estudos do Movimento Pentecostal (CEMP).

²⁴⁶MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990. p. 49.

²⁴⁷Emílio Conde (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 196.

²⁴⁸Emílio Conde (verbetes). ARAUJO, Isael de. op. cit., 2007. p. 196.

²⁴⁹“Jornal Mensageiro da Paz” (verbetes). ARAUJO, Isael de. op. cit., 2007. p. 459.

sempre facilitadora de acesso aos postos da editora, mas por certo era bem conhecido entre os assembleianos, afinal de contas, deveria chamar muita atenção dos pastores e dos fiéis aquele homem de 39 anos, dono de admirável cultura geral, fluente em idiomas como o inglês, o francês e o espanhol, autodidata que mergulhava em leituras de teologia, que era celibatário e considerado muito estrito na observância das normas doutrinárias da igreja. Aliás, o fato de ele nunca ter se casado, ao que tudo indica, foi o elemento performático de sua vida.

Emílio Conde era, reconhecidamente, um homem que vivia sob preceitos sacerdotais. Uma vida limitada aos umbrais da AD, não parece exagero afirmá-lo. Em termos pessoais, chamava atenção seu estilo vida simples. Optou por não se casar, contrariando a recomendação do matrimônio incentivado pela AD, e que também era, salvo poucas exceções, exigência para o acesso ao pastorado. Mas ao contrário de ser recriminado por essa opção, Conde tinha nisso um elemento a mais na construção de uma personalidade por todos admirada, como demonstram os seguintes relatos:

Solteiro, constituiu-se a si mesmo em um eunuco por amor à causa que abraçara. Dêste modo, era um ser livre, sempre pronto a viajar quando preciso, a trabalhar até tarde da noite na solidão de um apartamento de hotel, a fim de ter em dia o material que passava sob sua pena impoluta, para as publicações de que era responsável, a mais dos livros que escrevia.²⁵⁰

Emílio Conde foi um servo do Senhor extremamente metódico. Durante todos os anos que morou no Rio somente residiu enquanto tinha saúde em dois lugares. No bairro da Lapa e em Santa Teresa. Sempre vivia sozinho materialmente, os seus companheiros constantes foram os livros e a pena. Escrevia independentemente da estação ou da hora.²⁵¹

Sua figura é sempre descrita como a de um indivíduo que não ostentava o seu conhecimento em público, como alguém despretensioso em relação a cargos na hierarquia da igreja – as narrativas enfatizam muito a sua recusa ao cargo de pastor quando lhe foi oferecido esse ministério, mesmo sem ele haver contraído matrimônio. Atuava em diversas frentes, os livros de história da igreja o apresentam como jornalista, escritor, historiador, compositor e músico. Vivia e pensava a AD e, com isto, logrou grande respeito nas altas instâncias da igreja. As Convenções Gerais, restritas estatutariamente aos pastores, tinham sempre suas portas abertas ao leigo Conde com sua voz que em nada perdia, em termos de autoridade, às vozes dos pastores. Daí sua liberdade em expor suas opiniões com uma autonomia e arbítrio

²⁵⁰Deu-se a si mesmo: Emílio Conde. *Mensagem da Paz*, ano 40, nº 2, janeiro de 1971. p. 02

²⁵¹“Estou pronto, pastor”: Emílio Conde e Seus últimos momentos entre nós”. *Mensagem da Paz*, ano 40, nº 3, fevereiro de 1971. p. 08.

impensáveis para um leigo na hermética hierarquia assembleiana.²⁵² O trecho a seguir, retirado de um livro originalmente publicado na década de 1930, revela alguns traços de sua forma de pensar:

Enquanto os homens dizem que as maiores necessidades de hoje são: mais organização, novos métodos de pregar, melhores templos, bons pregadores, muito dinheiro, bons cantores, grandes seminários, ótima propaganda e relações na sociedade, nós dizemos que a igreja precisa, na atualidade, mais poder do Alto, mais dons espirituais; precisa mais da palavra de Sabedoria, palavra de Ciência, de Fé, dons de Curar, operações de Maravilhas, Discernimento dos espíritos, Linguas e interpretação (I Cor.13:8-10). O Evangelho não precisa ser modernizado como pensam alguns precisa, sim, ser pregado pelo poder e direção do Espírito Santo (o mesmo do Pentecostes), pois só Este pode explicar ao homem a simplicidade deste Evangelho, que não precisa modernizar-se para ser adaptável.²⁵³

Dessa amostra se pode deduzir o que pensava o homem que por quase dez anos esteve no comando de *A Seara*. Emílio Conde era um assembleiano conservador na mais completa acepção do que significava sê-lo para a AD em meados do século XX. Colocava-se como notório defensor de um pentecostalismo genuíno, portanto avesso a qualquer tipo de formalismo; de modo contrastivo, já que era considerado um “intelectual” da igreja, era invariavelmente contrário à institucionalização do ensino teológico e demais protocolos que viessem de encontro à espontaneidade litúrgica dos primeiros anos do pentecostalismo no Brasil. Foi o grande guardião dos preceitos cultivados pela AD desde os seus primeiros anos de criação e nesta posição, na contramão das demandas e pressões de novos contextos históricos, manteve-se firmemente.

Em sua visão, a igreja não deveria estar preocupada com a imagem que tinha dela a sociedade e, embora participasse e fosse entusiasta de iniciativas coletivas como a da Sociedade Bíblica do Brasil²⁵⁴, extremava-se na luta contra qualquer forma de abertura interdenominacional, postura expressa em muitos de seus livros e artigos nos quais não havia floreio nas críticas a outras instituições evangélicas.

A visão teológico-doutrinária calcada na separação igreja/mundo e defensora do rigorismo moral, tinha em Emílio Conde um leal defensor. Nos seus escritos, sempre matizados por um forte *apocalipticismo*, Conde não se cansava de apontar a transitoriedade da

²⁵²Na sessão do dia 25 de outubro da Convenção Geral de 1946, por exemplo, Emílio Conde teve uma efetiva participação nos debates sobre a criação de dependências próprias para a CPAD. Ver: *HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 239-241.

²⁵³CONDE, Emílio. *Pentecoste para todos*. Rio de Janeiro: CPAD. 5ª Edição. S/D. p. 24-25.

²⁵⁴GIRALDI, Luiz Antonio. *Semeadores da palavra*. Personagens que tiveram participação decisiva na divulgação da Bíblia no Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2015. p. 211-226.

igreja na Terra, defendendo que o cristão verdadeiro não deveria se preocupar com um *mundo* já condenado à perdição. Nada poderia esperar o crente em vida, senão sofrimento, que na sua concepção era algo inerente à condição cristã mesma:

Que esperais encontrar na estrada da vida cristã? Flores? Glória? Honra? Riqueza? Bem estar? Acaso pensais que, na frente de batalha há perene alegria e banquetes sem fim? Não sabeis que os cristãos são soldados do Senhor, e que como soldados tem que lutar para viver? Quem vos apontou este mundo como recanto de paz? Se ainda não percebestes a vossa condição despertai e vede que estais em pleno campo de luta espiritual, onde se fere a gigantesca batalha entre as forças do mal e os exércitos do Senhor, e que a única alternativa é lutar a tempo e fora de tempo para alcançar a coroa da vida. Lutar para viver, aceitar o desafio com altivez e enfrentar os perigos da jornada foi a tarefa imposta à Igreja do Senhor em todos os tempos. Lembrai-vos de que o povo de Deus nos primeiros séculos teve as catacumbas por moradas, a fim de poder sobreviver. Aceitou o desafio dos inimigos, não capitulou ao primeiro decreto de um rei ímpio. Guardou a fé. Preferiu carregar a cruz da perseguição a fazer negócios de Judas. Escolheu a senda espinhosa e agreste do desprezo, a um conluio ímpio e satânico. Corajosamente atirou-se à luta para vencer e, vencendo, viveu. Acaso o Evangelho não declara quão grandes são os perigos, as desvantagens materiais e os sofrimentos a que estão expostos os seguidores de Jesus? Que prometeu Jesus aos discípulos que desejassem segui-lo? Acenou-lhes com vantagens ou apontou-lhes a cruz?²⁵⁵

A citação acima, retirada do famoso livro *Nos domínios da fé* de autoria de Emílio Conde, é um índice que sumaria um modo bastante rígido de pensar a vida cristã. As exortações que ali se leem, sem quaisquer volteios, apontam para uma via inescapável de aflição a todos os que assumissem o evangelho em sua completude. Como aparece descrito, nada de flores, glória, honra, riqueza, bem-estar, deveriam esperar os crentes que, como soldados, tinham de lutar diariamente no campo de batalha em que estavam as forças do mal e o “exército do Senhor”. Essa interpretação fundamentava-se na ideia de que o cristão tinha que virar as costas para tudo o que pertencesse ao mundo, pondo-se como um peregrino a caminho do Céu. A vida celestial era sua meta, seja pelo arrebatamento da igreja ou pelo fim de sua vida no plano terreno.

Difícil traçar com segurança os caminhos que levaram Emílio Conde a ser essa figura que assumiu um modo de vida tão singular e que desenvolveu uma visão teológica e doutrinária tão austera, mesmo para os padrões assembleianos. O fato é que, em 1956, quando da fundação da revista *A Seara*, ele já era um antigo funcionário da CPAD, um dos nomes mais importantes da cúpula assembleiana e um grande “ideólogo da AD”, como o denominou

²⁵⁵CONDE, Emílio. *Nos domínios da fé*. Rio de Janeiro: CPAD. S/D. p. 35. Disponível em: <http://ebooksgospel.blogspot.com.br/>

Gedeon Alencar²⁵⁶. Mesmo assim, o seu nome, que tanto poderia contribuir com o novo periódico em termos de legitimação, aparece completamente dissociado do projeto de *A Seara*.

É mesmo revelador esse afastamento de Conde. Um verdadeiro militante da imprensa assembleiana deveria se entusiasmar com a proposta de criação daquela que seria a primeira revista da AD. Contudo, o que se deu foi exatamente o contrário. Na primeira edição Emílio Conde foi até citado em algumas reportagens, de forma sempre elogiosa. Em uma delas, em que foi apresentado como escritor e diretor do jornal *Mensageiro da Paz*, ele chegou até a ser chamado de “líder da intelectualidade das “Assembléias”²⁵⁷. Mas não passa disso. No editorial de fundação, no qual queria-se demonstrar o irrestrito apoio à iniciativa de publicação daquele periódico, nenhuma menção há a Emílio Conde e no decorrer das demais edições da revista sua participação foi bastante restrita. Se ele era, de fato, como a própria reportagem afirmava, um líder da “intelectualidade assembleiana”, essa disjunção entre o seu nome e o festejado projeto de *A Seara* era algo de se estanhar.

Mas esse afastamento na verdade revela uma estratégia dos editores de *A Seara*, pois um perfil como o de Conde era tudo o que João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira queriam manter afastado da editoria de uma revista pensada para “arejar”²⁵⁸ mentes. De fato, se confrontarmos as verdadeiras propostas editoriais de *A Seara* com os posicionamentos defendidos por Emílio Conde, fica evidente que a nova revista era um libelo contra as concepções do “apostolo da imprensa pentecostal”, o que ajuda a compreender o motivo de Joanyr de Oliveira ter se referido a Conde, em sua autobiografia, como “*figura excepcional entre os ultra-conservadores*”²⁵⁹.

Por essa razão, Andrade e Silva e Joanyr, não podendo ignorar por completo o rígido diretor do *Mensageiro da Paz*, procuraram mantê-lo numa distância de segurança. Decerto não podiam imaginar que em pouco tempo o senhor Emílio Conde, justo ele que pouco sinais de simpatia dava à novata revista, acabaria sendo o grande mandatário de *A Seara* e o responsável pelo seu reordenamento editorial.

²⁵⁶ALENCAR, Gedeon Freire. *Assembleias Brasileiras de Deus: Teorização, História e Tipologia* – 1911-2011. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012. p. 25.

²⁵⁷“A Casa Publicadora em Ação”. *A Seara*, nº 01, setembro/outubro de 1956. p. 21.

²⁵⁸OLIVEIRA, Joanyr. *Antologia pessoal* – 7. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 20.

²⁵⁹OLIVEIRA, Joanyr de. *Memorial do sobrevivente*. Autobiografia e poemas. Brasília: ALB, 2008. p. 31.

3.1.1) Emílio Conde e as novas diretrizes editoriais

Como já foi demonstrado, o projeto de *A Seara*, em seus dois primeiros anos de circulação, ia de encontro às concepções de Emílio Conde, por isso mesmo, em lhe chegando a oportunidade de assumir um cargo estratégico na redação do periódico, ele não se ressentiu em impor seu estilo. Ao assumir o controle da revista buscou ajustá-la, de fato, ao sentido expresso no nome que havia sido escolhido pelos fundadores do periódico, dando-lhe uma tônica eminentemente evangélico-doutrinária em contraponto à linha seguida por João Pereira e Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira.

Assim, Emílio Conde, mostrando-se muito determinado em levar a efeito tais reformas, fez questão de pôr às claras luzes que a revista passaria por mudanças e como não eram de seu gosto as meias palavras, sentenciou em editorial que naquela edição o leitor encontraria *tudo novo, tudo melhor*:

Tudo Novo Tudo Melhor

Com êste número de A SEARA, que o leitor tem em mãos, inicia-se a nova fase de circulação desta revista, que, por circunstâncias várias, teve sua publicação prejudicada e tumultuada. A Direção de A SEARA, após longos e profundos estudos, traçou nova orientação para a mesma, imprimindo-lhe nova e melhor feição, e, ao mesmo tempo, acrescentando-lhe novas, instrutivas e inspiradoras secções, que faltavam para completar-lhe o programa que todos desejavam. O leitor, observador e atento, após a leitura do exemplar que tem diante dos olhos, notará que, agora, tudo é novo, tudo é útil, tudo está bem ordenado e disposto, enfim, tudo é melhor, inclusive os propósitos que orientam, baseados nos princípios divinos de servir, orientar, instruir, e, principalmente, mostrar o caminho que conduz à vida eterna, isto é, a Cristo, o Salvador. Não poderia esta revista, tratando-se de publicação evangélica, em sua nova fase, omitir em suas páginas, artigos e estudos relacionados com a Palavra de Deus. Quando Jesus declarou que nem só de pão vive o homem, deu, com essas palavras, um novo sentido à vida do espírito, pão que vem de Deus, pão que o Evangelho proclama, faz parte do alimento que esta revista distribue aos seus leitores, através de estudos da Bíblia, o livro de todos os tempos, que estará presente em todos os números de A SEARA. Se, por um lado, a interrupção momentânea privou o leitor de alguns minutos de leitura, por outro lado tem o leitor multiplicadamente compensados êsses minutos, com a nova feição da revista, com a inclusão de novas e utilíssimas secções que instruem o espírito e alegram o coração, pois representam pão para a alma, cultura para o intelecto e orientação para a vida. A enumeração das novas secções que ora se incluem no programa de A SEARA, não quer dizer que as mesmas não possam ser ampliadas e acrescidas de outras. O programa desta revista é de renovação e de progresso, e onde há progresso cabem as novas idéias criadoras do que é bom, útil e belo, que Deus outorga para alegria dos homens e glória do Seu nome. A SEARA circulará trimestralmente, agora com maior regularidade do que no passado.²⁶⁰

²⁶⁰“Tudo novo, tudo melhor” (editorial). *A Seara*, n° 01, janeiro/junho de 1959. p. 02.

Esse editorial é tão importante quanto aquele escrito no número inaugural de *A Seara*, pois nele temos o testemunho inequívoco do fecho de uma iniciativa inédita que prematuramente se esvaneceu; são poucas linhas nas quais podemos notar a planta de um projeto alicerçado nos escombros daquilo que era essencial na revista: abrir um canal de debate sobre posicionamentos tradicionais da AD que pareciam desgastados pelo tempo.

O próprio título do editorial era bastante explicativo do modelo que seria consagrado em *A Seara* nos anos seguintes. Falava-se em uma “nova” e “melhor” revista, mesmo que esses adjetivos representassem, paradoxalmente, a volta a velhas práticas da imprensa assembleiana: rejeição de temas considerados fora dos interesses imediatos da igreja como os doutrinários, evangélicos e teológicos, com forte assento na escatologia. Tudo bem ao gosto, como fica nítido, da rígida postura de Conde.

Na busca por legitimação, o editorial não se resignou em criticar o que vinha sendo feito anteriormente em *A Seara*. As mudanças, resultantes de “longos e profundos estudos”, afirmava-se, teriam levado a uma “nova orientação” em que tudo, além de “novo”, era também “útil”, “bem ordenado e disposto”, com a observância aos “princípios divinos” de “servir”, “orientar” e “instruir”. Destaque para um elemento posto como “principal”: conduzir o leitor para o caminho da “vida eterna”.

Não é difícil imaginar a reação dos antigos responsáveis de *A Seara* ao se defrontarem com essas afirmações que tinham um fundo claramente demeritório. A revista era antes “inútil” e “mal ordenada”? Fugia aos “princípios divinos”? Não “orientava” e não “instruía”? Não dava atenção à “salvação eterna”? É o que parecia pensar o senhor Emílio Conde e sua nova equipe!

Mas nem tudo poderia ser objeto da sanha reformadora de Conde e seus consortes. Convém lembrar que, nesse momento, *A Seara* já possuía um público que estava minimamente habituado ao padrão da revista de modo que, uma alteração abrupta, poderia resultar em uma debandada de leitores e apoiadores e isso era tudo o que não se queria nesse contexto de realinhamento do periódico. Por isso, os editores de *A Seara*, agora literalmente “chefiados” por Emílio Conde, foram cuidadosos na aplicação das mudanças que julgavam necessárias para organizar o espólio da administração Joanyr/Andrade e Silva, impondo-as sem abrir mão de elementos estruturais do periódico que já estavam consolidados no gosto do público leitor.

Por exemplo, a redação manteve a presença das imagens, tanto as ilustrações como as fotografias, da mesma maneira em que foram preservadas as seções e as colunas específicas, como as destinadas ao público infantil e aos jovens, e também, de forma

surpreendente, até o que havia de mais polêmico como as colunas sociais e o recurso à publicidade. A exceção foi o *Correio d' A Seara* que ficaria fora das páginas da revista até o ano de 1960.²⁶¹

O grosso da intervenção, na realidade, estava na opção do novo corpo editorial de retirar de *A Seara* aquela imagem de uma revista “moderna”, aberta a divergentes opiniões e promotora de debates acerca de temas que deveriam estar restritos ao escopo das reservadas Convenções Gerais. Queria-se também ver superado aquele objetivo, tão caro ao projeto primeiro da revista, de concentrar esforços em várias frentes para sobrepujar uma tão cristalizada visão do fiel pentecostal como um indivíduo *ignorante* e apartado da vida em sociedade, até porque essa proposta servia como legitimação para as campanhas em prol de uma maior aproximação da igreja com a esfera política em que se havia metido *A Seara*.

Nesses novos tempos, a lógica editorial era sintética e pontual: nada de textos (especialmente editoriais) inclinados a polêmicas, sortidos de ácidas adjetivações e carregados de provocações em relação às posturas tidas como inamovíveis pelo conservadorismo assembleiano. Nesse mesmo esforço, ainda que a abertura a contribuições de leigos estivesse mantida, não mais seriam admitidas, como vinha ocorrendo nos tempos Joanyr/Andrade e Silva, aquelas de cunho contestatório e/ou voltadas a assuntos que escapavam demasiadamente ao temário teológico/evangelístico/doutrinário.

Desse quadro de mudanças impetradas por Conde e sua equipe fica muito claro que o debate sobre a política não era mais bem-vindo às páginas de *A Seara*. Emílio Conde era, a esse respeito, intransigente. Mas, o trânsito histórico dos anos em que Conde ocupou a função de redator-chefe da revista (1959-1968), marcado por traumáticos eventos políticos que sacudiriam a nação, colocaria esse rigor à prova. O que temos nesse interregno não é pouco:

a) agitada eleição presidencial de 03 de outubro de 1960 que, como era comum naquele contexto, mais uma vez representava um teste para uma democracia ainda muito frágil;

b) vitória de dois candidatos de linha inteiramente opostas; para presidente Jânio Quadros, elemento temporão, pertencente a um pequeno partido, o PTN, carregado ao poder por meio de uma pragmática coalizão com a UDN de Carlos Lacerda; para vice-Presidência

²⁶¹Essa interrupção pode ser melhor visualizada em Quadro 2 disponível no Anexo 4.

João Goulart, vice na chapa encabeçada pelo general Henrique Teixeira Lott e cuja vinculação com o trabalhismo getulista assanhava as mais diversas frentes golpistas daquele período;

c) após uma conturbada gestão, a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, ato que, por si só, já deveria ser traumático, mas que ganhou os contornos de uma crise profunda por colocar na linha sucessória João Goulart, um político que as alas conservadoras acreditavam ser um elemento facilitador para a instauração do comunismo no Brasil;

d) governo de Goulart imobilizado pelo parlamentarismo entre 1961-1963;

e) eleições diretas para governador, para as câmaras estaduais e para o Congresso Nacional em 07 de outubro de 1962, pleito este fortemente marcado pela interferência financeira dos Estados Unidos que irrigou os partidos de oposição por meio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBASE);

f) breve período presidencialista do governo Goulart (1963-1964), interrompido por um violento Golpe que foi orquestrado por forças civis e militares e colocado em prática por estes últimos;

g) os anos iniciais da administração militar em que houve a exasperação da violência por parte do Estado autoritário²⁶², culminando no Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968.

A questão-chave, diante dessa efervescente corrente de acontecimentos, é: como se comportaria a revista *A Seara* sob a liderança de um homem avesso à política como Conde em

²⁶²Nossa preferência, nesta tese, por denominar o modelo de organização estatal imposto pelos militares após o Golpe de 1964 de “Estado autoritário” segue as reflexões de Maria Aparecida de Aquino. Essa concepção resulta de um esforço dessa autora para uma caracterização do regime militar brasileiro que problematize o uso de conceituações amplas como “Totalitarismo” e “Ditadura”, embora ambas se refiram a modelos antidemocráticos. No entender de Aquino, o “Totalitarismo” passou a ser um termo utilizado para distinguir uma forma de governo capaz de articular uma “*estratégia de domínio total*” sobre o povo por meio de mobilizações *da e na* sociedade levadas a efeito por um partido de “massa”. Já o termo “Ditadura” tem raízes históricas mais profundas, remetendo à República romana, daí a importância de se esclarecer a diferença de acepção desse termo na antiguidade e na contemporaneidade. No dizer da autora, na República romana: “*a utilização do termo Ditadura ocorria em situações-limite, mas mesmo assim, encontrava-se, de modo rígido, restrita constitucionalmente. Em caso de grave crise interna ou em situação de guerra, o Senado romano poderia propor a sua utilização – se julgasse a situação incontornável nos parâmetros da normalidade republicana – cabendo aos cônsules – um ou ambos – nomearem um ditador que recebia poderes amplos, mas, mesmo assim, não ilimitados. Havia finalidade definida para a sua nomeação e temporalidade expressa de seu poder: limitado a seis meses. Do conjunto dessas peculiaridades resulta a positividade da concepção quando vista nos moldes da República romana. Era encarado não como ruptura e quebra de regras, mas como parte da normalidade, em períodos de crise e, visto como forma excepcional, mas não ilegítima, de resolução rápida de uma crise incontornável. Contribuía, desse modo, para assegurar a vigência das instituições e preservar as regras políticas definidas de organização da sociedade.*” (AQUINO, Maria Aparecida de. *Mudanças e permanências: ambigüidades do Estado autoritário brasileiro pós-64*. In: AQUINO, Maria Aparecida de; KOERNER, Andrei; SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Elaboração jurídico-penal do passado após mudança no sistema político em diversos países*. Relatório Brasil para o Instituto Max Planck para o Direito Penal estrangeiro. – Freiburg. São Paulo: IBCCrim, 2004. p. 32). Como o acontece com o “Totalitarismo”, a “Ditadura” tem várias conceituações entre os especialistas. Mesmo assim, é possível apontar alguns elementos aceitos pelos estudiosos como característico desse tipo de governo na modernidade. Primeira característica: sua ocorrência depende de uma conjuntura histórica em que largas parcelas da população, em um movimento de ascensão da soberania popular, busquem maior participação no cenário político. Segunda característica (que confere a situação de contradição que é inerente a esse sistema): as “ditaduras” convivem com impasse da necessidade de legitimação de seu poder que é concentrado e transmitido do “alto para baixo” e é devido a essa contradição que muitos regimes ditatoriais buscam formas de contornar esse paradoxo por meio de duas frentes principais: a figura carismática do ditador ou o fortalecimento de um partido que alcance o máximo de aceitação popular. É exatamente devido à complexidade dos usos históricos desses termos que Aquino propõe a conceituação do Estado brasileiro pós-64 como “autoritário”, embora essa conceituação seja igualmente abrangente, sendo possível aplicá-la a todo um conjunto de regime que se contrapõe à ordem democrática. Ainda assim, para Maria Aparecida de Aquino, em face de uma realidade tão “*multifacética, móvel e transitória*” como a do regime militar brasileiro, a designação “Estado autoritário” parece ser mais adequada, pois nela não há a obrigatoriedade da presença de elementos como “um ditador carismático” ou um “partido de forte apelo popular”. AQUINO, Maria Aparecida de. *Mudanças e permanências: ambigüidades do Estado autoritário brasileiro pós-64*. In: AQUINO, Maria Aparecida de; KOERNER, Andrei; SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Elaboração jurídico-penal do passado após mudança no sistema político em diversos países*. Relatório Brasil para o Instituto Max Planck para o Direito Penal estrangeiro. – Freiburg. São Paulo: IBCCrim, 2004. p. 21-65.

um contexto em que o debate sobre os rumos do país ganhava centralidade, contrapondo diversas correntes de interpretação?²⁶³

Para alcançarmos algumas respostas a essa estimulante questão, analisaremos os anos em que Conde esteve no comando de *A Seara* (1959-1968) em um tópico específico que está subdividido em dois itens. Tomando como marco divisório o golpe civil-militar²⁶⁴ de março de 1964, no primeiro item buscaremos entender como Emílio Conde conduziu a revista, em termos de abordagem política, nos convulsionados anos que antecederam o golpe. Já no

²⁶³Caio Navarro Toledo, destacou algumas dessas principais correntes de pensamento que ganharam corpo no contexto pós-guerra e pré-Golpe: “1) *Liberalismo não-desenvolvimentista, de orientação não-industrialista. ‘Neoliberais’ reunidos em torno da UDN, da FGV, do Conselho Nacional de Economia, da Associação Comercial do Estado de São Paulo e outras entidades. Entre os mais conhecidos defensores destas posições estavam Eugênio Gudin e Octávio Bulhões;* 2) *Liberalismo desenvolvimentista, de orientação não-nacionalista. Perspectiva ideológica que se vincula à burocracia pública. Entidades representativas: BNDE, Comissão Mista Brasil—EUA. Entre seus economistas, destacam-se Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva etc.;* 3) *Desenvolvimentismo privatista: CNI, FIESP. “Herdeiros” de Roberto Simonsen: João Paulo de A. Magalhães, Hélio Jaguaribe e outros;* 4) *Desenvolvimentistas nacionalistas. Entidades como ISEB, CEPAL, setores do BNDE, PTB. Figuras representativas: Celso Furtado, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Evaldo C. Lima, Guerreiro Ramos e Vieira Pinto;* 5) *Socialistas/Comunistas. PCB e PSB. Intelectuais representativos: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães e outros”.* TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n.47, 2004. p. 18-19.

²⁶⁴Em relação às definições do golpe de 1964 e ao regime implantado posteriormente, esclarecemos que nesta pesquisa seguiremos as considerações de Marcos Napolitano, pesquisador que aceita a validade da tese defendida por vários historiadores de que o golpe de 1964 foi de fato “civil-militar”, mas que o regime posterior, mesmo tendo contando com a participação de civis, foi um “regime militar”, considerando-se que a palavra final sobre as questões de Estado entre 1964 e 1985, coube sempre aos agentes militares. NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 155-157. O pesquisador Carlos Fico, tem semelhante pensamento sobre essa questão, como fica claro no seguinte trecho de uma entrevista concedida por esse estudioso à revista *Tempo e Argumento*: “Penso que a natureza dos processos históricos é definida pela ação dos agentes e sujeitos históricos. Por isso, adoto a expressão “golpe civil-militar”, mas para o período como um todo utilizo “ditadura militar”. Por que o golpe foi civil-militar? Por que houve apoio da sociedade? Não. Apoio houve, mas não é por isso que o golpe foi civil-militar. Foi civil-militar por que os civis deram o golpe também. A natureza do evento golpe de Estado de 1964 é dada pela participação de sujeitos históricos, alguns militares e alguns civis. Os civis deram o golpe: Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, governo dos Estados Unidos, enfim, uma série de agentes civis. No Congresso Nacional, o parlamentar Auro de Moura Andrade declarou a vacância do cargo de Presidente da República. Então, o golpe foi executado também por civis, mas o regime que se seguiu foi eminentemente militar. Logo depois do golpe, os próprios civis que participaram foram paulatinamente afastados, entre os quais Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, além de outras lideranças civis. Tudo foi decidido pelos militares. Não havia nenhuma possibilidade de negociação. Os militares, a partir da prorrogação do mandato de Castelo Branco, assumiram definitivamente o poder institucional para legislar e fazer o que quisessem. Então, falar em ditadura civil-militar é uma cautela que me parece equivocada por essa razão. Embora compreenda que as pessoas queiram com isso chamar atenção para o apoio civil em alguns momentos, como durante o milagre econômico. Todavia, não é o apoio, em minha opinião, que define a natureza de um evento, mas a participação dos sujeitos históricos.” AREND, Silvia Maria Fávero. HAGEMAYER, Rafael Rosa; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. Florianópolis: UDESC, 2013 (Entrevista - Revista *Tempo e Argumento* (UDESC). Volume 05 - Número 10 - Ano 2013. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013464/2884>. Acesso em: 10/09/2016.

segundo item, nosso foco será o posicionamento de *A Seara* no cenário imediato do pós-golpe nos primeiros quatro anos da administração castrense.

3.2) Emílio Conde e a política na “nova” revista *A Seara* em um decênio de grandes instabilidades

3.2.1) A política e os políticos em *A Seara* (1959-1964)

O agora redator-chefe de *A Seara* tinha como objetivo estancar o fluxo de polêmicas que se avultaram desde os primeiros números da revista, especialmente o renitente debate sobre a participação mais ativa da igreja no campo da política e, de fato, Conde teve sucesso na supressão desse assunto. Entre as edições de janeiro/junho de 1959 e novembro/dezembro de 1968, *A Seara* não abrigou um único texto voltado, estritamente, à discussão da inserção da AD na política.

Todavia, se o debate sobre uma participação mais efetiva ou não da igreja na política havia definitivamente se encerrado, ainda houve algum espaço, bem pequeno, na verdade, para a divulgação de atividades de alguns políticos filiados à AD e a outras instituições evangélicas. Um levantamento feito a partir do quadrante temporal “janeiro de 1959/março de 1964”, indica a presença de três textos dessa natureza, sendo que o primeiro foi publicado ano de 1959, e outros dois no ano de 1962. Mesmo sendo uma quantia bem minguada, numa série que compreende pelo menos 28 números da revista, essas reportagens merecem uma análise detida, pois apareceram em um momento em que *A Seara* não estava inclinada a esse tipo de abordagem.

A reportagem de 1959 veio no número de outubro/dezembro²⁶⁵ e fazia referência ao pastor assembleiano Manoel Joaquim Silva que ocupava o cargo de Deputado Estadual pelo estado de Goiás.²⁶⁶ Elemento a ser destacado é que essa reportagem não foi aviada por um repórter designado pela redação de *A Seara*, o responsável era Abílio Rodrigues da Silva²⁶⁷,

²⁶⁵“Posse do Deputado Manoel Joaquim da Silva na Assembleia Legislativa de Goiás”. *A Seara*, nº 3, outubro/dezembro de 1959. p. 28.

²⁶⁶Segundo consta nos arquivos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Manoel Joaquim Silva disputou, no pleito de 03 de outubro de 1958, uma das cadeiras do legislativo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e acabou ficando como suplente na legislatura de 1959-1963, tendo assumido a função em 05 de agosto de 1959.

²⁶⁷Não foi possível encontrar informações sobre o referido repórter, pois a revista não trouxe nenhuma referência sobre o autor das matérias e não há registros sobre ele nos materiais históricos da AD.

autor cujo nome aparece no pé da página sem qualquer nota sobre sua conexão com a revista (se era correspondente, colaborador, por exemplo) ou mesmo sobre sua vinculação com a AD.

A reportagem se dividia em duas partes. A primeira informava a posse do deputado com alguns dados biográficos e a segunda havia uma descrição das primeiras atividades do parlamentar assembleiano. De acordo com os poucos dados biográficos levantados na reportagem, Manoel Joaquim da Silva, que era de Feira de Santana (BA), fixou residência no estado de Goiás, em janeiro de 1957, com o intuito de abrir um negócio próprio. Após o insucesso de seu empreendimento comercial, dirigiu-se ao norte daquele estado onde passou a pastorear uma igreja e foi na condição de pastor que ele logrou alcançar um assento na casa legislativa estadual goiana.

Mostrando ponderação, Abílio Rodrigues da Silva não deixou claro quais eram as vinculações partidárias do novo deputado, ainda que em outro trecho, no qual fez referência aos futuros projetos do parlamentar, tenha deixado escapar a veia petebista do político assembleiano que ideava criar um hospital, uma associação de amparo a pequenos agricultores e um abrigo para pessoas carentes que receberia o nome de *Abrigo Evangélico Dr. João Goulart*.

Abílio Rodrigues da Silva também destacou o clima de entusiasmo dos colegas parlamentares de Manoel Joaquim da Silva, tanto do PTB, na pessoa do deputado Cristóvam do Espírito Santo, como do PSP e da UDN, todos muito admirados pela conquista de um baiano que havia pouco tempo estava em terras goianas e que já desfrutava de grande prestígio. Foi exatamente nesse ponto que o autor da reportagem encontrou uma oportunidade para soltar uma crítica muito direta, mas que não foi desenvolvida em seu texto: “*muitos há que julgam desnecessário a penetração dos homens de Deus na política, porém a promessa de Deus ao seu povo é ‘Ti porei por cabeça e não por cauda.’*”²⁶⁸

A segunda parte da reportagem trazia a transcrição completa de um requerimento feito pelo deputado Manoel Joaquim da Silva por meio do qual ele questionava o então presidente da República Juscelino Kubitschek, bem como o presidente e o diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), sobre a doação de terrenos feita à Igreja Católica e sobre o custeio da Catedral erguida na Praça dos Três Poderes, tudo isso porque o deputado estava percebendo um tratamento desigual na distribuição de lotes e de recursos para as igrejas que deveriam se estabelecer na capital federal que ainda estava em

²⁶⁸“Posse do Deputado Manoel Joaquim da Silva na Assembleia Legislativa de Goiás”. *A Seara*, nº 3, outubro/dezembro de 1959. p. 28.

obras, o que para ele era um acintoso desrespeito à Constituição Brasileira. A reportagem destacou, ainda, alguns argumentos que o parlamentar teria utilizado em discurso feito na tribuna Câmara do Deputados após ter protocolado o requerimento:

Após ter dado entrada do presente requerimento na Câmara dos Deputados, o irmão Manoel Joaquim fez um brilhante discurso, em defesa da liberdade religiosa, baseado no Art. 141 da Constituição Federal, que estabelece o princípio da igualdade perante a Lei, tendo oportunidade de ler parte de importante discurso de S. Excia., o Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, por ocasião das festividades do Centenário da Igreja Presbiteriana do Brasil; frisou o parlamentar evangélico o acúmulo de privilégios concedidos em Brasília à Igreja Católica, evidenciando certas contradições do Presidente, lembrando que S. Excia. havia dito que “no Brasil não se amordaça lábios que se abrem para preces”.²⁶⁹

Como se pode notar, o repórter teve o cuidado de demonstrar todo o esforço do deputado Manoel Joaquim da Silva pela causa da liberdade religiosa, aspecto por demais valorizado pela AD. Note-se que o parlamentar, que legislava em âmbito estadual, chamou às falas não só os mandatários da NOVACAP, mas também cobrou explicações do próprio senhor Presidente da República sobre o que ele acreditava ser um tratamento diferenciado entre as confissões religiosas. Ainda que essa atitude pudesse ser considerada demasiadamente pretensiosa, o fato é que o deputado dava mostras que o seu mandato estava a serviço das causas que eram de interesse da igreja.

No entanto, todo esse empenho do pastor deputado em representar as matérias que eram historicamente caras à AD, não lhe rendeu maior espaço em *A Seara*, pois essa foi a única reportagem sobre o parlamentar publicada na revista. Não se sabe pelas páginas de *A Seara*, por exemplo, qual foi o desfecho do requerimento que cobrava explicações sobre a doação de terrenos e de verbas à Igreja Católica na Brasília ainda em construção, ou mesmo se o instituto, o hospital, a associação ou o abrigo Dr. João Goulart tinham, de fato, saído do papel. Em suma, após essa edição de outubro/dezembro de 1959, o eminente pastor assembleiano, que ocupava um cargo de relevância como deputado estadual por Goiás, caiu no esquecimento em *A Seara*.

Esse sumiço denota uma tendência muito clara da redação da revista em não prestigiar esse tipo de notícia voltada às ações de políticos ligados à igreja e é de se indagar o porquê do aceite de um texto com essas características, especialmente pelo fato de nele haver uma discreta, mas problemática sentença na qual se criticava a ideia predominante na cúpula

²⁶⁹“Atuação do Deputado Manoel Joaquim da Silva na Assembleia Legislativa de Goiás”. *A Seara*, nº 3, outubro/dezembro de 1959. p. 30.

da AD de que os “homens de Deus” deviam se manter apartados da política. Isso sem falar que o político em questão era um pastor e pastor envolvido em movimentos político-partidários significava, aos olhos dos guardiões dos *bons costumes* assembleianos, o grau último do inaceitável em termos de relação igreja/política, e Emílio Conde, editor-chefe de *A Seara*, era um desses guardiões. E para completar, havia ainda a prometida homenagem a Goulart – nessa época figura de proa do PTB²⁷⁰ – por parte do deputado cuja intenção era emprestar o nome do líder político, que não era evangélico, a uma instituição de caridade evangélica.

Se a reportagem veio às páginas da revista por um “cochilo” do atento editor-chefe ou se foi uma exceção aberta por algum pedido especial, é difícil saber. O fato é que depois dessa oportunidade, o deputado não voltou a ver sua atuação estampada nas concorridas páginas da única revista que representava o pentecostalismo assembleiano no país.

Um outro acontecimento que ilustra muito bem essa resistência em dar vazão em *A Seara* a assuntos que, de uma maneira ou de outra, tocavam no temário político é a visita do marechal Henrique Teixeira Lott à Convenção Geral das Assembleias de Deus (CGADB), realizada, em novembro de 1959, na cidade do Rio de Janeiro. A presença de Lott, que era o titular do Ministério da Guerra do Presidente Juscelino Kubitschek e que já mirava sua candidatura à Presidência no ano seguinte, foi muito comemorada pelo coletivo convencional, afinal essa era a primeira vez que uma autoridade de representação nacional ia ter com a liderança da AD em uma convenção. Os registros da CGADB mostram a supressa e o entusiasmo com o visitante:

Nota por demais animadora e honrosa foi a visita levada a efeito por sua excelência, o Ministro de Negócio da Guerra, o marechal Henrique Dufles Teixeira Lott, no dia 20 de novembro, quando se congratulou com todos os pastores e convencionais presentes (...) Foram momentos de altíssima significação histórica os vividos pela Convenção já que era a primeira vez que uma alta autoridade brasileira visitava oficialmente um conclave dessa natureza nas Assembléias de Deus. Foi a primeira vez que uma convenção pentecostal se viu distinguida com tão honrosa visita.²⁷¹

Vendo-se toda essa animação, seria de se esperar que *A Seara*, sendo a revista que representava a AD e deveria dar visibilidade a assuntos que não encontravam espaço no concorrido *Mensageiro da Paz*, apresentasse um informe para levar ao conhecimento do público leitor a visita do marechal Lott à CGADB, algo que deveria ser exposto em detalhes,

²⁷⁰FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

²⁷¹HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 320-321.

com fotos, opinião dos líderes presentes no evento, quiçá uma entrevista do Marechal! Mas não foi o que ocorreu. O que se percebe, pelo contrário, é um total desinteresse de *A Seara* em dar visibilidade à presença do ilustre visitante na Convenção Geral, uma vez que nenhuma uma palavra sequer foi escrita sobre um ocorrido inédito em mais de trinta anos de encontros da alta liderança da AD por meio de convenções.

As edições dos anos de 1960 e 1961, reforçam ainda mais essa resistência dos editores de *A Seara* com a esfera política, pois seguiram estritamente fechadas aos membros e pastores que ocupavam cargos eletivos Brasil afora e também nessas edições não se encontra qualquer referência às acirradas eleições de 1960, que puseram em disputa os cargos da Presidência e da Vice-Presidência da República.

Somente às vésperas das eleições de outubro de 1962, nos números referentes a maio/junho e julho/agosto é que *A Seara* voltou a abrir espaço para políticos evangélicos. Nessa ocasião foram publicadas duas reportagens sobre os deputados mineiros João Gomes Moreira (estadual) e Paulo Freire de Araújo (federal), este pastor presbiteriano, aquele membro da AD. Essas reportagens, de início, têm duas características que se deve pôr em destaque. Primeiro, assim como ocorreu no caso do deputado Manoel Joaquim da Silva, em 1959, os textos não foram assinados por nenhum dos membros da redação da revista (a autoria era do jornalista Adalmiro Martins Ferreira²⁷²), ou seja, era uma contribuição que, mesmo tendo sido autorizada pela redação, não representava a visão do corpo de editores do periódico. Segundo, a reportagem discorreu sobre várias atividades dos parlamentares, mas em nenhuma ocasião houve referência ao partido a que ambos pertenciam tal como se deu no já mencionado texto sobre o deputado Manoel Joaquim no qual ficou explícita a sua vinculação do parlamentar com o PTB.

Na primeira reportagem, Adalmiro Ferreira cuidou de apresentar, de forma bastante resumida, algumas atividades do deputado estadual João Gomes Moreira, um parlamentar que, a partir das poucas informações que conseguimos levantar na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, exerceu a função de deputado na quarta legislatura (1959-1963) e na quinta

²⁷²Não foi possível encontrar informações sobre Adalmiro Martins Ferreira. Sabe-se, apenas, que as reportagens foram por ele escritas a fim de serem publicadas em *A Seara* quando ele estava de passagem por Minas Gerais a serviço de um jornal do Rio de Janeiro cujo nome não foi mencionado.

legislatura (1963-1967) da Assembleia Legislativa mineira pelo Partido Social Progressista (PSP)²⁷³.

A tônica geral do texto estava na “benemerência” do senhor deputado em defesa dos evangélicos, especialmente, os pentecostais no estado de Minas Gerais. O repertório de suas ações filantrópicas incluía: “*assistência financeira às igrejas*”, “*amparo à criança, com a construção de grupos escolares*”, “*auxílio influente na legalização dos serviços de divulgação das igrejas através de alto-falantes*”.²⁷⁴ Às igrejas o deputado não deixava faltar as necessárias subvenções por meio de recursos conseguidos “*graças à sua influência e arrojo junto aos poderes públicos*”; na educação infantil informava-se a inauguração de um grupo escolar com capacidade para atender 900 crianças em três turnos, fruto dos expedientes do deputado João Gomes Moreira. Ao fim, o repórter mencionou o nome do então Primeiro Ministro Tancredo Neves, ressaltando o seu apoio à AD e às demandas do deputado Moreira.

Na segunda reportagem, publicada já no número posterior, Adalmiro Ferreira deu prosseguimento a sua explanação sobre os trabalhos do deputado estadual João Gomes Moreira e incluiu em sua exposição o deputado federal Paulo Freire de Araújo. O deputado Moreira voltou a ser elogiado pelas suas obras de caridade, dessa feita, por aquelas especificamente voltadas ao público evangélico do interior de Minas Gerais que vinha à capital mineira em busca de tratamento médico. O repórter relatou que a residência do parlamentar havia se transformado em uma “hospedaria” para essas comitivas de crentes que precisavam de assistência hospitalar. Além da hospedagem, o deputado também usava a influência de seu cargo para garantir a internação dos que assim necessitavam, contornando os obstáculos, segundo o repórter, impostos pelo próprio governo do estado aos que necessitavam de um leito nos hospitais públicos mineiros: “*Os hospitais públicos estão nas mãos do Gôverno; êste, por sua vez, só concede vagas para políticos que para êle legislam, portanto, de quem êle precisa e aí surge a hora de necessitarmos dum nosso irmão em Cristo.*”²⁷⁵

A prática clientelista de distribuição de leitos hospitalares aos partidários, atribuída ao governador udenista José Magalhães Pinto, que não foi citado nominalmente pelo repórter,

²⁷³Não obtivemos sucesso na busca por informações biográficas de João Gomes Moreira. Seu nome não aparece nos principais livros de história da AD produzidos pela CPAD, nem mesmo no *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Após vários contatos com a Câmara Legislativa de Minas Gerais, à procura de registros sobre o parlamentar, conseguimos somente a confirmação de sua filiação partidária e das legislaturas para as quais ele foi eleito.

²⁷⁴“Minas Gerais em foco: deputados evangélicos trabalham”. *A Seara*, n° 26, maio/junho de 1962. p. 19.

²⁷⁵“Minas Gerais em foco: deputados evangélicos trabalham”. *A Seara*, n° 27, julho/agosto de 1962. p. 26.

deveria reforçar a importância de os evangélicos terem um representante que os defendesse quando da busca por serviços básicos que o poder público não oferecia de maneira isonômica. Ou, dito de forma mais clara, sem o irmão deputado, o crente enfermo não teria a quem recorrer caso necessitasse de internação em hospital público²⁷⁶.

João Gomes Moreira, entretanto, não atuava sozinho. No âmbito federal havia o deputado Paulo Freire de Araújo que, no dizer de Adalmino Ferreira, formava “*com o irmão João Gomes Moreira autêntica equipe, sempre na defesa dos superiores interesses dos evangélicos*”²⁷⁷ E prosseguiu:

Sua atuação tem merecido aplausos daqueles que acompanham o seu incansável labor naquela Casa Legislativa Federal, o que vem a elevar o seu conceito como homem público e, sobretudo, como cristão (...) agora mesmo, quando o nosso regime vem dependendo de grande equilíbrio de cada um dos parlamentares, contemplamos o desempenho do deputado PAULO FREIRE DE ARAÚJO nos entendimentos com os diversos líderes de representações partidárias, convencionando medidas que venham harmonizar-se com os objetivos nacionais.²⁷⁸

O texto trouxe ao conhecimento dos leitores a atuação do deputado Paulo Freire de Araújo no caso de uma contenda acontecida na cidade mineira de Ferros, na qual católicos foram acusados de agressão por alguns membros da AD. O deputado Araújo, juntamente com o deputado estadual assembleiano João Gomes Moreira, teria cobrado explicações das autoridades, inclusive do arcebispo de Belo Horizonte, sobre o ato que considerava um abusivo desrespeito à Carta Magna por transgredir a liberdade religiosa. De acordo com o repórter, Paulo Freire Araújo também era um parlamentar esforçado na luta pelo ensino laico, pondo-se contra as tendências que reivindicavam o retorno do ensino religioso oficial católico, medida que atentava, no seu entender, contra os princípios da Constituição Federal.

Vale destacar que alguns aspectos muito marcantes da vida política de Paulo Freire de Araújo foram omitidos pela reportagem, certamente por serem bandeiras tidas como radicais para as páginas de *A Seara*. Por exemplo, o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930* destaca que o deputado Araújo pertencia aos quadros do PTB e que, além de defender o monopólio estatal do petróleo, dos serviços de eletricidade, telecomunicações, transportes e da exploração de minérios atômicos, era firme entusiasta da extensão do direito

²⁷⁶“Minas Gerais em foco: deputados evangélicos trabalham”. *A Seara*, nº 27, julho/agosto de 1962. p. 27.

²⁷⁷“Minas Gerais em foco: deputados evangélicos trabalham”. *A Seara*, nº 27, julho/agosto de 1962. p. 27.

²⁷⁸“Minas Gerais em foco: deputados evangélicos trabalham”. *A Seara*, nº 27, julho/agosto de 1962. p. 27.

de voto aos analfabetos, da reforma agrária pela desapropriação dos latifúndios (com indenização em títulos da dívida pública) e de uma reforma urbana que garantisse a cada casal uma residência inalienável como bem de família.²⁷⁹ Como vimos, nenhuma dessas propostas mereceu destaque no texto de Adalmiro Ferreira.

Somente nas últimas linhas, em uma pequena frase que arrematava a reportagem, é que se colocou à mostra o porquê desse inventário de “nobres ações” dos dois deputados. A intenção era pedir apoio aos eleitores evangélicos do estado de Minas Gerais, como se vê: “*É o que nos faz recomendá-los aos amados irmãos para o próximo pleito de 7 de outubro*”.²⁸⁰

Embora descontínuas e em reduzido número, essas reportagens são muito significativas porque ultrapassaram o bloqueio do “político” que se tentava manter na revista por força do editor-chefe Emílio Conde. Se em conjunto esses textos não nos permitem dizer que Conde tenha falhado em seus intentos, eles são significativos por demonstrarem que havia grupos no interior da igreja muito entusiasmados com a ação política de evangélicos. Além do mais, a agitada conjuntura social e política dos anos que antecederam o golpe de 64, desafiava o apoliticismo de homens como Emílio Conde, pois não era fácil manter-se fechado no *sagrado* quando elementos da esfera *profana* pareciam ameaçar a existência da igreja como instituição. Foi por isso que o anticomunismo também encontrou seu espaço no concorrido ambiente teológico, doutrinário e evangelístico de *A Seara*.

3.2.2) Um inimigo em comum: *A Seara* na ciranda anticomunista

Fundada no Brasil em 1911, a AD já estava em plena atividade quando, em 1917, o mundo tomou conhecimento dos fatos ocorridos na Rússia. Certamente as ideias comunistas não eram de todo desconhecidas antes do levante bolchevique, mas como informa o *Dicionário de Política*, o comunismo entrou na cena mundial somente após a Revolução de Outubro “*não só como um movimento organizado e difuso, senão também como uma alternativa política real em relação aos regimes tradicionais*”²⁸¹.

²⁷⁹Paulo Freire (verbete). ABREU, Alzira Alves de. (et al.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 2370.

²⁸⁰“Minas Gerais em foco: deputados evangélicos trabalham”. *A Seara*, n° 27, julho/agosto de 1962. p. 42. [O término da reportagem está na página 42 devido à diagramação da revista].

²⁸¹Anticomunismo (verbete). BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco (Org). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986. p. 34.

O imaginário assembleiano acerca do comunismo na primeira metade do século XX, foi analisado por Lindolfo Anderson Martelli²⁸² a partir do jornal *Mensageiro da Paz*. Ao que informa o autor, o anticomunismo assembleiano teve início em 1927, justamente no momento em que o historiador Rodrigo Patto Sá Motta²⁸³ identifica como sendo o início da *primeira onda* anticomunista.²⁸⁴ Martelli ainda aponta uma articulação na prédica assembleiana entre *comunismo* e *escatologia*, ou dito de outra forma, a identificação do comunismo como elemento sinalizador do fim dos tempos. Revela também um modelo *sui generis* de anticomunismo na AD porque articulado com o discurso teológico anticomunista dos Estados Unidos da América.

O autor, entretanto, em respeito ao marco temporal definido para sua pesquisa, como é de se esperar, não avançou sobre os acontecimentos dos anos 1960, conjuntura em que novamente houve, graças à vacância do assento presidencial e da chegada de Jango ao cargo máximo do país, uma exasperação das forças conservadoras em resposta às atitudes consideradas esquerdistas e associadas, de alguma forma, ao ideário comunista.

É importante acrescentar que esse quadro nacional bastante complexo, dos anos 1960, tinha como pano de fundo a divisão do mundo em dois grandes blocos, o socialista e o capitalista, de modo que, qualquer mínimo aceno por mudanças nas estruturas flagrantemente desiguais da nação, poderia ser compreendido como uma ação à esquerda, passível, portanto, de ser mitigada pelos “defensores da ordem”²⁸⁵. Contribuía também com esse quadro de tensão, o apoio da União Soviética a Cuba recentemente sublevada e o fortalecimento do governo revolucionário cubano.

Como indicou Rodrigo Patto Sá Motta, esse contexto mundial marcado pela Guerra Fria, gestou no Brasil um sentimento anticomunista capaz de fazer irromper toda sorte de teses conspiratórias, na maioria das vezes sem qualquer sustentação com a realidade.²⁸⁶ José

²⁸²MARTELLI, Lindolfo Anderson. *Escatologia e Anticomunismo nas Assembléias de Deus do Brasil na primeira metade do século XX*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

²⁸³MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

²⁸⁴Motta identifica em seu estudo duas significativas ondas anticomunistas no Brasil: a primeira no governo de Getúlio Vargas, no contexto do golpe de 1935-37, e a segunda nos anos sessenta, depois da renúncia de Jânio Quadros. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit., 2002.

²⁸⁵STARLING, Heloísa Murgel. *Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986. SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família. As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

²⁸⁶MOTTA, Rodrigo Patto Sá. op. cit., 2002.

Roberto Martins Ferreira, complementa essa ideia ao afirmar que o anticomunismo foi um elemento central na história republicana de nosso país e não ficou circunscrito apenas à esfera política. Para esse autor, o anticomunismo perpassou por diversos segmentos da sociedade com implicações diretas, inclusive, na cultura do país.²⁸⁷

Ao se falar em anticomunismo, evidentemente, deve se ter em mente que esse não se trata de um movimento único, tanto no Brasil como em outros países. Jean-Jacques Becker e Serge Bernstein, dois estudiosos pioneiros do pensamento anticomunista, destacaram a pluralidade do anticomunismo na França, na visão desses autores, um movimento muito mais diversificado do que outros segmentos franceses “anti”, como o anticlericalismo e o antimilitarismo²⁸⁸. Essa diversidade também fica evidenciada no caso do anticomunismo nos Estados Unidos, país em que esse movimento, segundo Larry Ceplair, longe de ter sido uma “entidade monolítica”, foi, na verdade, marcado pela “*diversidade e pluralidade de seus participantes*”²⁸⁹.

Também no Brasil, na visão de Celso Castro, o termo “anticomunismo” diz respeito a um conjunto bastante heterogêneo de forças políticas e sociais (católicos, liberais, militares, empresários, nacionalistas e fascistas) que combatiam um inimigo comum. Essa heterogeneidade, explica, segundo Castro, o porquê de a convergência entre os diversos anticomunismos ter ocorrido apenas em períodos, geralmente de curta duração, percebidos como de aumento do “perigo comunista”.²⁹⁰

Um desses períodos teve início com a decisão de Jânio Quadros de deixar a presidência, um episódio que “*levou os anticomunistas ao desespero, pois o vice-presidente era um político conhecido por cultivar ligações com a esquerda*”²⁹¹. Nessa situação, o anticomunismo serviu de argumento aos que eram contrários à posse do vice-presidente João

²⁸⁷FERREIRA, José Roberto Martins. *Os Novos Bárbaros: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro*. São Paulo, 1986.

²⁸⁸BECKER, Jean-Jacques; BERNSTEIN, Serge. L'anticommunisme en France. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. n°15, juill et septembre, 1987. p. 17.

²⁸⁹CEPLAIR, Larry. *Anti-Communism in twentieth century America. A critical history*. Santa Barbara, Praeger, 2011, p. 02.

²⁹⁰CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 49-50.

²⁹¹MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 129.

Goulart, à época eleito democraticamente – uma atitude, como se sabe, que ignorava o que estava claramente assegurado na Constituição em vigência.²⁹² Como frisou Ricardo Mendes:

Na década de 1960 os adversários do comunismo fizeram uma campanha contra Jango por entenderem que seu governo criava condições para sua implementação no Brasil. Não que compreendessem que o Presidente fosse comunista. O problema fundamental era a presença de um profundo reformismo que cercava parcelas significativas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – o partido do governo –, e do próprio presidente. Isto, segundo os anticomunistas, poderia viabilizar a tomada do poder pelos comunistas.²⁹³

A pesquisadora Dulce Chaves Pandolfi é categórica ao apontar a importância do ideário anticomunista na crise que culminou na intervenção militar. Nas palavras da autora: “*um dos argumentos centrais para justificar o golpe que pôs fim à ordem democrática vigente no país desde de 1946 foi o “perigo comunista”*”²⁹⁴. Foram, dessa maneira, as ações de diferentes grupos, irmanados na luta contra o comunismo, que permitiram a composição de um conjunto de ideias capazes de dar sustentação ao golpe que levou de roldão, à altura de 31 de março de 1964, os direitos democráticos garantidos na Constituição de 1946. Um golpe militar que teve a aquiescência de importantes segmentos da sociedade brasileira, incluindo-se aí os grupos religiosos.²⁹⁵

Nesse fogo cruzado estava *A Seara*, nesse momento chefiada por Emílio Conde, um assembleiano sempre tão desinteressado pelas coisas desse “mundo”, mas que temia os comunistas que queriam “conquistá-lo”. Todavia, mesmo reconhecendo o “risco” e a necessidade de combate a toda e qualquer corrente que com ideais comunistas simpatizassem, o editor-chefe de *A Seara* não a colocou exclusivamente a serviço dessa causa, longe disso. Aspectos doutrinários, evangélicos e teológicos *stricto sensu*, ao lado das seções e colunas herdadas da primeira equipe editorial, continuavam sendo o fio condutor do periódico. O

²⁹²TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia golpeada In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula (Org.). *40 Anos do Golpe de 1964: ditadura militar e resistência no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras; Faperj, 2004. p. 36-40.

²⁹³MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil. *Locus* (UFJF), Universidade de Juiz de Fora, v. 10. 2005. p. 81.

²⁹⁴PANDOLFI, Dulce Chaves. Os comunistas e o golpe. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. (Org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994. p. 71.

²⁹⁵Nesse ponto cabe destacar que o apoio de religiosos aos “regimes de exceção” não ficou circunscrito apenas ao Brasil, como destacou em estudo pioneiro o sociólogo Guy Hermet, mas também ocorreu em outros regimes autoritários de países da América Latina, da Europa e também da África. HERMET, Guy. Les fonctions politiques des organisations religieuses dans les régimes à pluralisme limité. *Revue française de science politique*, 23e année, n°3, 1973. p. 439-472.

compromisso firmado estava, portanto, sendo cumprido com rigor, tanto é verdade que, entre janeiro de 1959 e o início do ano de 1964, foram apenas duas matérias relacionadas a esse temário. Outra característica importante: toda crítica ao comunismo era feita sem qualquer referência a nomes de políticos, partidos, ou organizações que compunham o cenário político de então.

Como dissemos foram duas matérias, a primeira, publicada no número de novembro/dezembro de 1961²⁹⁶, extraída e traduzida de um jornal estrangeiro, relatava as perseguições dos comunistas aos “crentes” das Filipinas. A segunda e mais importante foi a série especial publicada nos números 31 e 32²⁹⁷ de *A Seara* sob o título “Atitude cristã face ao comunismo”. No mais, foram somente comentários esparsos como no editorial de janeiro/fevereiro de 1964 que, às vésperas do golpe, ao tratar da *juventude pentecostal* esboçou rapidamente uma preocupação com a infiltração comunista nas universidades e na política.²⁹⁸

O texto publicado no número de novembro/dezembro de 1961, intitulado *Camarada, encontre-nos, 975-32: o que acontece nas Filipinas Livre* era a tradução de uma matéria do jornal *Deliverance*, mantido por Clifton Oliver Erickson, missionário dos Estados Unidos radicado em Manila. Nele há um relato sobre uma série de perseguições que foi encampada por grupos “comunistas” filipinos²⁹⁹ a um jovem dissidente do movimento comunista que havia se convertido ao pentecostalismo. De acordo com o relato do missionário Erickson, o jovem perseguido chamava-se Pedro, rapaz “ateu”, “pernicioso” e “comunista” que, ao se converter, foi tomar aconselhamentos sobre a visão que tinha o missionário sobre o socialismo e o comunismo:

Certo dia veio à nossa casa, dizendo: “Pastor qual a sua concepção sobre o socialismo?” Fizemos-lhe a mesma pergunta: “Que pensa você?” Respondeu-nos: “Que tal o comunismo?” Logo abriu decidida polêmica contra os prejuízos que vinha causando o atual governo das Filipinas. Perguntamos-lhe depois: “Já que você ama a Cristo pretende abraçar o comunismo?” Confessou-nos que ele que jamais o faria.³⁰⁰

²⁹⁶“Camarada, encontre-nos, 975-32”. *A Seara*, n° 23, novembro/dezembro de 1961. p. 44-45.

²⁹⁷*A Seara*, n° 31, março/abril de 1963; *A Seara*, n° 32, maio/junho de 1963.

²⁹⁸“Juventude Pentecostal” (editorial). *A Seara*, n° 36, janeiro/fevereiro de 1964. p. 03.

²⁹⁹O escopo desse estudo não permite que aprofundemos a análise sobre as características das correntes comunistas nas Filipinas. Para maiores informações indicamos a seguinte obra de caráter introdutório: SAULO, Alfredo B. *Communism in the Philippines: an introduction*. Quezon City: Ateneo de Manila University Press, 1990.

³⁰⁰“Camarada, encontre-nos, 975-32”. *A Seara*, n° 23, novembro/dezembro de 1961. p. 44.

Clifton Oliver Erickson, também fez questão de apresentar em seu texto alguns detalhes sobre os planos de infiltração dos comunistas naquele arquipélago asiático que o jovem deixara escapar durante essas conversas de aconselhamento:

Esse jovem inteligente e ativo disse-nos em seguida que fôra comunista e se ocupava em preparar material de propaganda para adeptos dessa organização (...) contava-nos que havia nove velhos oficiais do partido comunista na cidade de Davao, aos quais dispunham de trinta mil jovens comunistas nas Filipinas, que ao conquistarem um terço da população estudantil, tentariam logo assumir o governo. Ademais, certos políticos desenvolviam uma campanha de infiltração, visando tornar as Filipinas em país comunista.³⁰¹

Noutro trecho, o missionário Erickson deu detalhes sobre o destempero dos antigos camaradas do neoconverso Pedro que vivia sobressaltado por ameaças que viam de todo lado:

Disse-nos que, ao experimentar converter alguns de seus amigos comunistas, êle fôra escarnecido por êles e desafiaram-no a provar, cientificamente, a existência de Deus. Ao responder êle que por duas vêzes fora miraculosamente curado, os seus amigos taxaram isso de hipnotismo e estado de emoção. Ao descobrirem que o jovem frequentava igrejas, iraram-se e tentaram suborná-lo com dinheiro para que se tornasse um de seus cooperadores. Rejeitando a oferta, Pedro foi ameaçado e disseram-lhe que possuíam meios eficientes de liquidar os traidores da causa. Pedro amava a Cristo, mas, como se livrar dos comunistas que vinham à sua casa e seguiam-no constantemente e lhe enviava bilhetes ameaçadores? Os comunistas possuíam entre sí um sistema de senha: ninguém usa seu verdadeiro nome. Molestavam-no apesar de lhes pedir êle que o deixassem em paz. Vigiavam-no, constantemente, pois julgavam estarem em perigo, caso Pedro os denunciasse. Visto que êle frequentava nossa igreja suspeitavam de sua lealdade. Certo dia vieram a êle e cercaram-no. O chefe do bando lançar ao chão uma Bíblia (sic), e, com força, empurrou-a contra ela, exigindo que Pedro pizasse [sic] (esse é o modo pelo qual os comunistas provam a fidelidade dos seus parceiros). Pedro havia feito isso por duas vezes antes de a Davao. À sua resposta: “Não posso! É sagrada!”, foi brutalmente espancado e esbofeteado. Mas não cessava de afirmar: “É a palavra de Deus! Não posso desprezá-la!” Então, os comunistas compreenderam que Pedro não lhes pertencia e que jamais nêle depositariam confiança, até que se revoltassem contra a Bíblia e negasse a Cristo. Desde então passou êle a lutar entre a vida e a morte, e sua vida estava constantemente em perigo. À noite, Pedro mudava de casa em casa, evitando encontrar-se com os comunistas. Certo domingo, de tarde, antes do culto veio êle à igreja, entrando pelas portas do fundo e tremendo. Sabíamos que algo de mal lhe acontecera e, ao perguntarmos o que se passava, pediu-nos silenciosamente, que comunicássemos à sua família caso lhe acontecesse alguma coisa. Quando lhe perguntamos o que foi, arrancou da camisa uma notinha que dizia: “Camarada encontre-nos, 957-32. Pedro nos avisou que talvez seria assassinado, caso fôsse lá, de sorte que o encorajamos a ficar na igreja.”³⁰²

³⁰¹“Camarada, encontre-nos, 975-32”. *A Seara*, n° 23, novembro/dezembro de 1961. p. 44.

³⁰²“Camarada, encontre-nos, 975-32”. *A Seara*, n° 23, novembro/dezembro de 1961. p. 44-45.

O temor que esse tipo de relato despertava nos circuitos assembleianos, em tempos que se acreditava ser de amplificação das ações comunistas no Brasil, é fato a que não se apresenta qualquer dúvida. Notemos que essa pormenorizada resenha das perseguições que estariam sofrendo o jovem Pedro foi veiculada nas páginas de *A Seara* em novembro de 1961, portanto, poucos meses depois do terremoto político desencadeado pela renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto³⁰³. João Goulart estava na presidência nesse momento, mas devido ao temor de que os comunistas utilizassem sua administração como atalho para a tomada do poder, governava em um modelo parlamentarista arranjado às pressas³⁰⁴ após à saída de Jânio. E nesse clima, ainda marcado por forte instabilidade, chegavam essas notícias aos leitores de *A Seara* sobre o modo de ação do movimento comunista que se infiltrava no governo filipino, aliciava jovens aos milhares e maquinava diuturnamente derrubar os governantes daquele país. E para completar, demonstrava-se toda a crueldade dos comunistas contra os que assumiam a fé cristã e o quanto eram intransigentes com as religiões.

A descrição desse cenário de forte perseguição tinha um quê pedagógico e instrucional, pois mesmo que o texto não induzisse diretamente o leitor a pensar que situação semelhante vivenciariam os *crentes* do Brasil, caso os comunistas chegassem ao poder, esse era, sem nenhuma sombra de dúvidas, o grande objetivo do texto. A sentença do missionário

³⁰³BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

³⁰⁴Demian Bezerra de Melo sintetiza as condições que levaram à chamada saída parlamentarista: “*Resultado de um arranjo institucional que visava à manutenção da ordem constitucional frente à ameaça de setores golpistas das Forças Armadas, o parlamentarismo foi instituído de forma casuística, após a renúncia espetacular de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Nesta data, João Goulart encontrava-se em visita oficial à República Popular da China depois de ter passado alguns dias na URSS. Opositor do governo representado por Jânio, Goulart fora virtualmente elevado à condição de chefe do Executivo federal numa data carregada de simbolismos político-ideológicos: o Dia do Soldado. A ocorrência de solenidades militares na capital e nas principais cidades da República criou um ambiente propício para que a notícia da renúncia corresse como um rastilho de pólvora entre setores da caserna. Diante do ocorrido, o deputado Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu temporariamente o Executivo, mas teria que passá-lo, conforme rezava a Carta de 1946, ao vice-presidente eleito. Naquela conjuntura, os ministros militares de Jânio (general Odílio Denis, brigadeiro Gabriel Grün Moss e almirante Sílvio Heck) pronunciaram-se publicamente contra a posse de Goulart, posição comunicada ao Congresso Nacional pelo próprio Mazzili. A reação aos propósitos golpistas dos ministros militares veio do extremo sul do país, por meio do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, correligionário de Goulart no PTB gaúcho. Este conseguiu o apoio militar do general Machado Lopes, comandante do III Exército, que se pôs ao lado da legalidade. O clima de polarização se instaurou e uma guerra civil tornou-se iminente. Entretanto, seguindo uma velha tradição nacional, operou-se um acordo político: a posse de Goulart seria garantida mediante a instauração do sistema parlamentarista, que, na prática, retirava os poderes do presidente da República. Um dos fiadores do acordo, o político mineiro Tancredo Neves, tornou-se primeiro-ministro. Mas Ato Adicional (a Emenda Constitucional No 4) que instituiu o parlamentarismo previa a realização de um referendun nove meses antes do final do mandato de Goulart, para que fosse endossado ou não o novo sistema de governo. Assim, ficava aberta a possibilidade de retorno ao presidencialismo*”. MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), Niterói, 2009. p. 03-04.

Clifton Oliver Erickson, nesse sentido, ajustava-se perfeitamente a esse serviço de conscientização:

Começamos a sentir então o horror desse sistema comunista que desafia a Deus, e percebemos o terrível recêio e suspeita em que se fundamenta. Como jamais esperávamos, nós também ficamos envolvidos nessa temível situação no livre país das Filipinas (...) Os comunistas não desanimam jamais. Quanto tempo levará até que os comunistas dominem o país? E, finalmente, o que será de todos nós? Sòmente Deus o sabe (...) ao testemunhar a marcha acelerada desse diabólico sistema anti-cristão que é o comunismo, ficamos cada vez mais certos de que JESUS BREVE VEM.³⁰⁵

Desse modo, se alguma lição teria de ser extraída a partir da exposição desses acontecimentos, era que o comunismo ameaçava frontalmente a liberdade religiosa e, por isso, deveria ser combatido em todos os países pelo intento que havia desse sistema, descrito como “diabólico”, de se propagar pelo mundo. Por isso mesmo, esse texto encaixava-se muito bem aos propósitos da revista que estava sob o comando de Emílio Conde, porque sua publicação oportunizava que *A Seara* se posicionasse sobre o risco do comunismo sem a necessidade de se remeter, especificamente, ao contexto *doméstico*.

Pouco depois de um ano, em março de 1963, a revista foi mais longe, reservando espaço para duas longas matérias que juntas ocuparam um total de treze páginas divididas em dois números; estas sim, dedicadas a apresentar de forma didática o que era o famigerado comunismo. O momento em que a editoria de *A Seara* lançou essa matéria (entre março e junho de 1963) não é fortuito. Jango acabava de sair vitorioso no plebiscito de 06 de janeiro 1963, que garantia o retorno do presidencialismo e o colocava na situação de chefe de Estado e do Governo. Rodrigo Pato Sá Motta sintetiza essa conjuntura: “os primeiros meses de 1963 foram marcados pela expectativa de que, com autoridade e poder plenamente restaurados, Jango pudesse governar de modo a desanuviar as tensões”.³⁰⁶

Não foi o que aconteceu. O retorno ao presidencialismo aumentou o temor sobre as reais intenções de Goulart, político fortemente identificado com o modelo dito “populista” de Vargas e de conexões tidas como suspeitas com movimentos de esquerda. E *A Seara* representava uma instituição que, majoritariamente, tinha grande preocupação com o florescimento da esquerda no país, mas que, ao mesmo tempo, não achava correto que os órgãos de informação oficiais da igreja se posicionassem desabridamente sobre questões de

³⁰⁵“Camarada, encontre-nos, 975-32”. *A Seara*, n° 23, novembro/dezembro de 1961. p. 45 (Grifo no original).

³⁰⁶MOTTA, Rodrigo Pato Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 136.

natureza política. Por isso, novamente, sem qualquer referência direta à conjuntura política do país, muito menos ao nome do presidente, no melhor estilo Emílio Conde de editoria, a matéria sobre o comunismo se esquivava de críticas endereçadas pontualmente ao governo e aos movimentos de esquerda que compunham o complexo panorama político do Brasil naquela ocasião.

Outra grande preocupação que havia na AD era em relação a alguns movimentos de esquerda que tinham em suas fileiras membros assembleianos, mesmo que fossem casos bem pontuais. Dois deles merecem destaque pela visibilidade que alcançaram. O primeiro diz respeito à participação de membros da AD, no início da década de 1960, na Liga Camponesa liderada por Francisco Julião³⁰⁷, no município de Sapé (MA). As pesquisas de Francisco Cartaxo Rolim³⁰⁸, por exemplo, apontaram a presença de fiéis da AD nas fileiras lideradas por Julião, não como meros partícipes, mas sim como ativos agentes em defesa de propostas que iam contra os interesses dos poderosos donos de engenho. Em comícios nas praças públicas, com a Bíblia em punho, aos brados, vários assembleianos colocavam-se contra as condições degradantes de trabalho e defendiam uma reforma agrária que fosse capaz de corrigir as profundas desigualdades do campo, não poucas vezes valendo-se de referências bíblicas para respaldar a reprovação de Deus à injustiça. Como não seria de estranhar, essa atitude foi duramente reprimida pela liderança local da AD e os membros, acusados de “revolucionários”, foram expulsos da igreja.³⁰⁹

O segundo caso é do ano de 1962, também no interior do Maranhão, na cidade de Pindaré-Mirim, envolvendo o assembleiano Manoel da Conceição que liderou um movimento

³⁰⁷De acordo com informações do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, Francisco Julião Arruda de Paula nasceu no engenho de Boa Esperança, no município de Bom Jardim (PE), em 16 de fevereiro de 1915. De família tradicional daquele estado, Julião formou-se em Direito em 1939. Teve grande atuação política como opositor do Estado Novo e, influenciado por ideias marxistas, iniciou em 1940 um movimento que visava apoiar a organização dos camponeses. Em 1955, passou a representar oficialmente os membros da Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (SAPP) em pleitos judiciais. As associações camponesas formadas depois da SAPP ficaram conhecidas como Ligas Camponesas. A partir de 1959, esse movimento alcançou outros estados, começando pela Paraíba até chegar ao número de dez comitês espalhados em dez estados. As Ligas Camponesas causavam grande apreensão aos que temiam o comunismo porque eram vistas como pertencentes a um movimento revolucionário que promovia a desordem e que era capaz de colocar o meio rural brasileiro em pé de guerra. Francisco Julião (verbete). ABREU, Alzira Alves de. (et al.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 2884-2888. Maiores detalhes sobre as Ligas Camponesas ver: AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. MORAES, Clodomir dos Santos. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: Edições Iattermund, 1997. PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil, 1955-1964*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972. Sobre a trajetória de Francisco Julião consultar: PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Francisco Julião: em luta com seu mito*. Golpe de Estado, exílio e redemocratização do Brasil. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

³⁰⁸ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostalismo: Brasil e América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 70.

³⁰⁹ROLIM, Francisco Cartaxo. op. cit., 1994. p. 70.

que tinha como objetivo principal atuar na defesa de trabalhadores rurais cujas pequenas propriedades eram vistas por grandes pecuaristas como um empecilho ao avanço de suas atividades³¹⁰. Conforme relato do próprio Manoel da Conceição no livro *Essa terra é nossa*³¹¹, o movimento, que iniciou suas atividades de forma pacífica, tentando acessar as vias institucionais de salvaguarda dos interesses dos pequenos agricultores – inclusive em audiência com o governador do Maranhão – teve como única opção ir às armas para repelir a tiros o gado dos grandes pecuaristas que avançavam sobre as terras dos agricultores.

A atuação de Manoel da Conceição como líder dessas ações armadas e depois na presidência do sindicato dos pequenos produtores, além da forte perseguição da polícia, acabou lhe custando a expulsão da igreja porque era inaceitável que um fiel se metesse em atividades dessa natureza seja qual fosse a motivação.³¹²

Um presidente considerado “dúbio” que aumentava o seu poder de governança pós-plebiscito; fiéis se deixando seduzir pelas falas “esquerdistas” de justiça e indo à luta movidos por ideias “revolucionárias”. Essa era a realidade que saltava às vistas dos mandatários da AD e que torna compreensível a iniciativa de *A Seara* de se posicionar contra a “ameaça” comunista na série de matérias “Atitude cristã face ao comunismo” assinada por Antonio Gilberto da Silva.

O autor do texto, assembleiano que escrevia como representante da cadeira de *Religião e Doutrinas Falsas* do Instituto Bíblico Pentecostal, nessa ocasião era militar da Marinha Brasileira³¹³, aspecto importante a ser ressaltado, considerando a tradição anticomunista nos círculos militares do Brasil.³¹⁴ Já o Instituto Bíblico Pentecostal ao qual o autor aparecia filiado, havia sido fundado pelo missionário estadunidense Nels Lawrence Olson, em 1961, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo oferecer ensino teológico com aulas presenciais noturnas. Não era fruto de uma iniciativa institucional da AD, via Convenção Geral, devido à resistência da liderança assembleiana contra essas “fábricas de

³¹⁰ROLIM, Francisco Cartaxo. *O Que é Pentecostalismo?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. NOVAES, Regina Reyes Novaes. *Os escolhidos de Deus*. Pentecostais, trabalhadores e cidadania. Rio de Janeiro: Marco Zero/Iser, 1985.

³¹¹SANTOS, Manoel da Conceição. *Essa terra é nossa*. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980.

³¹²ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostalismo: Brasil e América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1994.

³¹³Antonio Gilberto da Silva (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 789-790.

³¹⁴FERREIRA, José Roberto Martins. *Os Novos Bárbaros: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro*. São Paulo, 1986.

pastores”³¹⁵. Todavia, mesmo sem o consentimento oficial da CGADB, a iniciativa foi considerada um sucesso, tanto que a lista de formandos da primeira turma do *Instituto Bíblico Pentecostal (IBP)*, no ano de 1964, tinha um total de sessenta e dois alunos.³¹⁶

Por suas características, fica muito nítido que os originais enviados para *A Seara*, por Antonio Gilberto da Silva, tinham como origem o material didático utilizado em suas aulas na cadeira de *Religião e Doutrinas Falsas* do IBP, pois o texto estava dividido em quatro capítulos que eram tidos como imprescindíveis para a “*atitude cristã ante o comunismo*”: *compreensão, instrução, evangelização e dedicação* (Imagem 6).

Antonio Gilberto acreditava que, para se ter uma definição clara do comunismo, era preciso pôr abaixo asserções “errôneas” cultivadas nos meios acadêmicos, entre os operários e também entre religiosos. A principal delas era aquela que entendia que os comunistas tinham como mote principal incitar a luta dos *pobres* contra os *ricos*, dos *operários* contra a *tiranía dos patrões*, do *proletariado* contra a *burguesia*, sempre em favor dos oprimidos. O comunismo não poderia ser entendido sob tais preceitos, mas como um “mal virulento” que atacava o homem em sua totalidade, o *corpo*, a *alma* e o *espírito*. O *espírito* devido à negação da existência de Deus e ao seu materialismo; a *alma* pelo fato de tolher as liberdades ao impor a lealdade absoluta ao partido e a crença nas leis científicas; e por fim o *corpo*, considerando que muitos trabalhadores tinham a saúde comprometida em campos de trabalho forçado.

Por essas características, o comunismo não era concebido no texto apenas como um movimento político, econômico e social, mas sim como uma religião. Mas não uma religião a mais entre tantas outras, antes sim como uma religião extremamente avessa ao cristianismo por inverter completamente os principais elementos da fé cristã, sobretudo por exigir a fidelidade que só era merecida por Deus e substituir a Bíblia pelos livros de Marx e Lênin. Tratava-se de um “mal” que poderia afetar a todos, um “fanatismo religioso” capaz de conquistar desde os mais *pobres* e *iletrados* até os ricos e intelectuais:

³¹⁵Instituto Bíblico das Assembleias de Deus (IBAD) (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 387-388.

³¹⁶Instituto Bíblico Pentecostal (IBP) (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 388-389.

ATITUDE CRISTÃ FACE AO COMUNISMO

Por Antônio Gilberto

da cadeira de Rel. e Doutrinas Falsas do Instituto
Bíblico Pentecostal — Rio

A atitude ou ação cristã ante o Comunismo, resume-se em quatro pontos.

I. COMPREENSÃO

A primeira providência é procurar compreender o que é o Comunismo.

II. INSTRUÇÃO

Compreendendo o que é o Comunismo, o passo seguinte é instruir o povo para que evite o mal. A ignorância é o pior dos males.

III. EVANGELIZAÇÃO

Instruir ou educar o povo quanto ao Comunismo não é suficiente. É muito importante, mas não é bastante. É preciso espalhar o Evangelho de Cristo, que é o poder de Deus para salvação de todo o que crê. Ninguém crerá se não houver quem pregue. A instrução reforma, altera. O Evangelho transforma, regenera, salva.

IV. DEDICAÇÃO

A evangelização só avançará com rapidêz se houver real dedicação por parte dos crentes. Havendo plena submissão a Deus, o Seu Espírito operará em nós a dedicação e paixão pelas almas perdidas. É fato reconhecido que milhares e milhares de filhos de Deus estão escondendo seu talento, enquanto milhares vão sendo agridoados pelo comunismo e caminham para a perdição.

Capítulo I

COMPREENSÃO

Ser contrário ao Comunismo sem ter uma compreensão pelo menos em parte do que ele realmente é, isto é, as leis sob as quais ele age, de nada adianta. O Comunismo considera útil alguém que lhe é contrário sem conhecê-lo. Seria como perguntar: «V. é contra ou a favor da tuberculose?» e V. res-

ponder: «Sou contra», sem saber porque. Proceder assim é ser apenas um eco ou reflexo dos demais. O odiar um mal em nada contribue para o seu tratamento. O ideal é ter um conhecimento racional do que o Comunismo é.

Como religião, o Comunismo dá sentido diferente a cada aspecto da vida humana, exigindo também lealdade absoluta de seus adeptos. Êle reclama a classe de fidelidade que é devida somente a Deus. A sociedade perfeita que êle promete construir toma o lugar do Reino de Deus. As obras de Marx e Lênine, substituem a Bíblia como fonte de autoridade. O Comunismo ensina que a origem do pecado e de todo o mal está na propriedade privada, portanto mudando-se o sistema econômico, a raça humana será transformada. Destarte, o homem por seus próprios esforços aniquilará o pecado. Noutras palavras: – o Comunismo ensina que o pecado não está no homem e sim no sistema social. A salvação está dentro do próprio homem (...) por ser o Comunismo uma filosofia de vida, êle conquista não somente a classe medíocre, iletrados e oprimidos, mas também ricos e intelectuais. Seu fanatismo religioso é o pior que se tem notícia.³¹⁷

Para dar a devida “*instrução*” aos leitores, o articulista apresentou um breve histórico das principais lideranças da Revolução Russa e deu destaque ao “Plano de Conquista do Mundo”, algo que estava na pauta das discussões nos círculos conservadores do Brasil de então. De acordo com a reportagem, o domínio do comunismo era algo inevitável se os países capitalistas não tomassem medidas capazes de frear as ações dos “infiltrados” em gabinetes, centros de ensino, grêmios trabalhistas, igrejas, centros sociais, clubes esportivos e recreativos, indústrias, associações e, até mesmo, nas forças armadas. A situação de alerta foi descrita nas seguintes palavras: “*em 45 anos (1917-1962) o Partido passou de 40.000 a 900.000.000, isto é, um aumento de 2 milhões %. Isto é alarmante! Cada comunista está convicto de que o Comunismo dominará o mundo.*”³¹⁸

Outro ponto de destaque foram as promessas da “religião comunista” que em suas generosas latitudes eram capazes de alcançar o rico e o pobre. No entender de Antonio Gilberto, o comunismo trabalhava na cooptação dos “*pobres, ignorantes, os menos privilegiados e as massas em geral*” e também dos “*ricos, intelectuais, reformadores, idealistas, líderes*”³¹⁹. A estratégia dos comunistas era entregar uma mensagem específica para cada classe social. Às *massas* dizia-se:

Sigam-nos e construiremos um mundo nôvo para vocês e para seus filhos. Nêsse novo mundo não haverá pobreza, fome, frio, exploração, guerra, nem drogas. Haverá somente paz, cultura, fartura, irmandade perfeita, igualdade absoluta, liberdade, justiça, melhor salário com menos horas de trabalho.³²⁰

³¹⁷“Atitude cristã face ao comunismo”. A *Seara*, n° 31, março/abril de 1963. p. 23.

³¹⁸“Atitude cristã face ao comunismo”. A *Seara*, n° 31, março/abril de 1963. p. 24.

³¹⁹“Atitude cristã face ao comunismo”. A *Seara*, n° 31, março/abril de 1963. p. 24.

³²⁰“Atitude cristã face ao comunismo”. A *Seara*, n° 31, março/abril de 1963. p. 24.

Já ao segundo grupo, formado pelas classes abastadas e remediadas, a mensagem era:

Sigam-nos, pois vamos criar uma nova sociedade, onde a humanidade terá uma nova natureza, completamente transformada, superior em tudo à atual. O mundo nôvo que vamos criar será povoado por uma raça superior a qualquer outra jamais conhecida. Essa nova raça será liberta do vício desaprovação e pecado. Tais promessas seduzem milionários, professores, líderes e até líderes religiosos.³²¹

Nessas promessas havia, no entendimento de Antonio Gilberto “*um plano satânico e totalmente antibíblico*”, isto porque o esquema comunista previa primeiro a transformação do mundo e depois a do homem e o que sustentava esse plano eram três elementos muito caros a essa filosofia e que deveriam ser veementemente rechaçados: o “ateísmo”, o “materialismo” e o “determinismo econômico”. Por serem basilares na estruturação do ideário comunista, o articulista tratou de apresentar o que significava cada um desses itens:

ATEÍSMO: o comunismo declara terminantemente “NÃO HÁ DEUS”. A idéia de Deus é fruto da Luta de Classes; findando tal luta, a ideia de Deus desaparecerá. O fundador do Comunismo KARL MARX foi ateu antes de ser comunista do mesmo modo que ENGLES e LÊNIN (...) **MATERIALISMO:** liquidando Deus vem o ataque ao homem, isto porque o cristianismo ensina que o homem foi criado à imagem de Deus. Não havendo Deus, o homem não foi criado a imagem do que não existe. Diz o comunismo que todo o universo é matéria e matéria sòmente. A matéria teve origem num processo material ainda desconhecido. O homem é tão sòmente matéria em movimento; termina com a morte. Não tem alma nem espirito, portanto, não tem céu para ganhar nem inferno para temer. A diferença do metal para o homem é que o primeiro é matéria em repouso e o segundo é matéria em movimento. O homem é um animal de escala mais elevada, mais é um animal e nada mais; a raça humana é o conjunto desses animais (...) O pensamento do homem é segregado pelo cérebro assim como o fígado segrega a bilis. Tôda a vida do homem – pensamento, emoções, sentimentos, cultura, religião, vêm do movimento e ação dos seus próprios órgãos: cérebro, coração, nervos e glândulas. Não há qualquer valor associado à vida humana. Esta é apenas a luta por alimento, roupa e abrigo. Daí não terem os comunistas o menor respeito à vida humana. **DETERMINISMO ECONÔMICO:** a filosofia comunista afirma que a total personalidade humana, isto é, o conjunto de atributos e qualidades que caracterizam cada indivíduo, como sejam: pensamentos, emoções, experiências religiosas, atitudes familiares, sentimentos, dote artísticos e cultura em geral se derivam e dependem do sistema econômico. Ensina o comunismo que “a religião foi criada pelo homem para suavizar os sofrimentos infligidos pelas forças da natureza. Ela é uma fuga da escravidão econômica em que a maior parte da humanidade se encontra. Acabando a escravidão econômica a, religião desaparecerá. (...) Por isso, quando o comunismo mudar o sistema econômico, executará também um programa de expurgação da humanidade doentia, pois o sistema comunista não poderia formar uma nova ordem social com matéria prima tão ruim que somos nós ... Esse programa para aperfeiçoar e purificar a humanidade será levado a cabo pela ciência.”³²²

³²¹“Atitude cristã face ao comunismo”. A *Seara*, n° 31, março/abril de 1963. p. 25.

³²²“Atitude cristã face ao comunismo”. A *Seara*, n° 31, março/abril de 1963. p. 25-26

Esses três elementos, juntos, justificavam a implantação da ditadura do proletariado e os atos de violência que vinham no seu bojo. Antonio Gilberto cuidou de apresentar quais seriam as principais medidas “científicas” dos comunistas depois que dominassem o mundo. Eram elas:

a) *destruição do sistema capitalista, por uma revolução à base da violência* – pois se o capitalismo era a raiz de todos os males, essa ordem econômica deveria ser exterminada com o emprego da força;

b) *Implantação da ditadura do proletariado* – os proletários e não mais os governos constituídos assumiriam os postos de mando;

c) *Eliminação das classes sociais “incuráveis”* – os que fossem considerados capitalistas “incuráveis” deveriam ser eliminados em assassinatos em massa; sublinhava-se que entre esses “incuráveis” estavam os ministros religiosos, diretores de igrejas e membros de influência, estudiosos da Bíblia, chefes de serviços e instituições como sociedades bíblicas, instituições de ensino e de cunho assistencial;

d) *Hospitalização dos “enfermos curáveis” em campo de trabalho corretivos* – os “enfermos”, pessoas que ainda cultivassem ideias capitalistas, deveriam ser enviados aos campos de trabalho forçado nos quais haveriam de encontrar a cura para as *chagas capitalistas*;

e) *Reeducação da população em geral à base de novas relações de trabalho em lugar de remuneração* – os trabalhadores deveriam se adaptar a uma nova lógica de trabalho na qual um atraso poderia ser visto como um ato de sabotagem, enquanto que uma falta poderia ser entendida como uma grave demonstração de traição;

f) *Surgimento da nova geração com o caráter não influenciado pelo capitalismo e apropriado ao ambiente comunista* – as crianças que nascessem já no novo regime, segundo os comunistas, estariam livres de pecados, vícios, inclinação para o mal e viveriam em um mundo sem crimes, corrupção e desarmonia, pois estas mazelas eram próprias do sistema capitalista.

A conclusão da primeira parte dessa matéria deu fechamento ao assunto indicando que as promessas comunistas de uma nova ordem e de “transformação da natureza humana” eram meras fantasias, engodos do marxismo para envolver, por meio da “operação de Satanás”, os povos: “*é uma história semelhante à da lâmpada de Aladim, ou das Mil e uma*

Noites, ou ainda as lendas mágicas da Mitologia Grega”³²³. Em suma, todo o esforço do articulista foi mostrar aos leitores que o comunismo prometia um paraíso terreal e entregava, aos incautos que lhe davam crédito, um regime que era o próprio inferno na Terra.

No número 32 de *A Seara* (maio/junho de 1963), em que foi publicada a segunda parte da matéria, Antonio Gilberto seguiu em sua faina instrutiva e apresentou aos leitores alguns *conceitos* que deveriam contribuir no deslindamento da complexa engenharia terminológica do ideário comunistas. Eram eles: 1) *guerra de classes*; 2) *Paz*; 3) *proletariado e capitalismo*; 4) *propriedade*; 5) *conquista do mundo*.

Sobre a *guerra de classes* o articulista ensinava que, para os comunistas, a humanidade estava dividida em duas forças principais que se opunham frontalmente, os *operários* e os *patrões*; e para que os leitores compreendessem o cerne dessa lógica, o autor preocupou-se em explicar o raciocínio dialético no marxismo. Na interpretação de Antonio Gilberto, os seguidores de Karl Marx acreditavam que o universo operava a partir da oposição de duas forças, uma “progressiva” e principal chamada “tese” (proletariado), e uma “reacionária” denominada *antítese* (burguesia) de modo que a força “progressiva” deveria prevalecer sobre a força “reacionária”, resultando na *síntese*. O importante nisto, entretanto, era como essa forma de entender a organização do mundo dos comunistas se refletia no campo social porque era exatamente esse mecanismo que embalava todos os arroubos revolucionários que tinham por fim último exterminar a classe patronal, também chamada *burguesa*, em favor dos operários.

O perigo estava, no entender do articulista, na compreensão mesma do que seria essa classe *burguesa* a ser destruída pela ditadura do proletariado. Para ele, os leitores não deveriam se deixar enganar, a categoria *burguesia* não estava circunscrita somente aos endinheirados que possuíam empregados, mas abarcava todo o *sistema democrático*, todas as *religiões* e *liberdades* humanas por pertencerem ao universo burguês. Ou seja, o comunismo não era uma ameaça somente aos grandes e médios capitalistas, como deixava entender a propaganda *vermelha*, era nocivo a todos os cidadãos, mesmo os mais pobres, porque atentava contra as liberdades, inclusive a de crença:

Dizem os marxistas que a religião é uma forma de opressão espiritual sobre as massas populares. O desejo de uma vida melhor no céu, nasce da impossibilidade das classes exploradas se libertem da luta contra os exploradores. Daí vem a crença nas divindades, no diabo, nos milagres. Segundo eles, a religião nada mais é do que

³²³“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, nº 31, março/abril de 1963. p. 27.

um “travesseiro” para fazer o crente dormir com paciência e resignação, esperando uma vida melhor no além. São de Marx e Engels a declaração de que para o homem viver a sua vida e dirigir seus destinos é preciso destruir primeiro a religião e em seguida a propriedade.³²⁴

Antonio Gilberto mostrava-se preocupado com o conceito de *paz*, uma “*palavra mágica*” largamente utilizada pelos comunistas em seus discursos e que seduzia milhares de seguidores. O articulista alertava: a *paz* dos comunistas estava na *síntese* o que pressupunha, invariavelmente, a destruição da burguesia e de todos os valores que a filosofia vermelha julgasse estar ligado a ela. Ou seja, a *paz*, para os comunistas significava um estágio de supressão das liberdades e de instauração irrestrita da violência:

A destruição da Burguesia e o domínio do proletariado será a PAZ! É a conquista total da força. De acordo com esse conceito filosófico, o comunismo é o povo da Paz, por isso, toda ação comunista é uma ação pacífica. Atiram, matam, exilam, forçam, fuzilam, enterram, “pacificamente”. Todo ato que contribuir para a conquista do mundo é um ato pacífico. Os fuzis e as balas são pacíficas. Os massacres da Hungria, Coréia, etc., foram “pacíficos”. Deste modo eles prosseguirão pacificamente até conseguirem a Paz. Portanto, quando um comunista fala de PAZ, refere-se à paz conforme a Dialética Materialista, ou seja: vitória total do comunismo. Pensar que se pode negociar a verdadeira Paz com o Comunismo, revela falta de compreensão do mesmo. Para ele cada negociação, petição, delegação ou conferência é um ato de guerra.³²⁵

Muito zeloso na familiarização dos leitores de *A Seara* com o vocabulário dos comunistas, Antonio Gilberto, depois de apresentar a definição de *proletariado* e de *capitalismo*³²⁶, dedicou-se a demonstrar os equívocos na concepção de *propriedade* que tinham os comunistas. O erro primário estava na formulação tão presente no ideário vermelho de que a *propriedade* era algo meramente inventado pela *lei*, uma proposição, segundo o articulista, errônea por desconsiderar as raízes históricas da *propriedade*, tanto no direito consuetudinário como na própria natureza: “*É pela posse dos bens que até os animais se batem, o cão pelo seu osso, o tigre pela sua furna*”³²⁷. Ao querer que toda propriedade fosse

³²⁴“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, nº 32, maio/junho de 1963. p. 21.

³²⁵“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, nº 32, maio/junho de 1963. p. 22.

³²⁶O articulista apresentou as seguintes definições para os referidos termos. Proletariado: “*Afirmam os comunistas que a classe do proletariado é a mais progressiva da história e que a classe capitalista é degenerada e deve ser destruída. Para eles esta lei está escrita na própria existência do universo. É coisa natural e certa*”. Capitalismo: “*Declaram que o capitalismo cria um ambiente degenerador e gente degenerada. Vício, crime e egoísmo não são falhas do indivíduo e sim resultado do ambiente capitalista. Crêem que não se pode regenerar a humanidade sem destruir o capitalismo, e não se pode destruir o capitalismo sem conquistar o mundo. O procedimento para conquistar o mundo é fomentar a guerra de classes*”. “Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, nº 32, maio/junho de 1963. p. 22.

³²⁷“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, nº 32, maio/junho de 1963. p. 22.

administrada pelo Estado, prosseguia em seu argumento, o comunismo não estava preocupado em garantir a plena igualdade dos indivíduos, mas sim em instaurar um “*totalitarismo absoluto*” em que o indivíduo se perderia em meio à coletividade.

Quanto à aspiração de *conquista do mundo*, o articulista lembrava que essa propositura não deveria ser tomada como mera força de expressão, pois a cartilha comunista ensinava que esse regime só alcançaria sua plenitude quando se tornasse um sistema-mundo e que essa conquista, dadas as contradições do capitalismo, seria inevitável:

O conceito de que o Comunismo dominará o mundo está impresso na vida de cada marxista. Cada adepto está convicto de que o Comunismo cumprirá os seus planos de conquista. Acham que êste fato está decretado pelas próprias leis da natureza. É uma coisa que terá que acontecer.³²⁸

No cenário político em que essas sentenças foram lançadas não é difícil imaginar a dimensão que poderiam alcançar. João Goulart, que quase não tinha encontrado meios de assumir o cargo de presidente em 1961, devido à acusação de ser um “esquerdista”, acabara de conseguir o reestabelecimento do presidencialismo que lhe abria maior espaço para levar adiante as metas de seu governo. Com isso, os temores em relação a Jango – que na verdade estavam no horizonte político e social desde o arranjo parlamentarista que lhe havia permitido alcançar a presidência – voltaram a perturbar com mais intensidade os anticomunistas de diversos matizes.

Antonio Gilberto, por exemplo, não disfarçava seu descontentamento pela falta de uma organizada mobilização anticomunista em um momento de tão “séria ameaça”. A contrapropaganda, para ele, era uma questão de ordem porque o comunismo agia infiltrando seus agentes nos segmentos estratégicos da sociedade, inclusive nos governos, e carregavam uma mensagem com chavões poderosos, como o de *igualdade*, que tinham forte apelo popular.

Se os defensores do comunismo traziam diversas promessas capazes, por seu conteúdo aferrado à justiça social, de mobilizar milhares de pessoas, era necessário, por meio de campanhas, desqualificar essas ideias comunistas que propunham o estabelecimento de uma sociedade igualitária por se tratar de um projeto inexequível e que poderia atentar contra a organização e harmonia da coletividade. A desigualdade, chamada de maneira eufêmica de “diversidade” pelo autor do texto, longe do caráter pernicioso que lhe era atribuído pelo

³²⁸“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, n° 32, maio/junho de 1963. p. 22.

comunismo, servia para garantir “*a possibilidade de repartir os indivíduos pelas atividades de caráter social em conformidade com suas respectivas capacidades [pois] se todos fôssem igualmente capazes de tudo ninguém quereria se submeter aos trabalhos mais árduos e aos afazeres menos importantes*”³²⁹. E acrescentava:

Para os comunistas, uma vez estabelecida (?) a igualdade entre os indivíduos, todos serão robustos, altos, bonitos, inteligentes, honestos etc (!...) desaparecendo os fracos, baixos, feios, brancos, desonestos etc ... Diz a filosofia marxista que se há homens educados e homens grosseiros [é] porque a diferença de fortuna não permite a todos igual educação, e que quando o regime vermelho vier igualará a humanidade. Entretanto, é sabido que muitos homens ricos são estúpidos e grosseiros, sendo comum encontrar-se mais inteligência e energia moral no filho do pobre do que no do homem abastado. Os mais célebres homens não foram mimados pela fortuna, sejam homens da arte, cientista ou inventores (...) A expressão comunista “igualdade absoluta entre os homens” é mera força de expressão a serviço de propaganda mal intencionada, pois visa incutir na consciência das multidões falsos postulados capazes de realizar a utopia da felicidade.³³⁰

Munido desses contra-argumentos, Antonio Gilberto foi imperativo ao conclamar congressistas, autoridades civis e militares, estudantes e professores, igrejas para que se unissem na organização de um programa de instrução anticomunista nas rádios, televisões, igrejas, escolas e na imprensa. Nas rádios e nas redes de televisão, o articulista pedia que fossem instituídos, tanto pelo poder público como por iniciativa de particulares, programas diários nos quais fossem veiculadas mensagens de alerta à população. As escolas também deveriam atuar de maneira estratégica a fim de garantir um ensino adequado às especificidades de cada grupo de alunos sobre os “males” do comunismo.

Os professores não deveriam se limitar em insuflar o ódio ao comunismo, pois o mais importante era apresentar sistematicamente a filosofia vermelha com suas leis e táticas para que os jovens não fossem ludibriados pela argúcia dos comunistas. A imprensa escrita também não poderia se furtar desse compromisso de conscientização sobre os embustes do comunismo. Para Antonio Gilberto, era inadmissível que não houvesse um *livro-texto* de referência sobre o assunto enquanto a literatura comunista espalhava-se com grande velocidade em todas as principais línguas do mundo; “*as impressoras vermelhas não param noite e dia, para disseminar o bolchevismo, enquanto do nosso lado a democracia nada faz para utilizar o poder dêsse meio de instrução*”³³¹, queixava-se o articulista.

³²⁹“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, n° 32, maio/junho de 1963. p. 24.

³³⁰“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, n° 32, maio/junho de 1963. p. 24.

³³¹“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, n° 32, maio/junho de 1963. p. 25.

E a igreja, que papel deveria desempenhar, considerando-se sua obrigação de se manter distante de temas de natureza política? Na compreensão de Antonio Gilberto, esse “apoliticismo” não deveria servir de desculpa para a igreja se manter à parte desse debate e por uma simples razão que nada tinha a ver com a invasão de pautas políticas nos templos: o comunismo deveria ser atacado no seu *lado religioso*:

A Igreja como o corpo de Cristo é um organismo vivo e espiritual, porém ela é composta de seres humanos com seu lado social. A Igreja é sempre apolítica, por isso, sua orientação nêsse sentido sempre abrangerá o lado religioso do Comunismo. O lado social da igreja precisa ser advertido nesse sentido. A instrução provida pela Igreja é sempre imparcial e livre de quaisquer influências.³³²

Um aspecto que perpassa os dois textos da série *Atitude cristã face ao comunismo* que não poderia deixar de ser mencionado em nossa análise, é a defesa apaixonada de Antonio Gilberto aos valores da democracia que se viam ameaçados pelo espectro do comunismo. Esse tipo de alegação era comum nesse período entre os anticomunistas no Brasil e se fez presente nos acontecimentos que culminaram na deposição do presidente João Goulart, em março de 1964.

Livrar o país do comunismo seria, pois, garantir a ordem democrática em oposição aos agrupamentos políticos e sociais que, com suas pretensas reformas, queriam a “comunização” do Brasil. Imerso nesse ambiente de temor, Antonio Gilberto estabeleceu que o “totalitarismo vermelho” poderia varrer os direitos democráticos e explicou:

A oposição entre as democracias e o comunismo não é uma coisa formal, porque, é antes de tudo filosófica, e, portanto, entre os dois regimes não pode haver aliança duradoura (...) a democracia reconhecendo os direitos naturais do homem, como das noções, tem por base a liberdade humana.³³³

Se vigorasse no país, o comunismo atacaria, no entender do articulista, quatro liberdades fundamentais da democracia: 1) Liberdade pessoal; 2) Liberdade de palavra; 3) Liberdade de reunião pacífica; 4) Liberdade religiosa; todas descritas nessas palavras:

(1) Liberdade pessoal. De livre locomoção, de escolha de domicílio, de entrar no território nacional ou dêle sair que e como lhe convier, de agir como entender uma vez que não atente contra os direitos alheios ou da coletividade. Onde é assegurado êsse direito? Somente nas nações democráticas. (2) Liberdade de palavra. De livre

³³²“Atitude cristã face ao comunismo”. A *Seara*, n° 32, maio/junho de 1963. p. 25.

³³³“Atitude cristã face ao comunismo”. A *Seara*, n° 32, maio/junho de 1963. p. 22.

expressão do pensamento, de crítica a atos públicos ou de particulares. É por demais sabido que no regime vermelho não há a mínima liberdade de imprensa. (3) Liberdade de reunião pacífica. De associação, para qualquer finalidade cívica, religiosa, artística e científica. O Estado Soviético controla tudo. A arte e a ciência, da Rússia, são padronizadas. (4) Liberdade Religiosa. De crença, de culto (...) não se pode afirmar que o povo russo esteja reintegrado definitivamente no gozo da liberdade religiosa, porque o comunismo, na sua essência materialista, é fundamentalmente irreligioso.³³⁴

Era necessário ir às últimas consequências em defesa das liberdades, dos direitos individuais e coletivos, por isso, a democracia apresentava-se como elemento inegociável e legitimador de todos os esforços contra os grupos anticomunistas. Para o autor de *Atitude cristã face ao comunismo*, escrevendo há menos de um ano do golpe que interromperia a normalidade democrática do país, não havia opção aceitável fora da democracia, fosse à esquerda, fosse à direita:

(...) não se pode deixar de chegar à conclusão de que só o regime democrático preserva a dignidade pessoal. Os regimes totalitários – da esquerda e da direita – são opressivos e atentatórios contra as liberdades cujo gozo condicionam a felicidade humana. Portanto, todos aqueles que não têm vocação para serem escravos, só podem ter uma atitude na vida: serem democratas, sabendo que, nada pode haver de comum entre democracia e totalitarismo.³³⁵

Há nessa citação um ponto de vista que merece ser colocado em perspectiva, pois como é sabido, o golpe de 1964, além da participação efetiva de civis, teve apoio de diversos segmentos da sociedade civil, incluindo amplas porções da Igreja Católica e das instituições protestantes, as mesmas porções, aliás, que em seus proselitismos vociferavam palavras de ordem em favor da democracia. Em vista disso, uma questão-chave se coloca de maneira imperativa nessa altura de nossa análise: como se comportou a equipe editorial da revista *A Seara*, encabeçada por Emílio Conde, diante do golpe e nos anos posteriores em que uma contínua escalada autoritária acabaria culminado no Ato Institucional nº5 de dezembro de 1968?

Sob o comando de Conde, que deixou a CPAD justamente no mês em que o AI-5 foi baixado, *A Seara* testemunhou, de um lado, a tomada violenta do poder pelos militares, o governo de Castelo Branco (1964-1967), de Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e o aprimoramento das políticas arbitrárias do Estado autoritário e de outro, a crescente onda de contestação ao regime imposto pela força das armas.

³³⁴“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, nº 32, maio/junho de 1963. p. 22-23.

³³⁵“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, nº 32, maio/junho de 1963. p. 23.

Tempos de muitas dúvidas e inquietações que novamente colocariam à prova o intento do “apóstolo da imprensa” de manter a revista no percurso prometido no editorial *Tudo novo, tudo melhor*, de janeiro de 1959. Nas páginas seguintes deste capítulo, portanto, nossa análise estará circunscrita ao período de abril de 1964 a dezembro de 1969, com o objetivo de compreender a postura da revista nesses últimos anos em que Emílio Conde coordenou os trabalhos de *A Seara*.

3.3) A política e os políticos em *A Seara* (1964-1969)

3.3.1) O golpe de 1964 nas páginas de *A Seara*

No geral, as igrejas evangélicas, assim como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), deram calorosos vivas a ação dos militares no fatídico 31 de março de 1964, entusiasmadas, particularmente, pelo pensamento de que, com as Forças Armadas no poder, afastava-se qualquer ameaça comunista do país. Paul Freston aponta, até mesmo, certa coincidência na linguagem da Igreja Católica e das denominações evangélicas no pós-Golpe: “*Deus atendeu as orações de seu povo*”³³⁶. De acordo com Lyndon de Araújo Santos, após o Golpe:

As igrejas evangélicas passaram a receber um tipo de pregação mais conservador e fundamentalista, oriundo das altas lideranças que apoiavam o regime. O ambiente eclesástico reproduziu o que a sociedade vivia sob símbolos e discursos religiosos. Os evangélicos se tornaram mais intolerantes com a diferença (...) ser evangélico era possuir uma ética pessoal exemplar, estar preocupado com o comportamento e com a transmissão da experiência religiosa para os “perdidos.”³³⁷

Lyndon Santos dividiu a atuação dos evangélicos no regime militar, num olhar panorâmico, em três espaços: no *púlpito*, na *praça* e no *palanque*. O *púlpito* era o espaço onde pregadores davam eco a mensagens contra a participação dos crentes na política e muito mais ainda em partidos que faziam oposição ao governo militar. A certa altura dos acontecimentos, a imposição do bipartidarismo facilitou ainda mais os arranjos das prédicas favoráveis ao governo que, a partir de então, eram estruturadas em uma plataforma maniqueísta: o MDB

³³⁶FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Campinas: Tese (doutorado em Sociologia). IFCH, UNICAMP, Campinas, 1993. p. 157.

³³⁷SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. (Org.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 159.

ligado às forças do “mal” *versus* a Arena que representava os anseios cristãos: “*se quisermos encontrar alguns dos principais porta-vozes do regime militar no espaço e no tempo cotidianos do período pós-64, busquemos os milhares de pregadores dominicais*”³³⁸, assevera o autor.

A livre atuação nos espaços públicos, em especial nas *praças*, galvanizava a tão propalada liberdade religiosa que estaria em risco nos tempos de ameaça comunista, até mesmo porque os evangélicos viam como um privilégio essa possibilidade de livre atuação em espaços públicos em um momento que aglomerações não eram bem vistas pelas autoridades, isso sem falar da relativa facilidade que tinham em obter concessão para operar programas radiofônicos. Por fim, eles também estavam nos *palanques*, como representantes parlamentares que, na maioria das vezes, alcançavam assento nas casas legislativas sem qualquer apoio formal de suas igrejas.³³⁹

No entender do sociólogo Francisco Cartaxo Rolim, os pentecostais no Brasil optaram por apoiar o governo militar, mas não eloquentemente como ocorreu em outros países, como no caso do Chile, onde as igrejas do ramo pentecostal esboçaram escancarado consentimento à ação arbitrária de Augusto Pinochet que retirou Salvador Allende do poder. Em nosso país, ainda segundo a visão desse estudioso, tanto as igrejas pentecostais como o próprio governo militar, procuraram manter uma distância de segurança. Assim argumenta o sociólogo:

uma demonstração de simpatia [do governo militar para com os pentecostais] externada iria ferir os brios dos eclesiásticos conservadores e estes o regime fazia questão de manter ao seu lado. Mas o fato é que as igrejas pentecostais deram seu apoio, não de público, mas veladamente.³⁴⁰

E para o caso específico de *A Seara*, podemos dizer que nela houve manifesto apoio ao regime militar? A resposta é: sim e não! Embora essa ambiguidade possa parecer estranha, na realidade é aí que está a chave de compreensão dos meandros de uma abordagem tão irregular de *A Seara* sobre o Estado autoritário brasileiro. Não há como realizar um enquadramento unidirecional sobre como a revista se posicionou diante das ações perpetradas pelos militares no comando do país. Tudo o que foi dito em suas páginas, assim como os seus

³³⁸SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. (Org.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 162.

³³⁹SANTOS, Lyndon de Araújo. op. cit., 2005.

³⁴⁰ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostalismo: Brasil e América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 174.

silenciamentos, devem ser analisados sob a perspectiva da composição do corpo editorial do periódico.

Isto posto, podemos dizer que há um marco fundamental na relação da revista com o governo militar e não será surpresa que esse marco esteja inextrincavelmente ligado à pessoa do senhor redator-chefe Emílio Conde. Sim, mais uma vez o senhor Conde que com seu peso institucional foi capaz de pender a balança editorial da revista para o flanco da moderação e do comedimento, reforçando o escapismo que já vinha sendo praticado pelo periódico, desde janeiro de 1959, às ditas “coisas do mundo”.

O comportamento dos editores de *A Seara*, chefiados por Conde, no contexto imediato do pós-golpe e nos primeiros anos de governo militar, estava em um meridiano que se afastava dos extremos da *reprovação* desabrida e do *apoio* efusivo aos militares. Esse direcionamento já fica bem explícito no número de maio/junho de 1964 de *A Seara*, pois, diferentemente de outros tantos órgãos de imprensa, nessa edição não há nenhuma referência aos fatos ocorridos em 31 de março que levaram à deposição de Jango. Como se estivesse circulando em outro país, inserida em outra realidade, a revista nem sequer reservou uma pequena nota para dar ciência do que se passava no Brasil.

No editorial, espaço propício a esse tipo de opinião, por exemplo, optou-se por publicar um texto em homenagem ao recém-falecido missionário Nels Nelson e nos demais textos distribuídos nas colunas *seções*, *reportagens e flagrantes*, *artigos* e *diversos* manteve-se completo silenciamento, isso em um periódico que se mostrou tão temeroso do comunismo em algumas longas e pedagógicas matérias e que, por óbvio, deveria saudar os canhões e soldados que tomavam às ruas em nome da “ordem” e contra o ardil comunista.

Esse silêncio não significa, em absoluto, que Emílio Conde não fosse simpático à destituição de João Goulart do poder pelos militares. Como faz recordar Saulo de Tarso Baptista: “a conquista do poder pelos militares foi festejada pela Assembleia de Deus como manifestação da providência de Deus, para evitar que o Brasil caísse nas garras do comunismo”³⁴¹. A questão era que, para Conde, a igreja não poderia usar o espaço sacro da revista para expressar abertamente o seu apoio ao governo, por maior que fosse a aprovação das medidas governamentais dos “revolucionários”.

³⁴¹BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Fora do Mundo – Dentro da Política: identidade e “missão parlamentar” da Assembléia de Deus em Belém*. Belém. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFPA. 2002. p. 130-131.

Foi por isso que, entre abril de 1964 e dezembro de 1968 (quando Emílio Conde deixa a CPAD), nenhuma menção direta há sobre o governo ou sobre os acontecimentos gerais que se seguiram ao Golpe. Quando se queria reconhecer os feitos do governo em “defesa” da Pátria e especialmente a liberdade de culto garantida pelas autoridades, a revista o fazia sem alardes, eximindo-se de indicações diretas a nomes e a esferas específicas do governo.

Foi assim na edição de setembro de 1965, em texto alusivo às comemorações da Independência do Brasil:

Novos horizontes se abriram ao nosso País mediante sua independência. Desde então têm os seus dirigentes envidado esforços para levá-lo à Maturidade política. Além de outros não menos significantes, 2 atos se registram em data posterior à Independência, que jamais esqueceremos: a libertação dos escravos e a proclamação da República. Agitações, crises e problemas nunca deixaram de haver, mas sempre se destacou no nosso povo o patriotismo viril que o faz nobre e digno, incapaz de vender nossa Pátria ou de traí-la, sob que pretexto seja. Cabe-nos, como despenseiros dos mistérios de Deus, como guardiães da Eterna Palavra, como atalaias do Altíssimo, como sacerdócio real que somos, interceder pela Pátria. Façamo-lo em oração. Oremos pelo destino do Brasil, para que seus governantes, sua gente e seu destino sejam abençoados por Deus. Não esqueçamos a grande liberdade religiosa de que desfrutamos. Não esperemos que perseguições se façam mister para podermos despertar e completar a obra de redenção espiritual da nação brasileira. Clamemos, Anunciemos, Oremos!³⁴²

Impossível não perceber que essas palavras diziam respeito aos acontecimentos que levaram à tomada do poder pelos militares, uma vez que, ao se falar que as “agitações”, as “crises” e os “problemas” não deveriam ser motivos para que a pátria fosse “vendida”, o editorial retomava o muito comum argumento de que forças internacionais utilizavam-se dos problemas sociais do país para dominá-lo. Por isso mesmo, os *crentes* deveriam interceder pelo Brasil e pelos seus governantes em orações, sem esquecer da “liberdade religiosa” que, até então, estava sendo garantida pelo Estado.

Esses dizeres, à altura de setembro de 1965, demonstram a simpatia de *A Seara* em relação ao que se passava no país, mormente pela sempre valorizada liberdade de culto. Mesmo assim, deve-se notar que, nesse modo escolhido para expressar apoio à situação política daquele momento, optou-se por referências genéricas ao “governo” e às ditas ameaças que pairavam sobre o país de tal maneira que não há nem sequer uma menção às Forças

³⁴²“Independência ou morte” (editorial). *A Seara*, n° 46, setembro/outubro de 1965. p. 01.

Armadas ou especificamente ao grupo militar que ocupava os postos de mando do Brasil após o golpe.

3.3.2) Os políticos e a política em *A Seara* (1964-1968)

Como foi demonstrado neste capítulo, nos cinco primeiros anos de chefia de Emílio Conde (1959-1964), mesmo com todo o cuidado para manter a revista longe dos debates sobre a relação igreja/política, houve algum espaço para a publicação de matérias sobre a atuação de políticos assembleianos e de outras igrejas protestantes. O mesmo se deu entre abril de 1964 e dezembro de 1968, mas com uma diferença fundamental: apenas um político teve espaço na revista, para ser mais exato um parlamentar do então Estado Federado da Guanabara que, além de não ser membro da AD, tinha uma biografia bastante controvertida para os padrões assembleianos.

O acolhimento de sete reportagens sobre um parlamentar, distribuídas numa série entre os números 43 (março/abril de 1965) e 51 (julho/agosto de 1966), era algo realmente inusitado, considerando-se que o político em questão era José de Souza Marques, pastor batista, filiado à maçonaria, político militante do extinto PTB e que, depois do Ato Institucional nº2 (AI-2), de outubro de 1965, aderiu ao partido de oposição ao governo, o MDB.³⁴³ Se o simples fato de Souza Marques ser um político já o colocava em suspeição diante do seletivo crivo da redação de *A Seara*, não é difícil imaginar o quanto esse receio poderia aumentar pelo fato de o deputado ser pastor batista e maçom.

Em primeiro lugar, porque a relação da AD com os *protestantes históricos* foi marcada por constantes conflitos e clivagens. Em segundo lugar, porque a visão da AD sobre a maçonaria, fortemente alicerçada em teses conspiratórias sobre a existência de rituais diabólicos praticados pelos maçons, era de absoluta reprovação. Pode-se até mesmo conjecturar, devido à discrição que era comum aos protestantes ligados a coletividades maçônicas, que essa informação tenha escapado à redação de *A Seara*, mas o mesmo não pode ser dito sobre a opção do deputado Souza Marques de aderir ao partido oposicionista MDB,

³⁴³BAÍÁ, Paulo Rogério dos Santos. Pensamento social e político de José de Souza Marques: análise da trajetória de vida de um afro-descendente pioneiro das ações afirmativas no Brasil: *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 5, p. 102-125, 2013.

nem de sua trajetória no PTB, partido que fora o principal alvo das forças civis e militares que tramaram o golpe de 64.³⁴⁴

Então, qual era a lógica desse conjunto de reportagens que formava, não parece despropositado assim afirmar, um verdadeiro *corpo estranho* no organismo de *A Seara*? De início devemos apontar o indisfarçável cálculo eleitoral da série sobre o deputado José de Souza Marques, pois a primeira reportagem saiu em março de 1965 e a última em julho de 1966, sendo que, em novembro de 1966, a população do Estado da Guanabara iria às urnas para eleger os representantes da Assembleia Legislativa e o deputado Souza Marques era um dos candidatos.

As reportagens foram assinadas por Adalmino Martins Ferreira, aquele mesmo jornalista que, em julho de 1962, às vésperas das eleições que ocorreriam em 7 de outubro daquele mesmo ano, havia apresentado, em *A Seara*, uma série de reportagens sobre os deputados mineiros João Gomes Moreira (estadual) e de Paulo Freire de Araújo (federal)³⁴⁵, ou seja, mais uma vez o responsável pelos textos não era um repórter que pertencia aos quadros da redação da revista ou mesmo da CPAD e outra vez as reportagens alcançaram as páginas de *A Seara* estrategicamente antes da realização das eleições.

A primeira das sete reportagens sobre José de Souza Marques, que trazia no canto superior direito uma foto do repórter e do parlamentar (Imagem 7), foi destinada à apresentação geral da pessoa do deputado, com destaque à recuperação de uma enfermidade que ele enfrentava e à solicitude com que atendia os membros da AD que o procuravam.

³⁴⁴D'ARAUJO, Maria Celina. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. (Org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994. p. 52.

³⁴⁵“Minas em foco: deputados evangélicos trabalham”. *A Seara*, nº 27, julho/agosto de 1962. p. 26-27.

ENCONTRO COM O DEPUTADO SOUZA MARQUES

1ª de uma série de reportagens do jornalista ADALMIRO M. FERREIRA

Ligamos o telefone para a Avenida Geremário Dantas, 1350.

Tilinta o telefone de lá, e uma voz feminina nos atende.

Perguntamos: por favor desejamos estar com o Deputado Souza Marques, onde ele é encontrado no momento? A nossa interlocutora nos informou que o nosso estimado irmão se achava em um de seus estabelecimentos em Cascadura. Sem perda de tempo para ali nos dirigimos onde fomos encontrá-lo.

Indagamos: está forte, Deputado? «Estou melhor» respondeu-nos. Reinquirimos: o Deputado estava doente? «Sim, estive bastante enfermo, só agora sinto a enfermidade atenuar». Apesar da enfermidade, o Deputado e irmão Souza Marques se encontrava entregue e sempre animado a seus múltiplos afazeres cotidianos, procurando solucionar com carinho os mais diferentes problemas que lhe chegam às mãos a todo momento, de evangélicos de todas as correntes denominacionais tendo, todavia de registrar por justiça, o esmero com que o Deputado Souza Marques recebe os membros das Assembléias de Deus da Guanabara, do Estado do Rio e a muitos outros irmãos procedentes de outros Estados.

ATENDIMENTO

A reportagem teve momentos de admiração ao verificar a maneira pela qual o irmão Souza Marques se detém com a calma de Ministro evangélico solicitude que possa existir em um servo de Deus.

TRATAMENTO

O jeito todo especial dispensado pelo Deputado Souza Marques àqueles que na necessidade o buscam, desvanece a qualquer um, mesmo aos mais insensíveis, uma vez que o nosso irmão se despe, por completo, da sua

O deputado Souza Marques quando era entrevistado pelo jornalista Adalmino M. Ferreira

condição de Deputado igualando-se aos mais humildes, pondo dessa forma, estes à vontade para expor as suas pretensões

RESPEITADO COMO LEGISLADOR

O Deputado Souza Marques é de personalidade marcante, é um legislador de peso, ponderado e sobre tudo amigo, honrando a sua condição de homem evangélico, condições, aliás, que lhe outorgam o privilégio de ver-se cercado do respeito e da sincera amizade por excelência, de todos os seus colegas de Assembléia Legislativa.

Fatos como estes, não poderiam deixar de serem escolhidos nas páginas de «A SEARA», porquanto enaltecem a atuação de um homem público do quilate do Deputado Souza Marques que se vem conduzindo brilhantemente no nosso legislativo estadual.

EPILOGO

Após palestrarmos um pouco com o Deputado Souza Marques, retornamos felizes como em poucas ocasiões, ao nosso convívio, deixando-o lá, a atender às demais pessoas. E não eram poucas...

De imediato, faz-se necessário mencionar que o repórter evitou qualquer acento laudatório sobre a formação acadêmica e o sucesso da vida profissional do deputado Souza Marques, não que faltasse o que ser dito sobre esse parlamentar afrodescendente, de família humilde, que alcançou considerável projeção na sociedade fluminense. O *Dicionário escolar afro-brasileiro*, por exemplo, assegura que ele era formado em Direito e Teologia e que atuou como professor, sendo inclusive fundador de um colégio no subúrbio carioca de Cascadura.³⁴⁶ Já o *Dicionário biobibliográfico de membros da academia evangélica de letras do Brasil*³⁴⁷, acrescenta a esses dados a formação em Ciências e Letras. Mas nada disso ganhou relevo, assim como nada foi dito sobre a filiação partidária do deputado, que era do MDB, e de sua histórica militância petebista.³⁴⁸

Todo o cuidado do repórter foi no sentido de enfatizar a presença de um representante evangélico na Assembleia Legislativa da Guanabara, filtrando todas as informações biográficas e políticas que pudessem causar polêmica. Nas apresentações a reportagem se limitou a dizer:

O Deputado Souza Marques é de personalidade marcante, é um legislador de peso, ponderado e sobre tudo amigo, honrando a sua condição de homem evangélico, condições aliás, que lhe outorgam o privilégio de ver-se cercado do respeito e da sincera amizade por excelência, de todos os seus colegas de Assembleia Legislativa.³⁴⁹

Na segunda reportagem, o jornalista Adalmiro Ferreira destacou que a atuação do deputado Souza Marques na Assembleia Legislativa se dava em favor do “Evangelho” de Cristo, das igrejas evangélicas e especialmente dos pentecostais, fato esse que justificava o espaço aberto por *A Seara* para divulgar as suas atividades naquela casa de leis.

O jornalista também esclareceu que a exposição dessas atividades se daria de forma resumida tantas eram as ações do parlamentar em benefício da fé evangélica:

³⁴⁶Professor Souza Marques (verbete). LOPES, Nei. *Dicionário escolar afro-brasileiro*. São Paulo: Selo Negro. 2ª Edição. 2014. p. 22.

³⁴⁷José de Souza Marques (verbete). MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário biobibliográfico de membros da academia evangélica de letras do Brasil*. Goiânia. Kelps, 2007. p. 22.

³⁴⁸BAÍÁ, Paulo Rogério dos Santos. Pensamento social e político de José de Souza Marques: análise da trajetória de vida de um afro-descendente pioneiro das ações afirmativas no Brasil: *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 5, p. 102-125, 2013. p. 105.

³⁴⁹“Encontro com o Deputado Souza Marques”. *A Seara*, nº 43, março/abril de 1965. p. 19.

Se fôssemos analisar, em seus mínimos detalhes, tudo quanto o Deputado JOSÉ DE SOUZA MARQUES vem fazendo em favor da coletividade evangélica, coletividade essa que tem um princípio a zelar (palavras suas), gastaríamos uma infinidade de tempo, por isso, procuraremos ser mais sintéticos e objetivos na sua apresentação aos queridos leitores.³⁵⁰

Na terceira reportagem da série, Adalmiro Ferreira deu início à apresentação de um projeto de lei registrado sobre o número 1440/65 cujo propósito era disciplinar comportamentos considerados ofensivos ao “pudor público”³⁵¹. O repórter enfatizou que, embora o projeto fosse favorecer toda a sociedade, os maiores beneficiados seriam os evangélicos que eram obrigados a conviver com a “população comum” entregue a *“modernismos perniciosos ao bom senso e à ética cristã”*³⁵².

Na quarta e na quinta reportagens da série, o repórter deu prosseguimento à exposição do projeto 1440/65, detalhando que, com sua aprovação, ficaria determinada a criação de uma “Delegacia Especializada” no interior do Departamento Estadual da Segurança Pública para reprimir atos realizados em público que ferissem a *“moral da família guanabarina, primordialmente a família evangélica”*³⁵³. Por ser um projeto polêmico, tanto pelos custos envolvidos como pela subjetividade do que poderia ser ou não interpretado pela autoridade policial como “atentatório” à moral, o esforço do parlamentar Souza Marques era de demonstrar apoio popular à sua proposta.

E Adalmiro Ferreira deu sua contribuição nesse sentido ao reproduzir trechos de uma carta, disponibilizada pelo próprio deputado, que teria sido enviada por um cidadão entusiasmado com o projeto de nome Claudionor Alves dos Santos. O trecho selecionado dizia:

Exmo. Sr. Educador Souza Marques, Muito Digno Deputado Estadual. Congratulo-me com Vossa Excelência pela iniciativa de da apresentação do projeto de lei sobre a repressão aos crimes de ofensa pública ao pudor, coibindo abusos nos logradouros públicos (...) daí o acerto de Vossa Excelência, cogitando da moralização do nosso povo e tentando resguardar a nossa família de certos inconvenientes (...) que de dia ou de noite, não se pode permitir, de sã consciência, a saída de uma filha para fazer uma compra ou dar um recado, uma vez que estará sempre exposta a cenas

³⁵⁰“Encontro com o Deputado Souza Marques”. A *Seara*, n° 44, maio/junho de 1965. p. 19.

³⁵¹“Encontro com o Deputado Souza Marques”. A *Seara*, n° 45, julho/agosto de 1965. p. 15.

³⁵²“Encontro com o Deputado Souza Marques”. A *Seara*, n° 45, julho/agosto de 1965. p. 15.

³⁵³“Encontro com o Deputado Souza Marques”. A *Seara*, n° 46, setembro/outubro de 1965. p. 15.

degradantes e desagradáveis, ferindo qualquer pai que procure orientar a família dentro de sadios preceitos morais.³⁵⁴

Mas como um homem de veia petebista, José de Souza Marques, além de projetos de cunho moralista, como o 1440/65, também era autor de propostas voltadas à classe trabalhadora, por isso mesmo o autor das reportagens fez questão de colocar em perspectiva tanto o projeto de criação de uma “polícia dos bons costumes” como um outro que recomendava a instituição de um fundo destinado a atender pessoas desempregadas a ser gerido pela Secretaria de Serviços Sociais do Estado da Guanabara.

A intenção do repórter era explicar o que o levou, em sua série de reportagens, a dar atenção ao primeiro projeto e não ao segundo, considerando-se a relevância social do socorro que poderia ser levado às famílias vítimas do desemprego. Mas ele não teve dúvidas em optar pelo projeto 1440/65 por “*seu lado moral, cristão e espiritual*”³⁵⁵, enquanto que a proposta referente ao fundo, ainda que de suma importância, atendia apenas ao “lado material” da vida.

Por fim, as duas últimas reportagens foram reservadas para narrar alguns lances cotidianos nos quais o deputado Souza Marques havia se “destacado” na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, como quando o parlamentar foi escolhido, entre 55 colegas, para ser o orador principal da comemoração do Dia de Ação de Graças.³⁵⁶ Foi digno de nota, igualmente, um ato em que o parlamentar distribuiu exemplares da Bíblia Sagrada aos seus colegas deputados e o seu pedido à mesa diretora da Casa solicitando uma sessão solene para comemorar o Dia da Bíblia.³⁵⁷

Com essas duas reportagens, chegava ao fim a participação do repórter Adalmiro Ferreira em seu esforço de levar aos leitores de *A Seara* informações sobre o deputado José de Souza Marques. A partir do número 51, referente aos meses de julho e agosto de 1966, o deputado Souza Marques não seria mais lembrado na revista, nem mesmo o desfecho de seus projetos, em especial o 1440/65, foi informado aos leitores.

Essa série de reportagens sobre o deputado José de Souza Marques que, como já dissemos, era pastor batista, tinha ligações com a maçonaria, havia militado no partido do presidente afastado pelos militares e pertencia ao MDB, nos coloca diante de questões instigantes: qual era a relação do repórter com o deputado? Teria o parlamentar, sendo um

³⁵⁴“Encontro com o Deputado Souza Marques”. *A Seara*, n° 46, setembro/outubro de 1965. p. 15.

³⁵⁵“Encontro com o Deputado Souza Marques”. *A Seara*, n° 47, novembro/dezembro de 1965. p. 21.

³⁵⁶“Encontro com o Deputado Souza Marques”. *A Seara*, n° 49, março/abril de 1966. p. 19.

³⁵⁷“Encontro com o Deputado Souza Marques”. *A Seara*, n° 51, julho/agosto de 1966. p. 19.

homem influente, algum contato na CPAD que lhe permitiu acesso às páginas da revista ao longo de vários meses que antecederam as eleições da Guanabara (ocorrida em novembro de 1966) ou a sua ponte com a editora era o repórter Adalmiro Ferreira? E ainda: por que a série foi interrompida em julho de 1966?

As respostas para essas perguntas são difíceis de serem encontradas devido à ausência de documentação administrativa nos arquivos da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) ou de indivíduos que pudessem colaborar com seus testemunhos no esclarecimento dessas e outras questões. O que podemos dizer com segurança é que a presença desses textos sobre o deputado Souza Marques não fazia parte de um projeto editorial da revista, mas sim de algo excepcional, como se nesses meses em que a série foi veiculada, a redação tivesse, por algum motivo, aberto uma exceção ao parlamentar.

É de se notar, por exemplo, que havia sempre um esforço do repórter Adalmiro Ferreira em ressaltar que a presença de um parlamentar evangélico na casa de leis do Estado da Guanabara fazia toda a diferença, mas essa convicção ficava restrita às suas reportagens. Fora do espaço destinado ao repórter Adalmiro, esse assunto não se fez presente em qualquer texto seja na forma de opinião de colunistas ou no formato institucional dos editoriais ou notas da redação.

Outros dois aspectos dignos de serem destacados: 1) diferentemente do que ocorreu com as reportagens do próprio Adalmiro Ferreira sobre os deputados mineiros João Gomes Moreira e Paulo Freire de Araújo, publicadas em *A Seara* no ano 1962, em nenhum momento foi feito um pedido direto de voto, nem mesmo menção de que o deputado Souza Marques era candidato à reeleição, muito menos sobre as eleições que ocorreriam em novembro de 1966; 2) nos números posteriores ao mês do pleito estadual da Guanabara, a revista também não informou a vitória alcançada por José de Souza Marques, nem mesmo suas ações como deputado do MDB na Assembleia Legislativa da Guanabara.

Em seus contornos gerais, a série também é reveladora de que, assim como aconteceu entre os anos de 1959 e 1964, o todo-poderoso Emílio Conde até logrou retirar das páginas de *A Seara* o debate iniciado nos primeiros anos de circulação da revista sobre a participação da igreja na *política*, todavia, não conseguiu afastá-la por completo da sede de publicidade tão própria dos *políticos*.

3.3.3) A abordagem sobre comunismo no pós-golpe

O golpe de 1964, desferido por uma coalisão civil-militar, estruturou-se, em boa medida, sob o enunciado de que o modelo de administração do Presidente João Goulart era um convite à desordem e uma brecha ao oportunismo das forças comunistas que miravam o Brasil. Mas essa tarefa de “salvar” o país do talho da foice e do peso do martelo não era um trabalho que haveria de se concluir simplesmente com a tomada do poder. Os militares e seus apoiadores continuaram a utilizar o “perigo” comunista como uma espécie de carta na manga à qual se recorria quando da necessidade de buscar legitimação ao crescente autoritarismo que se seguiu ao 31 de março. Nisto contribuía a produção da Escola Superior de Guerra, com sua conhecida “Doutrina de Segurança Nacional” sobre a qual os “luminares” da cúpula do Exército já se debruçavam desde a década de 1950. Carlos Alberto Giannasi, apresenta os fundamentos gerais dessa doutrina e suas consequências na administração dos militares no Brasil:

O nódulo consistente do autoritarismo do regime militar, em grande parte, foi o resultado na aplicação na política brasileira dos conteúdos e dos métodos da Doutrina de Segurança Nacional (...) elaborada pela Escola Superior de Guerra desde os meados da década de 1950, em boa parte sob inspiração do National War College dos Estados Unidos. Doutrina essa que expressava os temores dos governos direitistas, conservadores ou liberais democráticos do Ocidente, que estivessem alinhados à política norte-americana da Guerra Fria. A Doutrina de Segurança Nacional foi de grande importância no que se relacionava à expressão dos valores vigentes entre os militares brasileiros e seus aliados civis; inspirou e justificou o comportamento autoritário dos sucessivos governos castrenses, justificou como motivação de força maior, o processo de desenvolvimento econômico que privilegiava a acumulação capitalista à base da compressão salarial, em detrimento das contraprestações de benefícios sociais aos trabalhadores, e mais que tudo, favoreceu o capital estrangeiro estabelecido no país, promovendo a desnacionalização de boa parte da economia brasileira.³⁵⁸

³⁵⁸GIANNASI, Carlos Alberto. *A doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico”* (1969-1973). 2011. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). São Paulo, 2011. p. 146. Sobre a Doutrina de Segurança Nacional consultar também: BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 14-42. Sobre a Doutrina de Segurança Nacional e seus usos nos regimes autoritários na América Latina, ver: COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Ou seja, o anticomunismo, nesse panorama de polarização entre os EUA e a URSS, não só seguiu mobilizando grupos de diferentes tendências políticas e religiosas como também, por meio da Doutrina de Segurança Nacional, foi utilizado para justificar as inúmeras decisões discricionárias do governo militar no âmbito da administração da coisa pública, além, é claro, de servir como pretexto para o prolongamento do regime e de desculpa para as ações de repressão aos que se opunham às arbitrariedades do Estado autoritário.

A *Seara*, contudo, não deu grande atenção ao tema das “conspiratas” vermelhas, mantendo o fluxo prevalecente de textos teológicos, doutrinários e evangelísticos. Foram apenas dois textos entre abril de 1964 e dezembro de 1968, que tocaram no assunto, ambos inseridos em um único número da revista (número 44 de maio/junho de 1965). O primeiro, intitulado *A fé e o materialismo dialético*³⁵⁹, era a tradução de um artigo que se atribuía ser de um jovem chinês chamado Juan Wu que havia se colocado contra o comunismo do líder Mao Tsé-Tung em seu país e seu objetivo não era propriamente atacar as ideias comunistas no seu núcleo prático de ação política, isto é na forma de governo e de organização social defendido pelo comunismo.

Seu foco principal era a filosofia do materialismo dialético que, por suas características, chocava-se frontalmente com o pensamento cristão. Nada, por exemplo, foi dito no texto sobre o modelo de governo de Mao Tsé-Tung, nem mesmo sobre a situação dos cristãos na China comunista. O foco estava em contrapor o materialismo dialético e o cristianismo para demonstrar a validade deste em comparação com as “falácias” daquele:

(...) O cristianismo não é materialista nem idealista. O cristianismo crê que o mundo material é real, que existe objetivamente e que não é uma ilusão subjetiva. O cristianismo também que o Espírito (Deus) é real e existe objetivamente. Deus não é somente uma idéia. A matéria é o espírito não estão em oposição, mas que o espírito se mostra através da matéria e o invisível se entende mediante o visível (...) Jesus ensinou que os homens deviam dar de comer aos famintos, vestir os desnudos, visitar os enfermos e os encarcerados. Fazer essas coisas para as pessoas mais insignificantes, disse Jesus, traria alegria e prêmio (...) dado que o cristianismo crê que o espírito (Deus, alma e mente) é real e existe objetivamente, sustém que a finalidade da vida não é meramente procurar maior alimento e roupas ou prazeres materiais. Nunca se solucionam os problemas de vestuário, alimento e bem-estar material, sem havermos alcançado a meta mais alta da vida (...).³⁶⁰

³⁵⁹“A fé e o materialismo dialético”. A *Seara*, n° 44, maio/junho de 1965. p. 20-22.

³⁶⁰“A fé e o materialismo dialético”. A *Seara*, n° 44, maio/junho de 1965. p. 20.

O segundo texto era a matéria *Atitude cristã face ao comunismo* de Antonio Gilberto, aquela mesma publicada em *A Seara* em 1963 e já analisada neste capítulo. O texto foi reproduzido sem nenhuma alteração, a não ser o acréscimo de uma nota que explicava os motivos da republicação: “*atendendo à solicitação de vários leitores, inclusive uma comunicação-requerimento da Câmara Municipal do Recife – Pernambuco, estamos republicando esta importante matéria, publicada originalmente em série, em 1963.*”³⁶¹

Dessa maneira, fica nítido que *A Seara*, após o golpe de 1964, fechou-se ainda mais, não só para os escritos que escancarasse posicionamentos políticos e/ou de incentivo à aproximação da igreja com a política, como também aos textos que tratavam da vida e da atuação de lideranças políticas. Mesmo quando, por razões difíceis de serem conhecidas, uma série de reportagens como a do deputado José de Souza Marques foi veiculada, não se permitiu apelos eleitorais nem mesmo referência às eleições que estavam próximas e eram de interesse do personagem das reportagens.

Igualmente, não houve espaço para elogios ao governo militar, seja pela tomada do poder, seja pelas ações administrativas posteriores. *A Seara* seguiu como uma revista ensimesmada, fechada ao máximo no “sagrado”, mesmo que tal postura custasse o silenciamento de vozes ansiosas no interior da AD e da CPAD por saudar as ações dos militares. Mas esse era o preço a ser pago pelo estilo Conde de editoria.

O Editorial, *Vale a pena continuarmos*, comemorativo à publicação do quinquagésimo número da revista (edição de maio/junho de 1966) é bastante explicativo do porquê desse posicionamento de *A Seara* em uma quadra da história do país fortemente marcada por agitações:

Hoje, preparamos o editorial do número 50. Teremos de rever alguns conceitos ou devemos reafirmar a posição do princípio? Doutrinariamente, esta Revista continuará a expressar o ponto de vista ortodoxo das Assembléias de Deus no Brasil. Nenhuma inclinação ou tendência se verifica em torno de um afrouxamento ou uma dilatação do estilo conservador que a Assembléia de Deus mantém, fiel ao espírito que a criou e que a preserva graças a Deus.³⁶²

Lendo essas linhas não é de se admirar o modo como a revista foi conduzida nos quatro primeiros anos de vigência do regime imposto pelo golpe de Estado de 1964. Esse editorial, escrito pelo então secretário da revista Geziel Nunes Gomes, alinhava-se ao pensamento do homem forte da CPAD e da revista naquele momento, que outro não era senão

³⁶¹“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, n° 44, maio/junho de 1965. p. 40.

³⁶² “Vale a pena continuarmos” (editorial). *A Seara*, n° 50, maio/junho de 1966. p. 01.

o “irmão” Conde, fato que chama atenção para a capacidade desse líder em garantir a manutenção dos princípios que ele julgava adequado para a imprensa da AD, mesmo em tempo de convulsões sociais como aquele dos anos pós-golpe. Em seu número cinquenta, na antevéspera de completar dez anos de circulação, ao largo da proposta que ensejou sua criação, *A Seara* firmava seu compromisso de seguir com uma visão *ortodoxa* e um estilo *conservador*.

E foi assim, com seu campo de atuação demarcado pelas linhas da “ortodoxia” e do “conservadorismo”, tudo bem ao estilo de Emílio Conde, que *A Seara* chegou a dezembro de 1968, mês em que o abnegado “apóstolo da imprensa pentecostal”, vencido por uma grave enfermidade”, já perto de completar 68 anos de idade, teve de se afastar da CPAD. Encerrava-se, com isso, uma longa trajetória que somava quase trinta anos de atividades na CPAD e praticamente dez anos à frente de *A Seara*.

IV

OS “DISCÍPULOS” DE EMÍLIO CONDE E O MANIFESTO ALINHAMENTO DA REVISTA *A SEARA* ÀS POLÍTICAS DO ESTADO AUTORITÁRIO (1969-1972)

4.1) Os “discípulos de Emílio Conde”: fé na política do Estado autoritário

Os trabalhos da CPAD, no ano de 1969, tiveram início em uma atmosfera de adaptação. A saída do experiente “irmão Conde”, exigiu da direção um verdadeiro malabarismo para garantir a continuidade dos trabalhos e diretrizes da editora. Essa substituição deveria ser feita de forma muito cuidadosa, pois a experiência com “novatos”, em meados da década de 1950, que tantas polêmicas havia suscitado, ainda reverberava na direção da CPAD.

Nesse período, na diretoria-executiva da casa editorial da AD estava o pastor, evangelista e empresário Altomires Sotero da Cunha, cargo que ele ocupava desde 1965. Nascido na cidade de Pedro Velho, no estado do Rio Grande do Norte, em 07 de maio de 1926, Altomires foi para o Rio de Janeiro a serviço da Marinha ainda nos anos de 1950. No novo estado em que fixou residência, teve sua primeira experiência no pentecostalismo e desde então passou a ser membro da AD. Ao deixar a carreira militar, Altomires Sotero da Cunha se tornou, como proprietário das *Lojas Paraibanas*, *O Bicho da Seda* e da famosa emissora fluminense *Rádio Continental*, um dos mais bem sucedidos homens de negócios que se tinha notícia nas ADs de todo Brasil.³⁶³ Seu tino comercial foi colocado a serviço da CPAD a convite do Conselho Administrativo da editora que via nele, além da veia empresarial, um indivíduo bastante firme no trato doutrinário. Mesmo contando com todo esse prestígio, a decisão final sobre a substituição de Emílio Conde não coube a Sotero da Cunha, mas sim ao

³⁶³Altomires Sotero da Cunha (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 334-336.

Conselho Administrativo da CPAD durante a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), realizada em novembro de 1968, na cidade de Fortaleza (CE)³⁶⁴.

Como a responsabilidade era muito grande, o Conselho Administrativo não quis se arriscar e optou por uma escolha que mantivesse os quadros decisórios dos impressos da editora, especialmente os periódicos *Mensageiro da Paz* e *A Seara*, nas mãos de pessoas que garantissem, minimamente, o legado do pioneiro Conde. Foi assim que o nome de Alcebiades Pereira de Vasconcelos veio à tona, uma vez que ele mesmo havia entregado o cargo de redator da revista *A Seara* a Emílio Conde, em dezembro de 1959, passando a ocupar então a função auxiliar de *redator-secretário* na qual ficou até janeiro de 1960.³⁶⁵

Mas essa escolha tinha sérias implicações, pois nesse período, como pastor de grande notoriedade que era, o escolhido para assumir a condução dos periódicos da CPAD pastoreava uma igreja que não podia ser abandonada por qualquer motivo, a chamada *igreja-mãe*, ou seja, a sede da AD na cidade de Belém (PA). Sua despedida, detalhadamente apresentada em uma reportagem de *A Seara*, mostra que sua saída foi encarada como um ato de “missão” que não deixava brechas para negativas. Se para ele era difícil declinar de tão prestigiado posto de pastor-presidente da AD de Belém, para os membros também não era fácil ter de aceitar a partida de um dirigente de renome nacional como Vasconcelos:

Em ambiente puramente cristão, despediu-se de Belém de um pastorado que durou 7 anos, 10 meses e 24 dias, o pastor ALCEBÍADES PEREIRA DE VASCONCELOS, que foi chamado para novo trabalho do Senhor deixou a igreja sob forte emoção, por ver seu estimado e dedicado Presidente, entregar a liderança paraense (...) dentro deste prisma a igreja foi sabedora da escolha do Pastor Alcebiades para ocupar a direção do MENSAGEIRO DA PAZ, entre alegrias e tristezas. Àquelas por ver seu pastor distinguido e, estas, por vê-lo sair do seu meio. Todavia como bem fundamentou nas suas despedidas, quando leu Jeremias 10:23 [Eu sei, ó Senhor, que não é do homem o seu caminho; nem do homem que caminha o dirigir os seus passos] não somos nós que fazemos nosso caminho, mas, o Senhor.³⁶⁶

³⁶⁴O Conselho Administrativo da CPAD, eleito nessa mesma Convenção realizada em Fortaleza, era composto pelos pastores José de Souza Reis, Antônio Petronildo dos Santos, Anselmo Silvestre, Eurico Bergstén, José Pimentel de Carvalho, Satiro Loureiro, Rodrigo Santana e José Apolônio da Silva. *HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 400.

³⁶⁵A decisão pelo nome de Alcebiades Pereira de Vasconcelos foi tomada na sessão do dia 27 de novembro da Convenção Geral da Assembleias de Deus no Brasil realizada na cidade de Fortaleza (CE). *HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 400.

³⁶⁶“Saúdosa despedida do pastor Alcebiades, de Belém-Pará”. *A Seara*, nº 78, agosto de 1969. p. 21 (Grifos no original).

Essa decisão, de tantas consequências à vida do pastor Vasconcelos e à membresia de uma importante igreja como a de Belém, indica todo o cuidado do Conselho Administrativo da CPAD na indicação daquele que iria estar à frente dos periódicos³⁶⁷ da CPAD.

No caso da revista *A Seara*, o pastor Vasconcelos não estaria só. Ao seu lado atuaria o pastor Geziel Nunes Gomes que era elemento de confiança da tríade Conde/Barros/Vasconcelos. Geziel, que nasceu na cidade de Bacabal (MA) em 27 de julho de 1940, era um “assembleiano de berço” cuja formação, além da influência de seu pai – Francisco Assis Gomes, um prestigiado pastor e destacado doutrinador da AD – foi fortemente marcada por Emílio Conde e pelos pastores Túlio Barros e Alcebiades Vasconcelos, isto devido à sua atuação na CPAD desde os 18 anos, como indica o *Dicionário do Movimento Pentecostal*.³⁶⁸

Geziel Gomes mostrou-se sempre muito habilidoso no trânsito pelos concorridos espaços da alta cúpula da AD. O espaço que conquistou tão moço na CPAD, em 1958 – graças ao seu influente pai e a certa inclinação que tinha para a escrita –, foi por ele bem aproveitado e lhe rendeu ótimos frutos em termos de consolidação de seu nome como “intelectual” e pregador da AD. O fato é que, em meio a tradicionais mandatários, o jovem Geziel evitou tudo quanto pudesse ser entendido como insubordinação e, mostrando-se inteiramente alinhado à visão de seus dirigentes, pode se beneficiar por longos anos do espaço privilegiado de interlocução com o público assembleiano que era a CPAD³⁶⁹

Quanto mais textos com sua assinatura apareciam nas páginas dos impressos, tanto mais ele se tornava conhecido em todo o país. No ano de 1965, mais especificamente no mês de janeiro, ainda a completar 25 anos, o pastor Geziel assumiu o cargo de secretário de *A Seara* ao lado de Emílio Conde, que ainda se mantinha como “editor-chefe” do periódico, permanecendo na ocupação de secretário até assumir o cargo de redator, em 1972.

³⁶⁷Embora a reportagem sobre a despedida do pastor Alcebiades Pereira de Vasconcelos indique sua transferência para o Rio de Janeiro para assumir a diretoria do *Mensageiro da Paz*, na realidade ele também tinha como encargo de seu posto na CPAD a função de redator-chefe da revista *A Seara* que era de Emílio Conde.

³⁶⁸Geziel Nunes Gomes (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 334-336.

³⁶⁹Outro dado interessante na biografia do pastor Geziel Nunes Gomes é a sua ordenação como evangelista que ocorreu quando ele tinha apenas 19 anos, fato que o tornou o ministro mais jovem das ADs em todo o Brasil. Geziel Nunes Gomes (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 335.

Com a chegada de Alcebiades Pereira de Vasconcelos à redação de *A Seara*, Geziel Nunes Gomes continuou sendo o secretário e o pastor Alcebiades Pereira de Vasconcelos assumiu o cargo de redator-chefe. Tanto Geziel, quanto Alcebiades, eram homens da inteira confiança de Emílio Conde, esse último, aliás, esteve envolvido no processo de transição que afastou Joanyr de Oliveira da revista, em 1958, e chegou a atuar como *redator-secretário* ao lado de Conde a convite de seu muito amigo Túlio Barros que, àquela época, acumulava o cargo de diretor da CPAD e de *A Seara*. Por isso, essa era uma mudança que não deveria causar grandes abalos e que, certamente, deixava em paz o velho Conde que teve de se afastar compulsoriamente da editora e da revista há tanto sobre sua influência.

Entretanto, é impossível pensar que a ausência de uma personalidade tão marcante como a de Emílio Conde não viesse fazer alguma diferença na editoria de *A Seara*, afinal de contas essa era a primeira vez, em muitas décadas, que o severo Emílio Conde afastava-se da casa editorial assembleiana, deixando, por certo, algum ar de liberdade e autonomia aos que ficavam. Não que o projeto editorial da revista tenha sido lançado ladeira abaixo; como frisamos, na redação não ficaram opositores de Conde, ao contrário, lá estavam fraternos admiradores do pioneiro da CPAD e que haveriam de tomar todo cuidado para não desprezar a linha-mestra por tantos anos mantidas na editoria de *A Seara*.

Todavia, como bem frisou Robert Darnton, “*as alterações profundas na estrutura de poder de um jornal afetam o estilo de redação dos repórteres*”.³⁷⁰ Mesmo sendo um periódico confessional, essa lógica expressa por Darnton se aplica ao caso da redação de *A Seara*, pois a nova dupla responsável pela revista, mesmo sem operar mudanças significativas, com um tom de ousadia avançou sobre um ponto demarcatório muito importante para Emílio Conde em seus tempos de CPAD: quebraram o silêncio sobre o governo dos generais, emprestando-lhe moderado, mas indiscutível apoio.

4.1.1) *A Seara* e o AI-5: o primado da segurança

Uma coincidência histórica. No mês em que Emílio Conde deixou o comando de *A Seara* (dezembro de 1968) o general-presidente Arthur da Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº 5, que ficaria conhecido no prosclínio da história do país como o temido AI-5.

³⁷⁰DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica In: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 78.

Com esse ato, pode-se dizer, que o Estado autoritário, instalado no país após o golpe de março de 1964, alcançou seu ponto máximo, dando poderes extraordinários ao presidente e fazendo da censura e da perseguição política instrumentos cotidianos da cena social brasileira. Entendamos o contexto em que isso se deu.

A segunda metade da década de 1960, foi marcada por grandes agitações, tanto no âmbito nacional como internacional. De outros países chegavam notícias de movimentos estudantis que reivindicavam transformações políticas e culturais. Na política o alvo era o modo tradicional de governança, no plano dos costumes queria-se a garantia de liberdades individuais em uma postura de confrontação direta com o *status quo* representado pelas roupas coloridas, cabelos compridos, liberação sexual e o uso de drogas, sobretudo, a maconha e o LSD. Conforme Marcelo Ridenti:

As sociedades que viveram certo florescimento político e cultural nos anos 1960 compartilhavam algumas condições materiais, como o aumento e a diversificação das classes médias, a urbanização crescente, a consolidação de culturas e modos de vida típicos das metrópoles, o maior acesso ao ensino superior, a presença expressiva da juventude na composição etária da população, a dificuldade dos poderes estabelecidos para representar sociedades que se renovavam, certa democratização do avanço tecnológico que estabelecia o que então se convencionou chamar “sociedade de consumo”. Por si só, essas condições não explicam a disseminação de movimentos rebeldes e revolucionários em todo o planeta, mas criavam um ambiente propício a diversificadas ações culturais e políticas transformadoras.³⁷¹

Marcelo Ridenti, em estudo realizado com o sociólogo Ricardo Antunes, aponta que todo esse espírito de insatisfação que tomou corpo no decorrer da década de 1960 alcançou seu ponto auge no ano de 1968, quando o mundo foi tomado por uma onda de revoltas operárias, estudantis, feministas, de movimentos negros, ambientalistas, homossexuais, entre outros tantos que selaram o “fim dos anos dourados”.³⁷² Os autores destacam alguns desses movimentos de protesto social e de mobilização política que sacudiram o *establishment* em diversos países: “o maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses, a “*Primavera de Praga*’ contra o ‘socialismo real’ sob domínio da URSS, o massacre de estudantes no

³⁷¹RIDENTI, Marcelo Siqueira. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: entre a pena e o fuzil. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, n. 14. (UFU), v. 09, 2007. p. 187.

³⁷²RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANTUNES, Ricardo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 12, n.2. 2007. p. 79.

*México, as manifestações nos Estados Unidos contra a guerra no Vietnã, as distintas ações revolucionárias armadas em diversos países, os movimentos de contra-cultura”.*³⁷³

O ano 1968 no Brasil³⁷⁴ nada ficou a dever, em termos de protestos, à conjuntura internacional, ressaltando-se que aqui havia demandas específicas que não devem ser tomadas como corolário dos acontecimentos contestatório presentes em outros países:

(...) além da influência dos fatores internacionais e da identidade com movimentos contestadores de outros países, o 1968 brasileiro teve especificidades. Por exemplo, o nosso movimento estudantil, deflagrado a partir de março, seguiu uma dinâmica de luta específica e um calendário político próprio, anterior ao famoso maio de 1968 na França. Do mesmo modo, as greves metalúrgicas de Osasco (região industrial na grande São Paulo, desencadeada em julho) e as greves de Contagem (região industrial na grande Belo Horizonte, Minas Gerais, deflagradas em abril e outubro do mesmo ano de 1968), encontram suas origens e raízes muito marcadas pela particularidade brasileira, em plena luta contra a ditadura militar. Isso não significa dizer que os brasileiros não estivessem sintonizados com as manifestações que ocorreram mundo afora naquele ano.³⁷⁵

Ridenti e Antunes destacam dois movimentos nacionais que em 1968 passaram a preocupar seriamente o Estado autoritário brasileiro: o movimento estudantil e o movimento operário. Os estudantes tinham reivindicações pontuais, como ensino público e gratuito universal, reforma universitária que garantisse o acesso e a qualidade do ensino superior, inclusive com maior participação estudantil nas instâncias decisórias e maior fomento para pesquisas que se propusessem a pensar soluções para os problemas econômicos e sociais do Brasil. Os acordos do regime militar com a *United States Agency for International Development* (USAID), que ficaram conhecidos como MEC-USAID, também eram alvo da insatisfação da classe estudantil, especialmente pelas propostas tecnicista e fortemente atentatórias ao caráter público do ensino. Mas havia também uma pauta mais abrangente: “os

³⁷³RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANTUNES, Ricardo. op. cit., 2007. p. 79.

³⁷⁴Marcelo Ridenti apresenta os principais elementos que contribuíram para o recrudescimento de movimentos contestatórios no Brasil que culminaram com as manifestações de 1968: “Na sociedade brasileira, [as] condições mais gerais somaram-se a fatores específicos, como a interrupção — após o golpe de 1964 — do processo de democratização social e política respaldado por mobilização popular significativa, a reivindicar reformas estruturais, com apoio nos meios artísticos e intelectuais comprometidos com a conscientização do povo que deveria protagonizar uma revolução, fosse ela nacional-democrática ou até socialista, dependendo da formulação política de cada grupo”. RIDENTI, Marcelo Siqueira. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: entre a pena e o fuzil. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, n. 14. (UFU), v. 09, 2007. p. 187.

³⁷⁵RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANTUNES, Ricardo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 12, n.2. 2007. p. 79.

*estudantes também contestavam a ditadura implantada com o golpe de 1964 e o cerceamento às liberdades democráticas.”*³⁷⁶

O movimento operário, que havia sido duramente combatido nos anos que se seguiram ao golpe, retornou no início dos anos de 1968 com renovada força. No mês de abril, sindicalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) lideraram uma greve na cidade de Contagem (MG) que resultou em uma marcante vitória, pois o governo militar, tomado de surpresa pelo ressurgimento de tão incisiva agitação entre os operários, teve de atender às demandas trabalhistas. Em julho foi a vez da cidade de Osasco (SP) se tornar palco de mais um grande movimento grevista, só que dessa vez com resultado negativo, pois o aparato militar do governo já estava preparado e a greve foi debelada e toda liderança duramente reprimida.³⁷⁷

Um mês antes da ação grevista de Osasco a “Passeata dos 100 mil” realizada no Rio de Janeiro (junho de 1968), dava mostras de que a própria classe média que havia saudado o golpe, àquela altura já se sentia vítima das ações autoritárias encabeçadas pelo Estado.³⁷⁸ Noutro polo de ação estavam os grupos revolucionários que se organizavam para luta armada contra o regime como a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), a ALN (Ação Libertadora Nacional), o Colina (Comando de Libertação Nacional) e o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

No cenário político, além dos grupos de esquerda que sempre estiveram em lado oposto do regime militar, o governo tinha de lidar com a insatisfação de personalidades de forte expressão política que haviam apoiado o golpe de 64, dentre ao quais estava Carlos Lacerda que, além de atacar frontalmente o regime, chamando-o de “ditadura corrupta”, propunha lançar a Frente Ampla que uniria, em 1966, diversos políticos, como Juscelino Kubistchek e João Goulart, na oposição conjunta ao governo militar.³⁷⁹

No plano econômico o governo militar também enfrentava problemas no tumultuado ano de 1968. Esse quadro desfavorável era resultante das diligências tomadas pelo Estado autoritário na área econômica desde Castelo Branco, como seu fracassado *Programa de Ação Econômica do Governo* (1964-1966), o *Paeg*, passando pelo governo de Arthur da Costa e

³⁷⁶ RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANTUNES, Ricardo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 12, n.2. 2007. p. 80.

³⁷⁷ RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANTUNES, Ricardo. op. cit., 2007. p. 85.

³⁷⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 162.

³⁷⁹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 148-151.

Silva com suas *Diretrizes de Governo e o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED)*. Todas essas medidas, que priorizavam a estabilização da economia ignorando o aspecto distributivo, resultaram num forte achatamento salarial que atingia em cheio o sustento das famílias dos trabalhadores. Evaldo Cabral detalha as dificuldades enfrentadas pelos menos aquinhoados nesses tempos em que a política econômica era pensada de forma tão pragmática:

A situação dos trabalhadores não melhorou na gestão de Costa e Silva, pelo contrário. Se no Rio de Janeiro (Estado da Guanabara) o índice do custo de vida diminuiu de 86,6%, em 1964, para 20,9%, em 1970, do mesmo modo o salário mínimo real desceu: o índice igual a 100 no ano de 1964 passara a 83,6, em 1969. Na cidade de São Paulo, a compra de 1 quilo de pão em 1965 demandava 78 minutos. Não havia diferença, por exemplo, com relação ao feijão, ao arroz e ao leite: quanto a este, o litro importava 34 minutos de trabalho em 1965 e 46 minutos em 1969. De outra parte, a empresa nacional minguou. No Rio de Janeiro (Estado da Guanabara), em 1963 foram requeridas 226 falências e 43 concordatas, já em 1965 estes números subiram respectivamente para 324 e 76. Em 1968, levando-se em conta 14 setores de atividades econômicas, das dez maiores sociedades anônimas no Brasil em termos de patrimônio líquido médio, as empresas internacionais predominavam em sete setores e as empresas particulares de capital nacional em quatro setores, ficando as empresas estatais com outros dois setores.³⁸⁰

E foi em meio a esse turbilhão de acontecimentos que colocava os apoiadores do golpe na defensiva que o governo militar se meteu, em setembro de 1968, em um conflito com o deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB), por razão de um duro discurso por ele proferido pedindo um boicote à parada militar do dia 7 de setembro. Ao não obter a autorização da Câmara para punir o parlamentar, que teria “ofendido” a honra das Forças Armadas, o governo baixou, após 24 horas, o Ato Institucional nº 5. Maria Aparecida de Aquino explica com maiores detalhes como isto ocorreu e quais foram as suas consequências:

O AI-5 editado pelo presidente Costa e Silva, em meio ao rumoroso caso do deputado Márcio Moreira Alves. O deputado, por época do 7 de setembro de 1968, fez um discurso, na Câmara, em que instava a população a boicotar a parada militar comemorativa da Independência e sugeria às mulheres brasileiras que não namorassem militares envolvidos na repressão. O discurso não teve grande repercussão na imprensa. Entretanto, serviu aos setores interessados no recrudescimento da repressão para exercer pressões sobre o presidente, no sentido de que tomasse medidas mais drásticas, pois consideraram o discurso um grave ultraje

³⁸⁰VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe militar à redemocratização. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). A grande transação*. 2ª edição. São Paulo: SENAC, 2000. p. 196-197.

às Forças Armadas. Foi requerido por ministros militares junto ao Supremo Tribunal Federal, o julgamento do deputado por ofensa às Forças Armadas brasileiras. O requerimento, como rezava a legislação, foi encaminhado ao Congresso Nacional, que poderia aceitar a sugestão e levantar a imunidade parlamentar de Márcio Moreira Alves, para que este pudesse ser processado. Ou então, o Congresso, por votação, rejeitaria o pedido, impossibilitando qualquer forma de punição ao parlamentar. Em uma sessão conturbada e, por maioria esmagadora, o Congresso optou pela negação da solicitação de punição. A vitória e a recuperação da dignidade do Poder Legislativo, rapidamente transformaram-se em derrota quando, menos de 24 horas após a votação, o Executivo publicou o AI-5, concentrando e conferindo excepcionalidade maior ao presidente, limitando ou extinguindo liberdades democráticas e suspendendo garantias constitucionais. Ao contrário dos atos institucionais anteriores, não havia prazo estipulado para sua vigência. O Congresso Nacional foi fechado por tempo indeterminado. A edição do AI-5 representa, para o regime inaugurado em 1964, uma guinada de posição. A partir desse momento, com o endurecimento político propugnado pelo Ato, torna-se claro que as rédeas da condução do país, no âmbito militar, haviam mudado definitivamente de posição. Deixado de lado os atritos, presentes nos governos de Castelo Branco e de Costa e Silva, entre as alas militares da “Sorbonne” e da “linha-dura”, passava a haver agora claro predomínio destes últimos.³⁸¹

Maria Helena Moreira Alves, afirma que o AI-5, por tudo que propunha, surpreendeu muitos segmentos da sociedade que haviam apoiado a “revolução” de 1964 com a crença de que os militares estavam salvaguardando a democracia. Uma parcela importante da imprensa, por exemplo, reprovou a atitude do governo³⁸² e não sem razão, pois sua publicação representava um corte ainda mais profundo nas poucas garantias que haviam subsistido ao Golpe de 64:

O Ato Institucional nº 5 não tinha prazo para vigência e dava ao presidente da república muitos poderes: a) fechar o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e as câmaras municipais; b) cassar mandatos de parlamentares; c) suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer pessoa; d) demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários federais, estaduais e municipais; e) demitir ou remover juízes; f) suspender as garantias do Poder Judiciário; g) decretar estado de sítio sem qualquer impedimento; h) confiscar bens como punição por corrupção; i) suspensão do habeas-corpus em crimes contra a segurança nacional; j) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; k) legislar por decreto e expedir outros atos institucionais ou complementares; l) proibir a análise, pelo Poder Judiciário, de recursos impetrados por pessoas acusadas com fundamento no Ato Institucional nº 5.³⁸³

³⁸¹AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência* – O Estado de S. Paulo e Movimento. 1. ed. Bauru: EDUSC, 1999. p. 206.

³⁸²ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 65.

³⁸³VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe militar à redemocratização. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). A grande transação*. 2º edição. São Paulo: SENAC, 2000. p. 197.

Adriano de Freixo e Jacqueline Freitas, entretanto, defendem que o AI-5 não pode ser tomado somente como reflexo direto dos percalços enfrentados pelos governos em 1968. As raízes desse ato arbitrário e centralizador estão, na visão desses pesquisadores, fincadas num plano mais profundo do solo histórico em questão. Por isso defendem:

Sem descartar a importância dos movimentos contestatórios do período, é fundamental que se compreenda o AI-5 como o coroamento de um projeto político autoritário e conservador, que começou a ganhar força já a partir de 1964. Portanto, pensar tal instrumento de arbítrio como sendo simplesmente um “golpe dentro do golpe”, aplicado para combater as “agitações sociais” e “subversão”, ou entender o endurecimento do regime – em contraposição à “moderação” da fase anterior – como tão-somente uma decorrência lógica daquele Ato Institucional, não nos permite compreender com clareza necessária esse momento crucial da história recente de nosso País.³⁸⁴

Carlos Fico segue essa mesma linha de raciocínio:

... o Ato Institucional nº 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do “golpe dentro do golpe”, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior. Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de “utopia autoritária”, isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, “subversão”, “corrupção”) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental e cristã”.³⁸⁵

À luz das palavras desses pesquisadores não é difícil entender o porquê da importância histórica do AI-5 que, embora fosse o quinto na sequência de outros atos, conseguiu condensar, em cada ordem acintosa às liberdades, toda a engenharia de um modelo político arbitrário e conservador representado pelos generais-presidentes. Mas além dessa importante anotação, Carlos Fico menciona no trecho citado acima um elemento que é essencial no esforço analítico empreendido neste estudo. O autor afirma que com o AI-5 queria-se consolidar um projeto capaz de eliminar dissensos que ameaçassem a “*democracia ocidental cristã*”. Se esse sombrio Ato Institucional do Estado autoritário brasileiro se

³⁸⁴FREIXO, Adriano de. FREITAS, Jacqueline Ventapane. Mas veio o tempo negro e a força fez comigo/o mal que a força sempre faz (...): O Brasil do AI-5. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. (Org.). *Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora da PUC-Rio, 2008. p. 09-10.

³⁸⁵FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.47, p. 29-60, 2004. p. 37.

colocava como defensor dessa dita “democracia cristã” estabelecida no ocidente, por mais multívoca que possa ser essa designação, ele deveria, por óbvio, agradar as muitas vertentes cristãs presentes no Brasil.

Entretanto, esse alinhamento não foi assim tão direto e por uma razão elementar: qualquer tentativa de enquadramento rígido não encontra sustentação na realidade social tão múltipla dos segmentos que se abrigam nesse amplo guarda-chuva que é o cristianismo. A Igreja Católica é um exemplo cabal disto. A despeito de alguns movimentos leigos de tendência reformista como a Ação Popular (AP), a Juventude Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC),³⁸⁶ majoritariamente a Igreja havia sido uma importante coluna de sustentação do golpe de 1964. Fato correntemente citado e confirmador desse apoio é a famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade capitaneada pela organização católica *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, da Família e da Propriedade* (TFP)³⁸⁷.

Contudo, a partir de 1968, com a recrudescência das arbitrariedades do regime militar, parte da Igreja, influenciada pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência de Medellín, passou a desempenhar um importante papel na contestação do autoritarismo que campeava no país:

A importância assumida pela Igreja Católica ao longo da década de 1970 e seus posicionamentos políticos levaram-na a muitos conflitos com o regime militar. A Igreja Católica se tornou o núcleo articulador da sociedade civil no vácuo criado pela desorganização e dismantelamento de outros atores políticos, e pela sua capacidade de sustentar, ao mesmo tempo, a atuação dos movimentos sociais e sua interlocução com o Estado.³⁸⁸

De forma oposta ao que ocorreu com alas da Igreja Católica, os evangélicos não tiveram uma presença organizada, de caráter institucional, capaz de vocalizar anseios da

³⁸⁶CUNHA, Diogo Arruda Carneiro da. *Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2º ed. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 95-131. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 221.

³⁸⁷Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) (verbete). ABREU, Alzira Alves de. (et al.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 5535-5537.

³⁸⁸SENRA, Alvaro de Oliveira. SANTOS, Lyndon de Araújo. O AI-5 e as Igrejas Cristãs na sociedade civil In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. (Org.). *Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora da PUC-Rio, 2008. p. 213.

sociedade em face da escalada autoritária e conservadora do Estado autoritário brasileiro nos anos que se seguiram ao AI-5. Alvaro de Oliveira Senra e Lyndon de Araújo Santos são enfáticos a esse respeito:

Diferentemente da Igreja Católica, os evangélicos não constituíram uma forte organização representativa de diálogo e interlocução, enquanto mediação da sociedade civil para com o Estado. A Confederação Evangélica do Brasil, criada em 1934, havia cumprido em parte esse papel até o golpe de 1964, quando começou o seu declínio e fim. Sendo assim, o contexto evangélico, marcadamente diversificado, assumiu posturas a partir das suas denominações e grupos com alinhamentos ideológicos semelhantes e díspares ao mesmo tempo.³⁸⁹

No caso da revista *A Seara*, o AI-5 a encontrou em um momento de transição. A diretoria da CPAD, ao passar o comando editorial do periódico a Alcebiades Pereira de Vasconcelos e Geziel Nunes Gomes, em dezembro de 1968, abriu uma janela para novas experiências e posturas, visto que por décadas as atividades da CPAD sempre estiveram sob o olhar ubíquo de Emílio Conde.

Ainda que fossem amigos e admiradores do ex-radator-chefe da revista, Geziel Nunes Gomes e Alcebiades Pereira de Vasconcelos, como novos mandatários da redação, foram rápidos em experimentar a “liberdade” que agora lhes era outorgada pelo distanciamento de Emílio Conde da redação de *A Seara*. E começaram a exercê-la exatamente no editorial de janeiro de 1969, quando em uma explícita e calculada quebra do silêncio que há anos vinha mantendo a revista, derramaram elogios às medidas tomadas pelo governo visando a “segurança” da nação.

Dissemos que a quebra do silêncio foi *explícita e calculada*; entender o porquê dessa afirmação nos parece muito importante. O caráter *explícito* está na forma como o assunto foi abordado, com clara menção ao Presidente da República e ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), algo impensável nos tempos de Conde, mesmo quando a revista se posicionava contra o comunismo. Já o *cálculo*, refere-se à opção bastante astuta de se utilizar do tema “segurança”, tão em voga no momento em que um ato do governo tinha sido baixado sob tal insígnia, para ilustrar a importância de uma dita “segurança interior” do cristão que seria garantidora do pleno exercício da “vida espiritual”.

³⁸⁹SENRA, Alvaro de Oliveira. SANTOS, Lyndon de Araújo. O AI-5 e as Igrejas Cristãs na sociedade civil In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. (Org.). *Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora da PUC-Rio, 2008. p. 216.

Para que se possa compreender como foi possível traçar esse paralelo entre “segurança nacional” e “segurança interior” vale a pena conferir o conteúdo do editorial em sua totalidade:

FALANDO DE SEGURANÇA

VEZES SEM conta temos lido na *Imprensa secular* a propósito de reuniões que Sua Excelência, o Presidente da República promove juntamente com o C.S.N. (Conselho de Segurança Nacional). Dessas reuniões emanam as mais importantes decisões, as quais influem positivamente na vida da Nação. Quando alguns cidadãos exaltados e irresponsáveis tratam de subverter a ordem pública, vê-se que atitudes repressivas são tomadas de imediato pelo fato de envolverem matéria de segurança nacional. As autoridades são constituídas para manter a ordem, defender a integridade, proteger os cidadãos e consolidar a soberania da Pátria. Tudo isto significa segurança. Segurança da Pátria, da família, do indivíduo. Quando em seu triplice aspecto a segurança é efetivada, tem-se, então, a estabilidade. Política, moral, social. Sem essa experiência, nenhuma nação obterá prosperidade. Nenhum povo triunfará. O sucesso da vida espiritual depende de uma experiência de segurança interior. Não basta professar teoricamente os princípios que regem a vida cristã. Urge que se alcance o clímax prometido pelo Mestre nos Evangelhos e tematicamente desenvolvido nas Epístolas, principalmente as de São Paulo. Existem alguns pontos na vida da Igreja que envolvem questão de segurança. Mantê-los significa alcançar a estabilidade espiritual. Perdê-los significa enfrentar a permanente ameaça de desequilíbrio e fracasso. A segurança da Igreja está condicionada à preservação da doutrina dos apóstolos (At 2:42). O cuidado em manter a doutrina é um dever precípua de cada membro da família de Cristo. O enfraquecimento da doutrina gera o enfraquecimento da Igreja. É a ausência de segurança. Mil heresias estão surgindo a cada instante. Laços, ciladas, apostasias, deturpações doutrinárias etc. a cada novo dia despontam e é perigo não estar seguro. “Aquele que cuida de estar em pé, não caia”. É indispensável que cada crente leia a Bíblia. O melhor é fazê-lo diariamente. Em Seu ensino aos discípulos, Jesus orientou-os quanto à maneira de orar, dizendo: “O pão nosso de cada dia nos dá hoje”. Não devemos limitar o texto da oração dominical à manutenção do corpo, mas pensemos com sinceridade que a alma também requer uma alimentação cotidiana. Assim sendo, o ideal é que leiamos todos os dias a nossa Bíblia, e assim teremos, em Sua mensagem, o pão nosso de todas as horas. Não pode haver segurança sem oração. A oração é o método de Deus para prover o Seu povo de tudo quanto carece. “E tudo quanto perdides, em oração, crede que o recebereis, e tê-los-ei. A segurança individual e coletiva vai sendo experimentada à medida que os cultos de oração se vão realizando, e manifestação da presença de Deus vai se convertendo em uma realidade na vida de cada qual. Não nos basta um conhecimento teórico de Deus. PRECISAMOS DE UMA APROPRIAÇÃO REAL DO ESPÍRITO SANTO. Carecemos de derramamento interior da virtude do Alto. Isto nos levará a uma perfeita segurança. Façamos isto sempre. Mantenhamos a DOUTRINA. Leiamos a Bíblia. Oremos ao Senhor. E estaremos seguros. Firmes. Inabaláveis. Vitoriosos.”³⁹⁰

³⁹⁰“Falando em segurança” (editorial). *A Seara*, nº 72, janeiro de 1969. p. 02 (grifo no original).

O título do editorial, “Falando de segurança” dava bem a medida do que se queria abordar um mês após o governo ter baixado o AI-5. De forma bastante casuística, o assunto “segurança nacional” foi apresentado como um fato do qual se podia tirar lições para a vida espiritual cristã. A opção por essa “parábola” da segurança nacional tinha uma razão de ser.

O argumento central do editorial não era a ação do Conselho de Segurança Nacional em si, mas sim a recomendação para que cada fiel cuidasse de sua “segurança interna”, seguindo as doutrinas da igreja, orando e lendo a Bíblia diariamente. Assim sendo, ninguém poderia acusar a redação de *Seara* de estar utilizando o valorizado espaço destinado ao editorial da revista para tratar de um assunto que estivesse fora dos interesses “espirituais” imediatos da igreja. Essa era uma forma *calculada* de avançar sobre uma linha demarcatória levada muito a sério pelo ex-redator-chefe, sem escapar, pelo menos na essência, das diretrizes de Conde para manter a igreja separada das questões terrenas.

Impossível, contudo, não perceber que havia nisto uma estratégia de tornar público o que o grupo que agora conduzia a revista pensava sobre o governo militar, pois a simpatia para com as ações do governo que acabara de impor um violento ato estava bem à mostra no editorial. Os encontros do general-presidente com o Conselho de Segurança Nacional (CSN)³⁹¹ foram elogiados pelas decisões que teriam influência “positiva na vida da nação” contra cidadãos “exaltados” que queriam “subverter” a ordem pública. Deve-se lembrar que foi das engrenagens do Conselho de Segurança Nacional (CSN) que saiu, no dia 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5, como aponta Paulo Emílio Matos Martins:

Sua importância [do Conselho de Segurança Nacional] reflete-se logo no início do AI-5, no qual consta que o Conselho foi ouvido pelo presidente da República antes da edição do ato. Na Emenda Constitucional nº 1, de 1969, o Conselho de Segurança Nacional era reafirmado como instância de assessoramento do presidente da República, tal como se fazia presente na Carta Magna de 1967. Dentre suas atribuições (art. 89) estavam o estabelecimento dos objetivos nacionais permanentes e a definição de bases para a política nacional; o estudo de temas pertinentes à segurança nacional; a indicação das áreas e dos Municípios indispensáveis à segurança nacional, suscetíveis a uma maior intervenção por parte do Executivo

³⁹¹O Conselho Nacional de Segurança (CSN), que já existia desde a década de 1930, foi reformulado no pós-golpe pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Esse órgão, o mais próximo da Presidência, tinha como finalidade “*superintender e coordenar as atividades de informação. Além do mais, deveria ‘estabelecer ligação direta com órgãos federais, estaduais e municipais e com entidades paraestatais e autarquias, além de poder requisitar a colaboração de entidades privadas*”. MIYAMOTO, Shiguenoli. BERTAZZO, Juliana Santos Maia. A política das Forças Armadas: conflitos e institucionalização do regime militar. In MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. (Org.). *Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora da PUC-Rio, 2008. p. 114.

federal; e o desenvolvimento, nessas áreas, de ações ligadas ao transporte, meios de comunicação e questões fundiárias. Por mais que a Constituição Federal o definisse apenas como órgão de assessoramento, a relevância do Conselho de Segurança Nacional, de acordo com o texto legal, imputava-lhe obrigações típicas de instância de formulação. Fosse de outra forma, os ministros presentes no Palácio da Laranjeiras, no Rio de Janeiro, no dia 13 de dezembro de 1968, não teriam se lançado à história como participantes de uma reunião do Conselho de Segurança Nacional. Naquele dia, coube ao então ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, imortalizar a conclusão de que o AI-5 era “ditatorial, mas às favas, senhor Presidente, todos os escrúpulos de consciência.”³⁹²

Ao elogiar os encontros do CSN com o presidente e as decisões tomadas nesse âmbito da administração governamental, o editorial saudava não só o AI-5 em sua inteireza, mas consignava todo seu apoio a uma política que foi central na estruturação do Estado autoritário brasileiro: a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND).

Tamanha importância dessa doutrina para o regime militar que a pesquisadora Maria Helena Moreira Alves defende que, o Estado brasileiro após o Golpe de 64, deva ser caracterizado como “Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento”³⁹³, visto que as ações administrativas levadas a efeito pelos militares – não só aquelas de repressão, mas também as decisões na área econômica do país – seguiam a lógica do binômio “segurança/desenvolvimento”.

Para o editorial de *A Seara* a “segurança”, em seu tríplice aspecto (da pátria, da família e individual), era um elemento central e inegociável e justificaria as medidas governamentais impostas pelo governo. Alvaro de Oliveira Senra e Lyndon de Araújo Santos nos ajudam a entender o interesse de grande parte dos protestantes nesse discurso governamental. Segundo os autores, a presença de um governo autoritário servia como cenário que facilitava a implementação de políticas internas mais rígidas em termos de controle das ações de seus fiéis e o “AI-5 foi um desses momentos de legalização da ação repressiva do Estado sobre a sociedade civil, que funcionou como anteparo às ações repressivas internas nas instituições religiosas evangélicas”³⁹⁴. Os autores complementam esse argumento nos seguintes termos:

³⁹²MARTINS, Paulo Emílio Matos. et al. Descentralização administrativa e repressão: o AI-5 e o (des)controle da administração pública. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. (Org.). *Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora da PUC-Rio, 2008. p. 149.

³⁹³ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

³⁹⁴SENRA, Alvaro de Oliveira. SANTOS, Lyndon de Araújo. O AI-5 e as Igrejas Cristãs na sociedade civil In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. (Org.). *Tempo Negro*,

Os ramos intolerantes do protestantismo brasileiro careciam das condições para implementar seus discursos e visões de mundo, ante as ameaças que rondavam as igrejas: o comunismo, a imoralidade, o rock, as drogas, o modernismo, o anarquismo, o ecumenismo e outros ismos que povoavam os fantasmas desse tipo de mentalidade. A Doutrina de Segurança Nacional engendrada pelo governo militar deu sustentação aos discursos internos das igrejas, no sentido da centralização burocrática e ideológica, e de uma democracia vigiada que deveria legitimar a ordem. As igrejas careciam de condições políticas para implementar ações opostas à desagregação institucional e a favor da uniformidade doutrinária e litúrgica. Para tal, aspiravam firmar suas identidades religiosas em um campo em constante competição e de ameaças de divisões internas. Os discursos internos se afinaram com os discursos oficiais do governo, a partir dos grandes eixos temáticos, como a ordem, a moral, a pátria, a identidade, a centralização, o progresso, e a garantia da paz social. Nisso, o fundamentalismo teológico serviu aos interesses de manutenção da ordem estabelecida.³⁹⁵

Esse casamento de interesses descrito pelos autores fica explícito no editorial de janeiro de 1969 de *A Seara*, pois a demonstração de autoritarismo dada pelo governo, vista com temor por diversas parcelas da sociedade, inclusive aquelas apoiadoras do golpe, para a revista significava o cumprimento de deveres dos quais o governo não podia declinar, mesmo que para isso tivesse de recorrer a “atitudes repressivas”. Por isso, o editorial colocava em destaque as medidas tomadas pelo governo que deveriam ser festejadas por todos: a manutenção da ordem, a proteção dos cidadãos e a consolidação da soberania da Pátria.

A coincidência dessa concepção do papel do Estado, presente no editorial, com aquilo que era defendido no texto de abertura do AI-5 não é algo accidental. A revista reproduzia no pequeno trecho do editorial a essência dos argumentos presentes no histórico Ato Institucional de dezembro de 1968. Maria Helena Moreira Alves contribui no entendimento dos elementos que estavam em jogo no preâmbulo do AI-5. Segundo essa pesquisadora, havia ali uma definição de autoridade não como decorrente do povo, mas sim do exercício de fato do poder, entendimento que justificava a centralização do poderio decisório no próprio Executivo.³⁹⁶ Acompanhemos o conteúdo do preâmbulo em questão:

Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora da PUC-Rio, 2008. p. 224.

³⁹⁵ SENRA, Alvaro de Oliveira. SANTOS, Lyndon de Araújo. O AI-5 e as Igrejas Cristãs na sociedade civil In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. (Org.). *Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora da PUC-Rio, 2008. p. 216.

³⁹⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao país um regime que, atendendo as exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria” (Preâmbulo do Ato Institucional no 1 de 9 de abril de 1964); considerando que o governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional no 2, afirmou categoricamente, que “não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará” e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido; considerando que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar “a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução”, deveria “assegurar a continuidade da obra revolucionária” (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966); considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária... Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição.³⁹⁷

O texto do editorial, de janeiro de 1969 de *A Seara*, segue à risca o *script* do preâmbulo do AI-5. Inicialmente porque coloca a centralidade das ações consideradas benéficas à nação na figura do “Presidente”, acompanhado de seu Conselho de Segurança, ignorando qualquer outra força política ou institucional que pudesse estar irmanada ao Executivo naquilo que se considerava um esforço de defesa do país. Também porque defende, tal como no introito do quinto Ato Institucional, a ideia de que a “segurança” era um elemento imprescindível ao “desenvolvimento” da nação: “*Segurança da Pátria, da família, do indivíduo. Quando em seu tríplice aspecto a segurança é efetivada, tem-se, então, a*

³⁹⁷http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm

estabilidade. Política, moral, social. Sem essa experiência, nenhuma nação obterá prosperidade. Nenhum povo triunfará”³⁹⁸, sustentava o editorial.

Essa interdependência entre “segurança” e “desenvolvimento”, bem reproduzida por *A Seara*, era algo que estava no cerne da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), que por seu turno, dava sustentação às propostas do Ato Institucional nº 5. Segundo Maria Helena Moreira Alves, esse *desenvolvimento* era o das forças capitalistas que deveriam avançar no país e que, ao se expandirem, dariam legitimidade ao Estado no combate aos “inimigos internos” e à “guerra psicológica” que ameaçava a *segurança* nacional.³⁹⁹

Os “exaltados” e “irresponsáveis”, citados pelo editorial de *A Seara*, eram, portanto, os que se levantavam contra um governo que queria “desenvolver” as forças produtivas do país e contornar qualquer opção comunista que se apresentasse como alternativa. Eram esses oposicionistas, conseqüentemente, verdadeiros “inimigos” da nação, exatamente porque não se juntavam ao grande esforço do governo de “desenvolver” o Brasil para garantir a “segurança” de todos os cidadãos.

Ignorava-se, em nome dessa lógica, que os “exaltados” e “irresponsáveis” colocavam-se contra um governo que pesava a mão na repressão e atropelava os mais elementares direitos dos cidadãos. O que se chamava de “ordem”, paradoxalmente, era a manutenção de um governo instituído por meio de um golpe que atingiu a vértebra da Carta Constitucional de 1946 e que, por isso mesmo, representou uma cisão profunda no ordenamento político, jurídico e social do país. Mas para o(s) editorialista(s) essas incongruências pouco importavam se o país estava a salvo das influências “nefandas” como a do comunismo e de outras exacerbações sociais que tivessem em suas raízes ideias de ruptura social e comportamental.

Não causava nenhum constrangimento à editoria da revista mostrar-se favorável aos arbítrios do governo naquele ato que mergulhava o país nos “anos de chumbo” com a institucionalização da censura na sua mais ampla acepção e da violência sistematizada contra os opositores. Sim, essa era a mesma *A Seara* do festejado texto de Antonio Gilberto, publicado em duas ocasiões (1963 e 1965), que se posicionava contra o comunismo, sobretudo, pela sua incompatibilidade com a ordem democrática. Estamos falando do texto *Atitude cristã face ao comunismo* que já foi analisado no capítulo anterior e que retomamos

³⁹⁸“Falando em segurança” (editorial). *A Seara*, nº 72, janeiro de 1969. p. 02.

³⁹⁹ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 26-27.

para demonstrar o casuísmo com que a palavra democracia era utilizada pelos pensadores da AD que gravitavam na órbita de *A Seara*.

Recuperemos algumas das falas daquele homem assaz preocupado com a democracia que era Antonio Gilberto nos idos de 1963, que em seu texto, querendo chamar atenção para a “oposição entre as democracias e o comunismo”, sentenciou: “*os direitos naturais do homem, como das nações, tem por base a liberdade humana*”⁴⁰⁰. Lembremos ainda que naquelas mesmas páginas de viva defesa da democracia, o militar da Marinha asseverou que o comunismo atacaria quatro liberdades fundamentais presentes em uma ordem democrática: 1) Liberdade pessoal; 2) Liberdade de palavra; 3) Liberdade de reunião pacífica; 4) Liberdade religiosa.⁴⁰¹

Das preocupações em relação aos direitos democráticos, expostas na matéria *Atitude cristã face ao comunismo*, excetuando-se a garantia à propriedade privada, todas as demais, uma a uma foram, direta ou indiretamente, restringidas pelo Estado autoritário pós-64 e o AI-5 representou, nessa escalada, o derradeiro remate desse projeto. Se nem mesmo a liberdade religiosa estava de todo garantida, considerando a perseguição a religiosos que se contrapunham ao regime à luz de suas crenças⁴⁰²; da liberdade pessoal, de palavra, de reunião, não há muito o que ser dito.

Ao contrário de um desconforto pelas atitudes que feriam aquelas mesmas liberdades que em 1963 eram motivo de preocupação por parte da revista, o que se vê no editorial de janeiro de 1969 é uma manifestação de apoio às medidas que seriam garantidoras da “ordem”, mesmo que elas tivessem caráter repressivo. Estando garantida a “segurança nacional” e a consolidação da “soberania da Pátria”, nenhuma arbitrariedade que afrontava os mais básicos preceitos democráticos parecia constranger o núcleo de mando de *A Seara* em seu movimento de apoio ao regime militar.

⁴⁰⁰“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, n° 32, maio/junho de 1963. p. 22.

⁴⁰¹“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, n° 32, maio/junho de 1963. p. 22-23.

⁴⁰²Como é de amplo conhecimento, ao “conquistarem o Estado”, na expressão de René Armand Dreifuss, os militares, legitimados por parcelas conservadoras da sociedade brasileira, deram as costas aos elementos inamovíveis da democracia; ignoraram seus princípios básicos, atacaram frontalmente as liberdades, inclusive aquelas defendidas por Antonio Gilberto da Silva em *A Seara*. Até mesmo a liberdade religiosa não passou ilesa, pois se lideranças ou fiéis, à luz de suas convicções religiosas, discordassem da postura do Estado, eram duramente perseguidos e torturados nos porões dos órgãos de repressão, a exemplo do célebre caso dos freis dominicanos ligados à ALN (Ação Libertadora Nacional) e, como revelou o projeto *Brasil Nunca Mais*, de lideranças de igrejas protestantes históricas. Ver: ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985. ARQUIDIOCESE de São Paulo. *As torturas in Projeto Brasil nunca mais*. São Paulo, Arquidiocese de São Paulo, 1985. DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

O editorial aceitava, dessa maneira, integralmente a auto atribuição do Estado Autoritário brasileiro como o “*Leviatã Supremo*”, o “*Superleviatã*”, “*o senhor absoluto e incontestável da Terra e do espírito humano*” como na formulação do General Golbery do Couto e Silva⁴⁰³, grande teórico da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil. Como destacou Paulo Emílio Matos Martins, esse tipo de interpretação que colocava o Estado como instância decisória máxima (lembrando que o Estado, nesse caso, deve ser entendido primordialmente como Poder Executivo) estava totalmente imbricada à Doutrina de Segurança Nacional:

A crença no papel do Estado como único ente capaz de zelar pelo bem de todos, inclusive, na interpretação autoritária, sendo apto a discernir o que é exatamente esse bem para todos. Nessa interpretação, não há instituição ou pessoa que deva se constituir em obstáculo para dever do Estado – ou, do contrário, interesses individuais estariam se sobrepondo aos coletivos. Destaque-se que a Doutrina em questão [de Segurança Nacional] fortalece sobremaneira um dos principais papéis dos Estado – o histórico exercício de “poder de polícia”. Em tese, a democracia pressupõe mecanismos para seu controle, ao passo que, no autoritarismo, a ação repressiva e fiscalizadora do Estado deixa de ser um instrumento para garantir o cumprimento da lei, transformando-se em ferramenta de defesa do poder e de salvaguarda dos seus soberanos. Seu vínculo com a segurança nacional – por extensão, a segurança de todos – representa a simbiose entre governo e coletividade.⁴⁰⁴

O Estado, como instância máxima, se colocaria acima dos interesses individuais das pessoas e das instituições em nome do “bem” coletivo, tendo ele, inclusive, o arbítrio sobre o entendimento do que seria esse “bem”. E assim, o primeiro editorial de *A Seara* mostrava uma nova tendência da editoria da revista. Nos números posteriores, cautelosos, Geziel Nunes Gomes e Alcebíades Pereira de Vasconcelos seguiriam dando mostras de toda a simpatia que nutriam pelos militares instalados no poder, mas também cuidaram para não fazer da revista

⁴⁰³Essa formulação foi mencionada por Maria Helena Moreira Alves a partir do livro *Conjuntura política nacional o Poder Executivo & a Geopolítica* no Brasil de autoria do General Golbery do Couto e Silva. Ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 27 (rodapé 28).

⁴⁰⁴MARTINS, Paulo Emílio Matos. et al. Descentralização administrativa e repressão: o AI-5 e o (des)controle da administração pública. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. (Org.). *Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora da PUC-Rio, 2008. p. 148. Joseph Comblin ao tratar da relação Estado/Nação na Doutrina de Segurança Nacional, destacou a imbricação que há entre ambos na Doutrina de Segurança Nacional: “*A Nação age pelo Estado: como vontade, poder e poderio, ela se exprime pelo Estado. É impossível encontrar ou fazer uma distinção real entre a Nação e o Estado: a Nação acrescenta ao Estado os materiais, uma população, um território, recursos, apenas o passivo. O que faz formalmente a Nação não difere do que constitui formalmente o Estado. É esse o conceito de Nação com o qual joga a Doutrina de Segurança Nacional*”. COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978. p. 28.

uma portadora contumaz de propagandas das ações do governo, pois sabiam que uma atitude como essa seria mal vista pelos que não aceitavam a mistura da igreja com o mundo da política, além de representar uma traição ao emérito redator-chefe Emílio Conde que considerava inaceitável esse tipo de exposição em um periódico da igreja.

Ciosos de que não poderiam transformar essa exposição de contentamento com o governo em uma prática corriqueira, os discípulos de Emílio Conde foram, lentamente, dando suas pinceladas em um painel que deveria estampar, sem gerar polêmicas internas, o apoio da AD às atitudes tomadas pelo Estado autoritário brasileiro em um momento de aprofundamento das medidas que atentavam contra os direitos básicos dos cidadãos. Esperava-se, com isso, que as autoridades tivessem clareza de que tinham na AD uma entusiasta e uma aliada de primeira hora para todas as bandeiras administrativas que vinham sendo defendidas pelo governo, o que colocava a igreja em uma posição confortável tanto para a manutenção de suas atividades como para eventuais reivindicações.

4.1.2) *A Seara* e a reivindicação ao governo autoritário

Essa hipotética liberdade de expressar algumas reivindicações foi colocada em teste já em fevereiro de 1970 pela redação de *A Seara*, quando por meio de um editorial a revista apresentou uma crítica à legislação brasileira que cuidava da normatização do comércio de tabaco e bebidas alcoólicas. Como se tratava de um texto com inequívoco teor de cobrança os editores tiveram o cuidado de epigrafar o editorial com um versículo bíblico que reiterava a postura da revista de respeito e submissão às autoridades por considerarem-nas emissárias de Deus na Terra: “*Todo homem esteja sujeito às autoridades ... visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem...* Rm. 13:1,4”⁴⁰⁵ (Imagem 8).

⁴⁰⁵“Ciclamatos e DDT” (editorial). *A Seara*, n° 82, fevereiro de 1970. p. 02.

Editorial

“Todo homem esteja sujeito às autoridades... visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem...” Rm. 13:1,4.

Provavelmente despertadas pelo alarme oriundo das autoridades químicas norteamericanas, as nossas autoridades examinando e constatando a procedência da denúncia, resolveram seguir-lhes o exemplo, proibindo o uso dos adoçantes artificiais, tecnicamente denominados “ciclamos”, estando também em estudo e com vista à proibição idêntica, o uso do DDT que nos “States” também está proibido.

Bravos! Apoiamos sem reservas toda e qualquer iniciativa que tomem as nossas autoridades a bem da humana criatura, visando amenizar os seus sofrimentos e quiçá destinando-se a aumentar-lhe algumas horas a mais à existência presente, dando-lhes assim maiores oportunidades nesta vida.

Lei é lei. E em si mesma nada mais visa senão a obediência a seus ditames, sem discussão. O contrário disto, trará ao transgressor as consequências que sempre são más. Tenham pois paciência os obesos, e para seu próprio benefício, busquem os especialistas clínicos que lhes poderão receitar algo melhor para seus regimes alimentares; ou por outra, se conformem mesmo com ingerir hidrato de carbono com o adoçante natural — açúcar, até que a morte inexorável lhes bata à porta intimando-os à prestar as contas ante Deus.

Porém acabamos de ler na imprensa diária a notícia faustosa que relata haver o Presidente Nixon pedido ao Congresso de seu país, uma lei que condene e que proíba quando não o uso, porém o abuso do cigarro e a aberrante propaganda que dele é feita através da imprensa falada, escrita e televisionada.

Não somos clínicos nem químicos, mas aprendemos a ler! e havemos lido muitas vezes com respeito ao assunto e estamos por isto informados de que a maioria dos cancerosos do universo são vítimas do cigarro, e que as bebidas alcoólicas são as maiores causadoras da loucura, dando assim a maior cota de cancerosos e loucos aos nossos hospitais dessas especialidades.

Lemos que como medida inicial, a partir de janeiro de 1970 estará proibida nos “States” a propaganda de cigarro e seus derivados; porém nada lemos com respeito a proibição de “Whisky” que em nada é inferior ao cigarro em prejudicar a humana criatura, e no entanto é propagado berrantemente através de todos os abundantes meios de publicidade em língua inglesa.

Lemos também aqui em nosso querido Brasil, a proibição dos “ciclamos”, porém nada lemos, nada mesmo, absolutamente nada, com respeito a proibição a esses dois inimigos da humanidade: o fumo e o álcool em suas diferentes modalidades. Muito ao contrário, quer sejam os nossos jornais e revistas quer os programas radiofônicos e televisivos

(Conc. na pág. 29)

A motivação para a crítica exposta no editorial *Ciclamatos e DDT* veio da decisão tomada pelo Ministério da Indústria e do Comércio, por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de janeiro de 1970, proibindo o uso da substância *ciclamato*⁴⁰⁶ em produtos dietéticos, bebidas e refrigerantes.⁴⁰⁷ O editorial de *A Seara* saudava vivamente a iniciativa do governo brasileiro que, além do adoçante artificial, também estudava a proibição do uso do pesticida *dicloro-difenil-tricloroetano* (DDT). Para reafirmar a sua postura de incentivadora do estrito cumprimento de todas as leis do país, a revista buscou conscientizar os “obesos” dando-lhes duas alternativas tão taxativas quanto indecorosas: ou que procurassem clínicas especializadas à busca de orientação sobre as melhores dietas; ou que se conformassem em ingerir açúcar até que a morte os alcançassem(!):

Bravos! Apoiamos sem reservas tôda e qualquer iniciativa que tomem as nossas autoridades a bem da humana criatura, visando amenizar os seus sofrimentos e quiçá destinando-se a aumentar-lhe algumas horas a mais à existência presente, dando-lhes assim maiores oportunidades nesta vida. Lei é lei. E em si mesma nada mais visa senão a obediência a seus ditames, sem discussão. O contrário disto, trará ao transgressor as consequências que sempre são más. Tenham pois paciência os obesos, e para seu próprio benefício, busquem os especialistas clínicos que lhes poderão receitar algo melhor para seus regimes alimentares; ou por outra, se conformem mesmo com ingerir hidrato de carbono com o adoçante natural – açúcar, até que a morte inexorável lhes bata à porta intimando-os à prestar as contas ante Deus.⁴⁰⁸

Mas os editores de *A Seara* não se mostravam satisfeitos com a limitação desse tipo de controle apenas sobre a famigerada substância utilizada como substituta do açúcar em sucos e refrigerantes. Pediam mais. Partindo do exemplo de uma proposta de lei que regulamentava a propaganda de cigarros nos EUA, apresentada ao Congresso norte-americano pelo presidente Richard Nixon, os editores não se furtaram em cobrar do governo brasileiro uma atitude semelhante, incluindo nessa regulamentação, se possível fosse, a publicidade das indústrias fabricantes de bebidas alcoólicas:

Lemos também aqui em nosso querido Brasil, a proibição dos “ciclamatos” porém nada lemos, nada mesmo, absolutamente nada, com respeito a proibição a esses dois

⁴⁰⁶De acordo com o Dicionário Caldas Aulete, ciclamato é uma “*denominação comum de cicloexilsulfamato de sódio substância artificial derivada do petróleo, com poder adoçante trinta vezes maior que o da sacarose*”. Ciclamato (verbetes). *Dicionário Caldas Aulete Digital*. Disponível em: <http://www.aulete.com.br>. Acesso em 23 de junho de 2016.

⁴⁰⁷Diário Oficial da União (DOU). Seção 1 de 30 de Janeiro de 1970. p. 32.

⁴⁰⁸“Ciclamatos e DDT” (editorial). *A Seara*, n° 82, fevereiro de 1970. p. 02-29 [A conclusão do editorial está na página 29 devido à diagramação da revista].

inimigos da humanidade: o fumo e o álcool em suas diferentes modalidades. Muito ao contrário, quer sejam os nossos jornais e revistas quer os programas radiofônicos e televisionados, vivem prenhes de propaganda de uma quase inumerável corrente de marcas de cigarros, charutos, cachimbos, quinados, whisky, vodka, aguardente e quejando.⁴⁰⁹

A entonação da crítica subiu quando foi feita referência aos males que o tabagismo e o alcoolismo acarretavam à saúde dos milhares de consumidores. A falta de iniciativa do governo nessa área causava indignação nos editores de *A Seara* que pareciam inconformados com a proibição dos ciclamatos sem qualquer aceno das autoridades em direção a uma lei que viesse proibir ou desestimular o consumo de bebidas alcoólicas e de tabaco:

E por que as nossas autoridades permanecem silenciosas indiferentes a tal problema? Elas que se evidenciam zelosas quanto a fazer de sua parte o mínimo indispensável por livrar a quantos possíveis das consequências do câncer que possivelmente lhes causará os “ciclamatos”, por nenhuma hipótese deverão ficar indiferentes aos possíveis tuberculosos e cancerosos vítimas do fumo e aos loucos vítimas do álcool! Aliás, o mesmo texto bíblico de que nos valem na introdução dêste editorial, a mais de demonstrar-nos o dever de em tudo obedecermos as autoridades, posto que as mesmas foram constituídas por Deus visando o nosso bem, também demonstra que as autoridades têm grande responsabilidade por seus mandatos; pois oportunamente lhes será requerida a prestação de contas perante Aquê maior do que elas que as constituiu no devido tempo e as comissionou com missões específicas a desempenhar em favor da humanidade. Coibir a prática do mal e favorecer a prática do bem, eis o dever de toda autoridade consciente e regular! Esperamos, portanto, de nossas autoridades que não limitem sua proibição aos “ciclamatos”, que sigam adiante estudando e examinando as causas da infelicidade humana e se atrevam mesmo a proibir igualmente tudo quanto vier trazer mal-estar e inquietude e prejuízo à família e ao indivíduo; porque, perturbados êsses elementos estará igualmente perturbando o Govêrno e toda a nação.⁴¹⁰

Essa crítica não poderia ter vindo a público sem que a redação de *A Seara* estivesse certa de que ela não causaria descontentamentos internos e externos. Interno porque mais uma vez a revista estava utilizando o espaço dos editoriais para tratar de um assunto que dizia respeito estritamente às autoridades do país e com o agravante de se estar claramente expondo uma insatisfação com as políticas do governo, algo muito inusual em *A Seara*. No âmbito externo, as preocupações convergiam para a repercussão das próprias autoridades alvo das críticas, considerando a plena vigência do AI-5 que instrumentalizava o Estado autoritário brasileiro a agir contra quaisquer meios de comunicação que se mostrassem contrários ao governo.

O versículo em epígrafe – “*Todo homem esteja sujeito às autoridades ... visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem...* Rm. 13:1,4” – deveria servir para não deixar

⁴⁰⁹“Ciclamatos e DDT” (editorial). *A Seara*, nº 82, fevereiro de 1970. p. 29

⁴¹⁰“Ciclamatos e DDT” (editorial). *A Seara*, nº 82, fevereiro de 1970. p. 29.

dúvidas sobre as intenções do editorial, tanto na irmandade quanto entre as autoridades que viessem, por ventura, tomar nota do conteúdo do texto *Ciclamatos e DDT*. Não se queria afrontar o governo que, à luz da epístola de São Paulo aos Romanos, eram os representantes de Deus neste mundo. O texto deveria sim ser visto como um alerta que, se levado em conta, seria benéfico às próprias autoridades, já que estas não teriam mais de se incomodar com os que, “perturbados” pelos seus vícios, provocavam toda sorte de desordens sociais.

O que incomodava o moralismo assembleiano era o crescente consumo de bebidas e de derivados do tabaco, em especial o cigarro industrializado que tinha como grande novidade o filtro. A expansão do mercado consumidor desses produtos estava ligada ao próprio processo de dinamização da economia brasileira entre os anos de 1950 e 1970, três décadas nas quais houve grandes mudanças nos padrões de produção e de consumo industrial no Brasil. Fernando Novais e João Mello retratam o reflexo dessa dinamização nos setores de bebidas e tabagista nesse período: “à cerveja, agora também em lata, à pinga, à cachaça, ao conhaque vagabundo, já tradicionais, juntaram-se a vodca, o rum, o uísque nacional ou nacionalizado, os vinhos do Rio Grande do Sul, muitos deles de qualidade duvidosa. O cigarro com filtro causou furor entre os fumantes”⁴¹¹.

A indústria tabagista, em especial, que até os anos 1950 era dominada por empresas nacionais, foi aos poucos perdendo espaço para as multinacionais que vinham no rastro dos incentivos do governo militar aos investidores estrangeiros.⁴¹² Por isso mesmo, ao contrário das expectativas esboçadas no editorial de *A Seara*, em nenhum momento o Estado autoritário brasileiro pensou em levar a termo quaisquer propostas inibitivas. A disposição do governo em manter uma boa relação com os evangélicos do país não superava a imediata necessidade das divisas geradas pelas grandes empresas do ramo de bebidas e do setor tabagista. Ao que indicam as edições que se seguiram àquela do editorial *ciclamatos e DDT*, a editoria da revista percebeu que essa demanda não seria atendida por um governo como o de Emílio Garrastazu Médici que tinha no crescimento econômico do país uma meta irremovível. Confrontada por essa realidade, *A Seara* resignou-se e não mais mencionou a insatisfação com o livre comércio de bebidas, cigarros e derivados, reservando-se, como vinha fazendo, a manifestações de incondicional apoio ao governo.

⁴¹¹MELLO, João Manuel Cardoso de Mello; NOVAIS, Fernando Antonio. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, volume 4, 1998. p. 565.

⁴¹²BOEIRA, Sérgio Luís. Indústria de tabaco e cidadania: confronto entre redes organizacionais. *RAE* (Impresso), São Paulo, v. 46, n.3, p. 28-41, 2006.

4.1.3) *A Seara* em tempos de “inquietações”

No editorial do número 76 da revista, referente aos meses de maio/junho de 1969, as tinturas do apoio ao governo vieram em tons mais neutros. Com o título “Lares incendiados”, o texto mostrava preocupação com a crescente rebeldia dos jovens e numa miscelânea de críticas, bem típica do conservadorismo assembleiano, atirava para todos os lados: frouxidão dos pais para com seus filhos, espírito de rebeldia dos jovens, má influência dos programas de televisão e também dos “jornais” seculares:

Muitos lares estão em polvorosa. Neste século das luzes as trevas predominam. Desordens em família caracterizam a época agitada, febril e inquietante. Aos milhões, os pais vão perdendo o controle sobre os próprios filhos, numa reviravolta fantástica que ameaça até governos. Há um incêndio negativo, fruto de um fogo que entrou no próprio espírito da juventude do século XX. Esse fogo está queimando a ordem, destruindo a paz, obstruindo os movimentos do Bem, cerceando as legítimas liberdades e absorvendo a energia espiritual, que costumeiramente capacita os homens a raciocinarem com profundidade sobre temas atinentes à vida eterna. Esse fogo está separando os laços tradicionais de amizade de pais para filhos, rompendo-os grosseiramente. Esse fogo está crepitando nas varandas, nas salas, nos quintais e nas cozinhas. Tradicionais encontros fraternais vão sendo substituído por solilóquios diante do vídeo ou frente a jornais seculares (...).⁴¹³

O detalhe interessante está no trecho que fala dos riscos que essa juventude representava para os “governos”. Essa preocupação com a “rebeldia” da juventude, expressa em *A Seara*, está diretamente vinculada ao momento vivido no país em 1969. Marcelo Ridenti explica o porquê desse protagonismo da juventude estudantil na oposição ao regime militar, contestação que se intensificou a partir do AI-5:

O movimento estudantil tinha tradição de luta na defesa das liberdades democráticas, das reformas de base, principalmente no sentido da conquista da reforma universitária, que implicava, dentre outras coisas, a extensão do ensino público e gratuito e a co-gestão nas faculdades, inaceitáveis pelo regime militar. Essa tradição do movimento, a repressão governamental numa conjuntura de relativa liberdade de ação, entre 1965 e 1968, bem como a agitação cultural do período e a crise econômica que se vivia, tudo isso contribuía para que as tendências de esquerda encontrassem público entre os estudantes, que iam aderindo à militância clandestina no correr do tempo, dedicando-se exclusivamente a ela depois do

⁴¹³“Lares incendiados” (editorial). *A Seara*, nº 76. Maio/junho de 1969. p. 02 (grifo nosso).

“fechamento” total do AI-5, que não deixava lugar para a luta nas escolas, nem para as lideranças, nem para as massas universitárias.⁴¹⁴

A redação de *A Seara* mostrava-se amedrontada com o espírito de inquietação da juventude e, fazendo eco ao alarmismo bem comum daquele período⁴¹⁵, via nele um canal capaz de “destruir” a “paz” e a “ordem”, pondo em situação de *risco* o funcionamento do país. O editorial foi bem direto nesse ponto: esses jovens descritos como “agitados”, “febris” e “inquietaos”, representavam uma verdadeira ameaça aos governos, o que de certa maneira acabava confluindo com o que era dito pelos militares quando buscavam legitimação para o endurecimento das políticas persecutórias de combate aos “agitadores” de diferentes matizes. Segundo o editorial, em seus levantes esses jovens insatisfeitos nada mais faziam do que *obstruir os movimentos do bem e cercear as legítimas liberdades*, entendendo-se esse “bem” e essa “liberdade” como elementos que só poderiam ser garantidos pelo grande ordenador da vida em sociedade: o Estado.

De maneira muito sutil, tocava-se em uma questão de grande importância para o quadro político do Brasil daquele momento: a já mencionada “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento” (DSND). Em plena vigência do Ato Institucional nº 5, o Estado autoritário brasileiro estava disposto a eliminar quaisquer forças oposicionistas que ameaçassem o governo da “Revolução”. Daí a contribuição que a revista esperava dar, chamando a atenção dos pais que, ao não controlarem seus filhos, prestavam um desserviço, não só à formação espiritual dos jovens, como também à segurança coletiva da *nação*. O problema estava nos lares, portanto, onde a formação cristã perdia espaço para o televisor e para os jornais e revista seculares.

No caso específico da televisão, não há como deixar de apontar certa desarmonia na crítica formulada por um editorial que queria se colocar ao lado do governo, pois se a causa dessa desordem dos jovens tinha, de fato, relação com a “invasão” dos televisores nos lares do país, o próprio governo teria, então, grande parcela de culpa como principal fomentador que foi da expansão de redes de televisão por todas as regiões do Brasil, pois como é sabido, o Estado autoritário brasileiro nem de longe achava que a presença de televisores nos domicílios representasse perigo, desde que, obviamente, o conteúdo produzido pelas emissoras fosse

⁴¹⁴RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993. p. 125.

⁴¹⁵MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964- 1968*. Campinas, Papirus, 1987. LANGLAND, Victoria. *Speaking of flowers: Student Movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil*. Duke University Press, 2013.

controlado e as concessões das redes fossem entregues nas mãos de empresários e/ou políticos aliados ao regime.

Na verdade, como salienta Esther Hamburger, as telecomunicações eram consideradas estratégicas na política nacional de desenvolvimento e integração no pós-golpe de 1964. Como faz recordar essa autora: “os militares investiram na infra-estrutura necessária à ampliação da abrangência da televisão e aumentaram seu poder de ingerência na programação por meio de novas regulamentações, forte censura e políticas culturais normativas”⁴¹⁶ Assim, cautelosos por se tratar de um assunto que dizia respeito a uma política de governo, os responsáveis por *A Seara* reservaram-se em lançar a crítica à TV sem relacioná-la com a lógica governamental que naquele momento era claramente favorável à abrangência da transmissão de sinais televisivos por todo país. Por isso, limitara-se a dizer: “Tradicionais encontros fraternais vão sendo substituído por solilóquios diante do vídeo ou frente a jornais seculares (...)”⁴¹⁷.

Outra grande preocupação do momento, que acabou reverberando nas páginas de *A Seara*, era a opção pela luta armada. Como destaca o historiador Daniel Aarão Reis Filho, “entre 1969 e 1972, desdobraram-se ações espetaculares de guerrilha urbana: expropriações de armas e fundos, ataques a quartéis, cercos e fugas, sequestros de embaixadores.”⁴¹⁸ Não por acaso, o tema da inquietação voltaria às páginas da revista nos números 83 (março de 1970) e 84 (abril/maio de 1970), sendo tratado de forma mais direta em comparação à abordagem dada no editorial “Lares incendiados” de maio/junho de 1969.

⁴¹⁶HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, volume 4, 1998. p. 454.

⁴¹⁷“Lares incendiados” (editorial). *A Seara*, n° 76. Maio/junho de 1969. p. 02.

⁴¹⁸REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 52. Tadeu Antonio Dix Silva explica como se deu essa opção pela luta armada como instrumento de oposição ao Estado autoritário brasileiro: “O Partido Comunista Brasileiro (PCB) que havia sido severamente atingido pelos golpistas, após um período de reorganização de suas estruturas, encetou um processo de avaliação da autoproclamada Revolução de 31 de Março. O PCB, então, escolheu os canais institucionais – por mais deteriorados que estivessem – objetivando conquistar a redemocratização do Brasil, em coerência com sua estratégia geral de transição pacífica ao socialismo. Em contraposição a estas teses, surgiria a ‘nova esquerda’ ou ‘esquerda revolucionária’, conformada por uma constelação de organizações clandestinas fundamentalmente inspiradas nas vitórias das Revoluções Cubana e Chinesa, e no exemplo da Guerra do Vietnã. Portadora de um projeto socialista para a sociedade brasileira, a ‘nova esquerda’ preconizava a derrubada dos militares e seus aliados civis do governo através de uma ofensiva revolucionária, que aconteceria por meio da luta armada ou insurreições de massa, e posterior implantação de um regime socialista no Brasil”. SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 17.

Começaremos analisando o editorial referente ao número de abril/maio de 1970, porque nele a redação de *A Seara* esboça sua preocupação direta com a luta armada. O foco eram os grupos sociais insatisfeitos com o governo que praticavam sequestros e assaltos a bancos, ações interpretadas como a expressão máxima de um estado de desordem que tomava conta de uma sociedade cada vez mais guiada pelo espírito de “inquietação”:

Inquietação

“O homem nascido da mulher, é de bem poucos dias e cheio de inquietação”. Jó 14:1

INQUIETAÇÕES, de acordo com o texto que transcrevemos de Jó, sempre foi uma característica do homem, em seu viver sôbre a terra. No entanto, levando-se na devida consideração o que vai pelo mundo na atualidade, reconhecemos, mais do que nunca, em sua existência, o homem vive cheio de inquietações. Qual é o país do universo, civilizado ou bárbaro, rico ou pobre, desenvolvido ou subdesenvolvido, onde não há inquietação? Reconhecemos com tristeza, porém a bem da verdade, que êsse problema cada dia que se passa na voragem dos tempos, ao invés de marchar para a solução, torna-se mais insolúvel! Seqüestros de aviões, seqüestros de diplomatas com fins políticos, em vários países; seqüestros de crianças e de cidadãos pacatos, com fins rapaces; assaltos a Bancos, a Quartéis e a indivíduos, golpes e contragolpes, espionagem e contra-espionagem, falsos rumores e coisas semelhantes, constam do noticiário dos jornais e rádios de todos os países do mundo. A inquietação se apoderou do homem como um todo, e livrar-se dela é do que necessita o homem! Porque enfim, tôda a inquietação humana e vã, e resulta inútil aos inquietadores e aos inquietados, isto é, ao que promove e ao que sofre a inquietação.⁴¹⁹

O que mais chama atenção no editorial é a tentativa de demonstrar ao leitor que o estado de “inquietação”, conforme expresso no texto do livro de Jó, era algo inerente à própria natureza humana e que não era exclusividade deste ou daquele país, pouco importando se fosse ele rico ou pobre, “civilizado” ou “bárbaro”. O que parece ser um mero detalhe na construção da argumentação, na realidade revela um recurso de deslegitimação dos movimentos que se contrapunham frontalmente ao Estado autoritário brasileiro: havia uma inclinação do homem, como prenunciado pela “Palavra de Deus”, a toda sorte de “inquietações”, independentemente do nível de desenvolvimento da nação e de suas opções político-administrativas.

Como desenlace dessa situação, o que se via era um quadro social e político agravado pelas ações de grupos formados por homens e mulheres que arriscavam suas vidas porque estavam tomados por um espírito de inquietude. Não eram “inquietos” sem causa,

⁴¹⁹“Inquietação” (editorial). *A Seara*, n° 84, abril/maio de 1970. p. 02.

todavia. Para o editorial, os “rebeldes” queriam “subverter” a “ordem” negando o ordenamento político e administrativo da nação, com base em “ideologias revolucionárias” que insistentemente queriam se “infiltrar no país”. As críticas direcionadas por esses grupos às desigualdades sociais – que de fato foram acentuadas pela lógica administrativa dos generais-presidentes – e ao autoritarismo do Estado, que rompeu com o processo democrático por meio de um violento golpe, foram ignoradas no editorial, justamente porque eram vistas, em conjunto, como um “falso” pretexto para a inserção de valores ameaçadores da “ordem” e da “segurança nacional”.

Nessa perspectiva, a existência de grupos que se opunham frontalmente ao governo não era um indicativo de que o modelo de administração dos militares estava mostrando suas fragilidades. O problema não estava no Estado, mas sim no ideário alimentado por essas organizações que afrontavam o governo, sobretudo, aquelas que optavam pelo enfrentamento armado.

O editorial do número 83 de *A Seara* (março de 1970), seguia essa mesma lógica de preocupação com os atos contra o governo. Sua intenção era trazer uma mensagem direta à “juventude cristã” sobre os perigos que pairavam em tempos marcados pela polarização entre o governo e diversas frentes contestatórias, principalmente, pelo risco de os jovens cristãos serem “aliciados” pelas forças antigoverno. Detalhe importante: o texto não se dirigia apenas aos jovens assembleianos, pelo contrário, queria-se como portador de um alerta que atingisse toda a juventude ligada ao cristianismo, sem qualquer distinção – algo bem raro na tradição assembleiana que, com seu histórico senso de exclusivismo, buscava se apartar de todas as tendências ecumênicas. Vejamos o conteúdo do editorial:

Atenção juventude cristã

“Tu pois, permaneceis naquilo que aprendeste e de que fostes inteirado, sabendo de quem o aprendestes”. II Tm. 3:14. Caro jovem cristão, Coube-te existir e viver na terra em uma época confusa, época de mudanças e de inquietudes sociais, época de insatisfação e de descontentamento, época de rebeldia e de levantes, de amotinacões e revoltas, muitas vezes injustificadas. Tais coisas, conforme é notório, não se verificam num recanto da terra, ou numa nação isolada, muito ao contrário, são algo do cotidiano, com que estão se havendo tôdas as nações e povos do mundo. E, de certo modo, é você, meu caro jovem, o elemento diretamente visado pelos agitadores, como elemento capaz de ser por eles usado, a semelhança de um cavalo de batalha, posto em campo como ativista, nesta campanha inglória movida contra os Poderes e os sistemas constituídos de nossa Pátria querida. Daí nossa chamada de atenção a você, amado jovem cristão, a fim de aconselhá-lo a se prevenir e estar sob aviso contra êsses pretensos “salvadores da Pátria”, que na realidade nada mais são do que autênticos traidores dela, pois apenas servem de instrumentos servis a “poderes” estranhos que se propõem a conquistar, dominar e escravizar a nossa

Pátria. Leia uma vez mais o texto bíblico que usamos na introdução a êste editorial e atente bem para as verdades constantes do ensino que êle nos dá. Você, jovem amigo, tem sido instruído na verdade do Evangelho de Cristo, que é o poder de Deus para a salvação daquele que nêle crê; tem aprendido dêle o dever de obedecer as Autoridades constituídas e está inteirado de que jamais terá um paraíso na terra pois está escrito que “no mundo tereis tribulações”. Jo. 16:33. Cremos firmemente, que a tribulação constante do texto citado, não somente diz respeito à vida espiritual, também se refere as limitações, aos problemas e as tristezas e penúrias próprias desta vida humana e perecível que aqui vivemos. No entanto, você sabe de quem aprendeu a verdade que Êle disse: “tende bom ânimo”, e por isto nunca deve desanimar, e sim avançar firme em sua conduta cristã, certo de que a vitória lhe está assegurada para a eternidade. Sim, mantenha ânimo, certo de que você, permanecendo assim em Cristo, sem se deixar insinuar por doutrinas errôneas tenham as cores que tiverem e sem se imiscuir em coisas duvidosas, com toda certeza será um autêntico vencedor pois “esta é a vitória que vence o mundo: a nossa fé em Jesus” I Jo. 5:4⁴²⁰

Ao reafirmar a preocupação com os jovens, *A Seara* mostrava-se alinhada ao discurso do governo naquele momento em que, sob a vigência do AI-5, o Estado autoritário lutava em declarada guerra contra toda sorte de foco oposicionista, sem qualquer restrição aos meios utilizados nesse combate. Importante destacar que os militares faziam questão de classificar as ações contra os chamados “subversivos” como sendo uma guerra, esperando com essa modelagem de um ambiente caótico, fundamentar práticas violentas que escapavam de regulamentos protocolares – a generalização da prática da tortura é um exemplo claro disso.⁴²¹ Agindo, assim, mesmo diante da flagrante desproporcionalidade de força entre o Estado autoritário em comparação com os grupos armados de oposição, o governo militar encontrava as justificativas necessárias para todo um conjunto de arbitrariedades que alcançavam, inclusive, oposicionistas que não se vinculavam à luta armada.

⁴²⁰“Atenção juventude cristã” (editorial). *A Seara*, nº 83, março de 1970. p. 02.

⁴²¹O título do livro de memórias do jornalista e ativista político Índio Vargas – *Guerra é guerra, dizia o torturador* – sintetiza muito bem esse modo de pensar do Estado autoritário brasileiro. O título foi retirado da fala de um torturador que, ao algemar o então militante Índio Vargas nas dependências do DOPS para uma sessão de tortura, justificava o ato dizendo-lhe: “Guerra é guerra”. VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*: depoimento. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. (Coleção Edições do Pasquim v. 78). p. 111. Para mais informações sobre os aparatos e as formas de repressão do Estado autoritário, ver: GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Fazer falar: técnicas de interrogatório durante o Regime Militar. In: CANCELLI, Elizabeth (org.) *Histórias de Violência, crime e lei no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 155-172. MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; SWENSSON JR., Walter Cruz. *Contra os inimigos da ordem*. A repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985). São Paulo: DP& A, 2003. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; SWENSSON JR., Walter Cruz (Org.). *Radiografias do autoritarismo republicano Brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002. 5 v. JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem*: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2013.

Aspecto que se deve ressaltar é que o editorial compartilhava essa ideia oficial de que havia uma excepcionalidade naquela conjuntura tanto no plano nacional como no internacional. Eram tempos de “*mudanças*”, de “*inquietações sociais*”, de “*insatisfação*” de “*descontentamento*”, de “*rebeldia*”, de “*levantes*”, de “*amotinacões*” e de “*revoltas*”, que redundavam em movimentos sem nenhuma justificativa plausível. O problema era ainda mais preocupante porque esses “agitadores” tinham grande interesse pela força jovem em suas fileiras de luta. A ideia era, portanto, mostrar à juventude cristã que ela não deveria se deixar levar pelos discursos daqueles que moviam uma campanha “*inglória*” contra os “*poderes*” e os “*sistemas constituídos*” da “*Pátria querida*”.

O jovem, assim, deveria estar prevenido contra os que a ele chegassem propondo qualquer forma de ação que fosse de encontro às autoridades, sob pena de também se tornar, à semelhança dos muitos revoltados, um verdadeiro “traidor da Pátria”. Essa classificação dos indivíduos ligados a grupos de oposição ao governo como “traidores da Pátria” merece ser sublinhada, pois novamente temos aqui uma imbricação dos argumentos utilizados pela revista com as ideias presentes no AI-5 e, por extensão, com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND). Colocar-se contra o Estado, ou melhor, contra o seu representante máximo, o Executivo, significava uma traição não ao governo em si, mas um ato profundamente insidioso à nação! Aí estava a figura do “inimigo interno”, termo abrangente talhado pelo Estado autoritário para caracterizar todos os que discordavam dos rumos dados à nação no sistema político encabeçado pelo generalato. Maria Helena Moreira Alves contribui com o entendimento dessa lógica:

A teoria da Segurança Interna dota o Estado de Segurança Nacional de ampla justificação para o controle e a repressão da população em geral. Pode-se mesmo dizer que fornece um incentivo moral, já que a rigorosa manutenção da Segurança Interna é a missão comparável à defesa do país da ocupação de um exército estrangeiro. Além disso, o caráter oculto da ameaça torna praticamente impossível estabelecer limites para as ações repressivas do Estado e dos poderes militares. O próprio Estado de Segurança Nacional – e freqüentemente seus setores mais intimamente ligados ao aparato repressivo – determina em última instância que é o “inimigo interno” do país, e que atividade de oposição constituem “antagonismo” ou “pressões”. Desse modo, a reponsabilidade pelo controle das atividades subversivas ou revolucionárias dota as forças militares de poderes praticamente ilimitado sobre a população. É evidente que semelhante doutrina põe em sério risco a defesa dos direitos humanos. Quando é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades são consideradas permissíveis ou intoleráveis, já não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão ou de associação (...) todos os cidadãos são suspeitos e

considerados culpados até provarem a sua inocência. Tal inversão é raiz e causa dos graves abusos de poder que se verificam no Brasil.⁴²²

Para o editorial esse “inimigo” da Pátria, descrito como “traidor”, era uma figura solerte que, a mando de “*poderes estranhos*”, queria “*escravizar a nação*” e na busca desse objetivo manipulava jovens incautos como quem doma uma cavalgadura. Destaque para a depreciação dos jovens que se aliavam a esses grupos: eram apenas “*cavalos de batalha*”, portanto, sem nenhuma noção do que faziam, sem aspiração alguma, guiados tão somente pela lábia fraudulenta dos que lideravam esses movimentos.

Esse raciocínio de que os tais “poderes estranhos” fisionomavam as mentes dos jovens, tal como desenvolvido no editorial de *A Seara*, era também franqueado pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), cuja propagação no Brasil se dava pela Escola Superior de Guerra (ESG), com forte influência no currículo das demais escolas de formação militar, inclusive na Escola de Comando de Estado-Maior (ECEME)⁴²³. Os currículos dos centros de formação militar indicavam que a batalha “revolucionária comunista” acontecia por meio de duas frentes igualmente perniciosas: uma *direta* por meio das armas, via guerrilha ou “terrorismo” – que utilizava na luta armada o próprio cidadão da nação que se queria conquistar –; outra *indireta*, ligada à “conquista das mentes”, expediente

⁴²²MARTINS, Paulo Emílio Matos. et al. Descentralização administrativa e repressão: o AI-5 e o (des)controle da administração pública. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. (Org.). *Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora da PUC-Rio, 2008. p. 148.

⁴²³Para se ter uma ideia da importância desses ensinamentos, em 1968, a Escola de Comando de Estado-Maior (ECEME) – formação imprescindível para qualquer oficial que aspirasse ao generalato ou a postos de comando – tinha um total de 222 horas voltadas à discussão da “segurança interna”, 129 horas destinadas ao aprendizado de formas “não-clássicas” de guerra e apenas 21 horas dedicadas aos tópicos tradicionais como defesa territorial e agressões externas ao país. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 34.

comunista voltado a superlativar problemas enfrentados pelo povo para pô-lo contra os governantes.⁴²⁴

Essas ideias não ficavam circunscritas somente aos círculos de formação militar, eram, isso sim, propagadas pelo Estado autoritário brasileiro e serviam de embasamento para a formulação de leis e decretos como o próprio AI-5. A redação de *A Seara*, representada por Alcebiades Pereira de Vasconcelos e Geziel Nunes Gomes, estava afinada a essas ideias e mostrava-se conhecedora dessa teoria na qual os “inimigos” da Pátria “conquistavam” adeptos confrontando-lhes com os problemas que vivenciavam no dia a dia. Em harmonia com o fraseado dos militares e seus apoiadores, o editorial buscou uma maneira própria de conscientização dos jovens contra as investidas dos “conquistadores de mentes”. E a Bíblia Sagrada, sendo a “palavra de Deus”, haveria de dar a resposta para sossegar os ânimos da juventude tão propensa à revolta.

A mensagem que deveria acalmar toda a exaltação juvenil por dias melhores estava centrada no vértice de duas importantes linhas de compreensão bíblica há muito cultivada pela AD: 1) a obediência às “autoridades” e 2) a certeza de que o cristão nada deveria esperar desse mundo, senão tribulações. De que valeria se levantar contra o governo por melhores condições de vida se os “problemas”, as “tristezas” e as “penúrias” eram fatos incontornáveis? Esse tipo de aspiração, portanto, traria consigo um duplo equívoco: colocar-se contra um estado de sofrimento já previsto na Bíblia e, por extensão, atentar contra o mandamento bíblico de sujeição aos governantes. Ou seja, um retumbante erro.

As dificuldades enfrentadas no cotidiano pela população, nessa linha de raciocínio, não poderiam ser atribuídas aos governantes que ocupavam esses postos porque Deus assim

⁴²⁴ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 38. Deve-se ressaltar que a presença de jovens nos grupos ligados à luta armada era motivo de grande preocupação nesse contexto pós-AI-5, uma vez que esse tipo de ação de enfrentamento direto, que já vinha sendo desenvolvido antes do AI-5, acabou se intensificando à medida que o Estado autoritário pesava a mão sobre os grupos de oposição: “[a] luta armada no Brasil também se relaciona com a questão da juventude e da radicalidade (...) não apenas porque a maioria de seus quadros era de jovens universitários mas porque, numa certa medida, a luta armada no Brasil pode ser vista como o resultado da repressão de imensas energias juvenis brotadas ao longo das manifestações de 1968 e subitamente cortadas em 1969, com o AI-5 (...) a opção pela luta armada não foi uma resposta ao endurecimento do regime; ela já vinha sendo discutida pela esquerda brasileira (assim como pela esquerda latino-americana) desde o início dos anos 1960. Mas é inegável que o AI-5 teve papel determinante na disseminação dessa opção entre jovens estudantes e universitários, na medida em que tentava reprimir e bloquear as formidáveis energias surgidas ao longo de toda a década de 1960 e sobretudo do ano de 1968. Coagida e limitada, a radicalidade experimentada por essa juventude canalizou-se para a ação armada”. ARAUJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: ARAUJO, Maria Paula. FICO, Carlos. FERREIRA, Marieta de Moraes. QUADRAT, Samantha. (Org.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2008, v. 1, p. 269-270.

permitiu. As palavras de São João eram claras nesse sentido (*no mundo tereis tribulações*⁴²⁵), de maneira que o importante era que os jovens e todos os demais cristãos soubessem da impossibilidade de haver um “paraíso” nesse mundo.

O que é contrastante nesse raciocínio – considerando que *A Seara* era um veículo ligado a uma igreja sabidamente constituída por uma maioria de membros provenientes dos extratos mais pobres da sociedade – é o fato de ele se apresentar nas páginas da revista no momento em que o Brasil do dito “milagre econômico” vivia o aprofundamento dos índices de desigualdade social. Mas isso nada tinha de novo na tradição assembleiana, a novidade aqui estava na forma desnudada em que a revista reproduzia uma velha postura tão reveladora do pragmatismo das alas majoritárias da AD que pode assim ser resumida: a prioridade estava em manter sempre uma “boa relação” com os poderes governamentais, mesmo que para isso tivesse de desincentivar qualquer atitude de reflexão por parte de seus membros a respeito dos problemas sociais que os afligiam no dia a dia.

E esses problemas eram muitos naquele contexto, pois os trabalhadores viam seu poder de compra esmagado por uma política de arrocho salarial pensada para tornar o país mais “competitivo”, enquanto que uma crescente multidão de miseráveis, abandonados à própria sorte pelo Estado autoritário, tão interessado em “investimentos estratégicos”, ficava totalmente à margem do “Brasil que ia bem”.⁴²⁶ Falando dos anos que precederam a publicação do AI-5, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis chamaram atenção para o quadro alarmante de desigualdade social que surgiu da combinação de *autoritarismo* e *crescimento econômico*:

O aprofundamento do autoritarismo coincidiu com, e foi amparado por, um surto de expansão da economia – o festejado “milagre econômico” – que multiplicou as oportunidades de trabalho, permitiu a ascensão de amplos setores médios, lançou as bases de uma diversificada e moderna sociedade de consumo, e concentrou renda a ponto de ampliar, em escala inédita no Brasil urbanizado, a distância entre o topo e a base da pirâmide social.⁴²⁷

⁴²⁵BÍBLIA. N. T. João, 16, 33. In: BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

⁴²⁶PRADO, Luiz. EARP, Fábio. *O Milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

⁴²⁷ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, volume 4, 1998. p. 332-333.

Diretamente atingido pelas mazelas dessas desigualdades sociais gritantes daquele Brasil que crescia economicamente para uns poucos privilegiados, o trabalhador e a trabalhadora da AD, às voltas com a sua sobrevivência, deveria se contentar com aforismos que lhes consignavam uma vida melhor somente em um outro plano, o celestial. É o que fez o editorial de março de 1970 de *A Seara* ao aconselhar: “‘*tende bom ânimo*’ (...) *certo de que a vitória lhe está assegurada para a eternidade*”⁴²⁸. Se assim não procedesse, o fiel estaria, então, desobedecendo a Deus que, por meio de São João, houve por bem avisar seus filhos de que na Terra não deveriam esperar mais do que sofrimento e desventura. Quanto ao jovem, em específico, para que se meter em movimentos contestatórios que lhe sugerissem melhoria de vida se ele poderia canalizar suas forças para as “coisas de Deus”, para a salvação de sua alma?

As reflexões sobre os pontos de vista expressos nesse editorial de *A Seara* ficam mais interessantes se trouxermos para esse debate autores preocupados em observar o contexto do “milagre econômico” como um período em que o autoritarismo e o aprofundamento das desigualdades sociais mesclavam-se a uma forte sensação de otimismo, pois como aponta Hannah Arendt “*jamaís existiu um governo baseado exclusivamente nos meios de violência*”⁴²⁹. Se essa lógica se aplica ao primeiro quinquênio do regime militar brasileiro, ela se aprofunda ainda mais no contexto do “milagre brasileiro” quando, segundo Thomas Skidmore, ganhou força a sensação de que o crescimento econômico e a garantia da “ordem” eram frutos da condução *firme* do general-presidente Emílio Garrastazu Médici:

A face do presidente Médici tornou-se rapidamente conhecida dos brasileiros como peça central de uma astuta estratégia de relações públicas. O novo governo transmitiu a mensagem de que o Brasil estava velozmente se transformando em potência mundial, graças aos seus 10 por cento anuais de crescimento econômico e à intensa vigilância do governo contra os negativistas e os terroristas. Muitos brasileiros naturalmente concluíram que o aumento do poder nacional conjugado com rápido crescimento da economia era resultado do autoritarismo vigente.⁴³⁰

De acordo com Marcos Napolitano, a máxima “nunca fomos tão felizes”, que era um *slogan* oficial do governo Médici, se permite a uma leitura ambígua: “*como exclamação*,

⁴²⁸“Atenção juventude cristã” (editorial). *A Seara*, nº 83, março de 1970. p. 02.

⁴²⁹ARENDT, Hannah. *Crises da República*. Tradução de José Volkman. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 128.

⁴³⁰SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 221.

traduz uma sensação de felicidade coletiva inédita. Por outro lado, se dita em tom irônico, coloca em dúvida o próprio sentido propagandístico da frase”⁴³¹ Para Napolitano, essa ambiguidade demonstra muito bem as contradições das medidas econômicas do regime militar brasileiro, especialmente no período do governo Médici que, arrimado nas sombrias diretrizes do AI-5, se utilizava de toda uma engenharia publicitária para passar uma imagem otimista de que o Brasil vivia tempos “gloriosos”: “*era a materialização do projeto Brasil Grande Potência, o auge da utopia autoritária da ditadura, que não deixou de seduzir grande parte da população e da mídia*”⁴³².

Se esse clima de “otimismo” e expectativa com o futuro é um aspecto que não pode ser negligenciado quando voltamos nossa atenção ao contexto do “milagre econômico”, o que podemos dizer sobre as ideias defendidas no editorial *Atenção juventude cristã*? O que se vê é que o texto acaba reforçando a complexidade das percepções daquele momento, pois em suas linhas fica bastante claro que a redação de *A Seara*, no afã de desestimular qualquer tipo de ação contestatória às “autoridades”, por parte de seus membros (especialmente dos jovens), optou por uma rota que ia na contramão da euforia com o *país do futuro*. Isso porque a argumentação do editorial estruturava-se na ideia de que o estado de aflição, conforme assegurava o texto bíblico, era condição imanente à vida terrena.

Ademais, na interpretação teológica assembleiana, de forte acento apocalíptico, não havia espaço para grandes exercícios prospectivos, nem mesmo para expectativas por tempos melhores, primeiro pela ideia de que a volta de Cristo era iminente, segundo porque os problemas que afligiam o *mundo* eram incontornáveis e tendiam a se aprofundar exatamente por serem tidos como *sinais* da proximidade do arrebatamento.

Nisto os “discípulos” de Emílio Conde não pareciam tergiversar, mesmo em um momento de grande esperança no futuro proporcionado pelo “milagre brasileiro”. É o que aponta parte do editorial *Que tempos são estes?*, publicado em junho de 1970, logo na sequência dos editoriais “Atenção juventude cristã” e “Inquietação”, portanto:

Que tempos são estes?

“...Muitos correrão de uma parte para outra, e a ciência de multiplicará” Dn 12:4

QUE TEMPOS são estes em que vivemos atualmente no universo? Cremos, estes são os tempos do fim da dispensação da graça salvadora de Deus, para êste mundo

⁴³¹NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 147.

⁴³² NAPOLITANO, Marcos. op. cit., 2015. p. 162.

desvairado e corrupto, que se nega de ouvir e se opõe a Deus e ao Seu reino. Jovem amigo, senhor ou senhora que nos lê, a ti é dado o privilégio de viver na terra na antevéspera do arrebatamento da Igreja, nestes tempos do fim, é a ti que nos queremos dirigir para dizer-te o seguinte: Os nossos irmãos do passado, viveram e morreram, pensando, orando, trabalhando e esperando por êsses tempos e se preparando para o arrebatamento da Igreja. Êles souberam perseverar na fé e souberam viver a sua vida cristã de modo a vencer o mundo de sua época e deixaram-nos o exemplo vibrante de sua vitória, a vitória de sua fé em Jesus, que os fez triunfar sobre as tentações, sobre o pecado, sobre o mundo e sobre o demônio. Agora, quando mais do que nunca nos aproximamos daquele glorioso momento quando a Igreja fiel, a Igreja verdadeira e vencedora será arrebatada da terra e transportada nas asas do Espírito para a imediata presença do seu amado Jesus, é precisamente este tempo, o tempo da tua oportunidade, os tempos em que te são dados, a viver na terra e provar de quanto és capaz! Dentre todos os sinais proféticos que denunciam êstes tempos, está evidente atualmente mais que nunca, aquele que transcrevemos do livro de Daniel para a base destas notas: a correria atual, as investigações científicas, a proliferação das idéias humanas e a multiplicação das ciências, dizem numa linguagem eloquente e positiva, e o fazem em altos brados, exclamando: Alerta! Cristo está às portas! Prepara-te para O encontrar!⁴³³

Se o tal “milagre” lograra espalhar o otimismo para com o futuro em diversas parcelas da população brasileira, pelo menos nas páginas de *A Seara* esse espírito otimista era em alguns momentos relativizado. Pelo que se vê, na direção de Alcebiades Pereira de Vasconcelos e Geziel Nunes Gomes remanescia com muita força aquela visão escatológica tão cultivada por Emílio Conde nos muitos anos que esteve na CPAD e no comando da redação de *A Seara*, de um modo tal, que a própria euforia daquele contexto era interpretada como evidente sinal da aproximação do arrebatamento da igreja.

O fiel, nesse caso, ficava em uma situação que exigia uma vigilância constante. Por um lado, se o seu olhar se voltasse para os graves problemas sociais que afligiam a maior parte da população, ele não poderia se abater, nem mesmo esperar grande melhorias, considerando-se que o sofrimento no mundo era apenas o cumprimento de algo expresso na “Palavra de Deus”. De outro, não deveria se entusiasmar com a possibilidade de um futuro melhor nesse mundo, mesmo que a realidade do momento lhe apontasse tal perspectiva, uma vez que o arrebatamento da igreja estava às portas e todos deveriam se concentrar na salvação da alma e na garantia da vida eterna.

⁴³³“Que tempos são êstes?” (editorial). *A Seara*, n° 85, junho de 1970. p. 02.

4.1.4) *A Seara* entre a pátria da *Terra* e a do *Céu*

Como destacou o historiador Augustin Wernet⁴³⁴, as instituições religiosas, mesmo aquelas que buscam se refugiar em sua “pura interioridade”, mantêm relações diretas com a sociedade que as cerca, influenciando-a e sendo influenciada por ela. As palavras de Wernet são um importante ponto de partida para a análise que pretendemos realizar neste tópico, sobretudo porque nos faz lembrar que as mensagens religiosas não se fundamentam apenas em demandas específicas do *sagrado*, mas que, ao contrário, estão sujeitas a arranjos e rearranjos que buscam acomodá-las às necessidades imediatas da vida *terreal*.

É o que se vê nas páginas de *A Seara* num momento em que o otimismo com o futuro do Brasil e de exacerbação ufanista se chocavam com a visão escatológica que já discutimos nas páginas anteriores. Como demonstramos, em nome da prevalência da doutrina bíblica do retorno de Cristo à Terra, a revista mantinha a convicção de que o arrebatamento era algo prestes a ocorrer e, por isso, o envolvimento com o mundo era apontado como um grande risco aos que quisessem garantir um lugar no *Céu* junto aos salvos.

Mas a redação de *A Seara* sentia cada vez mais o peso das contradições que eram imanescentes às suas próprias decisões editoriais: queriam manter a tônica pré-milenista, legado de Emílio Conde, e ao mesmo tempo dar demonstrações de apoio ao governo e demais autoridades do país. Essa antinomia se agravava ainda mais em face dos esforços do governo de Emílio Garrastazu Médici para fortalecer a imagem de um “Brasil forte” e despertar o senso de patriotismo e otimismo da população.

Em tais circunstâncias, a redação de *A Seara*, responsável pela tessitura de uma articulada visão apocalíptica do porvir que secundarizava a vida *terrena* em toda sua dimensão, via-se na obrigação de contribuir com um governo que queria despertar em cada brasileiro um sentimento de pertença a uma grande nação, da qual outra coisa não se poderia esperar, senão um vívido sentimento de otimismo com o futuro. Confrontados por essa realidade, os responsáveis por *A Seara* desdobraram-se na tentativa de harmonizar as discrepâncias contidas em seus discursos tão influenciados pela escatologia em um exercício sintomático da capacidade de adaptação das profecias do apocalipse às demandas conjunturais.

⁴³⁴WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática 1987. p. 04.

Se um dos problemas centrais da história é “*revelar a unidade subjacente* [de uma sociedade ou período] *sem negar a diversidade do passado*” como afirmou Peter Burke⁴³⁵, as pesquisas ancoradas em publicações seriadas podem prestar uma importante contribuição ao conhecimento histórico. Como repositório de múltiplas *representações* articuladas por diferentes *grupos* em diferentes contextos, os periódicos têm suas páginas prenhes de contradições reveladoras da construção e/ou desconstrução de determinadas ideias ao longo do tempo. O que era inaceitável em um momento, passa a ser considerado ou totalmente aceito em outro; o que em uma determinada situação era negado ardentemente, passa a ser, em outras condições, cogitado ou mesmo vigorosamente defendido. Tudo depende dos interesses dos *grupos* que estão à frente das redações e do contexto histórico em que estão inseridos.

Como aconselha John Pocock, se queremos dar uma história ao pensamento dos atores dos tempos pretéritos, “*precisamos apresentar uma atividade ou uma continuidade de ação, constituída por coisas sendo feitas e acontecendo, por ações e performances, bem como as condições sob as quais essas ações e performances foram representadas e realizadas.*”⁴³⁶ É por isso que precisamos levar em conta o contexto em que os editores de *A Seara* operaram alguns rearranjos para acomodar a profecia do *fim dos tempos* ao discurso *ufanista* e *otimista* do governo. Para isso, temos que elencar alguns aspectos importantes da gestão de Emílio Garrastazu Médici.

A administração do general Médici destoou das demais que a precedeu, não só pelo endurecimento da repressão, mas também pela sistematização e profissionalização dos órgãos de publicidade oficial do governo. Para sistematizar as atividades de propaganda, Médici reestruturou a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) que havia sido criada no governo de Costa e Silva em 15 janeiro de 1968, colocando-a sob a chefia do coronel Octávio

⁴³⁵BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 254.

⁴³⁶POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp. 2003. p. 64.

Costa⁴³⁷. Como demonstrou o historiador Thomas Skidmore⁴³⁸, com Médici, a AERP, que não havia deslanchado nos anos de Costa e Silva, assumiu um papel estratégico na estrutura administrativa do governo.

Octávio Costa e seus homens, segundo Skidmore, em pouco tempo transformaram essa Assessoria, antes escanteada, no sistema de propaganda e relações públicas mais profissional que o Brasil teve até então.⁴³⁹ Com uma composição bem plural, que envolvia jornalistas, psicólogos e sociólogos, cabia a AERP a decisão sobre temas e enfoques que deveriam ser veiculados nos meios de comunicação (TVs, cinemas, jornais), contratando para essas campanhas agências profissionais de publicidade. Frases de efeito, que se tornariam célebres nesse período do chamado “milagre” brasileiro, foram elaboradas nas reuniões estratégicas da AERP: “Você constrói o Brasil!”, “Ninguém Segura Este País!”, “Brasil, Conte Comigo!” “Brasil, ame ou deixe-o”.

Como destaca Carlos Fico, em linhas gerais a propaganda oficial do regime militar, colocada em prática desde 1968 com Arthur da Costa e Silva e aprofundada no governo Médici⁴⁴⁰, tinha como base uma *autoatribuição* assumida pelos militares de “educar o povo” visto como despreparado e dotado de comportamentos inadequados. Por isso, a propaganda oficial tinha de se revestir de um caráter “pedagógico” capaz de estimular *coletivamente* a sociedade em nome de um *esforço nacional de desenvolvimento*. Segundo Fico, com essa

⁴³⁷Conforme apontamento do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, Otávio Pereira da Costa: “nasceu em Maceió no dia 5 de julho de 1920. (...) Sentou praça no Exército em abril de 1939 ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, da qual saiu aspirante da arma de infantaria em setembro de 1942. Promovido a segundo-tenente em abril de 1943 e a primeiro-tenente em julho de 1944, quando servia no 11º Regimento de Infantaria, sediado em São João del Rei (MG), foi convocado para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que combateu os fascistas na Itália, de 1944 até o final da Segunda Guerra Mundial, em maio de 1945. Em setembro de 1947 foi promovido a capitão, em outubro de 1953 a major, em dezembro de 1961 a tenente-coronel. Por ocasião do movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart (1961-1964), servia na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Em agosto de 1966, passou a coronel. Comandou o Centro de Estudos de Pessoal do Exército e a partir de 1971, durante o governo do general Emílio Médici (1969-1974), tornou-se chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República, criada no final do governo do general Artur da Costa e Silva (1967-1969)”. Otávio Pereira da Costa (verbete). ABREU, Alzira Alves de. (et al.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 1677.

⁴³⁸SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁴³⁹SKIDMORE, Thomas. op. cit., 1988. p. 221.

⁴⁴⁰Como destaca Carlos Fico, o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco mostrou-se sempre muito receoso em criar órgãos estritamente voltados à produção e sistematização de informações para a sociedade. Embora tivesse sofrido pressão para pôr em prática essa proposta, Castelo Branco foi sempre intransigente sobre essa questão. Não aceitava esse tipo de órgão, pois considerava que a verdade se impunha por si só. FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 90.

mobilização, que tinha ares de uma “missão civilizadora”, o regime militar esperava entusiasmar a juventude, fortalecer o caráter nacional, incentivar o sentimento de “amor à pátria”, valorizar a “coesão familiar” e a “dedicação ao trabalho”. A esses objetivos somava-se um outro bastante estratégico para um Estado autoritário que buscava legitimação: conquistar a *confiança* da população.⁴⁴¹

Para colocar em prática esse ousado plano alinhavado pela AERP o governo tinha um trunfo principal: a economia do país. O dado oficial mais comemorado dos anos Médici foi o crescimento do PIB e havia razão para isto, levando-se em consideração que, depois de um crescimento tímido entre os anos de 1964 e 1967, o PIB do país alcançou taxas de crescimento surpreendentes.⁴⁴²

É bem verdade, como lembra Marcos Napolitano, que esse “milagre” não era resultado da ação dos “santos de casa”. O contexto internacional, que vivia o auge dos “Trinta Anos Gloriosos”, compreendidos entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a crise do petróleo em 1973, foi determinante nesse *boom* da economia brasileira, pois a oferta de recursos entre os banqueiros e investidores para aplicação em mercados considerados seguros era abundante. O Brasil da “Revolução”, que havia extirpado o fantasma do reformismo distributivista e que não possuía poupança interna para suprir uma grave carência de investimento em infraestrutura, era um desses mercados seguros para o capitalismo financeiro.⁴⁴³

No plano interno, mesmo que a inflação tivesse sido controlada às expensas do já mencionado “arrocho salarial”, havia uma sensação de otimismo e bem-estar, especialmente entre as camadas médias que viam com entusiasmo o crescimento de vagas de emprego em postos que exigiam formação intermediária e a possibilidade, aberta por novos canais de crédito, de consumo de bens duráveis como o automóvel, eletrodomésticos e a casa própria.

Mas além dos resultados econômicos o governo de Médici explorou o quanto pôde o sucesso do país na área do esporte, realizando grande recepção para a seleção brasileira após a

⁴⁴¹FICO, Carlos. op. cit., 1997. p. 84-94. Mais informações sobre AERP, ver: Assessoria Especial de Relações Públicas (verbete) ABREU, Alzira Alves de. PAULA, Christiane Jalles de. *Dicionário histórico-biográfico da propaganda no Brasil*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 30-31.

⁴⁴²Em 1964, o PIB do Brasil apresentou crescimento de 3,4%; Em 1965, o aumento foi de 2,4%; em 1966, alcançou 6,7% e em 1967, caiu para 4,2% de crescimento. A partir de então até o ano de 1974 os números do crescimento do PIB foram estes: 1968: 9,8%; 1969: 9,5%; 1970: 10,5%; 1971: 11,3%; 1972: 11,9%; 1973: 14%; 1974: 8,2%. NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 172.

⁴⁴³NAPOLITANO, Marcos. op. cit., 2015. p. 161-162.

conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970.⁴⁴⁴ Os investimentos em obras faraônicas como usinas, rodovias e pontes (financiados com os dólares estrangeiros) também eram tomados como índice da grandeza de um Brasil que em um futuro próximo estaria no patamar das grandes nações desenvolvidas do mundo:

Uma inabalável fé no progresso do país contagiou segmentos expressivos da sociedade. Estes acreditavam – tal como dizia o slogan ufanista da agência de propaganda do governo – que o Brasil era, de fato, “o país do futuro”. E o futuro parecia estar cada vez mais ao alcance das mãos. As vitórias na área do esporte; as estradas e pontes se multiplicando, integrando as diversas regiões do país; o país que agora também via e era visto pelo mundo inteiro a partir de um moderno sistema de comunicações. Tudo isso colaborava para o fortalecimento de uma imagem positiva do Brasil, criando uma atmosfera de entusiasmo, refletida nas campanhas publicitárias oficiais, as quais insistiam que “este é um país que vai pra frente” e que “ninguém segura este país.”⁴⁴⁵

A recomendação presente em editoriais de *A Seara*, como o já mencionado *Que tempos são estes?*⁴⁴⁶, chocava-se, de algum modo, com esse clima de otimismo no futuro que o governo, a todo custo, tentava propagar pelo país, isto porque todo o aconselhamento era para que os leitores fixassem o pensamento na promessa de uma vida plena de paz e gozo que seria vivida após o arrebatamento da igreja por Cristo. Um fator que deve ser lembrado é que na interpretação bíblica consagrada na AD e reproduzida por *A Seara*, o verdadeiro cristão não poderia acreditar em uma marcha progressiva do mundo. O caminho era, pelo contrário, de aprofundamento das crises, fossem elas sociais (fome, guerra, imoralidade), ou produzidas pela natureza (terremotos, tempestades, doenças). Outra incompatibilidade diz respeito às reprimendas contra os que davam excessivo valor *as coisas desse mundo* em que tudo era transitório. Em sendo a “Pátria”, seus símbolos, insígnias e tudo que mais nela há, indiscutíveis elementos da *vivência terrena*, como a revista poderia contribuir com os esforços do governo de formação de verdadeiros patriotas?⁴⁴⁷

⁴⁴⁴AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2002.

⁴⁴⁵CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 22, 2009. p. 86.

⁴⁴⁶“Que tempos são estes?” (editorial). *A Seara*, nº 85, junho de 1970. p. 02.

⁴⁴⁷Uma passagem bíblica muito mencionada nos textos e nas pregações da AD, retirada da Epístola de São Paulo aos Filipenses, é categórica nesse sentido: “Pois a nossa pátria está nos céus, de onde também aguardamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo”. BÍBLIA. N. T. Filipenses, 3, 20. In: BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

Os editores de *A Seara*, no entanto, encontraram uma saída para esse impasse, colocando a *pátria* e tudo o que servia ao seu fortalecimento, em uma espécie de *pedestal* que a separava das *coisas do mundo*. Assim, ao mesmo tempo em que o fiel era aconselhado a não se deixar aborrecer ou se entusiasmar com as *coisas do mundo finito* ele também era orientado a enaltecer a *pátria* e seus símbolos e a se comportar como cidadão cumpridor de todos os deveres perante a *nação*. O número 79 de *A Seara*, referente aos meses de setembro e outubro de 1969, já adiantava essa estratégia que seria muito utilizada nos anos do “milagre” brasileiro. Nesse número foi apresentado aos leitores um texto alusivo às comemorações do 7 de setembro e a capa da revista recebeu ilustração especial em comemoração ao aniversário da independência do Brasil (Imagem 9).

Essa manifestação é muito relevante porque desde sua fundação, em setembro de 1956, essa foi a primeira vez que a passagem do 7 de setembro mereceu uma ilustração de capa e um texto comemorativo em *A Seara*. Nos anos anteriores, somente encontramos uma reportagem na edição de setembro de 1963, noticiando a participação da AD de Campina Grande (PB) no desfile cívico-militar daquela cidade⁴⁴⁸ e um editorial de 1965⁴⁴⁹ já mencionado no capítulo anterior. Portanto, não era prática comum da revista dar eco ao clima de comemoração da independência do Brasil. Mas nesse setembro de 1969 a revista surpreendeu os leitores com sua capa temática e com o texto que tratava da importância da data cívica e avançava na reflexão sobre a relação dos fiéis com a *Nação*.

⁴⁴⁸“Desfile em Campina Grande”. *A Seara*, n° 34, setembro/outubro de 1963. p. 10.

⁴⁴⁹“Independência ou morte” (editorial). *A Seara*, n° 46, setembro/outubro de 1965. p. 01.

A Seara

REVISTA EVANGÉLICA ILUSTRADA

N. 79

SETEMBRO E OUTUBRO DE 1969

CIRCULA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

« Bem - Aventurada
a Nação cujo Deus é o Senhor »

Salmo 33:12

Imagem 9 – Capa do número 79 de A Seara: revista evangélica ilustrada.

Privilegiando o verde e o amarelo, a capa apresentava uma ilustração do mapa do Brasil com uma bíblia aberta ao centro, tendo abaixo um versículo bíblico do livro de Salmos: “*Bem-aventurada é a nação cujo Deus e o Senhor!*”⁴⁵⁰. O esclarecimento sobre os motivos dessa capa que fugia ao padrão da revista, o leitor encontraria no texto sem assinatura (o que indica que vinha de dentro da redação) intitulado “Independência ou morte” no qual as homenagens ao episódio da independência disputavam espaço com as justificativas do porquê de a revista ter reservado espaço para esse assunto.

Na realidade, quando observado no todo, fica bastante evidente que o cuidado em justificar a veiculação de um texto com essa característica foi tanto que a própria homenagem em si acabou ficando limitada a dois parágrafos iniciais de uma página diagramada em duas colunas. Nesse pouco espaço, argumentou-se que a história não era “feita de palavras”, mas sim de “fatos” e apenas os “relevantes”, mas que as palavras eram importantes porque garantiam a “síntese” dos fatos históricos. Seguido a essa reflexão afirmou-se: “*O episódio das margens do Ipiranga, nos idos de 1822, foi o ponto culminante na escalada da redenção política de nossa Pátria e como brasileiros é-nos sumamente agradável mencioná-lo, ao ensejo de mais um aniversário de nossa independência*”⁴⁵¹.

A partir dessas breves palavras dedicadas ao evento de setembro de 1822, o texto passou a tratar especificamente de um tema que exigia grande esforço argumentativo pela contradição que lhe era inerente: se havia uma incontestável linha demarcatória entre a igreja e o mundo, se o verdadeiro cristão era apenas um peregrino na Terra⁴⁵², não devendo, portanto, se prender a nada que dissesse respeito ao plano *temporal*, qual deveria ser a sua posição do fiel assembleiano em relação à *cidadania terrena*. O texto “Independência ou morte” se propôs a equacionar o problema:

(...) Nossa privilegiada posição de filhos de Deus e membros do Corpo de Seu Filho – a Igreja, não excluiu o cumprimento de nossos deveres para com a Nação. Até que chegue o dia de nossa definitiva e esperada redenção espiritual, a qual está vinculada ao arrebatamento da Igreja, temos a cidadania terrena, no caso a brasileira, e dela nos advém uma série de direitos e deveres. Sentimos ser obrigação primária dos crentes em Cristo orar pelos destinos da Pátria, pelas autoridades que a governam, para que o façam sob a inspiração de divina. Devemos igualmente ser gratos a Deus pelo clima de liberdade que respiramos no Brasil. E o testemunho de nossa gratidão

⁴⁵⁰BÍBLIA. A. T. Salmos, 33, 12. In: BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

⁴⁵¹“Independência ou morte”. *A Seara*, n° 79, setembro/outubro de 1969. p. 35.

⁴⁵²Conforme passagem bíblica (Salmos capítulo 119, versículo 19) muito valorizada nas pregações e textos da AD.

a Deus pode e deve estar associado a manifestações prudentes de apoio aos que detém o comando, o govêrno da Nação. Se temos sido, por exemplo, convidados a participar das comemorações nacionais pela passagem do Sete de Setembro, que o façamos. Não dispomos de tempo nem de condições nem de intenções de realizar pregações políticas. Mas, dentro da faixa de um civismo ético e responsável podemos conclamar a própria Pátria a uma rendição a Cristo, lembrando-lhe a mensagem altissonante do Livro de Deus: BEM AVENTURADA É A NAÇÃO CUJO DEUS É O SENHOR! Os profetas do Velho Testamento foram homens que receberam a mensagem de Deus para as nações inteiras. O livro de Daniel faz-nos entender que príncipes malignos vigiam deliberadamente os povos e procuram influir nos seus destinos (...) Sem no comprometermos de qualquer forma com grupos ou organizações estritamente políticas, devemos manter nossa posição de cidadãos e eleitores, devemos servir à Pátria o tempo regulamentar e devemos sobretudo orar pela Pátria. Não podemos compactuar com o surgimento de filosofias que ousem negar a existência de Deus. Não temos braços para empenhá-los em situações que suscitem oposição sistemática à manutenção daqueles que, por permissão de Deus, tem às mãos o leme nacional. Nossa tarefa é espalhar a mensagem de amor, da paz e da verdade.⁴⁵³

Comecemos por notar que o texto partia da ideia de que não havia incompatibilidade entre a fé no arrebatamento e o cumprimento dos deveres do cidadão para com a *nação*. Dito em outras palavras, a percepção da transitoriedade do tempo da igreja na Terra não poderia resultar em uma atitude antipatriótica por parte dos membros da AD. E não deveria por uma razão bem simples: os cristãos tinham de manifestar toda gratidão pelo clima de “liberdade” garantido pelas autoridades, consignando-lhes todo apoio possível. Ao contrário de uma postura de resignação e silêncio, propunha-se, para esse caso específico, que todos os fiéis não deixassem de manifestar, *prudentemente*, o quanto eram gratos às autoridades pelo rumo que davam ao país. Desse modo, pastores e demais componentes da igreja não poderiam, como demonstração dessa gratidão, declinar de convites estendidos pelas autoridades para festividades cívicas como as do 7 de setembro, aproveitando-se dessas oportunidades, inclusive, para a evangelização.

Sabendo-se da possibilidade de manifestações contrárias a essa proposição pelos que reprovavam a aproximação da igreja com as esferas políticas, o autor do texto antecipou-se afirmando que não se tratava de uma incitação a manifestações políticas, o que se propunha era somente uma atuação que se desse nos limites de um “*civismo ético e responsável*”. Sem nenhum comprometimento com quaisquer “*grupos ou organizações estritamente políticas*”, a igreja deveria, seguindo os ensinamentos do profeta Daniel sobre os “*príncipes malignos que espreitavam os povos para influir nos seus destinos*”, conscientizar os membros da

⁴⁵³“Independência ou morte”. A *Seara*, n° 79, setembro/outubro de 1969. p. 35.

importância que cada um tinha como *cidadão*, como *eleitor* e como servidor da *pátria*. Essa conscientização, aliada a constante oração, iria, nesse entendimento, contribuir para manter o país a salvo das *filosofias* que negavam a existência de Deus.

Esse número de *A Seara*, assim como os editoriais analisados no tópico anterior, reforça a tese de que a condução de Geziel Gomes e Alcebiades Pereira de Vasconcelos representou uma mudança na postura da revista sobre o polêmico tema igreja/política. Não se trata, insistimos, de uma ruptura, mas de um novo modo de encarar a posição da revista perante a conjuntura política do país. Podemos dizer que nessa nova direção *A Seara* ficava a meio caminho da proposta inicial dos anos de João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira e da orientação dos tempos de Tulio Barros e Emílio Conde. Isto porque mantinha-se longe da apologia à participação política efetiva ao passo que não se mostrava disposta a esconder o entusiasmo que nutria pelo governo militar.

A adesão da revista às festividades cívicas fomentadas pelo governo Médici é bastante ilustrativa dessa nova compreensão editorial. Como se sabe, o Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972, encontrou o país imerso em uma lógica governamental de viés escancaradamente autoritário, mas que queria passar uma imagem de normalidade institucional e democrática⁴⁵⁴ e contava, para isso, com um aparato publicitário oficial disposto a se aproveitar de tudo quanto julgasse útil para a urdidura dessa narrativa. Os 150 anos da independência foram, dessa maneira, explorados à exaustão pela AERP.

Os festejos, que se espalharam por todos os estados da federação, com a presença de militares e civis, tiveram como ápice o depósito dos restos mortais de Dom Pedro I no Monumento do Ipiranga em São Paulo, em 7 de setembro de 1972. Todas as comemorações foram cuidadosamente articuladas pelo governo que colocou a organização dos eventos, por meio do decreto 69.922, de 13 de janeiro de 1972, a cargo da *Comissão Executiva Central*

⁴⁵⁴FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997. p. 76. Trecho do discurso de posse do general Emílio Garrastazu Médici no cargo de presidente, elaborado por Octávio Costa, demonstra muito bem a lógica ambígua que guiou todo o governo Médici, uma administração que se valeu de expedientes autoritários instrumentalizados pelo AI-5, mas que insistia no uso da palavra democracia: “*Homens de meu país. Neste momento eu sou a oferta e a aceitação. Não sou promessa. Quero ser verdade e confiança, ser a coragem, a humildade, a união. Oferta de meu compromisso ao povo, perante o Congresso de seus representantes, quero-a um ato de reverdecimento democrático*”. Discurso de Posse do Presidente Emílio Garrastazu Médici disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discurso-de-posse>. Acesso em 16 de junho de 2016.

para as Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil (CEC), dirigida pelo general Antônio Jorge Correia⁴⁵⁵.

Como parte das comemorações, foi lançado em setembro o filme *Independência ou Morte* produzido por Oswaldo Massaini e filmado sob a direção de Carlos Coimbra, tendo no elenco artistas famosos das telenovelas da Rede Globo como Tarcísio Meira, que atuou no papel de Dom Pedro I e Glória Menezes, que interpretou a Marquesa de Santos.⁴⁵⁶ Luis Fernando Cerri apresenta alguns detalhes do ritual planejado pela *Comissão Executiva Central para as Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil* (CEC):

O pedido de Médiçi foi que o governo português se dispusesse a ceder ao Brasil os restos mortais do imperador D. Pedro I, proclamador da independência do Brasil, que também foi o rei D. Pedro IV, herói do constitucionalismo em Portugal. O pedido foi atendido, e os festejos deram-se em torno da viagem dos restos mortais do imperador – exceto o coração, que permaneceu na cidade do Porto – pelo território nacional, pelas capitais dos estados brasileiros. Concomitantemente, quatro corridas pedestres foram iniciadas, partindo dos quatro pontos do território nacional mais a norte, sul, leste e oeste, carregando cada uma tocha com o “fogo simbólico da pátria”. Esses cortejos terminariam sincronizadamente na colina do Ipiranga, na cidade de São Paulo, na tarde do dia 7 de Setembro de 1972, exatos 150 anos depois de D. Pedro, no mesmo local, ter dado o grito de “Independência ou Morte”, selando o momento exato da proclamação da Independência nacional, segundo a tradição. Neste momento, os restos de D. Pedro seriam sepultados no Monumento do Ipiranga, construído naquela colina em 1922, nas comemorações do centenário da Independência, e as quatro tochas seriam unidas numa pira de fogo perpétuo do mesmo monumento.⁴⁵⁷

⁴⁵⁵O *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, apresenta a seguintes notas biográficas sobre Antônio Jorge Correia: “nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 20 de julho de 1912. Sentou praça em março de 1930, ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Aspirante-a-oficial em dezembro de 1932, foi promovido a segundo-tenente em julho do ano seguinte e a primeiro-tenente em agosto de 1934. Capitão em março de 1940, chegou a major em junho de 1948, a tenente-coronel em julho de 1952 e a coronel em dezembro de 1959. Após o movimento político-militar de março de 1964, assumiu em maio a chefia do gabinete do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), sendo promovido a general-de-brigada em novembro do mesmo ano. Comandante da 3ª Divisão de Cavalaria, sediada no Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1965, tornou-se chefe do estado-maior do III Exército, também no Rio Grande do Sul, a partir de janeiro de 1966. Em dezembro desse ano, foi nomeado subchefe do EMFA, tendo participado da Comissão Especial da Reforma Administrativa e do Conselho Nacional de Transportes. Em abril de 1967 tornou-se secretário-geral do Ministério do Exército e, nesse mesmo ano, chefiou a delegação brasileira de Pentatlo Militar, realizado na Suécia. Promovido a general-de-divisão em novembro de 1968 e a general-de-exército em julho de 1972, presidiu a Comissão Executiva Central, nomeada pelo presidente da República, general Emílio Médiçi (1969-1974), para a coordenação das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil”. Antônio Jorge Correia (verbete). ABREU, Alzira Alves de. (et al.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 1604.

⁴⁵⁶ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira* (1972). 2009. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2009. p. 13.

⁴⁵⁷CERRI, Luis Fernando. Usos públicos da história no Brasil contemporâneo: demandas sociais e políticas de Estado. *Araucaria* (Madrid), Sevilla, Espanha, v. 8, n.15, p. 2006. p. 10.

Ainda segundo Fernando Cerri⁴⁵⁸, as festividades cívicas deveriam servir, nesse contexto, como estímulo à construção de uma pretensa unidade identitária nacional. Os eventos davam abertura para que a população pudesse se sentir partícipe em meio a um regime autoritário, mesmo que a participação efetiva do povo tenha sido muito secundarizada nesses eventos. Além disso, com os festejos cívicos esperava-se a adesão popular em torno de valores nacionais, o que revela mais um paradoxo do Estado autoritário brasileiro ao tentar conciliar o controle da atividade política com um espírito participativo dos cidadãos naqueles temas que se julgava de interesse geral do país.

Mas nessa hipervalorização do Sesquicentenário da Independência havia outras mensagens importantes que se esperava passar à população. Cerri comenta o que estava em jogo nesse esforço governamental:

A independência do Brasil é ato de próceres. No conjunto de datas entre 21 de Abril e 7 de Setembro, nenhuma faz referência aos atos populares e manifestações coletivas que jogaram água no moinho da separação de Portugal. Pelo contrário, o 7 de Setembro é sublinhado, a independência é o ato de algumas pessoas, e o corte místico dos laços é feito pela espada de uma só pessoa, numa hora e local específicos, sacralizados pelo monumento e pelo sepulcro do imperador (...) Se são as pessoas importantes que fazem a história, recolha-se à sua insignificância, e deixe as pessoas importantes governarem. Admire-as, ajude-as com seu trabalho denodado e anônimo, ame o Brasil, não fale em crise, trabalhe, não atrapalhe. Isso se encaixa a um dos bordões do regime, de que não havia eleições para presidente e outros cargos estratégicos porque “o povo ainda não sabe votar”. Pais da pátria tutelam um povo infantil (...) As definições da história são feitas em momentos-chave, os chamados fatos históricos. O cotidiano e as pessoas comuns não têm importância para eles. Por isso, o cortejo dos restos de D. Pedro e a corrida do fogo simbólico vão até a nação. Mas o sepultamento do imperador no monumento é fechado a alguns poucos convidados, e a massa popular acompanha do lado de fora (...) Somos, fomos, seremos, nos agradamos sem ser e queremos continuar sendo os mesmos. Essa é a mensagem que toda festa cívica que celebrar, ensinar e reafirmar.⁴⁵⁹

A revista *A Seara*, que já havia dado tantas demonstrações de aprovação ao governo de Médiçi, não haveria de faltar a este compromisso patriótico tão cuidadosamente organizado pelo Estado. Dessa maneira, na edição de setembro de 1972, os editores dedicaram especial atenção ao clima de comemorações pelos 150 anos da independência do Brasil. O anverso e o

⁴⁵⁸CERRI, Luis Fernando. “1972: ‘Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos.’” *Revista Estudos Ibero-Americanos*. v. XXV, n. 1, p. 193-208, junho 1999.

⁴⁵⁹CERRI, Luis Fernando. Usos públicos da história no Brasil contemporâneo: demandas sociais e políticas de Estado. *Araucaria* (Madrid), Sevilla, Espanha, v. 8, n.15, p. 2006. p. 12-13.

verso da capa testemunham esse engajamento da revista, como se pode observar nas imagens 10 e 11.

Tendo ao fundo o Pão de Açúcar, cartão postal da cidade do Rio de Janeiro, a capa de *A Seara* colocava em destaque a Bandeira Nacional e a frase “*Salve os 150 anos da independência*”. O tom azul do cabeçalho e das bordas completavam o motivo de celebração pelo Sesquicentenário da Independência que se queria firmar na fachada daquela edição. Não menos importante é a disposição do Hino Nacional no verso da capa, visto que havia por parte dos órgãos governamentais um grande esforço de difusão e esclarecimento da população sobre os símbolos da Pátria.

Em um clima de forte apelo ao espírito patriótico dos brasileiros, não se podia admitir que nenhum cidadão ignorasse as insígnias da nação ou não soubesse de cor a letra do Hino Nacional. É bem por isso que a *Comissão Executiva Central para as Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil* (CEC) cuidou de distribuir em centenas de cidades folhetos instrutivos sobre a história da independência do Brasil e todos os símbolos nacionais.⁴⁶⁰ Nesse aspecto, ao publicar a letra do Hino Nacional em um espaço quase sempre ocupado por anúncios publicitários da própria CPAD, quando não por importantes anunciantes externos, *A Seara* mostrava-se atenta e diligente ao chamado oficial de despertamento do senso patriótico que a todos deveria mobilizar.

⁴⁶⁰ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira* (1972). 2009. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2009. p. 72-73

REVISTA EVANGÉLICA ILUSTRADA

A Seara

Nº 102

SETEMBRO DE 1972

CIRCULA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Imagem 10 – Capa do número 102 de *A Seara*: revista evangélica ilustrada.

HINO NACIONAL BRASILEIRO

1. *Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.
Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!
Ó Pátria amada, idolatrada, salve! salve!
Brasil, um sonho intenso, um raio vivido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.*

*Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido, colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.
Terra adorada,
Entre outras mil, és tu, Brasil, ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada, Brasil!*

2. *Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!
Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques tem mais vida,
Nossa vida”, no teu seio, “mais amores”.
Ó Pátria amada, idolatrada, salve! salve!
Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula:
“Paz no futuro e glória no passado.”
Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte,
Terra adorada,
Entre outras mil, és tu, Brasil, ó Pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada, Brasil!*

Imagem 11 – Verso da capa do número 102 de *A Seara*: revista evangélica ilustrada.

Com o previsível título *Independência ou morte*, o editorial do número 102 de *A Seara* em seu escopo geral emprestava muito do idioma militar ufanista que se exacerbou nos meses do Sesquicentenário e reforçava o ostensivo apoio da revista ao governo, como já se vinha observando desde a saída de Emílio Conde, em dezembro de 1968:

Independência ou morte

Os movimentos políticos da Norte-América e as transformações rápidas que eclodiam na Europa inspiravam os líderes de nossa terra à pugna cívica, em busca da independência. José Bonifácio de Andrada e Silva não cessava de dar passos ágeis, sábios, objetivos. Dom Pedro também aderira ao idealismo. Seus decretos anteriores já o deixavam sob certa suspeita perante a Corte. Independência! Liberdade! Autonomia! Palavras que feriam profundo o coração dos brasileiros de há 150 anos, os quais sonhavam com a grandeza da Pátria, sem a tutela e sem sujeições, a fim de cumprir um papel mais brilhante na história, como nação gigante e rica de esperanças. Não se trata apenas de “independência oficial com os seus sinais externos, Governo, Bandeira, Exército, Marinha, porém, da cristalização e definição da alma nacional.” Chegou setembro. A hora se aproxima. O grito do Ipiranga é constituído de um desafio tormentoso. Desafio, sim, porque não se completa em si mesmo. Há que se decidir. E preciso optar pela forma de governo, ou de vida, ou de ideal que se pretende seguir. Os caminhos da vida são os caminhos de independência estulta, ignorante, repulsiva, a fuga de uma subserviência, a ausência de uma escravidão negativista, onde a morte é a resposta e o vazio é a solução. Os caminhos de vitória com liberdade são o corolário da verdade que se conhece. “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (...) Aos nossos filhos que ora tanto ouvem falar de um Brasil grande e pujante, fecundo e progressivo, Brasil que ninguém segura nem pode falar, convém que se lhe recorde o esforço empreendido no passado, para a conquista de sua soberana independência. Voltados os olhos para o futuro de nossa Pátria, recordemos à saciedade [sic] que “bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor”. Que cada brasileiro cômico de sua responsabilidade no contexto da luta comum pelo bem da Pátria, contribua para o seu engrandecimento, honrando as autoridades, amando os irmãos e adorando a Deus em Espírito e em verdade, até que Cristo volte.⁴⁶¹

Fica nítido o quanto o editorial estava embebido no clima do dito “milagre brasileiro” daquele momento. O Brasil era apontado como “grande”, “pujante”, “fecundo”, “progressivo”, um país que “ninguém segura nem pode falar”; tudo bem ao jeito das propagandas governamentais conduzidas pela AERP. Não menos importante é o fato de o editorial tentar demonstrar que esse “Brasil maravilha” era resultado dos esforços “heroicos” de homens que souberam tomar as decisões corretas, na hora certa e com a firmeza que o momento exigia, como testemunhava o brado “independência ou morte”.

⁴⁶¹“Independência ou morte” (editorial). *A Seara*, n° 102, setembro de 1972. p. 02.

Daí o motivo de o pequeno histórico sobre a independência tomar o evento de setembro de 1822 como um marco fundamental na história do Brasil, por ter sido um acontecimento em que se decidiu qual seria o caminho que a nação seguiria, ressaltando-se que essa decisão foi tomada pela iniciativa de grandes homens (José Bonifácio de Andrada e Silva e Dom Pedro I) que souberam, em instante decisivo, direcionar o leme do país para uma acertada direção histórica que garantiu a “independência”, a “liberdade” e a “autonomia” do povo. A opção pelo rompimento com a Coroa portuguesa resultou, nesse entender, não apenas na emancipação político-administrativa do país, mas em um lance histórico fundamental para a “cristalização e definição da alma nacional”⁴⁶².

Reafirmava-se no editorial, portanto, a ideia central que o governo queria repassar à população com todo o aparato de propaganda do Sesquicentenário que, conforme a interpretação de Fernando Cerri⁴⁶³, visava demonstrar uma história feita por próceres cujo poder decisório, em momentos-chave, foi determinante na trajetória da nação. Uma história, portanto, de “grandes” homens e de “grandes” eventos.

Analisada a fundo, essa reflexão histórico-causal proposta pelo editorial – na qual as benesses do “grande Brasil” resultavam da ação de destacadas lideranças do país – chocava-se frontalmente com a forma de interpretação bíblica seguida tradicionalmente pela AD e tão preservada em *A Seara* nos tempos de Emílio Conde: embora o homem seja dotado do livre arbítrio, nada no mundo acontece sem a aquiescência de Deus que é, por isso mesmo, figura primária e protagonista da história. Daí vem, em boa medida, a insistência de Conde em não deixar que textos laudatórios sobre personagens políticas fossem publicados indiscriminadamente na revista.

Ávida por se juntar ao clima de confraternização patriótica do Sesquicentenário, a redação de *A Seara* por um momento permitiu que as manoplas da história fossem retiradas das mãos de Deus para pô-las nas mãos de duas iminentes figuras históricas tão lembradas e cultuadas nas festividades oficiais de 1972. Note-se que o editorial em nenhum momento estabelece ligação entre o que se sucedeu nas margens do Ipiranga e os desideratos de Deus, fala-se até de um contexto internacional favorável, mas não há menção a qualquer impulso sobrenatural que teria guiado José Bonifácio e Dom Pedro I. Não se pode esquecer de um outro complicador na composição da mensagem que a revista queria passar com seu editorial:

⁴⁶²“Independência ou morte” (editorial). *A Seara*, n° 102, setembro de 1972. p. 02.

⁴⁶³CERRI, Luis Fernando. Usos públicos da história no Brasil contemporâneo: demandas sociais e políticas de Estado. *Araucaria* (Madrid), Sevilla, Espanha, v. 8, n.15, p. 2006. p. 12-13.

esses dois “heróis” eram homens de tradição católica que estiveram ligados à maçonaria⁴⁶⁴, ou seja, possuíam traços biográficos que dificultavam ainda mais qualquer elo entre a vontade divina o ocorrido em 7 de setembro de 1822.

Não se pode deixar de notar também que a ênfase apocalíptica, que era uma constante em *A Seara* nesse contexto, foi amainada no texto comemorativo do Sesquicentenário. Optou-se por não falar da emergência da volta de Cristo e nem dos sinais que indicavam sua proximidade. Pelo contrário, a menção ao arrebatamento feita na última linha do editorial indicava que, até o “grande dia”, todos deveriam dar prosseguimento as suas vidas sabendo de suas responsabilidades perante a nação e as autoridades. Aplicava-se, desse modo, a proposta que havia sido apresentada no editorial *Independência ou morte* do número 79 da revista (setembro/outubro de 1969), em que os editores se desdobraram para conciliar a visão escatológica da igreja com as propostas fomentadas pelo governo de amor à pátria e esperança com o futuro.

De toda essa argumentação os editores da revista queriam tirar uma lição muito pontual, mas de extrema importância naquele Brasil presidido pelo general Médici: cada leitor deveria, além de sempre incluir o país em suas orações, engajar-se na “*luta comum pelo bem da Pátria e seu engrandecimento*”, sem esquecer do dever de “honrar” as autoridades o que, como fica claro, ajustava-se perfeitamente ao que esperava o governo em suas incursões publicitárias ancoradas no Sesquicentenário. Quanto ao retorno de Cristo e ao desapego das *coisas* do mundo, os ensinamentos continuavam valendo, abrindo-se uma exceção somente para a deferência que todo bom crente deveria ter com a *pátria terrena* e suas autoridades.⁴⁶⁵

Essa lógica fica bem clara nos versos escritos pela leitora Elza Souza da Silva abrigados na seção *Poesia* de *A Seara*, nessa mesma edição de setembro de 1972. A poesia *Meu Brasil*, bem ao estilo do ufanismo fomentado pela AERP, queria louvar a *morada da Terra* e não a *do Céu*:

Meu Brasil
(Homenagem ao Sesquicentenário do Brasil, por Elza Souza da Silva)

Brasil, imenso gigante
Muitas terras a florir!

⁴⁶⁴OLIVEIRA, Cecília H. L. de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. São Paulo: Ícone editora, 1999. BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790- 1822)*. Juiz de Fora/São Paulo: Editora UFJF/Annablume/Fapesp, 2006.

⁴⁶⁵“Independência ou morte” (editorial). *A Seara*, nº 102, setembro de 1972. p. 02.

Quantas grandezas nós vemos
Pelo Brasil a sorrir
 Na imensidão das florestas
 Nos rios verdes sem par
 Este Brasil nos alegra
 E nos obriga a amar.
Riquezas por toda parte
Encontramos no Brasil
No seu vasto solo fértil
Desta pátria varonil.
 Valentes e corajosos
 Cada vez devemos ser
 P’ra sempre ver mais e mais
 Nosso Brasil se esguel.
A data da Independência
Marcada pelo ideal
De homens mui valentes,
Implantaram a moral.
 Independente, esbelto,
 Viçoso e sempre gentil
 A todos ele agrada
 O meu querido Brasil.
O seu Sesquicentenário
Vem a todos despertar
Sua marcha vitoriosa
Sua grandeza sem par
 Vamos, juntos, defender
 Amar, servir e vibrar
 Este país tão amado
 Que muito tem para dar.⁴⁶⁶

A simplicidade da poesia de Elza Silva, com suas rimas frugais, não a impediu de transmitir ao leitor o clima de otimismo com o “*Brasil-potência*”⁴⁶⁷ que não poderia aceitar qualquer forma de pessimismo. Essa era exatamente a ideia-síntese da AERP que corria o Brasil por diferentes meios de comunicação. Tudo deveria ser feito para superlativar os pontos positivos, daí o apelo de sempre ao gigantismo territorial e à exuberância da natureza, em nome de uma estratégia persuasiva que visava a ocultar ou pelo menos minimizar gritantes antagonismos sociais do país.

Por isso, não sem razão, a censura era grande aliada do governo Médici, pois a propaganda ostensiva tornava-se ainda mais eficaz quando aliada ao silenciamento dos veículos de comunicação. Esse país tão cheio de potencialidades “que muito tem para dar”,

⁴⁶⁶“Meu Brasil”. *A Seara*, nº 102, setembro de 1972. p. 03.

⁴⁶⁷FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 86.

como disse a autora da poesia, acenava para um futuro pleno de realizações sobre o qual não havia qualquer razão para dúvidas, de maneira que, aquele *mundo* inescapavelmente repleto de tribulações vaticinado por São João⁴⁶⁸, estava longe do Brasil versegado por Elza Silva. Recordemos que esse trecho bíblico foi estruturante na argumentação do editorial “*Atenção juventude cristã*”, de março de 1970⁴⁶⁹, utilizado exatamente para desqualificar qualquer sentimento de revolta pelas mazelas vividas nesse mundo.

Como fechamento das homenagens aos 150 anos da independência do país, a redação da revista dedicou o verso da última capa para acolher um texto assinado pelo leitor Gorgônio Barbosa Alves cuja proposta era lançar uma reflexão sobre uma dependência que ainda precisava ser superada pelo Brasil, a dependência do pecado:

Independência e vida

No dia 7 de setembro deste ano o Brasil completará 150 anos de sua independência política. Foi às margens do Ipiranga, em São Paulo, que Pedro I proclamou o brado histórico do nosso país. O pronunciamento heróico do nosso primeiro Imperador foi feito com a ameaça de morte, se não fosse atendido. Ou independência ou morte para aqueles que se levantaram contra nós, queria ele dizer. Felizmente não houve reação substancial ao grande brado de libertação de D. Pedro I. E o Brasil, desde então, começou a andar com seus próprios pés e dirigir o seu próprio destino. Mas, apesar dos 150 anos de Independência do Brasil, nem tudo está realizado para o nosso país. Há uma escravidão que domina, agrilhoa e mata. Acontece conosco o mesmo que acontecia com os judeus dos dias de Jesus Cristo. Diziam eles ao Mestre: “nunca servimos a ninguém”. E Jesus lhes respondeu: “Todo aquele que comete pecado é servo do pecado”. No pecado que avassala ainda está a escravidão que arruína nossa Pátria. Não nos venham o modernista, cientista, iluminado com novos fulgores da psiquiatria, ou coisa que o valha, dizer que o pecado não existe (...) *Em parte alcançou o Brasil independência política e marcha para a conquista da independência econômica. Mas independência total está muito longe de ser alcançada.*⁴⁷⁰

Afora o caráter proselitista do texto, que queria se valer do ambiente de comemoração cívica para fins evangelísticos, chama atenção a ideia do autor de que o país já havia alcançado sua independência política e caminhava para a conquista de sua independência econômica. Essa pequena sentença convalidava uma tese que era fortemente martelada pelo governo por meio de sua principal agência de publicidade, a AERP: o Brasil estava em um percurso que o levaria irreversivelmente ao posto de nação economicamente desenvolvida, como eram os principais países do velho mundo e os EUA. Para isso era

⁴⁶⁸BÍBLIA. N. T. João, 16, 33. In: BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

⁴⁶⁹“Atenção juventude cristã” (editorial). *A Seara*, n° 83, março de 1970. p. 02.

⁴⁷⁰“Independência e vida” (verso da contracapa). *A Seara*, n° 102, setembro de 1972. Grifo nosso.

preciso apenas que fosse mantida a trilogia que o governo de Médici elegeu como prioritária: “ordem”, “paz” e “esperança”, mesmo que a primeira fosse garantida pela repressão implacável, a segunda pelo cerceamento do livre debate político e a última pela possibilidade de que os benefícios do crescimento econômico alcançassem as camadas mais pobres num momento futuro.⁴⁷¹

E assim, *A Seara*, sob a condução de Geziel Nunes Gomes e Alcebiades Pereira de Vasconcelos, dava sua parcela de contribuição aos esforços governamentais de união dos brasileiros em torno da causa do desenvolvimento. Para tanto, não hesitaram em buscar uma forma de conciliar a pertença dos fiéis à pátria da *Terra* e à pátria do *Céu*, porque se era importante manter viva a mensagem do retorno de Cristo, também era interessante explicitar todo apoio ao governo Médici e manter uma relação de proximidade com a qual, acreditava-se, só se tinha a ganhar.

⁴⁷¹DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964 – 1974)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 190.

O RETORNO DOS “PIONEIROS” DE A SEARA: A RELAÇÃO IGREJA/POLÍTICA EM TEMPOS DE INCERTEZAS (1972-1980)

5.1) João Pereira de Andrade e Silva: um novo estilo de apoio ao regime militar

O Sesquicentenário da Independência do Brasil coincidiu com o desligamento de Alcebiades Pereira de Vasconcelos da CPAD. O número 102 de *A Seara*, concernente ao mês de setembro de 1972, foi o último em que Vasconcelos figurou como *redator-chefe* e com sua saída Geziel Nunes Gomes passou a ser o responsável direto pela revista. Com esse novo quadro vieram outras mudanças importantes, pois com o desligamento de Vasconcelos, a editora optou por extinguir o cargo de *redator-chefe* que havia sido criado estrategicamente, em 1959, para dar poder de controle a Emílio Conde na conturbada transição que se seguiu à demissão de Joanyr de Oliveira. Na edição de outubro de 1972, Geziel já constava como o editor de fato, já que não mais acompanhado da sombra do *editor-chefe*. Assumiu esse importante posto de comando após 14 anos de intensa atividade na CPAD e com apenas 32 anos de idade, confirmando o sucesso de sua carreira na editora assembleiana.

O que se deve destacar dessa mudança é que nos últimos meses de ano de 1972, e durante o ano de 1973, *A Seara* voltou a assumir uma postura muito parecida a dos anos de Emílio Conde em relação ao universo da política, rompendo, a olhos vistos, com a tendência de abertura a assuntos que diziam respeito ao contexto político do país e de declarado apoio ao governo.

O número 114 de *A Seara*, relativo ao mês de setembro de 1973, simboliza muito bem essa mudança, pois em tempos de tanta valorização das datas cívicas pelo governo Médici, a revista não rendeu qualquer homenagem à passagem do aniversário de Independência do Brasil. Nesse número, por exemplo, o editorial, que era um espaço que vinha correntemente sendo utilizado para esse tipo de manifestação, apresentou um texto sobre o papel dos pais na condução da vida religiosa de seus filhos⁴⁷² e no corpo da revista nada foi dito sobre a data cívica que dava ensejo a manifestações patrióticas Brasil afora.

⁴⁷²“Jesus pergunta: onde estão as crianças?” (editorial). *A Seara*, nº 104, setembro de 1973. p. 02-03.

Entre outubro de 1972 e dezembro de 1973, os editoriais se fecharam em assuntos teológicos⁴⁷³, evangelísticos⁴⁷⁴ e doutrinários⁴⁷⁵, e as demais seções da revista seguiram essa mesma lógica durante todos esses meses. Não há como não associar essa atitude editorial ao afastamento de Alcebiades Pereira de Vasconcelos e a permanência de Geziel Nunes Gomes como editor principal do periódico. O que o motivou a tal atitude é uma pergunta que se presta a múltiplas respostas. A hipótese mais plausível, entretanto, é que a responsabilidade de conduzir a revista, sem a presença do experiente e respeitado pastor Alcebiades Pereira de Vasconcelos, tenha pesado na escolha dessa rota.

A prudência é chave para compreender esse “retorno” ao gradil teológico-doutrinário-evangelístico. Como único responsável por todas as decisões diretas na redação de *A Seara*, Geziel optou por manter a revista afastada de todos os temas que escapavam aos interesses imediatos da igreja, por isso, a pausa no estímulo ao patriotismo, nas mensagens de aprovação ao governo, nas análises dos acirramentos sociais e em tudo o que estivesse ligado, de alguma forma, ao universo da política.

Em novembro de 1973, todavia, algo destoou dessa lógica. *A Seara*, que havia deixado passar em branco o 7 de setembro, num rompante patriótico dedicou a capa do mês de novembro para homenagear o Pavilhão Nacional que seria comemorado no dia 19. A imagem escolhida foi uma foto da suntuosa sede do Banco Nacional da Habitação (BNH), localizada na cidade do Rio de Janeiro e em cujo frontispício estava hasteada a Bandeira Nacional (Imagem 12).

⁴⁷³“Quanto valia o ungüento com que Maria ungiu os pés de Jesus” (editorial). *A Seara*, nº 103, outubro de 1972. p. 02. “A Bíblia – o livro maravilhoso” (editorial). *A Seara*, nº 106, janeiro de 1973. p. 02. “Bem está, servo bom e fiel” (editorial). *A Seara*, nº 108, março de 1973. p. 02. “Brancos como a neve” (editorial). *A Seara*, nº 111, junho de 1973. p. 02. “Quem foi o pai dos povos nômades” (editorial). *A Seara*, nº 112, julho de 1973. p. 02. “Jesus pergunta: onde estão as crianças?” (editorial). *A Seara*, nº 114, setembro de 1973. p. 02. “O sol de deteve e a lua parou...” (editorial). *A Seara*, nº 115, outubro de 1973. p. 02. “O ‘outro’ espírito de Calebe” (editorial). *A Seara*, nº 116, novembro de 1973. p. 02.

⁴⁷⁴“Nós pregamos a Cristo” (editorial). *A Seara*, nº 104, novembro de 1972. p. 02. “Desperta tu que dorme” (editorial). *A Seara*, nº 105, dezembro de 1972. p. 02. “A Grande Comissão o que tens feito dela?” (editorial). *A Seara*, nº 110, maio de 1973. p. 02. “Velhos e jovens de mãos dadas” (editorial). *A Seara*, nº 109, abril de 1973. p. 02. “A teologia como fundamento da evangelização” (editorial). *A Seara*, nº 117, dezembro de 1973. p. 02.

⁴⁷⁵“Paz em meio à turbulência” (editorial). *A Seara*, nº 107, fevereiro de 1973. p. 02. “O que é o inferno por toda a eternidade?” (editorial). *A Seara*, nº 113, agosto de 1973. p. 02.

A Seara

REVISTA EVANGÉLICA ILUSTRADA

Nº 116

NOVEMBRO DE 1973

CIRCULA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Imagem 12 – Capa do número 106 de A Seara: revista evangélica ilustrada.

A escolha dessa imagem pela redação da revista, para render homenagem à Bandeira do Brasil, nada tem de aleatória se lembrarmos que o edifício-sede do BNH havia sido inaugurado, em clima de comemoração pelo governo Médici em 21 de agosto de 1973, no bojo das “grandes” obras do “milagre brasileiro”. Sua localização, na Avenida República do Chile, o colocava ao lado do imponente edifício do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e das futuras instalações da sede da Petrobrás em um não menos imponente prédio que seria inaugurado em 1974, formando a famosa trinca de edifícios administrativos do “triângulo das bermudas carioca” – alusão jocosa aos desvios de recursos públicos na construção dessas três grandes edificações pelo governo Médici. Era mais uma das construções que faziam parte do conjunto de obras consideradas estratégicas pela administração do Estado autoritário brasileiro de maneira que, a homenagem à Bandeira feita na capa da revista, era também uma forma de dar visibilidade aos feitos do Poder Executivo nacional.

Mas a questão que ainda fica em aberto é o porquê dessa evocação patriótica se após a saída de Alcebiades Pereira de Vasconcelos, em setembro de 1972, Geziel Nunes Gomes vinha mantendo a revista afastada de assuntos dessa natureza? A resposta está no verso da última capa dessa mesma edição de novembro de 1973, em um texto intitulado *19 de novembro – dia da Bandeira*. Quem o assinava era João Pereira de Andrade e Silva que optou por subscrever-se apenas com suas iniciais JPAS – uma forma de assinar que não era utilizada por ele no período de sua primeira passagem pela redação de *A Seara*. O pioneiro da revista estava se preparando para retornar à CPAD e em seu texto alusivo ao dia da Bandeira já dava mostras de que, com o seu retorno, *A Seara* voltaria a acenar apoio ao governo militar e a dar vazão às exaltações patrióticas.

O patriotismo já ficou bem evidente no texto-homenagem no qual João Pereira de Andrade e Silva ofereceu aos leitores uma adaptação da conhecida Oração à Bandeira de Olavo Bilac que, após algumas modificações e supressões⁴⁷⁶, ganhou a seguinte forma:

Bendita sejas, Bandeira do Brasil! Bendita sejas, pela tua beleza! És alegre e triunfal. O verde, da cor da esperança, é perpétua mocidade da nossa terra e a

⁴⁷⁶João Pereira de Andrade e Silva cortou várias partes do texto original de Bilac, algumas com o intuito de diminuir o texto que é consideravelmente longo, outras, certamente, para não dar margem a polêmicas. Entre as adaptações, destacam-se: “*oram igrejas*” no lugar do original “*e rezam igrejas*” [pela alusão à Igreja Católica] e “*as cantigas inocentes, e os hinos dos crentes*” ao contrário do original “*a serena harmonia criadora das líras dos poetas*”. O texto Oração à Bandeira de Olavo Bilac pode ser consultado na íntegra no livro *Símbolos nacionais* disponível no sítio da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: <http://bd.camara.gov.br>

perpétua meiguice das ondas mansas que se espreguiçam sobre nossas praias. O teu ouro é o sol que nos alimenta e exita, pai das nossas searas e dos sonhos, fonte inesgotável de alento e beleza. E o teu azul é céu que nos abençoa, inundando de soalheiras ofuscantes, de luars mágicos e de enxames de estrelas. És formosa e clara, graciosa e sugestiva. E, sob a tua égide, rumorejam as nossas cidades, colmeias magníficas, em que tumultuam ondas de povo, e em que se extenuam braços e se esfalam corações, e ardem cérebros, resfolgam fábricas, e estrugem estaleiros, e voizam mercados, e soletram escolas e oram igrejas. Em ti, Bandeira do Brasil, ressoam o nosso esforço, o nosso pensamento e a nossa dedicação, vozes altas e concertantes, em que se casam o ranger dos arados, o chiar dos carros de bois, os silvos das locomotivas, o clangor dos clarins dos quartéis, o murmurejo dos rios, o regougo do mar, o gorgueio das aves, todas músicas secretas da natureza, as cantigas inocentes, e os hinos dos crentes.⁴⁷⁷

A homenagem, no entanto, não veio sem uma explicação inicial por meio da qual o experiente escritor assembleiano tratou de esclarecer o que o levou a render homenagem ao Pavilhão Nacional, por meio das páginas de *A Seara*, invocando para isto, o espírito vanguardista que, no seu entender, acompanhava a revista desde o seu primeiro número:

A “A Seara”, continuando os alevantados propósitos que têm sido a constante a sua vida de periódico que se coloca sempre na vanguarda das grandes causas, agora, como sempre o fez – desde o seu primeiro número – junta sua voz à de milhões de brasileiros, na evocação do idealismo republicano, e o faz, augurando melhores dias para nossa Pátria cuja Bandeira não representa apenas a Terra física – mas a Pátria maior – “sem dimensões nem manchas, clara, tranqüila, sorridente, assomando, imenso disco resplandecente, numa atmosfera sem nuvens.”⁴⁷⁸

Com essas palavras, João Pereira de Andrade e Silva deixava muito clara sua opinião sobre a importância de a revista se colocar na “vanguarda” do que ele chamou de “grandes causas”. Fora do contexto, essa afirmação poderia ser tomada apenas como uma “frase de efeito”, mas não é o caso, sabendo o que se passou nos primeiros anos de circulação desse periódico. Com essa referência aos *fundamentos primeiros* da revista, Andrade e Silva queria lembrar que *A Seara*, ao se posicionar ao lado das causas de “interesse” da *pátria*, não estava incorrendo em nenhuma conduta que merecesse reprovação. Pelo contrário, a abertura a temas que escapavam do domínio teológico-doutrinário-evangelístico estava no embrião do projeto esboçado por ele e por Joanyr de Oliveira, em meados da década de 1950.

Acontece que esse era um projeto que havia sido abandonado ainda nos primeiros anos de circulação da revista e que, por isso mesmo, estava longe de servir como marca distintiva de *A Seara*. Aqueles que acompanhavam a trajetória da revista desde seu primeiro

⁴⁷⁷“19 de novembro – Bandeira do Brasil”. *A Seara*, n.º 116, novembro de 1973 (verso contracapa).

⁴⁷⁸“19 de novembro – Bandeira do Brasil”. *A Seara*, n.º 116, novembro de 1973 (verso contracapa).

número e que conheciam as polêmicas que essa visão editorial “vanguardista” provocou, certamente perceberam a ironia nas considerações de João Pereira de Andrade e Silva que, ao elogiar os “propósitos” originais dos fundadores, sutilmente criticava aqueles que desviaram o periódico do caminho que ele deveria ter seguido, em especial os senhores Túlio Barros e Emílio Conde.

Mas com a aproximação do pioneiro de *A Seara* com a CPAD, esses dois projetos antagônicos voltaram, senão a se chocar frontalmente, pelo menos a coexistirem sob alguma tensão na redação de *A Seara*. Isso ficaria ainda mais evidente no decorrer do ano de 1974, quando novamente João Pereira de Andrade e Silva assumiu um alto posto de mando na casa editorial assembleiana, pondo fim ao longo período de uma década e meia de afastamento da CPAD.

5.1.1) O retorno de João Pereira de Andrade e Silva à CPAD

João Pereira de Andrade e Silva teve sua admissão oficializada na Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) dois meses depois da publicação desse texto em homenagem à Bandeira Nacional. Na edição de janeiro de 1974 de *A Seara* seu nome constava como *diretor de publicação*, novo cargo criado pelo Conselho Administrativo da editora. Na nova função, as responsabilidades de João Pereira de Andrade e Silva não ficavam restritas apenas aos periódicos da casa editorial assembleiana, *Mensageiro da Paz* e *A Seara*, havia um conjunto de outras publicações que deveriam ser norteadas pelas decisões do experiente pastor: o hinário da AD, chamado de *Harpa Cristã*, Bíblias, livros e folhetos, todos impressos aos milhares de exemplares.

Além do mais, a CPAD que Andrade e Silva encontrou era tecnicamente muito diferente daquela editora da década de 1950. A administração do empresário Altomires Sotero da Cunha acumulava conquistas importantes para a casa editorial assembleiana, a começar pela nova sede inaugurada no dia 27 de setembro de 1970, um “*majestoso edifício de linhas modernas*” descrito nos seguintes termos em reportagem da própria *A Seara*:

Belo edifício de quatro andares sendo um térreo e três superiores, com sua entrada artisticamente trabalhada em mármore, ferro, vidro e cerâmica, deixa ver no lado superior direito, uma bela placa retangular de bronze, em posição vertical na qual se lê o famoso versículo bíblico “até aqui os ajudou o senhor” (...) o andar térreo do novo edifício tem à frente uma ampla loja moderna de exposição e venda (...) descortina-se então um suntuoso e vasto salão aguardando a nova maquinaria que proporcionará grande salto para a idade técnica (...) o primeiro piso leva a um

corredor que conduz a belas salas (...) ladeando um enorme salão de utilização próximo-futura vêem-se um uma cozinha moderna com uma saída lateral para um gracioso refeitório com suas doze mesas modernas de quatro cadeiras cada (...) o segundo andar tem uma luxuosa sala das sessões do Conselho ao lado da Capela – sala de reuniões de oração, ao longo de um corredor que leva às salas em cujas portas se lêem: Tesouraria, Faturamento e Contabilidade (...) no terceiro andar podemos admirar instalações de hospedagem do Conselho equipadas com o que há de confortável em nossos dias (...).⁴⁷⁹

A inauguração da nova sede da CPAD se deu num momento extremamente favorável à modernização das oficinas gráficas no país, pois como aponta Alzira Alves de Abreu, o contexto de crescimento econômico no Brasil, entre 1967 e 1973, impulsionado pela verticalização da indústria, aumento da produção de bens duráveis e a facilitação dos financiamentos pelo governo militar, que objetivava modernizar os meios de comunicação do país, tiveram reflexos diretos na estruturação da imprensa brasileira.⁴⁸⁰

As reivindicações do Grupo Executivo das Indústrias de Papel e Arte (GEIPAG), criado em 1966, em prol da facilitação das exportações de maquinário gráfico, forçou o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) a liberar inúmeros projetos de empresas que buscavam substituir máquinas desatualizadas e com muitos anos de uso. Segundo Mario Camargo: “*na década de 70, o país mergulhava na moderna industrialização, graças à velocidade da produção dos novos equipamentos. A produção de impresso no Brasil finalmente atingiu o status de ‘indústria’ em oposição ao de ‘arte’*”.⁴⁸¹

Foi nesse contexto que, em 1972, o “suntuoso” e “vasto” salão de máquinas citado na matéria de *A Seara*, recebeu novos equipamentos, dentre eles, uma aquisição que foi um marco na história da CPAD, sobretudo, por permitir uma mobilidade na produção dos periódicos e a melhoria na qualidade gráfica: a impressora Rotativa *Goss* de quatro módulos.

⁴⁷⁹“Deus converte um sonho pioneiro em gloriosa realidade: CPAD”. *A Seara*, n° 88, novembro/dezembro de 1970. p. 20.

⁴⁸⁰ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa, (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 20-21.

⁴⁸¹CAMARGO, Mario. *Gráfica: arte e indústria no Brasil. 180 anos de História*. 2° edição. São Paulo: Bandeirantes Gráfica – EDUSC, 2003. p. 129.

A compra, dessa máquina, foi festejada⁴⁸² pela editora, pois com a exportação do equipamento pôde-se substituir o sistema de composição a chumbo (linotipo) por um modelo de impressão muito mais eficaz: a impressão *off-set*.⁴⁸³

Em poucas linhas, era essa a editora que João Pereira de Andrade e Silva encontrou depois de longos anos. Eram tempos de grande entusiasmo pelo fato de em poucos anos a Casa editorial assembleiana ter conseguido avanços que a colocavam, senão em pé de igualdade com grandes empresas jornalísticas, pelo menos não tão distantes das modernas gráficas dos grandes conglomerados noticiosos do país.

Essa descrição dos avanços da CPAD é importante para mostrar que não havia de parte da direção da editora qualquer motivo de insatisfação com os rumos do governo; longe disso, assim como acontecia com a maior parte do empresariado brasileiro, beneficiada pelas políticas econômicas dos *técnoburocratas* da área econômica de Médici – como o severo controle dos salários dos trabalhadores – o comando empresarial da CPAD sentia-se bem acolchoado na conjuntura do “milagre econômico”.

Homem de veia política, que desde a fundação de *A Seara* defendia ferrenhamente a participação da igreja na vida pública, o *diretor de publicações* não iria permitir que a editora

⁴⁸²A euforia da CPAD pela aquisição da *Goss* é compreensível se considerarmos que entre 1968 e 1970 somente grandes empresas do seguimento haviam substituído suas máquinas dando os primeiros passos rumo à tecnologia *off-set*, conforme relatou Mario Camargo: “Na área de fotocomposição, a revolução tecnológica também foi rápida. As primeiras máquinas importadas foram as Linofilm Quick de segunda geração, que chegaram em 1968, importadas pela Editora Delta e pela Editora Lux, ambas do Rio de Janeiro, e pelo jornal o Estado de S. Paulo. Entre 1968 e 1970, chegaram ao Brasil várias Photon, Fairchild e Linofilm, todas da mesma tecnologia, para jornais que começavam a implantar o novo sistema *off-set*. George Hall da Autográfica Importação e Serviços, lembra que foi durante a feira Print de 1968, em Chicago, que apareceu o equipamento que revolucionou esse setor tão importante, podendo substituir o linotipo: a fotocompositora compacta e computadorizada que elimina a rejustificação da fita perfurada”. CAMARGO, Mario. *Gráfica: arte e indústria no Brasil. 180 anos de História*. 2ª edição. São Paulo: Bandeirantes Gráfica – EDUSC, 2003. p. 129.

⁴⁸³Em matéria publicada, em 1972, no *Mensageiro da Paz*, a direção da CPAD convidou Huberth Hubertsson, técnico suíço que por um ano prestou assistência técnica à editora, para relatar aos leitores o que representava tal aquisição. Hubertsson, dizia-se muito feliz pela escolha do Conselho Administrativo da CPAD em adquirir a melhor impressora disponível no mercado e ressaltou sua importância, principalmente, para a impressão dos periódicos de maior tiragem. A *Goss*, conforme relato do técnico suíço, imprimia e dobrava o *Mensageiro da Paz* de 12 páginas, das quais algumas em duas cores, a um só tempo. A impressora tinha capacidade de imprimir o *Mensageiro da Paz* até 24 páginas no formato tablóide, imprimia e dobrava *A Seara* de 48 páginas em duas cores e as *Lições Bíblicas* de 64 páginas. Com a chegada da *Goss*, as “grandes” e “pesadas” máquinas de linotipo foram substituídas por duas “máquinas de escrever elétricas” e uma “máquina de fotocomposição” que, de acordo com Hubertsson, eram equipamentos de fácil manuseio e operação. Entusiasmado, Hubertsson concluiu a matéria com a seguinte declaração: “(...) É importante ressaltar que a nova máquina atende as necessidades do momento e estará capacitada atender a grande expansão da Obra Pentecostal aqui no Brasil que certamente se dará dentro em breve. E no caso não haverá ônus extras, senão apenas alguma adição de despesas de papel e tinta (...) é provavelmente a primeira Igreja no mundo que consegue equipar uma gráfica de alto nível, com fotocomposição (...)”. “*Goss – Renovação oportuna*”. *Mensageiro da Paz*. Rio de Janeiro, ano 42, nº 06. Março de 1972. p. 07-08.

se privasse de declarar apoio às autoridades do país cujas políticas eram interessantes para a igreja, não só pela “liberdade religiosa”, mas também pelos efeitos de um modelo econômico que beneficiava aquele que era o principal empreendimento da AD: a sua editora.

Nesse ponto específico, vê-se que o fundador de *A Seara*, de volta à CPAD e como *diretor de publicações*, mantinha a mesma ideia por ele acalentada nos anos 1950 sobre a importância de a igreja estar próxima das áreas de influência e das instâncias de comando do país. A diferença é que, nesse novo contexto, essa influência não mais viria da atuação político-partidária, mas sim de um alinhamento ao governo que deveria ser expresso, quando necessário, sem meias palavras.

E *A Seara* foi a escolhida por João Pereira de Andrade e Silva como o principal meio de exposição de apoio ao governo, tanto o de Médici, que já estava por terminar, como o de Ernesto Geisel após a troca do comando presidencial em março de 1974. Uma consulta aos doze números do *Mensageiro da Paz* do ano de 1974⁴⁸⁴ mostra que, mesmo investido da autoridade que o cargo lhe conferia, o *diretor de publicações* manteve o jornal fora dessa estratégia laudatória, opção que, na realidade, recuperava a função que havia sido pensada para *A Seara* quando de sua criação em meados de 1950: um periódico que desse cobertura a temas que não poderiam ser publicados no *Mensageiro da Paz* pelo seu caráter de informativo interno e teológico-doutrinário.

5.1.2) A ponte Rio-Niterói

A deixa para João Pereira de Andrade e Silva derramar suas palavras de elogio ao governo da “Revolução” veio já no mês de março de 1974, quando o presidente Emílio Garrastazu Médici inaugurou a ponte Presidente Costa e Silva, nome oficial que foi suplantado, no correr dos anos, pelo uso geral da referência ponte *Rio-Niterói*.

Essa grandiosa obra, que projetava sobre o mar a rodovia longitudinal litorânea BR 101, ligando a cidade do Rio de Janeiro a Niterói, formava com a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu (que seria inaugurada na década de 1980), e com a rodovia Transamazônica (que ficaria inconclusa), o trino de obras “faraônicas” iniciadas pelo governo Médici no Brasil do dito “milagre”; construções gigantescas que eram veiculadas pela mídia e

⁴⁸⁴Consulta realizada na coleção particular do autor desta tese.

pela propaganda oficial como inequívocos demonstrativos de que o país “gigante” havia despertado.⁴⁸⁵

A pesquisadora Sophia Beal, em seu livro *Brazil under construction*, analisou os discursos oficiais criados em torno das grandes obras públicas realizadas no Brasil no século XX e suas representações a partir de obras literárias, textos jornalísticos, peças de teatro, letras de música e filmes.⁴⁸⁶ A autora dedicou um capítulo específico às obras “faraônicas” do governo militar⁴⁸⁷ no qual deu atenção especial aos anos Médici pelas iniciativas de Itaipu, da Transamazônica e da ponte Rio-Niterói. Sobre esses três empreendimentos a autora afirmou:

Three massive public works initiatives—often suggestively referred to as obras faraônicas ‘Pharaonic structures’—were started during General-President Emílio Garrastazu Médici’s administration, which ran from 1969 to 1974: the Itaipu Dam (a joint initiative with Paraguay), the Transamazon Highway, and the Rio-Niterói Bridge. The Itaipu Dam was the world’s largest hydroelectric power station until the completion of the Three Gorges Dam in China in 2008. The Transamazon Highway was to continue due west from pre-existing northeastern highways to cross a vast stretch of the Amazon rainforest that previously had been unreachable by motor vehicle. The Highway would thus span Brazil from the Peruvian border to the Atlantic Ocean. The Rio-Niterói Bridge, connecting the two cities in its name, was the longest box girder bridge – a flat bridge with no towers – in the world when it was completed. All three of these public works appeared on Brazilian postage stamps during the dictatorship, a demonstration of official efforts to showcase this massive infrastructure.⁴⁸⁸

Como se vê, cada uma dessas obras, muito antes do aspecto infraestrutural propriamente dito, revestia-se de um valor simbólico para o governo Médici no seu esforço persuasivo de demonstrar um “grande” país em marcha para um futuro “triunfante”. Eram construções tocadas por um governo que não tinha tempo para ouvir os reclamos dos estudiosos que denunciavam impactos sociais e ambientais, sobretudo no caso de Itaipu e da Transamazônica; uma administração que estava disposta a submeter a condições degradantes

⁴⁸⁵NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 161.

⁴⁸⁶BEAL, Sophia. *Brazil under construction*. Fiction and public works. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

⁴⁸⁷Referimo-nos ao quinto capítulo intitulado “Fiction and Massive Public Works during the Brazilian Military Regime (1964-1985). BEAL, Sophia. op. cit., 2013. p. 99-120.

⁴⁸⁸BEAL, Sophia. op. cit., 2013. p.100.

de trabalho milhares de operários, muitos deles expostos, com a aquiescência das autoridades, a situações que colocavam em risco suas vidas.⁴⁸⁹

Por isso, as narrativas do governo para engrandecer esses “empreendimentos” eram espalhadas pelas campanhas publicitárias da AERP em variadas plataformas, como selos postais, jornais e revistas, emissoras de rádio e televisão. E a ponte Rio-Niterói foi um caso à parte na tríade dessas *mega* construções, pois era uma obra, que segundo Pedro Campos, tinha em vários de seus aspectos a marca do regime militar:

A ponte foi uma obra que trouxe em vários de seus aspectos a marca da ditadura: foi feita a toque de caixa, teve acusações de uso incorreto do dinheiro público, teve transição do consórcio construtor de maneira irregular, mortes e acidentes de operários, falta de planejamento esmiuçado, uso para efeito de propaganda do regime, prioridade dada ao transporte rodoviário, financiamento e dependência de agentes estrangeiros, edital direcionado, dentre outras polêmicas.⁴⁹⁰

Devido aos atrasos decorrentes da falta de planejamento e dos problemas com as empreiteiras, a conclusão da ponte foi apressada na fase final dos trabalhos para que a inauguração pudesse ser feita pelo presidente Médici alguns dias antes de passar o cargo para o general Ernesto Geisel. Em grande ato festivo, o presidente, no dia 04 de março de 1974, cercado por autoridades militares e civis, sob os aplausos do público que acompanhava a cerimônia, deu por inaugurada a ponte que ligava a cidade do Rio de Janeiro a Niterói, chamada na ocasião pelo então Ministro dos Transportes do governo Médici, Mario Andreazza, de “*monumento à Revolução de 1964*.”⁴⁹¹

⁴⁸⁹Sobre os trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Itaipu, ver: RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. 1.º ed. Cascavel: Edunioeste, 2002. (Coleção Thésis). SANTOS, Ana Paula dos. História oral e memória: uma abordagem acerca da construção da Hidrelétrica de Itaipu. *Patrimônio e Memória* (UNESP), v. 1, n.2, p. 3-16, 2005. Sobre os impactos sociais da barragem de Itaipu, ver: SANTOS, Ana Paula dos. *Lago de memórias: a submersão das Sete Quedas*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá. Maringá – PR, 2006. Uma análise abrangente sobre a atuação das empreiteiras e a situação dos trabalhadores nas grandes obras do governo militar, inclusive na Ponte Rio-Niterói, pode ser encontrada em: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. 2012. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012. Sobre impactos sociais da Transamazônica conferir os capítulos da obra coletiva: TORRES, Maurício (Org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. 1. ed. Brasília: CNPq, 2005.

⁴⁹⁰CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. 2012. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012. p. 442.

⁴⁹¹CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. op. cit., 2012.

O clima festivo ganhou eco nas páginas de *A Seara* por incitava do *diretor de publicações* João Pereira de Andrade e Silva que dedicou a capa da edição referente a março/abril de 1974 ao evento e fez questão de assinar um texto no qual a referência à inauguração da ponte Rio-Niterói foi entremeada de rasgados elogios, não só ao governo Médici, mas ao que ele chamou, em alusão à gestão dos generais-presidentes Castelo Branco e Costa e Silva, de “governos da revolução”.

De antemão, devemos observar alguns cuidados na edição desse número que têm relação direta com a experiência do então *diretor de publicação* quando da fundação de *A Seara* na década de 1950. São escolhas aparentemente desimportantes, mas que na realidade demonstram a preocupação de um homem conhecedor dos riscos a que se expunham os que ousavam tratar de assuntos políticos nas páginas dos impressos da CPAD sem a devida precaução.

Note-se, por exemplo, que um assunto de grande relevância, como a inauguração da ponte Rio-Niterói, não foi tratado em editorial, espaço destinado, via de regra, a conteúdos opináticos da redação da revista. Mesmo que o evento da inauguração estivesse estampado na capa, em uma foto panorâmica da grande construção (Imagem 13), o editorial da edição de março/abril de 1974, “*O caráter cristológico da pregação*”, cuidava de discutir a evangelização sob uma perspectiva eminentemente teológica.⁴⁹²

O texto de João Pereira de Andrade e Silva, por sua vez, foi apresentado no anverso da contracapa da revista, uma opção bastante simbólica por deixar o assunto da inauguração da ponte Rio-Niterói fora do corpo da revista. Parece não haver razão para duvidar de que essa não foi uma escolha casual, já que nessa disposição, todas as efusivas palavras do *diretor de publicação* estavam apenas à revista que, em seu núcleo, seguia garantindo a primazia dos assuntos de caráter evangelístico, doutrinário e teológico.

Podemos entender melhor o porquê dessa opção ao analisarmos a argumentação e o estilo adotados por João Pereira de Andrade e Silva em sua “ode” ao governo pelo feito da grande ponte:

Esses homens construíram a Ponte, quando muitos não acreditavam nela, dominaram uma nova tecnologia e concluíram a Obra do Século”. A nossa linha

⁴⁹²Dividido em três tópicos – “*O Caráter evangélico da pregação*”, “*O caráter antrológico [sic] da pregação*” e o “*Caráter eclesial da pregação*” – o editorial buscava dar fundamentação ao ato da pregação como sendo um dos mais importantes instrumentos de propagação do evangelho que se dirigia tanto ao homem (*indivíduo*) como à igreja (instituição). “O Caráter evangélico da pregação” (editorial). *A Seara*, nº 119. Março/abril de 1974. p. 02-03.

espiritual não nos impede que participemos da euforia do povo, desde que legítima e movida pelo patriotismo são. A Ponte Rio/Niterói serviria, somente ela, como testemunho perene, das realizações de um Governo que, não somente soube concluir, mas iniciar e terminar Obras, que o projetem no cenário político internacional. E nós, no dia a dia, na modéstia do nosso trabalho humilde e quase desconhecido, acompanhamos passo a passo, hora a hora, o desenrolar dos acontecimentos nacionais e, particularmente, a realização dessa obra ciclópica que o Governo do Presidente Médici pôde realizar para o povo Brasileiro. O terceiro Governo da Revolução termina inaugurando obras. Do Norte ao Sul do País, o Presidente Garrastazu Médici entregou ao povo brasileiro as obras que prometera. E a nação grata, e sobretudo, comovida, o abençoava pelos esforços despendidos. A nossa capa é uma homenagem ao Governo e àqueles que contribuíram com maior ou menor parcela, para que tantas obras se tornassem realidade. O Brasil marcha ufano. “Ninguém o pode deter”. Isso, apesar de percalços e de existência de muitos problemas que dependem de equações. A ordem e tranqüilidade mantidas, às vezes, com rigor nem sempre necessário – têm permitido chegar a um bom termo, obra de tão grande significação, como a Ponte Rio/Niterói.⁴⁹³

O conteúdo desse texto o torna uma peça estratégica no quebra-cabeça histórico de *A Seara* sobre o qual nos debruçamos neste estudo e isso não só pelo que nele há de explícito, que em si já é muito rico. Referimo-nos às mensagens guarnecidas nos interstícios de cada uma das linhas do texto assinado pelo *diretor de publicações* que, ao fazer uma homenagem à inauguração da ponte Rio-Niterói, deixou um sortido repertório de conotações indiretas que só pode ser decifrado se subsumido na trajetória da revista, ou seja, numa perspectiva histórica do próprio impresso.

⁴⁹³“Ponte Rio/Niterói” (Nossa Capa). *A Seara*, n° 119, março/abril de 1974 (contracapa).

REVISTA EVANGÉLICA ILUSTRADA

A Seara

No 119

MARÇO - ABRIL - 1974

CIRCULA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Neste número:

Sede agradecidos
Pág. 12

Santificação (VII)
Pág. 22

Mortos sepultando
mortos
Pág. 32

Imagem 13 – Capa do número 119 de A Seara: revista evangélica ilustrada.

É muito interessante o fato de um texto escrito em homenagem a uma obra governamental trazer em suas entrelinhas tantas evidências que revelam, involuntariamente, aspectos sobre os quais não há testemunhos diretos. São inquietudes, melindres e tensões inerentes ao fazer cotidiano da revista, mas que em uma instituição obcecada pela coesão identitária como a AD, jamais poderiam ser desnudados ao público. Quando nos confrontamos com essa realidade no labor de uma pesquisa histórica é que podemos compreender a dimensão das palavras do grande mestre Marc Bloch, quando ele afirmou em clássica obra:

(...) até nos testemunhos mais resolutamente voluntários, o que os textos nos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser o objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender, sem haver pretendido dizê-lo”.⁴⁹⁴

Naturalmente, a observação daquilo que não foi *explicitamente dito* em uma fonte exige, emprestando as palavras de Carlo Ginzburg, uma leitura “às avessas”⁴⁹⁵, atenta às “zonas privilegiadas”, aos “sinais” e aos “indícios”⁴⁹⁶. Daí a importância, igualmente, das considerações de E. P. Thompson sobre o papel do historiador no escrutínio das evidências históricas: “A evidência histórica existe, em sua forma primária, não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogada por mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta.”⁴⁹⁷

É com esse olhar de “desconfiança atenta” que temos, primeiramente, que analisar a defensiva do diretor quando afirmou que a “linha espiritual” da igreja não impedia que seus congregados compartilhassem da euforia do momento em que grandes obras estavam sendo inauguradas, desde que movidos pelo “patriotismo”. Longe de serem meros acessórios de retórica, esses dizeres de João Pereira de Andrade e Silva se adiantavam a possíveis críticos. Mas por que essa cautela de Andrade e Silva se Geziel Nunes Gomes e Alcebiades Pereira de

⁴⁹⁴BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 78.

⁴⁹⁵GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. Tradução Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 14.

⁴⁹⁶GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 177.

⁴⁹⁷THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria – ou um planetário de erros*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981. p. 38.

Vasconcelos, utilizando editoriais, como vimos neste capítulo, por diversas vezes mostraram-se solidários ao governo emprestando-lhe inequívoco apoio?

Essa questão abre caminho para duas respostas que são complementares na compreensão da atitude do *diretor de publicações*. A primeira está relacionada ao fato de o *diretor de publicações*, que estava no terceiro mês de seu retorno à CPAD, não querer levantar qualquer suspeita sobre um possível resgate daquela linha editorial que inviabilizou a permanência dele próprio e de seu amigo Joanyr de Oliveira à frente de *A Seara*. Ao consultarmos as decisões tomadas pela Convenção Geral das Assembleias de Deus realizada na cidade de Natal (RN), em 1973⁴⁹⁸, veremos que esse temor de Andrade e Silva não era desarrazoado; por decisão da maioria dos convencionais o escolhido para presidir o poderoso Conselho Administrativo da CPAD foi o pastor Túlio Barros Ferreira, exatamente aquele que havia sido responsável por debelar, na década de 1950, o projeto editorial elaborado pelos fundadores de *A Seara*.

A segunda resposta diz respeito ao estilo utilizado pelo diretor ao se referir às ações governamentais, muito diferente dos textos que faziam menção às autoridades ou ao quadro social e político do país publicados no período de Geziel Nunes Gomes e Alcebiades Pereira de Vasconcelos. Recordemos que Geziel e Alcebiades tentavam manter a todo custo, mesmo nas mais entusiásticas declarações em defesa do governo, um apoio cerimonioso, protocolar, lastreado nos projetos de “interesse nacional” e no mandamento bíblico de obediência às autoridades do país.

Se por um lado João Pereira de Andrade era dono de uma prosa pouco enxuta, não economizando nas construções empoladas no que queria expressar, por outro seu estilo era também mais espontâneo e voluntarioso quando comparado aos de Geziel Nunes Gomes e Alcebiades Vasconcelos. Em sua narrativa laudatória sobre a ponte recém-inaugurada, por exemplo, classificou-a como uma “obra ciclópica”, içando-a, inadvertidamente, à categoria de “obra do século”. Dando vazão aos discursos governamentais, afirmou que a grande armação de concreto, que ligava a cidade do Rio de Janeiro a Niterói, era um “testemunho perene” contra todos os discursos pessimistas que queriam desacreditar o governo da “Revolução”, pois simbolizava o sucesso de uma administração que iniciava e terminava obras de “projeção internacional”.

⁴⁹⁸ *Convenção Geral de 1973 (22 a 23 de janeiro)* In: *HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 427.

João Pereira de Andrade e Silva fez questão de mencionar a pessoa, que em sua visão, era o grande artífice desse Brasil que dava certo: o senhor “Presidente da República”. Esse é um pormenor que merece ser sublinhado, pois embora a figura do presidente já tivesse sido mencionada no período em que a revista estava sob a direção de Geziel Nunes Gomes e Alcebiades Pereira de Vasconcelos, a dupla herdeira de Emílio Conde sempre evitou referências nominais em suas manifestações, esperando, com isso, que a relação da igreja com o governo ficasse no plano *institucional*.

O *diretor de publicações* rompeu com essa lógica quando se referiu ao “Governo do Presidente Médici” e, em seguida, ao “Presidente Garrastazu Médici” a fim de elogiá-lo pelos resultados que sua administração colhia. E não ficou só nisso. No alto de sua euforia, João Pereira de Andrade e Silva tomou a liberdade de esboçar uma crítica ao que ele chamou de “*rigor nem sempre necessário*” do governo na busca pela manutenção da “ordem e da tranquilidade”.

Mesmo reconhecendo que o resultado dessa política tivesse dado bons resultados, o reparo sobre esse *desnecessário rigor* colocava o diretor em uma situação delicada, pelo menos sob dois aspectos. O primeiro e mais evidente é que esse tipo de manifestação, em plena vigência do AI-5, poderia desencadear alguma reação dos órgãos de controle do Estado autoritário; situação que certamente não seria tolerada pelo Conselho Administrativo da CPAD. Havia uma outra implicação, menos óbvia, por certo, mas tão ou mais problemática do que a possível insatisfação de algum órgão censor do governo. Recordemos que a equipe que dirigiu a redação de *A Seara* de janeiro de 1969 até janeiro de 1974, havia demonstrado simpatia e entusiasmo com as medidas efetivadas com severidade pelo Estado após o AI-5, tomando-as como ações necessárias e justificáveis para a garantia da “segurança” e da “soberania” da nação.

O recém-chegado diretor, que convivia com figuras remanescentes daquela equipe simpática às investidas do governo contra os “subversivos”, assumia uma postura polêmica diante de seus colegas, como é o caso de Geziel Nunes Gomes e do próprio diretor Altomires Sotero. A mensagem que João Pereira de Andrade e Silva deixava em rápida passagem de seu texto, ainda que de forma muito sutil, atingia em cheio uma opção editorial assumida pela redação da revista após a saída de Emílio Conde, na qual a ideia central era dar amplo e incondicional apoio a todas as determinações oficiais do Estado que viessem de encontro aos opositores do regime, mesmo as que lançavam mão da violência.

O choque de ideias fica bem evidente nesse ponto: para a equipe formada por Geziel Nunes Gomes e Alcebiades Pereira de Vasconcelos, a *rigorosa* manutenção da ordem foi algo

necessário e, por isso, merecedor de irrestrita aprovação – como demonstramos em editoriais analisados no capítulo anterior. Na ótica do novo diretor de publicações da CPAD, no entanto, ainda que sem dar maiores detalhes sobre seu ponto de vista, essa manutenção havia excedido em alguns momentos as reais necessidades.

Como afirmamos, à luz das palavras do historiador Marc Bloch, nossa intenção ao analisar o texto de João Pereira de Andrade e Silva, era de compreendê-lo não somente a partir daquilo que foi *expressamente* dito, mas também explorá-lo naqueles pontos nos quais o autor assume determinadas posições mesmo sem haver pretendido fazê-lo explicitamente. Dessa maneira, para além dos elementos específicos até aqui analisados, podemos dizer que, em sua íntegra, o texto do *diretor de publicações* foi muito além do objetivo de saudar a ponte inaugurada pelo governo Médici.

De permeio ao seu fraseado apologético, Andrade e Silva apresentou alguns indicativos programáticos que acenavam para mudanças. A começar pela cobertura de um evento como a inauguração da ponte Rio-Niterói, que mostrava uma disposição para o trato de fatos ligados ao universo político-administrativo do país. A maneira como esse evento foi apresentado prenunciava também um novo estilo, mais direto, podemos assim dizer, e mais livre de suscetibilidades como aquelas que impediam que o presidente fosse chamado pelo nome.

Essas mudanças eram importantes para que a revista não ficasse à margem do turbilhão de acontecimentos de um Brasil que parecia ter, enfim, encontrado um caminho sem volta para o desenvolvimento. Para o *diretor de publicações* da CPAD, sem qualquer prejuízo aos assuntos de interesse espiritual, *A Seara* não poderia deixar de reservar espaço para tratar daquilo que de “positivo” vinha acontecendo no país. Era preciso dar vazão às boas notícias, expor sem circunlóquios as qualidades do governo da “revolução” e declarar-lhe todo apoio. Essa disposição se explica pelo próprio entusiasmo que João Pereira de Andrade e Silva demonstrou em seu texto ao tomar emprestado o *slogan* da AERP “*Ninguém o pode deter*” para se referir ao Brasil naquele momento em que Médici se preparava para deixar o cargo.

5.1.3) A posse de Ernesto Geisel: o presidente “evangélico”

Esse novo modelo já se fez sentir na edição de maio/junho de 1974 de *A Seara* que trouxe um informe sobre a participação de um representante da CPAD na cerimônia de posse de Ernesto Geisel, realizada no dia 16 de março de 1974. Um informe sem espalhafatos, que ocupava apenas uma página, mas muito significativo porque essa era a primeira vez que um

texto dessa natureza aparecia nas páginas de *A Seara*, já que as cerimônias de posse de Castelo Branco, em 1964, de Costa e Silva, em 1967 e de Médici, em 1969, não mereceram nenhuma nota sequer de parte da revista *A Seara*. É por esse motivo que a posse de Geisel, seguindo a mesma lógica do texto sobre a inauguração da ponte Rio-Niterói, não foi abordada no editorial da revista, espaço que continuava reservado a temas estritamente teológicos, doutrinários e evangelísticos.

O informe foi assinado por João Frazão de Oliveira, justamente porque ele havia sido o escolhido pelo diretor geral da CPAD, Altomires Sotero da Cunha, para representá-lo no evento em que se daria a transferência de poder. Sobre Frazão não encontramos informações que pudessem nos ajudar a entender os motivos de sua escolha por Altomires. Não sabemos se tinha algum grau de parentesco com o diretor, ou alguma ligação profissional ou institucional com a CPAD, ou mesmo qual era sua gradação na hierarquia da AD. O fato é que ele atendeu ao pedido e, procedente de Natal (RN), se dirigiu a Brasília, sendo hospedado na capital federal pelo Senador potiguar Luís de Barros, um político filiado ao partido que dava sustentação ao regime militar, a Aliança Renovadora Nacional (Arena).⁴⁹⁹

Aspecto que não se pode deixar de mencionar é que o texto de Frazão sobre a solenidade que movimentara Brasília veio acompanhado de alguns registros fotográficos; na parte inferior da página, podia-se ver o general Emílio Garrastazu Médici em seu último pronunciamento como presidente; acima da página, já portando a faixa presidencial, estava o general Ernesto Geisel e, em maior destaque, o novo presidente ladeado por sua esposa e por sua filha (Imagem 14). Isto era também algo sem precedentes em *A Seara* que já havia, tanto nos anos de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira, como nos posteriores, publicado fotos de parlamentares e ex-governadores, mas nunca havia publicado nenhuma foto ou qualquer imagem de um ocupante do cargo de Presidente da República.

⁴⁹⁹Luís de Gonzaga Barros (verbete). ABREU, Alzira Alves de. (et al.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 560-561.

Presidente Ernesto Geisel

Procedente de Natal estive na CPAD, destinando-me a Brasília com o fim especial de assistir a posse do Presidente Ernesto Geisel, no dia 16 de março de 1974, e incumbido pelo Diretor Geral da Casa Publicadora das Assembléias de Deus, Evangelista Altomires Sotero da Cunha, de representá-lo naquela solenidade, assim o fiz com muita satisfação. Na Capital da República fui hóspede do Senador Luís de Barros e Dona Hélia de Barros, de quem recebi uma maravilhosa acolhida.

A posse do Presidente foi uma das mais belas já realizadas no Brasil, haja vista a recepção do Itamarati, que teve presentes cinco mil convidados de todo o Brasil e de diversas nações.

Nesta oportunidade nós os evangélicos temos muito prazer de termos à frente de nossa nação um Presidente evangélico. As Assembléias de Deus no Brasil estarão ajudando-o em orações, para que Deus o abençoe na liderança deste grande país.

Em Brasília o Senador Luís de Barros e sua esposa ofereceram um banquete em seu apartamento a diversos amigos do Rio G. do Norte, no qual tive a honra de participar, e ainda mais a oportunidade de dar uma palavra de saudação aos norte-riograndenses que ali se encontravam: Governador Cortez Pereira, Prefeito Jorge Ivan, Senador Gessé Freire e outros nomes ilustres.

Regressando de Brasília, acompanhando o Senador Luís de Barros e Coronel Floriano Lopes Rubi, vim representar, muito honrado, o Senador Rui Carneiro, na homena-

REPRESENTANTE DA CPAD NA POSSE DO PRESIDENTE GEISEL

O Presidente Geisel, sua esposa e filha

gem que foi prestada ao Senador Gessé Freire, que recebeu o título de cidadão guanabarrino. Em visita à CPAD estive em contato com seu Diretor Geral, Rev. Altomires Sotero da Cunha, amigo a quem

agradeço a boa acolhida.

O que é mais importante salientar aqui é a participação dos evangélicos na alta roda administrativa do nosso país.

João Frazão de Oliveira

O Presidente Médici na tribuna presidencial pela última vez

Mesmo que o informe tivesse como objetivo principal dar destaque ao convite e à presença do representante da CPAD na posse do novo presidente e não propriamente à solenidade em si, Frazão não deixou de apresentar suas impressões sobre o evento, muito menos de mostrar sua euforia em relação ao novo mandatário do país:

Procedente de Natal estive na CPAD, destinando-me a Brasília com o fim especial de assistir a posse do Presidente Ernesto Geisel, no dia 16 de março de 1974, e incumbido pelo Diretor Geral da Casa Publicadora das Assembléias de Deus, Evangelista Altomires Sotero da Cunha, de representá-lo naquela solenidade, assim o fiz com muita satisfação. Na capital da República fui hóspede do Senador Luís de Barros e Dona Hélia de Barros, de quem recebi uma maravilhosa acolhida. A posse do Presidente foi uma das mais belas já realizadas no Brasil, haja vista a recepção do Itamarati, que teve presentes cinco mil convidados de todo o Brasil e de diversas nações. Nesta oportunidade nós os evangélicos temos muito prazer de termos à frente de nossa nação um Presidente evangélico. As Assembléias de Deus no Brasil estarão ajudando-o em orações, para que Deus o abençoe na liderança deste grande país.⁵⁰⁰

Ernesto Geisel, além de ser um substituto que representava a continuidade de um regime de governo visto com bons olhos pela liderança da AD, devido à sua formação luterana, era o primeiro evangélico a ocupar a Presidência da República desde o presbiteriano João Café Filho⁵⁰¹. Esse traço de sua biografia foi superdimensionado à época por toda a comunidade evangélica do Brasil, embora fosse de amplo conhecimento o fato de Geisel não ser um fervoroso luterano, mas sim filho de um convicto seguidor do luteranismo.⁵⁰²

Como não poderia deixar de ser, João Frazão de Oliveira destacou a ligação do novo presidente com a fé evangélica, mas optou por não dar detalhes sobre a instituição a qual ele era filiado. De todo modo, a despeito de suas preferências religiosas, o mais importante era que Ernesto Geisel, no essencial, chegava para dar continuidade ao governo da “revolução” e, seguindo a nova lógica do diretor de publicações, *A Seara* não poderia deixar de manifestar o apoio dos “assembleianos” à nova administração que haveria de manter o Brasil no mesmo patamar de “segurança” e no mesmo ritmo de crescimento dos anos Médici.

⁵⁰⁰“Representante da CPAD na posse do Presidente Geisel”. *A Seara*, n° 120, maio/junho de 1974. p. 19.

⁵⁰¹João Café Filho, membro da Primeira Igreja Presbiteriana de Natal (RN), foi o vice na chapa encabeçada por Getúlio graças ao acordo feito pelo PTB com o PTN paulista de Ademar de Barros. Com o desfecho trágico do suicídio de Vargas, em agosto de 1954, Café Filho assumiu a Presidência, permanecendo no cargo até novembro de 1955.

⁵⁰²SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 315.

No entanto, o governo de Ernesto Geisel se deu em circunstâncias bem diferentes daquelas do período Médici tanto no plano social, como no político e no econômico. Conforme Thomas Skidmore⁵⁰³, ao assumir o poder, Geisel e seus colaboradores tinham quatro metas principais a serem perseguidas:

1) garantir um sólido apoio de membros do alto oficialato das três armas que suspeitavam do plano do novo governo para abertura política;

2) dar continuidade às ações de combate aos “subversivos”, movimento estratégico que deveria impedir que o governo fosse surpreendido por qualquer atitude de enfrentamento de grupos armados e mostrar que a administração Geisel não era condescendente com a “esquerda”;

3) encontrar meios “seguros” e “negociados” de abertura política – mesmo que a ideia de “redemocratização”, fortemente marcada pelo pensamento do General Golbery do Couto e Silva, fosse uma grande incógnita para os opositores do regime;

4) por fim, a quarta e muito importante meta era manter o crescimento econômico do país por ser esta variável uma pilastra-mestra de sustentação da legitimidade do governo perante à população.

E exatamente nessa última meta residia o maior desafio de Geisel e sua equipe. O governo até começou demonstrando-se otimista, o Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), projetava taxas de crescimento de 10% ao ano, ainda que o próprio presidente, ao apresentar o Plano em setembro de 1974, tivesse afirmado que “*não havia motivo para exagerado otimismo*”.⁵⁰⁴

Esse relativo otimismo tinha razão de ser, pois os efeitos da política de crescimento a todo custo do governo Médici não demorariam a se manifestar, colocando o país no epicentro de uma gravíssima crise econômica que atingiu em cheio a confiança castrista tão irradiada nos anos do propalado “milagre econômico”. O país estava imerso em uma crise impulsionada por fatores internos e externos e que se aprofundou rapidamente, fazendo do ano de 1974, uma baliza histórica do fim desse ciclo de euforia.

Assim, aquele Brasil “gigante” e “*que ninguém poderia deter*”, criado pela AERP, preso às amarras incontornáveis e indisfarçáveis da aritmética, se apequenou. Não havia propaganda que desse jeito de esconder a dura realidade: o país estava quebrado! E quebrado

⁵⁰³SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 319-321.

⁵⁰⁴SKIDMORE, Thomas. op. cit., 1988. p. 347-350.

devido a toda uma engenharia macroeconômica, de viés modernizante-conservador, tocada à força, como destacou o historiador Gilvan Dockhorn⁵⁰⁵, por um governo autoritário que substituiu o consenso pela coerção na implementação de políticas equivocadas, dentre as quais pode-se destacar:

- a) plena abertura ao capital estrangeiro;
- b) elevada exploração da mão de obra por meio de políticas de controle salarial;
- c) um grande volume de recursos disponíveis para investimento – especialmente os oriundos do capital estrangeiro, atraídos pela possibilidade de exploração de mão de obra barata – que se chocava com um mercado interno reduzido devido ao baixo poder de compra da maior parte dos trabalhadores;
- d) aprofundamento das desigualdades sociais em decorrência da concentração dos dividendos do crescimento econômico nas mãos de uma pequena parcela da população.

O resultado dessas escolhas não poderiam ter sido piores, para frustração geral do governo e de sua cúpula da área econômica. Com a contínua ampliação do consumo estatal sem a garantia de fontes de arrecadação, houve uma desordenada emissão de dinheiro e de títulos da dívida pública, cujos efeitos se fizeram sentir nas galopantes taxas de inflação; e as novas fronteiras agrícolas tecnificadas, que deveriam ser grandes geradoras de divisas, logo mostraram suas limitações, pois além de se utilizar de pouca mão de obra, não tiveram o poder de expansão que era esperado.⁵⁰⁶

Vendo-se nesse quadro econômico, o governo militar e seus burocratas, no esforço desesperado de manter aquecida a demanda interna do país, optou por uma solução emergencial atabalhoada, injetar recursos por meio de créditos que eram carreados aos setores médios e altos da população, o que apertou ainda mais o torniquete inflacionário do país:

Ao final do governo Médici [em 1974], a situação estava explícita: o Brasil acumulava uma dívida externa bruta de mais de US\$ 17 bilhões (em 1964 esta se encontrava em pouco mais de US\$ 3 bilhões), a inflação (que em 1960 estava na casa de 26,3%) em 1974 atingiu 31,5% e alcançou 110,2% em 1980.⁵⁰⁷

⁵⁰⁵DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964 – 1974)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 196.

⁵⁰⁶DOCKHORN, Gilvan Veiga. op. cit., 2002. p. 194-195.

⁵⁰⁷DOCKHORN, Gilvan Veiga. op. cit., 2002. p. 195. Sobre a taxa de inflação de 31,5% do ano 1974, mencionada por Gilvan Dockhorn, devemos destacar uma pequena incongruência com os dados do IBGE colhidos pelo pesquisador Marcos Napolitano que dão conta de uma inflação de 34,5% para o ano de 1974. Ver: NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 172.

Esse cenário nacional, que era por si só uma bomba-relógio, foi agravado pelas instabilidades internacionais advindas da guerra do *Yom Kipur* (invasão do território israelense pela Síria e Egito em 1973) que triplicou o preço do barril do petróleo devido às ações de retaliação coordenadas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)⁵⁰⁸. Os efeitos desse aumento em um país como o Brasil, que trazia dos mercados internacionais algo em torno de 80% do petróleo que necessitava, se fizeram sentir rapidamente, sobretudo no quadro inflacionário da economia.

Tão disposto a dar visibilidade aos “grandes” feitos do governo, João Pereira de Andrade e Silva não esperava, por certo, que o Brasil do “milagre”, das grandes obras, do desenvolvimento certo e seguro, por ele enaltecido em março de 1974, estivesse em meio a uma profunda crise capaz de esfarelar todo o discurso ufanista promovido pelo governo.

Com a economia depauperada, não havia mais o que ser elogiado, pelo menos não com a ênfase que o *diretor de publicações* costumava fazê-lo. Mesmo que a taxa de crescimento do país tivesse se mantido em consideráveis 9,5%, em 1974, o quadro inflacionário da economia atingia a todos e erodia o otimismo cuidadosamente construído pelos órgãos de publicidade do Estado autoritário. Afora essas circunstâncias desfavoráveis, a própria personalidade do novo presidente, considerado um homem muito reservado e formal, não dava azo para o modelo edulcorado de publicidade da AERP, que ele próprio desativou por considerar uma assessoria geradora de “*gastos supérfluo [e] característica dos governos totalitários.*”⁵⁰⁹

Nesse caso, uma indagação é obrigatória: como se portou a revista nesses tempos de declínio econômico tão acentuado que trazia incertezas ao cenário político nacional? Um levantamento realizado nos números de *A Seara* que se seguiram aos meses de maio/junho de 1974, demonstra uma guinada editorial da revista, pelo menos até fevereiro de 1977. Nesse período relativamente longo *A Seara* voltou a fechar seu universo temático, bem à semelhança

⁵⁰⁸CYSNE, Rubens Penha. A economia brasileira no período militar. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. (Org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994. p. 250.

⁵⁰⁹Assessoria Especial de Relações Públicas (verbete). ABREU, Alzira Alves de. PAULA, Christiane Jalles de. *Dicionário histórico-biográfico da propaganda no Brasil*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 30-31. Segundo informações desse mesmo dicionário, Geisel implantou em 1975, em substituição a AERP, a Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (AIRP) que deveria coordenar e orientar a comunicação social do governo. Em 1976, a AIRP foi desmembrada em Assessoria de Imprensa e Assessoria de Relações Públicas (ARP), ambas afastadas do modelo de propaganda ostensiva praticada pela AERP na gestão de Médici.

da fase de comando de Emílio Conde, nos clássicos assuntos teológicos, doutrinários, evangelísticos.

Esse reordenamento foi necessário para enquadrar o periódico à nova lógica governamental e ao próprio cenário político e social do país. Por isso mesmo, aquele João Pereira de Andrade e Silva, que se mostrava disposto a extravasar todo o seu entusiasmo com a direção política do Brasil, aturdido pela velocidade dos acontecimentos que punham por terra a confiança ostentada em seu texto sobre a ponte Rio-Niterói e cauteloso pela composição do Conselho Administrativo da CPAD liderado por Túlio Barros Ferreira, teve de se submeter, obsequiosamente, a um cauteloso silêncio.

Um olhar panorâmico sobre os números posteriores aos meses de julho/agosto de 1974, demonstra de forma mais clara o que representou esse frêmito de resguardo da redação de *A Seara*: de agosto a dezembro de 1974, de janeiro a dezembro de 1975, de janeiro a dezembro de 1976, a revista não publicou nenhum texto sequer com referência direta ao governo, à figura institucional do presidente, ou mesmo à conjuntura social e política do país, lógica que se fez presente, inclusive, no único artigo de caráter cívico-patriótico publicado nesse interregno, para sermos mais exatos, na edição número 138, de setembro de 1976.

O mencionado artigo, *O grito da independência e o eco da vida eterna*, de autoria de Geziel Nunes Gomes, foi pensado exatamente para comemorar a passagem do aniversário da independência do Brasil e, como essa data cívica havia passado em branco na revista em 1974 e 1975, a publicação da homenagem de Geziel encerrava dois anos de completo distanciamento de *A Seara* das festividades do 07 de Setembro.

Com o seu estilo empolado de escrita, que originou frases do tipo “*O doce canto da tranqüilidade de quem cumpre sua missão se alia ao fervor cívico dos que desejam ajudar os menos favorecidos. E nesse jornada de liberdade com grandeza, tremeluz a cintilante estrela da humildade com ternura*”⁵¹⁰, o editor de *A Seara* era muito menos assertivo em seus textos quando comparado a João Pereira de Andrade e Silva, que mesmo sendo dado a floreios, costumava ser mais direto na mensagem que queria passar.

É por esse motivo que o artigo de Geziel Nunes Gomes ganhou as páginas de *A seara* nesse momento em que a revista buscava se manter fechada no “sagrado”, dada a configuração social e política de incertezas. Sua maneira de tocar no assunto da

⁵¹⁰“O grito da independência e o eco da vida eterna”. *A Seara*, nº 138, setembro de 1976. p. 32.

Independência garantia a distância necessária do universo político-administrativo tão fundamental naquele momento. É o que se pode conferir no trecho abaixo:

Fogos de artifício, discursos célebres, bandeiras tremulando, desfiles garbosos, estudantes redigindo, o verde-amarelo em projeção. É a grande confraternização cívica que enche de emoções os brasileiros. Vínculos de mais dinâmica e profunda brasilidade que unem as famílias todas desta grande e soberana nação. No mês em que se comemora – outra vez – a Semana Especial de nossa Pátria, esta Revista deseja estender também a sua palavra de esperança e fé nos destinos desta Nação, uma nação que Deus escolheu para uma posição de destaque no concerto dos povos, nesta época escatológica. Saudamos a Pátria que se ergue num ímpeto de desenvolvimento e progresso, impulsionadas pelas alavancas preciosas da bênção e da graça de Deus. Saudamos as Autoridades que se esforçam por imprimir rumos sábios e serenos a um povo pacifista e trabalhador, que não se cansa de lutar por dias mais felizes, que não cessa de trabalhar por uma paz mais duradoura. Livres de há muito da escravidão, comemoram permanentemente a liberdade. E nessa comemoração dilata-se a alma generosa dos filhos desta “mãe gentil” que abraça os povos todos com um carinho original. O doce canto da tranquilidade de quem cumpre sua missão se alia ao fervor cívico dos que desejam ajudar os menos favorecidos. E nesse jornada de liberdade com grandeza, tremeluz a cintilante estrela da humildade com ternura. Saudamos a Pátria que estende o seio ubérrimo e fecundo aos ministros do Bem e da Verdade, que semeiam em suas plagas quase virgens a semente sacratíssima do Evangelho, única resposta definitiva, aos clamores de uma época conturbada e aflita.⁵¹¹

Em vez de se reportar diretamente ao governo ou ao presidente da República nominalmente, Geziel Nunes Gomes preferiu falar genericamente em “autoridades”. Evitou também arroubos elogiosos, reservando-se, tão somente, a saudar os esforços das “autoridades” que, no seu entender, tentavam encontrar o melhor rumo para o país. Quando se referiu ao “desenvolvimento” e ao “progresso”, elementos-chave na política do Estado autoritário brasileiro, imputou-os ao impulso das “*alavancas preciosas da bênção e da graça de Deus*” e não ao acerto de políticas governamentais específicas.

O grande mote do editor foi, na verdade, destacar a “liberdade” religiosa garantida pelas “autoridades” no Brasil, um enfoque que nada tinha de inédito, visto que essa dita liberdade foi recorrentemente mencionada nos editoriais de apoio ao governo Médici veiculados em *A Seara* quando Geziel Gomes dividia as atribuições da revista com Alcebiades Pereira de Vasconcelos.

Já o *diretor de publicações* João Pereira de Andrade e Silva, desde o seu texto sobre a ponte Rio-Niterói de março de 1974, limitou sua participação em *A Seara* aos assuntos de natureza teológica, doutrinária e evangelística. Não que sua influência na redação da revista

⁵¹¹“O grito da independência e o eco da vida eterna”. *A Seara*, nº 138, setembro de 1976. p. 32.

estivesse comprometida, pelo contrário, ele continuava tendo efetiva atuação, como demonstram os editoriais por ele assinados entre os números 121 (julho/agosto de 1974) e 142 (janeiro de 1977) de *A Seara*.⁵¹² Mesmo com esse volume de textos, sobre o presidente Geisel, sobre a economia e a política no país, sobre a administração pública em seus vários aspectos, nenhuma palavra de João Pereira de Andrade e Silva.

5.2) O retorno de Joanyr de Oliveira à redação de *A Seara*: a relação igreja/política em tempos de incertezas

No mês de janeiro de 1977, um reordenamento aprovado na Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), realizada na cidade de Recife (PE), mexeu profundamente com a hierarquia da CPAD e lançou ao topo do comando da editora o pastor João Pereira de Andrade e Silva, isto porque Altomires Sotero da Cunha, que era desde 1965 o diretor executivo da Casa, pediu, em plenário, demissão do cargo e o escolhido para substituí-lo foi o então *diretor de publicações* Andrade e Silva.⁵¹³ Nessa mesma Convenção Geral, marcada pela renúncia de Sotero da Cunha, foi aprovado o novo Conselho

⁵¹²“Levantai os vossos olhos” (editorial). *A Seara*, n° 121, julho/agosto de 1974. p. 02-03. “Comamos e bebamos” (editorial). *A Seara*, n° 122, setembro/outubro de 1974. p. 02-03. “Seríamos os mais infelizes de todos os homens” (editorial). *A Seara*, n° 123, novembro/dezembro de 1974. p. 02-03. “Jesus Cristo, o Cordeiro de Deus” (editorial). *A Seara*, n° 124, janeiro/fevereiro de 1975. p. 02-03. “E os que a muitos ensinam a justiça refulgirão como as estrelas sempre eternamente” (editorial). *A Seara*, n° 125, março/abril de 1975. p. 02-03. “Absalão, um moço sem temor” (editorial). *A Seara*, n° 127, julho/agosto de 1975. p. 02-03. “O milagre não depende de explicação ou comprovação da ciência” (editorial). *A Seara*, n° 128, setembro/outubro de 1975. p. 02-03. “E a vida voltou aos homens” (editorial). *A Seara*, n° 129, novembro/dezembro de 1975. p. 02-03. “Salve, 1976!” (editorial). *A Seara*, n° 130, janeiro de 1976. p. 02-03. “José, o moço temente a Deus” (editorial). *A Seara*, n° 131, fevereiro de 1976. p. 02-03. “Cuidado com Simeí” (editorial). *A Seara*, n° 132, março de 1976. p. 02-03. “Jesus Cristo, o maior dos líderes” (editorial). *A Seara*, n° 133, abril de 1976. p. 02-03. “Timóteo, o jovem ministro” (editorial). *A Seara*, n° 134, maio de 1976. p. 02-03. “Jesus Cristo, o grande mestre, determinou: portanto, ide, ensinai” (editorial). *A Seara*, n° 135, junho de 1976. p. 02-03. “Chorem os sacerdotes, ministros do senhor” (editorial). *A Seara*, n° 136, julho de 1976. p. 02-03. “General Calebe, exemplo de fidelidade a Deus e ao ministério” (editorial). *A Seara*, n° 137, agosto de 1976. p. 02-03. “Não ligarás a boca ao boi que debulha” (editorial). *A Seara*, n° 139, outubro de 1976. p. 02-03. “A geração que não conhecia o senhor” (editorial). *A Seara*, n° 140, novembro de 1976. p. 02-03. “Natal de Jesus, epopéia divina” (editorial). *A Seara*, n° 141, dezembro de 1976. p. 02-03. “Ano novo, novas esperanças” (editorial). *A Seara*, n° 142, janeiro de 1977. p. 02-03

⁵¹³*Convenção Geral de 1977 (17 a 21 de janeiro)* In: *HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 450-451. Não há informações sobre o que motivou o pedido de demissão de Altomires Sotero da Cunha, a hipótese mais provável, contudo, é que ele, como empresário bem sucedido que era, tenha se desligado para atender seus empreendimentos empresariais e não por motivo de algum conflito no interior da CPAD, até mesmo porque sua gestão foi sempre muito elogiada pelo fortalecimento técnico e comercial da editora.

Administrativo da editora, com destaque para a saída de Tulio Barros Ferreira e o ingresso de Alcebiades Pereira de Vasconcelos e Joanyr de Oliveira.⁵¹⁴

Assim, passados quase vinte anos de sua conturbada saída da CPAD, em outubro de 1957, o agora experiente pastor João Pereira de Andrade e Silva tinha novamente em suas mãos o controle da poderosa casa publicadora assembleiana e sua chegada a esse importante posto de mando revelaria que nessas duas décadas ele havia mantido os laços de amizade com Joanyr de Oliveira.

Como se estivesse afoito para reparar algo que ele considerava uma injustiça histórica, como se estivesse dando uma reposta que por anos ansiava dar, como que em um ato de desforra, ele imediatamente convidou o amigo Joanyr para ocupar precisamente o cargo de diretor de *A Seara*. Essa reconfiguração só não foi o bastante para tirar do cargo de redator o pastor Geziel Nunes Gomes, um elemento muito ligado à tradição do grupo que afastara os fundadores da revista em fins dos anos 1950 e que seguiria nesse cargo estratégico até julho de 1978.

5.2.1) “Temei a Deus, honrai ao Rei”: João Pereira de Andrade e Silva e o apoio ao governo Geisel

Gozando das prerrogativas de seu novo posto, João Pereira de Andrade e Silva, já em fevereiro de 1977, se sentiu à vontade para assinar um editorial com sugestivo título *Amai a fraternidade, temei a Deus, honrai ao Rei*⁵¹⁵ em que assumia uma escancarada posição de defesa do governo Geisel. Antes de analisarmos o conteúdo do editorial, temos que procurar entender qual a lógica dessa investida de João Pereira de Andrade e Silva depois de quase três anos de resguardo. Duas circunstâncias são centrais na compreensão dessa importante interrogação preliminar.

A primeira circunstância que explica esse ânimo de Andrade e Silva em se posicionar de forma tão franca em favor do governo depois da quarentena de silenciamento é que agora ele ocupava um cargo que lhe dava maior poder decisório sobre o que poderia ou não ser

⁵¹⁴Foram eleitos para o Conselho Administrativo os pastores: Alcebiades Pereira Vasconcelos, Raimundo Anselmo Borges, Luiz Bezerra da Costa, Estevam Ângelo de Souza, Alípio da Silva, José Wellington Bezerra da Costa, Joanyr de Oliveira, Sebastião Rodrigues de Souza, José Pimentel de Carvalho e Liosés Domiciano. *HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 451.

⁵¹⁵“Amai a fraternidade, temei a Deus, honrai ao Rei” (editorial). *A Seara*, n° 143, fevereiro de 1977. p. 02-03.

publicado, além do fato de a revista ter como diretor o seu amigo Joanyr de Oliveira que não haveria de levantar qualquer barreira a esta sua iniciativa.

Essa nova configuração nos leva a ver que João Pereira de Andrade e Silva, ao emprestar seu apoio ao governo em letras garrafais, não era mais o *diretor de publicações*, mas sim o *diretor executivo* da CPAD, e a revista que abrigava seu texto estava sob a direção do seu antigo companheiro de redação Joanyr de Oliveira, que também era membro do Conselho Administrativo da CPAD. Esse novo quadro fazia toda diferença e é central na compreensão dos motivos que possibilitaram o retorno desse tipo de assunto ao editorial de *A Seara*, um gesto muito significativo, reitere-se, considerando-se que João Pereira de Andrade e Silva, em todo período que atuou como *diretor de publicações* (janeiro de 1974 a janeiro de 1977), não se utilizou desse espaço privilegiado de opinião para tratar de temas que remetessem à política.

E é aí que entra a segunda circunstância que nos ajuda a entender a publicação, aparentemente temporã, desse editorial pró-governo. Em 29 de dezembro de 1976, o presidente Ernesto Geisel fez um pronunciamento em rede nacional de televisão, um discurso histórico feito no ápice de uma profunda crise que assolava o país, por meio do qual Geisel buscou fazer um balanço do “legado” do governo “revolucionário” e esclarecer os motivos das dificuldades enfrentadas pelo país na área econômica. O editorial de João Pereira de Andrade e Silva dialogava diretamente com esse pronunciamento.

Dos tempos de fundação de *A Seara*, João Pereira de Andrade e Silva havia preservado o hábito, pouco comum na imprensa em geral, de assinar editoriais, uma atitude que dava um caráter mais pessoal às ideias que estavam sendo expressas em um lugar tradicionalmente reservado à visão do grupo responsável pelo periódico. É certo que essa atitude, ainda que muito importante no direcionamento de futuras críticas e/ou elogios, não minimizava sua responsabilidade pelas palavras ali posta, pois assinado ou não, o editorial era um espaço, por excelência, institucional e ele, como diretor da CPAD, era voz autorizada da editora. Nessa circunstância, sua opinião representava sempre o ponto de vista do “diretor” e não do “pastor” Andrade e Silva. Essas eram implicações incontornáveis de seu cargo.

Mesmo ciente do peso institucional de suas palavras, o diretor interrompeu os anos de silenciamento em um editorial no qual, de forma bastante detalhada, ele pode aprofundar pontos de vista tratados ligeiramente em outros textos como o do dia nacional da bandeira⁵¹⁶ e

⁵¹⁶“19 de novembro – Bandeira do Brasil” (editorial). *A Seara*, nº 116, novembro de 1973.

o de saudação às autoridades pela construção da ponte Rio-Niterói.⁵¹⁷ Aproveitando-se do maior espaço que dispunha para organizar sua argumentação João Pereira de Andrade e Silva dividiu o editorial em três tópicos: *Honrai ao Rei, Vivemos tempos de contestações, O Brasil pode vencer todas as dificuldades*. Seguiremos essa tripartição para analisarmos a argumentação do diretor.

Como o ponto de partida era o versículo *Amai a fraternidade, temei a Deus, honrai ao Rei*⁵¹⁸, o diretor teve o cuidado de esclarecer o significado do amor à fraternidade (os membros da igreja) e reforçar a importância do amor a Deus (isto é, seguir os seus mandamentos). Não obstante, o que mais interessava no editorial era o último componente do versículo, por isso João Pereira de Andrade e Silva reservou-lhe um tópico específico, sobre o qual discorreu com as seguintes explicações:

Honrai ao rei

O ex-pescador do mar de Tiberíades, agora pescador de homens, concluiu em sua exortação à cristandade, dizendo: “Honrai o rei”. Expressão em desuso em nossos tempos, quando os reis são tão poucos. E a maioria deles reina mas não governa. Neste particular, temos como exemplo a rainha daquela nação que foi até o início da segunda guerra mundial, o maior império dos últimos séculos – a orgulhosa Albion. Por isso, nesta geração, poucos entendem o sentido da palavra de S. Pedro. Mas sua recomendação se reveste de grande importância, porque todos os verdadeiros cristãos devem “honrar” aqueles que governam investidos de poder, porque S. Paulo diz: “a quem honra, honra; a quem tributo, tributo”. Este ensino de S. Paulo pode parecer desarrazoado, ou um adesismo, ou acomodações interesseiras. A verdade, porém, é que acima das opiniões pessoais, o cristão deve se conservar dentro dos conceitos expressos pela palavra de Deus, a Bíblia Sagrada, porque o mesmo S. Paulo, na sua epístola ao Romanos, ensina: “toda alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades (governos) que há foram ordenados por Deus. Por isso, quem resiste à potestade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. Porque ela (o governo constituído) é ministro de Deus para teu bem. Mas se fizeres o mal, teme, pois não traz de balde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o mal”. Repetimos que o cristão cujo caráter cristão é plasmado nos princípios cristalinos, exarados nas esplendorosas páginas das santas Escrituras, não deve obstaculizar de nenhuma forma, as diretrizes daqueles que exercem o poder. E mesmo contrariando o “velho eu”, deve apoiar as autoridades constituídas, com suas orações, conforme o ensino que citamos. São Pedro, por isso, tinha (e tem) razão, ao afirmar: “honrai ao rei.”⁵¹⁹

⁵¹⁷Ponte Rio/Niterói (Nossa Capa). *A Seara*, n° 119, março/abril de 1974 (contracapa).

⁵¹⁸BÍBLIA. N. T. I Pedro, 2, 17. In: BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

⁵¹⁹“Amai a fraternidade, temei a Deus, honrai ao Rei” (editorial). *A Seara*, n° 143, fevereiro de 1977. p. 02-03.

O trecho acima revela a preocupação do agora diretor da CPAD em demonstrar a atualidade das palavras de São Pedro, em sua primeira epístola, sobre o sentido de dar honra ao “rei”. Sua estratégia era demonstrar que a referência bíblica à figura do “rei” não deveria ser ignorada simplesmente pelo fato de não haver um modelo de governança monárquica no país. A designação “rei”, em sua interpretação, estendia-se a todos os que estivessem “*investidos de poder*”, independentemente do modelo político ou da nomenclatura adotados. De forma ainda mais clara, a palavra “rei” poderia ser substituída no trecho bíblico, sem nenhum prejuízo, pela palavra “governo”, ao que podia-se chegar, então, a forma atualizada do mandamento: honrai ao governo!

Com isso, investido da autoridade que lhe dava as “Santas Escrituras”, Andrade e Silva chamava a atenção para a precedência daquele mandamento bíblico sobre quaisquer opiniões pessoais que podiam ter os leitores a respeito do governo. Não era o caso, inclusive, de discutir se essa postura poderia ou não ser vista como um “adesismo” ou “acomodação interesseira”.

O que se tinha aí era um princípio bíblico que deveria ser observado por todo o cristão que realmente quisesse manter sua vida nos preceitos da “Palavra de Deus”, ou seja, a subserviência ao governo não era um conselho a ser acatado ou não; tratava-se de uma regra que, se infringida, representava um claro ato de pecado. Na construção dessa argumentação ajudou-o um excerto da epístola de São Paulo aos Romanos que trata da sujeição “às potestades superiores”. Utilizando-se dos ensinamentos do apóstolo Paulo, o diretor reforçou a ideia de que as potestades (os governos) eram “ordenados” por Deus e, seguindo essa lógica, afirmou que todo ato de insubordinação contra os governantes era também uma atitude frontal de rebeldia ao próprio “Criador”; e não só. Ainda lastreado nas recomendações paulinas, João Pereira de Andrade e Silva fez questão de ressaltar que as autoridades, como ministros de Deus, eram “vingadores” e que, portanto, os transgressores das leis estavam sujeitos a punições severas.

Todo esse aconselhamento, com forte verniz de ameaça, vindo de alguém que havia reclamado “de um rigor nem sempre necessário” do governo na busca pela “ordem”⁵²⁰, tinha um fundamento. Os três primeiros anos da administração Geisel foram bastante conturbados, tanto no plano político quanto no plano econômico, isto porque:

⁵²⁰Estamos nos referindo a uma passagem do texto de João Pereira de Andrade e Silva sobre a inauguração da ponte Rio-Niterói: Ponte Rio/Niterói (Nossa Capa). *A Seara*, n° 119, março/abril de 1974 (contracapa).

a) a oposição se fortaleceu, pois em novembro de 1974, o MDB saíra robustecido das eleições legislativas, o que significou um grande impulso oposicionista ao governo⁵²¹;

b) as pressões sociais contra o autoritarismo do Estado recrudesceram: Geisel, que titubeava em levar a cabo as medidas de distensão que prometera pôr em prática no início de sua gestão, não revogou o AI-5 e a ele recorreu para cassar juízes, deputados e legitimar a prática da censura, enquanto que os órgãos de repressão, ao dar continuidade ao violento modelo de repressão dos anos Médici, colocou o governo em um desgastante atrito com instituições de peso social como a Igreja Católica (especialmente pela via da CNBB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)⁵²²;

c) houve um aprofundamento dos problemas econômicos: não obstante os “bons” resultados do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em termos de crescimento da economia (1974: 8,2%; 1975: 5,2%; 1976: 10,3), a insatisfação da população foi crescente nesse período devido à piora das condições de vida, especialmente pela escalada desenfreada da inflação (1974: 34,5%; 1975: 29,3%; 1976: 46,3%)⁵²³.

A soma desses fatores colocava o governo de Ernesto Geisel em um preocupante impasse: era preciso combater os crescentes focos de oposição pesando a mão na repressão, particularmente pelo atalho da censura e do controle das eleições. Todavia, o peso coercivo tinha de ser contrabalanceado, pelo menos no plano teórico, por uma realidade econômica que induzisse a população a uma situação acomodatória em relação ao Estado autoritário.

O nó górdio desse embaraço estava exatamente aí. Ao faltar o sustentáculo da economia, o governo perdia o chão em um momento de crescente contestação ao regime plantado no poder desde 1964, tanto pelo MDB, como por várias outras forças sociais, como as que se levantaram contra o regime em face dos assassinatos do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e do sindicalista Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, ambos nas dependências do II Exército. E quanto mais essa instabilidade aumentava, maior era o receio de Geisel, que primava por uma abertura “segura”, em cumprir suas promessas de distensão.

As duras reprimendas de João Pereira de Andrade e Silva aos que contestavam o governo, só podem ser entendidas em sua plenitude, se observadas dentro desse contexto de instabilidade vivida pelo governo Geisel. A intenção do diretor da CPAD ao buscar os

⁵²¹No Senado o MDB conquistou 16 das 22 cadeiras e na Câmara 160 dos 204 assentos.

⁵²²SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁵²³NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 172.

ensinamentos de São Pedro e São Paulo era, rigorosamente, alinhar em sua exposição uma crítica aos levantes contra o governo brasileiro que ganhavam cada vez mais visibilidade, mesmo com todo o poderio de repressão do Estado autoritário. Foi o que autor fez no segundo item do editorial:

Vivemos tempos de contestações

Contestações e insubordinações são a constante do dia-a-dia. Sociólogos e psicólogos não conseguem explicar o “fenômeno”. A resistência de grupos a princípios que a sociedade humana vem seguindo, é de estarrecer porque não há preocupação de indicar soluções melhores. É como se estranho amálgama de filosofias e idéias esdrúxulas desencadeasse o vendaval que desarraiga estruturas milenares, sem lançar alicerces mais firmes para a construção de edifício sólido. Isso está sucedendo porque falta apoio baseado em motivações maiores. E esta motivação somente pode ser encontrada nos conceitos do Livro dos livros – a Bíblia. Porque esta, não apenas indica diretrizes, mas auroras de esperanças.⁵²⁴

Como aconteceu em outros editoriais que tratavam do assunto “contestação”, publicados no período em que a revista estava sob o comando de Geziel Nunes Gomes e Alcebiades Pereira de Vasconcelos, Andrade e Silva procurou desqualificar de todas as formas as vozes que destoavam do discurso oficialista. A insubordinação era um “fenômeno”, sustentava o diretor, que nem mesmo os sociólogos e psicólogos conseguiam compreender.

A explicação para a existência de revoltosos não estava em um problema *real*, fosse de ordem social, econômica ou política, mas sim em uma matriz filosófica produtora de ideias “esdrúxulas” que formulava críticas sem apresentar propostas de “soluções melhores”. É de se reparar que o editorialista, ao se referir às “contestações”, não distinguiu aquelas de ordem comportamental daquelas de natureza política e social. Ele se refere a levantes de grupos que atacavam “princípios da sociedade humana”, que queriam desarraigar “estruturas milenares”, colocando na mesma plaina tanto os que lutavam contra posturas conservadoras da sociedade, no tocante aos costumes, quanto aqueles que iam à luta especificamente contra as desigualdades sociais, o quadro inflacionário ou em oposição a um governo de viés autoritário. Não poderia haver separação nas categorias de contestações. Insubordinação era sempre insubordinação, por isso mesmo, o *crente* não poderia compactuar com nenhum desses movimentos já que todos tinham uma única raiz malsã que era aquela das filosofias que se levantavam contra os “princípios da sociedade humana”.

⁵²⁴“Amai a fraternidade, temei a Deus, honrai ao Rei” (editorial). *A Seara*, nº 143, fevereiro de 1977. p. 03.

Os tópicos *Honrai ao rei* e *Vivemos tempos de contestações* serviam como preâmbulo ao objetivo central do editorial que era dar repercussão ao discurso proferido pelo presidente Geisel no apagar das luzes do ano de 1976 e conclamar o apoio da fraternidade assembleiana aos esforços do governo para tirar o país da difícil situação em que se encontrava:

O BRASIL PODE VENCER TODAS AS DIFICULDADES

Ouvimos e lemos o discurso do eminente Presidente da República. Sua Excia. Não divagou nem fez literatura – embora o discurso seja peça excelente. O Sr. Presidente Geisel foi direto ao assunto, num chamamento de atenção, um comando, para que o povo brasileiro ouvisse sua palavra sincera, clara e sensata. Um aviso à Nação. Não negou a gravidade do momento, porém não exagerou, trazendo pessimismo, porque o País possui condições para vencer esta, e outras etapas deste ciclo de nação em desenvolvimento. O Brasil possui possibilidades para vencer a crise porque, além da probidade do Sr. Presidente da República e da capacidade da maioria dos seus colaboradores, pode contar com a oração do povo de Deus. Dos cristãos que, de fato, sabem “honrar do rei”. E na linha de vanguarda se coloca o povo pentecostal liderado pelas “Assembéias de Deus”. Não importa se elas são “vistas”, distinguidas ou consideradas. O que interessa é que elas – “Assembéias de Deus” – são conhecidas de Deus, que ouve a oração deste povo humilde. Orações e intercessões, que sobem ao Trono da Graça, qual incenso singular. Oremos pelo Governo e pelo povo brasileiro.⁵²⁵

Como era impossível negar que os problemas enfrentados pelo país só haviam aumentado desde 1974, João Pereira de Andrade e Silva pedia um voto de confiança ao presidente e seus colaboradores. No seu modo de ver, as dificuldades eram desafiadoras, mas não deveriam servir de pretexto para a adesão a grupos que se contrapunham ao governo, daí o motivo da longa introdução do editorial sobre a investidura sagrada das autoridades e as rebeldias infundadas.

Com isto, o diretor reforçava a mensagem central do discurso do presidente Geisel *Saudação de fim de ano ao povo brasileiro*, proferido em rede nacional de televisão, em 29 de dezembro de 1976, no qual há sobejos exemplos do esforço do governo para conquistar o apoio da população em um momento em que os sonhos embalados nos tempos do “milagre econômico” esfarelavam-se. Vejamos dois trechos desse discurso presidencial que são bem reveladores dessa preocupação:

⁵²⁵“Amai a fraternidade, temei a Deus, honrai ao Rei” (editorial). *A Seara*, nº 143, fevereiro de 1977. p. 02-03.

Início esta exposição por uma análise sumária da situação econômica do país, remontando aos primeiros dias de meu Governo, pela importância própria de que esta área se reveste e pelos fortes reflexos que tem sobre os nossos problemas políticos e sociais, no conjunto do desenvolvimento integrado a que aspiramos. Reconhecendo a “valiosa herança dos Governos da Revolução”, na primeira reunião do Ministério, a 19 de março de 1974, assinalava eu que o Brasil se alçara a “posição de destaque no quadro das novas potências emergentes”, registrando, “principalmente no governo do Presidente Médici, com o alto dinamismo da economia... os maiores indicadores de prosperidade da história do país”. Mas, já então, acrescentava: “Não é menos certo, porém, que drásticas mudanças ocorridas no cenário mundial – como a grave crise de energia, a escassez de alimentos e matérias-primas essenciais, em geral, e do petróleo e seus derivados, em particular, a instabilidade no sistema monetário internacional, ainda em dolorosa busca de nova ordenação, a inflação que se generaliza pelo mundo todo a taxas alarmantes, as tensões políticas e sociais, exacerbadas pelo fermento do apelo irresponsável à violência e que intranquilizam a vida das nações, num cenário de transição para nova ordem internacional de contornos ainda indefinidos – determinarão sérias repercussões no panorama nacional...”⁵²⁶

(...) Que *me ajude Deus e me apoiem os brasileiros de boa fé* para que possa traduzir, em concretas realidades, grande parcela do que ao Governo parece sejam as justas aspirações de nosso povo, em termos de superior qualidade de vida, maior justiça social e melhor segurança.⁵²⁷

Ao reverberar as palavras do presidente, o diretor da CPAD estava emitindo um sinal de apoio ao governo como nunca antes havia sido feito em editorial, não de forma tão aberta, tão incisiva, tão direta. O que se nota, na realidade, é que João Pereira de Andrade e Silva, a partir das prerrogativas de seu novo cargo, trazia para o editorial de *A Seara* aquele seu estilo característico de encarar os assuntos de natureza política.

Sem digressões mencionou a fala do presidente na TV – ainda que, para fugir de polêmicas sobre o uso da televisão⁵²⁸, tenha preferido utilizar-se dos verbos *ler* e *ouvir* e não *assistir* – fez questão de chamá-lo pelo nome, classificou-o como um homem probo, que não escondeu da nação as dificuldades enfrentadas, mas que também apontou caminhos para a saída da crise. Também não deixou de lançar uma crítica às instituições cristãs que

⁵²⁶Saudação de fim de ano ao povo brasileiro. Discurso do Presidente Ernesto Geisel em 29 de dezembro de 1976 pela televisão. Coordenação Geral de Documentação e Informação da Biblioteca da Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>. p. 362-363. Acesso em 23 de julho de 2016.

⁵²⁷Saudação de fim de ano ao povo brasileiro. Discurso do Presidente Ernesto Geisel em 29 de dezembro de 1976 pela televisão. Coordenação Geral de Documentação e Informação da Biblioteca da Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>. p. 374. Acesso em 23 de julho de 2016.

⁵²⁸Esse cuidado se explica exatamente porque, em 1975, a Convenção Geral das Assembleias de Deus realizada na cidade de Santo André, sob a presidência do pastor Túlio Barros, havia oficialmente proibido o uso da televisão por meio de um documento aprovado em plenário que ficou conhecido como “Resolução de Santo André”. Para mais detalhes, consultar: FONSECA, André Dionei. São Cristóvão e Santo André: os debates sobre a normatização dos usos e costumes nas Convenções Gerais das Assembleias de Deus no Brasil (1930-1980). *Sacrilegens* (UFJF), v. 6, p. 41-59, 2009.

“afrontavam” o governo e demarcou a diferença da AD, que por ser uma igreja formada por cristãos que sabiam dar “honra ao rei”, não haveria de apoiar quaisquer iniciativas contestatórias fomentadas por grupos ligados a igrejas cristãs.

Em um período em que o Estado autoritário enfrentava oposição de importantes lideranças religiosas de matriz cristã (no caso do protestantismo, podemos mencionar o pastor presbiteriano Jaime Wright e no catolicismo Dom Paulo Evaristo Arns), essa demarcação revestia-se de um sentido especial: mostrar que a AD, seguindo o que entendia ser um mandamento bíblico, não só repelia qualquer ato de “desobediência” ao governo, como também garantia apoio incondicional às decisões tomadas pelas autoridades.

Em resumo, esse editorial vinha como uma amostra de um novo tempo para *A Seara* em termos de posicionamento político. Com João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira ocupando postos estratégicos na CPAD, tudo parecia convergir para uma nova fase em que a revista deixaria aquela postura marcada por uma extrema precaução no trato de temas referentes ao mundo da política.

5.2.2) “Temei a Deus”: A política em *A Seara* em tempos de incertezas

Porém, confirmando a tendência de flutuação em *A Seara* das temáticas com potencial teor polêmico, os números que se seguiram ao de fevereiro de 1977, demonstram que novamente a revista voltou a se fechar nos informes e nos temas teológicos, evangelísticos e doutrinários. Concluímos isto a partir do seguinte levantamento: entre o número 143 do mês de fevereiro de 1977 (no qual foi publicado o editorial *Amai a fraternidade, temei a Deus, honrai ao Rei*) e o número 167 de fevereiro de 1979 (quando Joanyr de Oliveira e João Pereira de Andrade e Silva deixam os seus respectivos cargos na CPAD), nenhum editorial ou texto de outra natureza publicado em *A Seara* voltou a fazer referência, nem mesmo indireta, ao quadro político nacional.

Para se ter uma ideia dessa intercorrência temática, não há nesse lapso temporal uma única referência nominal a Geisel e de igual modo à Presidência da República. É como se a revista, nesse quesito, tivesse retornado ao antigo padrão de Emílio Conde. A partir dessa comprovação, uma questão nos toma de assalto: depois de um editorial com as características de *Amai a fraternidade, temei a Deus, honrai ao Rei* – que dava claros indicativos de que o retorno de João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira colocaria o periódico em um novo rumo– qual a lógica de *A Seara* retornar ao um modelo tão semelhante ao dos tempos de Conde?

Na ausência de testemunhos diretos dos atores históricos, temos que olhar para essa ruptura como uma daquelas evidências históricas de que nos fala E. P Thompson: as que sobrevivem sem qualquer intenção dos atores da história.⁵²⁹ E esse corte abrupto, após a edição de fevereiro de 1977, é uma evidência que sugere alteração na tendência tão claramente expressa nas linhas do editorial *Amai a fraternidade, teme a Deus, honrai ao Rei*.

João Pereira de Andrade e Silva deixou de lado, nas páginas de *A Seara*, todos os assuntos que de alguma forma remetiam ao universo da política. Permaneceu emudecido sobre esse tema em vinte e quatro edições da revista em que ele ocupava o importante cargo de *diretor executivo* da CPAD, isto é, entre os números 143 e 167, publicados no entretempo de dois anos (fevereiro de 1977/fevereiro de 1979).

O mesmo vale para Joanyr de Oliveira que retornou à CPAD na prestigiada função de diretor de *A Seara*, mas que nem por isso mostrava-se disposto a polemizar nas páginas da revista que ajudara a criar nos anos 1950. Sua participação em *A Seara*, durante vinte e quatro meses, ficou restrita à sua coluna *Contato Poético*, na qual apresentava e comentava poesias enviadas pelos leitores e a pequenos textos de apresentação dos conteúdos de cada número. No mais, nada de escritos combativos, muito menos em defesa de uma maior participação da igreja na política, como havia sido sua militância nos anos primeiros de *A Seara*. O “velho” Joanyr, que ainda levava consigo as cicatrizes dos combates em que se meteu na CPAD, não estaria disposto a incorrer nos mesmos erros que lhe custaram o sonho de uma carreira promissora na imprensa de sua estimada igreja?

Se esse foi o seu cálculo, novamente não deu certo. Mesmo com essa posição moderada a vida de Joanyr na editora outra vez não foi fácil, o mesmo podendo ser dito de seu companheiro João Pereira de Andrade e Silva. Novamente a dupla teria sua passagem pela Casa editorial abreviada e não porque fossem os dois amigos, é relevante destacar, rebeldes que quisessem revolucionar os ditames doutrinários da AD.

Joanyr, como dissemos, teve uma atuação, por assim dizer, bastante “formal” na função de diretor de *A Seara*. Andrade e Silva, como fica nítido no editorial de apoio a Geisel, tinha propostas estritamente conservadoras. No caso desse editorial o problema estava mais ligado à *forma* do que ao *conteúdo* propriamente dito, isto é, na maneira como o tema foi abordado que fugia demasiadamente dos padrões aceitos pela CPAD. Lembremos que entre os conselheiros da CPAD, eleitos na Convenção Geral de janeiro de 1977, estava o respeitado

⁵²⁹ THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria* – ou um planetário de erros. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981. p. 36.

pastor Alcebiades Pereira de Vasconcelos, que atuou na redação de *A Seara* ao lado de Tulio Barros e Emílio Conde e que depois voltou à direção da CPAD, quando Conde caiu enfermo, para assumir a direção de *A Seara*, entre janeiro de 1969 e setembro de 1972. Considerando-se sua importância e seu peso institucional, não é demais supor que um reclamo de Vasconcelos seria o bastante para colocar boa parte do Conselho Administrativo da CPAD contra João Pereira de Andrade e Silva.

É verdade que João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira, confirmando a vocação de ambos como parteiros de novos periódicos, nesse curto entretempo de dois anos, lançaram duas novas revistas que tiveram ampla aceitação do público: a *Obreiro*, em outubro de 1977, e a *Jovem Cristão*, em outubro de 1978; esta voltada ao público jovem da igreja, aquela dedicada à discussão de temas de interesse da liderança da AD. Mas em nenhuma das duas houve propensão a assuntos polêmicos, como aqueles ligados ao universo político, mesmo a *Jovem Cristão* que se queria uma revista aberta a assuntos da atualidade que interferiam diretamente na vida da juventude e à discussão de alguns “velhos” posicionamentos da AD.⁵³⁰

Em janeiro de 1979, os dois deixaram seus postos na CPAD. Sobre o motivo da saída de João Pereira de Andrade e Silva não há informações, já sobre o desligamento de Joanyr de Oliveira sabe-se que ele ocorreu durante a Convenção Geral das Assembleias de Deus (CGADB) em 1979, especificamente no dia 26 de janeiro. Assim dizem os registros oficiais:

Nessa penúltima sessão, a surpresa foi o pedido do pastor Joanyr de Oliveira para afastar-se do cargo de diretor d Publicações da CPAD, em caráter irrevogável. O pastor Joanyr explicou ao plenário que se afastava porque, em reunião do Conselho Administrativo da CPAD, seu nome fora submetido a exame pelos integrantes do Conselho, juntamente com outros dois nomes tendo, ao final, seu nome recebido seis votos e os outros, seis e dois votos. Como houvera empate, os conselheiros resolveram que Joanyr seria mantido em sua função, já que era o mais velho do que o outro que conseguira a mesma quantidade de votos. Porém, o pastor Joanyr não concordou. Ele apresentou ainda, como outras razões, recentes convites que tinha recebido para assumir cargos em importantes organizações evangélicas, entre elas uma com sede nos Estados Unidos, e a necessidade de se dedicar mais à família, que cobrava-lhe uma presença maior, já que se dedicava muito à CPAD. Ao terminar seu discurso justificando sua saída, o pastor Joanyr foi aplaudido pelo plenário, mas o

⁵³⁰Joanyr chegou, até mesmo, a criar um personagem chamado Wadeco que era representado na *Jovem Cristão* em ilustrações pensadas para criticar várias cenas de fanatismo típicas da AD. Conforme descrito na revista *Jovem Cristão*: “Wadeco é um personagem obscurantista, de mentalidade medieval, ‘santarrão’ incorrigível, que foi criado pelo jornalista Joanyr de Oliveira (...) quando diretor desta revista [*Jovem Cristão*]. Ele aparecia na última página. Wadeco passou a ser entre nós, sinônimo de hipócrita, farisaico, intolerante, fanático, bitolado”. Entrevista com Joanyr de Oliveira. *Jovem Cristão* Ano IV nº 15. p. 12. As revistas *Obreiro* e *Jovem Cristão* foram consultadas no Centro de Estudos do Movimento Pentecostal (CEMP).

pastor Francisco Assis Gomes “conclamou o plenário a não bater palmas, para que não houvesse semelhança entre a reunião convencional e um comício cívico ou político.”⁵³¹

Do que se vê no relato acima, retirado das atas da Convenção Geral de 1979, a saída de Joanyr de Oliveira da editora, que surpreendeu o plenário da CGADB, foi motivada por um desentendimento no Conselho Administrativo da Casa Publicadora. O que parece ter irritado o pastor Joanyr foi o racha entre os conselheiros quando da apreciação de seu nome para a recondução ao cargo de Diretor de Publicações, que o colocava também como diretor de *A Seara*. Mesmo tendo apresentado motivações de cunho pessoal, o empate na votação, resolvido pelo critério da idade, se afigurou como algo inadmissível para Joanyr de Oliveira porque revelava que não havia uma aprovação sólida em torno de sua atuação nos dois anos de efetiva atividade na CPAD.

Com esse desfecho, a direção de *A Seara* ficou com o pastor Abraão Ferreira de Almeida e o cargo de redator coube a Geremias do Couto, ambos funcionários que vinham realizando atividades administrativas nas redações dos periódicos da CPAD desde 1977. A escolha dessa dupla pelo Conselho Administrativo fugia aos padrões praticados pela editora, visto que o diretor e o redator escolhidos não tinham um longo histórico de atuação na imprensa assembleiana e nem mesmo eram líderes de grande prestígio e essa condição de *novatos* teve grande reflexo na forma como *A Seara* passou a ser conduzida.⁵³²

Abraão Ferreira de Almeida e Geremias do Couto optaram por manter a revista longe de todos os assuntos potencialmente controversos, como era o caso dos de natureza política. Esse esforço teve como pontapé inicial a extinção dos editoriais, um espaço muito valorizado e que foi mantido em *A Seara* desde a sua fundação em 1956, exatamente por ser um local propício à manifestação de pontos de vista. No caso da seleção temática, uma verificação entre os números 167 e 186, referentes a fevereiro de 1979 e setembro de 1980, não deixa dúvida sobre a intenção do diretor e do redator: os novos responsáveis por *A Seara* mantiveram-na distante de todo tipo de tema que tivesse potencial inclinação à polêmica, enquadrando-se aí os assuntos políticos. As edições 168 (março de 1979), 169 (abril de 1979) e 170 (maio de 1979), são muito ilustrativas dessa atitude, pois não trouxeram nenhuma linha

⁵³¹ *Convenção Geral de 1979 (21 a 26 de janeiro)* In: *HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 466-467.

⁵³² Abraão Pereira de Almeida (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 12-13. Geremias dos Santos Couto (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 230-231.

comentando e/ou informando a troca de presidente ocorrida em 15 de março de 1979, quando Geisel passou o cargo presidencial a João Baptista de Oliveira Figueiredo, o último do quinteto de generais presidentes do regime militar.

Na edição número 171, de junho de 1979, até foi publicada uma nota de apresentação sobre dois parlamentares evangélicos do legislativo maranhense que haviam tomado posse da presidência e da vice-presidência da Assembleia Legislativa do Maranhão, o deputado batista Enoc Vieira de Almeida e o assembleiano Raimundo Lima. A pequena nota, enviada para ser publicada por um leitor chamado José Raimundo Silva, não se prestou a traçar o perfil dos parlamentares, nem mesmo quais eram suas frentes de atuação, muito menos a que partido ambos pertenciam.

De maneira sintética, sem estardalhaços, o texto se resumiu às seguintes palavras:

Tomaram posse na presidência e vice-presidência do legislativo maranhense, os irmãos Enoc Vieira de Almeida, da Primeira Igreja Batista e Raimundo Gomes de Lima, membro tesoureiro da AD de São Luís. Usufruindo de elevado prestígio junto ao Governador João Castelo, ambos têm sido fiéis a Deus e honrado a igreja no exercício de seus mandatos.⁵³³

Além dessa pequena nota nada mais foi dito a respeito de políticos evangélicos detentores de cargo bem como sobre o cenário político do país em um contexto em que o Brasil se achava mergulhado em uma profunda crise econômica e que a cúpula das Forças Armadas começava a perceber que os anos de autoritarismo tinham provocado um desgaste irreversível na imagem do governo militar.

Avessa a mudanças, desde o início dos anos 1980 a AD se mostrou muito temerosa pelo que poderia advir com o fim do regime implantado em 1964. E nesses tempos de interrogações a CPAD cuidou de reestruturar os seus principais impressos, como o jornal *Mensageiro da Paz*, a revista *Lições Bíblicas* (esta última utilizada nas escolas dominicais da AD) e também *A Seara*. O *Mensageiro da Paz* passou a ser o porta-voz da igreja nas questões políticas que dominaram a década de oitenta, seja no governo de Figueiredo ou nos anos Sarney⁵³⁴; a revista *Lições Bíblicas* foi alvo de uma série de interferências editoriais com o objetivo de refinar o controle dos sentidos atribuídos às suas mensagens durante as aulas

⁵³³“Legislativo maranhense em mãos de evangélicos”. *A Seara*. Rio de Janeiro. Nº 171. Junho de 1979. p. 10.

⁵³⁴FONSECA, André Dionei. Informação, política e fé: o jornal *Mensageiro da Paz* no contexto de redemocratização do Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de História*. v. 34, p. 279-302, 2014.

dominicais de ensino⁵³⁵; já *A Seara*, que agora estava ladeada por duas irmãs de gênero (*Jovem Cristão* e *Obreiro*) foi destinada a atender especificamente temáticas ligadas ao universo da “família cristã”.

Essa transição se deu em outubro de 1980, em edição especial que adiantava as comemorações das bodas de prata de *A Seara*. Nessa edição comemorativa, a capa de *A Seara* trouxe como subtítulo do já consagrado nome, a indicação: “A revista do lar cristão” (imagem 15).

Com isso, fechava-se uma longa fase em que *A Seara* foi uma revista pluritemática para dar início a uma outra em que o eixo temático estruturante do periódico passaria a ser a “família”. E foi exatamente nesse número comemorativo de *A Seara* que Joanyr de Oliveira, como entrevistado especial da edição, esclareceu o pensamento que o moveu após o seu retorno à CPAD para atuar como *diretor de publicações* e também de *A Seara*. A entrevista é muito interessante porque revela um Joanyr de Oliveira bem diferente daquele jovem que, na década de 1950, mostrava-se incomodado com o desinteresse da igreja em relação à política. Vendo-se em um conturbado contexto social, como o da transição da década de 1970 para a década de 1980, ele agora enxergava esse distanciamento como algo estratégico para a segurança da AD. Esse ponto de vista ficará mais claro ao analisarmos as considerações de Joanyr expressas na reportagem.

⁵³⁵FONSECA, André Dioneu. Os Protocolos de Leitura na Imprensa Pentecostal: o plano de reestruturação da revista Lições Bíblicas no contexto de redemocratização do Brasil (1980-1985). In: FONSECA, André Dioneu; MARIN, Jérri Roberto. (Org.). *Olhares sobre a Assembleia de Deus*. 1ed. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2015, v. 1, p. 99-129.

Imagem 15 – Capa do número 187 de *A Seara: a revista do lar cristão*.

Deve-se dizer, de início, que o modelo da entrevista não seguiu rigorosamente o padrão pergunta/resposta. Em muitos momentos as respostas não vinham depois de indagações diretas, mas sim antecedidas por comentários que tinham como objetivo sintetizar o pensamento do entrevistado. Assim o foi quando o tema “relação igreja-Estado” entrou em questão, pois antes de dar voz a Joanyr o texto da reportagem adiantou: “*Sobre o relacionamento ‘Igreja-Estado’, o dr. Joanyr de Oliveira é de opinião que **poder temporal e poder espiritual** não devem confundir-se. Ele acha que à Igreja não compete aplaudir nem criticar o Governo*”⁵³⁶, ao que se emendou as palavras do fundador de *A Seara*:

Cabe-lhe apenas [à igreja] orar pelos governantes, para que eles conduzam a coisa pública com sabedoria, equidade, equilíbrio; para que ajam com justiça e respeitem a dignidade do homem (porque ele é criatura de Deus), impondo-lhe deveres suportáveis, assegurando-lhe os direitos mínimos que a civilização consagrou como tais, e que se referem à vida, à liberdade, à saúde, à instrução e ao trabalho.⁵³⁷

Se retomarmos alguns editoriais, tão elogiosos ao governo militar, escritos na gestão de Alcebiades Pereira de Vasconcelos e Geziel Nunes Gomes, ou mesmo os textos de João Pereira da Andrade e Silva, com seus rasgados elogios a Médici e a Geisel, perceberemos que todos eles se confrontavam com essa postura de inequívoca reprovação a qualquer manifestação de apoio da igreja a segmentos políticos defendida por Joanyr.

À primeira vista, esse posicionamento causa muita surpresa, vindo de alguém que nos primeiros anos de *A Seara* tanto elogiou o ex-governador Antônio Torres Galvão⁵³⁸, que endossou textos como o do jovem Américo Davanzo⁵³⁹ e que em sua autobiografia afirmou: “(...) nas páginas de *A Seara*, declaramos guerra a essa mentalidade medieval (...) defendemos a militância em sindicatos, em entidades estudantis e na política”.⁵⁴⁰

Porém, a sequência da entrevista mostra que essa mudança tão radical de ponto de vista estava ligada ao contexto de incertezas que advinha dos desgastes sofridos pelos militares depois de uma década e meia do golpe que os colocou no poder. A preocupação de Joanyr de Oliveira estava, exatamente, no desfecho de uma provável abertura e nas possíveis

⁵³⁶“Entrevista Joanyr de Oliveira”. *A Seara*, nº 187, outubro de 1980. p. 09 (grifo no original).

⁵³⁷“Entrevista Joanyr de Oliveira”. *A Seara*, nº 187, outubro de 1980. p. 09.

⁵³⁸“Um pentecostal governou Pernambuco”. *A Seara*, nº I e II, janeiro/abril de 1957. p. 15.

⁵³⁹“O outro lado da realidade: devemos fugir da política?” *A Seara*, nº 5, setembro/outubro de 1957.

⁵⁴⁰OLIVEIRA, Joanyr de. *Memorial do sobrevivente*. Autobiografia e poemas. Brasília: ALB, 2008. p. 29.

consequências aos que emprestaram apoio ao governo militar. Sobre esse temor o texto da entrevista asseverou:

“[Joanyr de Oliveira] lembrou também que a igreja não deve se imiscuir em política, a fim de comprometer a sua missão mais alta e nobre que é a evangelização, a disseminação da palavra de Deus. “Os políticos mudam” – disse ele. E prosseguiu: “A Oposição de hoje, pode ser Governo de amanhã e vice-versa. A história está cheia de exemplo de líderes que saíram das prisões para os palácios e de dirigentes todo-poderosos que deixaram o trono e foram para o cárcere.”⁵⁴¹

Essas palavras deixam patente o quanto Joanyr de Oliveira se mostrava preocupado com os acontecimentos que poderiam se seguir ao fim do regime militar, uma vez que, com o retorno da normalidade democrática, aqueles opositores que foram duramente perseguidos pelo governo poderiam muito bem ascender ao poder e impor, inclusive, algum tipo de punição aos que antes eram os mandatários do país. Eram tempos de dúvidas, dado o irreversível esgotamento do modelo de governança que predominava no país desde 1964 e, por isso, a igreja deveria assumir um expediente que privilegiasse a cautela para que, independentemente do desenlace político, pudesse manter uma relação saudável com as instâncias governamentais.

Olhando por esse ângulo podemos perceber que havia muito do jovem Joanyr da década de 1950 naquele maduro pastor que ele se tornara. O que havia mudado eram as circunstâncias e não a sua visão estratégica de bem conduzir a relação da igreja com os domínios políticos. No momento em que *A Seara* foi fundada, recordemos, o país vivia o ressurgimento da democracia, por isso a ideia do então redator-secretário de *A Seara* era buscar uma maior participação da igreja nas esferas decisórias dos municípios, dos estados e da nação.

Na virada da década de 1970 e 1980, a situação era bem outra, dado o campo de possibilidades aberto por um iminente fim do governo militar. Desse modo, o silêncio de Joanyr sobre os assuntos atinentes à esfera política, no período em que esteve à frente de *A Seara* como seu diretor (1977-1979), deve ser entendido como um posicionamento *político*, já que visava, pelo canal da resignação, garantir que a igreja não fosse vítima de qualquer revanchismo caso o Brasil passasse por uma mudança abrupta em seu comando. Diante disso, a opção de João Pereira de Andrade e Silva por deixar de publicar textos de apoio ao governo, depois do editorial por ele assinado “*Amai a fraternidade, temei a Deus, honrai ao Rei*”, de

⁵⁴¹“Entrevista Joanyr de Oliveira”. *A Seara*, n° 187, outubro de 1980. p. 10.

fevereiro de 1977, tem certa lógica. A rapidez dos acontecimentos e as incertezas sobre os rumos da política nacional recomendavam cautela.

O encerramento da longa fase em que *A Seara* circulou como uma revista de *variedades* para tornar-se um periódico destinado aos assuntos da “família cristã”, representou o fecho de uma das mais interessantes experiências da AD em termos de periodismo, pois mesmo com muitos recuos em relação à sua proposta original e tão desiguais diretivas editoriais ao longo de mais de duas décadas de publicação, *A Seara* se manteve como um canal diferenciado de interlocução sobre diversos assuntos tidos como demasiadamente polêmicos para serem socializados com o grande público em outros veículos impressos da igreja.

O vai e vem do temário político e os diferentes pontos de vista sobre esse polêmico assunto, entre 1956 e 1980, nas páginas de *A Seara*, são rematados exemplos da complexidade desse segmento religioso tão importante no cenário da fé pentecostal em nosso país. Uma instituição que ficou conhecida por sua rigorosidade doutrinária e por sua postura de alheamento em relação à sociedade, mas que vista pelas páginas da revista *A Seara*, revela-se uma igreja formada por indivíduos que, mesmo filiados a uma tradição tão tenaz na tentativa de controle do agir e do pensar de seus fiéis e de suas lideranças, estavam atentos às diferentes conjunturas políticas e sociais do país e que cultivavam modos de pensar bastante divergentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das diferentes visões expressas em *A Seara*, entre os anos de 1956 e 1980, sobre a relação igreja/política, nos convida, nessas linhas finais, a importantes reflexões. O primeiro aspecto que chama atenção ao olharmos as distintas formas como a política foi abordada em *A Seara* é que, embora esse periódico fosse publicado com a chancela oficial da AD, as temáticas espalhadas na série que compreende quase duas décadas e meia de circulação, não podem ser tomadas, simplesmente, como um posicionamento institucional da igreja em si.

Sem esse cuidado, por exemplo, a partir dos primeiros números de *A Seara* poderíamos ser levados a acreditar que AD, em seu plano institucional, passou a incentivar a participação dos seus fiéis nas atividades políticas na segunda metade da década 1950. O raciocínio nesse caso é simples: há um conjunto de textos que falam da necessidade de a igreja repensar o seu papel na área da política; esses textos foram divulgados em uma revista da editora oficial dessa instituição religiosa; sendo assim, o que está nas páginas desse periódico passa a ser compreendido como a expressão oficial da AD no seu plano *institucional*.

No que dependesse dos órgãos deliberativos da igreja, como a CGADB, esse seria o mecanismo ideal. O problema é que nesse caminho há desvios, mesmo se tratando de uma instituição tão rigorosa no controle das mensagens como a que está em tela. O caso do posicionamento pró-participação política nos anos iniciais de *A Seara* ilustra muito bem isto, pois essa postura estava ligada ao modo de pensar dos fundadores desse periódico e não propriamente a um ponto de vista que representava um posicionamento discutido e compactuado por toda a liderança assembleiana. Uma prova disso é o desmonte da equipe editorial que fundou *A Seara*, devido às pressões de parte majoritária da liderança da AD que se opôs frontalmente à linha editorial da jovem revista, que entre outras propostas temerárias, ousou colocar-se contra a tradicional hostilidade da AD em relação aos assuntos de natureza política.

O mesmo raciocínio é válido se quisermos entender, por meio de *A Seara*, o comportamento da AD diante do golpe civil-militar e do regime que a ele se seguiu. Algumas edições, isoladas do conjunto de 186 números da série que analisamos neste estudo, podem sugerir que a AD emprestou um apoio bastante discreto ao golpe e ao governo dos generais que se sucederam no poder após o violento ato de 31 março de 1964.

Entretanto, a trajetória de *A Seara*, pontilhada por descontinuidades, como se viu, não permite conclusões apressadas e descontextualizadas como essa, pois esse comedimento da revista ante o golpe e os primeiros governantes do regime tinha mais a ver com o estilo do editor-chefe Emílio Conde do que, rigorosamente, com uma postura que se possa dizer protocolar da AD. E tanto isso é verdade que, após a saída de Conde da CPAD, em dezembro de 1968, os novos editores da revista, mesmo que fortemente identificados com as ideias do “apostolo da imprensa pentecostal”, não se demoraram a dar vivas ao emblemático Ato Institucional nº 5 – símbolo do autoritarismo assumido pelo Estado brasileiro naquele contexto – transgredindo, ao assim procederem, as fronteiras tão zelosamente observadas por Emílio Conde para manter a igreja a certa distância das esferas políticas.

Com o retorno de João Pereira de Andrade e Silva à redação de *A Seara*, na década de 1970, a revista pôde experimentar, em certos momentos, uma liberdade ainda maior na cobertura dos assuntos relacionados à vida política do país. Andrade e Silva não só colocou alguns de seus textos a serviço dos interesses do Estado autoritário brasileiro como também mudou o estilo de a revista abordar esse tipo de assunto, basta recordarmos o ineditismo de sua iniciativa ao se referir nominalmente, nas páginas de *A Seara*, a dois presidentes-generais do regime militar (Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel).

Esses exemplos, apresentados de forma detalhada nos capítulos deste estudo, nos mostram que qualquer pesquisador que recorra a números esparsos da revista *A Seara*, considerando-a como uma mensageira direta de um modo de pensar *monolítico* da igreja que ela representava, incorrerá em um sério equívoco. Isso é muito importante por demonstrar que as mensagens divulgadas nesse periódico só podem ser compreendidas se elas forem concebidas como resultantes da mediação de um corpo editorial nem sempre gerador de consensos no interior da editora e da própria igreja.

Por isso mesmo, embora muitas características tenham sido mantidas em *A Seara*, entre 1956 e 1980, à luz do temário igreja/política, podemos afirmar que existiram diferentes revistas *A Seara*. Há aquela dos fundadores João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira, muito entusiasmada com a aproximação da AD com o campo político e que teve de enfrentar a dura oposição do pastor Tulio Barros.

Temos também a revista de Emílio Conde que, mesmo tendo se permitido publicar algumas matérias sobre figuras ligadas à política partidária, estancou o canal aberto nos primeiros anos de circulação desse periódico para discutir o papel da igreja na política e manteve uma postura discreta diante dos acontecimentos anteriores e posteriores ao golpe de 1964.

Existe, porém, *A Seara* de Alcebiades Pereira de Vasconcelos e Geziel Nunes Gomes, ainda disposta a se manter afastada de qualquer proposta de discussão sobre a atuação da igreja na política, mas aberta a externar todo o apoio da redação ao governo militar em um momento de intensificação do autoritarismo do Estado brasileiro.

Todavia, bem outra *A Seara* foi aquela posterior ao retorno de João Pereira de Andrade e Silva e de Joanyr de Oliveira, uma revista que titubeou entre os longos momentos de silenciamento sobre o contexto político do país e os rasgados elogios às obras do governo da “revolução” e às figuras de Emilio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel.

Temos ainda *A Seara* dos novatos Abraão Ferreira de Almeida e Geremias do Couto, que mais uma vez buscou se ensimesmar nos temas teológicos, doutrinários e evangelísticos de tal maneira que, nem mesmo a transferência de poder de Ernesto Geisel para João Figueiredo foi merecedora de atenção, a exemplo da edição que noticiou a cerimônia de entrega do cargo presidencial de Médici a Geisel, em março 1974.

Note-se que todos esses homens que deram expediente na redação de *A Seara* tinham em comum o fato de serem assembleianos que ocupavam postos-chave na CPAD, a principal agência de propagação das doutrinas de uma organização religiosa obcecada pelo controle da conduta de seus ministros e fiéis em todas as instâncias da vida social. O que não os impediu, contudo, de terem dado tratamento bem diferente a um mesmo tema nas páginas de um mesmo veículo!

Desse modo, acreditamos que esta pesquisa contribuiu no sentido de demonstrar que o que vai nas páginas de um periódico, mesmo estando ele ligado a uma tradição confessional tão pertinaz na busca pela unicidade doutrinária, depende das decisões de um corpo editorial cujas negociações, atritos internos de toda ordem e outros pontos cambiantes incidem diretamente em seu formato último.

Essa contestação aponta, conseqüentemente, para uma dinâmica interna ainda muito pouco explorada pelos estudos que se utilizaram dos periódicos produzidos pela AD desde os seus primeiros anos de atividade no Brasil até os dias atuais. Um rico acervo quase nunca deixado de lado pelos pesquisadores preocupados em compreender essa instituição religiosa que tão relevante espaço ocupa no cenário religioso do país, mas que ainda tem sido utilizado como mero repositório do qual assuntos são pinçados ao sabor de interesses temáticos específicos, como se os jornais e revistas da AD fossem elaborados por indivíduos voltados exclusivamente à fiel reprodução de pontos de vista da alta liderança da igreja.

Os caminhos e descaminhos do debate sobre a política em *A Seara* dão mostras de que o modelo doutrinário assembleiano, mesmo se querendo tão rígido e extensivo, não

conseguiu garantir uma unidade de pensamento nas páginas da revista que deveria primar exatamente por essa “unicidade”, já que estamos falando de um impresso que era gerido pela editora oficial da igreja. Esse cenário nos remete aos ensinamentos de Edward Palmer Thompson quando esse historiador afirmou que “*nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras, sob o julgamento dos impulsos e da experiência.*”⁵⁴²

A análise que empreendemos nesta tese aponta para uma instituição religiosa formada por indivíduos que conseguiram, dentro de determinados limites, (re)interpretar e (re)adaptar as diretrizes da igreja diante das inquietações e demandas sociais vivenciadas em diferentes contextos históricos. E temos nisto uma faceta do pentecostalismo que necessita urgentemente de maior atenção dos pesquisadores, pois se quisermos compreender, de fato, a dinâmica desse segmento religioso – atualmente considerado um fenômeno em nosso país em termos de crescimento e de abrangência nas diversas esferas da sociedade (inclusive na política) – não poderemos nos contentar com visões *apriorísticas* que buscam explicar o funcionamento de coletivos religiosos pentecostais pelo simples viés da “alienação” e/ou da “ignorância” de seus adeptos.

⁵⁴²THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão* (Vol. II.). Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 278.

REFERÊNCIAS

Fontes:

a) Textos voltados ao tema “política” de *A Seara*

“19 de novembro – Bandeira do Brasil” (editorial). *A Seara*, nº 116, novembro de 1973.

“19 de novembro – Bandeira do Brasil”. *A Seara*, nº 116, novembro de 1973 (verso contracapa).

“A fé e o materialismo dialético”. *A Seara*, nº 44, maio/junho de 1965. p. 20-22.

“Amai a fraternidade, temei a Deus, honrai ao Rei” (editorial). *A Seara*, nº 143, fevereiro de 1977. p. 02-03.

“Assembléias de Deus e o problema educacional” (editorial). *A Seara*, nº 2, novembro/dezembro de 1956. p. 03.

“Atenção juventude cristã” (editorial). *A Seara*, nº 83, março de 1970. p. 02.

“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, nº 31, março/abril de 1963. p. 23-27.

“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, nº 32, maio/junho de 1963. p. 21-25.

“Atitude cristã face ao comunismo”. *A Seara*, nº 44, maio/junho de 1965. p. 40.

“Atuação do Deputado Manoel Joaquim da Silva na Assembleia Legislativa de Goiás”. *A Seara*, nº 3, outubro/dezembro de 1959. p. 30.

“Camarada, encontre-nos, 975-32”. *A Seara*, nº 23, novembro/dezembro de 1961. p. 44-45.

“Ciclamatos e DDT” (editorial). *A Seara*, nº 82, fevereiro de 1970. p. 02.

“Desfile em Campina Grande”. *A Seara*, nº 34, setembro/outubro de 1963. p. 10.

“Em ar de conversa”. *A Seara*, nº 4, julho/agosto de 1957. p. 05.

“Encontro com o Deputado Souza Marques”. *A Seara*, nº 43, março/abril de 1965. p. 19.

“Encontro com o Deputado Souza Marques”. *A Seara*, nº 44, maio/junho de 1965. p. 19.

“Encontro com o Deputado Souza Marques”. *A Seara*, nº 45, julho/agosto de 1965. p. 15.

“Encontro com o Deputado Souza Marques”. *A Seara*, nº 46, setembro/outubro de 1965. p. 15.

“Encontro com o Deputado Souza Marques”. *A Seara*, nº 47, novembro/dezembro de 1965. p. 21.

“Encontro com o Deputado Souza Marques”. *A Seara*, nº 49, março/abril de 1966. p. 19.

“Encontro com o Deputado Souza Marques”. *A Seara*, nº 51, julho/agosto de 1966. p. 19.

“Entrevista Joanyr de Oliveira”. *A Seara*, nº 187, outubro de 1980. p. 09

“Falando em segurança” (editorial). *A Seara*, nº 72, janeiro de 1969. p. 02

“Guilhotina para os evangélicos?” *A Seara*, nº 6, novembro/dezembro de 1957. p. 03.

“Independência e vida” (verso da contracapa). *A Seara*, nº 102, setembro de 1972.

“Independência ou morte” (editorial). *A Seara*, nº 102, setembro de 1972. p. 02.

“Independência ou morte” (editorial). *A Seara*, nº 46, setembro/outubro de 1965. p. 01.

“Independência ou morte”. *A Seara*, nº 79, setembro/outubro de 1969. p. 35.

“Inquietação” (editorial). *A Seara*, nº 84, abril/maio de 1970. p. 02.

“Juventude Pentecostal” (editorial). *A Seara*, nº 36, janeiro/fevereiro de 1964. p. 03.

“Lares incendiados” (editorial). *A Seara*, nº 76. Maio/junho de 1969. p. 02 (grifo nosso).

“Legislativo maranhense em mãos de evangélicos”. *A Seara*. Rio de Janeiro. Nº 171. Junho de 1979. p. 10.

“Meu Brasil”. *A Seara*, nº 102, setembro de 1972. p. 03.

“Minas Gerais em foco: deputados evangélicos trabalham”. *A Seara*, nº 26, maio/junho de 1962. p. 19.

“Minas Gerais em foco: deputados evangélicos trabalham”. *A Seara*, nº 27, julho/agosto de 1962. p. 26-27.

“Nossa responsabilidade” (editorial). *A Seara*, nº 1, janeiro/fevereiro de 1958. p. 03.

“O grito da independência e o eco da vida eterna”. *A Seara*, nº 138, setembro de 1976. p. 32.

“O outro lado da realidade: devemos fugir da política?” *A Seara*, nº 5, setembro/outubro de 1957. p. 07.

“O político”. *A Seara*, nº 2, março/abril de 1958. p. 13.

“Oração dos parlamentares britânicos”. *A Seara*, nº 2, novembro/dezembro de 1956. p. 35.

“Ponte Rio/Niterói” (Nossa Capa). *A Seara*, nº 119, março/abril de 1974 (contracapa).

“Posse do Deputado Manoel Joaquim da Silva na Assembleia Legislativa de Goiás”. *A Seara*, nº 3, outubro/dezembro de 1959. p. 28.

“Que tempos são estes?” (editorial). *A Seara*, nº 85, junho de 1970. p. 02.

“Representante da CPAD na posse do Presidente Geisel”. *A Seara*, nº 120, maio/junho de 1974. p. 19.

“Um pentecostal governou Pernambuco”. *A Seara*, nº I e II, janeiro/abril de 1957. p. 15.

b) Textos sobre a organização administrativa e editorial de *A Seara*

“A Casa Publicadora em Ação”. *A Seara*, nº 01, setembro/outubro de 1956. p. 21.

“A Seara: como nasceu e triunfou” (entrevista com João Pereira de Andrade e Silva). *A Seara*, nº 187, outubro de 1980. p. 21.

“A Seara” (editorial). *A Seara*, nº 01, setembro/outubro de 1956. p. 02.

“Ano 20” (editorial). *A Seara*, nº 01, setembro de 1976. p. 03.

“Ao Leitor”. *A Seara*, nº 01, setembro/outubro de 1956. p. 03.

“Apresentamos”. *A Seara*, nº 01, setembro/outubro de 1956. p. 03.

“Como é feita A Seara”. *A Seara*, nº 05, setembro/outubro de 1957. p. 14.

“Escreve o pastor”. *A Seara*, nº 25, março/abril de 1962. p. 05.

“Deus converte um sonho pioneiro em gloriosa realidade: CPAD”. *A Seara*, n° 88, novembro/dezembro de 1970. p. 20.

“Entrevista com João Pereira de Andrade e Silva”. *A Seara*. Rio de Janeiro. N° 87, setembro/outubro de 1970. p. 19.

“Entrevista de João Pereira de Andrade e Silva”. *A Seara*, n° 187, outubro de 1980. p. 16-17.

“Idealismo”. *A Seara*, n° 6, novembro/dezembro de 1957. p. 25.

“Nossa responsabilidade” (editorial). *A Seara*, n° 1, janeiro/fevereiro de 1958. p. 03.

“Novas Diretrizes” (editorial). *A Seara*, n° 2, março/abril 1958. p. 05.

“Novo diretor”. *A Seara*, n° 6, novembro/dezembro de 1957. p. 02.

“Quantos membros contam as Assembléias”. *A Seara*, n° 2, novembro/dezembro de 1956. p. 34.

“Saudosa despedida do pastor Alcebiades, de Belém-Pará”. *A Seara*, n° 78, agosto de 1969. p. 21.

“Tudo novo, tudo melhor” (editorial). *A Seara*, n° 01, janeiro/junho de 1959. p. 02.

“Um ano de vida” (editorial). *A Seara*, n° 5, setembro/outubro de 1957. p. 03.

“Vale a pena continuarmos” (editorial). *A Seara*, n° 50, maio/junho de 1966. p. 01.

Fontes complementares:

a) Textos complementares de *A Seara*

“A Bíblia – o livro maravilhoso” (editorial). *A Seara*, n° 106, janeiro de 1973. p. 02.

“A geração que não conhecia o senhor” (editorial). *A Seara*, n° 140, novembro de 1976. p. 02-03.

“A Grande Comissão o que tens feito dela?” (editorial). *A Seara*, n° 110, maio de 1973. p. 02.

“A teologia como fundamento da evangelização” (editorial). *A Seara*, n° 117, dezembro de 1973. p. 02.

“Absalão, um moço sem temor” (editorial). *A Seara*, n° 127, julho/agosto de 1975. p. 02-03.

“Ano novo, novas esperanças” (editorial). *A Seara*, n° 142, janeiro de 1977. p. 02-03.

“Bem está, servo bom e fiel” (editorial). *A Seara*, n° 108, março de 1973. p. 02.

“Branco como a neve” (editorial). *A Seara*, n° 111, junho de 1973. p. 02.

“Chorem os sacerdotes, ministros do senhor” (editorial). *A Seara*, n° 136, julho de 1976. p. 02-03.

“Comamos e bebamos” (editorial). *A Seara*, n° 122, setembro/outubro de 1974. p. 02-03.

“Cuidado com Simeí” (editorial). *A Seara*, n° 132, março de 1976. p. 02-03.

“Desperta tu que dorme” (editorial). *A Seara*, n° 105, dezembro de 1972. p. 02.

“E a vida voltou aos homens” (editorial). *A Seara*, n° 129, novembro/dezembro de 1975. p. 02-03.

“E os que a muitos ensinam a justiça refulgirão como as estrelas sempre eternamente” (editorial). *A Seara*, nº 125, março/abril de 1975. p. 02-03.

“General Calebe, exemplo de fidelidade a Deus e ao ministério” (editorial). *A Seara*, nº 137, agosto de 1976. p. 02-03.

“Jesus Cristo, o Cordeiro de Deus” (editorial). *A Seara*, nº 124, janeiro/fevereiro de 1975. p. 02-03.

“Jesus Cristo, o grande mestre, determinou: portanto, ide, ensinai” (editorial). *A Seara*, nº 135, junho de 1976. p. 02-03.

“Jesus Cristo, o maior dos líderes” (editorial). *A Seara*, nº 133, abril de 1976. p. 02-03.

“Jesus pergunta: onde estão as crianças?” (editorial). *A Seara*, nº 104, setembro de 1973. p. 02-03.

“Jesus pergunta: onde estão as crianças?” (editorial). *A Seara*, nº 114, setembro de 1973. p. 02.

“José, o moço temente a Deus” (editorial). *A Seara*, nº 131, fevereiro de 1976. p. 02-03.

“Levantai os vossos olhos” (editorial). *A Seara*, nº 121, julho/agosto de 1974. p. 02-03.

“Não ligarás a boca ao boi que debulha” (editorial). *A Seara*, nº 139, outubro de 1976. p. 02-03.

“Natal de Jesus, epopéia divina” (editorial). *A Seara*, nº 141, dezembro de 1976. p. 02-03.

“Nós pregamos a Cristo” (editorial). *A Seara*, nº 104, novembro de 1972. p. 02.

“O ‘outro’ espírito de Calebe (editorial). *A Seara*, nº 116, novembro de 1973. p. 02.

“O Caráter evangélico da pregação” (editorial). *A Seara*, nº 119. Março/abril de 1974. p. 02-03.

“O milagre não depende de explicação ou comprovação da ciência” (editorial). *A Seara*, nº 128, setembro/outubro de 1975. p. 02-03.

“O que é o inferno por toda a eternidade?” (editorial). *A Seara*, nº 113, agosto de 1973. p. 02.

“O sol de deteve e a lua parou...” (editorial). *A Seara*, nº 115, outubro de 1973. p. 02.

“Paz em meio à turbulência” (editorial). *A Seara*, nº 107, fevereiro de 1973. p. 02.

“Quanto valia o unguento com que Maria ungiu os pés de Jesus” (editorial). *A Seara*, nº 103, outubro de 1972. p. 02.

“Quem foi o pai dos povos nômades” (editorial). *A Seara*, nº 112, julho de 1973. p. 02.

“Salve, 1976!” (editorial). *A Seara*, nº 130, janeiro de 1976. p. 02-03.

“Seríamos os mais infelizes de todos os homens” (editorial). *A Seara*, nº 123, novembro/dezembro de 1974. p. 02-03.

“Timóteo, o jovem ministro” (editorial). *A Seara*, nº 134, maio de 1976. p. 02-03.

“Velhos e jovens de mãos dadas” (editorial). *A Seara*, nº 109, abril de 1973. p. 02.

“‘Estou pronto, pastor’: Emílio Conde e Seus últimos momentos entre nós”. *Mensageiro da Paz*, ano 40, nº 3, fevereiro de 1971. p. 08.

“A despedida de um intelectual”. *Mensageiro da Paz*. Rio de Janeiro, ano LXVII, nº 1322, maio de 1997. p. 08.

b) Fontes complementares diversas

“Goss – Renovação oportuna”. *Mensageiro da Paz*. Rio de Janeiro, ano 42, nº 06. Março de 1972. p. 07-08.

“*Trabalhismo em Marcha*”. Disponível em <http://deputadoeuclidespcintra.com.br/com-mais-de-15-mil-votos-foi-reeleito-o-deputado-cintra/>. Acesso em 12 de maio de 2016.

3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, no livro K número 01. Rio de Janeiro, RJ.)

Ata da 18ª Sessão da Câmara Municipal de Itajubá de 06/08/1954. p. 37. Memorial da Câmara Municipal de Itajubá.

Ata da 22ª Sessão da Câmara Municipal de Itajubá de 10/11/1954. p. 40-41. Memorial da Câmara Municipal de Itajubá.

Ata da 24ª Sessão da Câmara Municipal de Itajubá de 30/11/1954. p. 41-42. Memorial da Câmara Municipal de Itajubá.

Convenção Geral de 1973 (22 a 23 de janeiro) In: *HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 427.

Convenção Geral de 1977 (17 a 21 de janeiro) In: *HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 450-451

Convenção Geral de 1979 (21 a 26 de janeiro) In: *HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 466-467.

Curriculum vitae de Américo Davanzo. Arquivo da Câmara Municipal de Votuporanga. Siscam/Câmara Municipal do Município de Votuporanga.

Deu-se a si mesmo: Emílio Conde. *Mensageiro da Paz*, ano 40, nº 2, janeiro de 1971. p. 02

Diário Oficial da União (DOU). Quarta-feira (04): (Seção I) Setembro de 1957.

Diário Oficial da União (DOU). Seção 1 de 30 de Janeiro de 1970. p. 32.

Diário Oficial da União (DOU). Sexta-feira (14): (Seção I) Fevereiro de 1947. p. 2039.

Discurso de Posse do Presidente Emílio Garrastazu Médici disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discurso-de-posse>. Acesso em 16 de junho de 2016.

Entrevista com Joanyr de Oliveira. *Jovem Cristão* Ano IV nº 15. p. 12.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm

Mensageiro da Paz, ano 26, nº 14, 2º quinzena de 1956.

Mensageiro da Paz, ano 40, nº 2. Janeiro de 1971. p. 02

Saudação de fim de ano ao povo brasileiro. Discurso do Presidente Ernesto Geisel em 29 de dezembro de 1976 pela televisão. Coordenação Geral de Documentação e Informação da Biblioteca da Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>. p. 362-363. Acesso em 23 de julho de 2016.

Sessão do dia 25 de outubro da Convenção Geral de 1946. *HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 239-241.

Símbolos nacionais. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>

Voz Operária, nº 267, 26 de junho de 1954.

Verbetes:

Abraão Pereira de Almeida (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 12-13.

Alcebiades Pereira Vasconcelos (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 893-895.

Altomires Sotero da Cunha (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 334-336.

Anticomunismo (verbetes). BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco (Org). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986.

Antonio Gilberto da Silva (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 789-790.

Antônio Jorge Correia (verbetes). ABREU, Alzira Alves de. (et al.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 1604.

Antônio Torres Galvão (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 326-327.

Assessoria Especial de Relações Públicas (verbetes) ABREU, Alzira Alves de. PAULA, Christiane Jalles de. *Dicionário histórico-biográfico da propaganda no Brasil*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 30-31.

Augusto Antonio da Costa (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 222.

Casa Publicadora das Assembléias de Deus (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 165-179.

Dicionário Caldas Aulete Digital. <http://www.aulete.com.br>

Emílio Conde (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 196-198.

Evangelismo (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 289.

Francisco Julião (verbetes). ABREU, Alzira Alves de. (et al.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 2884-2888.

Geremias dos Santos Couto (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 230-231.

Geziel Nunes Gomes (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 334-336.

Instituto Bíblico das Assembleias de Deus (IBAD) (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 387-389.

Instituto Bíblico Pentecostal (IBP) (verbetes). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 388-389.

- João Pereira de Andrade e Silva (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 797-798
- José de Souza Marques (verbete). MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário biobibliográfico de membros da academia evangélica de letras do Brasil*. Goiânia. Kelps, 2007. p. 22.
- Luís de Gonzaga Barros (verbete). ABREU, Alzira Alves de. (et al.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 560-561.
- Otávio Pereira da Costa (verbete). ABREU, Alzira Alves de. (et al.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 1677.
- Paulo Freire (verbete). ABREU, Alzira Alves de. (et al.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 2370.
- Paulo Leivas Macalão (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 437-438.
- Política (verbete). BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p. 954.
- Samuel Hedlund (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 345.
- Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) (verbete). ABREU, Alzira Alves de. (et al.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 5535-5537.
- Túlio Barros Ferreira (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 311.
- Túlio Barros Ferreira (verbete). MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário biobibliográfico de membros da academia evangélica de letras do Brasil*. Goiânia. Kelps, 2007. p. 22.
- Waldomiro Martins Ferreira (verbete). ARAUJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 312-313.

Livros, artigos, dissertações e teses:

- ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa, (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- ABREU, Alzira Alves de. PAULA, Christiane Jalles de. *Dicionário Histórico-Biográfico da Propaganda no Brasil*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- ADAMOVICZ, Anna Lúcia Collyer. *Imprensa protestante na Primeira República: evangelismo, informação e produção cultural. Jornal Batista (1901-1922)*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). São Paulo, 2008.
- AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2002.
- ALENCAR, Gedeon Freire. *Assembleias Brasileiras de Deus: Teorização, História e Tipologia – 1911-2011*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

ALENCAR, Gedeon Freire. *Assembleias Brasileiras de Deus: Teorização, História e Tipologia – 1911-2011*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

ALMEIDA, Abraão de. *História das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 1982.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)*. 2009. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2009.

ALMEIDA, Cláudio Aguiar. *Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária 1907-1937*. 2002. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). São Paulo, 2002.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, volume 4, 1998. p. 319-409.

ALMUIÑA FERNANDEZ, Celso. *La prensa vallisoletana durante el siglo XIX (1808-1894)*. Valladolid: Institucion Cultural Simancas, 1977.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANDRADE, Solange Ramos de. *O catolicismo popular na revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)*. Tese (Doutorado em História). 2000. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2000.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados - Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-1980)*, Tese (Doutorado em História Social). 1994. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). São Paulo, 1994.

AQUINO, Maria Aparecida de. Mudanças e permanências: ambigüidades do Estado autoritário brasileiro pós-64. In: AQUINO, Maria Aparecida de; KOERNER, Andrei; SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Elaboração jurídico-penal do passado após mudança no sistema político em diversos países*. Relatório Brasil para o Instituto Max Planck para o Direito Penal estrangeiro. – Freiburg. São Paulo: IBCCrim, 2004. p. 21-65.

AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; SWENSSON JR., Walter Cruz (Org.). *Radiografias do autoritarismo republicano Brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002. 5 v.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de S. Paulo e Movimento*. 1. ed. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAUJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: ARAUJO, Maria Paula. FICO, Carlos. FERREIRA, Marieta de Moraes. QUADRAT, Samantha. (Org.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 2008, v. 1, p. 247-273.

- AREND, Silvia Maria Fávero. HAGEMAYER, Rafael Rosa; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. Florianópolis: UDESC, 2013 (Entrevista - *Revista Tempo e Argumento* (UDESC). Volume 05 - Número 10 - Ano 2013. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013464/2884>. Acesso em: 10/09/2016.
- ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.
- ARENDT, Hannah. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ARENDT, Hannah. *Crises da República*. Tradução de José Volkmann. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *As torturas in Projeto Brasil nunca mais*. São Paulo, Arquidiocese de São Paulo, 1985.
- ASSMAN, Hugo. *A Igreja Eletrônica e seu impacto na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BAÍIA, Paulo Rogério dos Santos. Pensamento social e político de José de Souza Marques: análise da trajetória de vida de um afro-descendente pioneiro das ações afirmativas no Brasil: *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 5, p. 102-125, 2013.
- BAILEY, Michael. REDDEN, Guy (eds). *Mediating Faiths: religion and socio-cultural change in the Twenty-First Century*. Surrey: Ashgate, 2011.
- BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Fora do Mundo – Dentro da Política: identidade e “missão parlamentar” da Assembléia de Deus em Belém*. Belém. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFPA. 2002.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790- 1822)*. Juiz de Fora/São Paulo: Editora UFJF/Annablume/Fapesp, 2006.
- BARBOSA, Marialva *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 2007.
- BEAL, Sophia. *Brazil under construction. Fiction and public works*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.
- BECKER, Jean-Jacques; BERSTEIN, Serge. L'anticommunisme en France. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. n°15, juill et septembre, 1987.
- BELLOTTI, Karina Kosicki. *Delas é o Reino dos Céus: Mídia Evangélica Infantil na Cultura Pós-Moderna do Brasil (Anos 1950 a 2000)*, 2007. Tese (Doutorado em História). IFCH, UNICAMP, Campinas.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O Governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In GOMES, Angela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991. p. 9-22.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

BIRGIT, Meyer & ANNELIES, Moors (eds). *Religion, media, and the public sphere*. Bloomington: Indiana University Press, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOEIRA, Sérgio Luís. Indústria de tabaco e cidadania: confronto entre redes organizacionais. *RAE* (Impresso), São Paulo, v. 46, n.3, p. 28-41, 2006.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 14-42.

BOTELHO, André Pereira. Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia: apresentação In: BOTELHO, André Pereira; BASTOS, Elide Rugai; BÔAS, Glaucia Villas (Orgs.). *O moderno em questão*. A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. p. 15-23.

BOURDIEU, Pierre. Leitura, leitores, letrados, literatura In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990. p. 134-146.

BOYER, Paul. The growth of fundamentalist apocalyptic in the United States. In: MCGINN, Bernard. COLLINS, John J. STEIN, Stephen J. (eds). *The Continuum History of Apocalypticism*. New York: Continuum International Publishing Group, 2003. p. 516-544.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. 2ª. ed. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil In: DE PAULA, Eurípedes Simões. (Org.). Portos, rotas e comércio. *Anais do V Simpósio Nacional de Professores universitários de História* (ANPUH Campinas, setembro 1969). São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), 1971. p. 232. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S05.44.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2016.

CAMARGO, Mario. *Gráfica: arte e indústria no Brasil*. 180 anos de História. 2º edição. São Paulo: Bandeirantes Gráfica – EDUSC, 2003.

CAMPBELL, Heidi A. & GRIEVE, Gregory Price (editors). *Playing with religion in digital games*. Bloomington: Indiana University Press, forthcoming, 2014.

CAMPBELL, Heidi A. (editors.) *Digital Religion: understanding religious practice in new media worlds*. New York: Routledge, 2013.

CAMPBELL, Heidi A. *When religion meets new media*. London: Routledge, 2010.

- CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado* – organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. 2012. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012.
- CAMPOS J.R, Luís de Castro. *Pentecostalismo: sentidos da palavra divina*. Editora Ática: São Paulo, 1995.
- CAPELATO, Maria H; PRADO, Maria L. C. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? CARDOSO Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Novos Domínios da História*. 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2011. p. 37-71.
- CARMO, Paulo Sérgio. *Culturas da rebeldia. A juventude em questão*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo, Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado. 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, Osiel Lourenço de. Pentecostalismo na esfera pública: a participação das Assembleias de Deus na política partidária brasileira. *Azusa - Revista de Estudos Pentecostais*, v. V, nº 1, p. 04, 2014. p. 01-08. Disponível em: http://www.ceeduc.edu.br/azusa_r_estudos.php. Acesso em 16/04/2016.
- CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CASTRO, Eduardo Góes de. *Os “quebra-santos”: anticlericalismo e repressão pelo DEOPS*. São Paulo: Humanitas, 2007.
- CEPLAIR, Larry. *Anti-Communism in twentieth century America. A critical history*. Santa Barbara, Praeger, 2011.
- CERRI, Luis Fernando. “1972: ‘Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos.’” *Revista Estudos Ibero-Americanos*. v. XXV, n. 1, p. 193-208, junho 1999.
- CERRI, Luis Fernando. Usos públicos da história no Brasil contemporâneo: demandas sociais e políticas de Estado. *Araucaria* (Madrid), Sevilla, Espanha, v. 8, n.15, p. 1-15. 2006.
- CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 4ª ed., tradução de Epharain Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre as certezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Mari Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de Representação. *Fronteiras*. v. 13, nº 24, 2011.

- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 4º Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- CHARTIER, Roger. Prefácio In: CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 4º Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 19-22.
- CLARK, Lynn Schofield (editor). *Religion, Media, and the Marketplace*. Rutgers University Press, 2007.
- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CONDE, Emílio. *Nos domínios da fé*. Rio de Janeiro: CPAD. S/D. p. 35. Disponível em: <http://ebooksgospel.blogspot.com.br/>
- CONDE, Emílio. *Pentecoste para todos*. Rio de Janeiro: CPAD. 5º Edição. S/D.
- CONDE, Emílio. *História das Assembléias de Deus no Brasil*. 4º edição. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.
- CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Matizes do Vocabulário Político e Social. Campinas: Vozes-UNICAMP, 1979.
- CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 22, p. 85-104, 2009.
- CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos Santos. Igrejas Assembleia de Deus no Brasil: Cem anos de “laços fraternos” e sem unidade no centenário. In: FONSECA, André Dione; MARIN, Jérri Roberto (Org.). *Olhares sobre a Assembleia de Deus*. 1ed. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2015, v. 1, p. 99-129.
- COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 331-353.
- CRUZ, Heloisa Faria. CUNHA, Peixoto Maria. Na oficina do historiador. Conversa sobre história e imprensa. *Projeto história*. São Paulo. N° 35, 2007.
- CRUZ, Heloisa Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890/1915*. 1. ed. São Paulo: Educ/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2000.
- CUNHA, Diogo Arruda Carneiro da. *Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- CUNHA, Magali do Nascimento. *A explosão gospel*. Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- CYSNE, Rubens Penha. A economia brasileira no período militar. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. (Org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994. p. 232-270.
- D'AVILA, Edson. *Assembléia de Deus no Brasil e a política*. Uma leitura a partir do jornal Mensageiro da Paz. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

- D'ARAUJO, Maria Celina. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. (Org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994. p. 52-70.
- DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, Editora da UNESP, 1992, 2ª. ed., p.199-236.
- DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica In: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 70-97.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 95- 131.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB, do Getulismo ao Reformismo, 1945-1954*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DELGADO, Marcio de Paiva. Lacerdismo: a mídia como veículo e oposição na experiência democrática (1946-1964). *Locus* (Juiz de Fora), v. 12, p. 137-153, 2008.
- DELGADO, Marcio de Paiva. O Antigetulismo de Carlos Lacerda do fim do Estado Novo à volta de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete. *Virtú* (UFJF), v. 7, p. 17, 2008.
- DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964 – 1974)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ENCARNAÇÃO, Maria. Amélia Dantas. *Imprensa Pentecostal a produção de uma identidade religiosa*. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro (RJ), 1999.
- FERNÁNDEZ, Celso Almuíña. Prensa y opinión pública La Prensa como fuente histórica para el estudio de la masonería. In: BENIMELI, José Antonio Ferrer (org.). *Masonería, Política y Sociedad I*. Zaragoza: Centro de estudios historicos de la Masoneria española, 1989. p. 245-279.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, José Roberto Martins. *Os Novos Bárbaros: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro*. São Paulo, 1986.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira: a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000, v. 2, p. 163-182.
- FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.47, p. 29-60, 2004.

FIGUEIREDO FILHO, Waldemar. *Entre o palanque e o púlpito: mídia, religião e política*. São Paulo: Annablume, 2005.

FONSECA, Alexandre Brasil. A igreja Universal do Reino de Deus: a forma protestante de religiosidade popular *Cadernos do CEAS*, Salvador, Bahia, n° 155. Janeiro/fevereiro, p. 45-59, 1995.

FONSECA, Alexandre Brasil. *Evangélicos e mídia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora Universitária; Curitiba: Faculdade São Boaventura, 2003.

FONSECA, Alexandre Brasil. *Relações e privilégios: Estado, secularização e diversidade religiosa no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

FONSECA, André Dioneu. Informação, política e fé: o jornal Mensageiro da Paz no contexto de redemocratização do Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de História*. v. 34, p. 279-302, 2014.

FONSECA, André Dioneu. O exemplo do pentecostalismo In: MARIN, Jérri Roberto. ROIZ, Diogo da Silva. (Org.) *Métodos e técnicas da pesquisa histórica*. 1ed. Dourados: Editora da UFGD, 2014. p. 109-120.

FONSECA, André Dioneu. Os impressos institucionais como fonte de estudo do pentecostalismo: uma análise a partir do livro História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil. *História em reflexão* (UFGD), v. 3, p. 1-20, 2009.

FONSECA, André Dioneu. Os Protocolos de Leitura na Imprensa Pentecostal: o plano de reestruturação da revista Lições Bíblicas no contexto de redemocratização do Brasil (1980-1985). In: FONSECA, André Dioneu; MARIN, Jérri Roberto. (Org.). *Olhares sobre a Assembleia de Deus*. 1ed. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2015, v. 1, p. 99-129.

FONSECA, André Dioneu. São Cristóvão e Santo André: os debates sobre a normatização dos usos e costumes nas Convenções Gerais das Assembléias de Deus no Brasil (1930-1980). *Sacrilegens* (UFJF), v. 6, p. 41-59, 2009.

FONSECA, André Dioneu; SALGUEIRO, Eduardo de Melo. A noção de Representação após duas décadas de debates: a propósito do texto 'Defesa e ilustração da noção de Representação' de Roger Chartier. *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 4, p. 27-46, 2013.

FREIXO, Adriano de. FREITAS, Jacqueline Ventapane. Mas veio o tempo negro e a força fez comigo/o mal que a força sempre faz (...): O Brasil do AI-5. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. (Org.). *Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora da PUC-Rio, 2008. p. 09-35.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Sociologia). IFCH, UNICAMP, Campinas, 1993.

FRESTON, Paul. Breve História do Pentecostalismo Brasileiro, 1994. In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios: uma interpretação sociológica do pentecostalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 67-159.

FRESTON, Paul. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa, MG: Ultimato, 2006.

GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- GIANNASI, Carlos Alberto. *A doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico”* (1969-1973). 2011. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). São Paulo, 2011.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. Tradução Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GIRALDI, Luiz Antonio. *Semeadores da palavra*. Personagens que tiveram participação decisiva na divulgação da Bíblia no Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2015.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.
- GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GOMES, Angela de Castro. *O Brasil de Kubitschek*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- GOMES, Angela de Castro. *Na antecâmara do golpe*. *Revista Brasileira de História*, v. 14, n.27, p. 213-222, 1994.
- GUIMARÃES, Robson Franco. *Os últimos dias: crenças, sentimentos e representações dos pentecostais da Igreja Assembléia de Deus em Belo Horizonte relativos ao imaginário do fim dos tempos*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) UESP, São Paulo, 2004.
- HALLIWELL, Martin. *American Culture in the 1950s: Twentieth-Century American Culture*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, volume 4, 1998. p. 439-487.
- HERMET, Guy. Les fonctions politiques des organisations religieuses dans les régimes à pluralisme limité. *Revue française de science politique*, 23e année, n°3, p. 439-472, 1973.
- HISTÓRIA da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.
- HOOVER, Stewart M. LUNDBY, Knut (eds.). *Rethinking Media, Religion, and Culture*. Thousand Oaks, CA, London, New Delhi: Sage, 1997.
- HOOVER, Stewart M. Religion and the Media in the 21st Century. *Trípodos*, n° 29, Barcelona, 2012.
- IORIS, Rafael. *Transforming Brazil: a history of national development in the postwar era*. New York: Routledge, 2014.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: REMOND, Réne. *Por uma História política*. Tradução de Dora Rocha. 2° ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 213-230.
- JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2013.
- KAYSER, Jacques. *El Diario Francés*, Barcelona: A.T.E, 1974.

- LACOMBE, Marcelo Santos Masset. A Vida Como Ela É ...: Moralidade e Cotidiano na década de 50. In: BOTELHO, André Pereira; BASTOS, Elide Rugai; BÔAS, Glaucia Villas (Orgs.). *O moderno em questão. A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. 237-267.
- LAMBERT, Dominique. *La presse catholique en Franche-Comté Cité fraternelle 1944-1967*. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté (collection Annales littéraires de l'Université de Besançon, n° 819), 2007.
- LANGLAND, Victoria. *Speaking of flowers: Student Movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil*. Duke University Press, 2013
- LEITE LOPES, José Sérgio. Trajetórias de fundadores de sindicatos operários em situação de dominação produtiva e territorial. In: LEITE LOPES, José Sérgio; CIOCCARI, Marta. (Orgs.). *Narrativas da desigualdade; memórias, trajetórias e conflitos*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2013. p. 55-75.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. 1ª. ed. São Paulo: EDUNESP, 1999.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.
- LUCA, Tania Regina de. Revista do Brasil (1938-1943): um projeto alternativo? In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX*. 1ed. São Paulo: Annablume, 2006. p. 315-334.
- MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Fazer falar: técnicas de interrogatório durante o Regime Militar. In: CANCELLI, Elizabeth (org.) *Histórias de Violência, crime e lei no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 155-172.
- MARIA, Maurício de Fraga Alves. Das gossip columns às novas colunas sociais brasileiras: política e modernização da imprensa brasileira nas décadas de 1950 e 1960. *Histórica* (São Paulo.), v. n° 33. 2008.
- MARTELLI, Lindolfo Anderson. *Escatologia e Anticomunismo nas Assembléias de Deus do Brasil na primeira metade do século XX*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964- 1968*. Campinas, Papirus, 1987.
- MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. *Revista NERA* (UNESP), v. 22, p. 59-79. 2003.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista. Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2001.
- MARTINS, Paulo Emílio Matos. et al. Descentralização administrativa e repressão: o AI-5 e o (des)controle da administração pública. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. (Org.). *Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora da PUC-Rio, 2008. p. 135-162.
- MATE, Cecilia Hanna. *Tempos Modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. 1ª. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; SWENSSON JR., Walter Cruz. *Contra os inimigos da ordem. A repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. São Paulo: DP& A, 2003.

MELLO, João Manuel Cardoso de Mello; NOVAIS, Fernando Antonio. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, volume 4, 1998. p. 559-658.

MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), Niterói, 2009.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil. *Locus* (UFJF), Universidade de Juiz de Fora, v. 10. 2005.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *Protestantes, Pentecostais & Ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. 2. ed. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.

MEYRER, Marlise Regina. A vassoura, a simpatia e a espada: imagens da democracia brasileira nos anos 50. *Tempo e Argumento*, v. 04, p. 174-204, 2012.

MINA, Andréia Mendes de Souza. *Nós e o mundo. A construção do outro. Alteridade e pertencimento no material de divulgação brasileiro da Igreja Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus na década de 1990*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MIYAMOTO, Shiguenoli. BERTAZZO, Juliana Santos Maia. A política das Forças Armadas: conflitos e institucionalização do regime militar. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. (Org.). *Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora da PUC-Rio, 2008. p. 103-134.

MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado entre o público e o privado In: NOVAIS, Fernando Antonio; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, volume 4, 1998. p. 63-171.

MORAES, Clodomir dos Santos. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: Edições Iattermund, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 129-148.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

NOVAES, Regina Reyes Novaes. *Os escolhidos de Deus. Pentecostais, trabalhadores e cidadania*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Iser, 1985.

OLIVEIRA, Cecília H. L. de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. São Paulo: Ícone editora, 1999.

OLIVEIRA, Joanyr (org.). *Antologia da nova poesia evangélica*. Rio de Janeiro: CPAD, 1978.

OLIVEIRA, Joanyr (org.). *Antologia dos poetas de Brasília*. Brasília: Coordenada, 1971.

OLIVEIRA, Joanyr (org.). *Brasília na poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982.

OLIVEIRA, Joanyr (org.). *Horas vagas* (contos). Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1981.

OLIVEIRA, Joanyr (org.). *Poemas para Brasília*. Brasília: Projecto Editorial, Brasília, 2004.

OLIVEIRA, Joanyr (org.). *Poesia de Brasília*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

OLIVEIRA, Joanyr (org.). *Poetas de Brasília*. Brasília: Editora Dom Bosco, 1962.

OLIVEIRA, Joanyr de. *Memorial do sobrevivente*. Autobiografia e poemas. Brasília: ALB, 2008.

OLIVEIRA, Joanyr de. *Memorial do sobrevivente*. Autobiografia e poemas. Brasília: ALB, 2008.

OLIVEIRA, Joanyr. *50 poemas escolhidos pelo autor*, Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2003.

OLIVEIRA, Joanyr. *A hora de Deus*, Jaboatão, 2002.

OLIVEIRA, Joanyr. *A santa da Asa Norte* (conto). Brasília: Thesaurus, 2007.

OLIVEIRA, Joanyr. *Antologia pessoal – 7*. Brasília: Thesaurus, 2007.

OLIVEIRA, Joanyr. *Arquitetura dos dias* (contos). Brasília: Thesaurus, 2004.

OLIVEIRA, Joanyr. *As Assembléias de Deus no Brasil: sumário histórico ilustrado*. Rio de Janeiro, CPAD, 1997. p. 155-156

OLIVEIRA, Joanyr. *Biografia da cidade*. Brasília: LGE Editora, 2005.

OLIVEIRA, Joanyr. *Caminhos do amor*. Rio de Janeiro: CPAD, 1985.

OLIVEIRA, Joanyr. *Canção ao filho do homem*. Rio de Janeiro: CPAD, 1998.

OLIVEIRA, Joanyr. *Cantares*, CPAD, Rio de Janeiro: CPAD, 1977.

OLIVEIRA, Joanyr. *Casulos do silêncio*, Rio de Janeiro: Cátedra, 1982.

OLIVEIRA, Joanyr. *Entre os vivos e os mortos*. Rio de Janeiro: CPAD, 1985.

OLIVEIRA, Joanyr. *Flagrantes Líricos*. Buffton, OH, EUA, 1993.

OLIVEIRA, Joanyr. *Minha lira*. Rio de Janeiro: CPAD, 1957.

OLIVEIRA, Joanyr. *O Grito submerso*, Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1980.

OLIVEIRA, Joanyr. *O horizonte e as setas*. Brasília: Editora Horizonte, 1967.

OLIVEIRA, Joanyr. *Pluricanto, trinta anos de poesia*. Brasília: Anta, 1996.

OLIVEIRA, Joanyr. *Por que chora a chuva?* (infanto-juvenil). Rio de Janeiro CPAD, Rio, 2005.

OLIVEIRA, Joanyr. *Raízes do ser – Poemas para Aimorés*. Brasília: Thesaurus, 2007.

OLIVEIRA, Joanyr. *Soberanas mitologias e A cidade do medo*. Anaheim, CA, EUA: Printing&Graphic Design, 1991.

- OLIVEIRA, Joanyr. *Tempo de ceifar*. Brasília: Thesaurus, 2002.
- OLIVEIRA, Joanyr. *Vozes de bichos* (infanto-juvenil). Rio de Janeiro: CPAD, 2000.
- ORO, Ari Pedro. *Avanço Pentecostal e Reação Católica*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil, 1955-1964*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os comunistas e o golpe. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. (Org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994. p. 71-88.
- PATRIN-LECLERE, Valérie. Journalisme, publicité, communication: pratiques professionnelles croisées. *Communication et langages*. N° 140, 2ème trimestre 2004. p. 109-118.
- PINHEIRO, André de Oliveira. *Revista Espiritual de Umbanda: Mito Fundador, Tradição e Tensões no Campo Umbandista*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catariuna, Florianópolis, 2009.
- POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- POPKIN, Richard Henry. Introduction to the Millenarianism and Messianism Series. In: GOLDISH, Matt. POPKIN, Richard Henry (eds). *Jewish Messianism in the Early Modern World*. Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic, 2001. p. VII –XIV.
- PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Francisco Julião: em luta com seu mito*. Golpe de Estado, exílio e redemocratização do Brasil. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- PRADO, Luiz. EARP, Fábio. *O Milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- REIS, Raul. Media and religion in Brazil: the rise of TV Record and UCKG and their attempts at globalization. *Brazilian journalism research* - Volume 2 - Number 2 - Semester 2 – 2006.
- RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-450.
- RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. 1º. ed. Cascavel: Edunioeste, 2002. (Coleção Thésis).
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANTUNES, Ricardo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 12, n.2. 2007.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: entre a pena e o fuzil. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, n. 14. (UFU), v. 09, 2007.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1932-1945)*. São Paulo: Autêntica, 2006.

- RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- ROIZ, Diogo da Silva. “Sob as bênçãos de Deus”: a(s) filosofia(s) da História da Igreja Assembleia de Deus no Brasil. In: MARIN, Jérri Roberto; FONSECA, André Dioneu. (Orgs.). *Olhares sobre a Igreja Assembleia de Deus*. 1ed.Campo Grande/MS: UFMS, 2015. p. 131-154.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. *O Que é Pentecostalismo?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostalismo: Brasil e América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ROMEIRO, Paulo Rodrigues. *Decepcionados com a graça: esperanças e frustrações no Brasil neopentecostal*. 1. ed. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2005.
- SANTOS, Ana Paula dos. História oral e memória: uma abordagem acerca da construção da Hidrelétrica de Itaipu. *Patrimônio e Memória* (UNESP), v. 1, n.2, p. 3-16, 2005.
- SANTOS, Ana Paula dos. *Lago de memórias: a submersão das Sete Quedas*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá. Maringá – PR, 2006.
- SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. (Org.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 151-182.
- SANTOS, Manoel da Conceição. *Essa terra é nossa*. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SAULO, Alfredo B. *Communism in the Philippines: an introduction*. Quezon City: Ateneo de Manila University Press, 1990.
- SAUSSY, Haun. In the Workshop of Equivalences: Translation, Institutions and Media in the Jesuit Re-Formation of China. In: WEBER, Samuel. VRIES, Hent de. (eds.), *Religion and Media*. Stanford: Stanford University Press, 2001. p. 163-181.
- SCHNEIDE, Gregory L. *The Conservative Century: From Reaction to Revolution*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009.
- SENRA, Alvaro de Oliveira. SANTOS, Lyndon de Araújo. O AI-5 e as Igrejas Cristãs na sociedade civil In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. (Org.). *Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora da PUC-Rio, 2008. p. 207-228.
- SIEPIERSKI, Carlos Tadeu. Fé, marketing e espetáculo. *Civitas: Revista de Ciências Sociais* (Impresso), Rio Grande do Sul, v. 3, n.1, p. 127-146, 2003.
- SILVA, Sandra Batista de Araujo. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Práticas religiosas pentecostais e processos de inserção na cultura escrita (Pernambuco, 1950-1970). In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. et al. (Org.). *História da Cultura Escrita: estudos nos séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 395-436.
- SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

- SILVA, Elisangela Marina de Freitas. *Família e prosperidade no discurso da Igreja Messiânica Mundial do Brasil: as experiências de fé na Revista Izunome (2007-2011)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família*. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne. *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUSA, Bertone de Oliveira. *Fé e Dinheiro: o pentecostalismo da prosperidade e a redefinição do protestantismo no Brasil*. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- SOUZA, Beatriz Muniz de. *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Duas Cidades, 1969.
- STARLING, Heloísa Murgel. *Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- STEIN, Stephen J. Apocalypticism outside the mainstream in the United States. In: MCGINN, Bernard. COLLINS, John J. STEIN, Stephen J. (eds). *The Continuum History of Apocalypticism*. New York: Continuum International Publishing Group, 2003. p. 493-515.
- THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*. A maldição de Adão (Vol. II.). Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria – ou um planetário de erros*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n.47, 2004.
- TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia golpeada In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula (Org.). *40 Anos do Golpe de 1964: ditadura militar e resistência no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras; Faperj, 2004. 36-40.
- TORRES, Maurício (Org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. 1. ed. Brasília: CNPq, 2005.
- VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador: depoimento*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. (Coleção Edições do Pasquim v. 78).
- VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe militar à redemocratização. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. A grande transação. 2ª edição. São Paulo: SENAC, 2000. p. 87-217.
- VINGREN, Ivar. *Diário do Pioneiro*. Rio de Janeiro: CPAD, 2000.
- WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática 1987.

ANEXOS

ANEXO 1

Quadro 1: Inventário da 1º Fase de *A Seara**

Periodicidade			
Ano	Nº	Mês / Ano	Nº de Páginas
I	1	Setembro - Outubro / 1956	44
I	2	Novembro - Dezembro / 1956	52
II	1	Janeiro - Abril / 1957	52
II	2	Maio - Junho / 1957	60
II	4	Julho - Agosto / 1957	60
II	5	Setembro - Outubro / 1957	60
II	6	Novembro - Dezembro / 1957	60
III	1	Janeiro - Fevereiro / 1958	52
III	2	Março - Abril / 1958	52
III	3	Maio - Junho / 1958	52
IV	1	Janeiro - Junho / 1959	44
IV	2	Julho - Setembro / 1959	44
IV	3	Outubro - Dezembro / 1959	44
V	1/Nº 14	Janeiro - Março / 1960	42
V	2/Nº 15	Abril - Junho / 1960	52
V	3/Nº 16	Julho - Setembro / 1960	52
V	4/Nº 17	Outubro - Dezembro / 1960	52
VI	18	Janeiro - Fevereiro / 1961	52
VI	19	Março - Abril / 1961	52
VI	20	Maio - Junho / 1961	52
VI	21	Julho - Agosto / 1961	52
VI	22	Setembro - Outubro / 1961	52
VI	23	Novembro - Dezembro / 1961	52
VII	24	Janeiro - Fevereiro / 1962	52
VII	25	Março - Abril / 1962	60
VII	26	Maio - Junho / 1962	52
VII	27	Julho - Agosto / 1962	52
VII	28	Setembro - Outubro / 1962	52
VII	29	Novembro - Dezembro / 1962	60
VIII	30	Janeiro - Fevereiro / 1963	52
VIII	31	Março - Abril / 1963	52
VIII	32	Maio - Junho / 1963	52
VIII	33	Julho - Agosto / 1963	52
VIII	34	Setembro - Outubro / 1963	36
VIII	35	Novembro - Dezembro / 1963	52
IX	36	Janeiro - Fevereiro / 1964	36
IX	37	Março - Abril / 1964	36
IX	38	Maio - Junho / 1964	52

IX	39	Julho - Agosto / 1964	44
IX	40	Setembro - Outubro / 1964	60
IX	41	Novembro - Dezembro / 1964	52
X	42	Janeiro - Fevereiro / 1965	52
X	43	Março - Abril / 1965	52
X	44	Maio - Junho / 1965	52
X	45	Julho - Agosto / 1965	52
X	46	Setembro - Outubro / 1965	52
X	47	Novembro - Dezembro / 1965	52
XI	48	Janeiro - Fevereiro / 1966	36
XI	49	Março - Abril / 1966	52
XI	50	Maio - Junho / 1966	52
XI	51	Julho - Agosto / 1966	44
XI	52	Setembro - Outubro / 1966	60
XI	53	Novembro - Dezembro / 1966	60
XII	54	jan/67	44
XII	55	fev/67	44
XII	56	mar/67	44
XII	57	abr/67	36
XII	58	Maio - Junho /1967	52
XII	59	jul/67	36
XII	60	ago/67	52
XII	61	out/67	36
XII	62	nov/67	44
XII	63	dez/67	42
XIII	64	jan/68	36
XIII	65	fev/68	52
XIII	66	Março - Abril /1968	44
XIII	67	mai/68	60
XIII	68	Junho - Julho / 1968	52
XIII	69	Agosto - Setembro / 1968	52
XIII	70	out/68	44
XIII	71	Novembro - Dezembro / 1968	44
XIV	72	jan/69	52
XIV	73	fev/69	44
XIV	74	mar/69	52
XIV	75	abr/69	44
XIV	76	Maio - Junho / 1969	44
XIV	77	jul/69	44
XIV	78	ago/69	52
XIV	79	Setembro - Outubro / 1969	52

XIV	80	Novembro - Dezembro / 1968	52
XV	81	jan/70	52
XV	82	fev/70	52
XV	83	mar/70	52
XV	84	Abril - Maio / 1970	52
XV	85	jun/70	52
XV	86	Julho - Agosto / 1970	52
XV	87	Setembro - Outubro / 1970	52
XV	88	Novembro - Dezembro / 1970	52
XVI	89	Janeiro - Março / 1971	52
XVI	90	Abril - Maio / 1971	52
XVI	91	jun/71	52
XVI	92	jul/71	52
XVI	93	ago/71	52
XVI	94	Setembro - Outubro / 1971	52
XVI	95	Novembro - Dezembro / 1971	52
XVII	96	jan/72	52
XVII	97	fev/72	52
XVII	98	Março - Abril / 1972	52
XVII	99	mai/72	52
XVII	100	jun/72	52
XVII	101	Julho - Agosto / 1972	52
XVII	102	set/72	52
XVII	103	out/72	52
XVII	104	nov/72	52
XVII	105	dez/72	52
XVIII	106	jan/73	36
XVIII	107	fev/73	36
XVIII	108	mar/73	36
XVIII	109	abr/73	36
XVIII	110	mai/73	36
XVIII	111	jun/73	36
XVIII	112	jul/73	36
XVIII	113	ago/73	36
XVIII	114	set/73	36
XVIII	115	out/73	36
XVIII	116	nov/73	36
XVIII	117	dez/73	36
XIX	118	Janeiro - Fevereiro / 1974	36
XIX	119	Março - Abril / 1974	36
XIX	120	Maio - Junho / 1974	36

XIX	121	Julho - Agosto / 1974	36
XIX	122	Setembro - Outubro / 1974	36
XIX	123	Novembro - Dezembro / 1974	36
XX	124	Janeiro - Fevereiro / 1975	36
XX	125	Março - Abril / 1975	36
XX	126	Maio - Junho / 1975	36
XX	127	Julho - Agosto / 1975	36
XX	128	Setembro - Outubro / 1975	36
XX	129	Novembro - Dezembro / 1975	36
XXI	130	jan/76	36
XXI	131	fev/76	36
XXI	132	mar/76	36
XXI	133	abr/76	36
XXI	134	mai/76	36
XXI	135	jun/76	36
XXI	136	jul/76	36
XXI	137	ago/76	36
XXI	138	set/76	36
XXI	139	out/76	36
XXI	140	nov/76	36
XXI	141	dez/76	36
XXII	142	jan/77	36
XXII	143	fev/77	36
XXII	144	mar/77	36
XXII	145	abr/77	36
XXII	146	mai/77	36
XXII	147	jun/77	36
XXII	148	jul/77	36
XXII	149	ago/77	36
XXII	150	set/77	36
XXII	151	out/77	36
XXII	152	nov/77	36
XXII	153	dez/77	36
XXIII	154	jan/78	36
XXIII	155	fev/78	36
XXIII	156	mar/78	36
XXIII	157	abr/78	36
XXIII	158	mai/78	36
XXIII	159	jun/78	36
XXIII	160	jul/78	36
XXIII	161	ago/78	36

XXIII	162	set/78	36
XXIII	163	out/78	36
XXIII	164	nov/78	36
XXIII	165	dez/78	36
XXIX	166	jan/79	36
XXIX	167	fev/79	36
XXIX	168	mar/79	36
XXIX	169	abr/79	36
XXIX	170	mai/79	36
XXIX	171	jun/79	36
XXIX	172	jul/79	36
XXIX	173	ago/79	36
XXIX	174	set/79	36
XXIX	175	out/79	36
XXIX	176	nov/79	36
XXIX	177	dez/79	36
XXX	178	jan/80	36
XXX	179	fev/80	36
XXX	180	mar/80	36
XXX	181	abr/80	36
XXX	182	mai/80	36
XXX	183	jun/80	36
XXX	184	jul/80	36
XXX	185	ago/80	36
XXX	186	set/80	36

*Inventário gentilmente cedido pelo Centro de Estudos do Movimento Pentecostal (CEMP).

ANEXO 2

deposite em um BANCO

(Edifício Próprio)

CADA crente deve abrir a sua conta de economia em nosso Banco com depósito a partir de Cr\$ 50,00.

TÔDAS as operações bancárias, exceto câmbio.

ACEITA depósitos do interior. As retiradas podem ser feitas por telegramas.

DEPOSITAR no Banco de Operações Mercantis S.A., é cooperar para o desenvolvimento econômico e social do Evangelho de Cristo em nosso grande Brasil.

R
E
A
L
M
E
N
T
E

Compre Ações do

Antonio N. de Mesquita
Dir. Presidente

José Elias Prezado
Dir. Superintendente

Ernst G. W. Schulz
Dir. Gerente

RIO: RUA DA CANDELÁRIA, 69

TELS. 23-0999 e 23-5401

S. PAULO: AV. IPIRANGA, 1248

10.º AND. (CFI) — TEL. 35-9465

— 10 —

MÁQUINAS DE COSTURA

GELADEIRAS — RÁDIOS

FOGÃO A GAZ

ENGARRAFADO

MÓVEIS

— Entrega Imediata —

BICICLETAS — RELÓGIOS

DE TODOS OS TIPOS

ROUPAS PARA HOMENS

COLCHÕES DE MOLA, ETC.

Uma casa de crentes para servir a todos

CASA LIBERAL DE MÁQUINAS LTDA.

— UTILIDADES DOMÉSTICAS —

**DE TUDO AO ALCANCE
DE TODOS**

**RUA CONDE BONFIM, 277 (Próximo à
Praça Saens Pena) — TEL. 34-0322
RIO DE JANEIRO**

A BIBLIA SAGRADA

(Conclusão da pág. 17)

finita não pode abranger as coisas infinitas (Rom. 11:33,34); contudo, "O segredo do Senhor é para aqueles que O temem; e Ele lhes fará saber o seu conserto" (San. 25:14). Jorge Müller leu a Bíblia toda, 100 vezes, e na última vez achou-a mais agradável do que nunca. Assim foram outros grandes homens de Deus como Charles Spurgeon, Robert Garay, Moody, Finney, Joseph Parker, etc.

A Bíblia deve ser estudada nos pontos de vista: espiritual, profético e histórico. No estudo das profecias ainda não cumpridas e dos eventos futuros que terão lugar no fim do presente século, devemos ser cautelosos para não trocarmos a ordem dos mesmos. Muitos entendem bem a cerca da Grande Tribulação, do Império confederado da Besta ou Anti-Cristo, Armagedom, Vinda de Jesus em glória com seus santos, Juízo das Nações, Milênio, Juízo Final etc; porém, colocam-os erradamente na ordem que devem suceder e assim mesmo ensinam a outros.

A Bíblia é toda divinamente inspirada e isto a diferencia de todos os demais livros do mundo; sua autoridade divina pode ser resumida nestas quatro palavras tão familiares

para todo leitor da Bíblia: "ASSIM DIZ O SENHOR". Assim como é preciso sabermos empregar com eficiência e destreza as ferramentas correspondentes aos nossos ofícios para que não tenhamos embaraços ao usá-las; assim precisamos saber usar com destreza a Palavra de Deus que é a Espada do Espírito (Efé. 6:17; Heb. 4:12). A admoestação de Deus para conosco é esta: "Procura apresentar-se a Deus aprovado, como obreiro que não tem em que se envergonhar, que maneja bem a Palavra da Verdade" (2 Tim. 2:15). A Palavra de Deus vivifica a alma (Sal. 119:50); o próprio Senhor Jesus, usou-a contra o grande adversário (Mat. 4:4,7,10). Convém notar que a Palavra de Deus e o Espírito Santo não se contradizem. Muitos são cheios do Espírito Santo mas têm muita meninice e só vivem dando escândalo, porque não querem obedecer aos ensinamentos da Palavra de Deus. Quem é espiritual, deve observar o que diz a Bíblia; e quem diz seguir a Bíblia, deve andar segundo o Espírito. Na Igreja, muitos estão adormecidos; para estes a Palavra de Deus é apenas um som agradável ao ouvido; ouvem a chamada do Espírito mas não mudam de estado; acham sempre que o culto está frio, quando são eles que estão frios.

(Continua no próximo número)

O REMÉDIO EFICAZ

Por Joanyr d'OLIVEIRA

PARECIA maldição. Ia tudo de mal a pior.

E a desarmonia imperava — eram só gritos iracundos, afrontosos, o que escandalizava a vizinhança e torturava a pobre mulher.

“Seu” Fagundes era mesmo impossível. Via nas farras, alheio aos seus deveres para com o lar, para com a dedicada companheira que passava os dias em prantos, desesperada.

— Não sei que fazer para despertar em Fagundes, amor pela família. Por mais que lhe suplique, por amor de nossos filhos, outras atitudes, novo proceder, é debalde, — lamentava a infeliz mulher. Ela não tinha paz. Não raras vezes, ébrio, ruidoso, penetrava pela casa, bramindo impropérios, batendo com os móveis, partindo louças.

— Fala uma palavra. fala! Dá um pio, dá!... — ameaçava, tomado pelo álcool e pelo Demônio —... e eu partirei o nariz do primeiro que me aparecer à frente!

A pacientíssima e martirizada esposa, sem proferir palavra, ia soluçar no quarto. Da sala partia outro berro autoritário, que os vizinhos ouviam ainda mais revoltados:

— Vamos, põe o jantar! Ora veja!... chego faminto como a peste, e esta capeta não me põe a comida. Olha lá!... E eu quero uma boa mesa; se me trouxeres porcaria te toco na cara.

— Mas Fagundes, meu filho, não tinha nenhum dinheiro para comprar carne, legumes... Que poderia preparar?—

Ele silenciava, semblante grave, franzindo a fronte, mordendo os lábios.

Minutos depois costumava mergulhar-se em queixumes:

— Diacho! essa vida não vai; penso que estou azarado; estou — E prosseguia, enquanto lhe ia abrandando a fúria: — Trabalha-se. trabalha-se e nada se tem. Vive-se mil vezes pior que muitos cachorros.... Os cachorros dos ricos....

Fitavam-no os filhinhos, curiosos, sem poder compreender aquelas atitudes, aquelas grosserias selvagens. “Seu” Fagundes lia naqueles meigos olhares, doces e suplicantes, uma enérgica censura à sua estupidez.

— Preciso de mudar de vida, precioso sim.... Coitadinhos dos meus filhos, sou tão indigno de ser pai deles.... Eu sei que devo tomar novo caminho, mas.... com que roupa? Como poderei libertar-me do que me oprime? Não tem remédio não.... findava desditoso, confessando-se eterno escravo do vício.

Desejava ardentemente regenerar-se, vencer o mal, tornar-se homem virtuoso, modelar como pai e como cidadão. Mas a tentação voltava. Uma voz parecia ciciar-lhe aos ouvidos, persistente, incansável, um recado de Lucifer: — “Olha, vá beber mais um “traggo”; aproveita a vida, homem; é precioso aproveitá-la. Escuta aqui: a vida é efêmera; morre-se, pronto: tudo se acaba. É preciso gozar a vida agora, rapaz, agora. Vamos; no bar do “seu” Manoel, ali na esquina — tú sabes — há uma “pinguinha” excelente, é pernambucana, sabes; não há coisa melhor; tú irás muito apreciá-la; vamos, vamos lá!...”

(Continua na pág. 34)

Sociais

Aniversários:

AGOSTO

Dia 10 — Completou mais uma primavera o irmão Antonio Francisco de Oliveira, auxiliar do trabalho na cidade de Alagoa Grande (Paraíba).

Dia 10 — Marcos da Silva Granja, nosso auxiliar.

Dia 12 — Josué Galvão de Lima, presbítero da Igreja de São Cristóvão, e funcionário do escritório da Casa Publicadora.

Dia 13 — A senhorita Nilce Helena Ferreira Guimarães, irmã de nossa estimada colunista, Nelcy Guimarães.

Dia 18 — José Batista, nosso colega.

SETEMBRO

Dia 9 — O nosso leitor, sr. Demóstenes Ferreira.

Dia 13 — José Augusto dos Santos, residente em Rocha Miranda.

Dia 21 — O inteligente menino Arineu Borna, residente em Vila Matilde, São Paulo, Capital.

Dia 22 — O irmão Augusto A. Costa, Chefe das Oficinas da Casa Publicadora, e Assistente-Técnico d' A SEARA.

Dia 28 — José Galdino Filho, residente em São Cristóvão.

ENLACE

Apraz-nos registrar, ainda que tardiamente, o enlace matrimonial da irmã Esther Rodrigues Nelson, filha do Missionário Nels Julius Nelson, com o irmão Gidalte Galvão Figueiredo.

A cerimônia religiosa foi celebrada na Igreja da Assembléia de Deus de São Cristóvão, dia 24 de março do ano em curso, pelo ilustrado pastor José Pimentel de Carvalho.

— x —

Contrairam núpcias dia 28 de julho p. p., o irmão Alcides Monteiro e a preadada senhora Ivone Galvão, ambos membros da Igreja de Campo de São Cristóvão.

O noivo é funcionário da nossa Casa Publicadora.

Nossos sinceros parabens, aos simpáticos nubentes.

Na foto ao lado aparecem as famílias Nels . Nelson e Rogério Ferreira. O irmão Nels Nelson é o querido pastor da Assembléia de Deus em Campo de São Cristóvão, Distrito Federal. O irmão Rogério Ferreira é pastor da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, em Porto, Portugal.

CORREIO DA SEARA

Recebemos incentivadora missiva, procedente de Salvador, Bahia, e assinada pelo esclarecido e estimado pastor João Batista da Silva, da qual tomamos a liberdade de transcrever pequeno trecho:

“Com relação à “A SEARA”, achei interessante, diante da necessidade de uma revista desta natureza, para o nosso meio. Assim, o próprio “Mensageiro” será favorecido pois muita matéria que ele não pode comportar, sairá na nova revista. Uma publicação como esta irá, com a bênção de Deus, despertar a nossa mocidade e os incrédulos também.

Desde já contem com minha cooperação e da minha igreja.

“Pastor João Batista, queira aceitar os nossos agradecimentos e nossa simpatia pela sua valiosa cooperação que nos oferece. Com as bênçãos de Jesus, e, em segundo lugar, com a compreensão de todos os irmãos, a começar pelos pastores, A SEARA estará fadada a pleno êxito. Aqui estamos às ordens.

Do ilustrado Pastor Antonio Rêgo de Barros:

“A SEARA concorrerá para um terreno mais amplo do Mundo Evangélico, principalmente nas Assembléias de Deus que são no Brasil, tão pobres de literaturas propriamente ditas “evangélicas”.

Creio que esse trabalho servirá para auxiliar na formação e orientação do caráter de nossa mocidade, tão necessitada de ajuda de tal ordem, podendo contar com o nosso apêio em Maceió, e, conseqüentemente no Estado de Alagoas.”

Nosso muito obrigado, Pastor. Incentivamos muitíssimo suas palavras. Estamos ao inteiro dispor da culta e inteligente mocidade evangélica alagoana, bem como de todos os irmãos daí. Contamos com o apêio de todos.

De Votuporanga, Estado de São Paulo, escreve-nos o dedicado Pastor Eliseu Queiroz de Souza:

“... A SEARA será de grande utilidade para o nosso meio...”

Todo o nosso esforço será no sentido de, realmente, podermos merecer à confiança tão honrosa e que tanto nos estimula. Gratos.

NO PRÓXIMO NÚMERO:

- A ORAÇÃO DOS PARLAMENTARES BRITANICOS — A. P. Vasconcelos
- POR QUE RETROCEDE O PROTESTANTISMO EM CERTOS PAÍSES? — Joanyr d'Oliveira
- VIVENDO E APRENDENDO — Eugênio J. de Oliveira
- O ATEU E A BIBLIA — João Kolenda Lemos
- QUEM ME BEIJOU? — Eva Booth
- “CRISTIANISMO BRANCO” — Redação
- Nota sobre a igreja de Madureira,

e outras matérias de grande interesse

NÃO DEIXE DE LER O PRÓXIMO NÚMERO D' A SEARA, a nova revista evangélica que todos esperavam

VIDA INFANTIL

Escreve: O CONSELHEIRO

Convidado a dirigir a presente secção, cumpre-nos, aos irmãos responsáveis pela A SEARA, apresentar nossos sinceros agradecimentos, pois nos incumbiram de mui agradável tarefa.

O "Conselheiro" tem grande amor pelos pequeninos e sente-se feliz em poder, com os irmãozinhos de todo o Brasil, sempre falar, através da VIDA INFANTIL.

Iniciando-a, vamos remeter agora o nosso

BILHETE ÀS CRIANÇAS

Pequenino leitor,

A Paz do Senhor.

Esta página é reservada exclusivamente para vocês. Sim, vocês, meninos inteligentes e que gostam de escrever alguma coisinha sobre o amor de Jesus, a alegria de ser crente, vocês que fazem desenhos, bonitinhos referentes a assuntos que interessam a um cristão.

Eu quero ter o prazer de receber suas cartinhas.

Vocês, certamente gostam muito do vovô, que lhes conta histórias da Bíblia Sagrada, do Jó, tão fiel, do Elias, tão fervoroso, das bonitas e numerosas passagens do Livro Santo. E tenho certeza de que vocês gostam de falar-lhe também. O "Conselheiro" é o segundo vovô de vocês. Ele ficaria muito triste se vocês não lhe dessem atenção.

Escrevam para o Conselheiro, redação d'A SEARA, C. Postal 3274, Rio. E desde já o vovô Conselheiro lhes agradece.

Aquí temos um verso da Bíblia para vocês lerem e me dizerem qual o livro, capítulo em que se encontra, bem como o número do verso.

PARA VOCÊS DESCOBRIREM:

Procurem na Bíblia, Evangelho de São Lucas, capítulo 16, verso 8, e vejam o que esta mulher está fazendo.

O VERSÍCULO DE HOJE:

"Filho meu, não rejeites a correção do Senhor, nem te enojas da sua repreensão. Porque o Senhor repreende aquêle a quem ama, assim como o pai ao filho a quem quer bem." Provérbios 2-11 e 12.

HORIZONTAIS: 2 — Mestre. 5 — Afasta, leva de um lugar para outro. 6 — Filho primogênito de Ló (Gênesis, 19:37. 9a — O que foi fazer Maria à cidade de Betelém (Lucas, 2:5), (1a. Pessoa sing. Pres. do Indicativo). 10a — Contração de preposição e artigo. 10b — Aquêlê metal que Pedro disse não possuir (grafia antiga) 11-1a — Primeira letra do vers. 15, cap. 5 de Neemias, 11a) — letra inicial do vers. 10, Prov. 24. 11b — Forma popular de um verbo (Pres. do Indicativo, 3a. Pessoa do Singular). 11c — A única mulher que não se originou como os demais seres humanos. 12a — Nome dórico do sigma grego.

A CASA PUBLICADORA EM AÇÃO

(Conclusão da pág. 23)

empresa. Falou das grandes lutas que se lhes defrontaram em dias difíceis, quando a Casa atravessava fase de dificuldades que vencidas só foram porque estavam eles confiantes no Senhor e não pouparam esforços no sentido de superá-las.

— Estamos tirando agora uma edição de 100.000 harpas, informou-nos o irmão Augusto, o que bem evidenciava as possibilidades da nossa editora, após terem sido resolvidos os angustiantes problemas que a princípio estavam a ameaçar mesmo de colapso a nossa empresa. Mas graças ao Senhor, concluiu, tudo progride agora.

Conquanto muito ainda houvesse de interessante para incluir nesta reportagem, por absoluta falta de espaço encerramo-la, certo,

Palavras Cruzadas

PROBLEMA N. 1

"BRASIL PARA CRISTO"

VERTICAIS: 1 — Neto de Obed (Rute, 4:22). 2 — Lista que contém nomes de pessoas, números, etc. 3 — Nome próprio, registrado em Neemias, 7:52; Omita-se as duas letras finais. 4 — Letra do nosso alfabeto. 5 — Adjetivo com que S. Paulo se refere às obras praticadas pelos colossenses, antes de se converterem (Col. 1:21) (Sing.) 6 — O grande convector do povo de Deus, nos antigos tempos. 7 — Primeira letra do vers. 6, cap. 1 de Malaquias. 8 — Toma apontamentos. 9 — A quem serviam os profetas, adversários de Elias (I Reis 16:32) (Sem as letras finais). 10 — Som, tonalidade. 11 — Letra do nosso alfabeto. 12 — Debalde (fem.).

PARA CONSULTAS: Bíblia Sagrada, trad. Ferreira d'Almeida, dicionário de Lau-lino Freire. Escrevam-nos, dando-nos a solução.

COLABOREM NESTA SECÇÃO. DAREMOS PREFERÊNCIA AOS TRABALHOS QUE TRATAREM DE ASSUNTOS RELACIONADOS COM A BÍBLIA SAGRADA.

embora, de que os leitores puderam ter clara idéia de como Jesus tem abençoado esta Sua importante obra, que "floresce com a palmeira" na expressão do magnífico cantor dos Salmos.

Ministério de Intercessão

(Conclusão da pág. 5)

onde forneça como doutrina, os anjos como intercessores, muito menos os homens de Deus já falecidos. Portanto, devemos nós diante de Deus, exercer este tão importante ministério o qual nos foi entregue pelo Senhor Jesus, no poder do Espírito Santo. Efe. 6:18 Deus está buscando um homem que possa ficar na brecha, a fim de interceder pela Sua Obra maravilhosa. Comp. Eze. 22:30. AMÉM!

A SEARA

no

LAR

ESCREVE:

Nely Guimarães

— UM LAR CRISTÃO —

Um lar cristão é o reflexo do lar celestial. É o campo donde brotam a saúde física e mental, e o gozo terrestre, como também os caracteres que asseguram gozo sem interrupção numa vida futura. O vínculo de família é o mais íntimo, o mais terno e sagrado de todos na terra. Foi designado a ser uma bênção à humanidade.

Os fatores principais para a formação de um lar são: A escolha do espôso ou espôsa, as responsabilidades que envolve o matrimônio, a obediência a Deus, o amor — fundamento do lar, o desenvolvimento do caráter, o devido ensino das crianças, o resultado natural da confiança e a grande importância da tarefa da mãe.

Um lar bem constituído, em que os esposos, com fé em Deus e com amor e respeito recíproco, enfrentam corajosamente os trabalhos e os deveres da vida, todos o reconhecem, como o lugar mais feliz da terra, um oásis nos desertos deste mundo. E se isso é verdade para o casal, mais ainda o é para seu filho que desfruta desse lar sem as responsabilidades que o mesmo acarreta.

Nos cuidados minuciosos, no doce aconchêgo do colo e nos delicados carinhos da mãe, em cujo olhar e sorrisos transparece o que os gestos não traduzem, o filho sente-se o objeto de maior e mais puro amor humano; enquanto que, na sabedoria, proteção e bondade do pai, reconhece a segurança e fidelidade que fazem dessa época, a quadra mais amável da vida. Isto, que ninguém desconhece, faz com que todos, saudosos do lar cristão, possam, como o poeta chamá-lo: "A sua distante e encantadora infância".

Jesus teve evidentemente a ventura de crescer num dos lares mais felizes da história humana, apesar da modestia e mesmo pobreza em que ele estava constituído. Outra não podia, na verdade, ser a vida naquela humilde casa em Nazaré, onde reinava o amor e o carinho de Maria, a mãe ideal e a mais bem-aventurada das mulheres, e onde José, o varão justo e bom, o escolhido por Deus para ser o pai adotivo de Jesus, era o chefe dedicado que a mantinha com o trabalho e a cobria de honra com as suas virtudes e com a glória de sua estirpe.

Comparando o céu com um lar cristão, Jesus não só nos revela o lar que foi criado mas o que será a infinita felicidade celeste, de que toda outra paternidade se origina e é mera sombra.

Nós crentes devemos agradecer ao Senhor, de todo nosso coração, pelo tão feliz lar terrestre que nos tem concedido, e, pelo lar celestial, a casa do nosso bom Deus.

UM PRATO

DELICIOSO

Camarões com molho de amêndoas

- 1 quilo de camarões
- 2 colherzinhas de sal
- 1 e meia xícara de água
- 1 aipo
- 1/2 colherzinha de molho de conserva
- 5 fatias de pão
- 1 e meia xícara de leite
- 4 colheres de manteiga
- 1 cebolas bem picadas
- 1 alho picado
- Meia colherzinha de pimenta do reino
- 1/4 de colherzinha de pimenta
- Meia xícara de azeite
- 1 xícara de amêndoas picadas.

Lavam-se bem os camarões, que, em seguida, são misturados numa frigideira: 1 colherzinha de sal, água, o aipo e o molho de conserva, deixando-se ferver durante 5 minutos. Deixa-se esfriar, durante 15 minutos. Tira-se o caldo, conservando-se uma xícara do mesmo. Limpa-se o camarão. Mistura-se o pão com leite, até que fique bem macio. Derrete-se a manteiga numa frigideira, juntando-se as cebolas, alho, pimenta e o resto do sal. Mistura-se com o pão e deixa-se ao fogo, durante 5 minutos, mexendo-se sempre. Coloca-se o azeite, mexendo-se com força, depois as amêndoas, o camarão e o caldo. Deixa-se cozinhar em fogo brando, durante 5 minutos. Serve-se quente.

SOCIAIS

OUTUBRO

Aniversários:

Dia 9 — A distinta senhora Ecy Ferreira Babo.

Dia 24 — Edgar Filho.

Dia 26 — Gladstone M. Gonçalves, residente na Penha.

Nascimento:

O lar dos nossos irmãos Alzira e Manoel Calvanti, acha-se enriquecido com o nascimento de uma criança que recebeu o nome de Marcos. O genitor de Marcos é evangelista na cidade de Alagoa Grande, Estado da Paraíba.

***** IRMÃ CELINA — PRIMEIRA CRENTE BRASILEIRA BATIZADA COM O ESPÍRITO SANTO

É conhecido em quase todo o meio pentecostal o nome desta querida irmã. Dificilmente encontrar-se-á entre os membros das Assembléias de Deus quem nunca tenha ouvido falar na Irmã Celina, de Belém do Pará, a primeira crente brasileira batizada com o Espírito Santo.

Temos a satisfação imensa de publicar a fotografia da irmã Celina Albuquerque, que ficará mais conhecida de tantos quantos dela ouvem falar com simpatia e admiração. Ela aparece ao lado do nosso diretor.

A irmã Celina é quase octogenária. Veio da Igreja Batista e no templo da Assembléia de Deus da rua 9 de Janeiro (Belém do Pará), no ano de 1911, recebeu o Batismo com o Espírito Santo.

PASTOR ESTÊVAM ANGELO DE SOUZA

A SEARA registra a transcurso do 34.o aniversário natalício do pastor Estêvam Angelo de Souza, de São Luiz, Estado do Maranhão, dia 2 do fluente mês. É co-Pastor da Igreja Evangélica Assembléia de Deus na Capital maranhense.

PASTOR WALDOMIRO MARTINS FERREIRA

Há vários anos é o estimado dirigente de um vasto campo em que a mocidade, e demais irmãos se têm empenhado com zelo e punjança na obra de evangelização. Jesus, com abundantes bênçãos, tem aprovado o ministério do Pastor Waldomiro, em Vitória e outras cidades do Esp. Santo.

PROVAS ESCRITAS

Um professor americano colecionou erros cometidos pelos seus alunos nas provas escritas. Eis alguns deles:

— Há três espécies de poesia: lírica, dramática e epidêmica. Um epitáfio é um poema sarcástico muito curto.

— Um gato é um quadrúpede cujas pernas estão, como sempre, nos quatro cantos.

— A mulher de Colombo era Colombina.

ANEXO 3

RÁDIO LIVROS REVISTA

R Á D I O

"A Voz Evangélica" Pela Tamoio

Escreve: Ivanilde ANTUNES

As Assembléias de Deus no Rio de Janeiro, há mais de um ano e meio vêm realizando cultos pelo rádio, através da Tamoio. Muitas pessoas que não freqüentam igrejas, têm assim podido ouvir as mensagens vivas do Evangelho de Cristo, pelo rádio.

Esse programa tem tido ótima aceitação, tanto assim que grande número de ouvintes vêm se dirigindo aos responsáveis pela "Voz Evangélica das Assembléias de Deus", externando o seu entusiasmo pelos áudios e pelas mensagens ouvidas.

(Conclui na pág. seguinte)

Missionário Lourenço Olson em companhia de sua esposa, irmã Alice Olson, sintoniza a Tamoio, de Springfield, Missouri, (U.S.A.) e ouvem o programa "A Voz Evangélica das Assembléias de Deus"

L I V R O S

CAMINHOS DO MUNDO ANTIGO

Com a admirável simplicidade que lhe é peculiar, descreve-nos o escritor Emilio Conde, em 20 capítulos, o que teve oportunidade de ver e ouvir durante a viagem que empreendeu à Palestina, Itália e Grécia, e a vários outros países. Conquanto seja obra

pouco volumosa em páginas, e, não obstante a não preocupação do autor de aprofundar-se, deter-se, ante os quadros que tão bem nos descreve, "Caminhos do Mundo Antigo" é livro que prende o leitor da primeira à última página, fascinado com o colorido poético das paisagens que retrata. Os costumes, o soerguimento de Israel — um povo que reconstrói febril e heróicamente a sua Pátria —, e vários outros aspectos da Terra Santa e de sua gente, são magistralmente focalizados. As evocações a que nos leva o autor dessa obra singular, despertam em nossos corações maior admiração pela Terra Santa, pelo seu povo maior veneração; convidam-nos a, tornando quase dois milênios pelo passado, vivermos os primórdios de nossa era; e compraz-se a nossa alma ao meditarmos no sublime plano de redenção do homem, plano esse que foi concretizado pelas estradas e pelas ruas de Israel, em que palmilhou o escritor, comovido e deslumbrado. Acima dissemos que "Caminhos do Mundo Antigo" é uma obra singular, e nos explicamos: Singular porque escreveu-a um intelectual profundo conhecedor da Palavra de Deus, evangélico de

(Conclui na pág. seguinte)

LIRA EVANGÉLICA

SÔBRE AS ONDAS

*Era noite. O alto mar se enfurecia. . .
Para o barco veloz que à morte avança,
Não restava uma simples esperança
De incólume revez à luz do dia. . .
Entre as brumas, porém, da noite fria
Aparece uma sombra, calma e mansa. . .
Era um fantasma? — Não! — era a bonança. . .
Que em Jesus, como bênção, se anuncia.
Inda hoje o mar do mundo se encapela;
E, no barco da vida, já sem vela,
Não nos resta sequer uma ilusão. . .
Mas — Senhor! — sôbre as ondas revoltadas,
Volta a trazer às almas torturadas
O consôlo da tua salvação!*

ORAÇÃO

*Senhor! não olhes para as minhas faltas
nem pra maldade do meu coração
Mas dá-me, dessa altura em que te exaltas,
O teu doce perdão!
Liberta-me, Senhor, dêsses venenos
Que os bons costumes corrompendo vão. . .
E me concede uma migalha, ao menos,
Da tua perfeição!
E se algum dia algum desejo infame
Quiser lançar-me para a perdição,
Castiga-me, Senhor, pra que eu te chame
No incenso da oração!*

MÁRIO BARRETO FRANÇA
(Do livro "Sob os céus da Palestina")

D I C I O N Á R I O

(de nomes hebraicos, caldeus, siríacos e gregos, que se encontram na Bíblia)

« A »

AARON — Montanhoso.
A ASBAI — Que confia em mim.
ABANA — De pedra.
ABANIN — Passagens.
ABARON — Fortaleza.
ABBA — Pai.
ABDA — Servo
ABDEEL — Servo de Deus
ABDEMELECH — Servo do Rei.
ABDENAGO — Escravo da Luz.
ABDI — Meu servo.
ABDIAS — Servo do Senhor.
ABDIEL — Servo de Deus.
ABDON — Servo.
ABEDE — Servo.

ABEI — escrito com **alef**, significa luto, tristeza e é nome de cidade.
ABEL — escrito com **he**, quer dizervaidade e é nome de homem.

ABESAN — Escudo do Pai
ABSSALÃO — Pai da paz
ABI — Meu pai.
ABIA — Pai do Senhor.
ABIALON — Pai muito inteligente.
ABIASAF — Pai que reúne.
ABIATAR — Pai excelente.
ABIDA — Pai da ciência.
ABIDÁ — Pai do juízo.
ABIEL — Deus, meu pai.
ABIEZER — Auxílio do pai.
ABIGAIL — Alegria do pai.
ABIAIL — Pai da luz.
ABIMAEEL — Pai enviado de Deus.
ABINADAB — Pai da boa vontade.
ABINOEM — Pai da beleza.
ABIRON — Pai da elevação.

FÁBRICA DE ARTEFATOS DE MADEIRA

DE

Custódio Rangel Pires

Assentos para W. C. — Cabos para ferramentas — Ca-
bides — Artigos Torneados — Utensílios para cosinha — Ma-
deiras serradas e tóros (extração por conta própria).

SACRAMENTO — São Gonçalo — ESTADO DO RIO

Sargento F. S. (Niterói) — Recebemos suas colaborações. O sonêto "Dia do Papai" deixa de ser considerado porquanto não chegou em tempo para publicação.

ANEXO 4

Quadro 2: Excertos de cartas publicados na 1ª Fase da Revista *A Seara* (1956-1980)